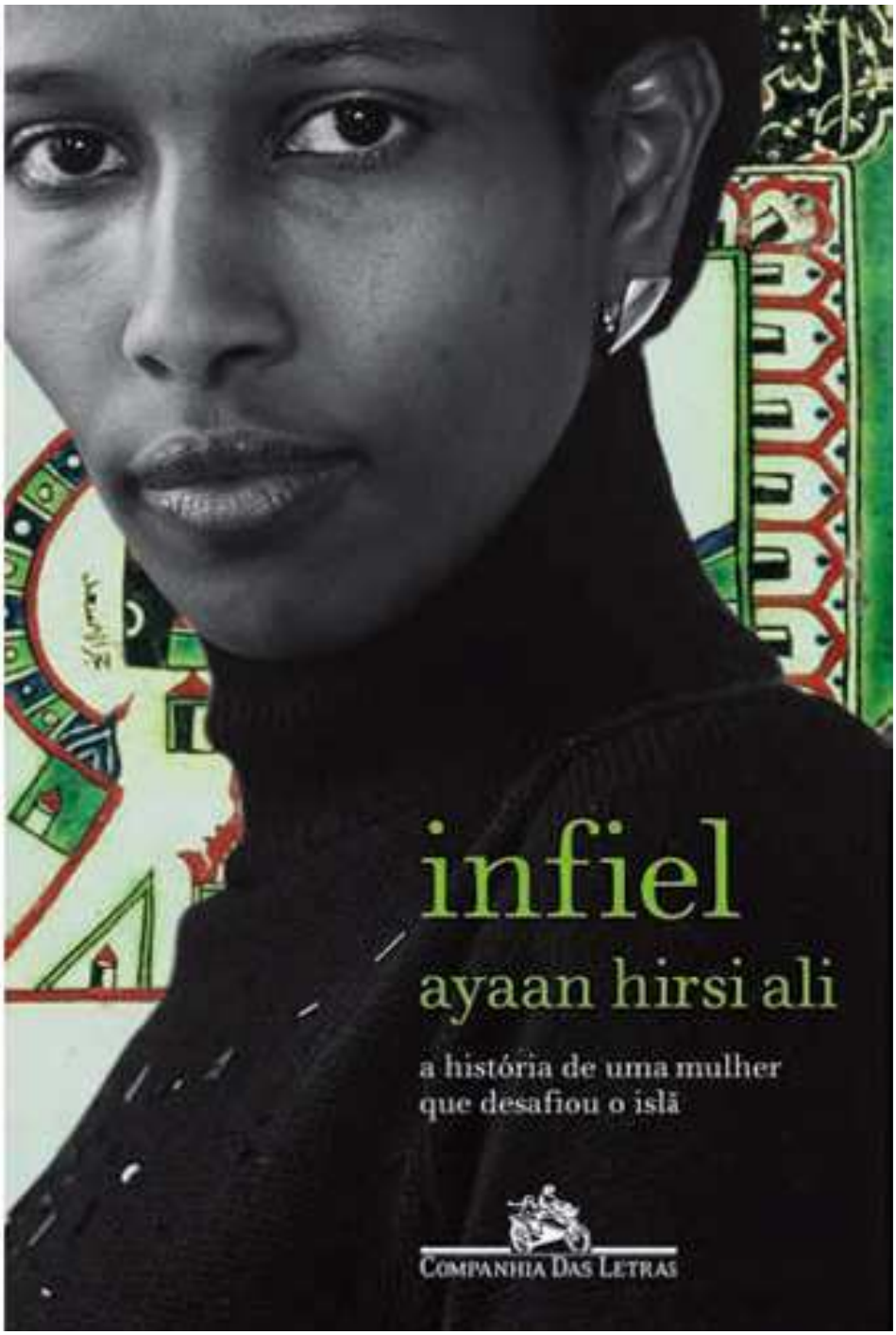


Infiel

Ayaan Hirsi Ali

Tradução
Luiz A. de Araújo
2ª reimpressão
Companhia Das Letras

Copyright © 2006 by Ayaan Hirsi Ali

Título original Infidel - my life
Capa
Raul Loureiro
Foto de capa
Turkish School/ Getty Images
Preparação
Valéria Franco Jacintho
Revisão Marise S. Leal Carmen S. da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip) Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil
Hirsi Ali, Ayaan, 1969-
Infiel : a história de uma mulher que desafiou o islã / Ayaan Hirsi Ali; tradução Luiz A. de Araújo. — São Paulo : Companhia das Letras, 2007.
Título original: Infidel. ISBN 978-85-359-1109-1
1. Hirsi Ali, Ayaan, 1969- 2. Memórias autobiográficas 3. Muçulmanos - Holanda - Biografia 4. Políticos -Holanda - Biografia 5. Refugiados - Holanda - Biografia I. Título.
07-7463 CDD-949. 20092
índice para catálogo sistemático: 1. Holanda : Refugiados muçulmanos : Relato autobiográfico 949.20092
[2007]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32 04532-002 — São Paulo — sp Telefone (11) 3707-3500 Fax (11) 3707-3501 www.companhiadasletras.com.br

Para Abeh, Ma, Ayeeyo (vovó), Mahad e à memória querida de Haweya

http://groups.google.com/group/digitalsource



Sumário

Agradecimentos..... 9

Introdução 13

PRIMEIRA PARTE: MINHA INFÂNCIA

1. Linhagens 19

2. Debaixo do *talai* 40

3. Brincando de pega-pega no palácio de Alá. 64

4. Órfãos chorosos e viúvas 89

5. Encontro secreto, sexo e cheiro de *sukumawiki* ...97

6. Dúvida e desafio..... 136

7. Desilusão e engano 184

8. Refugiados 215

9. *Abeh*..... 239

SEGUNDA PARTE: MINHA LIBERDADE

10. A fuga..... 267

11. O julgamento dos anciãos..... 291

12.Haweya 306

13.Leiden 338

14.Sem Deus 372

15.Ameaças..... 403

16.Política..... 431

17.O assassinato de Theo..... 450

Epílogo:

A letra da lei 477

Agradecimentos

Nasci em um país dilacerado pela guerra e fui criada em um continente mais conhecido pelo que dá errado do que pelo que dá certo. Nos padrões da Somália e da África, sou privilegiada por ainda estar viva e sã, privilégio que não posso nem nunca vou poder considerar líquido e certo, pois sem a ajuda e o sacrifício dos familiares, professores e amigos, nada me distinguiria das minhas semelhantes que apenas lutam para sobreviver.

Agradeço à minha mãe, que me amparou e se recusou a acreditar que eu fosse morrer mesmo tendo nascido prematuramente e muito abaixo do peso. À minha avó, que me ensinou a arte da sobrevivência. Ao meu pai, que fez questão de me pôr na escola. À amizade, ao riso e ao senso de aventura da minha irmã caçula. Ao meu irmão todo feito de esperança.

Quero agradecer aos meus professores de Juja Road, que, à parte o currículo regular, dedicavam-se a nos instilar disciplina, e a algumas professoras do Colégio de Meninas Muçulmanas, como a sra. Mumtaz, a sra. Kataka, a sra. Owour, a sra. Choudry e a sra. Karim, que "viram alguma coisa em mim".

Um obrigado muito especial a Jim'o Musse e ao médico italiano do hospital de Nairóbi, cujo nome não lembro, mas cuja fisionomia nunca hei de esquecer — os dois me salvaram a vida. Sou grata à minha madrasta, às minhas meias-irmãs, aos primos e tios que me receberam, orientaram e me mimaram durante nove longos meses em Mogadíscio.

Eu nunca chegaria a ser a mulher que sou sem a abertura, a hospitalidade e a oportunidade que a Holanda me ofereceu. A bondade e a civilidade com que me receberam foram as mais profundas. Senti-me em casa desde o começo. Os funcionários da imigração, a polícia, os assistentes sociais dos centros de refugiados, os meus professores de língua, os voluntários, os senhorios e todos os que me ajudaram

quando cheguei deixaram em mim a impressão indelével do quanto uma nação pode ser civilizada. Expresso aqui a mais profunda gratidão à minha "família holandesa" — Johanna, Maarten, Irene e Jan —, que me deu um verdadeiro lar no país novo. Também me ensinaram a ser uma cidadã holandesa auto-suficiente e me ajudaram a superar os meus preconceitos culturais.

Maarten van der Linde, meu primeiro professor na Escola Hoge, em Driebergen, sempre há de merecer o meu afeto pela dedicação em encaminhar profissionalmente o maior número possível de holandeses "estrangeiros". Sem ele, eu não teria feito o exame de admissão, sem ele eu não teria sido aprovada.

Os meus professores de Leiden me revelaram a minha capacidade de raciocínio. Eu gostava particularmente das aulas dos professores Rudy Andeweg, Paul't Hart e Henk Dekker. Era ao mesmo tempo um desafio e um prazer assistir aos seminários de história do dr. Henk Kern. O professor Paul Cliteur fazia com que as aulas de introdução ao direito parecessem uma diversão, e só posso agradecer a ele e a sua esposa Carla por termos nos tornado grandes amigos mais tarde. Isso me permitiu descobrir que Paul é bem melhor em direito do que na culinária.

Apesar das nossas muitas divergências em questões de multiculturalismo, islã, integração e religião, sempre vou recordar Paul Kalma pela honestidade e ajuda. Ele me protegeu das ameaças dos islamitas e da pena daqueles que tentaram me denegrir. Agradeço a Margo Trappenburg, a Bart Tromp e especialmente a Arie van der Zwan.

Registro a minha gratidão às importantes feministas holandesas Cisca Dresselhuys, Nahed Selim, Naema Tahir, Adelheid Roosen e Jeltje van Nieuwenhoven, que me receberam como uma delas e me inspiraram na batalha pelos direitos das muçulmanas.

Muita gente saiu em minha defesa quando se discutia a liberdade de expressão. Meu agradecimento especial pelo apoio de Betsy Udink, Nelleke Noordervliet, Max Pam, Joost Zwagerman e Peter van Ingen.

Agradeço a Gijs van de Westelaken, a Theodor Holman e a todos os que contribuíram para a primeira parte do filme Submission.

Devo muitíssimo a Gerrit Zalm, Neelie Kroes, Jozias van Aartsen e Henk Kamp. Eles foram decisivos no lançamento e na continuidade da minha carreira política. Acreditaram em mim, tomaram a minha defesa, orientaram-me nos anos que passei no Parlamento holandês e continuam fazendo isso.

Frits Bolkestein foi o meu mentor intelectual — ele e a sua esposa Femke Boersma abriram a casa para mim e me ofereceram consolo e apoio nos momentos difíceis.

Um obrigado especial a:

De Herenclub — o Clube de Cavalheiros — Chris, Chris, Hans, Herman, Jaffe, Leon, Paul, Sylvain: pelas suas idéias e conversas inspiradoras. Vocês me ensinaram tanta coisa e sempre tiveram a coragem de me criticar quando achavam que eu estava errada.

A Leon, Jéssica, Mo e Mo: vocês são âncoras de força, e nunca me mostrarei suficientemente grata.

À família Van Gogh.

As duas Is - Íris e Ingrid - e a Reter: sem a orientação e a sensatez de vocês, não sei quantas vezes eu teria perdido a cabeça nos últimos anos. É maravilhoso Tê-los por perto.

Aos meus editores em todo mundo, particularmente a Tilly pelo compromisso e amizade, e a Leslie e Chris, pelos insights e o apoio para o término deste livro.

A Ruth, que tanto me ajudou a escrever. Sua paciência, sua mente inquisitiva, sua sensibilidade, tudo foi crucial para que este livro acontecesse. Sei que às vezes seu rosto bonito se contorcia porque eu me atrasava no trabalho. Sei que às vezes ela sentia vontade de

arrancar seus cabelos maravilhosamente densos. Mas sempre teve uma palavra amável. E sempre estendeu a mão para me estimular.

Susanna, minha agente literária, minha amiga, minha irmã — e por vezes até minha mãe judia! Obrigada a você e à sua equipe pela calma, a consciência e a confiança.

A toda a equipe do Serviço Holandês de Proteção Real e Diplomática (DKDB).

A Annejet, Anne Louise, Britta, Corin, David, Evelyn e Rose, Kvelyn, Frederique, Frédérique, Geeske, Giovanni, Hans, Hein, Isabella, Joachim, Marco, Mirjam, Nina, Olivia, Olivier, Roeland, Ruben, Sebastian, Tamara... Tive a felicidade, ao longo dos anos, de contar com muitos amigos que me apoiaram em todas as circunstâncias. Não posso citar todos e seria horrível esquecer um deles, mas vocês sabem quem são. Obrigada por sempre me cercarem de carinho, amor e compreensão.

Introdução

Certa manhã de novembro de 2004, Theo van Gogh se levantou para ir trabalhar em sua produtora de cinema em Amsterdã. Pedalando a velha bicicleta preta, seguiu por uma rua central. A uma porta, esperava-o um marroquino munido de uma arma de fogo e duas facas de açougueiro.

Quando Theo ia pela Linnaeusstraat, Muhammad Bouyeri se aproximou, sacou a arma e o baleou várias vezes. Theo caiu da bicicleta e, cambaleando, foi para o outro lado da rua, mas logo tombou. Bouyeri o seguiu. Theo pediu: "Será que a gente não pode conversar?", mas o marroquino disparou outros quatro tiros. Em seguida, degolou-o com uma das facas de açougueiro. Com a outra, cravou-lhe no peito uma carta de quatro páginas.

A carta se endereçava a mim.

Dois meses antes, Theo e eu tínhamos feito um curta-metragem intitulado Submission, part. 1. Eu tinha a intenção de um dia filmar a segunda parte. (Theo avisou que só participaria se no segundo filme houvesse um pouco de humor!) A primeira parte falava em desafio — nas mulheres muçulmanas que passam da submissão total a Deus a um diálogo com a divindade. Mulheres que rezam, mas, em vez de baixar os olhos, erguem-nos para Alá, com as palavras do Alcorão tatuadas na pele. Dizem-Lhe sinceramente que, se essa submissão seguir causando-lhes tanta miséria e Ele permanecer calado, elas serão capazes de deixar de se submeter.

Há a mulher açoitada por ter cometido adultério; outra entregue em matrimônio a um homem que ela detesta; outra espancada regularmente pelo marido; e outra que o pai repudia ao saber que o irmão dela a estuprou. Os perpetradores justificam cada abuso em nome de Deus, citando os versículos do Alcorão agora escritos no corpo

dessas mulheres. Elas representam centenas de milhares de muçulmanas em todo o mundo.

Theo e eu sabíamos do perigo de fazer o filme. Mas ele era um homem corajoso — um guerreiro, por improvável que possa parecer. Também era muito holandês, e nenhuma nação do mundo é mais profundamente apegada à liberdade de expressão do que a Holanda. A idéia de tirar seu nome dos créditos do filme por motivos de segurança o enfurecia. Certa vez ele me disse: "Se eu não puder assinar meu próprio filme na Holanda, então a Holanda já não é a Holanda, e eu já não sou eu".

As pessoas me perguntam se estou com vontade de morrer, já que insisto tanto em dizer o que digo. A resposta é não: prefiro continuar viva. No entanto, certas coisas precisam ser ditas, e há ocasiões em que o silêncio é cúmplice da injustiça.

Esta é a história da minha vida. Um registro subjetivo das minhas lembranças pessoais, tão próximas da exatidão quanto me é possível; o meu relacionamento com o resto da minha família ficou de tal modo esfrangalhado que já não posso refrescar a memória pedindo-lhes ajuda. Trata-se da história do que vivenciei, do que vi e de por que penso como penso. Cheguei à conclusão de que é útil e talvez até importante contar esta história. Quero deixar claras algumas coisas, retificar certos relatos e também falar em outro tipo de mundo, contar como ele é.

Nasci na Somália. Fui criada na Somália e na Arábia Saudita, na Etiópia e no Quênia. Fixei-me na Europa em 1992, aos vinte e dois anos de idade, e integrei o Parlamento holandês. Fiz um filme com Theo, agora vivo cercada de guarda-costas e viajo em carro blindado. Em abril de 2006, um tribunal holandês me mandou sair do abrigo de segurança que eu alugava do Estado. O juiz decidiu que meus vizinhos tinham o direito de alegar que se sentiam inseguros com a minha presença no prédio. Eu já havia tomado a decisão de me mudar para os Estados Unidos antes que irrompesse o debate acerca da minha cidadania holandesa.

Este livro é dedicado à minha família e também aos milhões e milhões de muçulmanas reduzidas à sujeição.

PRIMEIRA PARTE :

MINHA INFÂNCIA

1. Linhagens

"Quem é você?"

"Sou Ayaan, filha de Hirsi, filho de Magan."

Estou com a minha avó, sentada em uma esteira debaixo de um talai. Atrás de nós, a casa; e a nossa única proteção contra o sol que abrasa a areia branca são os ramos do talal "Continue", diz ela, encarando-me.

"E Magan era filho de Isse." Que mais?

"Isse era filho de Guleid, filho de Ali. Filho de Wafays. Filho de Muhammad. Ali. Umar." Hesito um instante. "Osman. Mahamud." Respiro fundo, cheia de orgulho.

"Bah?", pergunta minha avó. "De que grupo?"

"De Bah Ya'qub, Garab-Sare." Digo o nome da esposa mais poderosa de Osman Mahamud: a filha de Ya'qub, aquela, a do ombro mais alto.

Minha avó acena com a cabeça, relutante. Eu me saí bem, para uma garotinha de cinco anos. Consegui enumerar os meus ancestrais até trezentos anos antes — a parte crucial. Osman mahamud é o nome do subclã do meu pai e, portanto, o meu. Aquele a que pertenço, aquele que sou.

Depois, à medida que eu for crescendo, minha mãe vai me persuadir — vai me castigar até — a aprender a genealogia do meu pai, recuando oitocentos anos, até o grande clã dos darod. Eu sou uma darod, uma harti, uma macherten, uma osman mahamud. Sou da estirpe chamada Ombro Mais Alto. Sou uma magan.

"Aprenda bem isso", diz minha avó, brandindo uma vara na minha direção. "Os nomes lhe darão força. São a sua linhagem. Se você os honrar, eles a manterão viva. Se os desonrar, você vai ser prescrita. Não será ninguém. Há de levar uma vida desgraçada e há de morrer sozinha. Repita."

As crianças somalis precisam decorar sua genealogia: é mais importante do que quase tudo. Sempre que depara com um desconhecido, um somali pergunta: "Quem é você?" E os dois começam a retroceder em suas linhagens distintas até encontrarem um ancestral em comum.

Se você tiver o mesmo antepassado que um somali, mesmo que seja na oitava geração, os dois estão ligados como primos. São membros da grande família que forma o clã. Um oferece comida e hospitalidade ao outro. Embora o filho pertença ao clã do pai, é sempre útil recordar os detalhes da estirpe da mãe, caso você viaje e precise da ajuda de um estranho.

Por isso, embora o suor escorresse por nossas costas naquelas longas tardes, o meu irmão mais velho, Mahad, e eu aprendíamos a recitar em uníssono os nomes das duas genealogias. Posteriormente, minha avó começou a ensinar Haweya, minha irmã caçula, a fazer o mesmo, mas não conseguiu. Haweya era viva e inteligente, porém muito mais irrequieta do que nós.

A verdade é que esse conhecimento ancestral parecia inútil para nós, crianças modernas, criadas em casas de concreto, com telhados sólidos, por trás de paredes firmes e cercadas. Geralmente fugíamos, esquivando-nos das fortes pancadas que minha avó procurava dar nas nossas pernas com as varas arrancadas da árvore. Tratávamos era de trepar na árvore e ficar brincando nos galhos.

Acima de tudo, adorávamos escutar as histórias da minha avó quando mamãe estava cozinhando no fogareiro a carvão e nós nos deitávamos em uma esteira debaixo da nossa árvore. Essas histórias nunca eram narradas quando a gente queria. Chegavam de surpresa. Vovó podia estar entrançando uma esteira, resmungando consigo e, de

repente, a gente percebia que o murmúrio tinha se transformado em um conto de fadas.

"Era uma vez um rapaz nômade casado com uma bela mulher, e eles tinham um filho", ela começava. Os três sabíamos que devíamos nos calar instantaneamente e fingir que estávamos ocupados com alguma coisa; a menor interrupção bastava para irritá-la, e vovó então ralhava conosco e voltava a entrelaçar as finas hastes de palha seca que passava dia e noite costurando para fazer grandes e caprichados tapetes.

"As chuvas não vieram, e o nômade empreendeu a travessia do deserto em busca de pastagens em que pudesse se fixar com a família. Pouco depois de iniciar a caminhada, chegou a um trecho de relva verde e fresca. Lá havia uma cabana feita de galhos fortes, coberta de esteiras recém-tecidas e toda varrida.

"A cabana estava vazia. Ele voltou para junto da mulher e contou que, com apenas uma jornada, tinha encontrado o lugar perfeito. Mas, dois dias depois, ao voltar à pastagem com a esposa e o bebê, deu com um estranho postado à entrada da cabana. Não era alto, era um homem atarracado, de dentes muito brancos e pele lisa."

Haweya estremecia de prazer. E de medo.

"O estranho disse: 'Você tem mulher e filho. Fique com a casa, seja bem-vindo', e sorriu. O jovem nômade achou aquele sujeito admiravelmente simpático e agradeceu; convidou-o a visitá-lo quando quisesse. Mas a esposa sentiu um mal-estar com o desconhecido. E o bebê começou a chorar assim que o viu.

"Naquela noite, um animal entrou sorrateiramente na cabana e arrebatou a criança do berço. O nômade tinha comido bem e dormia um sono profundo, não ouviu nada. Que desgraça. O desconhecido foi visitar o casal para dar os pêsames. Mas, quando ele falou, a mulher reparou nos pedacinhos de carne vermelha entre seus dentes e viu que um daqueles dentes fortes e brancos estava quebrado.

"O estranho passou um ano na casa com o casal. Durante todo esse ano, a relva continuou verdejando e as chuvas voltaram, de modo

que não havia razão para seguir viagem. A esposa teve outro filho na cabana, outro lindo bebê. Porém, uma vez mais, quando a criança completou apenas uma estação de idade, um bicho apareceu de madrugada e a levou entre os dentes. Dessa vez, o pai chegou a persegui-lo, mas era muito lerdo para alcançá-lo.

"Na terceira vez, o nômade se engalfinhou com o animal, lutou o quanto pôde, mas acabou vencido. E o monstro lhe devorou mais um filho! Por fim, ao perder o terceiro bebê, a mulher disse ao marido que ia deixá-lo. E assim aquele nômade idiota acabou perdendo tudo!

"Muito bem, o que vocês acabam de aprender?", gritava a minha avó. Sabíamos a resposta. Que o nômade era um bom vagabundo. Ficou na primeira pastagem que encontrou, mesmo sabendo que havia algo errado com ela. Foi tolo: não soube interpretar os sinais, sinais que o bebê e a mulher perceberam instintivamente. Na verdade, o estranho era "aquele que se coça com uma vara", o ser monstruoso que se transformava em hiena e comia a criança. Tínhamos entendido. O nômade fora ingênuo, vagaroso, fraco e covarde. Merecia mesmo perder tudo.

As histórias de vovó eram de arrepiar. Havia as de uma bruxa horrorosa, chamada Matadora ou Carniceira, que tinha a faculdade de adotar a aparência de uma pessoa querida, respeitável e, de súbito, saltava sobre você, rindo na sua cara, RARARARARÁ, e o matava com a comprida e afiada faca que trazia o tempo todo escondida nas dobras do vestido. E comia você inteirinho. Minha avó também nos contava histórias da sua juventude, dos bandos de guerreiros que assolavam o deserto, roubando animais e mulheres, incendiando casarios. Falava sobre todos os desastres esquecidos da sua vida e da dos seus pais: sobre a peste endêmica, a malária e a seca, que deixavam regiões inteiras despovoadas.

Contava da sua vida. Dos bons tempos, quando as chuvas chegavam e tingiam tudo de verde, quando as enxurradas enchiam repentinamente o leito dos rios, e havia carne e leite em abundância. Tentava nos ensinar o que levava à decadência: quando o capim

verdejava, os pastores se entregavam à preguiça e as crianças engordavam. Homens e mulheres se misturavam, cantando e batucando na penumbra, e isso lhes minava a precaução, impedindo-os de se prevenir contra o perigo. Tal combinação, dizia, levava à competição, ao conflito, à desgraça.

Às vezes, nas histórias da vovó, surgiam mulheres valentes — mães, como a minha — que se valiam da astúcia e da coragem para salvar os filhos do perigo. Isso nos incutia segurança, de certo modo. A minha avó e também a minha mãe eram destemidas e inteligentes: decerto nos salvariam quando chegasse a nossa vez de enfrentar os monstros.

Na Somália, as crianças aprendiam cedo a se precaver contra a traição. As coisas nem sempre eram o que pareciam; o menor deslize podia ser fatal. A moral de todas as histórias da minha avó mirava a nossa honra. Devíamos ser fortes, espertas, desconfiadas; devíamos acatar as normas do clã.

A desconfiança era recomendável, principalmente para as meninas. Pois elas podiam ser roubadas. Ou podiam ceder. E aquela que perdesse a virgindade manchava não só a própria honra como a do pai, dos tios, dos irmãos, dos primos. Não havia nada pior do que ser agente de semelhante catástrofe.

Por mais que gostássemos de suas histórias, geralmente não dávamos atenção à vovó. Ela nos pastoreava quase como as cabras que costumava amarrar na nossa árvore, já que éramos mais desobedientes. O nosso passatempo eram as histórias e as brigas; acho que só vi um brinquedo aos oito anos, quando nos mudamos para a Arábia Saudita. Vivíamos implicando uns com os outros. Haweya e Mahad se uniam contra mim, ou então Haweya e eu nos uníamos contra Mahad. Mas meu irmão e eu nunca fazíamos nada juntos. Nós nos detestávamos. Minha avó sempre dizia que era pelo fato de eu ter nascido só um ano depois dele: roubei-lhe o colo da minha mãe. Não tínhamos pai, porque papai estava na prisão. Eu nem me lembrava dele.

A maioria dos adultos que eu conhecia tinha sido criada nos desertos da Somália. País mais oriental e um dos mais pobres da África, a Somália se projetava no oceano Índico, resguardando qual mão protetora a ponta da península Arábica antes de mergulhar no litoral do Quênia. Minha família era de nômades que percorriam constantemente os desertos do norte e do nordeste em busca de pastagens para os rebanhos. Às vezes, fixavam-se durante uma ou duas estações; quando já não havia água ou pastagem suficiente, ou quando as chuvas não chegavam, pegavam a cabana, punham as esteiras nos camelos e partiam à procura de um lugar melhor para manter os rebanhos vivos.

Minha avó sabia tecer tão bem a palha seca que as suas moringas eram capazes de levar água por quilômetros e quilômetros. Podia fazer sua própria casinha abobadada de galhos dobrados e esteiras, e depois desmontá-la e carregá-la em um mal-humorado camelo de carga.

Seu pai, um pastor isaq, morrera quando vovó tinha uns dez anos. Sua mãe casara com o tio dela. (Era uma prática comum. Poupava o dote e evitava problemas.) Quando minha avó fez treze anos, um nômade rico chamado Artan, que já passava dos quarenta, pediu a sua mão a esse tio. Artan era um dhulbahante, uma boa estirpe dos darod. Respeitadíssimo, hábil com os animais e bom viageiro, conhecia tão bem o ambiente que sempre sabia quando partir e aonde ir para encontrar a chuva. Os membros dos outros clãs pediam-lhe que arbitrasse as suas disputas.

Artan já era casado, mas só tinha uma filha com a mulher, uma menina um pouco menor do que a minha avó. Ao decidir tomar outra esposa, escolheu primeiro o pai da noiva: que fosse um homem de bom clã e de reputação ilibada. A moça tinha que ser trabalhadora, forte, jovem e pura. Vovó Ibaado era tudo isso. Artan pagou um lobolo por ela.

Dias depois de Artan casar com ela e a levar embora, a minha avó fugiu. Tinha percorrido quase todo caminho de volta ao acampamento da mãe quando o marido a alcançou. Ele consentiu em deixá-la descansar um pouco com a família para se recuperar. Uma

semana depois, seu padrasto a levou ao acampamento de Artan e lhe disse: "Este é o seu destino".

Durante o resto da vida, minha avó foi impecável em tudo. Criou oito meninas e um menino, e nunca houve quem dissesse uma palavra capaz de lhe de trair a virtude ou o trabalho. Ela inculcou nos filhos força de vontade, obediência e senso de honra. Pastoreava os animais, ia buscar lenha, construía cercados de varas rendadas com galhos arrancados. Tinha mãos e cabeça duras, e, quando o marido presidia as reuniões de clã na qualidade de árbitro, vovó procurava manter as filhas bem longe e a salvo dos homens, das cantorias e dos tambores. Só à distância é que elas podiam ouvir os desafios poéticos e observar os homens trocarem bens e histórias. Minha avó não tinha ciúme da co-esposa mais velha, embora a mantivesse à distância; quando esta morreu, tolerou a presença da arrogante enteada Khadija, a garota quase da sua idade.

Artan tinha nove filhas e uma esposa jovem. Era sumamente importante preservar a honra de todas essas mulheres. Ele as conservava bem longe dos outros nômades, passando semanas a errar em busca de um lugar com pasto e sem homens. Viajava incessantemente pelos mais remotos desertos. Debaixo da árvore da nossa casa de Mogadíscio, vovó sempre falava na bela vaziez de se sentar diante da cabana que ela construíra com as próprias mãos e ficar contemplando a vastidão do espaço sem fim.

De certo modo, ela vivia na Idade do Ferro. Não havia sistema de escrita entre os nômades. Os artefatos de metal eram raros e valiosos. Os ingleses e os italianos proclamavam-se senhores da Somália, mas isso não significava nada para ela. Para vovó, não havia senão os clãs: os grandes clãs nômades dos isaq e dos darod, os inferiores agricultores hawiye e os sab, mais reles ainda. Aos trinta e poucos anos, quando viu um branco pela primeira vez, ela pensou que o sol tivesse crestado a pele do pobre homem.

Minha mãe, Asha, nasceu no início da década de 1940, com sua gêmea idêntica, Halimo. Vovó as pariu sozinha, debaixo de uma árvore.

Eram a sua terceira e quarta filhas; ela tinha uns dezoito anos e estava pastoreando cabras e ovelhas quando sentiu as dores. Deitou-se e deu à luz; então cortou os cordões umbilicais com sua faca. Algumas horas depois, arrebanhou as cabras e ovelhas e conseguiu levá-las para casa em segurança, antes do anoitecer, carregando as gêmeas recém-nascidas. Ninguém deu importância à façanha: ela apenas tinha levado mais duas meninas para casa.

Para minha avó, os sentimentos não passavam de uma perversão imbecil. Mas o orgulho, sim, era importante — orgulho pelo trabalho, orgulho pela própria força — e a autoconfiança. Se você fosse fraca, as pessoas falariam mal. Se suas cercas de espinhos não fossem fortes o bastante, seus animais seriam atacados por leões, hienas e raposas, seu marido casaria com outra, suas filhas perderiam a virgindade e seus filhos seriam objeto de desprezo.

Aos olhos dela, éramos crianças inúteis. Criadas em uma casa de blocos de cimento, com telhado sólido, não sabíamos fazer nada que prestasse. Andávamos pelo leito da rua; a rua da nossa casa não tinha calçamento, porém, mesmo assim, era uma via aberta na terra. Bebíamos água da torneira. Jamais conseguiríamos achar o caminho de volta se fôssemos pastorear rebanhos no deserto; não sabíamos nem mesmo ordenhar uma cabra sem levar um coice.

Vovó dedicava a mim um desprezo todo especial. Eu tinha pavor de insetos, por isso, em sua opinião, eu era uma criança verdadeiramente burra. Quando suas filhas completavam cinco ou seis anos, ela já lhes havia ensinado as coisas mais importantes que precisavam saber para sobreviver. Eu não sabia nada.

Minha mãe também nos contava histórias. Tinha aprendido a cuidar dos animais da família e a conduzi-los pelos desertos aos lugares mais seguros. As cabras eram presa fácil para o predador; as meninas também. Se os homens atacassem minha mãe ou suas irmãs no deserto, a culpa era exclusivamente delas: sabiam que deviam fugir assim que avistassem um camelo desconhecido. Se fossem capturadas, deviam dizer três vezes: "Que Alá seja minha testemunha, não quero

nenhum conflito com você. Por favor, deixe-me em paz". Ser estuprada era muito pior do que morrer, pois sujava a honra de todos os membros da família.

Se a invocação de Alá não surtisse efeito, minha avó instruía as filhas para correrem ao redor do agressor, agacharem-se, enfiarem a mão por baixo de seu sarongue, entre as pernas, e puxarem-lhe os testículos com toda força. E que não os soltassem. O homem podia desferir pancadas e pontapés, mas elas que baixassem a cabeça, para receber os golpes nas costas, e tratassem de ficar agarradas até que o bandido desmaiasse. Esse expediente se chamava qworegoys, e as mulheres da família da minha avó o ensinavam para as filhas assim como lhes ensinavam a fazer cercas de espinheiro para proteger a cabana contra as hienas.

Lembro de uma tarde em que Haweya e eu, ainda pequenas, estávamos vendo vovó passar banha de carneiro em um comprido rolo de corda, para depois embebê-la na tintura vegetal que a tornaria dura e preta.

"Uma mulher sozinha é como um pedaço de banha de carneiro ao sol", disse ela. "Tudo quanto é bicho vem comer essa banha. Antes que vocês percebam, as formigas e os insetos caem em cima dela e só deixam uma manchinha de gordura." Vovó apontou para uma gota de banha que derretia ao sol, pouco além da sombra do talai. Estava preta de formigas e moscas. Essa imagem passou anos povoando os meus pesadelos.

Quando menina, minha mãe tinha sido diligente, sempre obediente. Mas, quando ela estava crescendo, o mundo começou a mudar. As antigas tradições dos nômades foram se alterando à medida que a vida moderna os atraía para os vilarejos e as cidades. E assim, mais ou menos aos quinze anos, mamãe saiu do deserto. Deixou os pais, as irmãs mais velhas e até a irmã gêmea, e foi caminhando. Depois subiu em um caminhão e viajou até a cidade portuária de Berbera, onde embarcou em um navio e atravessou o mar Vermelho rumo à Arábia.

Khadija a precedera. Khadija era sua meia-irmã mais velha, filha da primeira esposa de seu pai. Uma outra irmã mais velha da minha mãe empreendeu a mesma viagem. Não sei o que as levou a fazer isso; mamãe raramente manifestava suas emoções mais íntimas. Mas eram os anos 1950, e a vida moderna ia abrindo caminho nos lugares mais longínquos do mundo. Afinal de contas, minha mãe era jovem e acho que simplesmente não queria ficar sozinha no deserto quando todos os outros tivessem migrado para a cidade.

Mamãe foi para Áden, onde Khadija já fixara residência: uma grande cidade, um centro do poder colonial britânico no Oriente Próximo. Arranjou emprego como faxineira de uma inglesa. Descobriu a utilidade dos talheres, das cadeiras, das banheiras e das escovas. Adorava os rituais estritos — lavar, passar, dobrar — e a sofisticada parafernália da vida sedentária. Tornou-se ainda mais escrupulosamente atenta a essas coisas do que a mulher para a qual trabalhava.

Embora estivesse sozinha em Áden, longe da vigilância dos pais, minha mãe era extremamente virtuosa. Estava decidida a não dar motivos para que dissessem que ela, Asha Artan, se havia comportado mal. Nunca andava de táxi nem de ônibus por medo de se sentar ao lado de um estranho. Evitava os homens somalis que mascavam qat e as moças que faziam chá para eles e gracejavam quando a ruidosa euforia daquelas folhinhas curtas e gordas os fazia falar e rir. Não, em Áden, mamãe aprendeu a rezar de maneira adequadamente islâmica.

Vivendo no deserto, minha avó nunca teve tempo para rezar. Entre os nômades, não se esperava isso das mulheres. Eram os homens que estendiam na areia o tapete de oração cinco vezes por dia e se voltavam para Meca, entoando o Alcorão. Mas agora, na península Arábica, onde o profeta Maomé recebeu a revelação de Alá, mamãe aprendeu as abluções rituais. Aprendeu a se cobrir com um pano liso e a rezar — de pé, sentada, prostrada, voltando-se para a direita e para a esquerda: o balé da submissão a Alá.

No deserto, as mulheres nômades não se cobriam. Elas trabalhavam, e era difícil trabalhar debaixo de um longo véu. Para pastorear e cozinhar, minha avó trajava um vestido comprido de pano, o goh, deixando nus os braços, o cabelo e o pescoço. Naquele tempo, era comum as mulheres amamentarem os filhos na presença de homens; se havia algo excitante em ver alguns centímetros de carne feminina, eles não demonstravam.

Minha mãe não tinha protetor em Áden — nem pai, nem irmão. Os homens a cortejavam e a assediavam na rua. Ela passou a usar véu, como as mulheres árabes que, para sair de casa, se envolviam em um comprido pano preto, deixando apenas uma fresta para os olhos. O véu a protegia dos rapazes namoradores e do mal-estar de ser olhada daquela maneira. O véu era o emblema da sua fé. Para ser amada por Deus, era preciso ser modesta, e Asha Artan queria ser a mulher mais correta e mais virtuosa da cidade.

Um dia, meu avô Artan foi a Áden. Disse à mamãe que a haviam pedido em casamento e que ele aceitara. Mamãe tinha uns dezoito anos; não podia desafiar o pai. Por isso ficou calada. O silêncio de uma virgem era a resposta mais apropriada a um pedido de casamento; significava digno consentimento.

Assim, mamãe casou com esse homem, chamado Ahmed, embora não tivesse gostado da sua aparência. Ele era muito baixo e escuro, e fumava, o que para ela era tão horrível quanto mascar qat. Ahmed era um darod, como ela, e também dos harti, como ela; mas, longe de ser um nômade dhulbahante, feito mamãe, era mercador, um wersengeli. Por isso ela desprezava aquele homem, por rico que fosse.

Esse wersengeli a levou para o Kuwait, onde ela passou a ser dona de uma casa grande, com piso ladrilhado, água quente corrente e eletricidade. A primeira coisa que fez foi despedir todas as criadas: ninguém era capaz de manter a casa suficientemente limpa para Asha Artan. Ela se empenhou em criar um lar exemplar. Teve um filho, ao qual deu o nome de Muhammad, o do profeta, nome adequado a um primogênito.

Então seu pai, que era muito velho, morreu, e mamãe fez uma coisa muitíssimo surpreendente: disse ao marido que queria o divórcio.

Obviamente, não tinha direito de se divorciar pela lei muçulmana, a menos que o marido fosse impotente ou a deixasse na mais completa indigência. Todos os membros do clã, no Kuwait, disseram que ela estava sendo ridícula. Seu marido era rico e, embora tivesse com que sustentar várias esposas, voltava toda noite para casa. Que mais ela podia querer? Se se divorciasse, seria mercadoria de segunda mão — já não era virgem. E, além disso, alegaram, ficaria com a reputação de não ser baarri.

Uma baarri era uma espécie de escrava devotadíssima. Honrava a família do marido e a alimentava sem questionar nem se queixar. Nunca chorava nem fazia nenhum tipo de exigência. Era forte no serviço, mas sempre de cabeça baixa. Se o marido fosse cruel, se a estuprasse e ainda zombasse dela por isso, se resolvesse tomar outra esposa ou se a espancasse, ela baixava os olhos e ocultava as lágrimas. E trabalhava muito, impecavelmente. Era um burro de carga dedicado, acolhedor, bem treinado. Isso era ser baarri.

Toda mulher somali precisava aprender a dizer a si mesma que Deus era justo e onisciente e ia recompensá-la no além. Entretanto, todos que soubessem da sua paciência e da sua tenacidade haviam de aplaudir seu pai e sua mãe pela educação excelente que lhe deram. Seus irmãos ficariam agradecidos pela honra preservada. Podiam se vangloriar para as outras famílias da sua heróica submissão. E talvez um dia a família do seu marido até apreciasse a sua obediência, e quem sabe ele passaria a tratá-la como um ser humano.

Se acaso você, sendo baarru se sentisse triste, humilhada, cansada ou infinitamente explorada, o melhor era dissimular. Se aspirasse a um pouco de amor e conforto, o remédio era pedir a Alá, em silêncio, que tornasse o seu marido mais suportável. A oração era a sua força. As mães nômades deviam transmitir às filhas essa capacidade e esse vigor chamados baarri.

Durante anos mamãe foi perfeita. Sua virtude era lendária; seus hábitos de trabalho, perfeitos. Em parte, era a sua natureza: ela encontrava força e consolo nas regras inequívocas e na certeza absoluta de que, se fosse boa, iria para o céu. Mas acho que também temia que seu pai a amaldiçoasse se ela o desobedecesse. A maldição de um pai era a pior coisa que podia acontecer, uma passagem direta para o inferno.

Mas, quando seu pai morreu, a minha mãe desafiou o marido. Apartou-se dele com toda força do desprezo que durante tanto tempo estava armazenando. Recusava-se até mesmo a lhe dirigir a palavra. Por fim, ele concordou em aceitar o pedido de divórcio. O juiz kuwaitiano concedeu-lhe a guarda do filho por mais sete anos. Quando chegasse aos dez, Muhammad voltaria a morar com o pai; até lá, ela estava autorizada a criá-lo sozinha.

Quando mamãe era menina, a Somália não existia. Embora todos os clãs falassem a mesma língua, ainda que diferentes dialetos, geralmente viviam em territórios separados e se consideravam diferentes. O território que hoje constitui a Somália estava repartido entre ingleses e italianos que ocupavam o país como colonizadores, dividindo-o em dois. Em 1960, os colonialistas se foram, deixando um Estado independente novo em folha. Surgiu uma nação unificada.

Esse novo país, a Somália, tinha democracia, presidente, bandeira, exército e até moeda própria: notas sépia com digníssimos retratos de animais domésticos e pessoas trabalhando nas plantações, cenas que a minha mãe jamais presenciou. Gente que sempre viveu nas profundezas das zonas rurais começou a afluir à nova capital do país, que os colonizadores batizaram Mogadís-cio. Todos vibravam com a idéia de construir uma nação grande e poderosa. Tais esperanças seriam destruídas, nos anos vindouros, pelas lutas intestinas dos clãs, pela corrupção e a violência em que o país caiu como tantos outros na África. Mas mamãe não podia imaginar que isso fosse acontecer, portanto, feito muitos outros, arrumou as malas, pegou o filho e o dote

que o marido lhe dera quando eles se casaram e voltou para a Somália, para Mogadíscio, a capital, onde nunca tinha estado.

Até o fim da vida, a minha avó censurou essa decisão. Mogadíscio não era terra darod. Nem mesmo isaq era. Ficava em pleno território hawiye, no qual a minha mãe não tinha raízes. Vovó sempre dizia que o ex-marido devia tê-la amaldiçoado, levando-a a fazer aquela escolha tão temerária. Ou talvez um djim tivesse sido solto quando mamãe renegou frontalmente o casamento arranjado pelo pai. Minha avó detestava as casas duras de cimento, as ruas estreitas, a falta de horizonte de Mogadíscio, e detestava saber que sua família já não estava a salvo nas terras darod do norte. Porém, uma vez mais, mamãe havia abandonado as tradições dos pais. E, uma vez mais, seguia os passos da meia-irmã Khadija Artan, que acabava de mudar para Mogadíscio com o marido.

Khadija era uma mulher notável, alta e magra como a minha mãe. Tinha traços firmes, angulosos, olhos de gavião e modos dominadores. Sua voz era sonora; e seus gestos, dignos e elegantes. Vovó a abominava. Khadija era insolente, usava vestidos ocidentais que, embora lhe chegassem até os tornozelos, ficavam bem justos no corpo à força de zíperes e botões. Também se envolvia no goh rural e no dirha urbano. Mas os gohs e dirhas de Khadija eram de tecidos escolhidos a dedo, sedas e chiffon caríssimos em vez do mero algodão, e o modo como os trajava fazia as outras mulheres parecerem desajeitadas e inadequadas. Khadija levava o cabelo alto, preso em um turbante de pano. Era moderna. Tinha paixão pela independência, pela política e pelas discussões noturnas na rua. Ostentava positivamente a sua vaidade na nova capital.

Embora fosse casada (e, aliás, muito bem casada), Khadija era estéril: um destino terrível. Alguns diziam que isso ocorria porque, além de ser uma bruxa, era muito obstinada. Minha avó resmungava que devia ser uma praga por desobediência e extravagância. Fosse ou não fosse praga, Khadija não dava a mínima.

Ela aconselhou mamãe a comprar um lote em frente à transportadora do filho mais velho do seu marido, fruto de um casamento anterior. Tratava-se de um bairro novo, e, agora que Mogadíscio era a capital, os darods estavam começando a se mudar para lá. Aquela região hoden era mais limpa e sadia do que o centro da cidade, onde os graciosos e velhos prédios italianos se cercavam de ruas imundas, densamente povoadas. No nosso bairro, as ruas não eram calçadas e poucas residências tinham eletricidade; a nossa nunca teve. Mas minha mãe comprou o terreno. Mudou-se para a casa de Khadija e começou a planejar a construção da sua.

Ela concebeu o imóvel por etapas, à medida que o material se tornava disponível. Tinha apenas dois cômodos grandes, com paredes de bloco caiadas e piso de cimento. A área em frente à porta da rua também era de cimento; o resto, areia pura. A construção demorou muito. Tudo foi pintado de branco, com exceção das portas e venezianas, que eram verdes, a cor que mamãe achou adequada para uma boa porta muçulmana. O fogão ficava fora, sob um telheiro, junto a um alto talai, a cuja sombra um homem podia estender a esteira em uma tarde quente.

Khadija era intrometidíssima, sempre dirigindo o destino dos outros e arranjando casamentos. Mamãe era jovem e não tinha muito que fazer; não lhe convinha trabalhar. Khadija se ofereceu para ficar com Muhammad para que ela pudesse sair, talvez fazer um curso de alfabetização. Um rapaz chamado Hirsi Magan acabava de voltar de uma universidade, nos Estados Unidos, e estava ensinando as pessoas comuns, em Mogadíscio, a ler e escrever.

Esse moço, Hirsi Magan, viria a ser o meu pai. Na infância, eu o via como um verdadeiro herói de fábula, só um pouco mais real do que os lobisomens da minha avó. Sua irmã mais velha, tia Hawo Magan, costumava nos visitar e contar histórias dele quando menino no deserto do nordeste. Seu pai, Magan, tinha sido um célebre guerreiro, cujo nome significava "Protetor" — ou, mais especificamente, "Protetor dos conquistados". Magan era um osman mahamud, do subclã darod, que

sempre se arrogava o direito de conquistar e governar os demais povos. Magan combatia a favor de Boqor, o governante das terras macherten, perto do mar; posteriormente, por volta de 1890, passou-se de armas e bagagens para Kenaidiid, o rival de Boqor, que era mais jovem e mais ávido por empreender a guerra e comandar incursões. (Boqor, Magan e Kenaidiid eram primos.)

Kenaidiid e Magan percorreram com seus guerreiros as terras sulistas de Senag e Mudug, ocupadas por clãs menores, inclusive muitos hawiye. Estes eram gente passiva, na maioria agricultores, e não tinham exército. Magan os desprezava. Contava-se que certa vez ele mandou os aldeões hawiye fazerem um círculo de pedra e a seguir os obrigou a entrar ali para serem mortos. Depois mandou seus guerreiros ficarem com as mulheres e lá se fixarem, em terra hawiye, ao norte de Mogadíscio. Segundo a minha avó, os hawiye da região de Mudug nunca esqueceram o nome de Magan.

Meu pai foi criado no deserto do norte, filho da última e mais jovem esposa de Magan. Sua mãe tinha doze ou treze anos quando casou com o velho guerreiro que já beirava os setenta. Papai era o filho caçula e o mais querido de Magan. Quando o pai morreu, ele foi criado pelos irmãos mais velhos, alguns tão idosos que já tinham netos. Levaram-no a cavalgar no deserto antes mesmo que tivesse aprendido a andar.

Os filhos de Magan eram comerciantes e guerreiros ricos e poderosos. O meu pai era bem cuidado — inteligente, seguro de si, mimado. Fez amizade com um homem mais velho, Osman Yusuf Kenaidiid, neto do Kenaidiid de quem seu pai tinha sido vassalo. Magan sempre zombava desse homem, que era muito calado e cobria a boca com um pano, porque as palavras não eram coisa para se desperdiçar à toa; deviam resultar de uma reflexão profunda.

A eloqüência, o uso da bela linguagem, era muito admirada na Somália; o povo apreciava e memorizava a obra dos grandes poetas a quilômetros e quilômetros das aldeias, às vezes durante gerações. No entanto, poucos poetas chegaram a escrever uma palavra somali. Os

colonizadores deixaram pouquíssimas escolas, um número insuficiente para educar uma nação que agora contava milhões de habitantes.

Osman Yusuf Kenaidiid era letrado. Inventou uma escrita para registrar pela primeira vez os sons da língua somali. O povo a chamava de osmaniya. Era oblíqua, floreada e engenhosa, e o meu pai procurou aprendê-la.

Osman era um bom tutor e tinha bons contatos com os colonialistas italianos que dominavam o sul da Somália. Meu pai, seu apadrinhado, começou a freqüentar uma escola de Mo-gadíscio, a capital colonial dos italianos. Ingressou na Liga da Juventude Somali e participava de acaloradas discussões sobre o futuro, quando as potências coloniais que sujeitavam a grande nação somali fossem expulsas e se formasse um país capaz de deslumbrar a África. Aprendeu italiano, inclusive passou uma temporada estudando em Roma: era uma oportunidade rara para um somali, mas os descendentes de Magan tinham dinheiro. Meu pai casou com Maryan Farah, uma mulher do subclã mare-han dos darod.

Pouco depois, decidiu estudar nos Estados Unidos: na Universidade de Columbia, em Nova York. Ficou entusiasmado com os americanos. Costumava dizer: "Se eles conseguiram chegar aonde chegaram em apenas duzentos anos, nós, somalis, com a nossa resistência e a nossa flexibilidade, podemos ser a América da África". E fez questão de que Maryan fosse para lá, e ela também começou a estudar. Arro, sua filha menor, nascida em 1965, ficou na Somália com a avó.

Tendo se diplomado em antropologia na Columbia, meu pai voltou para a Somália, como muitos outros jovens privilegiados, a fim de ajudar a plasmar o futuro da nação. Maryan não tinha concluído o curso; ele exigiu que ela ficasse nos Estados Unidos até se formar. Nada mais natural, para papai, do que se instalar na nova capital do país, Mogadíscio.

Ele estava convencido de que, para criar uma nação intrépida, o povo precisava saber ler e escrever. Iniciou uma campanha de

alfabetização. Para dar o exemplo, passou a ministrar pessoalmente um dos cursos.

Na Somália, o idioma tem muita importância. É o que une os clãs rivais em algo parecido com uma nação única. As pessoas lotavam o curso de alfabetização de Hirsi Magan em Mogadíscio. Meu pai tinha pele escura, nariz comprido e testa larga; o seu charme era mais ou menos o de um cantor popular intelectualizado. Embora não fosse alto, tinha muita presença. As pessoas adoravam a sua companhia; durante toda a vida o escutaram com muito respeito.

Poetisa nata, graciosa e inteligente, minha mãe foi uma das suas melhores alunas. Aprendia depressa. Um dia, teve o desplan-te de corrigir o modo como o professor pronunciava uma palavra somali, sacudindo o xale com arrogante desdém. Foi atrevida e surpreendente. Ela também era bonita, magra e alta, empertigada como uma árvore nova.

Meu pai se sentiu atraído pela verbosidade inteligente e as opiniões inflexíveis da minha mãe. A atração foi mútua, e evidentemente Khadija se encarregou de estimulá-los.

Os dois se casaram em 1966. Minha mãe sabia que o meu pai continuava casado com a primeira esposa, Maryan. Mas ela estava em Nova York, e ele não a informou do novo casamento. Maryan ficou sabendo quando retornou à Somália, é claro. Não sei ao certo quando foi isso.

Sempre houve muita eletricidade entre papai e mamãe. Eles se provocavam, se desafiavam. Em uma cultura contrária a que as pessoas escolhessem o seu parceiro, eles se escolheram: seu vínculo era forte.

Em outubro de 1968, nasceu o meu irmão Mahad. Meus pais terminaram a construção da casa no terreno comprado pela minha mãe em Mogadíscio e se mudaram para lá, levando consigo o meu meio-irmão mais velho, Muhammad, que tinha seis anos. Mamãe não tardou a engravidar novamente, de mim, e a minha avó chegou do deserto para ajudá-la nos últimos meses de gravidez.

Meu pai era ousado, culto, popular, nascido para mandar. Candidatou-se ao Parlamento da cidadezinha nortista de Qardho, mas não foi eleito. Gastou muito dinheiro do próprio bolso patrocinando campanhas de alfabetização, e investiu em uma fábrica de açúcar. Também se envolveu no projeto de construção de uma barragem, no norte, para que as pessoas tivessem água o ano todo em vez de ficar vendo o rio secar, sugado pelas rachaduras na areia.

No dia 21 de outubro de 1969, um golpe de Estado derrubou o governo. Vinte e três dias depois, eu nasci, em 13 de novembro, seis semanas antes do tempo e pesando pouco mais de um quilo e meio. Talvez meus pais tenham ficado contentes. Papai devia me embalar de vez em quando; não lembro. Mahad dizia recordar nosso pai naquele tempo, mas não passavam de lembranças fugazes: papai quase nunca estava em casa.

Minha irmã Haweya nasceu em maio de 1971. Poucos meses depois, a primeira mulher do meu pai, Maryan Farah, deu à luz minha meia-irmã Ijaabo. Houve um desentendimento, e os dois se divorciaram. E então, em abril de 1972, quando eu tinha dois anos, papai foi levado. Foi encerrado no pior lugar de Mogadíscio: a antiga prisão italiana conhecida como Buraco.

2. Debaixo do talai

Durante a infância, eu vivia tentando imaginar meu pai. Quando eu perguntava, mamãe se limitava a dizer que não tínhamos nos conhecido. Afwayne, que era um monstro de verdade, não os das histórias de vovó, encarcerara papai. Afwayne, o Bocudo, esse era o apelido do presidente Siad Barré. Havia grandes retratos dele em todas as lojas e em todos os espaços públicos de Mogadíscio; ele e aquela boca enorme e aqueles dentes de cavalo. Às vezes, a polícia especial de Afwayne invadia uma casa e levava as pessoas. E as torturava até que confessassem uma coisa terrível e então as matava. Até eu sabia disso.

Lá em casa, todos os adultos ficavam subitamente calados quando a gente ouvia os fuzis dos carrascos na praça Tribunka.

Siad Barré era vice-comandante do exército na época da Independência, em 1960, e, depois de fazer um estágio com os militares soviéticos, passara a defender o marxismo. Era um marehan, um pequeno subclã do darod, e de origem modestíssima. Não se conheciam bem as circunstâncias exatas do golpe de Estado; ninguém sabia se Barre mandara matar o presidente ou se simplesmente tinha aproveitado o assassinato para tomar o poder. Seu regime era o de um clássico Estado satélite da União Soviética, com partido único, sindicato único, uma organização das mulheres e grupos de jovens pioneiros. Gastou-se muito dinheiro em armamento, não em desenvolvimento, porém, mesmo assim, houve um investimento consciente em escolas, não sei se para ensinar os alunos a adorarem o regime ou simplesmente para educá-los.

Toda noite, até eu completar seis anos, enquanto mamãe cozinhava no fogareiro a carvão, nós crianças nos ajoelhávamos em semicírculo e rogávamos a Alá que libertasse nosso pai. Naquele tempo, aquilo não tinha lá grande sentido. Minha mãe nunca achava tempo para falar em Deus; ele simplesmente existia, e ouvia muito as orações das criancinhas. Mas, embora a gente fizesse o possível para rezar com fervor, não dava certo. Quando eu perguntava por que Alá ainda não tinha libertado o meu pai, mamãe simplesmente me mandava continuar rezando.

Ela o visitava na prisão, mas só meu irmão Mahad podia ir junto. Haweya e eu ficávamos em casa com vovó. Éramos muito pequenas para ir com a minha mãe e, além disso, éramos meninas; Mahad ocupava o primeiro lugar em tudo. E sempre voltava zangado daquelas visitas, e a minha mãe o obrigava a prometer não nos contar nada quando voltasse de lá: éramos bem capazes de cometer a tolice de deixar escapar uma informação, e a polícia secreta podia ouvir.

Certa vez, ao sair do presídio com ela, Mahad atacou um gigantesco retrato de papelão de Afwayne que estava pendurado na

entrada. Devia ter uns seis anos. "Começou a jogar pedras e a gritar", contou mamãe ao chegar em casa à noite. "Graças a Alá que o carcereiro era do nosso clã." Ela parecia fascinada com o espírito guerreiro de Mahad. Mas o carcereiro podia tê-la acusado de ensinar o filho a se opor ao governo, de ser uma "anti". Eu sabia que, se não fosse por Alá e a proteção do nosso clã, Haweya e eu teríamos passado aquela noite sozinhas debaixo da árvore, com vovó a suplicar a Alá que tirasse também a minha mãe e o meu irmão da cadeia.

Alá era um mistério para mim. Uma das minhas lembranças mais remotas, de quando eu tinha uns três anos, é a de ver minha avó em uma atitude inexplicável, agachada em um tapete no quarto, com o nariz encostado no chão. Pensando que fosse uma brincadeira, comecei a saltar, a fazer caretas para ela e a cutucá-la. Vovó não me deu atenção e continuou se prostrando e se erguendo, sempre a murmurar coisas que pareciam loucamente estranhas. Eu não conseguia entender suas palavras. Por fim, quando terminou, ela se voltou para mim com um olhar muito amedrontador. "Sua bastarda!", gritou, batendo em mim e me mordendo os braços. "Que Alá Todo-Poderoso a leve daqui! Que você nunca chegue a sentir nem o cheiro do paraíso!"

Minha prima Sanyar, a filha de treze anos da gêmea de mamãe, livrou-me das garras de vovó e me levou para fora. Ela a ajudava a cuidar de nós quando mamãe saía. Era boa e explicou que eu havia perturbado vovó durante a oração, que era o mesmo que conversar com Deus, o momento mais importante da vida de um adulto.

Fiquei assustada: tinha certeza de que não havia ninguém mais naquele quarto, só vovó e eu. Porém Sanyar disse que eu era muito pequena para entender. Quando crescesse, sentiria a presença de Alá.

A visão do universo da minha avó era complexa. Existia toda uma cosmologia de entidades mágicas juntamente com Deus, Alá. Djins, que podiam ser masculinos ou femininos, viviam na esfera intermediária, vizinha da nossa, e eram capazes de trazer a desgraça e a doença. As almas dos sábios e dos ancestrais já mortos também podiam interceder por nós junto a Deus.

Numa outra tarde, quando éramos um pouco maiores, Haweya e eu estávamos fazendo algazarra debaixo do talai quando ouvimos vovó falar. Ela tinha ido para a cama, às voltas com alguma dor, e sabíamos que não convinha incomodá-la. Fomos, pé ante pé, até a porta do quarto para escutar.

"Queridos ancestrais, levai-me daqui", dizia vovó com voz sufocada.

Não houve resposta. Então se ouviu uma pancada: bum.

"Abokor, leva-me daqui." Bum.

"Hassan, leva-me daqui." Bum.

"Queridos ancestrais, levai-me daqui."

Haweya e eu ficamos curiosíssimas. Queríamos ver aquela gente. Abrimos a porta devagar. Demos com vovó deitada de costas, trajando bonitas roupas brilhantes, como se estivesse pronta para ir ao festival led. No quarto impregnado de incenso, ela batia no peito com as mãos, acompanhando cada batida da sufocada súplica. "Queridos ancestrais, levai-me daqui." Falava com dificuldade, como se a estivessem estrangulando.

Intrigadas, ficamos olhando. Não havia mais ninguém no quarto, nada que lembrasse remotamente um antepassado — embora nunca tivéssemos visto um. Eu puxei Haweya para trás e fechei a porta com o máximo cuidado, mas aquilo nos deixou estupefatas. Alguns dias depois, começamos a representar a cena. Deitadas lado a lado na cama, pedimos com voz engasgada aos nossos ancestrais imaginários que nos levassem. Vovó irrompeu no quarto, seguida de mamãe.

"Que vocês duas torrem no inferno!", gritou com estridência. "Que o diabo as carregue!" Perseguiu-nos pelo quarto e ameaçou fazer as malas e ir embora. Mamãe teve que nos castigar. Precisava muito da minha avó. Quase não parava em casa — e isso também era por causa de Afwayne.

Siad Barré introduziu o Estado policial na Somália e tentou organizar uma pseudo-economia. Como ele era aliado da União Soviética, o país precisava se tornar comunista. Na prática, para as

famílias comuns, isso significava passar horas em uma série de longas filas, à mercê dos raios inclementes do sol de Mogadíscio, para receber quantidades limitadas de gêneros de primeira necessidade: farinha, açúcar, óleo, sorgo, arroz e feijão. Não havia carne, ovos ou frutas, não havia legumes, nem azeite de oliva, nem manteiga. Qualquer artigo extra precisava ser comprado às escondidas no mercado negro.

Mamãe nunca contava quando ia viajar. Estava lá e de repente partia, às vezes para passar semanas inteiras ausente. Descobri que seus movimentos obedeciam a uma espécie de padrão. Minha distante mas de algum modo confiável mãe ficava arrasada. "E agora, Alá, o que eu hei da fazer?" lamentava. "Sozinha com três filhos e uma velha. Será que mereço tanto castigo?" Ela chorava, e vovó procurava consolá-la; eu pedia colo e a acariciava, o que a fazia chorar mais ainda. Então ela desaparecia durante algum tempo, ia a alguma aldeia distante, geralmente viajando com um dos primos do meu pai, um mercador que, fazia tempo, tinha vendido todos os seus camelos para comprar um caminhão e que agora transportava alimento para a cidade.

Às vezes eu a via chegar na carroceria de um caminhão, pouco depois do anoitecer. Os homens levavam sacos de comida para dentro: arroz, farinha, açúcar e potes de alumínio cheios de pedacinhos de carne de camelo mergulhada em banha, tâmaras e alho. Essas operações rápidas e furtivas eram praticamente as únicas ocasiões em que entrávamos em contato com homens. Éramos orientadas para não dizer nenhuma palavra sobre aquela comida, que ficava guardada debaixo das camas — do contrário, mamãe e seu primo também poderiam acabar na cadeia.

Certa vez, os soldados da temida brigada Guulwade invadiram a casa. Mamãe não estava. Eram da guarda especial de Afwayne — piores ainda do que a polícia. Um rapaz fardado e armado de fuzil entrou no nosso terreno. Vovó estava debaixo do talai. Levantou-se sobressaltada e furiosa. "Seu sujeitinho sem berço!", começou a discursar. "Essa arma não vai lhe devolver a honra perdida!" Ela detestava o governo. "Vocês

só servem para agredir velhas e crianças cujo pai o seu patrão covarde jogou na cadeia!"

Assustada, corri para dentro. Vi pelo menos três outros homens fardados junto à cerca. O soldado fez menção de entrar na casa, e vovó tentou impedi-lo. Era muito menor do que ele, mas o encarou com ferocidade; esticando o pescoço, empunhou com firmeza a agulha comprida e pontiaguda com que tecia esteiras e cestos.

O soldado a mandou sair do caminho. "Covarde", ela gritou com desprezo. Então ele a empurrou. Vovó caiu, mas logo avançou com a agulha em riste. "Covarde! Covarde!", berrava. O rapaz vacilou um instante. Olhou para os colegas lá fora. Cheguei a pensar que iria embora. Mas ele tornou a empurrar vovó com força, jogando-a de costas no chão. Os quatro militares entraram na casa e viraram tudo de ponta-cabeça.

Depois foram embora. Vovó gritou às suas costas: "Filhos-da-puta! Alá há de queimá-los no inferno!". Ela parecia exausta, e sua expressão me assustou tanto que achei melhor deixar as perguntas para outra ocasião.

Naquela noite, mamãe chegou tarde da visita ao meu pai na prisão. Ia vê-lo com muita freqüência. Preparava comida especial para ele, escolhendo as partes mais macias do animal, picando a carne em pedacinhos minúsculos, marinando-os e, depois, cozinhando-os durante dias.

Minha irmãzinha Quman nasceu quando eu tinha três anos, mas a única lembrança que me deixou foi a sua morte. Tenho na mente a imagem de um homem alto parado à porta, carregando um bebê enrolado em panos. Todos sussurravam Innaa Lillaahi wa innaa Illaahi raajiuun — "De Alá viemos e a Alá voltaremos". Lembro-me de ter puxado o xale de mamãe para lhe dizer que aquele homem estava querendo roubar a minha irmã; lembro-me dela repetindo muitas e muitas vezes as mesmas palavras, com os demais. Então, na minha memória, o homem parte com Quman, que está chorando, e mamãe o acompanha, lívida de dor.

Anos depois, quando eu já estava grande o bastante para entender o que era a morte, perguntei como era possível que a pequena Quman chorasse tanto se estava morta. Mamãe disse que quem estava chorando era eu. Chorara durante horas sem parar.

Houve tantos enterros na minha infância. O marido da tia Khadija, o tio Ied, morreu quanto eu tinha quatro anos. Nunca mais ia nos levar no seu carro preto e nos jogar no colo, brincando. Depois a tia Hawo Magan, a irmã do meu pai, adoeceu. Ela era muito boazinha e, quando recitávamos a nossa linhagem corretamente, dava-nos doces e ovos cozidos. Haweya e eu fomos ao hospital com mamãe. Quando ela morreu, comecei a chorar, inconsolável. "Ela partiu. Não se pode fazer nada", disse a minha mãe. "Pare de chorar. É assim mesmo. Quem nasce tem que morrer um dia. Há um paraíso, e gente boa como a tia Hawo lá encontra a paz."

A irmã mais velha de mamãe, que também se chamava Hawo, foi morar conosco quando adoeceu. Tinha uma coisa dentro do peito que a obrigava a passar o dia todo deitada em uma esteira no chão. Nunca vou esquecer os gemidos de dor intermináveis, abafados, que tia Hawo deixava escapar, dia e noite, entre os dentes cerrados. Vovó, mamãe e a irmã gêmea de mamãe, a tia Halimo, se revezavam para passar ervas malmal em seu peito. Quando tia Hawo morreu, diversas mulheres se reuniram lá em casa. Fizeram várias fogueiras, e muitas ficaram cozinhando e conversando. Algumas balançavam o corpo, sacudiam os braços erguidos e gritavam em cadência:

Allah bdeyey	Oh, Deus, estou eliminada
Allah hoogayeey	Oh, Deus, estou devastada
Allah Jabayoo dhaayeey	Oh, Deus, estou quebrada e caída
Nafta, nafta, nafta	A alma, a alma, a alma

Ao chegar à terceira linha, caíam de joelhos em um histerismo teatral. Depois se levantavam, agarravam a própria garganta e gritavam em tons estridentes: "Nafta, nafta, nafta" — "A alma, a alma, a alma!".

Aquilo deixou a minha mãe chocada, era visível. "Que falta de respeito com a morta!", ela sussurrou com indignação. "Essas mulheres isaq! Não têm o menor senso de honra nem de bons modos! Como podem se desesperar assim, sem nenhum pudor!" Velava em silêncio em um canto, como era recomendável entre os dhulbahante, o seu subclã dos darod. Estava tão absorta no luto por Hawo e na raiva daquelas mulheres isaq, que mal notou o pavor com que Haweya e eu assistíamos à cena.

Uns quinze dias depois, mamãe e vovó nos pilharam batendo no peito e gritando: "Oh, Alá, estou eliminada! Oh, Alá, estou devastada!". E nos jogando na areia do quintal gritávamos: "A alma, a alma!" Tudo isso às gargalhadas.

Minha avó ficou descabidamente ultrajada. Achou que estávamos provocando o destino, talvez até despertando os djins invisíveis, sempre presentes, sempre aguardando semelhante chamado para desencadear a devastação. Para piorar as coisas, ela se sentiu ofendida com o desprezo darod de mamãe pelas isaq. Aquelas mulheres eram do clã da minha avó.

Quando mamãe ficava em casa conosco, seguíamos uma verdadeira agenda. O café-da-manhã e o almoço, ambos inegociáveis; um cochilo durante a tarde; então, enquanto ela preparava o jantar, as orações a Alá para persuadir o nosso péssimo governo a soltar papai e mostrar misericórdia para com os mortos. Depois éramos obrigados a comer, obrigados a tomar banho e, por fim, obrigados a ir para a cama. Quando vovó e Sanyar cuidavam de nós, só comíamos se tivéssemos vontade. Não nos davam atenção, e o nosso comportamento era abominável.

Eu tinha fascínio pelo rádio, uma caixa quadrada com uma alça. Saíam vozes de um círculo de buracos pretos. Eu imaginava que havia pessoas minúsculas lá dentro e queria pinçá-las. Por isso enfiei o dedo em todos os buraquinhos. Como não achei ninguém, esfreguei o rádio na orelha, tentando persuadi-las a sair. Pedi ajuda a Alá. Não aconteceu nada, por isso tapei os buracos com areia. A seguir, levantei-me e joguei

o aparelho no chão para que se abrisse. Aquele rádio era importantíssimo para minha avó. Na primeira vez em que vira um, ela também pensou que fosse mágico. Na Somália, o homem que lia as notícias no programa somali da BBC ficou conhecido como Aquele que Assusta os Velhos. Era um pedacinho da vida moderna que vovó sabia controlar. De modo que, quando eu o quebrei, ela me bateu.

Certa manhã, quando eu tinha quatro ou cinco anos, chegou um caminhão à nossa casa e, em vez de descarregar comida, mamãe nos mandou embarcar. Um dos primos dela nos ergueu no ar e nos colocou na carroceria com as ovelhas e as cabras. Ninguém tinha nos contado que íamos sair; a ninguém ocorria dar explicações às crianças. Mas, quando terminaram de carregar malas, panelas e frigideiras, o caminhão arrancou. Imagino que vovó tivesse convencido a minha mãe de que nos comportaríamos melhor se fôssemos expostos à atmosfera benéfica do campo. Ou talvez mamãe estivesse encrencada por causa dos negócios no mercado negro.

A viagem foi ruidosa e cheia de solavancos. Os adultos se queixavam e os animais baliam de pavor. Mas também foi uma experiência extremamente empolgante para nós, crianças, que adoramos tudo. Depois de algumas horas, pegamos no sono.

Acordei em um lugar estranho, uma casa com paredes feitas de uma mistura de mato, barro e estrume espalhada em um gradeamento de ripas. O chão de terra batida estava coberto de esteiras, e era escuro lá dentro, sem eletricidade. Fui procurar mamãe e dei com umas mulheres desconhecidas. Na frente da casa, o chão era de poeira vermelha, e não havia nada por perto, a não ser a terra erma, algumas árvores e umas poucas choças parecidas com aquela.

Estávamos em Matabaan, mamãe me contou quando a encontrei, uma aldeia a cerca de oitenta quilômetros de Mogadís-cio, não longe do rio Shabelle. Lá viviam os pastores do clã hawiye, e havia água suficiente para sustentar pelo menos algumas roças no solo arenoso. Seu primo comerciante devia ter contatos naquele vilarejo, e imagino que mamãe tenha pensado que lá estaríamos a salvo e bem

alimentados. Em todo caso, disse-nos que estava farta de Mogadíscio, de trancar comida e de guardar segredos. Segundo ela, lá já não precisávamos cochichar nem nos esconder do governo. E acrescentou: "Vejam como é grande esta terra. A gente tem tudo de que precisa, e vocês podem correr, soltos, o quanto quiserem. Alá vai cuidar de nós".

Quanto mais ficávamos em Matabaan, mais gostoso era. Haweya e eu fazíamos longas caminhadas com vovó, pastoreando cabras e ovelhas. Mas eu tinha medo de tudo que se movia — cada inseto, cada bicho. Às vezes ela tentava me convencer com argumentos. "Um cavalo selvagem que salta cada vez que vê uma coisa se mexer acaba tropeçando e quebrando a perna", dizia. "Se você sair correndo por causa de um insetinho, pode cair naquela planta e morrer, porque é venenosa. Pode cair naquele mato e morrer, porque há uma cobra escondida. Precisa aprender do que ter medo e do que não ter."

Estar sozinha no deserto é estar completamente sozinha. O medo é palpável. Em Matabaan, minha avó procurava nos ensinar as regras da sobrevivência. No caso de certos animais, dizia, o melhor é fugir e se esconder — as hienas, por exemplo, e as serpentes e também alguns macacos que não gostam de andar longe da família. No caso de outros bichos, convém subir depressa em uma árvore, escolhendo bem os galhos para que eles não nos persigam. Se topássemos com um leão, o melhor seria agachar e evitar o contato visual. Raramente o leão ataca uma pessoa: só quando a seca é muito rigorosa é que ele come carne humana. É bom lembrar: a maioria dos animais só ataca quando sente que a gente está com medo ou que tem intenção de atacálos.

Mas o mundo dela não era o nosso. Suas aulas só serviam para me pôr mais medo. Leões? Hienas? Eu nunca tinha visto tais criaturas. Éramos crianças da cidade, o que, para os seus valores nômades, nos tornava mais ineptas do que os agricultores inferiores ou os ignóbeis clãs dos ferreiros.

Como eu era totalmente inútil para o trabalho manual e para o pastoreio, minha única função em Matabaan consistia em ir buscar água no enorme lago a cerca de um quilômetro e meio da nossa cabana.

Isso eu fazia diariamente com as filhas dos vizinhos. Colhíamos folhas de hena no caminho e, depois de mascálas, manchávamos as mãos com grotescos desenhos alaranjados. No meu balde, a água do lago era barrenta, mas, quando eu chegava em casa, mamãe punha nela uma pastilha especial que efervescia. Depois disso, a gente chegava a enxergar o fundo do balde através da água.

As mulheres lavavam a roupa no lago, e os meninos nadavam lá. Mamãe tinha muito medo de que os garotos hawiye afogassem Mahad, que não sabia nadar. Livre para ir aonde quisesse por ser menino, o nosso irmão não parava em casa. Haweya e eu éramos proibidas de andar à solta. Além do mais, Mahad não nos levaria com ele; não queria que os amigos soubessem que ele brincava com as irmãs.

Mahad estava cada vez mais consciente de sua honra de macho. Vovó o estimulava: tinha o hábito de dizer que ele era o homem da casa. Mahad nunca pedia autorização para sair; às vezes voltava muito depois do anoitecer, e mamãe se zangava tanto que fechava a cerca. Ele se sentava lá perto, chorando, e ela gritava com frieza: "Pense na sua honra. Homem não chora".

Meu irmão rapidamente estava se tornando a maldição da minha vida. Uma vez, na época do festival de Ied, em comemoração ao fim do mês de jejum do ramadã, haviam matado animais para uma grande festa, e nós estávamos de roupa nova. A minha era um vestido brilhante com um enorme arco azul, todo rendado na barra na altura dos joelhos, além de meias com babado e de um par de sapatos pretos de verniz. Comecei a desfilar, orgulhosa, procurando não me sujar na poeira. Fui a segunda a tomar banho e me vestir; então era a vez de Haweya ser esfregada, e Mahad me chamou lá fora.

"Ayaan, venha ver", gritou.

Fui correndo. "O quê?"

Ele estava à entrada do banheiro. "Olhe", disse, estendendo a mão para me ajudar a subir nos degraus.

Em Matabaan, o banheiro era feito de galhos entrançados. No centro do chão de terra batida, havia um buraco largo com dois degraus

de pedra a cada lado. A pessoa tinha de pôr as pernas nesses degraus e fazer xixi ou esvaziar os intestinos diante de uma platéia de moscas enormes e hostis. Haweya e eu tínhamos muito medo daquele buraco para conseguir semelhante proeza, além do mais nossas pernas eram muito curtas para ficar naquela posição. De modo que, sob a supervisão de mamãe ou de vovó, a gente se aliviava nas moitas das redondezas.

Aquela vez, porém, subi e olhei para o buraco fundo e escuro da latrina. O fedor era horrível, e os moscões zumbiam em toda parte. Súbito, Mahad correu atrás de mim e me empurrou para dentro. Nunca gritei tanto como naquele dia. A cloaca era verdadeiramente nojenta, além de funda, quase da altura dos meus ombros. Quando mamãe me tirou de lá, eu estava em um estado indescritível, assim como a minha roupa nova. Ela se pôs a amaldiçoar o meu irmão aos berros.

"Que Alá Todo Poderoso o tire de mim! Que você apodreça em um buraco. Que morra no fogo! O que posso esperar de você? Seu comunista! Seu judeu! Você é uma víbora, não é meu filho!" Mamãe perdeu mesmo a cabeça. Em um ímpeto de raiva, agarrou Mahad e o jogou na latrina imunda.

Então foi vovó que teve de resgatá-lo, e boa parte daquela manhã festiva foi dedicada a restaurar a limpeza dos dois. Precisei renunciar ao vestido e aos sapatos novos. Estava com as mãos arranhadas e o pé machucado. Decretou-se que eu não deveria me afastar de mamãe para evitar a vingança de Mahad. Assim, no final da manhã, enquanto mamãe e vovó limpavam a carne dos animais abatidos, fiquei sentada na terra vermelha perto delas.

"Mahad não tem o menor senso de honra", disse mamãe com profundo desgosto.

"É muito pequeno ainda", contrapôs vovó. "Como pode saber o que é honra se os únicos homens que ele vê são esses agricultores hawiye imbecis?"

"Um dia desses, ele acaba matando Ayaan."

"A culpa é dela, Ayaan é doqon, mais burra do que uma tamareira."

"Eu não sou burra", protestei.

"Respeite a sua avó", advertiu a minha mãe.

"Mamãe, ele me chamou para ver uma coisa, só isso", choraminguei.

Vovó arreganhou um sorriso. "É mesmo? E você foi?"

"Fui, Ayeeyo", respondi, com o educado e respeitoso tratamento reservado às avós.

Ela riu com malícia. "Está vendo? É uma burra mesmo, e só Alá pode ajudá-la. Qualquer criança que tenha vivido cinco estações não cai nessa, Asha. Pode amaldiçoar o menino quanto quiser, mas Ayaan é uma idiota e só vai criar problemas para você."

Mahad tinha sido mau, porém eu fora imperdoavelmente ingênua, o que significava que era fatalmente palerma. Não tinha sido capaz de desconfiar. Merecia o desprezo da minha avó. Fui proibida de responder a vovó, e mamãe não disse nada para me defender. Só me restou chorar. E sofrer.

Voltamos a Mogadíscio tão inexplicável e repentinamente quanto de lá saímos. Os adultos nunca explicavam nada. Viam as crianças como bichinhos, criaturas que tinham que ser tangidas e espancadas até que a maturidade as tornasse dignas de alguma informação ou discussão. O silêncio da minha mãe era, de certo modo, compreensível. Quanto menos soubéssemos, menos possibilidade teríamos de denunciá-la aos Guulwade.

Em Mogadíscio, nossos dias voltaram a ser longos e vazios, animados unicamente pelas visitas ocasionais dos parentes de mamãe. Chegavam tias e primas e as tias das primas — mulheres do deserto que iam a Mogadíscio para casar, ou homens à procura de trabalho. Mas eram completamente ineptos no meio urbano. Não entendiam o tráfego e nem mesmo o banheiro; mamãe precisava lhes ensinar a não esvaziar os intestinos no chão. Eram toscos, usavam roupas esquisitas e enfeitavam o cabelo com qualquer coisa que brilhasse. Mamãe lhes ensinava constantemente: a se sentarem numa cadeira, a limparem a

mesa com uma esponja, a não comerem feito selvagens e a cobrirem os ombros em vez andar com o goh rural, um pano largo que as mulheres do deserto enrolavam no corpo e jogavam por cima de um ombro, deixando nus o pescoço e boa parte dos ombros.

Como toda gente da cidade, mamãe se sentia superior àquelas caipiras do miyé. Sabia que tinham que reconhecer que o seu modo era melhor que o delas porque ela própria tomara a iniciativa de ir para a cidade. Mas, como toda gente do campo, suas parentas miyé detestavam ser tratadas com tanta superioridade. Quando mamãe era excessivamente rude, ficavam ofendidas e iam embora.

Mahad entrou na escola primária, e iniciei a minha guerrinha com vovó. Às vezes subia no talai, quando ela estava sentada à sua sombra, e me punha a cuspir. Não em vovó, pois sabia que não podia fazer isso, mas perto dela, na areia. Minha avó se queixava à mamãe; então se armava uma grande discussão: se eu havia cuspido em vovó ou perto dela. O resultado era proibição geral de cuspir. Essas briguinhas eram o nosso passatempo.

Desdenhadas pelas adultas, Haweya e eu inventávamos brincadeiras justamente para aborrecê-las. Quando nos mandavam para fora da casa, brincávamos de Guulwade. Uma das duas se fazia agressiva e tirânica, fingindo empunhar uma arma, dando empurrões no ar e exigindo ver o que havia debaixo das camas. A outra fazia tudo que Afwayne proibia: esconder comida ou mandar nossos filhos imaginários rogarem a Alá que as pessoas fossem soltas.

Também pedíamos, aos brados, a destruição de Afwayne e do seu regime. Às vezes eu subia no talai e gritava para Haweya lá embaixo: "Rá rá, sou darod, harti, macherten, osman mahamud e filha de Hirsi Magan!". Afwayne tinha prescrito o sistema de clãs, e as pessoas já não podiam perguntar umas às outras de onde eram. Agora devíamos ser apenas somalis, uma gloriosa nação sem clãs, unida na adoração a Siad Barré. Falar no seu clã tornava a pessoa uma "anti" — inimiga do regime —, coisa que podia acabar em prisão e tortura. As nossas ruidosas transgressões da ortodoxia deixavam as parentes

nervosíssimas, principalmente a tia Khadija, a única na família que realmente apoiava Afwayne. Depois desses episódios, ela e as outras se apressavam a nos mandar brincar dentro de casa.

Nosso quarto era amplo e quase completamente vazio; era alto também, e lá havia eco. Inventamos a brincadeira de competir com o eco, emitindo sons estranhos e altos com ele. Isso resultava em uma balbúrdia tão fenomenal que vovó tornava a nos expulsar.

Tia Khadija buscou uma solução para nossa energia aparentemente ilimitada. Ela aprovava plenamente todas as coisas modernas, inclusive o novíssimo colégio local. "Ayaan precisa ir ao colégio de manhã e à escola alcorânica depois do almoço", decretou. Mamãe não queria as filhas fora de casa, onde estávamos protegidas contra o perigo e o pecado. No colégio, ficaríamos à mercê das duas coisas. Mas Mahad já estava na escola, e provavelmente o meu pai, quando consultado, aconselhou-a a deixar. Enfim, ainda que muito a contragosto, ela concordou.

Assim, aos cinco anos de idade, ganhei um uniforme novo em folha. Estava prestes a ser adulta e a sair sozinha pelo mundo. Mamãe me avisou que, no colégio, iam me mandar cantar hinos de lealdade a Siad Barré, mas que eu não devia obedecer. "Mova os lábios e diga apenas o primeiro versículo do Alcorão", instruiu-me. "Você não pode cantar em louvor a Afwayne. Limite-se a aprender a ler e escrever, e não fale com as outras crianças — elas podem nos delatar. Fique sempre sozinha." Isso ela repetia toda manhã.

No primeiro dia, a professora bateu na minha cabeça porque eu não abria a boca para cantar. Doeu, por isso repeti suas palavras. E me senti muito mal: estava traindo o meu pai e a minha mãe. Toda manhã, com os outros alunos, eu tentava apenas mover os lábios, e a mesma professora me tirava da fila e me batia. Chegou a dizer à turma, à guisa de apresentação, que eu era filha de um "anti" e que, por isso, também era "anti", pois no colégio a gente aprendia a entoar elogios a Siad Barré

e ao comunismo, e eu me recusava a participar. Depois disso, ninguém quis travar amizade comigo.

A escola alcorânica era um casebre na nossa rua. Os outros alunos moravam no bairro. No início, gostei. Aprendi a fazer tinta com uma mistura de carvão, água e um pouco de leite, e a escrever o alfabeto arábico em compridas pranchas de madeira. Comecei a decorar o Alcorão, linha por linha. Era empolgante empreender uma tarefa tão adulta. Mas as crianças do madraçal eram intratáveis. Brigavam. Chamavam uma garota de cerca de oito anos de kíntirleey, "a que tem clitóris". Eu não fazia idéia do que era clitóris, mas os alunos não chegavam perto daquela menina. Cuspiam nela e a beliscavam; esfregavam areia em seus olhos e, certa vez, agarraram-na e tentaram enterrá-la atrás da escola. O professor do madraçal não colaborava. Pelo contrário, ele a chamava de dammin, tola, e também de kíntirleey.

A minha prima adolescente Sanyar ia me buscar depois da aula. Um dia, chegou bem no momento em que uma menina me deu uma bofetada. Sanyar me levou para casa e contou a história: "Ayaan não se defendeu", disse, horrorizada. "Covarde!", meus familiares xingaram.

No dia seguinte, Sanyar ficou esperando, fora do madraçal, na companhia de outra adolescente, a irmã mais velha da garota que tinha me batido na véspera. As duas nos agarraram, levaram-nos a um terreno baldio e nos mandaram lutar. "Arranhe os olhos dela. Morda-a", gritava Sanyar. "Vamos, sua covarde, pense na sua honra."

A outra menina recebeu o mesmo estímulo. De punhos cerrados, nós nos engalfinhamos, batendo, agarrando, puxando o cabelo, mordendo. "Não se atreva a chorar, Ayaan!" ordenou Sanyar. Os outros alunos nos rodearam, torcendo. Quando enfim nos deixaram parar, estávamos com a roupa rasgada, e o meu lábio sangrava, mas Sanyar ficou satisfeitíssima. "Nunca mais deixe outra criança bater em você ou fazê-la chorar", disse. "Lute. Se você não lutar pela sua honra, vai ser escrava."

Mas, quando estávamos indo embora, a outra menina gritou às minhas costas: "Kintirleey!".

Sanyar estremeceu. Olhei para ela com pavor. Acaso eu era como a outra garota? Também tinha aquela coisa imunda, um kintiri

Na Somália, como em muitos outros países africanos e do Oriente Próximo, as meninas são purificadas mediante a ablação da genitália. Não há outro modo de descrever esse procedimento, que costuma ocorrer por volta dos cinco anos de idade. Uma vez escavados, raspados ou, nos lugares mais benevolentes, simplesmente cortados ou extraídos o clitóris e os pequenos lábios da garota, geralmente toda região é costurada de modo a formar uma grossa faixa de tecido, um cinto de castidade feito da própria carne da criança. Um pequeno orifício no lugar adequado permite um fino fluxo de urina. Só com muita força é possível alargar o tecido cicatrizado para o coito.

A mutilação dos órgãos genitais da mulher é anterior ao islã. Nem todos os muçulmanos adotam essa prática, e alguns povos que a adotam não professam o islamismo. Mas, na Somália, onde virtualmente todas as meninas são submetidas à clitorectomia, o procedimento sempre se justifica em nome do islã. As garotas incircuncisas estão fadadas a ser possuídas pelo diabo, a se entregar ao vício e à perdição, a se prostituir. Os imames não desestimulam essa prática: conserva a pureza das mulheres.

Muitas morrem durante ou depois da operação, de infecção. Outras complicações causam dores horríveis que as acompanham praticamente o resto da vida. Meu pai era um homem moderno e considerava aquela prática bárbara. Sempre fez questão de deixar as filhas intactas. Nesse aspecto, ele era extraordinariamente avançado. Embora eu não creia que fosse pelo mesmo motivo, Mahad, de seis anos, ainda não tinha sido circuncidado.

Não muito tempo depois dessa minha primeira briga no madraçal, vovó decidiu que tinha chegado a hora de nos submetermos à necessária e adequada dignidade da purificação. Meu pai estava preso e minha mãe passava longos períodos ausente, mas vovó se encarregou de garantir que as velhas tradições fossem observadas à maneira antiga.

Depois de tomar todas as providências, ela se mostrou alegre e simpática durante uma semana inteira. Preparou-se uma mesa especial em seu quarto, e várias tias, conhecidas e desconhecidas, se reuniram lá em casa. Quando chegou o dia, não fiquei com medo, apenas curiosa. Não tinha idéia do que ia acontecer, sabia apenas da atmosfera festiva na casa e que nós — os três — íamos ser expurgados. Nunca mais me chamariam de kintirleey.

Mahad foi o primeiro. Levaram-me para fora do quarto, mas, pouco depois, voltei furtivamente para espiar pela porta. O meu irmão estava no chão, a cabeça e os braços no colo de vovó. Duas mulheres lhe seguravam as pernas abertas, e um homem desconhecido curvou-se entre elas.

O quarto estava quente, e senti cheiro de suor e de incenso. Minha avó cochichou ao ouvido de Mahad: "Não chore, não manche a honra da sua mãe. Essas mulheres vão contar tudo que virem. Cerre os dentes". Mahad não deixou escapar um gemido sequer, mas as lágrimas lhe banharam o rosto e ele mordia o xale da vovó. Estava com o rosto teso e contorcido de dor.

Não consegui ver o que o desconhecido fez, mas vi sangue. Isso que me assustou.

Fui a seguinte. Fazendo um gesto amplo, vovó disse: "Quando esse kintir comprido for retirado, você e a sua irmã ficarão puras". Pelas palavras e gestos dela, concluí que aquele abominável kintir, o meu clitóris, acabaria crescendo tanto que um dia começaria a balançar entre as minhas pernas. Ela agarrou o meu tronco do mesmo modo que tinha prendido Mahad. Duas outras mulheres abriram as minhas pernas. O homem, que provavelmente era um "circuncidador" itinerante tradicional do clã dos ferreiros, pegou a tesoura. Com a outra mão, segurou o lugar entre as minhas pernas e começou a puxá-lo e espremê-lo, como quando vovó ordenhava uma cabra. "Aí", disse uma das mulheres, "aí está o kintir". Então o homem aproximou a tesoura e começou a cortar os meus pequenos lábios e o meu clitóris. Ouvi o barulho, feito o de um açougueiro ao tirar a gordura de um pedaço de

carne. Uma dor aguda se espalhou no meu sexo, uma dor indescritível, e soltei um berro. Então veio a sutura, a agulha comprida, rombuda, a transpassar canhestramente os meus grandes lábios ensangüentados, os meus gritos desesperados de protesto, as palavras de conforto e encorajamento de vovó: "É só uma vez na vida, Ayaan. Seja corajosa, está quase acabando". Ao terminar a costura, o homem cortou a linha com os dentes. É só disso que me lembro. Mas me lembro dos gritos horripilantes de Haweya. Embora fosse a caçula — tinha quatro anos; eu, cinco; Mahad, seis —, ela deve ter oferecido muito mais resistência do que o meu irmão e eu, ou talvez as mulheres estivessem cansadas de nos segurar e a tenham deixado escapar, pois o homem também fez cortes profundos em suas coxas. E as cicatrizes acompanharam Haweya até o fim da vida. Devo ter adormecido, pois só muito mais tarde foi que me dei conta de que estava com as pernas amarradas. Era para me impedir de andar para facilitar a cicatrização. Já tinha escurecido e a minha bexiga estava a ponto de estourar, mas doía muito urinar. A dor aguda continuava, e as minhas pernas estavam cobertas de sangue. Eu suava e tremia. Só no dia seguinte minha avó conseguiu me convencer a fazer xixi, pelo menos um pouco. Àquela altura, tudo doía. Quando eu ficava imóvel, os cortes latejavam horrivelmente, mas, quando ia urinar, sentia as pontadas tão agudas como se estivessem me cortando outra vez.

Levei uns quinze dias para me recuperar. Vovó cuidava muito de nós, subitamente gentil e atenciosa. Reagia a cada grito de dor, a cada gemido, mesmo durante a noite. Após cada sofrida urinação, lavava delicadamente nossas feridas com água morna e nelas passava um líquido vermelho. Depois tornava a nos atar as pernas e nos mandava ficar totalmente imóveis, do contrário as feridas podiam se abrir, e então seria preciso chamar o homem outra vez para nos costurar.

Uma semana depois, o homem foi nos examinar. Achou que Mahad e eu estávamos bem, mas que Haweya precisava de nova sutura. Tinha aberto as feridas quando estava urinando e lutando com a minha avó. Ouvimos quando aconteceu, foi uma agonia para ela. O

procedimento inteiro foi uma tortura para todos nós, mas, sem dúvida alguma, quem mais sofreu foi Haweya.

Mahad já estava de pé e andando, totalmente curado, quando o homem retornou para tirar os pontos. Uma vez mais, foi muito doloroso. Ele usou uma pinça para puxar a linha, coisa que fez sem a menor delicadeza. Tal como na outra ocasião, vovó e duas mulheres me seguraram. Mas, depois disso, muito embora eu estivesse com uma cicatriz inchada e cheia de calombos entre as pernas, que doía muito ao menor movimento, pelo menos já não precisava ficar amarrada nem passar o dia imobilizada.

Haweya tardou mais uma semana a chegar ao estágio da remoção dos pontos, e foram quatro as mulheres que a seguraram. Eu estava no quarto quando aconteceu. Nunca vou esquecer sua expressão e seus gritos de pavor quando a tocaram, ela lutou furiosamente para manter as pernas fechadas.

Haweya nunca mais voltou a ser a mesma. Passou várias semanas doente, com febre, e emagreceu muito. Tinha pesadelos horríveis e, durante o dia, esperneava para que a deixassem em paz. Minha irmazinha outrora alegre e brincalhona mudou da água para o vinho. Às vezes, passava horas olhando para o nada. Os três começamos a fazer xixi na cama depois da circuncisão. No caso de Mahad, isso durou muito tempo.

Dessa vez, ao voltar de viagem, mamãe ficou furiosa. "Quem mandou circuncidá-los?" gritava, mais brava com a mãe do que nunca. "Você sabe que o pai deles não quer! Alá sabe, nunca na vida eu fui tão traída quanto por você. Que diabo a possuiu?"

Vovó também se encolerizou. Virou-se para ela e gritou que tinha lhe feito um grande favor. "Imagine as suas filhas daqui a dez anos — quem iria casar com elas com os kintirs compridos balançando entre as pernas? Pensa que elas vão ficar crianças eternamente? Você é uma ingrata e não tem um pingo de respeito e, se não me quer na sua casa, é só dizer que vou embora." Dessa vez estava falando a sério.

Minha mãe não queria que vovó se fosse, por isso mandou chamar a sua irmã gêmea Halimo, a mãe de Sanyar. A tia Halimo e mamãe eram exatamente iguais. Altas, magras e de pele escura, não tinham o cabelo encarapinhado como o meu, e sim graciosamente ondulado e preso à nuca em um coque. Todas as mulheres artan tinham membros longos e esguios e uma postura perfeita, mas, apesar dos traços idênticos, tia Halimo era muito mais doce do que mamãe. As duas passaram horas conversando, esperando que vovó se acalmasse. Depois todos, inclusive Mahad, fomos lhe pedir que ficasse. Nunca mais se discutiu o episódio da circuncisão. Tratava-se de uma coisa que simplesmente havia acontecido — que tinha que acontecer. Todo mundo passava pela faca.

Seguiu-se um período de intensos cochichos na família. Alguma coisa ocorrera com papai. E parecia ser coisa boa. Vários meses depois, mamãe viajou outra vez e, ao retornar, trouxe presentes, não apenas farinha e legumes. Cessou de uma hora para outra o ritual de rezar à noite, debaixo do talai, pela libertação do meu pai. E mamãe parecia menos desesperada, menos infeliz e cansada. Na época eu não sabia, mas papai tinha fugido da cadeia.

Ao que tudo indica, o próprio diretor do presídio o ajudara na evasão. Abdi Aynab era osman mahamud, como o meu pai, e teve uma atitude verdadeiramente nobre. Apesar do perigo de traição, conseguiu tirá-lo da prisão e inclusive o acompanhou até a metade do caminho da fronteira da Etiópia, protegidos por outros membros do clã.

Quando Abdi Aynab voltou ao trabalho e à sua família em Mogadíscio, foi traído por um subordinado. Acabou diante de um pelotão de fuzilamento na praça Tribunka. A essa altura, papai já estava fora do país, ajudado pelo clã, de aldeia em aldeia, até passar para a Etiópia, muito embora a fronteira estivesse infestada de soldados. Isso foi em 1975, creio eu; a Etiópia e a Somália estavam em pé de guerra.

Ele conseguiu chegar a Adis-Abeba, a capital do país. Com outros, formou um movimento político de exilados somalis contrários ao governo de Siad Barré: a Frente de Salvação Democrática Somali, FSDS.

A Guerra de Ogaden se preparava. A Somália e a Etiópia, inimigos históricos — nômades contra montanheses, muçulmanos contra cristãos —, deixaram-se seduzir por mais um abominável surto de violência. O grupo de exilados do meu pai passou a receber ajuda do governo etíope. O presidente Mengistu, um ditador tão cruel quanto o nosso, não hesitou em financiar os inimigos de Siad Barré. Compraram-se armas e se estabeleceu uma base de combatentes em Dirirdawa, perto da fronteira.

Toda essa história me foi contada pouco a pouco, aos pedaços, à medida que eu crescia. Não era um lugar em que as crianças pudessem saber dessas coisas. Na época, eu só sabia que diariamente, às cinco horas, mamãe ligava o rádio às escondidas, bem baixinho. Todos os adultos se instalavam na cama da minha avó para escutar o programa somali da BBC e as notícias dos avanços da FSDS. Muitas tias participavam daquelas sessões, gente do miyé — todas menos Khadija, que continuava apoiando o regime de Siad Barré. Enxotadas, as crianças iam para fora com Sanyar, que tomava conta de nós e ficava à espreita das brigadas Guulwade.

Só meses depois Mahad e eu começamos a ter uma idéia mais concreta do que havia acontecido com papai. Mamãe estava decidida a preservar a nossa segurança nos mantendo na ignorância. Aliás, não sei se ela própria sabia onde papai estava. Quando os soldados de Siad Barré chegaram em busca de informações, minha mãe foi muito convincente ao gritar, indignada, que a última vez em que vira o marido tinha sido na prisão: eles é que lhe deviam tal informação, não ela. Mas, depois disso, passou a fazer viagens muito mais longas, e sabíamos perfeitamente que não devíamos perguntar nada nem falar sobre essas viagens. Mamãe ia se encontrar clandestinamente com papai na Arábia Saudita.

3. Brincando de pega-pega no palácio de Alá

Nessa época, a Somália e a Etiópia mergulharam em um conflito desastroso. A guerra que se seguiria estava fadada a custar a vida de milhares de cidadãos de ambos os países, destruindo as frágeis raízes de dois sistemas econômicos que mal começavam a funcionar. Não se permitiam viagens entre Mogadíscio e Adis-Abeba. Era óbvio que, para se rever, meus pais precisavam se encontrar em outra parte.

Eram poucas as cidades atendidas pelos vôos da Somali Airways. Entre elas figurava Jeddah, na Arábia Saudita. Trocando mensagens através da rede do clã, os dois combinaram de se encontrar lá. O clã também providenciou passaporte falso para minha mãe. Ela se declarou uma reles mulher dhulbahante em peregrinação a Meca. Eu gosto de imaginá-los: papai e mamãe, jovens e felizes, encontrando-se em Jeddah, sonhando voltar a viver como uma família.

Minha mãe não queria se mudar para a Etiópia porque os etíopes eram cristãos: infiéis. A Arábia Saudita, sim, era a terra de Deus, a pátria do profeta Maomé. Um país muçulmano de verdade, em plena harmonia com Alá, o melhor lugar para criar os filhos. Ela aprendera árabe em Áden; mais importante ainda, estava convencida de que o islamismo era mais puro, mais profundo e mais próximo de Deus nos países da península Arábica. A lei saudita provinha diretamente do Alcorão: a lei de Alá. Inevitavelmente, a vida da nossa família, reunida na Arábia Saudita, seria previsível, segura e boa.

Não sei como, mamãe convenceu papai desse plano. Ele arranjou emprego em um dos ministérios da Arábia Saudita. Lembro que seu trabalho consistia em decifrar o código Morse para uma repartição pública. Instalou-se na casa de um membro do clã, em Riad, enquanto esperava a conclusão dos preparativos da nossa viagem.

Minha mãe foi heróica. Conseguiu outro passaporte falso, no qual constavam os nomes e as datas de nascimento dos três filhos, para que pudéssemos sair da Somália com ela. Fez as malas em segredo. Providenciou para que nos levassem furtivamente ao aeroporto. Em

certa manhã de abril de 1978 — eu tinha oito anos —, vovó nos acordou bem cedo, quando o clarão acinzentado apenas começava a penetrar o quarto. Vestiu-nos com roupas boas, e não com o uniforme do colégio. O enteado mais velho de Khadija, que tinha garagem em frente à nossa casa, chegou com seu automóvel preto e nos fez embarcar às pressas; vovó ficou. Quilômetros depois, quando saímos do carro, mamãe nos mostrou um gigantesco tubo de metal, com asas achatadas nas laterais, que estava parado ali perto. "Isso é um avião", explicou. "Vamos viajar nele."

Nunca tínhamos visto um avião de perto, só as longínquas esquadrilhas que comemoravam o governo de Afwayne soltando fumaça na cidade uma vez por ano, no Dia Nacional. Nós nos pusemos a gritar e a correr, agitando os braços; a idéia de viajar de avião era tão empolgante que já nos imaginávamos voando como pássaros. Com passaporte falso e prestes a enfrentar o severo interrogatório da polícia do aeroporto, mamãe não queria saber de problemas adicionais. Espalmando a mão dura em nossa cabeça, obrigou-nos a calar a boca.

Nosso bom comportamento não durou muito. Nunca íamos a lugar nenhum — nunca nos levavam a um passeio —, e aquilo, depois de tanto tempo, era uma aventura sumamente emocionante. Já no avião, demos um jeito de escapar do cinto de segurança para disputar um lugar à janela, mordendo, arranhando e pisoteando desconhecidos. Quando o avião decolou, mamãe olhou para nós. "Que Alá faça este avião cair!", exclamou. "Levai-os embora de uma vez. Não quero esta vida. Tomara que morra todo mundo!" Foi pior do que apanhar, a pior coisa que ouvi na vida.

Com o ouvido latejando devido à altitude, gritamos a viagem inteira. Todos os passageiros nos acharam detestáveis. Então, pouco antes da aterrissagem, assim como as outras mulheres no avião, mamãe se cobriu com um enorme pano preto, deixando somente o rosto visível. Isso nos silenciou. Nós a acompanhamos ao terminal do aeroporto de Jeddah, onde, em meio a um número absolutamente assombroso de pessoas com todo tipo de roupa e de cor de pele, ela

descobriu que papai não tinha ido nos buscar. Estávamos completamente sozinhos, abandonados no aeroporto de Jeddah.

Não tenho plena certeza do que aconteceu, mas esta é a minha impressão. Meu pai estava esperando a nossa chegada, mas não sabia a data precisa. E eis que recebeu um telefonema inesperado de Adis-Abeba.

No dia em que saímos da Somália, houve uma tentativa de golpe de Estado contra Afwayne. O espaço aéreo somali foi fechado e houve combates. (Depois que os líderes do golpe foram executados, instaurou-se um período de vigilância muito mais intensa. Se não tivéssemos viajado, só Deus sabe quando conseguiríamos partir.) Por motivos certamente relacionados com a tentativa de golpe de Estado, meu pai voltou precipitadamente à Etiópia. Na pressa, não se lembrou de arranjar quem fosse aguardar o vôo seguinte da Somali Airways a Jeddah, o vôo em que havíamos embarcado.

Nos anos subseqüentes, mamãe jogou muitas e muitas vezes essa cena na cara de papai, acusando-o. Por ora, ficamos ao deus-dará. Aquela era a Arábia Saudita, o berço do islã, rigorosamente governada conforme as escrituras e a exemplo do profeta Maomé. E, por lei, todas as mulheres deveriam estar sob a responsabilidade de um homem.

Minha mãe discutiu aos berros com o funcionário da imigração, mas ele simplesmente repetiu em voz cada vez mais alta que não podíamos sair do aeroporto sem a companhia de um homem. Em nenhum momento olhou diretamente para ela, só para um ponto acima da sua cabeça.

Passamos horas naquele aeroporto estrangeiro. Brincamos de pega-pega. Mahad se perdeu. Vomitei. Mamãe disse que estávamos com o diabo no corpo e desejou que fôssemos todos para o inferno. Estava diferente, exausta; parecia já não ter controle de nada. Gritava e dizia as piores coisas de papai, coisas que eu nunca a tinha ouvido dizer. Devia estar se sentindo traída. Tinha sido tão competente em administrar nossa viagem clandestina, os passaportes falsos. E agora se via abandonada.

Pouco antes do anoitecer, um somali se aproximou e perguntou o que estava acontecendo. Era um dhulbahante, feito a minha mãe, por isso ofereceu auxílio. Ela lhe pediu apenas que a levasse a Jeddah, à casa da família dhulbahante em que íamos ficar. Bastava que a ajudasse a passar pela imigração e tomar um táxi; sem a companhia de um homem, nenhum taxista a deixaria entrar no carro.

Acordamos na casa dessa família desconhecida, em Jeddah. O quarto era pequeno e extremamente quente, mas minha mãe foi implacável: devíamos nos comportar muito bem. Isso significava não sair do quarto, não sair da cama. Éramos obrigados a cochichar — quando falávamos um pouco mais alto, apanhávamos, e, quando nos aventurávamos a andar, também apanhávamos. A única coisa que ela nos deixava fazer era olhar pela janela, para um quintal grande em que meia dúzia de mulheres somalis de todas as idades cozinhavam e conversavam.

Uma delas, uma mocinha, nos convidou a dar uma volta. Lá fora, vimos um mundo completamente diferente. As ruas eram pavimentadas; o tráfego, impressionante. E todas as mulheres daquele país andavam cobertas de preto. Eram vultos vagamente humanos. Pretas de frente, pretas de costas. Só descobríamos para que lado estavam olhando pela direção dos seus sapatos. Sabíamos que eram mulheres porque a moça que segurava a nossa mão com firmeza, para que não nos perdêssemos, também estava toda coberta de preto. Podíamos ver-lhe o rosto porque ela era somali. As sauditas não tinham rosto.

Nós nos afastamos, correndo, e nos aproximamos daquelas figuras pretas. Olhávamos para elas, tentando achar seus olhos. Uma mulher ergueu a mão, calçando luva preta, e gritamos: "Ela tem mãos!". Fazíamos caretas para elas. Fomos realmente intragáveis, mas estávamos diante de uma coisa tão inusitada, tão sinistra, que queríamos domá-la, torná-la menos horrível. O que aquelas sauditas viam eram três negrinhos bancando os macacos.

Dois ou três dias depois, dois homens do clã osman mahamud apareceram na casa com notícias do meu pai: ele estava na Etiópia e talvez passasse meses lá. Perguntaram onde minha mãe queria ficar enquanto esperava seu retorno. Naquela noite, alguma coisa parece ter se rompido dentro dela. Tomada de uma espécie de frenesi, mamãe chorou, praguejou e bateu em nós. Jogava os sapatos no primeiro que abrisse a boca. Nós todos ficamos com medo, até Mahad, o queridinho dela. No dia seguinte, quando os homens voltaram, minha mãe disse: "Meca". Devia estar sentindo que a vida ia tão mal que não lhe restava nada a não ser se atirar nos braços de Alá. Meca, a terra do profeta Maomé, era o lugar mais próximo de Alá a que se podia chegar. Uma semana depois, toda nossa bagagem foi colocada em um carro.

Chegamos a um edifício alto. Havia lixo espalhado nas ruas, montes de sujeira cobertos de moscas gordas e zumbidoras. Na escadaria, o fedor era insuportável. As baratas se sentiam tão à vontade que não se davam ao trabalho de fugir. Papai tinha mandado dinheiro para que aqueles nossos guardiões alugassem um apartamento, mas Meca era caríssima: o único lugar que conseguiram encontrar foi um apartamentozinho em um prédio ocupado por pedreiros egípcios.

Nunca tínhamos entrado em um prédio de apartamentos. Quando estávamos subindo a escada, mamãe disse a Haweya e a mim: "Se vocês saírem sozinhas, os homens que moram atrás dessas portas as pegam, fazem picadinho das duas e depois as comem". Deu certo: nunca nos atrevemos a sair sozinhas.

Ela abriu a porta de um apartamento de dois cômodos, íamos ter eletricidade! Nas paredes, havia interruptores que acendiam as lâmpadas e ligavam um ventilador de teto — coisa que nunca tínhamos visto. Assim que a minha mãe virou as costas, começamos a brincar com ele, jogando roupas e pequenos objetos só para vê-los girar no ar. O ventilador quebrou.

Naquela primeira semana, o apartamento se transformou num verdadeiro forno. Fazia tanto calor que Haweya ficou com as costas

cobertas de bolhas, e, durante uma semana, ela armou uma choradeira dolorida e sem fim.

Os tios pagaram cinco meses de aluguel adiantados; nada se podia fazer para melhorar o apartamento. Só lhes restou nos levar ao mercado e comprar o necessário. Ficamos fascinados demais para nos comportar mal. Havia luzes, brilho, brinquedos — brinquedos em toda parte —, bancas com forte cheiro de sangue e condimentos, e o cacarejar das galinhas, a copiosa promessa de doces e bolos. Raramente íamos a um mercado somali, e aquela série enorme de bancas e lojas era a coisa mais gloriosa que já tínhamos visto. Os tios seguravam a nossa mão com firmeza enquanto percorríamos aquele lugar mágico, comprando colchões, roupas de cama, travesseiros e um ventilador pequeno. No dia seguinte, voltamos para comprar comida, tapetes de oração; talheres, panelas, bacia de metal para lavar roupa, escova, sabão em pedra e balde.

Então mamãe ficou sozinha conosco — virtualmente pela primeira vez na vida. Como nossa avó estava na Somália, ela não tinha com quem dividir tarefas nem planos. Não podia fazer nada sozinha. Não podia sair se não estivesse acompanhada de um daqueles nossos guardiões, os tios, e tampouco nós. Para telefonar para eles, precisava descer apressadamente à mercearia da esquina, escoltada pelo meu irmão de dez anos: seu macho protetor.

Passávamos o dia inteiro esperando no apartamento que os tios fossem nos fazer um favor, e o dia inteiro mamãe imprecava contra papai. "Que Alá nunca o traga de volta", lembro-me de ouvi-la gritar. "Que Alá o deixe estéril. Que ele pegue uma doença horrível. Que nunca veja o paraíso." Pior ainda: "Que Afwayne o prenda e torture. Que ele seja expulso do clã e morra sozinho".

Na realidade, não podíamos fazer nada além de esperar. Mamãe resolveu restabelecer a disciplina na família. Tínhamos nos tornado malcriados durante os meses que passáramos sozinhos com vovó. Mamãe nos tratava quase como camelos: para nos do-mesticar, gritava conosco e nos surrava muito. Quando começávamos a correr, gritava:

"Sentados, SENTADOS!", e nos encolhíamos no chão; então ela nos açoitava as pernas e os braços com o fio do rádio. Quando chorávamos, gritava: "CALADOS!" e tornava a bater em nós.

Embora não fossem nada agradáveis, as pancadas nunca ultrapassavam certo limite, doíam, mas eram controladas. Para a minha mãe, a punição física era uma parte sensata e indispensável da educação dos filhos. E, à medida que fomos aprendendo a nos comportar, ela passou a nos castigar menos.

Quando chamavam os crentes à oração, as mesquitas de Meca criavam uma espécie de corrente sincronizada que ouvíamos diariamente: primeiro a mesquita do nosso bairro, depois a seguinte, e a outra, todas convocando a cidade, o país e o mundo. Inventamos a brincadeira de correr de uma janela para outra a fim de ver quem se lembrava de que direção chegaria o chamado seguinte.

Na Somália, éramos muçulmanos, mas professávamos um islamismo bem diluído, negligente nas orações regulares, mesclado com crenças mais antigas. Agora mamãe nos obrigava a rezar quando as mesquitas chamavam: cinco vezes por dia. Antes de cada oração, éramos obrigados a nos lavar e a nos vestir, então ficávamos em fila e seguíamos suas instruções. Depois da oração noturna, tínhamos de ir para a cama.

Mamãe também nos matriculou na escola alcorânica local, muito embora quase não falássemos árabe. Na Somália, tanto o colégio quanto o madraçal eram mistos (meninos e meninas); aqui havia segregação em tudo. Mahad ia a um madraçal de meninos; Haweya e eu, a um de meninas. Lá todas as garotas eram brancas; eu as via como brancas e a mim, pela primeira vez, como negra. Elas nos chamavam de abid, que significa escravas. Ser chamada de escrava — o preconceito racial contido na palavra — era uma das coisas que eu mais detestava na Arábia Saudita. O professor não nos ensinava a escrever, limitava-se a recitar o Alcorão para nós. Precisávamos decorá-lo, versículo por versículo.

Já havíamos decorado uma parte das escrituras, tínhamos aprendido em Mogadíscio, muito embora, evidentemente, não compreendêssemos mais do que uma ou duas palavras, já que estava tudo em árabe. Mas, em Meca, o professor dizia que nós o recitávamos sem respeito, às pressas, para nos exibir. De modo que foi necessário aprender tudo novamente, só que, dessa vez, com pausas cheias de reverência. Continuávamos sem entender mais do que o essencial. Aparentemente, a compreensão não tinha a menor importância.

Tudo era pecado na Arábia Saudita. A gente não era malvada, e sim pecadora. Não era limpa, e sim pura. A palavra que mais se ouvia era haram, proibido. Tomar o ônibus com homens era haram. Meninos e meninas brincarem juntos, haram. Quando estávamos brincando com as outras garotas no pátio do madraçal, também era haram deixar que o turbante branco se soltasse, mesmo que não houvesse meninos por perto.

Mamãe decidiu nos levar à Grande Mesquita, o que representou uma feliz interrupção do nosso encarceramento. O calor vibrava no ar; era mais uma tarde quente a mais não poder, o calor de Meca não se comparava com nada que eu conhecia. E entramos no palácio, que era lindíssimo: branco, fresco, escuro, enorme. Soprava uma brisa no interior do edifício. Foi como sair da cadeia. Enquanto minha mãe executava o ritual solene, dando sete voltas lentas ao redor da pedra sagrada, nós nos pusemos a correr por toda parte, escorregando no piso, gritando de alegria.

Lá as pessoas eram tão heterogêneas quanto no aeroporto, muitas até mais pretas do que nós, e algumas tão mais brancas do que os próprios sauditas, que chegavam a ser lívidas. E, como estávamos na casa de Deus, toda aquela gente se mostrava gentil. Quando colidimos com um adulto, ele segurou delicadamente a nossa mão e nos levou de volta para mamãe. Ela ficou furiosa, e eu entendi que a tínhamos envergonhado, por isso me ajoelhei à sua frente e fiz a oração da súplica que aprendera no madraçal, estendendo as mãos em concha diante dela e pedindo perdão. Para minha surpresa, deu certo: mamãe sorriu.

Ela encontrava consolo na vastidão e na beleza da Grande Mesquita, lá recobrava a esperança e certa sensação de paz. Todos nós gostávamos de visitá-la; até ganhávamos sorvete depois. Pouco a pouco, os rituais e as histórias centradas naquele palácio começaram a ter significado para mim. As pessoas eram pacientes umas com as outras na Grande Mesquita, e gentis — todos lavavam os pés na mesma fonte, sem empurrões nem preconceitos. Éramos muçulmanos na casa de Deus, uma coisa bonita. Aquilo tinha um não-sei-quê de intemporalidade. Creio que esse era um dos motivos pelos quais os muçulmanos acreditam que islamismo significa paz: porque em um lugar amplo e fresco, cheio de amabilidade, a gente se sente mesmo em paz.

Mas, assim que saíamos da mesquita, a Arábia Saudita significava calor intenso, sujeira e crueldade. As pessoas eram decapitadas em praça pública. Os adultos viviam falando nisso. Nada mais normal e rotineiro na sexta-feira, após a oração do meio-dia, do que ir almoçar em casa ou então assistir às execuções. Dece-pavam-se mãos. Homens eram açoitados. Mulheres, apedrejadas. No fim da década de 1970, a Arábia Saudita vivia um boom; no entanto, embora o preço do petróleo estivesse empurrando a economia para o mundo moderno, aquela sociedade continuava fincada na Idade Média.

Quando chegou o mês da peregrinação, mamãe disse que já não podíamos ir à Grande Mesquita. Nem sair de casa ela nos deixava, tinha medo de que fôssemos pisoteados pela imensa multidão de peregrinos. Só podíamos observar aquele munda-réu de gente vestida de branco passando na rua e, pela janela, ouvir a reza constante.

Uma noite, durante o mês da peregrinação, quando acabávamos de nos deitar, ouvimos baterem na porta. Um dos nossos tios gritou: "Seu pai chegou!". Saltamos precipitadamente da cama. Mahad se atirou nos braços de um dos homens que entraram. Um tanto acanhadas no começo, Haweya e eu o imitamos, abraçando aquele desconhecido, puxando-o para baixo.

Eu imaginava um pai que me compreendesse, que soubesse que eu estava tentando ser boa. Agora lá estava aquele homem. Subíamos nele, acotovelávamo-nos para tocá-lo. Mamãe quis nos mandar de volta para a cama, mas papai disse que podíamos ficar acordados. Acabei dormindo no tapete, os braços estendidos, vendo papai comer.

O meu abeh era magro. De pômulos altos como eu, tinha testa redonda, pescoço forte e ombros largos, ligeiramente caídos. Seus olhos eram cercados de rugas, o que eu atribuí ao fato de ele ler muitos livros e se preocupar demais com o futuro do nosso país. A testa alta lhe dava uma aparência distinta. Sua voz grave parecia sempre acompanhada de um sorriso. E, ao contrário dos outros adultos da nossa vida, ele nos achava maravilhosos.

Na manhã seguinte, abeh nos acordou para rezar. Os tapetes já estavam estendidos, sendo que o de Mahad ficava perto do dele; o de mamãe, o de Haweya e o meu, atrás. Começamos a nos envolver em longas vestes brancas para a oração, como mamãe costumava nos mandar fazer, mas ele nos deteve. "Vocês só precisam fazer isso quando forem adultos", explicou. E, ante o protesto da minha mãe, o meu adorável abeh disse: "Você sabe, Asha, não são as regras que importam, e sim o espírito".

Depois disso, Haweya e eu nos metemos entre ele e Mahad para rezar. Papai não nos afastou. Quando mamãe protestou: "Isso é proibido", ele impôs silêncio.

Nós insistimos nisso: passamos o dia tentando ficar ao lado de abeh nas orações. À noite, ele deve ter percebido que aquilo não ia cessar espontaneamente e, além disso, mamãe tinha razão: era proibido. Os homens não rezavam lado a lado com as mulheres. Estas ficavam atrás, porque, embora se cobrissem para a oração, o véu podia escorregar e deixar à mostra um pedaço do vestido ou da pele, coisa capaz de distraí-los e levá-los ao pecado. Mas não foi essa a explicação que o meu abeh nos deu. Ele disse: "É melhor vocês ficarem atrás porque já são duas mocinhas".

Naturalmente perguntamos: "Por quê?".

"Porque Alá quer assim."

"Mas por que Alá quer assim? Ele também me criou, mas sempre prefere Mahad."

Abeh nos mandou ficar atrás porque era assim que devia ser. Mas eu adorava o meu abeh, e aquilo não era justo, de modo que, engatinhando pelo tapete, fui avançando aos poucos, até que, no fim da oração, Haweya e eu estávamos bem ao lado dele e de Mahad. Para o horror de mamãe, continuamos fazendo isso. Depois de uma semana, o meu pai acabou se irritando, e ela adorou, pois provava que tinha razão: em primeiro lugar, ele não devia ter deixado aquilo acontecer nenhuma só vez. Mesmo porque, disse ela, as mulheres não tinham nada que rezar com os homens. Desde o primeiro dia, abeh deveria ter orado em um quarto com Mahad, enquanto mamãe rezaria em outro conosco. Mas ele não concordou: "Oramos juntos porque somos uma família. É assim que Deus quer".

Com o retorno de papai, todas as regras relaxaram um pouco. Ele dizia que, embora tivéssemos que fazer o ritual da ablu-ção antes da oração matinal, não precisávamos nos lavar antes das outras, a menos que tivéssemos soltado um pum ou ido ao banheiro. Lavar-nos antes de cada oração, apesar de estarmos limpos, era um desperdício de água, dizia, e Alá não gostava disso.

Durante algum tempo, quando mamãe perguntava antes de cada oração: "Vocês se lavaram?", nós três respondíamos: "Estou puro". Ela retrucava: "Puros! Vocês estão imundos!" e nós alegávamos: "Mas, mamãe, a poeira não é impura". Antes da oração seguinte e da outra, repetíamos: "Estamos puros!", até que ela explodia: "Vamos acabar com esse absurdo agora mesmo", e nos arrastava ao banheiro para que nos lavássemos.

Quando meu pai retornou à minha vida, desabrochei como uma flor de cacto depois da chuva. Ele me dava atenção, erguia-me no ar, dizia que eu era inteligente e bonita. Às vezes, à noite, reunia os três filhos para nos falar da importância de Deus e do bom comportamento. Estimulava-nos a fazer perguntas; papai detestava aquilo que ele

chamava de educação idiota — decorar. A pergunta "por quê?" deixava mamãe à beira da loucura, mas papai a adorava: ela podia desencadear uma enxurrada de ensinamentos, ainda que nove décimos deles estivessem muito acima da nossa compreensão.

Minha mãe nos ensinava a dizer a verdade, do contrário seríamos castigados e iríamos para o inferno. Papai nos ensinava a ser sinceros porque a verdade era boa em si. Eu gostava muito das suas aulas noturnas, e, embora nós três absorvêssemos a atenção que ele nos dava, sempre fui a predileta de abeh, desde o começo.

Quando nos comportávamos mal, eu era a primeira a admiti-lo. Dizia: "Você não nos castiga se eu confessar uma coisa, castiga? Porque, se eu disser a verdade e você me castigar, da próxima vez serei obrigada a mentir". Meu pai caía na gargalhada e dizia: "Então diga a verdade", e eu contava: quebramos tal coisa ou aborrecemos os vizinhos. Ele nunca batia em nós, apenas nos fazia prometer não voltar a fazer aquilo.

Minha mãe era espartana. Não oferecia mais do que a atenção e o afeto estritamente necessários, a não ser a Mahad. E, mesmo com ele, sua benevolência era relativa: simplesmente não o espancava tanto quanto a Haweya e a mim. Para começar, ela não era uma mulher meiga ou afetuosa, a vida a tinha endurecido. Passava o tempo todo preocupada e, quando estabelecia normas, levava-as muito a sério. Mas, depois de algumas semanas com abeh, aprendemos a argumentar: "Não são as regras que importam, e sim o espírito". E isso a deixava furiosa.

Fosse qual fosse o emprego do meu pai, ele era muito bem pago. Mas, embora sua autorização para trabalhar na Arábia Saudita o proibisse de prosseguir com as atividades políticas, ele continuava a colaborar secretamente com a FSDS. Achava os sauditas toscos e idiotas e não acreditava que conseguissem descobrir que ele continuava participando da liderança de um movimento político no exílio.

Quando venceram os cinco meses já pagos do nosso apartamento, o meu pai fez questão de mudar para Riad, onde

trabalhava. Mamãe não queria sair de Meca, mas nós, crianças, detestávamos aquele prédio, e acho que até mesmo ela ficou secretamente aliviada quando abeh encontrou uma casa maior e muito mais fresca em Riad. Era dividida em duas partes, a das mulheres e a dos homens (embora não vivêssemos desse modo), com um corredor e uma porta fechada entre elas. Os homens entravam e saíam pelo portão da frente, uma imponente grade de metal com luzes de ambos os lados. Nunca nos deixavam sair sozinhas. Mas uma pequena porta comunicava o quintal da parte das mulheres com o quintal da parte das mulheres da casa vizinha, de modo que elas e as crianças podiam circular entre os dois pátios sem sair à rua.

Haweya e eu fomos autorizadas a visitar as vizinhas por essa portinha. íamos assistir televisão. Passavam reprises de um interminável seriado sobre a vida do profeta e as batalhas que ele travara para instituir o islã e levar os politeístas a trilharem a senda reta do Deus único e verdadeiro; seu rosto não aparecia nunca: como ele era sagrado, nenhum ator podia representá-lo. Aprendemos o jogo de bater palmas das meninas do bairro. Quando seus pais saíam e suas mães letárgicas, quase inertes, passavam a tarde dormindo, as garotas vizinhas se reuniam para tocar música. Eram cinco ou seis — creio que filhas de várias mulheres diferentes —, com idades entre dez e quinze anos. Atavam um pano nos quadris e se punham a saracotear, umas para as outras, rebolando, sacudindo os ombros, girando os punhos, trocando olhares insinuantes. Eu tinha oito anos, e para mim aquelas meninas, mesmo as de dez anos, exalavam um erotismo tórrido e totalmente inusitado.

Nunca tinha visto aquele tipo de dança, só as cerimônias rituais que os feiticeiros às vezes apresentavam em certos bairros de Mogadíscio para chamar a chuva: mais um tolo ritual mágico do que propriamente uma dança. Quando Haweya e eu imitamos aquela espécie de bailado em casa, minha mãe ficou louca de raiva. Tinha nos levado à Arábia Saudita para que fôssemos puras e trilhássemos o

estreito caminho do islã juntamente com os sauditas, e agora as próprias mulheres sauditas estavam nos desencaminhando.

Algumas das que moravam no nosso bairro eram regularmente espancadas pelos maridos. A gente as ouvia de noite. Seus gritos ecoavam nos quintais: "Não! Por favor! Por Alá!". Isso deixava o meu pai revoltado. Ele via aquela violência horrível e fortuita como o exemplo por excelência da estupidez dos sauditas e, quando avistava os homens que faziam tal coisa — o bairro todo os identificava pela voz —, resmungava: "Boçal idiota, como todos os sauditas". Papai nunca levantou a mão para mamãe; achava isso uma baixeza inominável.

Mesmo assim, podíamos sair de casa às vezes, e a minha mãe não podia nos proibir de ir à casa das vizinhas; seria uma grosseria. Essas famílias eram muito diferentes da nossa. Por exemplo, as mães não faziam nada; tinham empregadas. E os meninos eram simplesmente terríveis. Todas as crianças iam aonde queriam — os árabes eram muito tolerantes com os filhos pequenos —, mas eram os meninos que mandavam. Mudavam de canal quando a mãe estava assistindo televisão ou obrigavam a irmã mais velha a lhes ceder a poltrona.

Na Arábia Saudita, tudo de ruim era atribuído aos judeus. Se o ar-condicionado encrencasse ou se faltasse água subitamente, as vizinhas diziam que era por culpa dos judeus. As crianças aprendiam a rezar pela saúde dos pais e pela destruição dos judeus. Depois, quando começamos a ir à escola, os professores desfiavam, demoradamente, as malvadezas que os judeus tinham feito e pretendiam fazer com os maometanos. Ao falar mal de alguém, as vizinhas costumavam dizer: "Ela é feia, é desobediente, é puta — anda dormindo com um judeu". Cheguei à conclusão de que os judeus eram como os djins. Nunca tinha visto um judeu. (Aquelas sauditas também não.)

Entretanto, essas mesmas vizinhas podiam ser muito atenciosas. Iam perguntar se estava tudo bem e nos levavam doces e bolos açucarados. Às vezes, convidavam minha mãe para os casamentos. Embora ela não aprovasse aquelas mulheres, não podia

recusar e ia — o que significava que nos levava também. As festas de casamento duravam três noites, e a todas só compareciam mulheres, as quais pareciam ganhar vida em tais ocasiões, vestindo as melhores roupas. Na primeira noite, a noiva ficava coberta para se proteger de olho gordo; só deixava à mostra os tornozelos enfeitados com desenhos espiralados, feitos com he-na. No dia seguinte, ela reluzia com o vestido e as jóias árabes. Na última noite, chamada Noite da Defloraçao, punha um vestido longo branco de seda e cetim e se mostrava assustada.

Nessa noite, aparecia o homem com quem ela ia casar, o único homem tolerado entre mulheres da família. Um sujeito suado, de aparência comum, às vezes muito mais velho, trajando uma longa veste árabe. Todas as mulheres se calavam à sua entrada. Para Haweya e para mim, os homens não eram de outro planeta, mas, nas sauditas lá presentes, a chegada do noivo causava comoção. Todas as bodas eram assim: as mulheres subitamente emudecidas, boquiabertas de ansiedade, e o homem que aparecia, inteiramente banal.

As coisas não iam bem em casa. O vínculo outrora forte entre meus pais estava se rompendo. Cada qual tinha expectativas diferentes na vida. Mamãe sentia que papai não dava atenção à família. Geralmente cabia a ela nos levar à escola e buscar — escolas diferentes porque Mahad era menino — e voltar sozinha. Minha mãe detestava sair sem homem, detestava ser insultada na rua, encarada com insolência. Todas as somalis contavam casos de mulheres que haviam sido agredidas na rua, levadas sabe-se lá para onde, e então, horas depois, apareciam jogadas no acostamento de uma estrada ou simplesmente nunca mais voltavam. Ser uma mulher sozinha já era horrível. Ser estrangeira e, além disso, negra, significava quase não ser humana, estar totalmente desamparada: um bode expiatório.

Quando mamãe ia fazer compras sem motorista ou marido que bancasse o guarda-costas, os comerciantes se recusavam a atendê-la. Mesmo na companhia de Mahad, alguns balconistas não lhe dirigiam a palavra. Restava-lhe pegar os tomates, as frutas e os temperos e perguntar em voz alta: "Quanto é?". Quando recebia resposta, jogava o

dinheiro no balcão e dizia: "É pegar ou largar", e ia embora. No dia seguinte, era obrigada a voltar à mesma mercearia. Mahad assistia a tudo sem poder auxiliá-la, tinha apenas dez anos.

Mamãe nunca atribuiu aos sauditas a culpa das suas atribulações. Simplesmente queria que meu pai se encarregasse das compras e das diligências na rua, como faziam todos os homens. Nenhuma mulher que conhecíamos andava sozinha na rua. Era impossível: os maridos trancavam a porta quando saíam de casa. Todas as mulheres do bairro tinham pena da minha mãe, a única que saía sozinha. Era humilhante, era vulgar.

Mamãe sentia que meu pai falhara com ela em muitas coisas. Ele a fazia assumir responsabilidades que, na sua opinião, cabiam a ele. Para papai, era muito natural chegar em casa com oito ou dez homens convidados para almoçar. Nunca dizia aonde ia nem quando pretendia retornar. Quando a atmosfera doméstica ficava menos agradável, ia à mesquita de manhã e só voltava um ou dois dias depois. Minha mãe tinha que lavar à mão cada meia e cada turbante. Uma mulher solitária.

Creio que havia ocasiões em que ela se sentia feliz: cozinhando à noitinha, cercada pela família. Mas quantas noites eram assim? Às vezes, de madrugada, eu os ouvia discutir, mamãe a enumerar as muitas vezes em que papai lhe faltara, a voz tensa de raiva. Abeh dizia: "Asha, trabalho para que a gente tenha um futuro no nosso país". Ou então: "Essas coisas não aconteceriam se a gente morasse em um país normal". Ele detestava a Arábia Saudita e queria que mudássemos para a Etiópia. Mas mamãe se recusava: os etíopes eram infiéis.

Alguns meses depois da nossa mudança, vovó chegou para ajudar minha mãe na casa. Também não gostava do modo como ela se referia a papai. "Quem nasce mulher tem que viver como mulher", dizia, citando um provérbio. "Quanto mais depressa você entende isso, mais fácil é aceitar."

Pouco tempo depois de chegar a Riad, começamos a ir ao colégio — um colégio de verdade — de manhã e ao madraçal à tarde. Mas, na

Arábia Saudita, o colégio de verdade era igualzinho ao madraçal. Só estudávamos árabe, matemática e o Alcorão, sendo que este ocupava quatro quintos do nosso tempo. O estudo do Alcorão dividia-se em uma aula de recitação, uma de significado, uma de hadith, os versículos sagrados escritos depois do Alcorão, uma de sirat, as biografias tradicionais do profeta Maomé, e um curso de fiqh, a lei islâmica. Decorávamos os noventa e nove nomes de Alá e aprendíamos como se comportava uma boa menina muçulmana: o que dizer quando espirrávamos; de que lado começar a dormir e em que posição era permitido ficar durante o sono; com que pé entrar no banheiro e em que posição se sentar. A professora, uma egípcia, costumava me bater. Eu tinha certeza de que sua implicância se devia ao fato de eu ser a única negra na classe. Quando me aplicava reguadas, ela me chamava de aswad abda: negrinha escrava. Eu detestava aquele país.

Nem todos os sauditas eram assim. Certa manhã, quando eu estava no colégio, uma súbita rajada de vento me atingiu com tanta força que quase me derrubou. Com ela, chegou um cheiro gostoso de chuva que me encheu de saudade da minha terra. (O cheiro de chuva era, talvez, o mais pungente que eu recordava da minha breve existência na Somália.) As nuvens começaram a se acumular, e os pais chegaram para buscar os filhos; com a tempestade que se anunciava, o colégio ia fechar mais cedo, mas minha mãe certamente não sabia disso. Começou a chover: as primeiras gotas grossas me atingiram com força, seguiu-se uma borrasca de sólidos lençóis de água a se precipitarem. As ruas não tardaram a se alagar. Como eu era a última criança esperando junto ao portão do colégio, achei melhor correr na direção que me pareceu ser a de casa. A água já cobria a metade das minhas canelas. Eu caí, chorando.

Um braço grande me envolveu o peito e me tirou da água. Pensei que fosse um saudita disposto a me raptar e estuprar, a me cortar em pedaços e me enterrar no deserto, como nas histórias da minha mãe. Comecei a gritar: "Tudo que você fizer comigo, Alá vai ver!". Mas, sem dizer uma palavra, o homem me levou à sua casa e me jogou no colo da

esposa. Ela me deu roupa seca e procurou me acalmar com leite morno; enquanto isso, o marido voltou ao colégio e encontrou mamãe e Haweya. Depois, quando a chuva cessou, levou-nos para casa de carro.

Dissemos a papai que não queríamos ser meninas. Era uma injustiça não poder sair com ele e fazer todas as coisas que Ma-had fazia. Abeh sempre protestava, citando o Alcorão: "O paraíso fica aos pés da tua mãe!". Mas, quando olhamos para baixo, os pés descalços de mamãe estavam rachados de tanto lavar o chão, ao passo que os de abeh ostentavam caríssimos sapatos italianos de couro. Ríamos toda vez que ouvíamos isso, pois, em todos os sentidos da palavra, o paraíso não estava aos pés dela, e sim aos dele. Papai era importante, ia salvar a Somália e tinha roupas lindas, saía quando queria. E nós, e ela, nunca podíamos fazer o que queríamos.

A segregação se inscrevia em cada detalhe da vida cotidiana. Quando a família decidia sair, tínhamos que tomar ônibus separados: o meu pai e Mahad, o dos homens; mamãe, Haweya e eu, o das mulheres. Papai mal continha a raiva da idiotice daquilo tudo quando voltávamos a nos reunir no mercado ou no bazar de ouro. "Isso não tem nada de muçulmano!", resmungava. "Isso é da época da Ignorância! Esses sauditas não passam de umas bestas!" Na prática, a regra dos ônibus separados se aplicava unicamente aos trabalhadores estrangeiros. Todos os sauditas pareciam ser ricos, e as mulheres circulavam com motorista no carro do marido.

Toda vez que eu dizia que, quando crescesse, queria ser como o meu abeh, ele se alegrava e exclamava: "Está vendo? As crianças vão salvar a pátria!", e me pegava no colo. E as visitas somalis que ficavam esperando com muita deferência que papai chegasse a casa e falavam com ele com todo respeito — olhavam para mim e riam, dizendo que eu era o retrato do meu pai, de testa arredondada e pômulos salientes. Mais tarde, ele me abraçava e dizia que eu era o seu único filho. Isso fazia com que Mahad me detestasse ainda mais.

Mamãe também recebia visita com freqüência — outras somalis, dhulbahante como ela, quase todas empregadas domésticas de famílias

sauditas. Uma delas se chamava Obah. Era jovem e bonita, andava sempre bem vestida. Costumava trazer as unhas pintadas a hena e agitava as mãos ao falar, deixando, para a contrariedade da minha mãe, um rastro de fumaça de cigarro no ar. Um dia, Obah teve que deixar o emprego por medo de ser desonrada; ou talvez já o tivesse sido e por isso precisasse largar o emprego.

Minha mãe reprovava a exuberância feminina e os cigarros de Obah. Via aquela frivolidade como um pecado. Mesmo assim, concordou em acolhê-la. Obah era do mesmo clã, não se esperava outra coisa.

Nós, crianças, gostávamos da presença de Obah. Ela ria, agitava sua fumaça e usava o turbante tão solto que se viam seus brincos de ouro. Utilizava um pó amarelo e água para manter a pele macia e lisa. Nada tinha da austeridade da nossa exigente mãe.

Um dia, Mahad e eu roubamos uns cigarros de Obah. Fumamos, e eu vomitei. Minha mãe a mandou embora. Não sei para onde ela foi depois disso, porém, meses mais tarde, a rede dhulbahante informou que Obah estava presa, acusada de prostituição. Ouvimos dizer que tinha sido encarcerada, açoitada em público e, a seguir, extraditada.

Para os sauditas, o mero fato de Obah estar sozinha no país bastava para considerá-la uma prostituta; não havia necessidade de nenhuma outra prova. E, para o regime de Siad Barré, na Somália, o mero fato de ter saído do país e procurado emprego no exterior bastava para considerá-la uma perigosa "anti".

Meu pai ficou furioso quando soube o que se passara com Obah. "Isto não é o islã — são os sauditas pervertendo o islã", rosnou. Papai era muçulmano, mas tinha ódio dos juizes e das leis sauditas; achava aquilo bárbaro, toda cultura árabe do deserto. Sempre que ouvíamos falar em uma execução ou apedreja-mento, minha mãe dizia: "É a lei de Deus, é a vontade de Deus, quem pode julgá-la?". Mas também sabíamos que nenhum somali tinha chance de ganhar se um saudita resolvesse levá-lo ao tribunal.

O desprezo de papai pelos árabes era abrangente. No dia 16 de setembro de 1978, houve um eclipse da Lua em Riad. No fim da tarde, ele ficou visível: uma sombra escura a encobrir lentamente a face pálida da Lua no azul-escuro do céu. Bateram freneticamente na porta. Quando abri, nosso vizinho quis saber se estávamos bem. Avisou que tinha chegado o Juízo Final, o dia em que o Alcorão dizia que o Sol nasceria no oeste, os mares inundariam a terra, os mortos ressuscitariam e os anjos de Alá pesariam os nossos pecados e a nossa virtude, mandando os bons para o paraíso e os maus para o inferno.

Embora estivesse apenas anoitecendo, o muezim conclamou repentinamente à oração — não uma mesquita a chamar cuidadosamente após a outra, como de hábito, mas todas clamando ao mesmo tempo em toda cidade. Ouviam-se gritos no bairro. Pela janela, vi gente rezando na rua. Mamãe nos chamou e disse: "Todo mundo está orando. Vamos orar".

O céu escureceu. Era um sinal! Outros vizinhos bateram na porta, pedindo perdão pelas maldades passadas. Mandaram-nos rezar por eles, pois as orações das crianças eram as mais ouvidas. Os portões do inferno se escancaravam para nós, o que nos deixou apavorados. Por fim, abeh chegou, bem depois do anoitecer.

"Abeh!" Corremos ao seu encontro. "É o Juízo Final. Você precisa pedir perdão à mamãe!"

Meu pai se agachou até ficar da nossa altura e nos abraçou. Disse devagar: "Se vocês se aproximarem de um saudita e fizerem isto" — ele bateu palmas com força diante do nosso rosto — "vai ser o Juízo Final, para os sauditas. Eles são uns poltrões."

"Então não é o Dia do Juízo?"

"Uma sombra se projetou na Lua", explicou ele. "É normal. Vai passar."

Abeh tinha razão. No dia do Juízo Final, o Sol ia nascer no oeste, mas, no dia seguinte, nasceu direitinho no lugar de sempre, gordo e implacável, e o mundo não acabou.

Nossa casa em Riad tinha um terraço no primeiro andar da ala das mulheres, onde dormíamos. Era coberto por uma cortina e uma grade intrincadíssima. Podíamos ficar lá, olhando a rua sem ser vistos, coisa que, às vezes, mamãe fazia horas a fio. Uma tarde, ela avistou dois somalis se aproximando. Ao reconhecê-los, deixou escapar um ruído estrangulado. Algo estava errado.

Os homens bateram na porta, e mamãe disse: "Sei que é má notícia. Alguma coisa com o meu filho?". Eles disseram que sim. O meu meio-irmão Muhammad tinha morrido atropelado por um caminhão no Kuwait.

Eu não recordava esse meu irmão mais velho, fruto da obscura união de mamãe com aquele outro marido, do qual não gostava. Ela contava histórias de Muhammad. Foi ele quem matou um escorpião que me picou quando eu era pequena: claro que eu me lembrava do escorpião e de Muhammad me levando para casa no colo, não? Mas eu não me lembrava. Quando eu tinha dois ou três anos, Muhammad partiu de Mogadíscio para morar com o pai no Kuwait.

Mas, para mamãe, Muhammad estava fadado a ser o seu salvador. Ela sempre dizia: "Quando eu ficar velha, Muhammad vai me tirar desta vida". Ao saber da morte do filho, mamãe se encerrou no quarto, e uma nuvem de escuridão e tristeza envolveu a casa. Mulheres dhulbahante chegaram para cuidar dela e cozinhar para nós, pois mamãe estava prostrada. Parecia ter entrado em estado de coma, não chorava, não gritava conosco. Ficava deitada apenas, sofrendo. Todos os adultos nos diziam: "Pelo menos desta vez, sejam bonzinhos", e, pelo menos daquela vez, nós fomos. Papai também. Ao retornar da Etiópia, foi bom como um gato doméstico. Mostrou-se afetuoso com mamãe, chamava-a de Asha, e lhe segurava a mão até que ela finalmente saísse da cama.

Abeh resolveu fazer suas reuniões políticas em casa; assim podia passar mais tempo conosco. Grupos de cinco a vinte homens participavam dessas reuniões e ficavam comendo e conversando até três ou quatro horas da madrugada. Às vezes as esposas iam auxiliar na

cozinha, mas eram desleixadas demais para a minha mãe. Ela precisava de ajuda para receber tanta gente, e agora eu já estava com quase nove anos: idade suficiente para trabalhar.

Havia reuniões quase toda semana. Eu era obrigada a passar a tarde toda fazendo limpeza e ajudando a preparar a comida, enquanto Mahad, por ser menino, ficava brincando com os vizinhos, e Haweya, por ser muito pequena para trabalhar, se dedicava a me atormentar. Aquilo era muito ruim, mas o que eu mais detestava era lavar a louça depois do jantar, tarde da noite, os pratos e copos sujos empilhados em toda parte. Precisava subir em um caixote para limpar aquelas panelas enormes; uma delas era tão funda que eu podia entrar para areá-la. Lembro do quanto ficava ressentida e como tinha sono.

Uma noite não agüentei mais. Estava tão cansada que empilhei todos os pratos e os escondi na geladeira. Então fiz uma limpeza apressada para que a cozinha ficasse bonita. No dia seguinte, ao amanhecer, quando o meu pai se levantou para rezar, abriu a geladeira para pegar um copo de água, e a pilha de pratos caiu no chão. Foi uma barulhão — acordou toda família —, e minha mãe entrou, furiosa, no meu quarto. Tirou-me da cama e me obrigou a lavar a louça antes de ir ao colégio.

Chorei, dizendo que não era justo. Meu pai se aproximou quando eu estava terminando e disse: "Não é justo, mas não foi boa idéia guardar os pratos sujos na geladeira. Bastava dizer à mamãe: 'Estou com sono, faço isso amanhã'". Papai era bom, mas às vezes parecia não entender a determinação da minha mãe em instalar responsabilidade e obediência em mim, sua filha mais velha.

Um dia, em 1979, Abel chegou mais cedo e disse que íamos ser expulsos. Tínhamos vinte e quatro horas para sair do país. Eu nunca soube o motivo.

Em vez de ir ao colégio, tivemos que fazer as malas enquanto mamãe despejava toda sua raiva nele. "A culpa é sua", dizia. "Se você se importasse um pouco com a nossa família, isso não teria acontecido. Você confia seus segredos a qualquer um."

Fomos ao aeroporto. Meu pai disse que precisávamos partir no primeiro vôo, do contrário a polícia saudita iria nos buscar. Havia um avião para a Etiópia, mas mamãe se recusou a ir a um país não muçulmano. O único outro vôo era para o Sudão. Ela passou a viagem toda olhando com tristeza para o céu.

Quando aterrissamos no Sudão, não nos deixaram entrar no país. Passamos quatro dias no aeroporto de Cartum. Por fim, conseguimos outro vôo, dessa vez para a Etiópia mesmo. Era a terra dos infiéis malvados, mas não tínhamos escolha.

4. Órfãos chorosos e viúvas

O primeiro lugar em que nos instalamos, na Etiópia, foi um velho casarão no centro da capital. Tinha cadeiras, o que me pareceu bastante peculiar após toda uma existência me sentando no chão. O assoalho era de madeira, forrado com um tapete persa algo intimida dor, e havia até criadas encarregadas de cozinhar e limpar. Acho que foi a primeira vez que vi um jardim com sebes, canteiros de flores, uma pequena fonte e um jardineiro.

Imagino que o imóvel pertencesse ao governo e fosse usado para hospedar dignitários. Pois, naquele país, meu pai era um homem importante. Um carro oficial o transportava a toda parte. Constantemente, realizavam-se reuniões no andar térreo; homenzarrões escuros fumavam muito e discutiam aos berros, sentados nas cadeiras douradas da suntuosa sala de jantar.

Segundo aqueles exilados somalis, a situação da Somália era explosiva. O movimento de oposição de papai, a FSDS, estava atraindo levas enormes de voluntários. Agora as pessoas já não atravessavam a fronteira fugindo, e sim para se preparar para a luta. Todas dispostas a arriscar a vida para se vingar de Afwayne.

Ainda era assim que chamavam Siad Barré, o Bocudo, a goela enorme que oprimia o povo.

Em 1974, uma revolução depôs o imperador etíope Hailé Selassié. Um conselho de oficiais de baixa patente e soldados rasos, conhecido como o Derg, tomou o poder; dele fazia parte o brutal Mengistu Hailé Mariam, que assumiu o governo do país. Siad Barré aproveitou a ocasião para invadir a região de Ogaden, que a Etiópia reclamava para si, mas que era majoritariamente povoada por somaliófonos, o subclã ogaden dos darods. A liderança revolucionária etíope pediu ajuda aos soviéticos, e estes não hesitaram em abandonar Siad Barré e enviar reforços maciços aos etíopes. O exército somali foi obrigado a recuar. Evidentemente, a Etiópia ofereceu apoio e asilo às forças de oposição a Siad Barré, inclusive à FSDS do meu pai.

Em 1978, no dia em que partimos da Somália para a Arábia Saudita, a tentativa de golpe contra o governo de Siad Barré fora obra de militares de origem macherten, como papai. Para puni-los, Siad Barré mandou as forças armadas arrasarem as terras macherten. Os soldados queimaram os vilarejos, estupraram as mulheres e destruíram os açudes construídos pelos nômades para armazenar água pluvial. Milhares de pessoas morreram de fome e sede. O governo roubou a propriedade macherten e deu a isso o nome de comunismo. A cada incursão de Siad Barré, novos voluntários atravessavam a fronteira da Etiópia a fim de integrar as forças da FSDS e se vingar.

Na época em que minha família chegou à Etiópia, a FSDS era um exército com base na fronteira, em um lugar chamado Dirir-dawa. Servia-lhe de quartel-general uma mansão, na periferia de Adis-Abeba, toda cercada de altos muros eriçados de cacos de vidro e arame farpado, e com guardas ao portão.

Abeh nos matriculou numa escola; as aulas eram dadas em amárico. Como só sabíamos falar somali e árabe, tudo voltou a ser estrangeiro durante algum tempo. Só quando aprendi a me comunicar foi que descobri uma coisa assombrosa: minhas colegas não eram muçulmanas. Diziam-se kiristaan, cristãs, coisa que, na Arábia Saudita, seria um feio insulto: significava impuras. Confusa, consultei

mamãe, que o confirmou. Os etíopes eram kufr, palavra quase obscena. Bebiam álcool e não se lavavam direito. Uma gente desprezível.

A diferença era visível na rua. As etíopes usavam saia na altura dos joelhos e até mesmo calça comprida. Fumavam e riam em público, encaravam os homens sem o menor pudor. As crianças podiam ir aonde quisessem.

Os etíopes também eram muito mais pobres do que qualquer outro povo que eu conhecia, mais pobres até que os habitantes de Mogadíscio. Famílias inteiras de leprosos — inclusive algumas crianças, com moscas nos olhos remelentos e nos tocos que restavam de seus membros — pediam-nos esmola no caminho da escola. Dava tristeza passar por elas. Mas o pior eram os olhos assustadoramente vazios, de um cinza leitoso, do mendigo cego. Eu estremecia quando me aproximava daquela esquina.

Certa vez, uma mulher que ia caminhando à nossa frente, em uma rua de Adis-Abeba, simplesmente abriu as pernas, dobrou ligeiramente os joelhos e urinou na sarjeta sem se dar ao trabalho de erguer a saia comprida. Minha mãe contorceu o rosto de nojo. Tinha horror da Etiópia. Mas, apesar dos pedintes e da sujeira, eu adorava aquele país. As pessoas eram boas. Os professores não puniam muito os alunos. Eu tinha amigos pela primeira vez. Não éramos obrigadas a usar véu nem vestido longo; podíamos correr, e corremos pela primeira vez em anos. E não me obrigavam a lavar roupa nem louça. Eu me sentia quase livre.

Passados alguns meses, mudamo-nos para o outro lado da cidade, para a sede da FSDS, a mansão cercada de muros altos. Não me lembro de ter recebido nenhum aviso: uma tarde, o motorista de Abel foi nos buscar na escola e simplesmente nos levou para lá. Outrora provavelmente o imóvel tinha sido um hotel de luxo, com escada de mármore, balaustrada e uma infinidade de corredores atapetados. Ficamos hospedados em dois quartos, no fim de um corredor do térreo, e tínhamos banheiro e uma quitinete.

No começo, o cozinheiro etíope nos servia a comida da cozinha grande. Quando meu pai estava em casa, o pobre homem era obrigado a provar a comida na nossa frente para que tivéssemos certeza de que não estava envenenada. Podíamos ir à cozinha e brincar no terreno, mas, quando éramos surpreendidos nos escritórios, papai mandava mamãe nos controlar mais.

Ela tentava nos manter dentro de casa, mas não conseguia nos prender durante muito tempo. Não tardou para que todo imóvel se convertesse em nosso território de exploração. Para nós, era uma grande aventura. Adis-Abeba verdejava com exuberância — lá chovia muito —, e o terreno da mansão era enorme. Quando atormentávamos muito o guarda ao portão, ele nos jogava na velha e rachada fonte de pedra junto à entrada, tão funda que não conseguíamos sair de lá sem ajuda.

Dezenas de homens de farda verde entravam e saíam. Quando estavam a caminho da fronteira, iam armados. Mas, na maioria, eram convalescentes; retirados da frente de batalha e tendo agora recebido alta no hospital, estavam se recuperando dos ferimentos e das amputações. Alguns eram simpáticos e brincavam conosco na terra.

Um par de semanas depois, mamãe ressuscitou o fogareiro a carvão e passou a preparar nossa comida no pátio, perto do quarto dela. Passavam soldados. Alguns ficavam esperando papai terminar seu programa noturno na Rádio Kulmis; esse programa tornou sua voz imediatamente reconhecível para toda uma geração de exilados somalis. Tínhamos saraus de poesia que nos lembravam nossas raízes somalis. Minha mãe preparava chapatis e carne cozida com ervas, e os homens declamavam versos de cor e elaboravam respostas adequadas. Um deles era um grande poeta moderno, cuja obra mamãe sabia de cor, Khalif Sheikh Mohamoud.

Talvez queira o Senhor que os macherten sejam consumidos como mel. Tal como as frutas silvestres da planície de Do'aan, devorados têm sido os macherten.

Ensanham-se os famélicos por morder a carne inerte dos cadáveres. Órfãos chorosos e viúvas são saqueados e despojados de seus rebanhos. Os seres humanos têm de aceitar que são mortais, pois assim decretou Alá. Porém difícil é tolerar o regozijo do opressor ante os corpos espalhados...

Em somali, as rimas soavam como um lamento; eram perturbadoramente tristes. Depois dessas noitadas, mamãe melhorava perceptivelmente. Contava-nos histórias de sua infância: assistia às competições dos grandes poetas junto à fogueira no deserto, a declamarem cada vez com mais veemência até que todos admitiam que acabava de surgir um poeta verdadeiramente grande.

Entretanto, na Etiópia muitos daqueles recitadores aleijados e feridos sabiam que não eram grandes poetas e sentiam que a vida estava acabada. Todos eles exalavam fracasso, às vezes não bem lavado, com um ranço de fumaça de cigarro, noites de insônia e amargura. A atmosfera era sempre densa de murmúrios. Todo mundo se queixava de Abdellahi Yusuf, o chefe da FSDS. Diziam que ele protegia os seus favoritos, reservando os altos cargos exclusivamente aos parentes de seu subclã. Quase todos os homens que não eram macherten estavam se afastando por causa de Abdellahi Yusuf. Os que ficavam falavam mal dele.

Abdellahi Yusuf era ornar mahamud. A minha mãe dizia que os ornar mahamud sempre se achavam no direito de mandar, mas punham tudo a perder. Claro, ela era casada com um osman mahamud, só podia pensar assim. Para os somalis, a principal referência era a família: os osman, mahamud eram arrogantes. Os dhulbahante, inflexíveis. Os isaq, mascadores de qat.

Assim funcionava a coisa. Eu era uma osman mahamud porque, treze gerações antes, tive um ancestral chamado Mahamud, cujo filho se chamava Osman. Aliás, Mahamud tivera três filhos — talvez mais, porém três foram poderosos a ponto de fundar subclãs. Osman, o irmão mais velho, era um guerreiro natural, nascido para comandar, motivo pelo qual os Oman Mahad se mostravam tão arrogantes — atribuíam-se

o direito inato de governar. Isse, o caçula, era pastor e poeta, e os isse Mahad, como a minha avó paterna, continuavam dedicados a essas atividades. Ornar, o filho do meio, era um eterno insatisfeito, motivo pelo qual os omar Mahad nunca faziam nada bem-feito.

Era o que diziam os boatos. Como a logística da FSDS estava em mãos erradas, faltavam armas. A munição não chegava a tempo. Muitos conhecidos nossos morriam: soldados simpáticos, que tinham brincado conosco uma semana antes, sacrificavam-se inutilmente. Centenas perdiam a vida ou ficavam mutilados nos massacres. Essas eram as conversas que mamãe escutava quando estava cozinhando. Meu pai sempre dava à luta uma feição heróica; mas, para ela, que tudo escutava, a realidade não passava disso, morte e mutilação; o sonho de uma Somália independente, livre, ruía miseravelmente ante seus olhos.

Não havia mulheres somalis naquela mansão. Nós éramos as únicas crianças. Todos os demais comandantes do exército de exilados mantinham a família no Quênia, mil e cem quilômetros ao sul, onde vivia uma comunidade enorme de somalis. De modo que mamãe precisava nos criar cercados de homens. Isso lhe era detestável.

Alguns achavam que ela tinha obrigação de fazer chá para eles. Muitos mascavam qat e depois largavam os talos mastigados no chão. Uma vez, mamãe surpreendeu a Haweya e a mim com umas xícaras vazias, fazendo de conta que estávamos tomando chá, agitando pontas de cigarro no ar e mascando folhas velhas de qat. Isso a enfureceu. "Não é possível criar meninas em um lugar como este!" gritou ao meu pai. "Você pensa que elas vão ser crianças a vida inteira? Como criar duas meninas em um quartel, cercadas de homens? O que você está fazendo com a sua família?"

Minha irmã e eu achávamos uma pena desperdiçar com brigas o pouco tempo que passávamos com abeh. Eu detestava quando meus pais discutiam. Muito embora nunca tenha, que eu saiba, levantado a mão para a minha mãe, meu pai era capaz de ficar muito zangado. Uma tarde, vimos uma ambulância chegar, e papai irrompeu no nosso

quarto, furioso. Contou-nos que um homem tentara agredi-lo, durante uma discussão, e ele o havia derrubado, quebrando-lhe a perna.

Minha mãe engravidou. Perdeu o bebê, um menino nati-morto. Passou várias semanas internada e voltou calada, amarga, imprevisivelmente hostil.

Depois de cerca de um ano na Etiópia, abeh enfim se convenceu de que minha mãe tinha razão: precisávamos conviver com outras famílias. E resolveu nos transferir para o Quênia, onde se achava a maioria das famílias dos demais exilados. Mamãe não queria ir para lá; queria mudar para um país muçulmano. O Quênia também era um país infiel. Mas cabia a papai decidir.

Foi assim que, ao completar dez anos, eu já tinha vivencia-do três sistemas políticos diferentes, todos eles um fracasso. Em Mogadíscio, o Estado policial impunha ao povo a fome mediante o racionamento e a obediência por meio de bombardeios. A lei islâmica da Arábia Saudita tratava a metade dos cidadãos como animais, sem direitos nem recursos, dispondo das mulheres sem o menor respeito. E o antigo regime somali de clãs, que salvava aqueles que precisavam de refúgio, degringolou facilmente em desconfiança, conspiração e vingança. Nos anos seguintes, a guerra dos clãs se aguçaria, fragmentando e, por fim, destruindo toda Somália em uma das guerras civis mais ferozes da África. Claro, não era isso que eu via.

5. Encontro secreto, sexo e cheiro de sukumawiki

Partimos para Nairóbi em julho de 1980. Minha mãe abominou a idéia; não só porque os quenianos eram tão infiéis quanto os etíopes, mas porque tinham aparência diferente da nossa. Para ela, os quenianos mal chegavam a ser humanos, eram imundos e iam nos transmitir doenças horríveis. Além disso, praticavam o canibalismo. Mamãe os chamava de abid, que significava escravo, e de dhagah, pedra, e de gaalo, outro sinônimo chulo de infiel. Minha avó, que era capaz de se orientar no deserto pelo cheiro da chuva fresca; cujas

narinas detectavam se uma mulher estava grávida ou não; que farejava o ar e virava o rosto, enojada, dizendo que fulana estava no cio — a minha avó dizia que os quenianos fediam. Durante os dez anos que viveram no Quênia, as duas os trataram quase exatamente como os sauditas haviam nos tratado.

No entanto, papai escolheu o Quênia porque era prático, um país relativamente rico naquela época remota; diziam que era o lugar mais seguro da África. No Quênia, ele tinha status oficial de exilado: podíamos estudar e receber auxílio financeiro do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Papai também sabia que, durante uma parte do ano, podia nos deixar aos cuidados dos membros importantes do clã osman mahamud. Lá moravam muitos que, embora preferissem não participar diretamente da luta, contribuíam com dinheiro e protegiam as famílias dos combatentes.

Abeh queria conviver conosco o máximo possível; pelo menos era o que dizia. Mas mamãe não queria morar sozinha no estrangeiro. Não queria viver da caridade e da bondade dos maridos de outras mulheres. Sentia que meu pai já tinha dado muito da sua vida e do seu dinheiro à FSDS. E chegou a dizer que a PSDS não diferia em nada de Afwayne. era corrupta, inepta e estava carcomida pelas picuinhas de clã. Já que íamos morar em Nairó-bi, ele que tratasse de ficar conosco e de nos sustentar. Talvez pudesse montar um negócio próprio, para variar, e as famílias dos demais combatentes viveriam da nossa caridade.

Para abeh, a idéia de renunciar à luta contra Siad Barré era um anátema. O que mais lhe importava era o destino da Somália como nação livre. Nunca na vida, dizia mamãe, ele pusera a família em primeiro lugar.

Inicialmente, ficamos instalados em um hotel dirigido por somalis em Eastleigh, o bairro populoso, barulhento, em que morava a maioria dos nossos compatriotas radicados em Nairóbi. Depois achamos um apartamento perto de Juja Road, vizinho de Eastleigh, onde havia menos somalis. A principal diferença entre Eastleigh e Juja Road estava no cheiro. Eastleigh era impregnado de odores familiares para nós:

deliciosos pratos condimentados com coentro e gengibre, chá aromatizado com cardamomo e cravo; as mulheres que passavam com o dirha, o vaporoso vestido somali, deixavam um rastro de incenso e perfume forte. De vez em quando, o fedor repugnante do esgoto a céu aberto subia para se misturar com aquelas doces fragrâncias.

Em compensação, o bairro de Juja Road era habitado principalmente por quenianos nativos, que comiam ugali, farinha de milho cozida até se transformar em um bolo duro, com sukuma-wiki, as folhas verdes e grandes de uma planta parecida com a couve, as quais, depois de picadas, passavam horas e horas no fogo. O diabo era que o sukwnawiki tinha um cheiro penetrante, horrível, que infestava o bairro todo, desde o final da manhã até tarde da noite.

Nosso apartamento ficava no terceiro andar de um prédio novo, porcamente construído, bem em frente a um terreno baldio. Vovó comprou uma ovelha no mercado e a ensinou a subir e descer a escada. Levava-a para pastar no terreno baldio e a prendia no banheiro durante a noite. Era um verdadeiro animal de estimação; nunca tivemos coragem de comê-la. Sua presença fazia minha avó se sentir menos deslocada, cuidar dela era uma atividade que lhe era familiar.

Papai nos matriculou em um colégio de língua inglesa. Pouco depois, mamãe lhe comunicou friamente que lugar de meninas era dentro de casa, onde estavam mais seguras e mais bem cuidadas do que em uma escola gaalo, na companhia dos infiéis daquele país imundo em que ele as havia instalado. Dessa vez abeh explodiu. Respondeu, aos berros, que lançaria a mais infernal das maldições se ela se atrevesse a nos tirar do colégio sem a sua autorização. E, poucos dias depois, retornou à Etiópia.

Foi ele quem nos levou no primeiro dia de aula. Cada um de nós tinha um uniforme diferente; o meu era um avental cinzento com uma blusa branca por baixo e um suéter também cinzento. Uma vez mais, a escola era um lugar totalmente estranho. Ainda que as aulas fossem em inglês, no pátio se falava exclusivamente suaíli. E eu, para variar, não falava nem uma língua nem outra. As primeiras semanas foram um

pesadelo de solidão e agressões, mas não contei nada a mamãe. Temia que ela nos tirasse de lá e, mais do que tudo, queria ficar com outras crianças, bem longe de casa.

Mas a hostilidade diminuiu à medida que fui aprendendo a falar suaíli. Haweya sofreu muito mais do que eu com as agressões. Fechava-se e se tornava mais feroz com as provocações constantes. Voltava para casa machucada e zangada. Para mim, a adaptação foi mais fácil; eu simplesmente tentava ser tão invisível quanto possível.

A Escola Primária de Juja Road era evidentemente calcada no ensino colonial britânico. Toda manhã, nós nos reuníamos para saudar a bandeira e cantar o hino nacional queniano em vez do Deus salve a rainha. As inspetoras nos examinavam as unhas e o uniforme. As lições eram difíceis, e, quando não as entendíamos, tínhamos que ficar ajoelhados lá fora, no sol. Nunca lhes ocorria chamar o aluno de lado para esclarecer uma dúvida. Ao menor erro, a sra. Nziani, a professora de matemática, nos batia com um tubo de plástico que ela chamava de "minha mamba preta". Fui castigada muitas vezes, vivia com as mãos inchadas. Por fim, percebi que podia pegar algumas das cordas que vovó tecia com o mato alto do terreno em frente à nossa casa e negociá-las com uma garota chamada Angela, que adorava pular corda; em troca, ela me deixava copiar a lição de casa.

Os números sempre foram um mistério para mim. Eu era péssima aluna. Só em Nairóbi, aos dez anos de idade, descobri como se media o tempo: minutos, horas, anos. Na Arábia Saudita, o calendário era islâmico, baseado no mês lunar; a Etiópia conservava o antigo calendário solar. Estávamos em 1399 na Arábia Saudita, em 1972 na Etiópia e em 1980 no Quênia e no restante do mundo. Na Etiópia até o relógio era diferente: o amanhecer era chamado de uma hora; e o meio-dia, de seis. (Mesmo no Quênia, usavam-se dois modos de contar as horas, o britânico e o suaíli.) Os meses, os dias — tudo se concebia de maneira diferente. Foi na Escola Primária de Juja Road que comecei a imaginar o que as pessoas queriam dizer quando se referiam a datas e horas precisas. Vovó nunca as aprendeu. Passou a vida dizendo que

meio-dia era quando as sombras ficavam curtas, e contava a idade pelas estações chuvosas. E se dava perfeitamente bem com esse sistema.

Quando aprendi a ler em inglês, descobri a biblioteca da escola. Os alunos bem-comportados podiam levar livros para casa. Lembro dos Contos mais queridos dos irmãos Grimm e de uma coleção de Hans Christian Andersen. O que mais me seduzia eram as brochuras que as meninas passavam umas para as outras. Haweya e eu devorávamos aqueles livros nos cantos, e os escondíamos atrás dos compêndios, e os líamos em uma noite. Começamos com as aventuras de Nancy Drew, histórias de valentia e independência. Havia Enid Blyton, com seus sete detetives e os famosos contos de liberdade, de aventura e igualdade entre meninas e meninos, de confiança e amizade. Não se comparavam com as áridas histórias de clã que a minha avó contava, com mensagem de perigo e desconfiança. Eram narrativas divertidas, pareciam reais e me diziam coisas que as antigas lendas jamais disseram.

Às vezes, depois da aula, Havveya e eu íamos escondidas à praça Juja Road, onde uma loja indiana vendia sorvete, cadernos de exercício, canetas esferográficas e pan, um doce condimentado de coco que nos deixava com os lábios vermelhos. Mas geralmente mamãe nos prendia em casa. Ela e vovó não se conformavam em nos deixar freqüentar a escola. Não confiavam nos quenianos para nos ensinarem o que quer que fosse; rejeitavam o país nos mínimos detalhes. Mas Haweya e eu éramos duas esponjas ávidas por absorver tudo que nos rodeava.

Certa ocasião, contei a mamãe que o homem tinha pisado na Lua. Ela disse que aquilo era absurdo. "Os kiristaan sonham tanto que são capazes de levar um avião a uma montanha e pensar que estão na Lua", argumentou. No dia em que cheguei da escola afirmando que o ser humano descendia do macaco, ela se escandalizou: "Agora acabou, não pago mais a mensalidade. Pode ser que os quenianos descendam do macaco. Os muçulmanos não".

Mas não nos tirou da escola. Meu pai ameaçara amaldiçoá-la, e, uma vez que ela já tinha fugido de um marido, não queria tornar a se arriscar ao castigo eterno.

Quando abeh voltou da Etiópia, os dois não fizeram senão brigar. Mamãe tentou envolver o clã, na esperança de que algum amigo o convencesse a cuidar mais da mulher e dos filhos; mas é claro que homem nenhum se atrevia a interferir nas decisões particulares de Hirsi Magan. Mamãe parou de comer e adoeceu, vivia gemendo e anunciando que ia morrer. Papai a levou ao hospital. Diagnosticaram anemia e lhe prescreveram vitaminas.

Depois de vários meses, abeh encontrou um lugar maior e mais bonito para morar, uma casa em Racecourse Road, em um bairro chamado Kariokor. Mas mamãe não queria ficar no Quênia; queria que voltássemos para Meca.

Não sei qual foi o motivo da sua última briga, mas ouvi o fim dela. Papai estava uma vez mais a caminho do aeroporto. Mamãe lhe disse: "Se você for, não precisa voltar mais".

Ele não voltou — durante muito tempo.

Mudamos para a casa nova de Kariokor sem abeh. No começo, ele às vezes telefonava para o apartamento de Jinni Boqor, ali perto. Jinni Boqor era um negociante osman mahamud que ficara encarregado de cuidar de nós. Mandava nos avisar que papai tinha telefonado e voltaria a fazê-lo dali a uma hora, então corríamos para lá, um a gritar com o outro na sala de visitas do homem. Abeh nos escrevia cartas no floreado alfabeto osmaniya, que ele adorava, mas já não sabíamos mais ler osmaniya. Criei coragem de lhe escrever em inglês e contar que não entendíamos aquela escrita. Depois disso, suas cartas foram ficando cada vez mais raras. E cessaram de chegar.

Foi um período horrível. Todo mês, mamãe ia ao escritório de Dayib Haji receber os três mil. No começo, era um dinheirão; depois a inflação o reduziu a quase nada. Todo mês chegava um caminhão do armazém de outro negociante somali, Farah Gou-ré, com sacos de

farinha, arroz e óleo. O clã a sustentava, mas ela vivia completamente só.

Mamãe não nos contou que papai não ia voltar, mas, quando eu acordava durante a noite, sempre a ouvia chorar. Numa ocasião, fui até lá e pus a mão no seu rosto. Ela se pôs a gritar que eu a espionava, bateu em mim e me mandou voltar para a cama. Depois disso, eu me acocorava junto à porta de seu quarto, escutando, desejando achar um jeito de mitigar o seu sofrimento.

Com o passar dos anos, todos nós desistimos de fingir que papai ia retornar.

Em apenas um ano em Nairóbi, Mahad conseguiu vaga em um dos melhores cursos secundários do Quênia. O Centro Starehe de Rapazes, um estabelecimento excelente, dava anualmente algumas bolsas de estudo a meninos de rua e a crianças cujos pais não tinham condições de pagar a mensalidade. Admitiam-se duzentos alunos por ano. Mahad foi aceito porque, com apenas um ano de contato com a língua inglesa, se classificou entre os dez melhores no exame nacional queniano. Pelo menos dessa vez, ao receber a notícia, minha mãe ficou genuinamente radiante. Para se exibir, bastava a Mahad percorrer o bairro trajando o uniforme, e nós nos apressávamos a acompanhá-lo, cheias de orgulho. Todas as crianças da rua queriam entrar no Starehe, mas nenhuma conseguiu.

O diretor Griffin era a encarnação da autoridade benevolente; e seu colégio, um paraíso com quadras de esporte e biblioteca. Mahad, porém, tinha muita dificuldade para sair da cama, de modo que, a fim de discipliná-lo, o sr. Griffin resolveu aceitá-lo como interno. Durante algum tempo, estabeleceu-se uma trégua entre nós. Mahad voltava somente nos fins de semana, o que era ótimo para mim, assim ele não me atormentava tanto.

Quando completei catorze anos, mamãe me matriculou no Colégio Secundário de Meninas Muçulmanas de Park Road. Este não era um bairro abastado, e a escola, branca e limpa, destacava-se com seu enorme portão de metal e o relvado muito bem cuidado, no qual nós

alunas estávamos proibidas de pisar. No primeiro dia, uma garota somali me abordou e se apresentou; disse que se chamava Amina. Por brincadeira e desejando achar uma protetora no ambiente novo, menti que aquele também era o meu nome. Nos quatro anos seguintes, todos no colégio me chamavam de Amina: Amina Hirsi Magan.

Fiz amizade com outra menina, Halwa, uma iemenita que morava perto de casa. A mãe e a tia de Halwa tinham nove filhos cada uma e moravam em casas vizinhas. Comecei a passar as tardes lá. Era como uma aldeia minúscula com muitas parentas entrando e saindo. Várias dessas parentas ficavam semanas ou meses; com freqüência, chegava uma mãe do vilarejo da família de Halwa, na remota região de Hadramut, para casar uma filha ou simplesmente fazer uma visita. Tornei a ver a estranha, autoritária e feroz interação entre a gente do miyé chegando ao ma-galo — visitantes rurais do mundo antigo, com seus costumes arcaicos, subitamente aglomerados no ambiente moderno do pessoal da cidade, como a mãe e a tia de Halwa.

Esta não podia se afastar da mãe a não ser para ir ao colégio, mas, dentro de casa, tinha liberdade de fazer o que bem entendesse. Ela não se ocupava do trabalho doméstico: sobravam mulheres para isso. Não tinha hora para dormir. Trocávamos a lição de casa — eu estava ficando boa em inglês, Halwa era ótima em matemática — e assistíamos muito à televisão. A mãe dela me convidava para os piqueniques no Arboretum, o jardim botânico. Sempre que podia, eu ia à sua casa.

Na volta, no fim da tarde, às vezes cruzava com bandos de meninos de rua a caminho do centro da cidade antes que escurecesse. Extremamente maltrapilhos e sujos, os mais velhos iam arrastando ou carregando os menores, ainda mais remelentos. Andavam em grupos que às vezes chegavam a várias dezenas; talvez se sentissem mais seguros assim.

Essas crianças viviam dos monturos como o que havia no fim da nossa rua. Exalavam um cheiro asqueroso de comida podre e rato morto. Às vezes, eu parava para vê-las catando comida e coisas para vender. Protegiam-se da chuva com sacos plásticos e cheiravam graxa

de sapato em sacos de papel até ficarem com o rosto coberto por uma camada preta. Pensar na vida daqueles garotos me deixava triste e, ao mesmo tempo, incrivelmente feliz. Eu tinha um teto e a minha mãe e, quando chegava em casa, sempre encontrava o que comer. Em comparação com aqueles meninos, não podia me queixar de nada.

No entanto, a atmosfera em casa continuava carregada de exprobação. Minha avó se acocorava sinistramente na cama, desgraçada no nosso novo ambiente. Insistia muito em apontar a origem do nosso sofrimento: a maldição lançada muito tempo antes, em Áden, no dia em que mamãe abandonara o primeiro marido. Isso só servia para aumentar o mau humor da minha mãe. Ela passou a ter súbitos acessos de raiva indiscriminada. Quebrava móveis e pratos. Chegou a destruir dois fogareiros porque não acendiam. Se antes era indiferente e ocasionalmente gentil, passou a nos surrar pelas mínimas travessuras, a nos puxar o cabelo, a nos espancar até não poder erguer a mão. Era tirânica, insensata; jogava na nossa cara, aos berros, toda uma existência de frustração.

Eu sabia que não se tratava de ódio por nós, e sim de muita infelicidade; e tinha pena dela. Fora abandonada em um país que desprezava, com três filhos para criar e sem um homem que a amparasse. Seu dia-a-dia nada tinha em comum com a vida a que ela aspirava e achava que merecia. Mamãe se sentia vítima. Outrora, havia plasmado seu futuro e tomado decisões — partira da Somália para Áden, divorciara-se do primeiro marido e escolhera o meu pai —, mas, ao que tudo indicava, em algum ponto perdera a esperança.

Muitas somalis na mesma situação teriam ido trabalhar, assumiriam o controle da própria vida, mas ela, tendo assimilado a postura árabe, segundo a qual uma mulher devota não trabalha fora de casa, não achava aquilo adequado. Nunca lhe ocorreu sair e inventar uma outra existência para si, muito embora não tivesse mais que trinta e cinco ou quarenta anos quando papai se foi. Pelo contrário, permaneceu completamente dependente. Cultivava rancores; era

ressentida; muitas vezes chegava a ser violenta; e vivia eternamente deprimida.

Embora meu novo colégio se chamasse Meninas Muçulmanas, muitas alunas professavam outras religiões. Quase a metade da turma era queniana, a maioria cristã, embora os quicuios também tivessem outro deus pagão. Os quenianos se dividiam em tribos que nada tinham a ver com os clãs da Somália. As tribos eram diferentes entre si no aspecto físico, falavam línguas distintas, tinham crenças próprias, ao passo que todos os clãs somalis falavam o mesmo idioma e acreditavam no islã.

Mesmo assim, havia semelhanças. Os quicuios consideravam-se guerreiros; por terem lutado pela independência, estavam convencidos de que sua tribo tinha o direito de governar. Os cambas ganhavam muito dinheiro — dedicavam-se ao comércio —, mas minhas colegas diziam que eles eram sovinas como o diabo; elas até tinham um provérbio: "Quem casa com um camba morre de fome". Os luos se supunham mais inteligentes do que os demais e, de fato, eram muito aplicados e sempre iam bem na escola.

No curso primário, quase todas as minhas colegas eram quenianas, de modo que eu estava mais ou menos habituada àquelas diferenças. Para mim, a novidade no Colégio de Meninas Muçulmanas era o fato de a metade das alunas ser da península Arábica e do sul da Ásia. Também no caso delas, os grupos étnicos eram claramente diferenciados e divididos segundo linhas de classe e tribo. Os indianos tinham um sistema complicadíssimo de classes sociais, todas elas infiéis aos olhos muçulmanos. Os paquistaneses, embora maometanos, também se dividiam em castas. As garotas intocáveis, tanto as indianas quanto as paquistanesas, tinham tez mais escura. As demais não brincavam com elas justamente por isso, por serem intocáveis. Achávamos graça nessa tolice — pois era óbvio que podíamos tocá-las: nós as tocamos, estão vendo? —, mas também ficávamos horrorizadas quando nos imaginávamos uma intocável, um ser desprezível para a raça humana.

Os somalis se dividiam em clãs e subclãs, mas também havia novas distinções entre os exilados recentes, parentes dos guerreiros, e os imigrantes mais antigos, que tinham sido criados no Quênia e mal entendiam o idioma do nosso país. Algumas meninas árabes tinham clãs como os nossos. Uma iemenita chamada Sharif era superior a uma que se chamasse Zubaydi. Em todo caso, as árabes se consideravam superiores a todas nós: tinham nascido mais perto do profeta Maomé.

No pátio do colégio, as somalis se davam bem com as iemenitas; as indianas, com as paquistanesas. As iemenitas, as somalis, as indianas e as paquistanesas brincavam e interagiam umas com as outras, mas, na hierarquia do Colégio Secundário de Meninas Muçulmanas, as quenianas eram inferiores.

Essa rigorosa fragmentação do corpo discente se estendia inclusive às nossas lancheiras. Na hora do recreio, nós nos sentávamos no jardim da escola, que parecia um parque arborizado e com bancos. O canto das paquistanesas e indianas cheirava a caril e a bhajias. A comida das iemenitas e somalis tinha o aroma do coentro e do gengibre. As quenianas levavam ugalie o comiam com sukumawiki, o prato de odor mais forte de todos.

Quando tínhamos dinheiro, a lancheira ficava fechada porque preferíamos comprar o peixe e as chips servidos em um jornal na cantina do colégio. Às vezes comprávamos caçave com pimenta e limão ou as mangas verdes que vendiam à porta da escola. Era uma cena estranha: todas as meninas pagando através das grades do portão trancado e a gorda queniana do outro lado, aturando a nossa gritaria e servindo cada uma com um sorriso.

Minha mãe ficava horrorizada com nosso contato com aquelas garotas. Para ela, o pior de tudo era, talvez, o espectro das crianças somalis que haviam perdido o idioma e só falavam o híbrido suaíli queniano. Mamãe tinha pelas palavras o amor típico do seu clã. Fazia questão de que falássemos um somali perfeito em casa e, ao menor deslize, zombava impiedosamente de nós. Começou a nos ensinar

poesia de cor, antigos cantos de guerra e morte, de incursões, pastoreio, verdes pastagens, enormes rebanhos de camelos.

Quase não havia romantismo na poesia somali. Nem mesmo os poemas femininos, menos importantes, mencionavam o amor. Este era considerado sinônimo de desejo; e o desejo sexual, encarado como coisa vil — literalmente abominável. Para Haweya e para mim, aqueles poemas careciam do poder sedutor das histórias que as nossas colegas nos ensinavam.

No Meninas Muçulmanas, a sra. Kataka, uma bonita professora luo, dava aula de literatura. Lemos 1984; As aventuras de Huckleberry Finn; Os 39 degraus. Depois lemos traduções inglesas de romances russos, com seus estranhos patronímicos e suas paisagens nevadas. Imaginávamos as charnecas inglesas do Morro dos ventos uivantes e a luta pela igualdade racial na África do Sul de Chora, terra bem-amada. E todo um universo de idéias ocidentais começou a ganhar forma.

Haweya e eu líamos sem parar. Mahad também gostava de ler; quando lhe fazíamos algum favor, passava-nos os suspenses de Robert Ludlum que os amigos lhe emprestavam. Mais tarde, apareceram livros bem picantes: O vale das bonecas, Barbara Cartland, Danielle Steel. Todos eles, mesmo os piores, transmitiam idéias — as raças eram iguais; as mulheres, iguais aos homens — e conceitos de liberdade, luta e aventura absolutamente novos para mim. Até os nossos manuais comuns e correntes de biologia e ciência pareciam conter uma narrativa poderosa: a gente adquiria conhecimento e queria crescer.

Mamãe passou a exigir que eu me encarregasse de todo trabalho doméstico depois do colégio. No começo, nós três dividíamos as tarefas, porém Mahad rosnava quando ela o mandava arrumar seu quarto, e Haweya simplesmente se recusava. Era a minha função, afinal: a sina da filha mais velha.

Eu tinha que lavar o chão; a roupa — mesmo as meias encardidas de Mahad — precisava ser esfregada com perfeição e pendurada no varal. Cabia-me acompanhar mamãe em suas erráticas diligências e bancar a intérprete: quando ela ia ao médico por causa de

enxaqueca, de psoríase, de uma misteriosa dor no útero, ou quando precisava pagar a conta de luz ou ir buscar a correspondência. E sempre íamos a pé, pois ela dizia que os barulhentos ônibus quenianos fediam e, além disso, nunca sabia qual deles tomar.

Haweya tinha pena de mim. Costumava dizer: "Recuse-se". Mas eu não conseguia — não era como a minha irmã. Quando desobedecíamos, apanhávamos. Mamãe me pegava, me puxava o cabelo, atava minhas mãos às costas com uma corda e me punha de bruços no chão. Prendia minhas mãos aos tornozelos e então, armada de uma vara ou de um fio, me surrava até que eu pedisse misericórdia e jurasse nunca mais fazer aquilo. A dor daquelas surras era insuportável e, tanto quanto posso me lembrar, inocularam em mim um senso de responsabilidade. Eu precisava ajudá-la.

As outras crianças também eram castigadas. Todas as que eu conhecia apanhavam dos pais de vez em quando. Mas nenhuma ficava amarrada e nenhuma era surrada toda semana, como às vezes acontecia comigo. Mamãe me punia com muito mais freqüência do que punia Mahad. Mas Haweya era a mais castigada de nós. No entanto, parecia imune à dor. Levava as piores tun-das de que a minha mãe era capaz, mas se negava a ceder. Simplesmente não fazia o trabalho doméstico — limpar, lavar à mão a roupa e os lençóis e torcê-los e pendurá-los no varal. Haweya não fazia senão gritar e gritar, um feixe de fúria duas vezes mais forte do que mamãe. Com o tempo, tornou-se perigoso bater nela.

Tínhamos avaliações periódicas. As de Haweya e as de Mahad eram ótimas, mas, quando mamãe recebia as minhas notas, sempre dizia: "Tenho três filhos, mas uma me saiu retardada". Que injustiça. Sem dúvida, eu era mais lerda do que os meus irmãos, mas tinha tanto trabalho em casa que não tinha tempo para estudar. Em todo caso, sabia que, se me queixasse, a minha mãe era capaz de me tirar da escola. Agora Mahad era o homem da casa. Curiosamente, acho que ele sentia alívio quando papai se ausentava. Abeh reprovava a sua preguiça e o seu costume de nos atormentar e tiranizar. Quando nos

recusávamos a fazer sua vontade, ele nos machucava tanto que até a destemida Haweya achava melhor obedecer. Mamãe nunca interferia; se havia uma coisa que ela estimulava, era a autoridade do meu irmão.

Mahad estava com quinze anos e, sendo menino, não precisava obedecer à minha mãe como nós. Saía do Starehe nas tardes de sexta-feira, e às vezes só aparecia em casa muito depois do anoitecer. Tinha descoberto o encanto das ruas. Quando mamãe se punha a gritar, ele simplesmente não fazia caso. Quando o surrava, Mahad saía. Quando mamãe comprou um cadeado, ele passou a pular a cerca alta e fugir. Untava o cabelo de gel até ficar parecido com Lionel Ritchie. Escutava Michael Jackson em um gravador velhíssimo que conseguira não sei onde; minha mãe chamava aquilo de "música do diabo" e acabou jogando a fita pela janela. Mahad ficava nas esquinas com os rapazinhos quenianos e voltava para casa cheirando a cigarro e colônia.

Nessas noites, mamãe me arrastava pelo bairro à procura dele. Embora se queixasse muito do fedor sufocante de sukumawiki e cerveja, nós íamos de casa em casa. Os pais dos amigos quenianos de Mahad ostentavam grandes canecos de cerveja na mesa e sempre ofereciam um trago à minha mãe. Ela respondia, indignada: "Eu sou muçulmana!", e fazia verdadeiros sermões. Os joviais pais quenianos achavam graça naquilo e aconselhavam: "Deixe o garoto se divertir, ele sabe o que faz". Mamãe virava as costas e ia embora, e eu morria de vergonha da sua rudeza.

Aos catorze anos, fiquei menstruada sem nem mesmo saber que a menstruação existia. Não tinha irmã mais velha, e a minha mãe jamais discutia alguma coisa que tivesse relação com sexo. Em uma aula, quando eu tinha doze anos, todas nós meninas fomos instruídas para, ao chegar em casa, perguntar aos pais qual era o significado da Lua. Provavelmente, Lua era sinônimo de menstruação para alguma tribo queniana, e quem fizesse essa pergunta em casa certamente obteria uma explicação. Mas, quando falei nisso com mamãe e perguntei o significado de Lua, ela apontou para o céu, dizendo: "Lá

está ela, e, se os escravos nem disso sabem, para que continuar indo à escola deles?".

Fiquei perplexa. No dia seguinte, o professor, que era homem, escreveu um punhado de diagramas e algumas palavras na lousa, e muita gente começou a rir. Talvez menstruação fosse uma das palavras, mas não sei dizer. Não tinha a mais vaga idéia do que era aquilo.

Dois anos depois desse episódio, numa quinta-feira, acordei com sangue escorrendo pelas pernas. Não estava machucada e não entendia o porquê de tanto sangue. Aquilo continuou o dia todo, chegou a ensopar a minha calcinha, e eu não tinha tantas calcinhas assim; por isso as lavei e as escondi atrás da caldeira para secar. No dia seguinte, continuei sangrando, sendo que agora havia quatro ou cinco calcinhas escondidas atrás da caldeira, e a que eu levava no corpo já estava molhada. Fiquei preocupada — talvez houvesse um corte dentro da minha barriga, talvez eu fosse morrer —, mas não contei nada a mamãe. Tinha certeza de que o que estava acontecendo era vergonhoso, embora não soubesse por quê.

Então Haweya, que costumava fuçar e espionar tudo, achou o esconderijo das calcinhas manchadas. E correu para a sala agitando-as no ar. Minha mãe soltou um berro: "Sua prostituta imunda! Você há de ficar estéril! Tomara que pegue câncer!". E começou a me esmurrar. Eu me refugiei no banheiro que dividia com a minha irmã.

Então Mahad entrou. Sempre lhe serei grata pelo que ele me disse: "Escute, Ayaan, isso é normal. Vai acontecer todo mês. É porque você é mulher e pode engravidar". Deu-me dez xelins. "Esse é todo dinheiro que tenho, mas, se você for à mercearia, dá para comprar três pacotes de Stayfree. É uma espécie de gaze absorvente que você põe na calcinha para colher o sangue."

Perguntei: "Quando foi que você teve isso, e onde está o seu Stayfree?". Ele explicou: "Isso não acontece comigo porque sou homem". Foi a primeira vez em anos que Mahad se comportou como um amigo e confidente, não como um tirano.

Alguns dias depois, minha mãe se acalmou; talvez vovó a tivesse tranqüilizado. Sentou-se ao meu lado e disse que aquele era o meu fardo de mulher e que, dali por diante, eu devia aproveitar o pano velho para costurar toalhinhas e lavá-las bem. Não fiz caso; tinha o meu Stayfree.

Nunca mais se tocou nesse assunto. Lá em casa, qualquer referência ao que a gente tinha entre as pernas era tabu. Eu sabia o que devia saber de sexo, e a minha mãe sabia que eu sabia. Eu era uma somali, portanto, a minha sexualidade pertencia ao proprietário da minha família: ao meu pai ou aos meus tios. Era absolutamente óbvio que precisava chegar virgem ao casamento, caso contrário, mancharia a honra do meu pai e de todo o clã — os tios, os irmãos, os primos homens — para sempre e irremediavelmente. Meu sexo tinha sido costurado para evitar isso. Só o meu marido o romperia. Não me lembro de minha mãe me contar nada disso, mas eu sabia.

Nos meses que se seguiram à minha primeira menstruação, procurei me informar. Li todo capítulo sobre reprodução humana no livro de biologia que a sra. Karim tivera o cuidado de omitir. Fiz o curso optativo de "orientação" que a enfermeira do distrito dava todo ano. Ela explicou que podíamos engravidar e nos deu algumas noções de contracepção e da biologia elementar do útero e do embrião. Não contou como o espermatozóide chegava ao óvulo; o tal espermatozóide simplesmente existia. Não foi lá uma grande ajuda.

Eu não sabia que o sexo era ruim. Às vezes, quando saía à noite com mamãe à procura de Mahad no bairro, ouvindo suas queixas intermináveis por causa do cheiro ruim do sukumawiki, topávamos com gente transando nos becos. Na escuridão das ruelas; era quase impossível ver aqueles casais, a não ser quando estávamos a ponto de esbarrar neles. Nessas ocasiões, mamãe me agarrava pelo cabelo, arrastava-me para longe e me batia como se fosse eu que estivesse transando e gritava: "Diga que você não viu nada!".

Haweya e eu estávamos entrando na idade perigosa, a fase da vida em que não podiam nos deixar sair de casa sem vigilância. Cerca

de um mês depois da minha primeira menstruação, mamãe decidiu que nós, meninas, íamos parar de freqüentar a escola alcorânica. Estávamos em um madraçal misto, ao estilo soma-li, cinqüenta meninos e meninas de todas as idades apinhados em uma sala com o maalim, o professor. Este não estava nada interessado em saber quem aprendia de fato e quem se limitava a mover os lábios, e parece que tampouco notava os muitos e significativos contatos visuais que ocorriam todos os sábados. Eu via tudo com o rabo do olho.

Além disso, Haweya e eu nos entregávamos a uma escandalosa quantidade de travessuras no caminho do madraçal. Uma tarde, inventamos uma brincadeira com duas outras garotas somalis. Abordávamos um menininho qualquer na rua e caminhávamos algumas quadras segurando-lhe a mão, então o largávamos em frente a uma casa, tocávamos a campainha como loucas e saíamos correndo. Quando algum adulto abria a porta e olhava para fora, intrigado, não via ninguém, apenas o garotinho desconhecido, pequeno demais para alcançar o botão da campainha. Eles ficavam perplexos, e armava-se um alvoroço de mulheres à procura dos filhos, e o molequinho a chorar. Não acho graça nisso agora, mas na época a brincadeira era de morrer de rir.

Um dia, uma daquelas mães gordonas e gritadeiras nos seguiu até o madraçal e contou tudo ao mdalim: "Foi essa e foi ESSA". Aquela noite, o castigo não se fez esperar. E, dali por diante, mamãe resolveu pagar um pregador itinerante para que nos ensinasse o Alcorão em casa todo sábado.

Esse maalim itinerante era um jovem rude, saído diretamente do mais profundo sertão da Somália. Ensinava o Alcorão à moda antiga. A gente abria o livro no primeiro capítulo, pegava a tábua comprida, escrevia o texto em árabe, aprendia a recitá-lo de cor também em árabe, lavava a tábua com reverência, já que agora ela era sagrada, e repetia a operação. Isso durava duas horas, e cada erro eqüivalia a uma pancada nas mãos ou nas pernas com uma vara comprida e fina. Não se discutia o sentido de nada. Geralmente, ninguém tinha a menor idéia do

significado das palavras: a gente aprendia o texto em um idioma de que mal se lembrava, sendo que a maioria das outras crianças não entendia absolutamente nada.

Era maçante e cansativo. Eu já tinha muitas tarefas aos sábados. Fazer a lição de casa. Cuidar do cabelo: horas de xampu e óleo de coco para que depois mamãe fosse entrançá-lo, fazendo dez ou onze filas bem apertadas para que ele passasse mais uma semana assentado. A seguir, eu era obrigada a lavar o uniforme do colégio e, como a minha mãe pedia, também lavava o de Haweya e o de Mahad. Além disso, cabia-me limpar a minha parte da casa. E depois, como o maalim novo fazia tudo à maneira tradicional somali, eu era obrigada a preparar a tinta antes da aula, raspando o carvão com um caco de telha até pulverizá-lo e, a seguir, misturando cuidadosamente o pó com pequenas quantidades de leite e água em um vidro.

Lembro-me de um sábado em que mamãe me bateu porque não terminei a lavagem da roupa, nem a faxina, nem lavei o cabelo; só fiz a lição de casa. Além disso, estava ficando malcriada e respondona. Quando chegou a hora de preparar a tinta, eu já estava fula da vida com tanta injustiça. Disse a Haweya: "Quer saber de uma coisa? Não faço mais essa porcaria. Pegue um livro e a gente se tranca no banheiro. Fique bem quietinha que ela não bate em você".

Quando o maalim chegou, não havia tábuas, nem tapetes, nem tinta, nem alunas.

Minha mãe foi até a porta do banheiro e nos rogou uma praga. O maalim tentou nos convencer a sair, mas nos recusamos. Fomos até insolentes: "Faz quinhentos anos que ninguém mais escreve em tábuas", dissemos. "Você é primitivo. Não sabe ensinar religião. Não é nosso parente e não pode entrar aqui em casa sem autorização de papai e, de acordo com o Alcorão, deve ir embora."

Por fim, mamãe disse ao maalim que precisava sair, de modo que ele não podia ficar. Pagou o mês todo e lhe pediu que não voltasse mais. Ele respondeu: "As suas filhas precisam de disciplina, e posso ajudar. Mas, se a senhora preferir, a gente deixa tudo nas mãos de Alá",

e se foi. Mamãe saiu e, pouco depois, a minha avó foi visitar uns parentes isaq. E deixou o portão destrancado.

Quando todos partiram, Haweya e eu fomos até lá na ponta dos pés. Chegamos a ver o maalim se afastando em Juja Road, em direção a Eastleigh. Compreendemos que estávamos livres para fazer o que quiséssemos, e Haweya logo tratou de ir para a casa de uma amiga. Sentindo-me culpada e também com medo da escala do castigo que nos aguardava inevitavelmente, comecei a limpar a casa e a cuidar das tarefas que não tinha feito de manhã. Então me lembrei de que o portão continuava aberto; corri ao jardim para fechá-lo.

Bem quando eu o estava fechando, uma mão me agarrou o pulso. O maalim estava de volta com um homem. Provavelmente tinha ido até Eastleigh e trouxera outro sujeito consigo porque não podia ficar sozinho com meninas em uma casa estranha. Levaram-me para dentro; o ma alim me vendou os olhos com um pano e começou a me bater violentamente com a vara. Queria me dar uma lição.

Como eu tinha lavado o chão, estava só de saia e camiseta, com os braços e as canelas nuas, as varadas doíam muito. De repente, tive um acesso de raiva. Tirei a venda dos olhos e o encarei. Estava realmente disposta a enfrentá-lo. Ele me agarrou as tranças, puxou minha cabeça para trás e me jogou contra a parede. Ouvi claramente o barulho de algo se partindo. Então o má alim parou. Fez-se um silêncio incômodo, como se houvesse algo errado. A seguir, pegou suas coisas e foi embora com o desconhecido que o acompanhava.

Meu corpo estava todo inchado e ardendo devido às pancadas, meu nariz sangrava. Passei algum tempo simplesmente segurando a cabeça. Por fim, fui fechar o portão e tomei um banho frio para aplacar a dor. Estava tão atordoada que não consegui acender o fogo para cozinhar. Fui me deitar, e ninguém me acordou.

Só recordo que já era manhã de domingo e, quando desci, minha mãe perguntou: "O que é isso no seu rosto?" Respondi que não importava. Ela começou a fazer a lista das minhas tarefas — lavar roupa, fazer isto e aquilo —, e me recusei. Fui insolente. Estava

impossível. No fim do dia, mamãe perdeu totalmente as estribeiras: ia me amarrar e me dar uma lição.

Normalmente, ela me agarrava, me mandava ficar de braços no chão e segurava meus tornozelos a fim de me amarrar para a surra. Costumava bater só nos braços e nas pernas. Mas daquela vez me recusei a me deitar e a erguer os tornozelos como devia. Mamãe me puxou o cabelo — bem do lado machucado —, mas não liguei. Estava decidida a não obedecer. Ela me mordeu e beliscou, chamou minha avó para ajudá-la — e a essa altura tudo em mim doía —, mas não me deitei. Tampouco chorei: encarei-a com muito ódio e disse: "Isso eu não aceito nunca mais".

Mamãe mandou Mahad ajudá-la a me colocar de bruços no chão. Eu lhe disse em inglês para que ela não entendesse: "Por favor, não faça isso. Ontem ela me bateu, depois o maalim também me espancou. Agora querem me bater outra vez. Faço todo trabalho nesta casa, isso não é justo".

Mahad disse: "Não tenho nada a ver com isso", e se afastou. Minha mãe ficou mais furiosa ainda, pois se sentia traída. Por volta da meia-noite, ela e vovó finalmente conseguiram me jogar no chão. Ataram-me, e eu disse a mamãe, exatamente como Haweya costumava fazer: "Vá em frente, acabe logo com isso — pode me matar. E, se você não me matar agora, eu mesma me mato quando me soltarem". Mamãe me bateu — e muito — e então disse: "Fique sabendo que não vou desamarrá-la. Hoje você dorme aí no chão mesmo".

Lá pelas três da madrugada, ela saiu do quarto e me soltou, e eu adormeci imediatamente. Às oito, hora de ir ao colégio, eu estava estonteada e sem equilíbrio e, pouco antes do almoço, perdi os sentidos. Levaram-me para casa, e dormi mais um pouco, então a minha mãe saiu. Fui ao quarto dela e abri a gaveta que sempre estava repleta de remédios. Peguei uma caneca grande de água e comecei a engolir comprimidos. Devo ter tomado quarenta ou cinqüenta.

Depois o médico contou que era quase tudo vitamina, mas, naquele momento, eu não sabia disso — queria morrer. Tudo em mim

doía: física, mental e socialmente. Nossa vida parecia ter desmoronado. Todo mundo era infeliz. Minha mãe não nos dava a menor segurança ou orientação; usava-me para extravasar a raiva, o sofrimento, e eu tinha que enfrentar os fatos: meu pai nunca mais ia voltar.

Mas não morri e, no dia seguinte, tive que ir ao colégio novamente. Um vaso sangüíneo se rompera em meu olho, graças às pancadas do maalim ou às da minha mãe. Só pedi às outras meninas que me deixassem em paz.

Naquela terça-feira, recebemos a visita da tia Jim'o Musse, irmã de Abshir Musse, um dos homens mais importantes da FSDS. Meu pai e ele eram muito amigos por serem ambos filhos de mães isse mahamud. Quando cheguei do colégio, a tia Jim'o olhou para mim e mudou de voz: "O que aconteceu, Ayaan?" perguntou. "Você está bem?" Respondi: "Estou com dor de cabeça e com este inchaço aqui". Ao tocar o lado esquerdo da minha cabeça, Jim'o Musse ficou evidentemente preocupada. "Quem fez isso em você?", quis saber. "Precisamos levá-la ao hospital." Eu estava com um galo que parecia um tomate maduro, dava a impressão de que, se ela o pressionasse, seu dedo atravessaria meu crânio, tão mole estava.

Minha mãe se aproximou e disse: "O que houve? Quem bateu na sua cabeça?". Àquela altura, eu estava totalmente exausta. E contei: "No sábado, quando você saiu, o maalim voltou e me espancou, e no domingo você completou o serviço". Mamãe começou a chorar e a gritar: "E agora isso ainda por cima — Alá, que mal fiz para merecer tanto castigo?".

Tia Jim'o Musse era uma osman mahamud das mais ilustres e mobilizou o clã. "É possível que a filha de Hirsi Magan morra", disse. "Está com um ferimento enorme na cabeça, e precisamos levá-la ao hospital." Na manhã seguinte, uns homens apareceram e me levaram ao Hospital Nairóbi, sem dúvida alguma o melhor da cidade, mas também caríssimo. Um médico italiano mandou tirar raio X. Meu crânio estava fraturado, e uma grande quantidade de sangue se acumulara entre o couro cabeludo e o osso; estava comprimindo o cérebro: eu

precisava ser operada imediatamente. Rasparam meu cabelo, o que foi horrível. Fiquei com uma cicatriz enorme e passei doze dias internada. O clã pagou a despesa.

Foi nesse período no hospital que notei pela primeira vez que, no fundo, minha mãe gostava muito de mim; todos aqueles maus-tratos não visavam a mim propriamente, e sim ao mundo que lhe negava a existência a que ela tinha direito. Confessei que havia tomado os comprimidos e, toda vez que me visitava, mamãe me abraçava e dizia que me amava e chorava. Eu nunca a tinha visto tão vulnerável.

Depois disso, ela passou vários anos sem me bater.

Quando voltei ao colégio, as coisas estavam diferentes. As meninas que eu conhecia tinham partido; quando perguntava por quê, as pessoas davam de ombros e diziam que provavelmente tinham ido embora para casar. Isso acontecia de vez em quando; mesmo na escola primária, uma garota se ia porque estava comprometida. Mas, sei lá por quê, eu não tinha notado isso até então.

Agora me dava conta de que Latifa, uma das meninas árabes do litoral, desaparecera subitamente da nossa classe. Segundo Halwa, numa tarde de sábado, o pai lhe comunicara que ela não ia mais voltar ao colégio; tinha chegado a sua hora de se preparar para ser mulher. Uma colega foi convidada para o casamento e nos contou. O noivo era mais velho, de Mombasa; choveram presentes em grande quantidade. Latifa parecia assustada; chorou, e as lágrimas lhe mancharam o vestido branco todo engomado.

Uma a uma, as garotas começaram a anunciar que iam sair do colégio para casar. Não raro também contavam aos professores. Era algo perfeitamente respeitável. Não ocorreria a nenhuma autoridade impedir que fossem tiradas da escola para casar com um homem totalmente desconhecido, ainda que a maioria delas resistisse e algumas ficassem apavoradas. Uma garota foi obrigada a casar com o filho do tio, seu primo. Uma colega iemenita de quinze anos contou que acabara de ser prometida a um homem muito mais velho; não estava

nada contente, mas disse: "Pelo menos não é tão ruim quanto foi com a minha irmã — ela tinha doze anos".

Zainab, a iemenita tagarela de bochechas redondas e marcadas de espinhas, em 1985 não voltou das férias de fim de ano. Um ano mais tarde, eu a encontrei em um festival do centro comunitário muçulmano, perto do colégio. Estava grávida, toda de preto, repentinamente feia e gorda, tomando conta do filhinho de outra mulher. Contou-me que quase nunca saía de casa sem a sogra. Pediu notícias do colégio. Aparentemente, já não restava nada da sua jovialidade, daquela adolescente travessa que adorava fazer estripulia conosco nos corredores.

Fui convidada para o casamento conjunto das irmãs de Halwa, Siham e Nasrien, que tinham dezessete e dezenove anos e já haviam concluído o curso secundário. As parentas dos noivos chegaram a Nairóbi vindas de todo Quênia, do Iêmen, de Uganda. Antes do início da cerimônia, todas fizeram questão de inspecionar as noivas. Passamos por Siham e Nasrien, que estavam rigidamente reclinadas em almofadas no chão, o rosto e o tronco cobertos com um pano verde, mas os braços e as pernas nus. Cada mulher comentava a beleza e a originalidade dos desenhos de hena, embora, na realidade, fosse óbvio que estavam examinando a mercadoria.

No dia seguinte, as mulheres se congregaram em um salão alugado e festejaram e dançaram — só mulheres. As noivas ficaram sentadas em um sofá, vestidas de renda cor-de-rosa, com maquiagem de capa de revista, absolutamente imóveis: duas bonequinhas perfeitas.

Na última noite, a festa foi em outro salão enorme, e os homens estavam presentes; comiam e conversavam do outro lado de um alto e comprido anteparo que dividia o recinto, deixando apenas uma plataforma erguida visível para todos. No lado das mulheres, havia mesas com milhares de bolos e diferentes pratos. Lembro-me de ter pensado que nunca comera nada tão gostoso. Depois do banquete, as mulheres começaram a ulular, e as noivas chegaram, de vestido ocidental e rosto coberto. Os dois noivos subiram na plataforma,

ergueram o véu das noivas e se sentaram rigidamente. Estavam sem jeito, tinham acabado de chegar do Iêmen. Parecia uma cena da Arábia Saudita.

Nasrien havia tido um breve contato com o futuro marido durante os preparativos. Parecia menos nervosa, resignada com tudo. Mas Siham, que não conhecia o homem com quem acabara de se casar, estava pálida e trêmula. Eles se foram pouco depois, acompanhados dos membros mais íntimos da família. Halwa me contou que então haveria lençóis manchados de sangue e mais comemorações.

"E se não sair sangue?", perguntei a Halwa. "Então quer dizer que a noiva não é virgem", cochichou ela. Desviamos a vista rapidamente. Era uma coisa inconcebível.

Aos nove anos de idade, a própria Halwa tinha sido prometida a um primo que ela não conhecia. Não queria casar com ele, mas sabia que isso aconteceria um dia. Eram os pais que decidiam essas coisas. Se o seu pai fosse bom — e rico —, talvez também arranjasse para você um marido rico e bom. Do contrário, ora, esse era o seu destino.

O casamento por amor não passava de um erro idiota e sempre acabava mal, na pobreza e no divórcio; sabíamos disso. A moça que se casasse fora das normas não contaria com a proteção do clã caso o marido a abandonasse. Os parentes de seu pai não intercederiam por ela nem a auxiliariam com dinheiro. A coitada estaria fadada a soçobrar em um destino abominável de impureza, irreligiosidade e doença. Gente como minha avó apontaria para ela na rua e cuspiria no seu rosto. Era a pior coisa que se podia fazer contra a honra da família: prejudicava os pais, as irmãs, os irmãos e os primos.

Mas o encanto do romantismo nos atraía nas páginas dos livros. No colégio, líamos bons romances, Charlotte Brontè, Jane Austen e Daphne du Maurier; fora de lá, as irmãs de Halwa nos abasteciam de livrinhos de banca de jornal, novelas baratas como as da televisão, mas nem por isso deixavam de ser empolgantes — sexualmente empolgantes. E havia uma mensagem escondida em todos esses livros: a mulher tinha a possibilidade de escolher. As heroínas se

apaixonavam, lutavam para superar os obstáculos familiares, os problemas de riqueza e status, e casavam com o homem escolhido.

A maioria das minhas colegas muçulmanas estava saturada dessas brochuras ordinárias que nos faziam a todas infelizes. Também desejávamos nos apaixonar pelo homem com quem sonhávamos à noite. Ninguém queria casar com um estranho eleito pelo pai. Mas sabíamos que o máximo que podíamos fazer era protelar o inevitável. O pai de Halwa deixava as filhas concluírem o secundário antes de casá-las. Halwa lhe pediu que a poupasse do cadafalso mesmo depois de terminados os estudos. Dizia que eu tinha muita sorte: com o meu pai ausente, ninguém me obrigaria a casar antes de fazer pelo menos a primeira bateria de exames.

Quando completei dezesseis anos, chegou uma professora nova de estudos islâmicos. Religião era matéria obrigatória no Meninas Muçulmanas e se dividia em duas seções: a islâmica e a cristã. As aulas de islamismo, a que naturalmente nós todas assistíamos, eram áridas e enfadonhas, o curso menos espiritual que se pode imaginar. Nada de análise, nada de discussão ética, apenas a informação histórica elementar e neutra; aprendíamos listas de batalhas e revelações do profeta, de acordo com o currículo do exame nacional.

Mas a irmã Aziza era diferente de todas as professoras que tínhamos tido. Por exemplo, fazia questão de que a tratássemos pelo prenome, Aziza, não por srta. Said. E mais, ela era velada. E não se limitava a cobrir a cabeça como muitas outras professoras; a irmã Aziza se cobria totalmente com um hijab. O tecido grosso e preto lhe descia do alto da cabeça até a extremidade das luvas e o limite dos dedos dos pés. Era espetacular. Seu rosto pálido, triangular, contrastava com aquele oceano de negrura. Ela era jovem e bonita — de pele clara e nariz delicado — e sorria com os olhos. Jamais gritava como as outras professoras.

A primeira coisa que a irmã Aziza perguntou foi: "Quantas aqui são muçulmanas?". A classe inteira ergueu a mão, é claro. Nós todas

éramos muçulmanas desde o berço. Mas ela sacudiu a cabeça com tristeza, dizendo: "Não, não acredito que vocês sejam muçulmanas"

Tivemos um sobressalto. Não éramos muçulmanas? O que éramos então? Aziza apontou para mim. "Quando foi que você orou pela última vez?" Estremeci por dentro. Fazia mais de um ano que não me lavava ritualmente para pôr o manto branco e me prostrar no longo ritual de submissão a Deus. "Não lembro", murmurei. Ela apontou para outras meninas da classe. "E você? E você? Quase todas deram a mesma resposta.

Não éramos muçulmanas de verdade, ela disse com tristeza à turma desconcertada e subitamente emudecida. Alá não olhava para nós com prazer. Via o fundo do nosso coração e sabia que não éramos dedicadas a Ele. O objetivo da oração era a consciência — a consciência constante da presença de Deus e dos anjos — e a íntima submissão à vontade divina que diariamente permeava todo pensamento e todo ato.

A irmã Aziza nos lembrou dos anjos sobre os quais nos falavam no colégio da Arábia Saudita, anjos que pairavam sobre os ombros de cada uma de nós. À esquerda e à direita, anotavam os nossos pensamentos, intenções e idéias — os bons e os maus. Por mais que nos cobríssemos e rezássemos, não era suficientemente significativo para Deus. O que contava era a intenção. Se a sua mente se desviasse — se você o fizesse por motivos errados —, Deus e os anjos enxergavam seu coração e sabiam.

Todas tínhamos ouvido falar no inferno. Era praticamente a única coisa que interessava nos madraçais: o inferno e todos os pecados capazes de nos mandar para lá. O Alcorão enumerava os tormentos infernais com riqueza de detalhes: chagas, água fervente, esfoladuras, a dissolução das entranhas, o fogo eterno a nos queimar para sempre, pois, enquanto a nossa carne se carbonizava e os nossos humores ferviam, criávamos pele nova. Esses detalhes nos sujeitavam, eram um meio de garantir obediência. O maalim a cujas aulas Haweya e eu tínhamos de assistir aos sábados listava aos berros os tabus e as restrições, as regras a obedecer, chegando às vezes a cuspir de tanto

entusiasmo: "Você vai para o inferno! E VOCÊ também vai! E VOCÊ, e VOCÊ — A NÃO SER QUÊ...".

No Alcorão, o inferno tinha sete portões. O calor e a dor das queimaduras eram insuportáveis. A sede intensa causava um sofrimento tão horrendo, tão pior do que a pior sede na terra, que você começava a pedir água aos berros. Os humores quentes do seu corpo crestado eram jogados na sua boca. Você ansiava pelo céu, e esse anseio durava eternamente, eternamente. Esse além-mundo intensamente cruel e desértico era muito mais vivido para nós do que o céu. No Alcorão, o céu era um lugar de clima fresco, com brisas e bebidas deliciosas; idéia agradável, sem dúvida, mas um tanto vaga.

A irmã Aziza acreditava piamente no inferno, quanto a isso não havia a menor dúvida. Mas não enfatizava o medo como faziam todos os outros pregadores. Dizia que a escolha era nossa. Podíamos optar por nos submeter à pureza e à luz divinas e merecer um lugar no céu, ou tomar o caminho da perdição.

Suas aulas eram interessantes, mas não me tornei uma convertida. E o melhor na irmã Aziza era que ela não ligava. Não se importava se nos recusássemos a usar calça branca sob o vestido para esconder as pernas. Não se zangava se não rezássemos cinco vezes por dia. Dizia que Deus não queria que fizéssemos nada — nem mesmo uma oração — que não fosse com uma intenção íntima. Ele queria a submissão verdadeira e profunda: esse era o significado do islã. "É assim que Alá e o profeta querem que nos vistamos", dizia. "Mas vocês só devem fazer isso quando estiverem prontas, porque, se o fizerem antes e depois tornarem a despir o véu, o pecado será maior ainda. Quando estiverem prontas para isso, vocês vão optar e então nunca mais vão despi-lo."

Geralmente Mahad levava seus dois melhores amigos para casa nos fins de semana. Ambos eram quenianos, mas meu irmão não queria que mamãe soubesse que seus amigos eram todos quenianos: ela não os deixaria entrar em casa. Por isso Mahad inventou que o seu melhor amigo, que na realidade se chamava Kennedy, era um somali chamado

Yusuf, do Quênia oriental, onde a colônia perdera o contato com a nossa língua. Mamãe não deu muita importância a isso, mesmo porque receber um amigo em casa mantinha Mahad entre as suas quatro paredes. (Ela tolerava o outro colega, chamado Olulo. Tinha feições tão quenianas que era impossível fazê-lo passar por somali.)

Quando os meninos chegavam à noitinha, normalmente eu estava preparando a massa de pão para o café-da-manhã do dia seguinte e aproveitava para improvisar o jantar para eles. Yusuf era bonito e me tratava bem, e aquelas noites eram divertidas — cheias de gracejos e provocações. No início, ele e eu nunca ficávamos sozinhos, mas pouco a pouco começamos a topar um com o outro na cozinha. Ele passou a nos visitar mesmo quando Mahad não estava, alegando estar à sua procura. Brincava comigo, dizendo que não se chamava Yusuf, e sim Kennedy, e que era queniano. Claro que eu não acreditava. Estava interessado em mim, eu sabia disso, e gostava. Não havia nenhum contato físico — não se fazia nem se dizia nada —, mas a toda hora um olhar significativo deixava os meus joelhos trêmulos.

A verdade é que a irmã Aziza nunca nos mandou andar de véu feito ela, nem nos proibiu de ir ao cinema ou falar com rapazes. Limitava-se a ler os versículos do sagrado Alcorão, usando a edição bilíngüe inglês-árabe para que entendêssemos. Mas depois falou deles. Disse: "Não estou recomendando que vocês se comportem assim. Só estou repetindo o que Deus disse: fujam do pecado".

Eu sabia precisamente o que a irmã Aziza queria dizer quando se referia ao pecado. Pecado era o que eu sentia quando estava com Yusuf. Aquela súbita e comichosa sensação, aquela excitação muito íntima. De noite, pensava no quanto gostaria de casar com ele quando crescesse. Tentava colocar a coisa em um contexto em que tal sentimento nada tivesse de pecaminoso.

Uma noite, Yusuf me convidou para ir ao cinema. E aceitei com o coração disparado, pois aquilo obviamente era proibido. Combinamos de nos encontrar no jardim Uhuru, o grande parque no centro de Nairóbi; assim, nenhum vizinho ia nos ver. Pus um vestido curto — pelo

menos curto para mim: à altura dos joelhos. E passei desodorante pela primeira vez na vida. Saí de casa me sentindo uma devassa.

Tomei sozinha o matatou, o barulhento microônibus queniano. Lá estava ele, à beira do lago, onde tinha ficado de me esperar. Faltava uma hora para o início da sessão. Fomos dar uma volta, conversando, e Yusuf me segurou a mão. Meu coração bateu com tanta força que pensei que as pessoas podiam ouvi-lo.

Sentamos no relvado e falamos da família dele, e em Kisii, onde os seus parentes moravam, e na casa do seu irmão, onde ele passava os fins de semana em Nairóbi. Pediu-me que o chamasse de Ken, coisa que ainda me parecia uma brincadeira. Eu ainda não sabia que ele era mesmo queniano, embora isso não fizesse a menor diferença para mim. Pouco me importava a sua nacionalidade. Ken perguntou: "O que você sente por mim?" e respondi: "Gosto de você". Ele disse que também gostava de mim, e nos beijamos.

Foi o meu primeiro beijo. Um beijo maravilhoso que durou muito tempo. Não fizemos mais do que isso: ficamos de mãos dadas, nos beijamos e fomos ao cinema, depois ele me acompanhou até a parada de ônibus e se despediu. E voltei flutuando para casa.

Meus encontros com Ken não eram freqüentes. Só de vez em quando eu conseguia escapar à vigilância da minha mãe e, mesmo assim, sabia que qualquer somali que passasse por nós não hesitaria em nos delatar, de modo que quase nunca podíamos baixar a guarda. Mas a sensação do beijo foi a melhor que experimentei em toda vida. Disse a Ken: "Você sabe que não posso dormir com você", e ele respondeu: "Eu sei. Você é somali e tem que continuar virgem. Gosto muito de você e vou esperar. A gente vai se casar". Aquilo era completamente recíproco, completamente inocente, e tão gostoso.

Mas eu sabia que era errado. Estava vivendo em vários níveis do meu cérebro. Havia os beijos de Kennedy; havia a honra do clã; e havia a irmã Aziza e Deus.

Na sala de aula, a irmã Aziza enumerou as seduções de Satã: o desejo de ser bonita e atrair os homens; a emoção de se divertir; além

da música e dos livros malignos. Ela conhecia essas coisas. Era uma queniana árabe do litoral e, quando se formara, tinha sido comissária de bordo e caixa de banco em Nairóbi. Contava que, nos dois empregos, precisava fazer o cabelo, usar sapatos de salto e roupa ocidental.

Mas ela achava aquela vida excessivamente vazia. Queria mesmo era ser muçulmana, por isso tinha voltado a estudar na Arábia Saudita, em Medina. Sua fé se aprofundara, tornara-se mais sincera, mais pura. Ela abandonara as práticas ignorantes, como rezar para os santos. Retornara à verdadeira devoção e à fonte do islã; por isso tinha optado por se cobrir, por buscar a satisfação mais profunda de agradar a Deus.

Por sermos mulheres, éramos imensamente poderosas, explicava a irmã Aziza. A maneira como Alá nos criou, o cabelo, as unhas, os calcanhares, o pescoço e os tornozelos — cada pequenina curva do nosso corpo era excitante. Se uma mulher excitasse um homem que não o seu marido, pecava duplamente aos olhos de Deus, por levar o homem à tentação e aos pensamentos maus iguais aos dela. Só a roupa usada pelas esposas do profeta podia nos impedir de excitar os homens e de levar a sociedade ao fittia, a confusão incontrolável e o caos social.

Ela era rigorosa no tocante à obediência e à higiene. Aconselhava-nos a raspar as axilas e os pêlos pubianos para nos purificarmos. Devíamos nos purificar depois da menstruação. A feminilidade era, ao mesmo tempo, irresistivelmente desejável e essencialmente suja, e todas essas intervenções eram necessárias para merecer o regozijo de Alá.

A irmã Aziza nos iniciou na luta interior. Havia dois tipos de luta por Alá, sendo que o primeiro esforço era o jihad íntimo: a submissão da nossa vontade. Tínhamos de querer obedecer aos nossos pais e nos comportar de modo a disseminar a bondade. Tínhamos de querer ser dedicadas. Tínhamos de pensar na vontade de Alá a cada gesto do dia-a-dia e optar por nos prostrarmos diante Dele. Aziza dispensava os manuais que deviam nos preparar para o exame nacional de estudos islâmicos. Tal como as nossas professoras de Alcorão na Arábia

Saudita, ela estava nos preparando para a prática da fé, não em história do islã.

Comecei a orar à noite às vezes. Era um ritual demorado. Primeiro me lavava e me cobria com um pano branco bem comprido, fixando o olhar no chão, pois Alá estava presente e não se podia olhar nos olhos de Deus. Recitava o primeiro capítulo do Alcorão, um texto breve de apenas sete versículos. Então me prostrava com as mãos abertas na direção de Meca, o centro da religião. Dizia Louvado seja Alá e tornava a me levantar; entoava outro versículo do Alcorão — a escolha do versículo era livre. Repetia todo procedimento, duas, três ou quatro vezes, dependendo da hora do dia. Cada vez era preciso recitar o primeiro capítulo do Alcorão e outro capítulo pequeno ou alguns versículos de um capítulo mais longo. Depois me sentava e terminava a oração olhando para os lados, primeiro para o direito depois para o esquerdo, e, com as mãos unidas em concha, rogava a bênção divina. Era assim: Alá, tomai-me sábia, perdoai os meus pecados. Abençoai os meus pais, dai-lhes saúde e, por favor, Alá, acolhei-os no paraíso. Por favor, Alá, ajudai-me a trilhar o bom caminho.

A seguir, pegava o teçubá, que era um múltiplo de trinta e três — ou, como eu fazia por não ter teçubá, usava os ossos dos dedos. Cada mão tinha quinze ossos, contando a base do pole-gar, portanto, as duas mãos, mais os três dígitos de um dedo extra, somavam trinta e três. A gente dizia Louvado seja Alá trinta e três vezes; Deus, perdoai-me trinta e três vezes; Alá é grande trinta e três vezes; e então, se quisesse, ainda podia dar Graças a Alá.

A oração era um procedimento prolongado e devia se repetir cinco vezes por dia. No início, eu raramente conseguia fazer tudo, mas tentar não deixava de ser bom.

A irmã Aziza também falava sobre os judeus. Descrevia-os de tal modo que eu os imaginava fisicamente monstruosos: tinham chifres na testa e nariz tão comprido que se projetava feito um bico. Diabos e djins saltavam literalmente da sua cabeça para desencaminhar os muçulmanos e espalhar o mal. Tudo quanto acontecia de ruim era por

culpa dos judeus. O tirano iraquiano Saddam Hussein, que havia atacado a Revolução Islâmica no Irã, era judeu. Os americanos, que davam dinheiro a Saddam, eram controlados pelos judeus. E eles controlavam o mundo, e era por isso que precisávamos ser puras: para resistir a essa influência maligna. O islã estava sendo atacado, e tínhamos o dever de avançar e combater os judeus, pois só com a destruição de todos eles haveria paz para os maometanos.

Resolvi experimentar o véu menor. Punha-o de modo que o pescoço e os ombros ficassem invisíveis. Passei a usar calça comprida por baixo do uniforme do colégio para esconder as pernas. Queria ser como a irmã Aziza. Queria ser pura e boa e servir a Alá. Comecei a rezar cinco vezes por dia, esforçando-me para me concentrar durante todo o longo processo. Queria compreender melhor como levar a vida que Alá, que era infinitamente justo, queria para mim.

Pedi dinheiro à minha mãe para que a costureira da irmã Aziza me fizesse um enorme manto preto com apenas três faixas apertadas nos pulsos e no pescoço e um zíper comprido. Chegava até os pés. Comecei a ir ao colégio com aquela roupa por cima do uniforme, que me cobria o corpo magro, um véu preto na cabeça e nos ombros.

Eu vibrava com aquilo: um sentimento voluptuoso. Sentia-me poderosa: por baixo daquele tecido se ocultava uma feminilidade até então insuspeitada, mas potencialmente letal. Eu era única: pouquíssima gente andava assim na Nairóbi daquele tempo. Curiosamente, a roupa fazia com que me sentisse um indivíduo. Transmitia uma mensagem de superioridade: eu era a única muçulmana verdadeira. Todas as demais garotas, de pequeninos véus brancos na cabeça, não passavam de crianças, de hipócritas. Eu era uma estrela de Deus. Quando abria os braços, sentia-me capaz de voar.

Fui uma das primeiras a me velar no colégio. Algumas mocinhas iemenitas, como Halwa, usavam longos casacos abotoa-dos, mas eram cortados de modo a se ajustar ao corpo; deixavam bem visível a forma feminina lá dentro. O hijab com que eu cobria a minha magreza era

totalmente envolvente: não deixava nada à mostra, a não ser um rostinho e um par de mãos.

Ao chegar ao colégio, tirava aquela roupa, eu a dobrava e a guardava debaixo da carteira. Depois, no fim do dia, desdobrava-a modestamente e a vestia — e, subitamente, tornava-me interessante, misteriosa, poderosa. Bastava olhar para as minhas colegas para ver. E o prazer nos olhos da minha mãe quando me via assim trajada! Era uma réstia de luz a despontar na nuvem escura da sua vida. Finalmente eu conseguira fazer uma coisa certa.

A irmã Aziza declarou que tínhamos obrigação de catequizar as colegas cristãs. Explicou que esse era o único meio de salvá-las dos tormentos do inferno. Fiz o possível para levar às outras garotas a mensagem da verdadeira fé. Elas respondiam mais ou menos assim: "Como você se sentiria se eu tentasse convertê-la ao cristianismo?". E acrescentavam que seus pais lhes ensinavam a acreditar em Jesus exatamente como os meus me ensinavam a crer no profeta Maomé, eu que respeitasse a sua fé.

Fui obrigada a reconhecer que elas tinham razão. Mesmo assim, queria muito impedir que as minhas amigas fossem para o inferno. Lembro-me de um dia em que resolvi enumerar, para Emily, os suplícios terríveis que a aguardavam no além. Ela disse: "Mas acontece que não acredito em nada disso. Já estou salva.

Jesus nasceu por mim, morreu por mim e vai me redimir". As meninas cristãs falavam na tal Trindade: Deus, o Espírito Santo e o Filho de Deus, todos um só. Para mim, isso era uma tremenda blasfêmia. Ficávamos discutindo teologia até o ponto em que, se não mudássemos de assunto, a nossa amizade terminaria.

Procurei a irmã Aziza e disse: "As outras garotas não vão se converter ao islamismo. Seus pais as criaram em outras religiões. Não é culpa delas e acho injusto que acabem torrando no inferno". A irmã Aziza me explicou que eu estava errada. Por meu intermédio, Alá havia lhes dado uma alternativa. Se elas rejeitassem a religião verdadeira, era justo que fossem para o inferno. Isso me fez pensar que, só pelo fato de

tentar, eu piorava ainda mais as coisas, por isso parei de querer catequizar as minhas colegas.

No entanto, isso me incomodava. Se todos tínhamos sido criados por Alá e se, antes do nosso nascimento, Ele já havia determinado se íamos repousar no céu ou padecer no inferno, para que me dar o trabalho de converter aquelas moças que Deus criara tal como eram? A irmã Aziza tinha uma explicação teológica muito complexa da predestinação. Além do caminho já determinado por Alá quando ainda estávamos no útero, havia outra dimensão, a do livre-arbítrio, e quem voltasse a sua vontade para o serviço de Deus, e não para o de Satanás, agradava ao To-do-Poderoso. Não era muito convincente, mas achei que, se não conseguia entender, a culpa era minha.

Pouco depois da chegada da irmã Aziza, notei que se iniciava todo um renascimento religioso nos corredores do colégio. Assim como eu e algumas outras garotas nos reuníamos em uma sala vazia para a oração islâmica do meio-dia, muitas quenianas se agrupavam para rezar juntas, gritando "Aleluia!" e cantando hinos evangélicos. Eu não sabia se se tratava de uma reação ao revivescimento do islã ou de uma espécie de impulso comum que estava levando os adolescentes de Nairóbi a tomar aquele rumo; mas parecia que sim, ao mesmo tempo que cada vez mais jovens muçulmanos convergiam para um novo tipo de islã, mais e mais cristãos freqüentavam a igreja. E eles também estavam à procura de uma fé mais pura, mais próxima da raiz da religião. Uma fé menos passiva, mais comprometida com o estudo pessoal dos textos sagrados.

Na época, os cristãos carismáticos não eram menos agressivos do que os muçulmanos fundamentalistas. O país todo começava a se desintegrar; talvez as pessoas estivessem em busca de certezas. Em toda parte se viam pregadores de uma ou outra seita. No colégio, falava-se em Alice Lakwena, na vizinha Uganda, cujos adeptos eram invulneráveis às balas. Esse era o movimento mais espetacular, porém havia muitos outros bandos menores de zelotes estranhos. Miseráveis igrejas de rua começaram a brotar onde antes havia mercearias. As

testemunhas-de-jeová iam de porta em porta. E, é claro, nas esquinas se encontrava todo tipo de antigos adivinhos e feiticeiros tribais. Mesmo na minha classe, no Meninas Muçulmanas, as alunas compravam poções do amor feitas com unhas e peles de animais esmagadas ou amuletos para ajudá-las a ir bem nas provas.

O Estado queniano estava ruindo por dentro, desfazendo-se sob o peso da roubalheira e do nepotismo dos homens no poder. Os ministérios contratavam pessoas incapazes de soletrar a palavra ministério. O prefeito, que deveria cuidar das ruas de Nairóbi, era semi-analfabeto. O governo só existia para tomar dinheiro da população; os serviços que prestava eram mínimos. Os cidadãos deixaram de ser cidadãos — o povo que, tão pouco tempo antes, depositava esperança no futuro da sua nação independente, já não era leal à nação. Cada vez mais, os quenianos se consideravam acima de tudo membros da sua tribo. E toda interação entre as tribos era mediada pela religião. A religião e a cada vez mais forte consciência tribal e clânica estavam substituindo o sentimento nacional.

O mesmo acontecia na Somália, embora eu não soubesse disso na época. Aliás, acontecia em quase toda a África e em todo o mundo islâmico. Quanto mais corrupto e irresponsável fosse o aparato governamental — quanto mais ele perseguisse as pessoas —, tanto mais essas pessoas retrocediam para a tribo, para as tradições, para a igreja ou a mesquita, e lá se abrigavam entre seus pares.

Avançava um islã de novo tipo. Muito mais profundo, mais nítido e forte — muito mais próximo da fonte da religião — do que o islã antigo em que a minha avó acreditava, assim como os seus ancestrais espirituais e djins. Não era como o islã das mesquitas, nas quais os imames geralmente recitavam de cor velhos sermões escritos por doutores mortos havia muito tempo em um árabe que quase ninguém conseguia entender. Não se tratava de uma aceitação passiva e sobretudo ignorante das regras: Insh'Allah, "Queira Deus". Tratava-se de estudar o Alcorão, compreendê-lo realmente, chegar ao núcleo da natureza da mensagem do profeta. Tratava-se de uma gigantesca seita

evangélica fortemente apoiada pelos petrodólares da Arábia Saudita e pela propaganda iraniana dos mártires. Tratava-se de um movimento militante que não cessava de crescer. E eu ia ser uma pequena parte dele.

6. Dúvida e desafio

Enquanto eu trilhava a gloriosa senda de Deus, Haweya se desencaminhava. Minha luta para me sujeitar à vontade de Alá não despertava o menor interesse nela. Segundo ela, Aziza se comportava como se ainda montássemos camelos. Dizia que meu vestido preto era horroroso. Minha irmã caçula era alta e bonita e sabia disso. Não tinha a menor intenção de andar pelas ruas de Nairóbi metida em uma barraca, como ela designava o meu véu.

Minha mãe pode ter me batido muito, mas também me incutiu um senso de disciplina. Eu me esforçava para ir bem no colégio e gostava de lá; tinha muitas amigas. Mas Haweya detestava o Meninas Muçulmanas. Fazia amizades, mas estas sempre acabavam em briga. Era muito mais inteligente do que eu: deixava legiões de garotas copiarem sua lição de casa em troca dos romances de banca de jornal que adorava ler. Mas o curso de Haweya era um caos: em 1985, o governo queniano resolveu purgar o ensino secundário de todos os supostos resquícios coloniais. Isso significou a falta total de livros, e os professores ficaram completamente desnorteados quanto ao currículo. Minha irmã morria de tédio no colégio, e também estava farta de ficar trancada em casa.

Sempre foi uma garota forte e nunca cedeu à vontade de mamãe. Recusava-se a fazer o trabalho doméstico se Mahad também não fosse obrigado a participar — sabendo evidentemente que isso jamais aconteceria. Quando mamãe a espancava, ela simplesmente se fechava em si, como se fosse imune à dor. Minha mãe a castigava até ficar com o braço doendo e, quando terminava, Haweya voltava a desafiá-la. Tinha vontade de ferro. Às vezes se trancava no banheiro e xingava

mamãe — aos berros, chamando-a de odiosa, cruel e egoísta. Mas fazia o possível para não chorar.

Minha mãe não sabia lidar com adolescentes. Era como se nunca tivesse imaginado que fôssemos crescer. A adolescência era mais um aspecto da vida moderna que estava longe de fazer parte da sua formação. No deserto, onde ela fora criada, não havia um espaço significativo entre a infância e a maturidade.

Lúcida e franca, Haweya era uma batalhadora. Em parte, eu admirava sua coragem. Mas às vezes, naqueles anos da adolescência, a casa só faltava explodir de tanto ódio que continha. As cenas eram medonhas. Davam-me vontade de me refugiar dentro de mim e não sair. Mamãe, vovó, Haweya: as três se punham a gritar até as veias da testa saltarem. A qualquer momento, uma delas era capaz de se levantar de um salto e virar a mesa, rogando as piores pragas. Só o volume daquela gritaria bastava para me deixar arrasada.

Certa vez, Haweya foi à casa de Jinni Boqor e lhe pediu para usar o telefone, queria falar com papai. Disse que ia lhe pedir dinheiro para se arrumar. Jinni lhe deu duzentos xelins, e ela alisou o cabelo e o cortou até a altura do queixo. Mamãe censurou Jinni, mas ele se limitou a piscar e a alegar: "O telefonema teria custado quase a mesma coisa. E, além disso, ela ficou bonita!".

Haweya costumava ganhar suas batalhas. Calçava sandálias de salto alto com tiras nos dedos, usava saia acima dos joelhos e pintava as unhas. Era a própria representação do pior pesadelo da minha mãe. Quando ela ficou menstruada pela primeira vez, mamãe simplesmente prorrompeu em lágrimas.

Então Haweya conheceu Sahra, uma isaq. Aliás, quem primeiro a conheceu foi vovó, quando estava pastoreando a ovelha, e a convidou a tomar chá em casa: uma mulher do seu clã. Sahra usava calças compridas, blusas e uns óculos escuros enormes. Pintava o cabelo de vermelho. Mais velha do que nós, devia ter uns vinte e três ou vinte e quatro anos. Casara-se aos catorze e tinha três filhos. Convidou Haweya e a mim para assistir televisão na sua casa. Eu não tinha

tempo para Sahra, mas minha irmã gostou da sua casa e passou a freqüentá-la quase diariamente. As duas passavam horas conversando e assistindo a vídeos. Às vezes Sahra saía sozinha e deixava Haweya tomando conta dos filhos; em troca, dava-lhe livros e batom.

Pouco a pouco, Haweya e Sahra começaram a sair juntas, iam a discotecas vespertinas. Sahra me aconselhava a ir também, eu que procurasse me divertir, coisa que não teria oportunidade de fazer depois de casada. Aqueles lugares ruidosos, desagradáveis, estavam longe de me atrair, mas minha irmã adorava usar a roupa de Sahra e ir dançar.

Sahra garantia que era horrível ser casada. Descrevia o marido Abdallah como um ser repulsivo. Contou da sua noite de núpcias: ele tentando penetrá-la, forçando a passagem dentro dela, rasgando a cicatriz entre suas pernas, machucando-a. Abdallah chegou a pensar em usar uma faca, pois a sutura era tão apertada que ele não conseguia enfiar o pênis. Também o descreveu empunhando a faca enquanto ela suplicava, aos berros, que não fizesse aquilo — e acho que ele ficou com pena da pobre menina de catorze anos, pois concordou em levá-la ao hospital para que a operassem.

A festa de casamento de Sahra não terminou em comemorarão: ninguém exibiu o lençol manchado de sangue para os aplausos e ululações dos convidados. Ouviu-se apenas um murmúrio de decepção e dúvida, a suspeita de que ela já não fosse virgem e os gracejos acerca da virilidade do marido persistiram até que a levaram ao hospital e a prepararam para enfrentar Abdallah na noite seguinte.

A história me assustou: o grupo enorme de convidados, o lençol manchado de sangue — uma espécie de estupro organizado com a bênção da família. Parecia impossível que tal coisa acontecesse com Haweya ou comigo. Mas, para Sahra, o casamento não passava disso: violência física e humilhação pública.

Ela disse à minha irmã: "Não tive infância. Roubaram a minha vida". Abdallah era dez ou quinze anos mais velho do que a esposa; primo dela ou coisa assim. Parece que não a espancava, mas o ódio de Sahra pelo marido era implacável. Para se vingar, ela não fazia nada

pelos filhos. Chamava-os de filhos dele. Tratava Hasna, a de nove anos, como uma escrava. A menina fazia as compras, cozinhava e limpava; Sahra a surrava constantemente e gastava todo dinheiro do marido em roupa e maquiagem. Eu a desaprovava totalmente.

Haweya não foi o único membro da família a se extraviar da senda estreita que mamãe traçou para nós. Mahad abandonou o colégio no dia em que completou dezesseis anos. Simplesmente parou de estudar. Passados alguns meses, o sr. Griffm, o diretor, disse à minha mãe que não podia fazer mais nada: Mahad não ia ser readmitido. Ela ficou furiosa com a expulsão, porém o meu irmão se limitou a rosnar, olhando-a de baixo a cima, alto e forte demais para que mamãe pudesse bater nele.

Mahad não teve pai que o orientasse na adolescência. Contava apenas com os amigos, alguns dos quais fumavam maconha e bebiam cerveja nos bares, muito donos de si. Sempre foi muito ligado a mamãe — ela o protegia, preparava pratos especiais para ele —, mas, algum tempo depois da nossa chegada ao Quênia, à medida que foi ficando maior, mais forte e muito mais esperto do que ela, Mahad deixou de sentir que lhe devia obediência e passou a fazer pouco-caso da sua autoridade. As rigorosas tradições somalis de mamãe eram totalmente disparatadas do ponto de vista de um garoto normal que passava boa parte da vida nas ruas de Nairóbi. Na época, o islã não o atraía. Embora não fosse estudioso, Mahad não tolerou tirar notas mais baixas do que os rapazinhos que ele antes superava. E se perdeu.

A minha mãe não sabia o que fazer pelo futuro dele. E essa não era a sua única preocupação. A casa que alugávamos em Ka-riokor fora vendida, e o novo proprietário nos despejaria em breve. Mas os aluguéis haviam subido muito, e ela não tinha dinheiro, só o que os parentes osman mahamud do meu pai lhe davam para viver. Todo mês mamãe era obrigada a ir à casa de Farah Gouré, um dos grandes homens de negócios osman mahamud de Nairóbi, e fingia não estar mendigando quando o informava, com arrogância, que o custo de vida subira outra vez. Não queria morar em um prédio de apartamentos lotado e

barulhento de Eastleigh, como a maior parte dos somalis de Nairóbi. Queria uma casa bonita, em um bairro limpo.

Ainda que Farah Gouré fosse um homem bom, seu bolso não era ilimitado. Enfim ele disse claramente a mamãe que só restava se mudar para um apartamento. Não éramos a única família da FSDS sem pai, e ele não estava disposto a pagar um aluguel mais caro ainda. Foi um impasse.

Toda família estava infeliz e agitada quando o irmão mais velho de mamãe, o tio Muhammad, chegou de Mogadíscio em dezembro de 1985. Foi uma verdadeira lufada de ar fresco. Ele era grande e forte; nada melhor do que ter um homem assim em casa. Parecia-se com a minha mãe, embora fosse bem mais alto e muito mais alegre. Costumava se sentar em um tapete no chão, com um sarongue e um xale nos ombros, e brincar conosco, dizendo que já éramos quase mulheres, prodigalizando elogios e nos provocando: garantia que logo íamos nos casar e que ele estava providenciando noivos jovens, bonitos e ricos na Somália.

O tio Muhammad trouxe notícias do meu pai e da FSDS. AS principais lideranças do movimento estavam desertando, disse. Empregando-se no governo de Siad Barré. E os adultos se puseram a praguejar lá em baixo. Uma noite, tarde já, Haweya, que costumava escutar atrás da porta, entrou no meu quarto, de olhos arregalados, e cochichou: "Ayaan, a gente tem uma irmãzinha. Abeh casou com outra mulher. Tem uma nova família".

Eu me esgueirei até o meio da escada vermelha para escutar. Era verdade. O tio Muhammad estava falando da mulher com que papai se casara. Agora ele morava na Etiópia com a esposa e tinha uma filha.

Na manhã seguinte, exigi explicações. "É verdade que abeh tem outra mulher?", perguntei a mamãe. Mas foi vovó quem respondeu com ar de superioridade: Não vamos discutir as esposas do seu pai. Sabemos que os homens se casam. Ninguém vai sair dizendo por aí que as minhas filhas e as minhas netas são ciumentas".

No nosso clã, o ciúme era considerado aviltante, uma coisa abominável, um sentimento tão desprezível que não podia ser aceito. De modo que entendemos que estava proibido fazer perguntas sobre a nova mulher de abeh, mas não resistimos: "É verdade que a gente tem uma irmã? Qual é a idade dela?". Uma vez mais, foi a minha avó que se encarregou de responder com a mesma atitude tensa mas afetada: "Ora, deve estar com uns nove anos". Então mamãe interferiu, dizendo com voz sufocada: "Não, tem só três ou quatro". E, no silêncio que se seguiu, nós todas fizemos as contas. Papai devia ter se casado logo que nos abandonara em 1981 — talvez poucos meses depois.

Fiquei pensando na sucessão de mulheres e filhos de abeh: ele abandonara o primeiro filho, depois a nós, e agora tinha outra filha, a qual, imaginei, também ia abandonar um dia. Senti uma súbita onda de compaixão por mamãe, com seus inúmeros problemas: encontrar uma casa decente para morar, ter que aceitar a esmola do clã do meu pai, enfrentar a marginalização de Mahad e se preocupar com o desencaminhamento de Haweya. Se abeh estivesse conosco, nada disso teria acontecido.

Eu estava arrasada. Sentia que toda esperança havia se esvaído repentinamente dos meus ossos. Embora quase nunca o admitisse, naquela época eu secretamente continuava imaginando que o meu pai ia voltar um dia para nos transformar em uma família outra vez, recriar aquele ambiente de amor e segurança. Saber daquela outra filha — isso era uma traição pior do que se ele tivesse me esbofeteado.

Nos dias e nas semanas seguintes, jurei nunca deixar tal coisa acontecer comigo. Nunca ser tão dependente de ninguém. Minha mãe tinha tão pouco controle da sua própria vida que nem sabia que o marido se casara novamente. Eu me enfurecia internamente ao pensar nisso. Enfurecia-me por ela. A vida era tão injusta. Mamãe podia ser cruel, mas era leal ao meu pai e sempre esteve presente para os filhos. Não merecia aquilo.

Comecei a me insurgir intimamente contra a sujeição tradicional da mulher. Naquele tempo, ainda usava o hijab. Pensava muito em

Deus, em ser boa aos Seus olhos e na beleza da obediência e da submissão. Continuava tentando serenar a mente para que ela se transformasse em um mero recipiente da vontade de Alá e das palavras do Alcorão. Mas minha mente parecia inclinada a se desviar da Senda Reta.

Algo dentro de mim insistia em rejeitar os valores morais contidos nas aulas da irmã Aziza: uma pequena fagulha de independência. Talvez fosse uma reação ao abismo que se abria entre o comportamento exigido pelas Sagradas Escrituras e a realidade da vida cotidiana, com todas as suas reviravoltas. Mesmo na infância, eu não conseguia entender a flagrante injustiça das normas, sobretudo com as mulheres. Como era possível que um Deus justo — tanto que quase todas as páginas do Alcorão louvavam Sua justiça — desejasse que as mulheres fossem tratadas tão injustamente? Quando o ma alim nos dizia que o testemunho de uma mulher valia a metade do de um homem, eu me perguntava Por quê?. Se Deus era misericordioso, por que exigia que suas criaturas fossem enforcadas em praça pública? Se Ele era tão compassivo, por que os ímpios iam para o inferno? Se era todo-poderoso, por que não transformava os descrentes em crentes para acolhê-los no paraíso?

No íntimo, eu rejeitava a doutrina e a transgredia secretamente. Como tantas outras garotas da minha classe, continuava lendo romances sensuais e suspenses ordinários, mesmo sabendo que isso era opor resistência ao islã da maneira mais fundamental possível. Ler romances que me excitavam era ceder a uma coisa que nenhuma muçulmana podia sentir: o desejo sexual fora do casamento.

Uma maometana não podia ser impetuosa ou livre nem experimentar as emoções que eu experimentava ao ler aqueles livros. Uma maometana não tomava decisões próprias nem procurava controlar o que quer que fosse. Era treinada para a docilidade. Ser maometana era desaparecer até que não restasse quase nada de você dentro de você. No islã, tornar-se indivíduo não era um desenvolvimento necessário; muita gente, principalmente as mulheres, nunca expandia

uma vontade individual clara. A ordem era se sujeitar: eis o significado literal da palavra islã: submissão.

A meta era se tornar intimamente serena, até não erguer mais a vista, nem mesmo em pensamento.

Mas a fagulha da vontade crescia dentro de mim, por mais que eu estudasse e praticasse a submissão. Era estimulada pelos romances rebeldes, pela ausência do pai e pela frustração de ver o desamparo de minha mãe naquele país não muçulmano. Acima de tudo, acho que foram os romances que me salvaram da sujeição. Eu era jovem, mas já estava dando os primeiros, pequeninos e tímidos passos rumo à rebelião.

Nossa família nunca foi muito unida, mas ficou quase totalmente dispersa a partir daquele dezembro. Tio Muhammad retornou à Somália, levando Mahad consigo para que se achasse na vida e virasse homem. Fiquei contente com a partida dele — ele era um bruto —, mas também senti inveja. Meu irmão podia viajar e ter aventuras. Nada disso acontecia comigo porque eu era mulher.

Um mês depois da partida de Mahad, chegou a ordem de despejo, e nossa família mergulhou na crise. Fazia anos que mamãe negociava mais alguns meses de adiamento com o proprietário, mas ainda não encontrara onde morar. Foi vovó quem finalmente chegou a uma solução prática — através do clã, como de costume — e nos mudamos provisoriamente para a casa de um isaq do bairro.

Esse homem, cujo nome era Abdillahi Ahmed, acabava de enviuvar. Sua esposa falecera alguns meses antes, e vovó passou algumas semanas na casa dele, ajudando; era o tipo de coisa que se costumava fazer pelos membros do clã. Ao saber da dificuldade que estávamos enfrentando, Abdillahi Ahmed se prontificou a nos acolher.

Ele tinha muitos filhos, mas havia mandado os menores para a sua fazenda no interior. Somente as duas filhas mais velhas, Fardawsa e Amina, moravam com ele em Nairóbi. Abdillahi Ahmed era negociante e somali, de modo que não tinha idéia de como cuidar de duas

adolescentes. Uma velha chamada Hanan, parente dele, morava lá e se encarregava das garotas.

Passamos a morar em um quarto: minha avó em uma cama, Haweya e eu em um beliche, e mamãe em um colchão no chão. Nossas coisas ficavam guardadas debaixo da cama de vovó ou em várias casas do bairro. Usávamos a mesma cozinha. Geralmente, Fardawsa ou Amina cozinhavam para a família, e eu, para nós.

Fardawsa e Amina tinham sido criadas no Quênia e falavam mal tanto o somali quanto o inglês. Conversávamos em suaíli, para grande desgosto da minha mãe. Depois do jantar, ficávamos tagarelando, na cozinha, enquanto preparávamos a massa do an-gello da manhã seguinte, a tradicional panqueca somali. Amina, a mais velha, era extrovertida e Haweya gostava dela; eu preferia Fardawsa, sempre meiga e tranqüila.

Mas mamãe e Hanan brigavam feito cão e gato. Hanan mascava qat. Minha mãe não conseguia acreditar que era obrigada a morar com uma mulher que descera tão baixo. Embora o hábito de mascar essas folhas fosse comum na Somália, a doutrina muçulmana se opunha a todo tipo de vício, e mamãe o achava particularmente abominável em uma mulher. Sempre que Hanan se punha a mascar qat, ela a encarava com indignação e ia para o quarto.

De manhã, assolada pela ressaca do qat, Hanan era simplesmente intratável. Mas depois de passar algumas horas mascando no início da tarde, as folhas verdes a tornavam agradável e tolerante. Sua vigilância era muito mais desleixada do que a da minha mãe. Amina e Haweya começaram a fugir de casa à tarde. Amina tinha namorado, o filho mais novo de Farah Gouré, um rapaz bonitão que já tinha carro. Sendo ela isaq e ele dos osman mahamud, aquilo era terrivelmente romântico, como Romeu e Julieta. Quanto a Haweya, creio que não raro ia ao cinema.

Fardawsa e eu também fugíamos às vezes. íamos ao cinema com Hawo, a filha mais velha de Jim'o Musse, que morava bem em frente à casa de Abdillahi Ahmed. Hawo achava o meu hijab absolutamente

ridículo; morria de rir quando me via chegar do colégio com aquela roupa preta. Depois me levava ao Odeon para assistir a algum épico absurdo de Bollywood.

Uma tarde, Kennedy se encontrou com Haweya em uma discoteca e pediu notícias de Mahad e minhas — principalmente minhas. Nós dois não nos víamos desde que o meu irmão fora expulso do colégio, o qual Kennedy continuava freqüentando no equivalente à décima terceira série. (No sistema britânico, o ensino secundário se inicia na oitava série, sendo o nível básico a partir da décima primeira, geralmente chamado de quarta turma, e o nível avançado na décima terceira, chamado sexta turma.) Kennedy mandou um bilhete para mim com o número do seu telefone.

Ao ver o bilhete, fiquei de pernas bambas e, evidentemente, telefonei para ele. Cheguei a gaguejar quando conversamos, todas as minhas terminações nervosas ganharam vida de tanto entusiasmo. O hijab preto não me protegia do efeito que Ken tinha sobre mim. Combinamos de nos encontrar na casa de um parente dele; no cinema ou no parque, arriscávamos ser vistos.

Fui vestida da cabeça aos pés. Ia disposta a falar de Alá a Kennedy. Pretendia lhe dizer que, já que Alá quisera que nos apaixonássemos, íamos nos casar um dia — assim havia de ser.

Toquei a campainha, e Ken ficou embasbacado ao dar comigo toda de preto: "O que aconteceu com você? Ficou louca?". Respondi: "Não, não fiquei. É que levo a religião a sério. Coisa que você também deveria fazer". Ele segurou a minha mão e sorriu. Era tão simpático, um garoto agradabilíssimo. Levou-me para dentro, e tirei o hijab e o dobrei, fingindo que nada havia de extraordinário em estar sozinha com um homem em uma casa.

Por baixo, eu estava de saia comprida e blusa abotoada até o pescoço. Sentei-me na beira do sofá, e passamos algum tempo conversando. Então ele me beijou. E, uma vez mais, foi como se uma coisa se tivesse desligado na minha mente. Mesmo sabendo que os anjos estavam me observando, não hesitei em retribuir o beijo.

Quando escureceu, Ken preparou o jantar. Eu nunca tinha sido servida por um homem. Foi divertido; ele era atencioso, bom e interessante, tratava-me bem — completamente diferente do meu irmão. Depois do jantar, quando voltamos para o sofá, perguntei: "Diga a verdade, o seu nome é Yusuf, não?" Já que eu estava arriscando a alma naquele encontro, achava que tinha o direito de saber seu nome verdadeiro e o do seu povo.

Ele respondeu: "Não, já disse que me chamo Kennedy".

Continuei pensando que fosse brincadeira, pois estava convencida de que aquela história de Ken era uma piada, um modo de ele e Mahad caçoarem de mim por ser tão ingênua e tão protegida contra o mundo exterior. Mas Ken disse: "Na verdade, meu nome é Kennedy Okioga e sou da tribo kisii. Não sou somali. Mahad inventou essa história para que a sua mãe me recebesse, pois ela é nova neste país. Sou queniano".

Isso me deixou assombrada: "Então você não é muçulmano?". Ele respondeu: "Não, não sou". "Então vai ter que se converter!", disparei, e Ken começou a rir. "Claro que não vou me converter ao islamismo", disse. "Do contrário, teria que me vestir como você."

Eu o levei a sério e expliquei: "Os homens não precisam usar esta roupa". E Kennedy disse: "Eu sei disso, mas não quero ser muçulmano".

Contou-me que era ateu, que não acreditava em Deus, o que me deixou horrorizada. Eu não podia acreditar que algo tão maligno pudesse partir de uma pessoa tão boa, tão bonita. E explodi: "Então você vai para o inferno!" Kennedy disse: "Não existe inferno nenhum. Isso é bobagem".

Fez-se um silêncio horrível. Percebi que não podíamos voltar a nos encontrar. Por mais que gostasse dele, não podia casar com um não-muçulmano. Não só por causa da regra segundo a qual uma muçulmana não deve se casar com um infiel. Tratava-se também da intransigência somali do meu clã. Ayaan Hirsi Magan não poderia casar

com um queniano. O clã simplesmente não toleraria. Se casasse com um queniano, era possível que mandassem matá-lo.

Se Ken estivesse disposto a se converter ao islamismo, eu podia tentar alegar que nós éramos iguais para Alá, independentemente de clã ou tribo. Talvez os osman mahamud um dia aceitassem a idéia, embora passassem o resto da vida me olhando com desprezo. Mas, aos dezessete anos, eu achava inconcebível casar com um infiel.

Portanto, era preciso acabar tudo. Era tristíssimo. Antes de ir embora, eu disse: "Acho que o nosso amor é impossível". Ken respondeu: "Eu sei como são os somalis, mas o amor é mais forte do que tudo — vamos tentar". Foi gentil, mas inútil; era só uma espécie de desejo infantil que estava por trás das suas palavras. Eu me limitei a baixar os olhos e murmurar: "Por favor, preciso de tempo para pensar". Ele sabia — os dois sabíamos — que estávamos nos despedindo.

Não foi um bom período para ninguém na minha família. Algumas semanas depois, pouco antes de completar dezesseis anos, Haweya anunciou que ia parar de estudar. Contou-me tudo na noite anterior à conversa que ia ter com mamãe. Eu lhe pedi que não fizesse tamanha loucura. Faltavam apenas dois anos para o exame do nível básico, e ela sempre tinha sido boa aluna sem fazer esforço. Eu estudava muito mais e tirava notas piores. Disse-lhe: "Sem um diploma, você não é ninguém — vai ser como mamãe". Mas Haweya era teimosa. O colégio não passava de uma idiotice. Ela queria ir para a Somália, como Mahad. Queria morar em qualquer lugar que não fosse o quarto que dividíamos com vovó e mamãe.

Na manhã seguinte, Haweya foi à casa de Farah Gouré, aonde mamãe ia todo mês, de nariz empinado, para fazer o favor de aceitar sua mesada. Lá havia um pátio enorme, sempre cheio de somalis, e ela entrou sem a menor cerimônia, vestida como de costume: com a saia do colégio e sem véu. Anunciou: "Vim conversar com Farah Gouré".

Todos riram e lhe disseram que retornasse com a mãe. Uma mocinha não podia falar diretamente com um homem mais velho sem intermediário. Mas, quando Farah Gouré apareceu à porta, Haweya se

aproximou e disse: "Sou filha de Hirsi Magan e vim lhe pedir um favor. O senhor pode me ouvir e dizer sim ou não. Mas também pode me dizer imediatamente cVá embora, você não é bem-vinda aqui', e vou e não volto mais".

Farah Gouré achou graça. Perguntou-lhe se queria um copo de chá, e ela disse: "Não, quero é ir para a Somália". Exatamente assim. E acrescentou: "Meu irmão está em Mogadíscio, minha família está em Mogadíscio, e em breve meu pai vai para a Somália, assim que Siad Barré for derrotado. Não quero mais ficar no Quênia. Sonho com a Somália desde menina e sei que o senhor vai pra lá duas vezes por mês. Por favor, leve-me".

Farah Gouré perguntou: "Sua mãe sabe disso?". E Haweya respondeu: "Sabe. Se o senhor concordar em me levar, ela me deixa ir". O que obviamente era mentira.

Farah Gouré era uma figura singular. Um osman mahamud baixinho e gordo; creio que tínhamos o nono bisavô em comum. Em 1987, devia estar beirando os sessenta anos e, ainda que não soubesse ler nem escrever, era dono de uma frota de caminhões e viajava por todo leste e sul da África. Mas, embora tivesse enriquecido por iniciativa e esforço próprios, seu patrimônio não lhe pertencia como costuma pertencer a um ocidental. Farah Gouré acreditava no clã e na FSDS. Encarregando — se de cuidar das famílias da FSDS, acreditava ajudar seus compatriotas a lutarem. Era o tipo da coisa que os osman mahamud sempre faziam. Ele compartilhava seu dinheiro e sua boa sorte com o clã e a causa: mantinha a casa aberta para quase todos os osman mahamud que quisessem ficar lá.

Muito tempo depois, contaram-nos como Farah Gouré conhecera sua esposa Fadumo. Aos quinze anos, saíra de casa para ganhar a vida. Essa era a tradição de Bari, onde ele nascera: o homem tinha que se provar, sozinho. De modo que Farah partira de Bari e fora a Kismaio, no sul. Era jovem, não entendia as pessoas nem o dialeto do lugar e não tinha ninguém que olhasse por ele ou cuidasse da sua roupa. O dinheiro acabou depressa e sua roupa se reduziu a farrapos, mas ele

não podia voltar fracassado à casa dos pais: a vergonha seria intolerável.

Um dia, no mercado, Farah Gouré viu uma garota mais ou menos da sua idade fazendo angellos em um fogareiro no chão, enrolando-os com açúcar e manteiga e vendendo-os aos transeuntes. Atraído pelo cheiro das panquecas, ele se aproximou, e a moça o chamou: "Puxa, que cara de fome", e Farah riu com alívio ao reconhecer o dialeto de Bari.

Eles começaram a enumerar os ancestrais, como sempre fazem os somalis. Os dois eram osman mahamud, de modo que podiam se tratar por irmã e irmão. Farah lhe perguntou o que estava fazendo em Kismaio, e ela respondeu: "Eu disse aos meus pais que ia fazer fortuna, por isso estou aqui. Tenho uma banca de angello, mas, um dia, vou comprar um caminhão. Você também pode ter uma banca de angello". Farah Gouré disse: "Claro que não posso, sou homem".

Fadumo lhe ofereceu um angello e, ao ouvi-lo dizer que não tinha dinheiro, propôs-lhe um modo de pagar a panqueca: "Garanto o seu café-da-manhã todo dia, e, em troca, você descobre como funciona o negócio de caminhões. Preciso ficar aqui vendendo angellos e, além disso, sou mulher, de modo que para mim não é tão fácil fazer essas coisas como para você". E foi assim que Farah Gouré ingressou no ramo do transporte. Os dois falavam diariamente no sonho de Fadumo de ter caminhões em toda Somália. Ele a pediu em casamento, e ela respondeu: "De jeito nenhum. Não sou louca de casar com um homem que não tem nem para pagar o café-da-manhã".

Acabaram se casando, é claro. Depois de um ano vendendo angellos e alugando caminhões para comerciar entre Kismaio e Mogadíscio, Fadumo e Farah Gouré compraram o primeiro caminhão. Passado algum tempo, compraram outro e montaram uma verdadeira banca de angellos, com empregados e tudo. Eram as mulheres do tolka, as nossas parentas osman mahamud mais próximas, que nos contavam muitas vezes essa história, e cada relato se enriquecia com uma nova pitada de romantismo, Fadumo aparecia mais valente e esperta, e

Farah, ainda mais fascinado por ela. Quando a narravam na presença da própria Fadumo, ela ouvia em silêncio, com um leve sorriso, e não dizia nada. Era uma mulher corpulenta, feliz, e o seu casarão cheio de crianças e hóspedes ficava na mesma rua em que morava Abdillahi Ahmed.

Quando Fadumo engravidou do sétimo filho, Farah Gouré casou com outra mulher e, a seguir, com uma terceira. Mas ela não se intimidou. Disse às recém chegadas: "Sejam bem-vindas, mas tratem de ganhar a vida. O dinheiro com que ele casou com vocês é meu".

Não sei até que ponto a história era verdadeira, mas trazia uma lição claríssima: sendo mulher, você se dava bem na vida se tivesse o seu próprio dinheiro. Não podia impedir o marido de abandoná-la ou de casar com outra, mas preservava uma parte da sua dignidade se não fosse obrigada a esmolar apoio financeiro.

Acho que foi por isso que Farah Gouré resolveu ajudar a minha irmã: gostava de mulheres fortes e ousadas. Concordou em pagar a viagem a Mogadíscio e tomou as providências necessárias.

Vovó ficou orgulhosa de Haweya. Ia fazer o que toda darod fazia, voltar à sua terra para aprender as tradições ancestrais. Mas mamãe se zangou por ela ter feito tudo às escondidas. Sabia que aquilo ia dar muito que falar para as osman mahamud: uma filha que abandonava a mãe assim refletia muito mal a educação recebida. Em todo caso, ela sabia que não podia impedir Haweya de voltar à Somália para visitar os parentes do pai: seria pior ainda.

Mamãe mandou fazer vários dirhas compridos e vaporosos para Haweya e lhe recomendou muito que obedecesse aos mais velhos e não manchasse a honra dos pais. No dia da viagem, levamos sua mala à casa de Farah Gouré. Haweya estava empolgada; eu chorei. Principalmente de pena de mim, condenada que estava a seguir dividindo o quarto com vovó e mamãe, e a concluir os estudos sozinha. Papai se fora anos antes, depois Mahad, e agora era Haweya que partia. Vovó não cessava de dizer que se sentiria muito melhor se pudesse

voltar à Somália e ficar com as outras filhas e o filho. Nossa família estava se desintegrando.

Ao chegar a Mogadíscio, Haweya teria de se hospedar na casa da primeira esposa de papai, Maryan Farah, nossa parenta mais próxima na Somália. Seria uma grosseria não ficar com ela, era o mesmo que despachar uma mensagem de ciúme e rancor. E estávamos acima disso.

Não conhecíamos Maryan Farah, mas sabíamos dela e das suas filhas, que chamávamos de irmãs. Arro era muito mais velha do que eu; Ijaabo tinha mais ou menos a idade de Haweya. Mulherzinha orgulhosa, Maryan não voltou a se casar depois de meu pai se divorciar dela. Tinha um cargo importante no governo em Mogadíscio. Maryan era marehan — o pequeno subclã do ditador Siad Barré.

Houve uma incessante luta de clãs enquanto a minha irmã esteve na Somália. No Quênia, não nos importávamos muito com os clãs, mas eles eram onipresentes no nosso país. Os osman mahamud achavam que Haweya tinha que morar com a madrasta, mesmo sendo ela de outro clã, porque era assim que se procedia. Mas nem por isso deixavam de vigiá-la. Falavam mal do clã marehan do arrivista Afwayne. Não queriam que uma marehan saísse dizendo por aí que sustentava uma menina osman mahamud, por isso davam mesada a Haweya.

Assim que a minha irmã chegava de uma visita aos parentes de papai, as nossas meias-irmãs a cercavam. Arro e Ijaabo lhe pediam, imploravam e até exigiam que dividisse o dinheiro com elas. Usavam as coisas de Haweya sem pedir licença, o xampu, o sabonete. Zombavam dela por não conhecer bem os códigos e por passar o tempo todo lendo. Haweya não gostava delas.

Sentia-se bem na casa de Ibado Dhadey Magan, uma irmã mais velha do meu pai que aprendera sozinha a ler e a escrever, diplomara-se em enfermagem e era diretora do Hospital Digfeer, onde nasci. Embora já tivesse quase cinqüenta anos ou até mais, Ibado Dhadey era moderna. Casada e sem filhos, admirava a fibra da minha irmã.

Ibado lhe disse que era uma sorte ela ter estudado e a aconselhou a continuar estudando para ganhar a vida. Mostrou-lhe a

casa, com varanda ladrilhada e exuberantes jardins, dizendo: "Ninguém me deu nada disso. Ganhei tudo com o meu trabalho. Trate de se qualificar e vá trabalhar".

Quando Haweya gastava em calças, blusas e saias o dinheiro que Ibado lhe dava, a família de Maryan ficava injuriada. A comida era outra questão delicadíssima. Em nossa casa de Nairóbi, não comíamos do mesmo prato como costumavam fazer os somalis. Mamãe adotara o modo ocidental, com pratos individuais, se bem que geralmente comíamos com colher ou com a mão. Mas, na casa de Maryan, como quase em toda Mogadíscio, em uma parte do pátio os homens se alimentavam de um prato, e as mulheres e as crianças pequenas se acocoravam em outro canto e se serviam de outro prato.

Haweya detestava esse costume; achava-o anti-higiênico. E acabava perdendo o apetite. Em casa, desenvolvera o hábito de comer sozinha, depois de nós, geralmente lendo um livro. E, como não gostava de comer sem ler, começou a emagrecer, coisa que Maryan tomou como ofensa pessoal.

Minha irmã passou a freqüentar restaurantes com o dinheiro que Ibado lhe dava. Uma moça sozinha em um restaurante era uma coisa absolutamente inusitada. Ela pedia o almoço e, sem dar a mínima para ninguém, comia devagar, lendo um romance. Os garçons e os clientes a assediavam, mas Haweya simplesmente os enxotava. Era um comportamento extraordinariamente anormal.

Os parentes de Maryan ficaram preocupadíssimos com ela, a pobre filhinha de Hirsi Magan que fora criada como uma selvagem no Quênia. Procuravam influenciá-la. Falavam e falavam — todos subitamente interessados no que comia, no horário das suas refeições, na roupa que vestia e nos romances que devorava em vez de ler o Alcorão. Haweya me escreveu dizendo que tinha ido à Somália para se livrar de mamãe, mas que estava sendo sufocada por uma verdadeira conspiração.

Eu tinha dezessete anos e sofria muito com a ausência dela. Minha amiga Fardawsa Abdillahi Ahmed também deixou Nairóbi para

morar no campo, com os irmãos menores, até que a casassem. No colégio, só me interessavam os estudos islâmicos. A proximidade do exame do nível básico não me preocupava. Eu tinha necessidade de atingir o núcleo daquilo em que acreditava. Todas as demais garotas se resignavam em aceitar as normas da nossa religião tal como eram apresentadas, mas eu me sentia compelida a tentar entendê-las. Meu sistema de fé precisava ser lógico e coerente. Essencialmente, eu precisava me convencer de que o islã era a verdade. E começava a me dar conta de que, embora muita gente admirável tivesse certeza de que era a verdade, parecia haver falhas na sua coerência.

Se Deus era misericordioso, por que os muçulmanos precisavam fugir dos não muçulmanos — e até atacá-los para instituir um Estado fundamentado nas leis de Alá? Se Ele era justo, por que deixava oprimirem tanto as mulheres? Comecei a reunir todos os versículos do Alcorão que diziam que Deus era sábio, onipotente, justo — e havia muitos. Refleti sobre eles. Obviamente, na vida real as muçulmanas não tinham nada de "diferentes mas iguais" como afirmava a irmã Aziza. O Alcorão dizia: "O homem tem autoridade sobre a mulher". Do ponto de vista da lei e em cada detalhe da vida cotidiana, era evidente que valíamos menos do que os homens.

Eu também fazia um curso de Alcorão paralelamente ao Meninas Muçulmanas. O meu maalim era um rapaz conhecido como Boqol Sawm, Aquele que Jejua Cem Dias. Vovó dizia que ele tinha o estômago grudado na espinha, de tão magro. Boqol Sawm era fanático mesmo pelos padrões mais ortodoxos. Trajava um camisolão saudita um tanto curto para deixar bem à mostra os tornozelos esqueléticos. Tinha o costume de percorrer East leigh batendo de porta em porta para catequizar as pessoas. A Farah Gouré, ele disse: "As suas filhas andam descobertas! Vocês todos vão apodrecer no inferno!" Farah Gouré o jogou na rua.

Mas, com o tempo, Boqol Sawm foi conquistando numerosos prosélitos. Na maioria, mulheres, entre as quais, minha mãe. Distribuía sermões gravados em fita cassete, e elas os escutavam e trocavam umas

com as outras. E também improvisavam madraçais na sala de visitas repleta de matronas ávidas por ouvir as fitas magnéticas ou mesmo a Boqol Sawm em pessoa, que, tal como ordenava o profeta, delas ficava separado por uma pesada cortina.

Ele chegou a ser o mais solicitado pregador da comunidade e, com o tempo, o efeito dos seus sermões se evidenciou em todos os bairros somalis. Mulheres que antes usavam vistosos dirhas com sedutoras anáguas por baixo, que calçavam sandálias italianas e gostavam de expor os dedos bem tratados e as unhas esmaltadas ou pintadas de hena, começaram a se ocultar sob a burca, a se amortalhar com as mais grosseiras peças de algodão marrom-escuro, preto ou azul marinho, deixando visível apenas um pedacinho do rosto. Algumas chegavam a cobrir inclusive o rosto. Variavam tanto as maneiras de se cobrir; o tipo de véu que agora se disseminava entre as fundamentalistas somalis chamava-se jilbaby um pano grosso que tudo ocultava da cabeça aos joelhos, mais uma pesada saia por baixo. Súbito, a minha veste preta ficou escandalosamente fina e reveladora.

Minha mãe ficou fascinada com a certeza de Boqol Sawm. Estimulava-me a escutar os sermões gravados e a comparecer às suas pregações nas casas do bairro.

Com a irmã Aziza, havia uma atmosfera de confiança e intimidade: ela nos deixava chegar a conclusões próprias. Mas, para Boqol Sawm, ensinar o Alcorão significava declamá-lo bem alto, aos gritos, em um misto de árabe e somali, e depois enumerar as regras: o que era proibido, o que era permitido. Não traduzia o texto adequadamente, tampouco explicava as entrelinhas.

Um dia, quando eu tinha dezessete anos, Boqol Sawm escolheu os versículos que diziam como as mulheres tinham que se comportar no casamento. Devíamos obediência absoluta ao marido, disse às mães e adolescentes reunidas para escutá-lo. Se desobedecêssemos, ele podia nos espancar. Fora do período de menstruação, éramos obrigadas a estar sexualmente disponíveis a qualquer hora e em qualquer lugar, "até mesmo na sela de um camelo", como dizia o hadith. Não se tratava

de uma parceria baseada no amor ou na doação mútua; isso nem era possível. E Boqol Sawm bradou: "OBEDIÊNCIA TOTAL: esta é a lei do islã". Irritada com aquilo, eu me levantei por trás da cortina e indaguei com voz trêmula: "O marido também deve nos obedecer?".

Não havia nenhuma maldade na pergunta, mas Boqol Sawm ergueu a voz com raiva. "Claro que não!"

Cravei as unhas na mão para não tremer e prossegui: "Então os homens e as mulheres não são iguais".

Boqol Sawm disse: "São iguais".

"Não, não são", insisti. "Se tenho que obedecer totalmente ao meu marido, mas ele não precisa me obedecer totalmente, não somos iguais. Quase todas as páginas do Alcorão dizem que Alá é justo, mas isso não é justo."

Boqol Sawm se pôs a berrar. "Você não pode questionar a palavra de Alá! A mente Dele é insondável. É Satanás que está falando pela sua boca, menina! Sente-se imediatamente!"

Obedeci, mas rosnei baixinho: "Idiota". Isso alarmou as outras mulheres presentes; acharam que eu estava mesmo com a mente dominada pelo demônio. Mas eu sabia que estava sinceramente procurando a verdade e que Boqol Sawm tinha me calado porque ele não a conhecia. O erro não podia ser do Alcorão, que era a palavra de Deus. Só podia ser daquele maalim boçal, de toda legião inepta de maalins que eu tivera a infelicidade de conhecer.

Pensei que Boqol Sawm talvez traduzisse mal o Alcorão: era óbvio que Alá não podia ter dito que o homem devia bater na esposa desobediente. Óbvio que o testemunho de uma mulher, no tribunal, tinha o mesmo valor que o de qualquer homem. E eu disse comigo: "Nenhum desses pobres coitados entende que o verdadeiro Alcorão é a favor da igualdade verdadeira. O Alcorão é superior e melhor do que esses homens".

Comprei uma tradução inglesa das escrituras e as li para compreendê-las melhor. Mas descobri que lá estava tudo quanto Boqol

Sawm dizia. As mulheres tinham que obedecer ao marido, sim. E valiam a metade de um homem. As infiéis deviam ser mortas.

Fui consultar a irmã Aziza, que tudo confirmou. As mulheres eram emocionalmente mais fortes do que os homens, disse ela. Tinham mais resistência, eram mais testadas. O marido podia castigar a esposa — não só pelas pequenas infrações, como um atraso, como pelas mais graves, como seduzir outro homem. Aquilo era justo devido ao extraordinário poder sexual da mulher. Perguntei: "E se o marido seduzir outra mulher?" Ela respondeu: "Em uma sociedade islâmica, isso é impossível".

Ademais, ela prosseguiu, eu não devia pensar, nem um único segundo, na possibilidade de adaptar as palavras do Alcorão aos tempos modernos. O Alcorão foi escrito por Deus, não pelos homens. "O Alcorão é a palavra de Alá, e é proibido refutá-la", asseverou a irmã Aziza.

Obedecer e servir a Alá — esse era o teste. Quem se sujeitasse à vontade de Deus na terra, alcançaria a bênção no além. A norma era rigorosa e pura. Todas aquelas dúvidas reduziam muito as minhas chances de alcançar a bênção eterna, mas concluí que não podia desprezá-las. Precisava resolver aquilo.

À medida que aumentava o número de sectários de Boqol Sawm, seus sermões passaram a provocar muitos conflitos conjugais. No início, os pais e maridos somalis achavam aquilo divertido e caçoavam das esposas, dizendo que dali a uma semana todo aquele mulherio entediado ia arranjar outra diversão. Entretanto, passado algum tempo, a irritação cresceu. A geralmente bem mobiliada sala de estar sempre tinha sido o domínio do homem. Os somalis levavam os amigos para casa e com eles se instalavam na sala para ter conversas masculinas (honra, dinheiro, política e a conveniência de tomar uma segunda ou terceira esposa), ao mesmo tempo que bebiam chá aromatizado e mascavam qat. Isso ocorria de preferência à noite ou nas tardes de sexta-feira, e Boqol Sawm deu para fazer seus sermões justamente nessas ocasiões.

Quando ele visitava uma casa, os homens eram relegados aos cômodos das mulheres: a cozinha, o quintal e, nas casas grandes, a sala de estar menor e mais feia, normalmente reservada às esposas. E, agora convertidas à fé do Verdadeiro Islã da Fraternidade Muçulmana, elas se punham a dizer que era proibido mascar qaty fumar ou deixar de rezar. Chegavam a expulsar os maridos, chamando-os de ímpios. Quando os homens as acusavam de desobediência, elas retrucavam que, na hierarquia da submissão, devíamos nos sujeitar a Alá antes mesmo de nos sujeitar ao marido e ao pai: Alá e o profeta haviam decretado que a esposa só era obrigada a obedecer ao marido que obedecesse a Alá.

A Fraternidade Muçulmana acreditava na existência de um islã original, puro, ao qual todos devíamos retornar. A prática tradicional do islamismo estava corrompida, diluíra-se em velhas crendices que já não deviam ter vigência. Fundado na década de 20, no Egito, esse movimento de renascimento maometano ganhara impulso e se propagara — devagar a princípio, mas com muito ímpeto na década de 70, graças aos recursos financeiros que chegavam da repentinamente enriquecida Arábia Saudita. Em 1987, as idéias da Fraternidade Muçulmana atingiram as donas de casa somalis de Eastleigh através da furibunda e maci-lenta figura de Boqol Sawm.

Em poucos meses, verificaram-se os primeiros divórcios e muitos somalis leigos juraram se vingar de Boqol Sawm por lhes haver destruído a família. Embora o pregador tenha sido expulso das salas de visitas e das mesquitas, seus cassetes continuaram a ser divulgados mesmo quando ele passou para a clandestinidade.

Nas gravações, quando não ameaçava com o fogo do inferno, Boqol Sawm emitia prescrições detalhadas acerca dos rituais permitidos no islã e das cerimônias de nascimento, cópula, casamento, divórcio etc. Ficou proibido comemorar o nascimento do profeta, pois isso lembrava o Natal, quando os cristãos comemoram o nascimento de Jesus, e os muçulmanos não podiam de modo algum imitar os infiéis. Usar amuletos, como a minha avó, e pedir proteção aos antepassados

era blasfêmia, já que tais práticas associavam Alá a deuses inferiores, coisa que levava ao fogo eterno. Recusar-se a dormir com o marido, caso ele não observasse as obrigações de oração e jejum, era perfeitamente lícito. Ao entrar no banheiro para usar o vaso sanitário, convinha pisar com o pé esquerdo e, ao sair, com o direito. A única saudação permitida entre muçulmanos era Assalamu Allaikum Warahmatul lahi Wabarakaatuhüy "Contigo esteja a paz e a misericórdia de Alá e a Sua bênção". Se alguém nos cumprimentasse de outro modo, o melhor era não responder.

Boqol Sawm não foi o único pregador que, após uma temporada em Medina ou no Cairo, apareceu no bairro para levar os extraviados de volta à Senda Reta de Alá. As ruas iam ficando cada vez mais povoadas de jovens de camisolão branco à altura dos tornozelos e turbante xadrez vermelho e branco. Os que aderiam à sua causa começavam a coletar dinheiro na família; certas mulheres chegavam a doar o próprio dote, e chovia todo tipo de esmola. Em 1987, construiu-se a primeira mesquita da Fraternidade Muçulmana de Eastleigh, e, toda sexta-feira, Boqol Sawm saía do esconderijo para pregar, gritando a plenos pulmões nos alto-falantes atrás do minarete branco com um crescente e uma estrela verdes no alto.

Ele garantia que os homens que rejeitavam o chamado da esposa ao islã iam torrar no inferno. Os ricos que gastavam dinheiro em coisas terrenas iam torrar no inferno. Os muçulmanos que abandonavam os companheiros muçulmanos — os palestinos — não eram muçulmanos verdadeiros e também mereciam torrar no inferno. O islã estava ameaçado, e seus inimigos — os judeus e os americanos — iam torrar no inferno. As famílias muçulmanas que mandavam os filhos estudarem nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e em outros países infiéis iam torrar no inferno. A vida na terra era provisória, bradava Boqol Sawm; servia para Alá testar as pessoas. Os hipócritas demasiado fracos para resistir às tentações mundanas estavam condenados a torrar no inferno. E quem não rompesse a amizade com os não muçulma-nos estava condenado a torrar no inferno.

Eu tinha muitas dúvidas quanto a Boqol Sawm, mas, aos dezessete anos, acreditava na maior parte dos valores da Fraternidade Muçulmana. E, com a ampliação do movimento, verificaram-se dois benefícios. Diminuiu o número de rapazes viciados em qat e outras drogas. Na época, a aids estava apenas começando a matar; muitas famílias muçulmanas achavam que a melhor prevenção era a abstinência, e era justamente isso, a abstinência, que pregavam os fanáticos religiosos de todos os matizes.

Outro benefício foi certa inibição da corrupção. Nas empresas da Fraternidade Muçulmana, quase não havia corrupção. Os centros de saúde e de beneficência administrados por ela eram confiáveis. Os quenianos não muçulmanos que se convertiam também tinham acesso a esses serviços, por isso muitos favelados se converteram.

Em Majengo, construiu-se uma mesquita com o dinheiro doado por um ricaço saudita. Numa noite de sexta-feira, fui rezar lá porque a irmã Aziza dizia que era importante visitar os bairros pobres. A oração noturna acabava de terminar, e as ruas próximas da mesquita estavam cheias de quenianas desajeitadamente envoltas em jilbabs novos. À entrada, uma delas se sentou na escadaria de pedra com um bebê no colo. Erguendo o jilbab, desabotoou o vestido e ofereceu à criança um seio totalmente nu e voluptuoso, como se fosse a coisa mais natural do mundo. À sua frente, havia uma montanha de sapatos de homem cujos donos — todos eles desconhecidos — estavam rezando atrás dela, mas a moça parecia totalmente indiferente àquele ambiente.

Todas as alunas da irmã Aziza soltaram um gritinho em uníssono, e procuramos conduzi-la por um corredor na parte das mulheres. Uma senhora de origem suaíli, coberta de preto da cabeça aos pés, tentou lhe ensinar o modo islâmico de amamen-tar; primeiro, era preciso dizer Bismülah antes de dar o peito ao bebê. E, enquanto este mamava, pedir a Alá que o protegesse da doença, das tentações terrenas e da maldade dos judeus. Evidentemente, nenhum homem desconhecido podia estar presente; antes deixar a criança passar fome.

Nunca fui uma grande admiradora de Boqol Sawm. Achava seus sermões toscos; nenhum deles respondia às minhas perguntas. Mas me interessei por um grupo de estudo de jovens muçulmanos que se reuniam no centro comunitário perto do colégio. Era uma gente insatisfeita com o nível intelectual do ensino nos madraçais e que, como eu, andava à procura de uma doutrina religiosa mais profunda, de uma compreensão verdadeira do exemplo do profeta Maomé, e queria seguir seus passos da melhor maneira possível. Todos sentiam que o islã não devia ser uma coisa à qual dirigir saudação algumas vezes por semana. Queriam nele mergulhar como em um tipo de vida minuciosamente delineado, em uma paixão, em uma permanente busca interna.

Um grupo de rapazes somalis e paquistaneses começou a organizar encontros islâmicos semanais, em inglês, para discutir a questão. Aqueles debates nada tinham em comum com os sermões na mesquita, que geralmente não passavam da repetição de velhos textos árabes. Nas nossas discussões, os jovens oradores falavam nas relações entre homens e mulheres, muçulmanos e não muçulmanos, cristianismo e islamismo. As intervenções eram veementes e quase sempre lúcidas, assim como muito mais relevantes para a nossa vida do que a mesquita.

Em sua maioria, os participantes eram estudantes mais velhos, muito inteligentes e profundamente comprometidos, que lá iam por vontade própria — ao contrário dos alunos do curso alcorânico, que o freqüentavam por ordem dos pais. O orador ficava em um estrado. Quase todos os rapazes, na frente, usavam roupa ocidental, e as moças, atrás, grandes véus. A segregação era voluntária, e reinava uma atmosfera harmoniosa: todos éramos bons muçulmanos, aspirantes à perfeição. Nada tínhamos da passiva escola antiga, para a qual islã significava algumas regras e rituais observados com mais ou menos devoção, mesclando o Alcorão com costumes tribais e crendices mágicas em amuletos e espíritos. Nós éramos a tropa de choque de Deus. O islã que absorvíamos brotava das crenças genuínas, essenciais, de pensadores empenhados em restaurar o islã original do profeta Maomé

e seus discípulos do século vil. Nossa intenção era viver à maneira antiga em todos os aspectos da existência. Não nos limitávamos a decorar os textos: discutíamos seu significado e sua aplicação ao nosso dia-a-dia.

Líamos Hasan al-Banna, fundador da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, em oposição à ascensão das idéias ocidentais nas terras islâmicas, o qual promoveu um retorno ao islã do profeta. Líamos Sayyid Qutb, outro egípcio, para quem não bastava pregar: era preciso fazer uma revolução catastrófica a fim de estabelecer o reino de Deus na Terra. E vibrávamos com os novos movimentos chamados Akwan (Fraternidade) e Tawheed (Senda Reta), pequenos grupos de fiéis autênticos, tal como nós sentíamos que éramos. Aquele era o Verdadeiro Islã, o retorno à pureza do profeta.

Estávamos convencidos de que havia uma perniciosa cruzada mundial empenhada em erradicar o islã, uma cruzada chefiada pelos judeus e por todo Ocidente ateu. Era preciso defender o islã. Queríamos nos alistar no jihad, palavra de múltiplos sentidos. Significava que a fé precisava de apoio financeiro, ou que era necessário envidar esforços para converter novos crentes. Também significava violência; o jihad violento era uma constante histórica no islã.

Por mais que eu quisesse ser uma muçulmana devota, não me agradava hostilizar o Ocidente. Para mim, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos eram os países, nos meus livros, em que havia decência e livre arbítrio. O Ocidente representava todas essas idéias, além da música pop, do cinema e da correspondência que, no Meninas Muçulmanas, mantínhamos com garotas da Finlândia e do Canadá, as quais nos imaginavam morando em árvores na selva. Minha experiência pessoal — que, sem dúvida, era mínima — dizia que o Ocidente não era tão mau assim. Mas eu passava muito tempo examinando atentamente as fotografias de muçulmanos mortos que nos mostravam: para dar significado àquela carnificina, diziam que o Ocidente a havia provocado. Ensinavam-nos que, sendo muçulmanos, tínhamos obrigação de nos opor ao Ocidente.

Nossa meta era um governo islâmico global, para todos.

Como lutar? Alguns diziam que o objetivo mais importante era a pregação: difundir o islamismo entre os não-maometanos e despertar os muçulmanos passivos para o chamado da verdade, da fé pura. Vários rapazes deixaram o grupo para ir ao Egito e lá ingressar na Fraternidade Muçulmana original. Outros receberam bolsas de estudo de diversos grupos financiados pelos sauditas e se matricularam em escolas alcorânicas em Medina, na Arábia Saudita.

A irmã Aziza converteu-se ao xiismo ao casar com um xiita. Estava encantada com a Revolução Islâmica do Irã, que em 1987 completatava oito anos. Entusiasmava-se com a santidade do aiatolá Khomeini: enfim, uma voz que se erguia contra as perversões e a hipoocrisia dos cruzados ocidentais. Mostrava-nos fotografias de jovens iranianos mortos, a cabeça ainda cingida com a faixa verde do o martírio, rapazes que tinham dado a vida para defender a Revolução Iraniana. Levou-nos à embaixada do Irã em Nairóbi. Chegamos a pensar em ir àquele país para fazer o que estivesse ao nosso o alcance pelo aiatolá, mas minha mãe se zangou quando soube qu[ue havíamos estado na embaixada. Nunca me deixaria ir à terra dos xiitas.

No grupo de estudo, tínhamos discussões exaustivas sobre o comportamento recomendável na vida cotidiana. Eram tantas as regras co:om prescrições minuciosas e tantas autoridades que se manifestavam acerca delas. A verdadeira muçulmana devia cobrir o corpo a até na frente de um cego, até dentro de casa. Não tinha o direito de andar no meio da rua. Não podia sair da casa paterna sem autorização.

Eu ficava assombrada com a abundância de ilustres pensadores maometanos que filosofavam exaustivamente sobre a exata quantidalade de pele feminina que se podia desnudar sem precipitar o mundo no caos. Naturalmente, quase todos esses pensadores recoheciam que, quando a menina chegava à puberdade, o seu corpo, com exceção do rosto e das mãos, precisava ficar inteiramente e oculto na presença de qualquer homem que não fosse um familiar bem

próximo. E fora de casa sempre. Isso porque a nudez daia sua pele involuntariamente levava os homens a sentirem um incontrolável frenesi de excitação sexual. Mas nem todos os sábios estavam de acordo quanto à parte exata do rosto e das mãos da mulher que era tão desejável que precisava permanecer coberta.

Alguns sustentavam que a mais poderosa fonte de provocação sexual estava nos olhos da mulher: quando o Alcorão dizia que ela devia baixá-los, na verdade estava mandando ocultá-los. Outra escola de pensamento garantia que a mera visão de um par de lábios femininos, principalmente se fossem carnudos, firmes e jovens, deixava o homem em um estado de libidinagem capaz de levá-lo à danação. Havia ainda os que passavam páginas e páginas digressionando sobre a sensualidade da curva de um queixo, ou de um nariz bem-feito, ou de dedos longos e finos, e sobre a tendência de certas moças a movimentar as mãos de modo a chamar a atenção para as suas tentações. A cada limitação, citava-se o profeta.

Mesmo que todas as mulheres se cobrissem inteiramente, da cabeça aos pés, eis que se abria outra corrente de pensamento. Pois isso não bastava. Um toque-toque de saltos altos no chão podia evocar no homem a imagem de pernas bem torneadas; para evitar o pecado, elas deviam usar sapatos baixos e não fazer barulho. A seguir, havia a questão do perfume: o uso de qualquer fragrância agradável, mesmo de um sabonete ou um xampu cheiroso, afastava a mente dos homens da adoração de Alá, entregando-o a fantasias pecaminosas. Ao que tudo indicava, a maneira mais segura de não causar dano a ninguém era evitar totalmente o contato com os homens e não sair de casa. Neles, as idéias eróticas, pecaminosas, surgiam sempre por culpa da mulher que as incitou.

Um dia, finalmente me levantei e perguntei: "E os homens? Eles não devem se cobrir? As mulheres não têm desejo pelo corpo masculino? Não podem ser tentadas ao ver a pele de um homem?". Isso me parecia lógico, mas toda sala caiu na gargalhada. Foi impossível prosseguir com as minhas objeções.

Eu me sentia só sem Haweya e Fardawsa, e muitas colegas de escola me evitavam, incomodadas com aquela carola maluca enfiada em uma tenda preta. Comecei a passar as tardes, depois das aulas, na casa de Farah Gouré. Lá morava uma turma enorme de moças — suas filhas adolescentes do clã osman mahamud tinham acabado de chegar da Somália —, sob a vigilância constante mas indulgente de Fadumo. Várias daquelas moças eram recém-saídas da área rural ou das províncias somalis e estavam devidamente prometidas a bons partidos do clã. Minha mãe achava que elas exerciam uma influência positiva sobre mim e me deixava freqüentar a casa de Farah Gouré à vontade. E eu gostava disso.

Aquele foi o meu primeiro contato com moças da Somália. Uma delas era Jawahir, garota esperta, bonita, um tanto impulsiva. Tinha uns vinte e cinco anos e estava em Nairóbi para casar com um dos motoristas de Farah Gouré. Hospedada na casa deste, aguardava o retorno do futuro marido de uma viagem de cinco meses pelo Sul da África. Ali era um excelente empregado, e Fadumo queria que Jawahir se sentisse bem em Nairóbi, caso contrário, ela era capaz de convencê-lo a voltar à Somália. Por isso, Fadumo me pediu para lhe mostrar a cidade e lhe fazer companhia.

Jawahir era miúda, mas exuberante, muito afetada e graciosa; quando contava casos com sua voz estridente, revirava os olhos e agitava os braços. Em tudo imprimia muita dramaticidade. Jawahir me lembrava as mulheres isaq do velório da minha tia em Mogadíscio, debaixo do talai; aliás, além dos modos isaq, ela absorvera até mesmo o sotaque isaq por ter morado perto de Hargeisa, onde seus pais se fixaram provisoriamente. Jawahir não lia livros — não sabia ler —, mas era divertidíssima.

O grupo todo passava a tarde reunido, entregue a conversas e risos de mocinhas enquanto as mais velhas cochilavam com as crianças. O principal assunto era o casamento iminente de Jawahir e as várias expectativas matrimoniais das outras. E, evidentemente, falávamos da circuncisão. Todas elas sabiam que iam se casar em

breve; era inevitável falarmos da nossa clitorectomia. Afinal, fora para isso que nos costuraram.

Não faltava quem se gabasse durante as nossas conversas. As moças faziam questão de contar que tinham sido muito bem fechadas, que a abertura era estreitíssima, e isso as tornava ainda mais puras, duplamente virginais. Jawahir tinha muito orgulho da sua circuncisão. Costumava dizer: "Está vendo a palma da sua mão? Pois eu sou assim. Plana. Fechada".

Uma tarde, falando mal de outra garota, ela disse: "Se você passar pelo banheiro quando ela estiver lá, vai perceber que não é virgem. Ela não pinga. Urina em jorros, bem alto, feito um homem".

Também discutíamos a menstruação, a essência do que nos tornava sujas e indignas. Quando estávamos menstruadas, não podíamos rezar nem tocar no Alcorão. Todas as moças se sentiam culpadas por sangrar a cada mês. Era a prova de que valíamos menos do que os homens.

Nunca falávamos em sexo propriamente, no ato que ocorreria na noite de núpcias, o motivo pelo qual haviam nos mutilado. As somalis nunca falavam abertamente em sexo. O tema era vergonhoso e imundo. Mas às vezes, quando Jawahir e eu estávamos passeando pelo bairro, víamos gente — quenianos — transando à luz do dia. A pequena Jawahir estremecia de pudor: que país indecente aquele.

Em outras tardes, ela me pedia que lesse em voz alta um dos livros que eu levava a toda parte. Nunca tinha estado na escola, estranhava os livros. A maioria dos meus era de suspense ou então açucaradas histórias de amor, mas todos tinham cenas de sexo. Eu lia, e ela fungava e dizia: "Com as muçulmanas não é assim. Somos puras".

O casamento de Jawahir foi na casa de Farah Gouré. Todas as mulheres compareceram com elaborados arabescos de hena nas mãos e levíssimos dirhas. Dançamos ao som do tambor de uma delas. Não creio que os homens dançassem ou tivessem música. O banquete foi magnífico — abateram-se vários cabritos e cordeiros — e, à noitinha, a pequena Jawahir apareceu com um vestido branco ocidental, o cabelo

preso no alto da cabeça, feito uma colméia. Estava adorando ser o centro das atenções, gostava muito de representar.

Na semana que se seguiu ao matrimônio, mamãe não me deixou visitá-la: dizia que não era conveniente. De modo que só no fim de semana seguinte eu pude ver Jawahir. Estava sentada no sofá, passando cuidadosamente o peso do corpo de uma nádega para outra. Enfim, eu lhe perguntei como tinha sido o sexo.

Ela fugiu da pergunta. Eu estava com um dos romances de banca de jornal de Halwa, e Jawahir o pegou, perguntando: "Que livro imundo é esse que você está lendo?". Respondi: "Ora essa, agora você mesma sabe disso tudo, conte como é". Ela disse: "Só se você ler esse livro para mim".

Era uma história insossa, um homem, uma mulher, um romance triste e uma ou duas cenas eróticas. Mas, quando os dois se beijaram, o homem acariciou o seio da mulher e, a seguir, chupou-lhe o mamilo. Jawahir ficou horrorizada. "Como esses cristãos são imundos!", exclamou. "Isso é proibido! Com as muçulmanas é completamente diferente!"

Então ela teve que me contar como era o sexo. Disse que era horrível. Após a cerimônia de casamento, eles tinham ido para o quarto do apartamento alugado por Ali. Ele apagara a luz. Jawahir se deitara na cama, totalmente vestida. Ele a apalpara por baixo da roupa, abrira-lhe as pernas, tirara a sua calcinha e tentara introduzir o pênis nela. Não a cortara com uma faca. Fora com o pênis mesmo. Tinha demorado e doído muito. Uma história parecida com a que Sahra havia me contado.

Toda noite Jawahir tinha que enfrentar aquela dor, e era sempre a mesma coisa: Ali a penetrava, movia-se dentro dela e ejaculava. Só isso. Então se levantava e ia se purificar no chuveiro; ela se levantava, também tomava banho para se purificar e passava Dettol nos lugares que estavam sangrando. Essa era a sua vida sexual.

Isso não tinha absolutamente nada em comum com as cenas dos livros. Em breve eu ia completar dezoito anos. Colhia informações

nos romances de banca de jornal e beijara Kennedy. A descrição de Jawahir estava muito longe do sexo empolgante que eu imaginava. Decepcionada, declarei que nunca ia me casar.

Ela riu e disse: "Espere só o seu pai voltar — aí, sim, você vai ver". Jawahir parecia perfeitamente resignada com a vida. Ali devia ser um homem bom, não tinha atitudes violentas nem grosseiras e era um ótimo provedor. Ela estava convencida de que Deus proibia as boas mulheres de sentirem desejo.

Eu já sabia o que a irmã Aziza tinha a dizer a respeito do sexo e do casamento. Ela orientava muitos casais jovens. Boa parte das mulheres dizia que achava horrível ter relações sexuais. Aziza respondia que elas só se queixavam porque tinham lido, em livros ocidentais, descrições licenciosas e não islâmicas da experiência sexual. Nós, muçulmanas, não devíamos copiar o comportamento das ímpias. Não devíamos nos vestir como elas, nem fazer amor como elas, nem nos comportar como elas. Não devíamos ler seus livros, pois eles nos desviavam da senda de Alá. A mulher não podia romper o casamento por achá-lo ruim ou tedioso: isso era rigorosamente proibido, o próprio caminho de Satanás. "Se o seu marido a machuca", dizia a irmã Aziza àquelas mulheres, "conte a ele e peça-lhe para fazer a coisa de outro modo. Se você colaborar, vai ser cada vez menos doloroso. E, se ele não a machucar mais, você vai poder se considerar uma mulher de sorte."

Na casa de Abdillahi Ahmed, a relação entre mamãe e Hanan estava se deteriorando. Já haviam tido pequenos entreveros no começo, porém minha mãe se controlava: sabia que, se houvesse uma briga feia, teríamos que ir embora. Mas, no início de 1988, chegou a notícia de uma nova guerra na Somália. Em maio, as forças de Siad Barré começaram a bombardear o território isaq. Hanan virou uma bruxa. Ela era isaq e se pôs a gritar que não queria nenhuma darod dentro de casa.

Decerto nunca consideramos Siad Barré parente nosso. Ele era darod, mas do marehan, muito distante da família osman mahamud do meu pai e do subclã dhulbahante da minha mãe. Mamãe tentou

convencer Hanan: o que Siad Barré estava fazendo com os isaq, em 1988, ele já tinha feito com o povo do meu pai dez anos antes. "Nós todos somos vítimas de Siad Barré", disse. "Por isso precisamos sair de lá, por isso sou uma mendiga neste país, com os meus filhos."

Mas, para piorar as coisas, ao mesmo tempo que atacava os isaq, Siad Barré ofereceu anistia aos combatentes macherten da FSDS. Muitos membros importantes da FSDS aceitaram a oferta, alguns deles parentes meus, osman mahamud. O irmão de Jim'o Musse capitulou e foi nomeado ministro de Telecomunicações de Siad Barré. Hanan ficou intratável.

Todo dia às cinco horas, bem quando eu chegava do colégio, ela ligava o rádio no programa somali da BBC, na cozinha, anunciando em altíssimo volume quantos isaq tinham morrido e quantos estavam fugindo. No nosso quarto, mamãe e vovó escutavam a mesma coisa. Hanan começava a gritar — rogando as piores pragas aos dhulbahante, aos macherten e a todos os darod —, e às vezes a minha mãe perdia a paciência e saía do quarto para enfrentá-la. As duas mulheres enrugadas se punham a berrar entre panelas e frigideiras, mamãe a escarrar um poema improvisado, acusando Hanan de covardia, e esta bradando que ela era ainda mais covarde por ter fugido da Somália muito tempo antes. Vovó também ia para a cozinha, implorando que as duas parassem. E eu procurava sair para ficar longe daquela balbúrdia.

Jawahir vivia me pedindo que me mudasse para a casa dela e lhe fizesse companhia e a ajudasse nos afazeres quando Ali empreendia suas longas viagens. Fadumo sabia da situação lá em casa — não havia segredo entre os somalis — e intercedeu por mim. Disse a mamãe que uma jovem dona de casa como Jawahir era a melhor companhia para uma moça já crescida; minha própria mãe devia saber como era difícil para mim estudar na casa de Abdillahi Ahmed. E acabei indo morar com Jawahir, só por alguns meses, a fim de me preparar para os exames.

Eu me senti adulta. O prédio ficava em Eastleigh, o bairro somali, de modo que continuei sujeita à vigilância do clã. No entanto, lá

havia mais liberdade e mais sossego do que na atmosfera mortífera criada por Hanan e mamãe. Quando o marido estava em casa, Jawahir adejava de um lado para outro, vestindo roupa bonita e perfumando-se com incenso. Ele nunca dava sinal de notar essas coisas, mas pelo menos era respeitoso e gentil.

Quando eu estava na casa de Jawahir, dois colegas de trabalho de Ali me pediram em casamento. Foi uma surpresa para mim — na primeira vez, Jawahir morreu de rir do meu espanto —, mas tudo foi feito com muito respeito. Primeiro, os dois homens conversaram com Ali, um após outro, e então ele me chamou e apresentou as propostas. Nas duas vezes, falou minuciosamente do candidato: que era muito trabalhador, um provedor decente, confiável e, naturalmente, dos osman mahamud; eu podia me mudar para uma casa próxima, e aquele homem cuidaria de mim. Tudo se resumia a dinheiro e segurança. Não se falava em amor como nos romances que eu lia. Até os filmes de Bollywood eram mais românticos.

Um desses pretendentes foi muito persistente. Tinha vinte e tantos anos, era maometano convicto, mas gordo, pensei, e também feio e completamente ignorante. Insistiu muito. Disse que estava motivadíssimo a me proteger; esse era o seu grande trunfo. Se eu concordasse, ele iria à Somália procurar meu pai ou, pelo menos, meu irmão, para pedir a autorização deles, obviamente a única que contava de fato. Não houve discussão, nem atração, nem compatibilidade.

No íntimo, eu achava aquilo absurdo. Não tinha nada a ver com a minha idéia de galanteio. Eu queria romance, um homem dinâmico e esplêndido, muito culto, de olhos escuros e com senso de humor. Queria me apaixonar. Morria de medo de ser uma mulher casada. Não queria para mim a vida de Jawahir. Não queria engordar e envelhecer como a minha colega Zainab. Não queria me transformar na minha mãe e ter a vida sexual de Sahra e Jawahir.

Disse não nas duas vezes, com muita delicadeza. Expliquei a Ali que queria concluir os estudos antes de pensar em casamento. Graças a Deus, mamãe me apoiou. Argumentou que eu não podia me

comprometer na ausência do meu pai e do meu irmão. Não seria correto; era transgredir as regras. Pareceria sorrateiro. No íntimo, tenho certeza, achava que aqueles pretendentes não estavam à minha altura.

Quando se mudaram para a casa que acabavam de construir em um dos projetos de alto padrão que estavam surgindo na cidade, os pais de Halwa se dispuseram a nos alugar o apartamento no pequeno prédio em que moravam em Park Road. Pouco antes da nossa mudança, Haweya retornou de Mogadíscio com uma mala repleta de saias curtas e um brilho diferente nos olhos. Ao vê-la, mamãe cobriu o rosto e exclamou: "Alá! O que há de ser agora?". Esperava que a Somália domesticasse a menina, mas ela voltava ainda mais obstinada do que quando partira, dona de uma determinação totalmente adulta.

Minha irmã tinha visto um lado da Somália diferente daquele que a minha mãe esperava. Lá as mulheres procuravam ser baarriy o comportamento ideal para elas, o de servir bem. Quase todas tinham sofrido clitorectomia, o que geralmente não acontecia com as árabes. Mas tradicionalmente elas trabalhavam, e isso as distinguia das árabes e talvez as tornasse mais livres. Na Somália, o islã nunca foi tão poderoso quanto na Arábia Saudita, o seu país de origem, e algumas somalis da geração do meu pai tinham mentalidade muito avançada. A tia Ibado Dhadey Magan — e até certo ponto mesmo a nossa madrasta Maryan Farah — serviram de exemplo para Haweya. As duas eram muito diferentes de mamãe, que se recolhera em um ressentimento passivo e amargurado desde o dia em que papai partira.

Haweya voltou para casa com planos de sair e trabalhar. Contou que decidira retornar ao Quênia porque a educação era melhor: Ibado Dhadey a convencera de que precisava de qualificação. Não queria voltar ao colégio e se preparar para os exames do primeiro nível; achava-se muito velha para isso. Queria fazer secretariado, que não exigia esse diploma.

Alguns meses depois da sua volta, fiz os exames e passei a duras penas. Era impossível ingressar no nível superior com aquelas notas, e o meu orgulho não permitia pensar em repetir o ano e tentar

novamente. Haweya e eu resolvemos fazer juntas o curso de secretariado. Sabíamos o quanto ia ser difícil convencer mamãe, que queria me matricular no internato feminino islâmico da nossa rua para que aprendesse a cozinhar, a fazer a faxina e a ler o Alcorão. Eu disse que já sabia cozinhar, fazer faxina e ler o Alcorão, e que a escola de secretariado era igualzinha ao curso secundário.

Haweya e eu omitimos o óbvio, ou seja, que o secretariado nos qualificaria para trabalhar em um escritório — que, aliás, era o modo como pretendíamos ganhar a vida. Dissemos que Ibado ia pagar a mensalidade de Haweya. O comissariado das Nações Unidas financiaria parte da minha, já que eu era refugiada, havia concluído o ensino médio e ia fazer um curso profissionalizante. Por fim, com muita relutância, ela concordou em financiar o resto.

No começo de 1988, Mahad escreveu a mamãe, dizendo que tinha conhecido Abdellahi Abdi Aynab, o filho mais velho do diretor do presídio, que fora executado por ter auxiliado meu pai na fuga. Abdellahi morava em Áden, contou Mahad. Dono de um negócio, tinha só vinte e quatro anos, era muito trabalhador e muito devoto. E Abdellahi Abdi Aynab havia pedido, respeitosamente, a minha mão.

Mamãe teve uma longa conversa comigo. Era um bom partido, disse. Havia simetria na idéia. Meu pai certamente a aprovaria. Fez o possível para me convencer a concordar com o plano de Mahad. Mas a proposta me apavorou. Eu estimava muito o pai daquele homem, é claro; ele era um santo para nós. No entanto, como Mahad podia esperar que eu aceitasse casar com uma pessoa totalmente desconhecida e me dispusesse a ir morar em um país em que nunca tinha estado?

Escrevi-lhe a carta mais perfeita possível. Dizia: "Meu querido irmão, tenho só dezoito anos e ainda estou longe de pensar em casamento. Quero viver um pouco a idade adulta, não posso saltar da infância para a casa do meu marido". Fui educada e respeitosa, mas muito clara.

Então Mahad escreveu diretamente para mim, mandando -me pensar no assunto. E, poucos dias depois, chegou uma carta do próprio Abdellahi Abdi Aynab. Um bonito texto em um somali elegante — ele era de uma família muito culta —, apresentando-se, falando da sua visão da vida e incluindo duas fotografias dele em Áden. Era quase como as cartas das nossas correspondentes estrangeiras, à parte as duas carinhas de smiley. Continuei alheia à idéia de me unir àquele homem, mas, em termos de proposta matrimonial a uma desconhecida, até que ele não se saiu nada mal, pensei.

Minha mãe ficou encantada com as fotografias de Áden, a cidade em que iniciara a vida adulta. Disse que aquele casamento era o meu destino. Eu não estava disposta a tomar tal decisão e me sentia encurralada só de pensar nela. Mesmo assim, mamãe e Mahad decidiram entre si que, quando chegasse a hora de eu me casar, seria com aquele homem.

Confesso que não me senti ameaçada. Abdellahi Abdi Aynab estava em Áden; Mahad, na Somália. O plano não era imediato. Respondi ao meu pretendente dizendo que não o estava rejeitando pessoalmente — coisa impossível de fazer, já que eu não o conhecia —, mas que o casamento simplesmente não figurava no meu horizonte no momento. E foi bom assim. Não se assinou nenhum documento. Ninguém me obrigou a nada.

Comecei a faltar aos debates islâmicos das noites de quinta-feira. Com o decorrer dos meses, passei a achá-los cada vez mais previsíveis e menos inspiradores. Continuava detectando incoerências nos argumentos, e as minhas perguntas não encontravam respostas satisfatórias. Não havia nada de novo. Os oradores nos ensinavam os antigos fundamentos do islã e falavam na necessidade de aderir àquela fé e praticá-la muito mais ativamente, mas não havia progresso na doutrina, nenhuma mudança, e todas as interpretações se ajustavam à conveniência, não à lógica.

Era como se minha cabeça tivesse se partido ao meio. Quando estava no mundo da irmã Aziza, eu era devota, submissa, e respeitava

as inúmeras barreiras que me reduziam a um papel insignificante. O resto do tempo, lia romances e vivia no mundo saciado e ousado da minha imaginação. Como leitora, podia me pôr no lugar da personagem e viver através das suas aventuras, tomar-lhe emprestada a individualidade e fazer as escolhas que eu não tinha na vida.

Os dilemas morais que encontrava nos livros eram tão interessantes que me mantinham desperta. As respostas a eles, embora inesperadas e difíceis, tinham uma lógica interna compreensível. Ao ler O médico e o monstro, entendi que os dois personagens eram a mesma pessoa, que tanto o bem quanto o mal coexistiam em cada um de nós. Valia muito mais a pena do que reler o hadith.

Comecei a sair às escondidas de vez em quando; ia ao cinema com Haweya ou com outras garotas somalis. Não achava que estava pecando, tratava-se apenas de amizade. Nessa época, eu deixava de fazer muitas orações, quando as fazia. Agora me parecia esquisitíssimo rezar cinco vezes por dia.

Em fevereiro de 1989, a BBC noticiou que o aiatolá Khomeini havia condenado à morte um homem chamado Salman Rushdie, autor de um livro sobre as esposas do profeta Maomé intitulado Os versos satânicos. Houve manifestações em todo mundo islâmico contra essa obra maligna. O aiatolá disse que Rushdie, filho de família muçulmana, tinha cometido blasfêmia e o crime de apostasia — renúncia à fé —, ambos passíveis de pena capital. Condenou-o à morte e ofereceu um prêmio pela sua cabeça.

Uma noite, semanas depois, a irmã Aziza e o marido apareceram lá em casa e me convidaram a dar uma volta no centro comunitário muçulmano, ao lado da escola em que tínhamos nossas discussões. Uma pequena multidão estava reunida no estacionamento. Alguns rapazes se aproximaram de carro, fazendo um show de queima de bandeiras: a israelense e a americana. Ataram o livro de Rushdie na ponta de uma vara, regaram-no com querosene e acenderam um isqueiro, aplaudindo quando ele começou a arder miseravelmente na garoa.

A irmã Aziza batia palmas e cantava ao meu lado. Eu me senti deslocada, senti um grande mal-estar. Perguntava-me se não era uma tolice comprar ainda que um único exemplar daquele livro para queimá-lo; afinal de contas, o dinheiro acabaria no bolso do escritor. Não me ocorreu questionar o fato de Salman Rushdie ter sido condenado à morte: se havia insultado o profeta, não merecia outra coisa. Evidentemente, aquele homem escrevera algo tão horrendo que eu nem sabia o que era. Mas queimar um livro me pareceu o tipo de coisa digna do governo do apartheid na África do Sul. Não consegui articular por que me sentia tão mal, mas fui embora mais cedo. Deve ter sido a última vez em que estive no centro de discussões.

Haweya e eu iniciamos o curso de secretariado no centro da cidade. Era uma porcaria. Cinqüenta ou sessenta moças apinhadas em um salão em cima de uma loja, sem que houvesse máquinas de escrever para todas. A primeira lição foi "Mão esquerda, primeiro dedo. Datilografar ffff. Mão direita, primeiro dedo. Datilografar jjjj". Não aprendemos nada, de modo que, no fim do dia, pedimos o dinheiro de volta. Foi uma sensação extraordinária estar ao lado de Haweya exigindo uma coisa de um desconhecido. Achei que, juntas, as duas podíamos ser fortes.

Saímos à procura de coisa melhor. Perguntamos às garotas conhecidas, que trabalhavam, de onde vinham as boas secretárias. Recomendaram a Escola de Secretariado Valley, cujas classes tinham no máximo quinze alunas, ensinava taquigrafia e tinha computadores de verdade. Ficava em Kilimani, a duas viagens de ônibus pela periferia de Nairóbi, e era bem mais cara, mas nos matriculamos.

O curso de secretariado não era intelectualmente estimulante, mas significava uma saída para o mundo. Pela primeira vez, vi realmente as ruas de Nairóbi nas minhas viagens diárias de ônibus matatou. Certa vez, quando ia tomar o matatou, ouvi um grito "PEGA LADRÃO!". Uma multidão cercou um rapaz que estava correndo na rua, um queniano mais ou menos da minha idade, vestindo apenas shorts.

Ao passar, eu o vi encolhido no chão, no centro de um círculo de gente que atirava nele pedras enormes.

O aglomerado foi crescendo e ficando mais determinado, alguns esfarrapados, outros de terno e gravata. As meninas aplaudiam como se a seleção queniana tivesse ganhado a Copa do Mundo. E eram pedradas, berros, pontapés e mais pedradas. As pessoas gritavam MWIZI, MWIZI, "Ladrão, ladrão". O rapazinho ficou gravemente ferido. Sua cabeça sangrava. Cada pancada o fazia sangrar mais. Seus olhos desapareceram de tão inchados. Então alguém o chutou com força, na boca, e ele ficou estirado no chão, estrebuchando.

Fiquei com vontade de vomitar. Afastei-me; não consegui continuar vendo aquilo. Foi a coisa mais repugnante que presenciei na vida. Eu me senti culpada só por presenciar a cena, como se tivesse participado da violência. É bem provável que o rapaz tenha morrido. Em Nairóbi, era comum ouvirmos falar em linchamentos: ladrões mortos nas ruas pela multidão enfurecida. Mas aquela foi a primeira vez que vi aquilo com meus próprios olhos.

A atmosfera da escola de secretariado era muito mais depravada do que a do Meninas Muçulmanas. No colégio, algumas quenianas riam ao falar em sexo; para elas, nada era mais natural do que sair e seduzir rapazes. No entanto, na maioria elas eram cristãs praticantes e admiravam os ideais do casamento cristão. Mas, na Escola de Secretariado Valley, nossas colegas eram descaradamente incastas. Admitiam, sem o menor pudor, que tinham relações sexuais com homens. Levavam a vida que a minha mãe execrava, o que, para mim, as tornava profundamente chocantes e ao mesmo tempo fascinantes.

Por exemplo, Lucy: era afável, simpática e gostava de conversar. Usava roupas tão justas que dava para ver perfeitamente a forma das suas coxas. Dizia: "Os homens gostam de ter o que pegar". Todo fim de semana, ia tomar cerveja e se encontrar com rapazes nas discotecas e, semanas depois, quando ficava farta de um deles, não vacilava em arranjar outro. Achava graça nos nossos comentários e respondia com risonha ironia: "Não dá para comer todo dia o mesmo prato".

Lucy só falava em sexo. O tempo todo. Para ela, as virgens eram ou muito feias para que os rapazes as quisessem, ou fanáticas religiosas. Nada mais ridículo do que a virgindade. "Por que vou me entregar a um homem só se posso ter todos?" perguntou-me certa vez. "Por que você vive metida nessa gaiola, menina?"

Para ela, a religião em geral era uma chatice; e o islamismo, particularmente repulsivo. E não fazia segredo disso. Não pretendia se casar, queria se divertir, e sexo era diversão. Às vezes os homens lhe davam dinheiro, o que era bom, e às vezes dançavam bem, o que era fantástico, mas a questão não era essa. Ela gostava de sexo e, quando deixava de gostar de sexo com determinado homem, simplesmente o trocava por outro.

Poucos meses depois que a conhecemos, Lucy anunciou que estava grávida. Disse que engravidara de propósito, porque o rapaz era lindíssimo e ela queria ter um filho bonito. Sua vida me parecia quase sobrenatural; na época, eu continuava pondo minha veste preta no fim da tarde, para tomar o matatou e voltar para casa. Nós lhe perguntamos se seus pais iam castigá-la severamente, mas ela riu e disse que não, iam era cuidar do bebê; até ficariam contentes se ele fosse particularmente bonito.

Eu continuava com saudades do meu pai. Fiquei chocada com a irresponsabilidade de Lucy com o bebê e confesso que fiz um sermão. Acabamos brigando. Mas, por influência dela ou não, a verdade é que comecei a relaxar um pouco no modo de vestir. Já me ocorria que não podia continuar usando aquela enorme roupa preta se quisesse trabalhar em um escritório de Nairóbi. Com certeza, não me permitiriam usar o hijab no trabalho.

Aquela roupa também começou a me parecer um empecilho e sobretudo uma idiotice. Por certo, o que importava era a minha intenção de ter um comportamento decente. Passei a usar um casaco comprido como o de Halwa. Também comecei a evitar a irmã Aziza. Sabia que ela não aprovaria a minha nova indumentária.

Nós nos formamos em setembro de 1989. Lucy, cuja gravidez já era bem visível, foi reprovada. Haweya e eu obtivemos certificado de primeira classe de secretárias da Escola Valley. Voltamos para casa exultantes, e dissemos a mamãe que ela já não precisava se preocupar com o aluguel. Agora que podíamos trabalhar, nós nos encarregaríamos de sustentá-la.

Enfurecida, ela se levantou da cadeira em que costumava ficar junto ao fogareiro. Não íamos trabalhar coisa nenhuma. Mamãe foi inflexível. Na sua opinião, para uma moça solteira, trabalhar num escritório era quase o mesmo que se entregar à prostituição. Vovó lhe deu todo apoio. "Dinheiro ganho por mulher não enriquece ninguém", disse, citando mais uma pérola do seu infindável repertório de provérbios anacrônicos.

Eu me voltei para Haweya, furiosa, e disse em inglês: "Então a gente vai embora desta casa". Agora eu sabia que existiam coisas como pensões; podíamos alugar um quarto em um estabelecimento decente e viver a nossa vida.

Talvez mamãe entendesse inglês bem mais do que eu pensava. Quando fomos para o quarto, ela saiu discretamente e comprou um estoque enorme de comida e três cadeados. Aquela noite, quando Haweya e eu resolvemos dar uma volta, demos com todas as portas trancadas. "Vocês não vão a lugar nenhum" decretou mamãe. "Comida não falta — se estiverem com fome, é só cozinhar."

Haweya perdeu a cabeça. Despindo o véu e o casaco, gritou: "A ambição da minha vida é ser puta! Sei muito bem o que fazer para engravidar. Veja as minhas tetas, olhe para a minha bunda. Vou para a janela chamar um homem e pedir o seu esperma. Aí FICO GRÁVIDA!" A gritaria da minha irmã durou horas. Notei que mamãe até gostou da linguagem dura e incisiva de Haweya, mas nem por isso ficou menos zangada.

Seguiram-se dias de ódio e tédio atrás das grades. Descobri, dentro de mim, um rancor do qual eu nem sabia que era capaz. Passávamos bilhetes pela janela aos vizinhos do prédio, pedindo-lhes

que os entregassem a Halwa ou a Sahra. A mãe de Halwa tentou convencer a minha de que não podia nos trancafiar até o fim da vida. Não tinha sentido. Éramos moças inteligentes e sem pai e, afinal de contas, ela não podia se sustentar. Disse que talvez encontrássemos uma empresa muçulmana decente para trabalhar, uma que nos permitisse usar pelo menos o turbante.

Mamãe tornou a consultar os osman mahamud, foi procurar Farah Gouré e outros homens. Farah Gouré reconheceu que ela tinha todo direito de nos proibir de trabalhar se achasse melhor. Mas não podia nos casar, pois papai não estava presente para autorizar a união. E nos prender em casa simplesmente não era uma solução a longo prazo. Concluiu que não restava senão nos mandar de volta à Somália, um bom país muçulmano. Talvez lá arranjássemos emprego; em todo caso, era óbvio que viver entre somalis só podia nos fazer bem.

Mamãe não teve saída senão concordar. Quando soubemos que íamos para a Somália, eu me entusiasmei. Haweya me disse: "Abra os olhos, Ayaan. Você não vai gostar". Sabia muito bem o que eu esperava: esperava ser reconhecida e amada. Achava que a Somália era povoada unicamente por gente decente, que todos se comportavam corretamente uns com os outros. Não sei por quê, acreditava que os somalis da Somália eram diferentes dos que eu conhecia no Quênia. Jawahir dizia que lá não havia crime nem violência. Fazia calor o tempo todo, nada do frio e da neblina tão comuns em Nairóbi. Quando eu era menina, sempre me diziam que tudo quanto dava errado na vida da minha mãe era por culpa dos quenianos; a Somália significava confiança, justiça e lealdade. Lá tudo estava no lugar certo e tinha sentido.

Eu também ouvira a notícia de que as forças da FSDS tinham avançado no norte do país, chegando até Bari. O meu pai já visitara a Somália uma vez, mas se recusava a abandonar a luta e voltar para o sorriso largo de Siad Barré, como outros exilados tinham feito. O governo de Siad Barré parecia mesmo estar caindo aos pedaços. Não tardaria muito para que se restabelecesse a paz e todos os exilados pudessem voltar.

Quando viajamos, em março de 1990, eu tinha vinte anos. Não fiquei com medo de ir para Mogadíscio. Estava feliz por me separar de mamãe e sair de Nairóbi, feliz por retornar à minha terra verdadeira e às minhas raízes.

7. Desilusão e engano

Quando desembarcamos em Mogadíscio, o calor nos recebeu. Adorei. Fiquei tão entusiasmada que o empregado de Farah Gouré que nos acompanhava começou a rir de mim. Mas também fiquei pasma com o caos. A pista de pouso não passava de um caminho estendido na areia. Os passageiros se acotovelaram, trocando safanões, junto à pilha de malas surradas que, sem a menor cerimônia, tinham sido jogadas debaixo do avião. Ao sairmos do aeroporto, um bando de homens nos cercou, oferecendo-se para nos levar à cidade. Não havia ordem no lugar, nem sombra de organização.

Pouco importava, era só o aeroporto. Eu estava disposta a perdoar quase tudo assim que chegasse ao lugar em que ao me nos me sentisse em casa.

Mogadíscio era linda no crepúsculo. Naquele tempo, a cidade não tinha se transformado na ruína feridenta e crestada que e hoje, devastada pela violência dos clãs. Era acolhedora e agrada vel. No trajeto até a casa de Maryan Farah, as ruas me pareceram tamíliares. No centro, os prédios italianos eram suntuosos, e a areia branca embelezava as ruas. Todo mundo se parecia comigo. As pessoas eram altas e aprumadas, as mulheres desfilavam na calçada com longos dirhas estampados. Ku realmente me senti de volta a minha terra.

Fomos para a casa de Maryan Farah, a primeira mulher do meu pai, que morava em uma vila branca no bairro de Casa Populare, perto da praça Tribunka. Não sei bem o que eu esperava, mas certamente não era aquilo: uma madrasta próspera e auto-confiante, alta funcionária do governo.

Conheci minhas meias-irmãs, que eram completamente diferentes entre si. Arro, de vinte e cinco anos, que eu vira vagamente em 1984, quando a mãe a levara a Nairóbi para tratamento médico, parecia-se muito com papai — como eu: testa arredondada e pômulos altos. Era delicada e miúda, vestia um dirha de gaze verde-claro tão transparente que dava para ver a alça do sutiã rendado, anágua também verde-clara e sandálias malva de salto alto. Era estudante de medicina. Sua irmã menor, Ijaabo, acabara de concluir o ensino médio; era mais gorducha e trajava um grosseiro vestido islâmico pardo.

Mahad morava em Mogadíscio e foi nos cumprimentar naquela noite. Eu mal o reconheci. Meu irmão nunca fora gordo, mas, no Quênia, tinha um ar delicado. Agora estava bem mais alto e musculoso, e o sol lhe havia escurecido a pele. Fazia dois anos que se fixara em Mogadíscio, estudava em uma faculdade internacional, mas também tinha visitado Bari. E se encontrara com papai.

Abeh estava na Somália! A poucos quilômetros de distância, e Mahad havia conversado com ele! Meu coração disparou.

Meu pai estava em um lugar chamado Ayl, no litoral, bem perto de Bari. linha entrado no país com as forças da PSDS, que agora controlavam a maior parte do antigo território isse inahamud. linha havido muita luta, e ele estava organizando a nova administração daquele que agora era solo somali "livre".

Embora a situação em Ayl fosse estável, a estrada que a ligava a Mogadíscio era extremamente perigosa, de modo que Mahad ainda não podia nos levar para lá. Teríamos que aguardar até que abrissem uma ponte aérea. Os bandoleiros percorriam à vontade o território disputado; era perigoso passar inclusive pelos postos de controle do exército. Na estação chuvosa, um veículo de quatro rodas às vezes passava dias atolado na lama. As pessoas eram assaltadas e estupradas no caminho. Mahad não ia arriscar entregar dois cadáveres ao nosso pai. Mas abeh estava bem. Nós que tivéssemos paciência.

Naquela primeira noite, fomos a um bairro à beira-mar em que a brisa fresca do mar soprava desde o entardecer. Enchi os pulmões de

odores: alho, incenso e maresia. Compramos pita recheada de carne de cordeiro. Ao percorrer aquelas ruas, lembrei-me da infância, de quando brincava na areia; tirando os sapatos, prossegui descalça.

Foi um prazer enorme sentir os finos e secos grãos de areia nos pés. Nairóbi era poeirenta e, quando chovia, coisa freqüente, o chão se transformava em um lamaçal, de modo que a gente nunca se sentia limpa. E lá todo mundo ia cedo para a cama. Mogadíscio adquiria vida à noite. As lojas ficavam abertas, e as únicas poças de luz na escuridão vinham das lâmpadas nuas dos comerciantes; não havia iluminação pública no bairro. As pessoas passeavam em grupos, famílias jovens com filhos.

Mas, quando estávamos passando pelas alfaiatarias, faltou energia, de modo que as lojas ficaram às escuras e toda rua mergulhou subitamente nas trevas. Pouco a pouco, acenderam-se velas e lampiões, e um gerador engasgado começou a funcionar. Evidentemente, a Somália era muito mais pobre do que o Quênia. Eu nunca tinha visto um apagão.

Mahad confirmou que teríamos que ficar na casa de Maryan; recusar a sua hospitalidade seria ruim para nós. Começariam a dizer que a família de Hirsi Magan era ciumenta. Ele não chegou a dar uma ordem, mas agora exalava muito mais autoridade. Haweya não suportava morar na casa de Maryan, ainda que tivesse afeto e respeito por ela. Ficava com ódio de mamãe às vezes, mas era ferozmente leal a ela, e gostar de Maryan a fazia se sentir culpada. Depois de um breve período, Haweya se mudou, porém Mahad me pediu que continuasse lá pelo bem da família.

Era uma situação incômoda. Eu sempre ficava tensa na presença de Maryan Farah. Não por culpa sua — ela era afável, observava perfeitamente o comportamento adequado —, mas eu detectava a contracorrente de um sentimento que não devíamos experimentar, muito menos manifestar.

Em todo caso, o ar da casa tinha uma quantidade desconfortável de estática. Arro, a nossa irmã mais velha, às vezes era odiosa e não

fazia senão brigar com Ijaabo. Esta costumava usar véu mesmo dentro de casa e vestia soturnas roupas cinzentas ou marrons. Para sair, punha o jilbab completo e até cobria os olhos com um pano preto bem fino. Embora encarasse o meu hijab com simpatia, havia nela um não-sei-quê insuportavelmente desagradável. Era evidente que as duas irmãs tinham sentimentos ambíguos por Haweya; invejavam-lhe a ousadia, não gostavam dela.

Arro e Ijaabo nos tratavam como meio retardadas. Caçoavam da nossa esquisitice; era um verdadeiro estigma termos sido criadas no estrangeiro. No entanto, sobretudo Arro cobiçava cada item ocidental que possuíamos. Nenhuma delas gostava de ler; era dificílimo encontrar livros na Somália, e parecia que ninguém lia romances, coisa comum em Nairóbi. Preferiam assistir a uma infinidade de filmes indianos e de novelas árabes na televisão, o que achávamos inconcebível, pois as histórias eram pura tolice, e as duas entendiam o árabe e o hindi menos do que nós.

Arro passava muito tempo na faculdade. Entretanto, Ijaabo ainda estava na escola. Era devota fervorosa da Fraternidade Muçulmana. Maryan achava que essa devoção não passava de uma fase, mas não a impedia de assistir às aulas de Alcorão de um ma'alim que vinha toda semana.

Ijaabo me convidou algumas vezes a participar do curso, mas não tornou a fazê-lo quando eu lhe disse que achava que o tal ma'alim não lhe ensinava nada, restringia-se a ler o texto em árabe enquanto ela balançava a cabeça. Ijaabo ficou ofendidíssima. Quem eu pensava que era, justo eu que falava inglês, a língua dos infiéis? Como me atrevia a dizer que aquele homem formado em Medina estava errado?

Quando Mahad me visitava, era um alívio sair daquela casa. Ele aparecia com freqüência, geralmente acompanhado do amigo Abshir, o filho caçula do diretor do presídio executado por ter ajudado o meu pai e, portanto, irmão de Abdellahi Abdi Aynab, o rapaz que me pedira em casamento. Para mim era natural sairmos todos juntos, com Haweya e Ijaabo, em grupo. íamos visitar outros parentes.

Eu gostava de ser membro de uma família. Aquilo, sim, era consangüinidade: o sentimento notório de não ter que justificar a minha existência nem de dar explicações. Fazíamos brincadeiras. Nós nos divertíamos. Mahad sempre se mostrava galante e agradável, mesmo com Ijaabo. Seu amigo Abshir tinha pele bem escura e era bonito, muito educado e civilizado. E inteligente também. Atuava como imame do movimento Fraternidade Muçulmana, que conquistava rapidamente a imaginação dos jovens da cidade. E era devotíssimo. Tinha posto na cabeça que ia ser um bom muçulmano, um exemplo para os demais. Eu admirava essa característica e também o fato de Abshir, tal como eu, procurar explicações. Quando ficávamos a sós, tínhamos discussões profundas sobre religião, em somali e em inglês, que ele aprendera sozinho a falar e a ler. Abshir nada tinha em comum com os imames que eu conhecia.

Na Somália, a Fraternidade Muçulmana atraía muita gente. A ditadura de Siad Barré era anticlânica e secular. A geração que cresceu sob o seu governo não se interessava muito pelo clã: queria religião. Queria a lei islâmica. A fraternidade se colocava acima da política e do clã; lutava pela justiça divina. E tinha dinheiro. O financiamento jorrava dos países árabes ricos em petróleo e empenhados em apoiar e promover o islã puro e verdadeiro.

Na época em que cheguei, haviam se formado pequenas congregações em toda Mogadíscio, os chamados Assalam Alai kums, "Abençoados sejam". Era assim que eles se cumprimentavam na rua, em árabe, coisa que, no contexto somali, eqüivalia a declamar repentinamente em latim litúrgico. Os membros mais fanáticos da fraternidade, geralmente adolescentes ou jovens, só falavam com gente da fraternidade e freqüentavam suas próprias mesquitas e cursos de Alcorão em casas particulares. Zombavam das grandes mesquitas oficiais freqüentadas pelos mais velhos, cujos imames prestavam contas ao governo. As mesquitas da Fraternidade Muçulmana eram lugares de indagação e conspiração, nelas as pessoas falavam mal de Siad Barré e se doutrinavam mutuamente nos cantos.

Levado por Abshir a freqüentar esses lugares, Mahad também foi se tornando mais crente. Eu gostava da influência de Abshir sobre ele. Com o tempo, como nos encontrávamos quase todas as noites, comecei a lhe falar do Quênia e de mim. Ele também se sentia atraído, procurava-me. Certa vez, ao entardecer, quando estávamos na varanda da casa de Maryan Farah, ele me disse: "Eu queria conhecer uma garota como você". Eu o encarei e respondi: "E eu queria conhecer um homem como você". Abshir me segurou a mão e expressou o seu desejo muito poeticamente.

Depois disso, nossas pernas e mãos passaram a se roçar com muita freqüência. Sempre calhava de ficarmos a sós. De mãos dadas. Passadas algumas semanas, decidi contar a Mahad e a Haweya que estava tendo uma espécie de relacionamento com Abshir; assim, o meu irmão podia desfazer qualquer possível compromisso com Abdellahi.

Mahad ficou irritadíssimo por ter que escrever a Áden explicando que eu não ia mesmo casar com aquele pretendente. Comentei que Mahad havia cometido um erro ao prometer tal coisa. Ele gritou comigo, só essa vez, mas não voltou a ser o tirano de outrora que me torcia o braço. Fez um sermão acerca da honra, do clã e do impacto da minha decisão sobre os nossos parentes. Certas decisões, afirmou, deviam ser tomadas pelos homens da família.

Ijaabo e as outras ficaram escandalizadas com a novidade. Muitas garotas andavam de namorico com os rapazes — se beijavam e se apalpavam nos cantos —, mas era proibido admitir tal coisa. Nada mais chocante, antiislâmico e anti-somali do que se apaixonar. O tipo de coisa que convinha esconder. Evidentemente, sempre havia quem reparasse e fizesse intriga; mas era preciso esperar que a família do rapaz pedisse ao pai da moça, ocasião em que ela devia chorar. Eu transgredira todos os códigos. Os mexericos se espalharam.

Em Mogadíscio, era visível a tensão entre a nova onda do islamismo da Fraternidade Muçulmana e aqueles que achavam a religião importante, mas não tão onipresente assim. A geração mais velha não aprovava a mistura dos sexos, mas tinha aprendido a aceitá-

la como parte da cultura moderna e da vida urbana, o magalo; aliás, algumas mulheres adultas e mais avançadas não abriam mão de se vestir à ocidental. E nem todos os jovens da Somália eram tradicionalistas. Muitos queriam se apaixonar e namorar, exatamente como os ocidentais. Mas essa geração estava dividida em dois blocos: os que buscavam inspiração e sobretudo diversão no Ocidente, e os adeptos dos sermões dos homens da Fraternidade Muçulmana, como Boqol Sawm.

Nas minhas visitas ao campus em que Arro estudava medicina, eu via multidões de estudantes passeando; moças bonitas na última moda italiana e de mãos dadas com o namorado. Arro me beliscava, dizendo-me para não olhar com tanta insistência. Na sua turma, observar demais era coisa de caipira do miyé, e ela vivia se gabando das irmãs recém chegadas do exterior para visitá-la. Entre as suas amigas, ter parentes no estrangeiro conferia status e patenteava o cosmopolitismo da família.

Na universidade de Ijaabo, a Lafoole, os estudantes estavam quase igualmente divididos entre o Ocidente e a Fraternidade Muçulmana, fato que se evidenciava na escolha da indumentária. Algumas moças preferiam as saias e os saltos altos ocidentais; ao passar, deixavam um rastro de Dior, Chanel ou Anais Anais, não de incenso. Os rapazes que as acompanhavam vestiam camisa justa por dentro da calça, e tinham carro.

As garotas do outro grupo circulavam de jilbab ou envoltas no pano de oito metros que a minha avó usava antigamente feito um guntiino. Os moços a elas associados trajavam veste branca; quando saíam de calça, nunca punham a camisa para dentro, e tanto a calça quanto a veste chegavam até os tornozelos. Tinham uma aparência peculiar, barba rala e canelas finíssimas, mas era assim que eles demonstravam a força da sua fé. Aparentavam tanta segurança quanto os outros pilotando automóveis.

Quando eu ia à faculdade de Arro, era obrigada a me vestir como Iman, a famosa modelo somali. Mas, para visitar a de Ijaabo, tinha que

ir de jilbab. Morar na casa de Arro e Ijaabo, quando as duas estavam presentes — às sextas-feiras, aos sábados e durante as longas férias de julho e agosto —, era como estar em plena guerra religiosa. Arro zombava da roupa, das amigas e do estilo de vida da irmã, ao passo que esta erigia em objetivo sagrado da sua vida persuadir Arro a rezar e a voltar a trilhar a Senda Reta de Alá.

Ninguém contou aos "adultos" do meu flerte com Abshir, e, como Mahad, Haweya, Ijaabo e o resto da família o respeitavam muito, começaram a nos deixar a sós com mais freqüência. Sempre conversávamos sobre o profeta. Abshir se considerava um crente puro e verdadeiro. Convenceu-me a comprar uma veste mais grossa do que o hijab com zíper que eu usava, feita de um tecido tão firme que não mostrava nenhuma curva do meu corpo. Confessei que achava difícil observar as cinco orações diárias e desviar a mente dos pensamentos pecaminosos.

E estava tendo pensamentos cada vez mais pecaminosos. Quando ficávamos sozinhos, Abshir me beijava, e ele sabia beijar. Beijos prolongados, meigos, emocionantes e, portanto, pecaminosos. Depois eu lhe contava o quanto me sentia má aos olhos de Alá e como aquilo me incomodava. Abshir dizia: "Se fôssemos casados, não seria pecado. Precisamos ter força de vontade para não fazer mais isso". E então passávamos um ou dois dias procurando nos dominar e refrear, mas não tardava para que um mero olhar nos impelisse a novos beijos. Ele dizia: "Sou fraco, muito fraco. Passo o dia pensando em você".

Nossa atração era inegavelmente mútua. Mas parecia que estávamos enganando a Deus. Abshir dizia: "A gente precisa se arrepender", e nos arrependíamos e procurávamos nos reprimir; mas logo tornávamos a nos beijar, às vezes antes mesmo da oração noturna seguinte.

Eu sabia, pela irmã Aziza e por minhas próprias leituras, que o importante não era o ato, e sim a intenção. Não era só o beijo que era proibido — ou mesmo quebrar a promessa feita a Deus —, era querer quebrar a promessa. Eu gostava daqueles beijos, desejava-os, pensava

neles constantemente, queria mais. Combatia tais idéias, mas elas eram incontroláveis. Eu queria Abshir; ele me queria. E isso era maligno.

Começou o ramadã, o mês sagrado de jejum, quando todos devem se comportar da maneira mais santa possível. Na Somália, país inteiramente maometano, o ramadã também é o mês da comunhão familiar, o grande evento festivo do ano. Mahad nos visitava quase diariamente; ao anoitecer, quando ouvíamos o chamado à oração, todos quebrávamos o jejum do dia com três tâmaras e um copo de água. Orávamos três rakhas e então comíamos a ceia comunitária, rindo, felizes, todos os jovens sentados ao redor de um prato exclusivamente deles, separados dos adultos.

Às oito da noite, ao ouvir o chamado à última oração do dia, íamos juntos à mesquita. Embora Abshir fosse imame da sua própria mesquita, às vezes pedia a um amigo que o substituísse na condução das orações e nos acompanhava. Todas as lojas ficavam iluminadas; havia muita alegria na rua e multidões enormes a caminho da grande mesquita central. Lá dentro, o vasto setor atapetado dos homens ficava todo ornado. O das mulheres, atrás dele, era menos vistoso — apenas um salão branco com esteiras de sisal —, porém, mesmo assim, havia um sentido arquitetônico de reverência naquele espaço tão amplo, tão carregado de significado.

Terminado o serviço noturno, as mulheres mais velhas voltavam para casa, mas Ijaabo e eu continuávamos rezando, assim como Mahad e seus amigos. Todas as noites orávamos o Taraweh completo, a longa oração opcional do ramadã, uma seqüência intensa de entoações e reverências que às vezes se prolongavam até as onze horas. Confinadas lá atrás, nós mulheres não víamos o imame, apenas o alto-falante. Mas a mesquita ficava lotada: reinava um sentimento de unidade e comunhão, uma enorme solidariedade devida ao envolvimento de cada um, em um pequeno espaço, fazendo exatamente a mesma coisa e voluntariamente.

Ao rezar, era preciso sentir a força de Deus e saber que eu estava na Sua presença. No entanto, por mais que me empenhas se em

abrir a mente para aquela força, não conseguia detectá-la. Para ser franca, rezava porque era o meu dever, mas não sentia quase nada durante a oração, somente o desconforto da esteira nos pés e o cheiro desagradável de alguns corpos, perto de mim, enquanto o imame arengava monotonamente durante horas. Nunca experimentei nenhuma exaltação ao orar, como Ijaabo dizia que experimentava. Ela ficava com um olhar místico, beatífico, durante o Taraweh. Depois comentava que aquilo era maravilhoso, que tinha visto a luz de Alá e sentido a presença dos anjos, que viajara mentalmente a um lugar semelhante ao paraíso. Nunca cheguei a um estado transcendental; faltava-me luz interior.

Uma noite, quase no fim do ramadã, fui ver Abshir rezar na sua pequena mesquita. Não passava de uma loja em uma casa de Wardhiigley, bairro outrora pobre em que estavam começando a construir residências de luxo. Ele tinha uma bela voz; sabia todo Alcorão de cor, e o seu modo de conduzir as orações era agradável. Quando comentava as escrituras, parecia entendê-las deveras.

Abshir tinha adeptos. Embora muitos fossem mais velhos do que ele, eram ainda jovens, todos membros da Fraternidade Muçulmana. Os rapazes vestiam sarongues ou caftans curtos e tinham barba rala. As moças, atrás de uma divisória, guardavam silêncio. Da sala das mulheres, ouvi a pregação de Abshir pelo alto-falante, dizendo que a intimidade antes do casamento era proibida. Falou em pureza — pureza em atos e pensamentos — e explicou que o remédio contra as idéias proibidas era a oração.

Depois tentou me beijar.

Era ramadã, o que tornava o ato três vezes pior. Senti repulsa. Minha reação foi completamente física: fiquei arrepiada. Achei que não suportaria se Abshir voltasse a me tocar. Havia algo sórdido naquilo. Eu me afastei, pedindo-lhe que nos levasse para casa — ele notou como eu estava chocada.

Hoje, pensando bem, não acho de modo algum que Abshir fosse sórdido. Simplesmente estava tão preso quanto eu na jaula mental. Nós dois e todos os demais jovens do movimento Fraternidade Muçulmana

queríamos viver, tanto quanto possível, como o nosso querido profeta, mas as regras do último mensageiro de Alá eram excessivamente rigorosas, e esse rigor nos levava à hipocrisia. Mas, na época, eu só conseguia ver que ou Abshir ou o islã estava totalmente errado, e naturalmente acreditei que fosse Abshir.

Contei a Mahad que ia terminar o namoro. Ele ficou exasperado; disse que eu era uma mulher típica, incapaz de saber o que queria. Escrevi uma carta a Abshir. Ele pediu e suplicou; quase enlouqueceu. Passava o tempo todo na casa de Maryan, lamentando-se com Ijaabo. Toda família — todo clã osman mahamud — ficou preocupada com ele.

Quase a totalidade dos parentes, inclusive as mulheres, explicou a minha súbita mudança de opinião como resultado da indecisão feminina. Diziam que nós mulheres estávamos em poder de forças invisíveis que brincavam com a nossa mente e nos faziam oscilar entre um estado de espírito e outro completamente oposto. Por isso Alá ordenava que o depoimento de duas mulheres eqüivalesse ao de um homem, por isso elas não tinham condições de governar ou assumir cargos públicos: a liderança exigia contemplação e julgamento conscientes, o que só se alcançava mediante reflexão cautelosa. As mulheres careciam delas por natureza. Éramos volúveis e irracionais, de modo que convinha que os nossos pais ou outros guardiões machos decidissem com quem íamos passar o resto da vida.

Só Haweya me entendeu. Ela gostava de Abshir, mas não da minha convivência com ele: detestava a roupa que ele me obrigava a vestir, detestava o meu recente comportamento nos moldes da Fraternidade Muçulmana. Nessa época, não sei como, ela conseguiu alguns livros e os passou para mim. Até mesmo os ruins foram água fresca no leito seco de um rio. Ofereceram-me uma possibilidade de evasão.

Embora me custasse admitir diante dela, eu estava decepcionada com a Somália. Esperava um país em que tudo tivesse sentido para mim — um país que fosse o meu, no qual me aceitassem, no qual eu pudesse lançar raízes e me descobrir como gente. Mas,

ainda que adorasse o calor, o vento, os aromas, não me adaptava. Sem dúvida, havia um senso de familiaridade na Somália: sabia perfeitamente quem eu era e desfrutava da acolhida fácil dos parentes e do clã. Todavia, por mais que Haweya me tivesse alertado, eu não estava preparada para as limitações e o preço a pagar por aquela sensação de inclusão. Todo mundo se metia com a vida alheia. A ausência completa de privacidade, de espaço individual, assim como o controle social, era asfixiante.

Conformar-me com o papel a mim atribuído na sociedade somali — em um clã, em um subclã, no islã — talvez me desse paz de espírito: um destino fixo e um lugar seguro no céu. Eu tinha menos dificuldades com a obediência do que Haweya. No entanto, queria mais do que casar com Abshir e parir seus filhos, destino igual ao da minha mãe. Queria um desafio, algo arrojado. Senti repentinamente que o preço por me sentir inserida na Somália era o meu próprio eu.

A religião me dava uma sensação de paz unicamente pela garantia da vida após a morte. Era bem fácil observar a maioria das regras: comportar-se bem, ser educada, evitar intrigas, carne de porco, usura e álcool. Mas eu tinha descoberto que não conseguia acatar as normas mais profundas do islã, que controlavam a sexualidade e a mente. Não queria acatá-las. Queria ser alguém, ser dona do meu nariz. Se ficasse na Somália e casasse com Abshir, eu seria apenas uma unidade sem rosto. Essa perspectiva me encheu de pavor. Deixou-me em estado de confusão moral — uma crise de fé.

Conversei com Mahad sobre as minhas dúvidas e temores, e ele me confortou. Disse que aquilo era normal, fazia parte do amadurecimento, que as perguntas, o sentimento de confusão e a sensação de crise moral eram típicos da transição para a idade adulta. E acrescentou: "Apenas seja sincera e você vai ver, tudo vai dar certo".

Passei a ir à mesquita com mais freqüência naquele período de intensa busca de respostas. Comecei a participar das orações do meio-dia às sextas-feiras, na mesquita central, para ouvir os sermões do

imame em somali. No entanto, uma vez mais, acabei travando polêmicas mentais com ele.

Não se podia discutir com um imame. Não se podia de modo algum questionar a palavra de Alá. O islamismo era submissão. Sujeitar-se na terra para merecer um lugar no céu. A vida neste mundo era um teste, e eu estava fracassando, muito embora fizesse o possível para conseguir. Fracassava como muçulmana. Quando rezava, sentia que o anjo do meu ombro esquerdo estava cansado de anotar meus inúmeros pecados. Imaginei-me chegando ao céu com um livro finíssimo de boas ações e um volume de pecados mais grosso que o Dicionário Oxford integral. Queria experimentar uma renovação da sensação de ser maometana, do significado de Alá. Mas não sentia nada. Dizia comigo que aquilo significava que Alá não me queria. Eu não era digna.

Haweya saiu da casa de Maryan — não suportava mais a reprovação de Ijaabo e as insinuações constantes de Arro — e foi morar com Ibado Dhadey Magan, nossa tia. Sendo diretora do Hospital Digfeer, Ibado tinha contatos com a ONU e conseguiu emprego para ela.

Depois arranjou colocação também para mim em um pequeno escritório que o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas havia montado para levar a telefonia à Somália rural. O trabalho nada tinha de empolgante. Embora a minha função fosse de secretária, eu sempre acabava fazendo as vezes de intérprete do meu chefe, um inglês meio atabalhoado. Ele se reunia com as delegações das províncias e me incumbia de esclarecer por que não lhes dávamos logo o dinheiro para instalar a linha telefônica. Também tinha que explicar por que a população não devia cortar e revender os cabos que ele instalava, enquanto os visitantes não nos davam bola e ficavam conversando entre si. O inglês não tinha autoridade sobre sua equipe, mas aquele era um dos famosos projetos multilaterais, de modo que ele era orientado para respeitar as opiniões e os diferentes modos de fazer as coisas, muito

embora os parceiros somalis não tivessem opinião e muito menos metodologia.

Trabalhando nesse escritório, comecei a me dar conta dos muitos conflitos que havia no país. Cada vez mais escritórios da ONU eram fechados e retirados das áreas rurais por falta de segurança. O clã hawiye tinha formado um movimento político próprio, o Congresso Unido da Somália, chefiado por Ali Mahdi e pelo general Muhammad Farah Aideed. Conquanto Mogadíscio continuasse em paz, sob o controle de Siad Barré, os hawiye estavam sublevados contra o ditador no sul, assim como os darod e os isaq no norte.

O trabalho também me deu uma noção mais precisa da burocracia somali. Quase todos os funcionários civis que eu encontrava eram profundamente ignorantes. O desprezo deles por tudo quanto fosse gaalo, inclusive o meu chefe, era enorme. (Gaalo geralmente significava "infiel branco", mas nem sempre. Mamãe também usava a palavra para designar os quenianos.) Não tinham o menor interesse em fazer seu trabalho e passavam a maior parte do tempo confabulando para "transferir" verbas do governo, eufemismo que significava surrupiá-las.

Na Somália, participar do governo era ter um membro da família no lugar em que se distribuía o dinheiro dos impostos e das comissões. Nem mais, nem menos. Vi o que isso fazia com a nação: destruía a confiança pública.

Diante de uma corrupção de tal modo generalizada, não admirava que as pessoas fossem suscetíveis de ser atraídas por pregadores que afirmavam que todas as respostas estavam nas Sagradas Escrituras. As organizações criadas pelos simpatizantes da Fraternidade Muçulmana não eram corruptas. Muitos soma-lis haviam deixado de confiar no sistema bancário e faziam transações financeiras nas lojas e nos armazéns de propriedade dos membros da fraternidade. Estes também ofereciam assistência médica gratuita aos carentes. Abriram escolas alcorânicas para os jovens desempregados que

vagavam pela cidade. Nas sextas-feiras, distribuíam grãos e carne nas mesquitas. Suas fileiras engrossavam tanto quanto sua influência.

Um carro da ONU ia me buscar em casa, e eu usava um véu curto no escritório, onde trabalhava das oito às duas da tarde. A rotina não deixava de ser agradável, mas o trabalho era um tédio. Embora meu chefe fosse educado, não tínhamos muito diálogo, nenhuma conversa ou aprendizado. Quando terminava o expediente, eu voltava para a casa de Maryan e ficava conversando com a empregada.

A casa de Maryan estava cada vez mais lotada de parentes marehan do campo. Chegavam em pequenos grupos, fugindo dos problemas da província. Ijaabo e Maryan tentavam impor regras domésticas e ensinar aqueles primos caipiras a dar descarga na privada e a se sentar em cadeiras, mas, quando Ijaabo ou Arro lhes dirigia uma palavra mais ríspida, eles se enfureciam e as acusavam de terem se afastado da "nossa cultura".

Muito se comentava o aumento da criminalidade no bairro. Um dos tios recém-chegados de Maryan comprou um revólver.

Haweya e eu éramos constantemente convidadas pelos parentes do lado da família do meu pai. Fomos à casa do meu primo Aflao e ficamos algum tempo com sua esposa Shukri, suas irmãs Amran e Idil e seu primo Ainanshie, que morava com todos eles e trabalhava no café de Aflao, no centro da cidade. Era uma família ruidosa e simpática, pródiga em fofocas sobre os parentes de Maryan. Ainanshie, em particular, detestava os membros do clã de Siad Barré, o marehan, e tinha uma implicância especial com Maryan.

Amran, a irmã de Aflao, levou-nos a passear na praia, onde os árabes moravam em casas cercadas por altos muros cor de areia. De vez em quando, uma mulher totalmente coberta de preto passava apressada, rente às paredes, e entrava. Andavam descalças por causa da areia, e a única coisa que delas se via eram os pés. Ainda que aqueles montes pretos e amorfos estivessem em movimento, podiam perfeitamente ser coisas inanimadas, era impossível falar com elas.

Amran as chamava de "confinadas"; dizia com desdém, "Não liguem para elas". Aquilo me lembrava a Arábia Saudita.

Pouco depois de romper com Abshir, abandonei a veste horrivelmente dura e quente das moças da Fraternidade Muçulmana e voltei a usar a minha capa preta de Nairóbi; era bem mais fresca. Mas, por cima de um vestido longo de mangas compridas, mesmo aquela roupa parecia excessiva. Chamava muito a atenção na rua. Ninguém na Somália se vestia de preto. Comecei a usar um dirha de cores leves, como a maioria das pessoas: a túnica comprida com uma aba do lado e o véu de algodão na cabeça.

Na Mogadíscio da década de 1990, as mulheres vestidas à ocidental eram muito mais raras do que dez ou vinte anos antes. Sempre foram minoria, mas então a maré se voltara visivelmente contra elas. Ainanshie costumava dizer: "Antes da chegada da Fraternidade Muçulmana, a gente via braços e pernas em toda parte. Ninguém reparava. Mas agora as mulheres andam tão cobertas que não paro de pensar naquelas panturrilhas redondas, naqueles braços sedosos e naqueles cabelos com cheiro de coco. Antes eu nem pensava em pescoço, mas, ooh, agora nada é mais sensual do que um pescoço".

As colegas de Ijaabo e as amigas de Ainanshie, do centro da cidade, zombavam da linguagem obscura da Fraternidade Muçulmana e diziam que aquilo não passava de dominação cultural árabe, mas, semanas depois, algumas delas também começaram a usar a tal roupa e a falar árabe. O movimento não tinha caráter exclusivamente religioso. Seus membros eram dedicados e inteligentes. Provavelmente recebiam dinheiro da Arábia Saudita, mas também havia muitos negócios prósperos dirigidos pelos adeptos da fraternidade, principalmente na área de transporte e transferência de fundos. Eles ajudavam a abarrotar os cofres da organização.

Uma tarde, como de costume, Ainanshie nos levou de volta ao bairro de tia Maryan depois do almoço. Como não gostava de Maryan nem de nenhum marehan, deixava-nos a uns cem metros da sua casa. Mas, quando chegamos à esquina em que costumávamos nos despedir,

uma mão me agarrou o pescoço com violência, e senti na garganta a lâmina afiada de uma faca. Olhei para Haweya: um sujeito esquelético, de olhos escuros, esbugalhados e injetados também a estava ameaçando com uma faca. Imaginei que era o nosso fim. Lembro-me de ter pensado: "Pois é, chegamos até os dezoito e os vinte anos". Eu sabia que Ainanshie estava armado — sempre levava consigo uma pistola pequena —, mas, naquelas circunstâncias, não teria a menor utilidade.

"O ouro!" disse o homem que dominara Haweya. Respondi com voz sufocada: "Não usamos jóias". O sujeito que me dominava me apalpou as orelhas e o pescoço por baixo do véu, a faca sempre colada à minha garganta. Então sorriu: "De onde são essas mocinhas lindas e tão altas, e quem é esse merdinha que está com elas na rua?"

O sujeito era isaq, notei pelo sotaque. Mogadíscio estava cheia de refugiados isaq expulsos do norte pela guerra. Pensei que talvez ele nos soltasse se também fôssemos isaq, de modo que me apressei a enumerar o clã da minha mãe, tal como ela me ensinou. Compreendendo tudo, Ainanshie manteve a calma e não sacou a arma; se o fizesse, eu seria degolada instantaneamente. "Está vendo? Essas moças são suas irmãs isaq", disse ele aos assaltantes. "E sou casado com outra irmã delas. Estou levando-as para casa."

Os dois desapareceram com a mesma rapidez com que tinham aparecido.

Desde então, Haweya e eu percebemos que já não era seguro andar sem um acompanhante pelas ruas de Mogadíscio. Diariamente se ouviam notícias de assassinatos, estupros e casas incendiadas por ladrões armados. Em toda parte havia refugiados sem-teto. Muita gente deslocada, como os dois bandidos isaq que nos assaltaram, se fixara na cidade e não tinha nada a perder, gente armada e repleta de ódio. Soldados do exército também vagavam de fuzil em punho. Embora ainda não soubéssemos disso, grandes contingentes do exército desertavam e eram recrutados pelas facções chefiadas pelos clãs em toda Somália, ansiosos por cravar os dentes na garganta de Siad Barré.

Em contraste com a guerra de clãs, a Fraternidade Muçulmana tinha um caráter mais universal porque acolhia gente de todas as origens. Para muitos, a fraternidade era o mais confiável daqueles grupos. À medida que o movimento crescia, os seus membros ficavam mais autoconfiantes. Os imames da fraternidade começaram a atuar em mesquitas maiores, já não se restringiam a casas semiclandestinas. Falava-se cada vez mais em sermões flagrantemente políticos, anunciando que o governo estava com os dias contados e que tinha chegado a hora da lei islâmica.

Siad Barré passou a mandar os soldados dispersarem os agrupamentos mais numerosos nas mesquitas; eles disparavam as submetralhadoras para o alto a fim de deixar claro quem estava no poder, e muita gente morria nas correrias que se seguiam. Após cada uma dessas ações, a Fraternidade Muçulmana ganhava mais apoio na cidade. O movimento passou a ser um poder com que se contava nos negócios, nos hospitais, nas escolas e nas universidades. Agora, a universidade de Ijaabo, a Lafoole, na periferia de Mogadíscio, era um verdadeiro encrave da fraternidade.

Na metade da década de 90, um grupo de políticos — anciãos representantes virtualmente de todos os clãs — publicou um manifesto conclamando Siad Barré a renunciar. Diziam que o país estava mergulhado no caos e que ele devia entregar o poder para que se organizassem eleições. Barre jogou alguns desses homens na cadeia. A possibilidade de uma paz estável no país ficou ainda mais remota.

Os parentes de Maryan que moravam no campo compraram várias submetralhadoras e começaram a ficar junto ao portão, dia e noite, com cinturões de balas na barriga. O mesmo acontecia nas residências dos demais parentes. Guardas armados até os dentes, geralmente membros do clã recém-chegados do campo, postavam-se à porta dos parentes urbanos para lhes proteger a vida e a propriedade.

Briguei com Arro e me mudei para a casa de Ibado Dhadey. Em um sábado particularmente lúgubre, resolvi ir visitar minha tia Khadija, a meia-irmã muito mais velha de mamãe. Khadija era solene e

imperiosa, quase da idade da minha avó, porém mais alta, mais imponente e muito mais maledicente. Cheguei a estremecer ao pensar na sevícia verbal que ela me infligiria por tê-la visitado tão pouco nos meus dez meses de Mogadíscio.

Tomei o cuidado de ir impecavelmente limpa e de roupa bem passada e levei um presente para ela. Khadija fazia muita questão da etiqueta. Criticava o menor erro de expressão. Eu precisava esperar que me cumprimentasse e, então, saudá-la poeticamente, com o corpo perfeitamente ereto.

Comportei-me aceitavelmente à porta; a seguir, fomos tomar chá na sala de jantar. Eu adorava aquela sala com antigos móveis e talheres europeus. Khadija devia ser a única mulher que vivia daquele modo em Mogadíscio. Fiquei tão admirada que, apesar do meu empenho em me comportar da melhor maneira possível, cometi o erro de me sentar pesadamente na cadeira.

Minha tia reagiu no mesmo instante. "A pobre Asha não lhe ensinou a se sentar? Por acaso você é uma macaca?" E a descompostura prosseguiu interminavelmente, comparando-me com um bando de bichinhos dos quais não se podia esperar um mínimo de bons modos, e desferindo constantemente insultos semivela-dos à minha mãe, que não soubera me educar. Foi um verdadeiro show e, embora em parte eu me sentisse ofendida, fiquei encantada com o seu domínio da linguagem — a prosa bonita, soberba e seca daquela velha rigidamente aprumada na cadeira, com o olhar mais firme que já vi.

Era impossível me rebelar, chorar ou protestar quando Khadija me repreendia. Isso me valeria mais um sermão sobre a minha falta de caráter: eu nunca aprenderia nada, ia morrer tão miseravelmente quanto havia nascido. E ela exigia que a olhasse nos olhos, balançando a cabeça para mostrar que estava entendendo, coisa que eu fazia. Era evidente que o meu estoicismo agradava a minha augustíssima tia.

Terminado o discurso, ela serviu o chá. Olhei para a porta e me surpreendi ao dar com um rapaz ali parado. Era muito bonito e estava

achando graça na minha difícil situação. Evidentemente, tinha presenciado a cena toda.

Khadija nos apresentou. Tratava-se do meu primo Mah-mud, filho do irmão da minha mãe, o tio Muhammad. Mahmud morava com a tia Khadija quando não estava no quartel. Com a morte da mãe, como não gostava da madrasta, ele se alistara no exército ainda na adolescência. Khadija não tinha filhos — era estéril —, de modo que escolhera Mahmud entre os filhos dos parentes.

Educadamente, eu lhe dei notícias da minha mãe, procurando desviar a vista do interesse obviamente sexual que se estampava nos olhos dele. Aquele homem me olhava como mulher, escancaradamente; uma coisa quase antropofágica.

Então Khadija perguntou de Abshir. Estava informada de tudo, é claro. Sem saber o que responder, eu disse impulsivamente: "Eu gostava dele, mas não quero passar a vida com ele". O que pelo menos era verdade, muito embora a verdade sobre essas coisas fosse quase uma grosseria na Somália.

Khadija mudou subitamente de atitude. Debruçando-se na mesa, com os olhos brilhando, arrulhou: "Mas, meu amor, tenho a pessoa certa para você!". E apontou para a extremidade da mesa em que Mahmud estava. Sorrindo, ele me mediu dos pés à cabeça, avaliando-me deliberadamente. Eu era bastante disciplinada? Bastante flexível? Bastante orgulhosa? Ou não passava de uma fraca, de uma caótica, de uma tola que cedia facilmente e acabava derrotada pelo lado áspero da vida? Eu me senti nua. Mais do que isso, me senti exposta.

Fui aprovada. Khadija me convidou a jantar na quinta-feira seguinte, e lá estava Mahmud. Durante o jantar, ela saiu da sala, com o pretexto de ir rezar, e não voltou mais. Nós continuamos comendo, escrupulosamente corteses, os dois fingindo que nada de inusitado havia acontecido. Mahmud me perguntou se eu queria passear em Mogadíscio e se ofereceu para me levar. Eu me defendi propondo que Haweya nos acompanhasse. Nós nos tratávamos por "primo" e "prima":

"meu querido primo" "minha queridíssima prima", "meu adorável primo".

No dia seguinte, ele chegou de carro para nos levar ao campo. Haweya já o conhecia — contara-me que o primo Mahmud era lindo — e foi com olhos arregalados que então observou o modo como os ombros dele recheavam a camisa branca. "Quer dizer que vocês vão namorar?", ela me perguntou em inglês, e respondi também em inglês: "Não seja boba, seria incesto".

Mahmud lhe pediu que traduzisse, e Haweya não se fez de rogada. Ele tornou a sorrir mostrando os dentes brancos, e respondeu: "Nada disso, minha adorável prima. Dizem que os primos maternos formam os casais mais perfeitos". A minha irmã só faltou lamber o beiço.

Mahmud era de fato encantador, o homem mais másculo que eu já tinha visto, e logo me apaixonei. Ele estava acostumado a assumir o controle. Não era sofisticado; nada tinha de intelectual atormentado feito Abshir. Citava antigas fábulas e ria às gargalhadas. E flertava comigo abertamente.

Quando Mahmud olhava para mim, eu me sentia pegando fogo. Mas ele nunca arriscou uma insinuação sexual, obedecia a todas as convenções. Sem dúvida alguma, exalava a impressão de que o seu sexo ardia pelo meu, porém nunca me tocou. Eu era sua prima. A honra da família estava em jogo. Qualquer tipo de contato sexual entre nós seria profundamente impróprio — inconcebível até. Eu mesma pensava nisso constantemente, mas claro que não podia tomar a iniciativa.

Passamos a nos encontrar todo fim de semana na casa da tia Khadija. Ela me instigava com comentários sobre o horror de casar com homens de família estranha e das vantagens da união com um primo: a família sempre cuidaria de mim; a gente se dava tão bem; a gente se entendia. Também dizia que seria um erro casar com um osman mahamud como Abshir. Os homens daquele clã eram muito políticos e também excessivamente auto-centrados, não hesitavam em casar com uma segunda mulher sem sequer informar a primeira. Nunca

mencionava o meu pai, mas eu sabia que estava se referindo a ele. E era bom que não o mencionasse: por maior que fosse a autoridade de Khadija, eu não aceitaria nenhuma crítica a abeh.

Ainda que continuasse arrogante, tia Khadija se mostrava muito mais afetuosa agora que eu tinha caído na sua teia. Não tinha mudado nada desde a época em que casara o meu pai com a minha mãe: era impossível resistir aos seus ardis.

Mahmud não tinha futuro no exército somali, mesmo porque muito em breve já não existiria exército somali nenhum. Contou-nos que numerosos grupos de soldados estavam se passando para as milícias de seus clãs; levavam consigo armas e estoques de munição.

Khadija era a única na nossa família próxima que apoiara Siad Barré a vida toda. Já se divisava o fim da versão somali do comunismo, e ela via nisso uma traição à única esperança de futuro no país. Para tia Khadija, só o comunismo tinha condições de superar as amargas divisões dos somalis em clãs, e rejeitá-lo só comprovava o interesse egoísta, bárbaro e mesquinho inerente ao sistema clânico.

Guardei para mim as lembranças que tinha do comunismo: as longas filas sob o sol escaldante, os cochichos dentro de casa, a prisão de papai, as pancadas que me davam no colégio para que cantasse hinos de louvor a Siad Barré. Preferi lhe perguntar o que achava da Fraternidade Muçulmana, da qual eu continuava sendo simpatizante.

Khadija a comparou a um câncer, a doença que havia matado minha tia Hawo quando eu era pequena. Disse que a Fraternidade Muçulmana não representava o verdadeiro islã e nada sabia do nosso profeta, mas, embora fosse pequena, ia crescer como o tumor no seio da minha tia e devorar o país por dentro até nos destruir a todos. Recomendou que eu ficasse longe daquela gente.

Então Mahmud nos contou que tinha recebido o prestigioso prêmio de estudar na União Soviética e que ia partir dentro de alguns dias, talvez por muito tempo. Antes que ele viajasse, tia Khadija se apressou a informar a ambos que estava na hora de formalizar as coisas. Não houve nenhuma cena de pedido de casamento, como no

Ocidente, com o pretendente ajoelhado diante da amada: Khadija se encarregou de tudo. Ela falava, eu concordava.

Apesar da atração mútua, Mahmud e eu não éramos compatíveis. Nossas conversas não eram inspiradoras como as que eu tinha com Abshir, tampouco eram íntimas e profundas como com Kennedy. Não sei dizer se a gente se gostava mesmo. Certamente não cheguei a avaliar se ele era um parceiro aceitável, com o qual valia a pena passar o resto da vida. Simplesmente estava dominada pelo desejo. Tudo se resumia a isto: uma tempestade de hormônios. Concordei em casar com Mahmud só para ter relações sexuais.

A clitorectomia não elimina o apetite sexual nem a capacidade de ter prazer. É uma ablação desumana em muitos aspectos. Fisicamente cruel e dolorosa, sujeita as meninas a toda uma existência de sofrimento. E nem chega a ter eficácia na intenção de anular a luxúria. Embora já tivesse me apaixonado por Kennedy e por Abshir, eu não estava preparada para lidar com a força do meu desejo por Mahmud.

Ele queria que nos casássemos logo, antes da sua viagem. Seria como garantir um direito: nenhum outro homem poderia se aproximar de mim. Entretanto, meu irmão jamais concordaria com um casamento às pressas. Sendo eu filha de Hirsi Magan, as minhas núpcias tinham obrigatoriamente de ser um grande evento. Mahad fazia questão de que o meu pai aprovasse a união, e isso podia levar meses.

Não nos restava senão casar secretamente, disse Mahmud. E tomou todas as providências. A cerimônia se realizaria na véspera da sua partida. Um primo nosso, Ali Wersengeli, concordou em ser o meu guardião substituto. Eu sabia que aquilo estava errado — o responsável por mim só podia ser o meu pai ou o meu irmão —, mas Mahmud disse que não fazia mal. Khadija arranjaria as coisas com a família da minha mãe. Quanto à do meu pai, ela certamente não ia gostar, mas ninguém podia se opor ao matrimônio de primos maternos. Mesmo que fugíssemos sem a devida autorização, era uma união claramente aceitável, impossível de ser anulada.

Hoje sei que estávamos arriscando todo tipo de anomalias genéticas em nossos filhos, mas não tínhamos a mais vaga idéia dessas coisas. Na Somália, assim como em boa parte do Oriente Próximo e da África, o casamento consangüíneo é encarado como o mais seguro que existe: conserva o patrimônio da família, e os eventuais conflitos são rapidamente solucionados pelos parentes do casal.

Na noite das nossas bodas, o nikah, eu estava louca de entusiasmo. Tinha vinte anos e ia casar em segredo com o homem que eu desejava. Não contara nada nem mesmo a Haweya; Khadija era a única que sabia. Passei o dia fazendo desenhos com hena nas mãos e nos pés. Quando Mahmud foi me buscar na casa de Khadija, eu estava com um vestido vermelho longo e de saltos altos, o tipo de roupa que nunca pensara em usar, e toda perfumada. Quando me olhei no espelho, vi uma mulher feita.

Fomos nos imortalizar em um estúdio fotográfico. De lá nos dirigimos à casa do cádi encarregado da cerimônia de casamento. As ruas estavam escuras — havia corte de energia outra vez —, de modo que estacionamos e seguimos pela ruela à luz de um lampião. O xeique estava nos esperando à porta, de veste e turbante brancos que brilhavam na negrura da rua. Meu primo distante Ali Wersengeli e outro homem que eu não conhecia já tinham chegado. Comecei a perceber que estava me metendo em uma coisa seriíssima, mas era tarde para voltar atrás. Foi com passos trêmulos que avancei na escuridão.

O cádi acenou a cabeça para nós e fez as perguntas de praxe.

"Você é Mahmud Muhammad Artan?"

"Sou."

"Você é Ayaan Hirsi Magan? Não precisa responder, a sua presença basta."

Simplesmente continuei sentada.

O cádi enumerou os nomes de Mahmud e as respectivas idades. Então se voltou para mim: "Você é virgem?". Eu me mantive calada, que era a maneira adequada de responder, e ele escreveu "virgem" na certidão.

Tendo nos declarado casados conforme a lei do islã, o cádi perguntou: "E qual é o preço da noiva?".

Nós nos entreolhamos — não tínhamos pensado nisso —, e Mahmud disse: "Um Sagrado Alcorão", que era a resposta simbólica. Não havia a quem pagar o tal preço: eu era uma noiva clandestina. Mahmud assinou o documento e pediu uma cópia, mas o cádi explicou que a certidão primeiro teria que ser selada e entregue às autoridades. Ali deveria buscá-la na semana seguinte.

Depois de calorosos e másculos apertos de mão, as duas testemunhas desapareceram. E me vi sozinha com o meu primo — o meu marido — em um Land Cruiser. Assombrada com a enormidade do que acabava de fazer, olhei de relance para ele. Mahmud não retribuiu o olhar. Não nos tocamos nem nos beijamos. Mas eu sabia muito bem o que me esperava: a minha noite de núpcias.

Mahmud entrou no estacionamento do Hotel Arubo, o mais chique da cidade. Embora não tivesse reservado quarto, solicitou um de casal. O recepcionista pediu para ver a certidão de casamento; era a influência crescente da Fraternidade Muçulmana. Mas Mahmud não a tinha. Voltou para o carro, furioso, xingando a fraternidade. "Não sei o que está acontecendo com este país", rosnou. "Quem é essa gente afinal?"

A coisa se repetiu no hotel seguinte e nos outros. Arrisquei perguntar se não valia a pena eu entrar também, e ele gritou: "Está louca? Amanhã cedo a sua cara vai estar estampada nos cartazes, dizendo que você é prostituta: uma mulher e um homem sem certidão de casamento? Pense no seu nome!"

O hotel que finalmente se dispôs a me aceitar devia ser um dos mais ordinários de Mogadíscio, um que não ligava para certidão de casamento. O fornecimento de energia elétrica continuava interrompido. Foi preciso levarmos um lampião ao quarto. Uma barata correu para debaixo da cama quando abrimos a porta. Mahmud me entregou o lampião e olhou para mim pela primeira vez naquela noite. Disse que eu podia me preparar.

Lavei-me automaticamente no banheiro, que estava imundo. Depois me deitei na cama, totalmente vestida: não sabia o que fazer. Queria que tudo fosse extremamente erótico, eu no papel de Marilyn Monroe ou de lady Chatterley, mas nem sabia tirar a roupa. Ao voltar para o quarto, Mahmud disse: "Ah, você resolveu bancar a pudica?"

Pudica era a última coisa que eu queria ser. "O que você quer que eu faça?", perguntei.

"Que tire a roupa, é claro."

Obedeci desajeitada e rigidamente. Não era nada do que eu sonhara. Tentei umas carícias preliminares, tal como tinha lido nos livros, e Mahmud ficou desconfiado. "Ei, você já andou fazendo isso?" perguntou.

Balbuciando que não, eu o deixei se encarregar de tudo. Se mentisse que já tinha tido experiência sexual, talvez houvesse um preâmbulo; mas depois o mais provável é que Mahmud se divorciasse de mim. Como admiti que era virgem, não tive direito ao menor prazer. Jawahir, Sahra e as demais estavam cobertas de razão, pensei. Mulher boa era a virgem que nada sentia.

Não chegou a ser um estupro. Eu queria transar com Mahmud — mas não daquele jeito. Ele arquejou, forçou e suou para romper a minha cicatriz. O ato foi horrivelmente doloroso e demorou uma eternidade. Rilhando os dentes, suportei a dor até ficar entorpecida. Depois, Mahmud se virou e dormiu pesadamente; fui me lavar outra vez no sórdido banheiro. Em todos os aspectos, a noite de núpcias foi exatamente como a que Jawahir tinha descrito um ano antes, no Quênia.

Na manhã seguinte, bem cedo, Mahmud me levou para a casa de Ibado Dhadey. Ia embarcar para a União Soviética naquela mesma tarde; não voltaríamos a nos ver. Nós nos despedimos. Eu estava meio que no piloto automático, embora desse a impressão de agir com toda naturalidade. Talvez um pouco acanhada, é verdade, mas isso era natural naquelas circunstâncias.

Ibado se zangou quando entrei. Disse-lhe que tinha passado a noite na casa de tia Khadija e subi, lavei-me outra vez e passei desinfetante nas feridas, exatamente como Jawahir. Sabia que não queria ver Mahmud nunca mais. A cicatriz doía tanto que eu mal conseguia me levantar, por isso disse a Ibado que estava doente. Haweya chegou e ficou tão preocupada que comecei a chorar e lhe contei tudo. Estava muito mal comigo mesma para carregar tanta culpa sozinha. Tinha me comportado abominavelmente: cedera à tentação, traíra a minha família e agora estava presa para sempre àquele homem. E a culpa era toda minha.

Haweya foi um anjo. Não me censurou; estava assombrada com o romantismo que impregnava aquilo tudo. Quando me queixei da dor, ela cuidou de mim. Disse que achava que a cerimônia não tinha legitimidade. Ali Wersengeli simplesmente não podia ser o meu guardião oficial já que o meu irmão e o meu pai estavam no país. Nós duas rogamos a Alá que não me deixasse engravidar.

Alguns dias depois, Ali Wersengeli apareceu em casa para entregar uma cópia da certidão de casamento; disse que já enviara a outra a Mahmud na União Soviética. Guardei a minha sem ler. Já podia me sentar e andar, embora o machucado ainda doesse bastante. Quinze dias depois, fiquei menstruada: a misericórdia de Alá se confirmou.

Na cidade, a violência se tornara tão corriqueira que ninguém mais se interessava pelas notícias de assalto, a menos que a vítima fosse conhecida. Os piores eram os militares: não havia dinheiro com que pagá-los, e bandos de soldados invadiam as casas, saqueando o cidadão comum. Às vezes irrompiam tiroteios, e as crianças saíam à rua correndo, reagindo ao barulho dos disparos como se fossem fogos de artifício.

No campo, a rebelião contra Siad Barré se intensificava. Os macherten e os isaq combatiam seu exército no leste e no norte; a revolta hawiye, no sul, se transformara em guerra declarada. As pessoas zombavam de Siad Barré e do seu exército enfraquecido. Diziam que os combatentes hawiye praticamente haviam cercado a

cidade; em vez de Afwayne, agora o chamavam de prefeito de Mogadíscio, pois este era o único território ainda sob o seu controle.

Em outubro de 1990, a agência de telecomunicações em que eu trabalhava fechou. Era perigoso para os estrangeiros ficar no país, o pessoal não essencial da ONU foi repatriado. Um deles era o meu chefe britânico. Ouvindo rádio no Quênia, mamãe ficou apavorada. Queria que Haweya e eu voltássemos a Nairóbi.

Uma onda de saudade do Quênia me inundou. Eu sentia falta dos cinemas e dos livros, sentia falta de Halwa e morria de saudade de mamãe; pode parecer estranho, mas sentia falta da sua firmeza moral. Tinha saudade da sua noção claríssima do comportamento correto, o qual eu esperava encontrar na Somália, mas não encontrara. Pelo contrário, lá havia destruído a minha vida e a minha relação com Deus. Sentia-me feia e confusa, e foi um grande alívio quando mamãe nos mandou retornar a Nairóbi.

8. Refugiados

Haweya e eu partimos de Mogadíscio em meados de novembro de 1990, apertadas em bancos de madeira com outras trinta pessoas na traseira de uma picape. íamos acompanhadas de Qubqac, sobrinho de Ibado e nosso primo em segundo grau, muito mais velho, que tinha parentes no Quênia, perto da fronteira. Seria um longo desvio. A estrada de Kismayo, no litoral da Somália, já estava nas mãos dos rebeldes hawiye; era perigosíssimo percorrê-la. O único meio de nós, darod, chegarmos sãos e salvos ao Quênia era a longa estrada de Baidoa, no norte, e depois pelo oeste, atravessando o deserto. Mesmo nesse caminho poderia haver bandoleiros ou membros extraviados dos exércitos rebeldes, em busca de aventura e enlouquecidos de qat.

Após algumas horas de viagem, chegamos a Afgoye, uma das principais cidadezinhas comerciais do sul da Somália. A paisagem verdejou subitamente. Ao longo do rio, espalhavam-se os arrozais e os

pomares: mamoeiros e goiabeiras, bananais e mangueirais. As bancas de rua estavam repletas de comida, e a carne era maravilhosa.

Em Afgoye, as pessoas tinham aspecto diferente, pareciam-se mais com os quenianos. Eram descendentes de escravos e camponeses, os párias sab. Moravam nas terras aráveis que alimentavam o resto da Somália, mas mesmo assim aquela gente era considerada inferior a nós. Todos se afastavam para nos dar passagem. Um darod bem-nascido da nossa picape não hesitou em empurrar uma velha sab que não saiu do caminho a tempo. Eu me alegrei por estar indo embora. A intolerância escancarada era uma das coisas que eu mais detestava na Somália. Pensava que pertencer a um clã superior significava ter moralidade superior. Não via nisso motivo para maltratar as pessoas com base em suas características físicas e na categoria do seu sangue. Mas, quando eu manifestava a minha irritação com o escandaloso preconceito contra a gente dos clãs sab, chamavam-me de comunista.

No entanto, ao pensar nisso, também ficava exasperada com a atitude dos próprios sab. Em lugares como Afgoye e Baidoa, eles eram maioria: por que obedeciam tanto? O que estavam esperando? Acaso temiam os aviões e as bombas dos clãs superiores? Ou seria porque dependiam do dinheiro dos nortistas? Teriam interiorizado a idéia da própria inferioridade, aquela humilhação cotidiana? Por que não se insurgiam?

Passamos a primeira noite em Baidoa, um vilarejo comercial quente e poeirento cerca de duzentos e cinqüenta quilômetros ao norte de Mogadíscio e a quase trezentos da fronteira queniana, aonde chegamos pouco depois do anoitecer. Então embarcamos em outro ônibus caindo aos pedaços rumo a Luuq, um antigo entreposto comercial à beira do rio Juba. Quando saímos de Baidoa, a área rural se esvaziou: só havia areia, vegetação rasteira, espinheiros e um ou dois baobás. Era o tipo de terra em que a minha mãe tinha sido criada. Ocasionalmente, passávamos por um menino conduzindo camelos, que nos olhava de esgue-lha no sol, ou por uma mulher com um pano

amarrado no ombro e um bebê às costas, caminhando, na distância, com um feixe de lenha preso à barriga.

Em Luuq, as pessoas eram magras. Os refugiados dormiam nas ruas, e as casas estavam crivadas de balas. Os quartinhos minúsculos do hotel eram um forno, de modo que todo mundo preferiu dormir do lado de fora, as mulheres em esteiras estendidas no pátio interno, os homens no externo. Não havia água corrente nem eletricidade. Todos se lavavam com uma caneca e riam de Haweya e de mim por usarmos o instrumento dos estrangeiros, a escova de dentes, em vez de esfregar um ramo de acácia nos dentes. No café-da-manhã, serviram fígado de cabra com alho e cebola; não pude engolir aquilo tão cedo, porém os demais tentaram me induzir a comer antes que entrássemos nas regiões de fome. Mais adiante, a comida ia escassear.

Sob o sol inclemente, a picape avançava ruidosamente na areia, por certo seguindo uma espécie de caminho que eu não conseguia enxergar. Não havia sombra; íamos simplesmente sentados em bancos de madeira.

Passamos a noite seguinte em Bulo Haawo, um vilarejo no lado somali da fronteira do Quênia, um aglomerado de casebres de sapé e uma loja que tinha um armário com um pouco de gelo dentro. Mas, apenas algumas centenas de metros além da aldeiazinha precária, atravessamos a fronteira e demos com a cidadezinha queniana de Mandera, com prédios de concreto, uma rua pavimentada e eletricidade. A eletricidade tinha se tornado uma raridade em Mogadíscio; surpreendeu-nos encontrá-la lá. Passamos pelo controle oficial, onde as pessoas subornavam abertamente os funcionários fardados. (Uma vez que Qubqac tinha documento queniano e Haweya e eu falávamos perfeitamente o suaíli, deixaram-nos entrar no país sem pagar propina.)

Em Mandera, Qubqac levou-nos à casa da sogra e das cunhadas para saudá-las; elas tinham eletricidade e água corrente. Lá havia lojas e uma escola, até mesmo um conselho distrital e uma delegacia de polícia. Tudo naquela cidadezinha do Quênia, país que os somalis

consideravam inferior, funcionava muito melhor do que qualquer coisa na Somália, apenas alguns quilômetros atrás de nós.

Mandera era habitada por somalis sejui (também conhecidos como somalis quenianos), que falavam em tom monótono e misturavam palavras suaílis ao nosso idioma. Os únicos quenianos "nativos" eram a polícia, que mantinha a ordem, e o exército, que vigiava a fronteira. Mas os fatos, na Somália, acabavam desbordando no Quênia. Eram comuns as incursões do outro lado da fronteira em busca de bens e gado, e os contrabandistas entravam com qat e todo tipo de mercadorias e de gente.

Passamos duas noites em Mandera, até Qubqac se decidir a pôr o pé na estrada novamente. Tomamos um ônibus para Garissa, uma cidade trezentos e cinqüenta quilômetros mais ao sul, que tinha ruas asfaltadas, hotéis, estação rodoviária, semáforos, mesquita. Lá compramos passagens para Nairóbi. Estávamos quase em casa.

Quando finalmente chegamos a Nairóbi, quase uma semana depois de sair de Mogadíscio, e fomos recebidas pelos cheiros e as cores de Eastleigh, tudo estava exatamente como havíamos deixado. Até o odor pungente de sukumawiki era bem-vindo: significava estar em casa outra vez. Eu chegava ansiosa por rever a minha mãe, mas, quando nos aproximamos do nosso bairro, dei-me conta de que também receava as brigas e as cenas que inevitavelmente teríamos de aturar.

Dias depois da nossa chegada a Nairóbi, no fim de novembro, o conflito irrompeu nas proximidades de Mogadíscio. O exército de Siad Barré ainda controlava o centro da cidade, mas a periferia estava completamente cercada pelas forças rebeldes hawiye.

Milicianos excitados pelo qat passavam em caminhonetes, atirando a esmo e incendiando fazendas e plantações.

Para dividir a oposição, Siad Barré procurava insuflar a hostilidade entre os clãs, sempre latente na Somália. Suas forças atacavam os darod fingindo-se hawiye: no local dos assassinatos, pichavam slogans como "Darod fora da terra hawiye" e "use", as iniciais de uma das milícias hawiye. Faziam o mesmo com estes, pichando

palavras de ordem como "Os hawiye são inferiores e merecem ser exterminados".

Assim, ao cair, Siad Barré levou o país consigo: a luta para depô-lo degringolou em uma guerra civil total. Os hawiye já não queriam apenas a cabeça de Siad Barré: queriam uma limpeza étnica. Os darod foram pegos de surpresa. Esperavam que os hawiye se vingassem do subclã de Siad Barré, mas não que atacassem todos os clãs do darod. Mogadíscio mergulhou no caos, com saques, assassinatos indiscriminados e destruição de propriedade. De uma hora para outra, os milicianos invadiam os bairros e incendiavam as casas; muitas crianças ficavam abandonadas quando os pais fugiam. Todo darod que conseguia escapar ia de carro, a pé ou se arrastando a Afgoye, Baidoa, Kismayo, no litoral, e as cidadezinhas e os vilarejos junto às fronteiras do Quênia e da Etiópia.

Alguns deles reagiam, e nessas batalhas um grande número tanto de darod quanto de hawiye perdia a vida. O exército de Siad Barré ficou reduzido à guarda do palácio presidencial. No dia 27 de janeiro de 1991, em meio a essa carnificina, mamãe, Haweya e eu soubemos, pelo programa somali da BBC, que Barre havia se refugiado — em Nairóbi.

Uma noite, quando estávamos ouvindo ansiosamente o rádio em nosso apartamento de Park Road, bateram na porta. Levei um susto ao dar com Abdellahi Yasin, um dos melhores amigos de Mahad em Mogadíscio, lá em casa. Acompanhava-o o filho de sua irmã mais velha, um rapaz que foi apresentado a nós como Osman Abdihalin Osman Yusuf Kenaidiid, um dos netos de Osman, o homem que ensinara meu pai a ler e escrever, e bisneto do rei que o meu avô Magan servia. Ficamos embasbacadas. Era uma honra receber aquele homem em casa.

Abdellahi e Osman nos contaram que Mogadíscio estava virtualmente paralisada. Somente veículos militares circulavam nas ruas. Nas regiões já controladas pelos hawiye, os soldados iam de porta em porta prendendo os darod. Mahad deixara a cidade antes deles,

rumo a Bari, que agora se achava sob o firme controle da FSDS. Mamãe ficou quase histérica de medo; e Haweya e eu, terrivelmente aflitas.

Abdellahi e Osman se instalaram na nossa sala de visitas e, quinze dias depois, estavam dormindo em colchões no chão quando Mahad chegou. Ao vê-lo, mamãe, Haweya e eu quase desmaiamos de alívio. O seu plano era ir a Bari, mas o clã fizera questão de que voltasse à segurança do Quênia. Saíra da cidade pelo mesmo caminho que nós, e o fizera em cima da hora: um dia após a sua passagem por Afgoye, a cidadezinha foi ocupada pelos rebeldes hawiye.

Mahad chegou com nosso primo Warsame, filho da irmã gêmea de mamãe, e com dois meios-irmãos deste. Agora eram seis homens, todos eles mais ou menos aparentados conosco, dormindo em colchonetes na sala de estar. Pouco depois chegou o irmão mais velho de Osman, Mahamuud. Uma vez mais, foi uma honra lhe oferecer hospitalidade, mas o terror se estampou no rosto da minha mãe quando Mahamuud nos contou que Mogadíscio já estava quase totalmente dominada quando ele partira. Os hawiye sitiaram o palácio de Siad Barré, e havia estupros e assassinatos em toda parte. Os milicianos hawiye arrastavam as mulheres e crianças darod para a rua e as matavam, disse; chegaram a incendiar casas ainda com gente dentro. Havia escassez de água, e as pessoas estavam tão debilitadas por falta de alimento que não podiam lutar nem fugir. Posteriormente, soubemos que minha tia Khadija fugira para Kismayo, onde adoeceu. Por fim, chegou a notícia da sua morte.

Ibabo Dhadey Magan, cuja mãe era hawiye, reuniu alguns parentes no seu complexo para mantê-los a salvo. Mas os darod estavam começando a abandonar a cidade em veículos ou a pé, fugindo do desastre. Dirigiam-se ao litoral juntamente com as pessoas que escapavam das fazendas incendiadas ao sul de Afgoye. Agora havia centenas de milhares de somalis nas estradas. Iniciara-se o êxodo massivo para o Quênia, a Etiópia e outros países.

Mahamuud deixou a mulher e os filhos em Kismayo, com os parentes; fez a viagem ao porto queniano de Mombasa, em um barco

lotado de refugiados, a fim de procurar um lugar seguro para a família em Nairóbi. Calculava que eles tinham gasolina suficiente para chegar à fronteira queniana, ao lugar em que os refugiados estavam se aglomerando, cerca de cento e cinqüenta quilômetros deserto adentro. Todos o chamavam de Dhobley, Atoleiro.

Mahamuud passou uma semana pedindo diariamente a Mahad, que tinha carteira de identidade queniana e falava suaíli e inglês, que fosse com ele buscar a família na fronteira. Esta se convertera em um caos, e o governo queniano fazia o possível para impedir a entrada de mais somalis no país; Mahamuud precisava de ajuda.

No entanto, Mahad procrastinava. Sempre respondia com um gesto de desdém: no dia seguinte fariam a viagem à fronteira. A ansiedade de Mahamuud era visível. Por fim, uma noite, durante o jantar, ele anunciou que partiria sozinho ao amanhecer. Não agüentei mais e disse: "Também falo suaíli e inglês, e Haweya e eu acabamos de chegar da fronteira, portanto sabemos o que fazer. Vamos com você".

Minha mãe se opôs, uma moça não podia ir a uma zona de guerra. Mas eu disse que ia ficar do lado queniano: que mal poderia me acontecer? A discussão se prolongou por vários dias. Todo mundo tomava partido. Mahad continuava prometendo acompanhá-lo, mas logo saía, dizendo que ia à mesquita para lá ficar até o fim da tarde. Era evidente que a Mahamuud só restava ir comigo ou sozinho.

Partimos no fim de janeiro. Fazia dois meses que eu tinha chegado.

Depois de uma ou duas noites na estrada, desembarcamos no vilarejo queniano de Liboye, na fronteira. Mahamuud estava tão nervoso que mal conseguia falar. Levava sob a camisa uma bolsa de couro recheada de dólares americanos para o suborno, mas eu é que tinha que negociar com a polícia no posto fronteiriço. Nunca havia tentado subornar ninguém; nem mesmo sabia quanto valia o dólar tão longe da capital.

Em toda parte se viam soldados de farda verde-oliva, todos armados de metralhadora e com cinturões de munição a tiracolo.

Encontramos um oficial do exército que se disse comandante. Respirei fundo e expliquei em suaíli: "Este homem está à procura da família. Foram passar as férias na Somália e ficaram presos lá. Só precisamos atravessar a fronteira e trazê-los para cá".

O militar me examinou e perguntou: "Quantos você pretende trazer?". Respondi: "Uma mulher e quatro crianças pequenas. Na verdade, só uma mulher, porque as crianças são tão pequenas que nem contam".

Ele me endereçou um olhar debochado, e percebi que aquele era o melhor momento para lhe dar dinheiro. Voltando-me para Mahamuud, disse: "Você tem uns quinhentos xelins?". Estava chutando. Era o equivalente a uma semana de aluguel do nosso apartamento de Nairóbi. Mahamuud pôs uma cédula na minha mão, e a entreguei ao oficial. Este a examinou e exigiu: "Mais duas". Pagamos, e ele disse: "Podem ir".

Perguntei seu nome. Ele respondeu: "Mwaura", um nome quicuio muito comum. Mas duvidei que aquele homem fosse quicuio: era muito alto. Disse a Mahamuud que não confiava nele. Não tínhamos nenhuma garantia. Mesmo que encontrássemos sua mulher e seus filhos, não tínhamos certeza de que voltaríamos a encontrar aquele militar nem de que ele nos deixaria entrar novamente no Quênia. Não havíamos recebido um pedaço de papel, nem mesmo um aperto de mão. Só contávamos com aquele nome duvidoso, Mwaura, e o meu suaíli, mas não havia escolha.

Fomos sozinhos para a zona fronteiriça, descendo um morro vazio. A cena era de extremo desespero, com barracas e precários abrigos de refugiados espalhados até onde a vista podia alcançar. Parecia que toda população da Somália estava acampada ali. Em algum lugar além daquela zona desolada, ficava a colônia de Dhobley, apressadamente erigida pelos refugiados; e, em algum lugar de Dhobley, Mahamuud esperava encontrar seus familiares.

Não havia senão poeira: absolutamente nenhuma árvore, nenhuma sombra. O órgão das Nações Unidas responsável pelos

refugiados havia montado um acampamento no lado queniano da fronteira, no sopé do morro. Dezenas de plásticos azul-claros se aglomeravam perto de uma barraca de lona grande e bem-feita, onde as pessoas faziam fila, no sol, para se registrar. Passamos por um posto de saúde — na verdade, apenas um lugar onde registrar os óbitos — ao redor do qual se erguiam milhares e milhares de tendas.

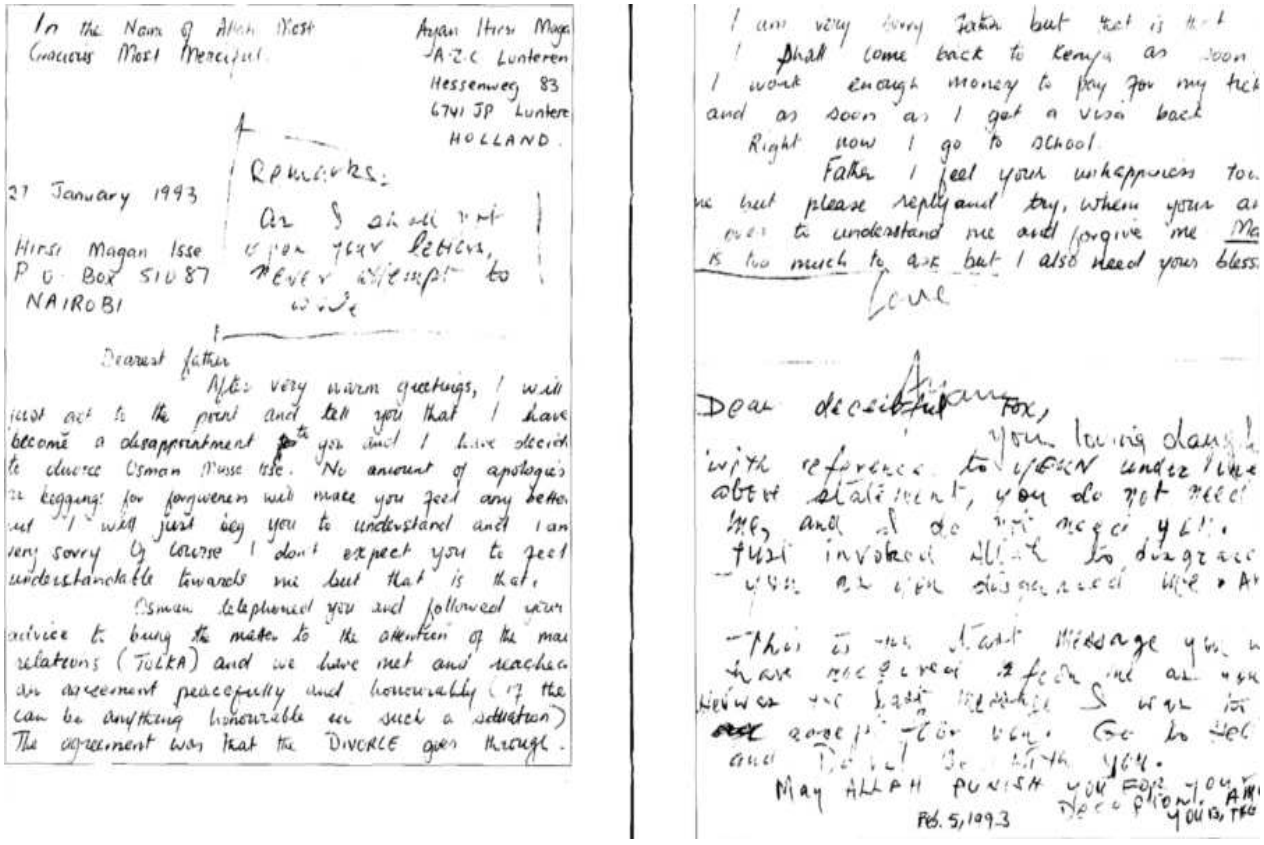
Quanto mais avançávamos, mais precários se tornavam os abrigos. No começo, a maioria era de lonas azuis esticadas em galhos e varas, com famílias inteiras abrigadas sob eles. Um pouco mais adiante, as lonas davam lugar a meros estaleiros improvisados com galhos e pedaços de pau fincados no chão; por cima, estendiam roupa — véus ou um vestido de mulher — para que as crianças ficassem na sombra. As barracas improvisadas se api-nhavam ao redor de pequenos poços cavados na areia, alguns dos quais não passavam de poças barrentas. O cheiro da chuva recente ainda pairava no ar, mas a água das poças já evaporava no calor.

Andamos até chegar a um vasto estacionamento com algumas caminhonetes e Land Cruisers. Todos lá eram dos darod — macherten, marehan, wersengeli ou ogaden, mas todos darod —, de modo que nos sentimos à vontade entre eles. Embora houvesse tensão entre os subclãs, lá não haveria nenhum massacre. Mahamuud explicou que precisávamos viajar a Dhobley, a dezoito quilômetros dali. Negociou o preço durante algum tempo e achou um motorista macherten que se dispôs a nos levar, mas foi necessário esperar até conseguir passageiros suficientes para lotar o veículo.

Eram umas quatro da tarde quando chegamos a Dhobley. Para onde quer que se olhasse, via-se gente. Havia uma família acocorada debaixo de cada espinheiro, a maioria em esteiras, algumas diretamente na areia branca. Às vezes tinham barracas, mas essas eram ainda mais miseráveis e decrépitas do que as mais próximas da fronteira; todas feitas de pano, galhos e farrapos.

Ao sair do veículo, demos com dois sujeitos disputando uma lata de água. Um deles se encolerizou de vez e sacou a arma; meu coração

quase parou. Num instante, todos os homens estavam empunhando pistolas ou fuzis. Avistei uma série de cartuchos usados no chão, semi-enterrados na areia. Três ou quatro anciãos se aproximaram do valentão, abriram os braços e disseram: "Pode ficar com a água. É toda sua — vá", e lhe entregaram a lata. Ele se sentou no chão e, pondo as mãos na cabeça, começou a chorar. Estava esfarrapado; os dedos a lhe saírem dos sapatos rotos; uma verdadeira ruína.



In the Name of Allah Most Gracious Most Merciful

Arjan Hirsi Maga
A-Z-C Lunteren
Hessenweg 83
6741 JP Lunteren
HOLLAND

Remarks:
As I did not
get your letters,
never attempt to
write

27 January 1993

Hirsi Magan Isse
P.O. Box 51087
NAIROBI

Dearest father

After very warm greetings, I will just get to the point and tell you that I have become a disappointment to you and I have decided to divorce Osman Musse Isse. No amount of apologies or begging for forgiveness will make you feel any better but I will just beg you to understand and I am very sorry. Of course I don't expect you to feel understandable towards me but that is that.

Osman telephoned you and followed your advice to bring the matter to the attention of the man relatives (TOLKA) and we have met and reached an agreement peacefully and honourably (if the can be anything honourable on such a situation) The agreement was that the DIVORCE goes through.

I am very sorry father but that is not
I shall come back to Kenya as soon
I want enough money to pay for my tick
and as soon as I get a visa back
Right now I go to school
Father I feel your unhappiness tow
me but please reply and try, whether you a
ever to understand me and forgive me Ma
is too much to ask but I also need your bless
Love

Dear deceitful Fox,
you leaving daug
with reference to your
above statement, you do not
her, and I do not
this involved
you as
disagreed with
-This is the last message you
have received from me as
previous you had
accept for you. Go to Hel
and
May ALLAH PUNISH you FOR your
deception. AM
FEB. 5, 1993 YOU IS THE

Esta é a carta que enviei ao meu pai depois de reunião do Tolka(conselho dos anciões) em Hasna, passados uns dias, ele me devolveu a carta acompanhada de uma dura resposta escrita em vermelho.



Embora não saiba quando foi tirada, adoro esta fotografia do meu pai. Quanta determinação em seu olhar! Ainda hoje a levo comigo na carteira.



Meu pai me mandou acompanhar Osman ao aeroporto. Fazia apenas quinze dias que eu o conhecera. O homem à esquerda é um amigo dele que nos serviu de escolta. Lembro que me sentia perdida e atordoada. Todos os meus sonhos de liberdade e amor me tinham sido arrebatados. Estava condenada a um destino incontornável, o de esposa subserviente de um desconhecido.



Amigos tiraram esta foto, em 1993, em Veluwe, na Holanda. Na época, meu maior pesadelo era que minha família me visse assim. O cabelo tão curto a escandalizaria.



Quando Haweya pediu que enviasse fotografias minhas em 1993, escolhi esse vestido solto, bordado, um thaub, e botei um véu para não contrariar minha família.



Esta fotografia foi tirada quando Haweya trabalhava nas Nações Unidas no Que único lavrador de verdade, na foto, é o homem à direita. Acho graça na cena. Haweya olha para o terreno como se esperasse que seu sorriso fosse capaz de fazer o milho brotar por si so exatamente como costumava olhar para os pratos sujos lá em casa, nas esperança de que eles se limpassem miraculosamente.



Acho que nesta foto estávamos no escritório do centro de refugiados. Deve ter sido no outono de 1994, Haweya chegara em janeiro desse ano. Ainda hoje consigo ver a tristeza no seu olhar.



Esta é a fotografia de Mahad que Haweya levou para mim. Foi tirada em Nairóbi em 1992. O prédio atrás deles é um marco nacional no Quênia; e, ao lado, vê-se a formidável estátua do presidente Jomo Kenyatta, que também empresta o nome ao edifício. Não sei quem é o homem à direita.



Esta foi a primeira vez que tirei férias na vida. Em 1994, Ellen e eu passamos três dias em Londres: a viagem foi divertidíssima, se bem que um tanto caótica. Percebemos que tínhamos esquecido de anotar o nome do hotel e passamos horas perdidas na cidade. Como eu era criança na época.



Esta fotografia foi tirada em 1996, quando conheci os pais de Mirjam. O pai dela tinha uma coleção de chapéus, e nós os provamos. Fiquei com o quepe de policial.



Esta é uma foto de junho de 2000, quando fui visitar meu pai na casa da minha prima Sadiyo, em Düsseldorf. Acusavam-me de ter sucumbido ao imperialismo cultural ocidental tanto nas idéias quanto na escolha da indumentária. Eu retrucava que usar véu e turbante era sucumbir ao imperialismo cultural árabe. Sadiyo correu para o quarto e voltou com essa roupa somali clássica, o guntina (nove metros de pano enrolados no corpo) que vesti para mostrar por que os somalis nunca poderiam levar a cabo o imperialismo cultural!

Os velhos tentaram desarmá-lo, mas não conseguiram. Deram uma nova lata de água ao outro homem. Queriam muito que se mantivesse a calma — todos tinham se transformado em especialistas em prevenção de conflito. Eu me acerquei de Mahamuud e cochichei: "Essa gente é perigosa". Ele me olhou e disse: "São perigosos, sim. Estão com fome e sede. Andaram muito. Não têm mais nada a perder. Sentem que já estão mortos".

Mahamuud estava coberto de razão. Aqueles pobres diabos pareciam fantasmas. Eram magérrimos. Fazia semanas que estavam fugindo de casa e tinham perdido tudo no caminho. Os bebês morriam; viam-se crianças inertes nos braços de quase todas as mães. Sempre atacados por bandidos, passaram por todo tipo de frente de batalha. Era desnorteador olhar para os olhos daquela gente. Pareciam estar chegando de uma visita ao inferno.

Eu me senti impotente. Estava lá para ajudar um homem a encontrar a sua família, e eis que me via cercada de um mar de desesperados. Entre eles, destacava-me como a única com aparência descansada e alimentada. Era quase como se fosse a última esperança de cada mulher, de cada família, debaixo de cada árvore. Muitos se aproximaram, suplicantes: "Dá para você falar com os guardas da fronteira? Me leva para lá? Tenho família". E eu era obrigada a responder: "Não. É impossível, não posso fazer nada". Estava lá com Mahamuud, e ele só tinha um objetivo: encontrar a família.

Prosseguimos, perguntando a cada um se tinha visto uma mulher chamada Si'eedo Mahmuld Osman Yusuf Kenaidiid; Mahamuud era casado com a prima, de modo que os dois tinham os mesmos nomes avoengos. Inevitavelmente, as pessoas que encontrávamos queriam saber o nosso nome, e era natural responder com a versão mais extensa: "Sou Ayaan Hirsi Magan Isse". Era como uma multitudinária reunião clânica: a genealogia fazia as vezes de carteira de identidade.

Alguém disse: "Lá, debaixo daquela árvore, há alguns jama magan". Fui na direção apontada e os vi: Ainanshie e Aflao, e Amran e

Idil, de Mogadíscio. Na última vez que os vira — no dia da partida, menos de três semanas antes — eles eram ricos, tinham pernas e braços gordos, fortes. Agora estavam reduzidos a figuras esquálidas, com a roupa sobrando no corpo esquelético. Embora as suas feições me fossem conhecidas, já não eram das mesmas pessoas. Tinham emagrecido muito. Com eles se achava Abdiwahab, outro primo meu de segundo grau que trabalhava no café de Aflao. Abdiwahab, antes tão gordo e sobretudo tão alto, convertera-se numa caveira, e parecia mais alto ainda. De olhos desorbitados e bochechas chupadas, era pele e osso, nada mais. Foi como olhar para um zumbi.

Eles me abraçaram, e eu comecei a chorar — todos choramos —, e as duas moças me imploraram: "Por favor, não nos largue aqui, leve-nos com você", e eu sabia que não podia fazer nada. Não tinha dinheiro. O de Mahamuud mal bastava para salvar sua própria família. Eu prometera ao oficial da fronteira voltar só com uma mulher, e ainda não a havia encontrado. A única coisa que pude dizer foi que, assim que chegasse a Nairóbi, tentaria arrecadar dinheiro para que Mahad voltasse à fronteira e desse um jeito de tirá-los de lá.

Choraram desesperadamente. Amran e Idil tinham apenas dezessete e dezoito anos. Disseram: "Você veio com esse homem para salvar a família dele, mas somos a sua família, e você não quer nos salvar — pensamos que tivesse vindo nos buscar". Estavam histéricas. Antigamente Haweya chamava Amran e Idil de "barricas", tão gordas eram; agora estavam subnutridas, assustadas e desinquietas.

A mulher de Aflao abortara um bebê na estrada, e Ainanshie tivera que largar a esposa e o filho de colo em Mogadíscio, pois ela era hawiye, do clã inimigo, e arriscava ser linchada no caminho pelos refugiados darod. Ainanshie me contou que combatera os hawiye com os darod de Mogadíscio e tinha matado alguns. Achava bom fazer tal coisa, vingar-se da carnificina. "Apareceu um sujeito com uma faca. Eu o baleei e lhe cortei a garganta de orelha a orelha" sorriu ele com satisfação. Comecei a tremer — aquilo era simplesmente impossível,

uma alucinação de horror. Lembro-me de ter pensado: "Isto aqui é o inferno, o primeiro portão do inferno".

Mahamuud me pressionou para seguir adiante, queria localizar a família antes do anoitecer. Prometi voltar quando estivesse a caminho da fronteira e, com muita dor, despedi-me de Ainanshie e sua família. Continuamos andando, detendo-nos a cada árvore para pedir informações. Debaixo das mais altas ficavam as famílias com homens armados. As mulheres sozinhas tentavam abrigar os filhos sob arbustos pouco maiores do que uma moita. Mahamuud encontrou conhecidos — parceiros de negócios, vizinhos — e todos diziam: "Mais adiante, mais adiante. Estão lá embaixo".

Ele avistou Fadumo, a esposa de seu irmão mais velho, Mahamed, a qual também era irmã da mulher de Mahamuud. Ela o agarrou e não o soltou mais. Seu marido veio correndo, descalço. Conservava o bigode e as sobrancelhas cerdosas, mas o que restava dele tinha afundado nas depressões do esqueleto. Parecia um cadáver correndo. Mahamed e Fadumo estavam com os quatro filhos, que olharam para mim como se eu fosse um anjo descendo do céu.

Mahamed nos informou que a esposa de Mahamuud estava ali perto e que os seus filhos iam bem. Segurou o braço do irmão, e começamos a caminhar. Vendo-o de longe, a mulher de Mahamuud se precipitou ao seu encontro. E, atirando-se nos seus braços, começou a chorar.

Foi a primeira vez em que vi um casal somali demonstrar afeto. Ficaram agarrados, um acariciando a face do outro, ambos chorando e sem se soltar. Os filhos chegaram atropeladamente e abraçaram os dois — foi um momento muito íntimo de pura alegria e lágrimas, e Mahamed e eu desviamos o olhar em sinal de respeito.

Ainda suspirando nos braços de Mahamuud, sua mulher, Si'eedo, nos levou para a árvore sob a qual estava acampada. Lá se achava a irmã mais nova de Mahamuud, Marian, com um casal de filhos. Sua menina de três anos era a criança mais linda que eu tinha visto. Mas, quando olhei para o bebê, tive a impressão de que não era

um bebê — apenas uma minúscula e enrugadíssima forma humana, recém-nascida, agarrada ao seio seco da mãe faminta. Uma criancinha desnutrida, de proporções físicas horripilantes, a cabeça maior do que o resto do corpo. A coisa mais feia do mundo. Ao mesmo tempo, vi nela um súbito ímpeto de vida. Uma vida em extinção, mas ainda presente. Disse a Marian: "A gente precisa salvar esse bebê. Está vivo — temos de levá-lo para o outro lado da fronteira". Ela me encarou: "Alá me deu este filho e, se quiser, Alá o tomará de volta". Era uma adepta convicta da Fraternidade Muçulmana e, portanto, sumamente passiva. Sentia-se testada por Deus; tinha que aceitar a morte do filho se essa fosse a Sua vontade. Denotar sofrimento ou desespero era fracassar na prova da fé. Aliás, todo mundo parecia esperar com toda paciência que o bebê morresse no seu colo. E por que não? Afinal de contas, muitos outros estavam morrendo. O filho caçula da Mahamuud, de mais ou menos um ano e meio, também adoecera, tinha a bundinha flácida e enrugada de desidratação.

Eu disse: "A gente precisa partir amanhã. É preciso salvar esse bebê". Todos me acharam sentimental, exausta talvez, e reprovaram a minha maneira de lidar com a morte e o horror que nos rodeava. Talvez tivessem razão. Aquela criança não podia sobreviver. Esquentamos água para o chá, então esfriei um tanto e entreguei um copo a Marian para que desse ao filho. Quando ela o aproximou, o bebê começou a mover os lábios.

Naquela noite, dormimos em esteiras e panos finos estendidos na areia branca, um bem perto do outro. Si'eedo preparou um ralo mingau de sorgo com água suja. Não continha nenhum nutriente, nem mesmo sal. Depois, envoltas nos véus, dormimos no mesmo lugar em que havíamos comido. Foi estranhamente confortável; a areia era macia, e o vento tinha o cheiro de Mogadíscio. Mas todos estavam com sarna e piolhos e me avisaram que eu podia me contagiar. Enquanto os piolhos passeavam visivelmente no pescoço das crianças, lá estava eu munida de escova e pasta de dentes, com uma muda de roupa de baixo e outra de roupa limpa na sacolinha. Era surreal.

No dia seguinte, enquanto o pessoal pegava suas coisas, resolvi ir até a árvore sob a qual Aflao, Ainanshie e seus familiares estavam acampados. No caminho, muitos quiseram saber quem eu era. "Sou filha de Hirsi Magan", respondi. Então alguém perguntou: "De que esposa?".

"Da esposa dhulbahante, Asha Artan." Indicaram-me uma árvore, junto à qual encontrei uma prima que eu não conhecia: Zainab Muhammad Artan, a meia-irmã de Mahmud, com quem, três meses antes, eu casara secretamente em Mogadíscio. Tive um sobressalto ao saber quem era. Aquela vida parecia a anos-luz de distância.

Zainab contou que viajara de Mogadíscio a Kismayo pela estrada costeira. Quando os soldados hawiye atacaram Kismayo, ela e o marido fugiram, apavorados, tendo que levar consigo os filhos de outra mulher — dois meninos que estavam brincando com os filhos de Zainab quando os soldados chegaram, e de cujo paradeiro os pais não tinham a menor idéia agora.

Ela apontou para eles. Eu os reconheci. Eram Ahmed e Aidarus, os dois filhos menores da irmã caçula da minha mãe. Tinham mais ou menos cinco e sete anos. Um deles chegou correndo e me agarrou a mão direita, o outro, a esquerda, e os dois ficaram olhando para mim. Não pediram nada — não foi necessário. Eu precisava levá-los. Aquelas crianças eram minhas — minha responsabilidade.

Levei-as a Mahamuud e contei a história; ele se limitou a balançar a cabeça. Também sabia que era impossível abandoná-los.

Precisávamos retornar à fronteira queniana o mais depressa possível, antes que o oficial Mwaura se esquecesse de nós. Olhamos ao nosso redor. Prometêramos voltar com uma mulher e quatro crianças pequenas, mas agora levávamos também o irmão de Mahamuud e sua família, a irmã com dois filhos e ainda meus dois priminhos. À parte isso, ambas as esposas traziam jovens parentes consigo. De modo que estávamos acompanhados de um homem, quatro mulheres e doze crianças. Em vez de um grupo de sete, éramos nada menos do que uma penca de vinte.

Decidimos tentar passar juntos, muito embora soubéssemos que o dinheiro dificilmente daria para que todos entrassem no Quênia. Mahamuud pagou para que a caminhonete nos transportasse a todos até o estacionamento perto da fronteira. Isso acabou com todo seu dinheiro somali. Agora só lhe restavam os dólares, e, se os mostrasse ali, com tanta gente armada por perto, arriscava ser morto. A picape nos deixou numa terra de ninguém entre os dois países. Havia uma multidão enorme entre nós e a margem do rio em que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) montara sua barraca, muito mais gente do que no dia anterior. Nós nos instalamos ao sol, e Mahamuud foi fazer os trâmites.

Era tarde quando ele voltou. Chegou carregado por quatro homens que o jogaram na areia junto à nossa esteira. Tinha sido picado por um escorpião e estava quase paralisado de dor. Nós o acomodamos em um guntino e tentamos lhe oferecer um mínimo de conforto; não se podia fazer mais nada. Ele estava com a perna inchada e preta.

Agora cabia a mim entrar no Quênia, conversar com os guardas fronteiriços e tentar arranjar um pouco de comida para todos enquanto aguardávamos, do lado somali da fronteira, que Mahamuud se recuperasse a ponto de poder caminhar. Se morresse, o que seria perfeitamente possível em caso de picada de escorpião, a nossa situação ficaria ainda mais desesperadora.

Graças à minha carteira de identidade, os guardas me deixaram entrar em Liboye, onde consegui comprar leite; vovó dizia que leite de camela neutraliza o veneno do escorpião, mas só encontrei leite de vaca. Na volta, guardei um pouco para o bebezinho, ainda que os outros afirmassem que era um desperdício, e também ofereci um pouco a Marian para que recuperasse o seu próprio leite. Mas, quando lhe propus que desse nome ao bebê, ela se recusou; não queria se apegar à criança porque já estava preparada para a sua morte.

Passamos quatro dias esperando naquela zona sem sombra e repleta de tendas de lona. Mahamuud ficou com febre. Quando chovia,

pegávamos água em um buraco verdolengo de algas. Misturávamos farinha de milho com a água e dávamos um pouco ao bebê.

As crianças choravam o tempo todo, num lamento constante. Meu primo mais novo apresentava uma espécie de infecção respiratória. Todos estavam com diarréia. O bebê era tão pequeno, magro e vulnerável que eu tinha medo de carregá-lo. Marian o mantinha apertado ao peito, envolto em um pano.

A ONU começou a distribuir comida; entregavam as rações somente às pessoas que se declaravam chefes de clã, e estes as distribuíam entre os próprios familiares ou as vendiam. Só quem estava registrado na barraca principal recebia alimento, mas, para tanto, era preciso enfrentar uma fila de centenas de pessoas. Havia um tanque, mas não conseguíamos nos aproximar dele: sendo a água o bem mais escasso de todos, as brigas por ela eram constantes. As pessoas morriam à nossa volta. A ONU contratou policiais somalis e quenianos para ajudar a sepultar os cadáveres.

O lugar estava infestado de escorpiões e cobras, havia todo tipo de répteis, e eu não sabia qual deles era perigoso. Tentava desesperadamente recordar as lições da minha avó, ao mesmo tempo que procurava pensar no que fazer para nos conservarmos vivos. Todos os demais se mostravam bastante passivos; como se estivessem entorpecidos, apenas aguardando a morte. Em toda parte, os flagelados me olhavam como se eu pudesse salvá-los. Nos meus sapatos, na minha escova de dentes, nas idas e vindas da fronteira para comprar farinha de milho e bananas, eu parecia uma emissária do outro mundo: do mundo da vida normal que provavelmente ainda existia em algum lugar.

Certa manhã em que fui buscar água com um bando de mulheres, comentaram que uma delas havia sido assaltada durante a noite. Além de ter chegado sozinha, sem homem que a protegesse, pertencia a um subclã pequeno. Os soldados quenianos a arrebataram do abrigo, de madrugada, e a estupraram.

Fui visitá-la na minúscula cabana de trapo que ela tinha feito. Encontrei-a reduzida a uma enorme chaga: o rosto inchado e coberto de sangue seco, a roupa toda rasgada, feias marcas nas pernas. Tremia incontrolavelmente. Eu a toquei e perguntei se podia ajudá-la, mas ela não respondeu. Só dizia YaAllah, YaAllah, "Alá tenha piedade de mim".

Fui buscar mais um pouco de água para ela, e todas as pessoas próximas me disseram: "Não convém ser vista com essa mulher. Ela é impura. Vão começar a dizer que você também é". A única coisa que eu conseguia ver era um ser humano que tinha sido vítima de violência e estava à beira da morte, mas, para aquela gente, ela não passava de uma pária.

Eu sabia que a coitada não tardaria a morrer. Fui até a barraca do ACNUR, encontrei uma funcionária cingalesa e lhe contei, em inglês, a respeito da mulher sozinha que fora estuprada. Expliquei que os somalis iam deixá-la morrer. Ela foi até lá com alguns policiais e a levou embora. Relatei o episódio a Mahamed e aos outros, e eles disseram: "Claro que a culpa não é da mulher, mas sabe como é, há tantos problemas, você não pode salvar todo mundo". Sim, eu sabia disso, mas não custava nada termos ao menos um pouco de cuidado com os outros. Dois dias depois, falou-se em um novo caso de estupro. Aquilo começou a acontecer com muita freqüência: os soldados quenianos chegavam de madrugada e violentavam as somalis que estavam sozinhas, sem protetor. E todas essas mulheres acabavam marginalizadas e abandonadas até morrer.

Era isso que a minha avó queria dizer quando me advertia que uma somali sozinha era como um pedaço de banha de carneiro ao sol. As formigas e os insetos caíam em cima dela, e ela não tinha aonde ir ou onde se esconder; era devorada e derretida até que não sobrasse mais do que uma manchinha de gordura. E vovó também explicava que, se tal coisa me acontecesse, a culpa seria exclusivamente minha.

Era horrível. Todos no acampamento se diziam maometanos, mas ninguém ajudava aquelas pobres vítimas em nome de Alá. Todos

rezavam — até mesmo a mulher naquela pocilga estava rezando —, mas ninguém era capaz de um mínimo de compaixão.

A febre de Mahamuud já estava começando a ceder quando Mahad chegou àquela terra de ninguém, diretamente de Nairóbi. Trazia xelins quenianos; havia arrecadado dinheiro dos osman mahamud para resgatar o máximo de pessoas possível. Eu lhe pedi que fosse buscar Aflao e a família de Ainanshie em Dhobley, e ele prometeu ir.

Agora o meu irmão agia como o próprio comandante-chefe, se bem que a mim me parecia que tinha chegado depois da batalha. Manifestou em voz alta a sua preocupação com o meu bem-estar naquele lugar horrível. Mandou-me voltar imediatamente a Nairóbi com a esposa e os filhos de Mahamuud; disse que depois voltaria para buscar a família de Mahamed e Marian com os dois filhos. Mas eu conhecia Mahad: suas intenções nem sempre coincidiam com a realidade. Por isso teimei em ficar. Não podia largar aquelas duas famílias e muito menos o bebezinho sem nome.

Mahad foi a Dhobley. Passou duas noites lá. Dois dias depois do seu retorno com Ainanshie, Aflao e os demais, Mahamuud finalmente se levantou. A febre tinha passado. Todos estavam vivos, até mesmo o bebê. O dinheiro reservado para as propinas e o transporte diminuíra muito à medida que eu comprara mantimentos na aldeia queniana da fronteira, e as pessoas acampadas perto de nós já começavam a lançar olhares cúpidos ao nosso estoque. Agora que Mahamuud tinha condições de se locomover, estava na hora de atravessar a fronteira.

Éramos Mahad e eu, Mahamuud e a família, a família de Mahamed, a de Aflao e Ainanshie, Marian com a menina e o bebê e os meus dois priminhos: quinze adultos e dezesseis crianças.

Resolvemos nos separar. Mahad ficaria esperando mais um dia com a família de Aflao e Ainanshie. Partimos imediatamente com Mahamuud, dois homens, três mulheres, as duas meninas que estavam com elas e doze crianças pequenas.

Primeiro precisávamos encontrar Mwaura e negociar. Fui com Mahamuud pelo caminho de Liboye. Os soldados nos detinham e

interrogavam a toda hora, eu respondia em suaíli. Por fim, localizamos Mwaura num terreno baldio em que se aglomeravam centenas de refugiados, que tentavam negociar com os proprietários quenianos de caminhonetes e ônibus. Mwaura olhou para mim e disse: "Ah, a mocinha que fala suaíli". Mostrou-se mais simpático dessa vez. Eu lhe dei várias notas extras de mil xelins para que deixasse todos passarem. Foi uma transação fácil, de adulto para adulto, olhos nos olhos. Ele não era um mau sujeito, e mais tarde descobri que havia lhe dado dinheiro demais. Por muito menos Mahad fez a mesmíssima viagem depois de nós.

Entretanto, Mahamuud levou vários dias negociando o nosso transporte. Fez diversas vezes o penoso caminho de volta ao lado somali da fronteira, onde estávamos esperando, para dizer: "Amanhã, quem sabe". Ocorre que éramos muitos; e os preços, exorbitantes. Todos os somalis que ainda tinham dinheiro, como nós, procuravam subornar a polícia e oferecer altas quantias a quem se dispusesse a levá-los para mais perto de Nairóbi. Enfim, Mahamuud anunciou que havia fechado negócio. Encontrara um motorista de ônibus disposto a nos levar — mas concordou em lhe dar quase todo dinheiro que restava.

O ônibus nos deixou em um lugar no sopé do Garissa, onde passamos a noite. No dia seguinte, tomamos outro ônibus para Garissa e depois outro até Nairóbi. A essa altura, as crianças já nem choravam; estavam quase inertes.

Chegamos à casa de mamãe às dez e meia de uma manhã do fim de fevereiro de 1992. Eu tinha passado três semanas fora. Ela estava aflitíssima por nossa causa — também parecia mais magra e muito abatida. Ficou estupefata ao ver o meu estado: imunda, infestada de piolhos e acompanhada de uma multidão famélica.

Comemos e bebemos água limpa; mas, antes de nos lavarmos, coloquei Marian num táxi e mandei o motorista nos levar ao Hospital Nairóbi. Não tínhamos mais dinheiro, e eu sabia que o Hospital Nairóbi era caríssimo; tinha sido operada lá na ocasião em que o maalim tinha me quebrado a cabeça. Mas também sabia que eles primeiro nos

atenderiam, só depois apresentariam a conta. Salvar a vida do bebê era só o que me interessava.

Aproximando-me do balcão de recepção, anunciei: "O meu filho está morrendo", e a enfermeira arregalou os olhos, horrorizada. Pegou-o, aplicou soro no seu bracinho, e muito devagar, muito mesmo, aquele corpo minúsculo começou a se desenrugar ligeiramente. Depois de algum tempo, o menino abriu os olhos.

A enfermeira disse: "Ele vai viver", e nos mandou fazer o pagamento no balcão da caixa. Pedi para falar com o diretor e contei toda a história. Confessei que não tinha um tostão. Ele, um médico indiano de meia-idade, pegou a conta e a rasgou. Disse que não importava. A seguir, explicou-me como cuidar do bebê e onde obter sais reidratantes. E voltamos de táxi para casa.

Mamãe pagou a corrida e olhou para mim com respeito. "Parabéns", disse. Um raro elogio.

Nos dias subseqüentes, a criança começou a engordar, aquela enrugada imagem de filme de terror se transformou em um bebê de verdade, esperto, cheio de vida. Uma noite, no jantar, eu disse: "Agora a gente precisa dar nome a esse menino". Ele já devia estar com um mês e meio. Bem nesse momento, bateram na porta e mais um refugiado entrou, o irmão caçula de Osman, Mahamuud e Mahamed, Abbas Abdihalin, de dezoito anos. "Dêem o meu nome a ele, o nome do grande Abbas!" gracejou o rapaz. E foi esse o nome que puseram no bebê, Abbas. Hoje em dia, ele deve ser adolescente.

O pequeno Abbas era o queridinho de todos. Um menino sem pai e sem futuro — um menino que podia ter morrido facilmente, mas que, pela graça de Alá... —, ele era uma jóia, adorável e cheio de vida, acalentado e mimado por todos nós. A casa estava lotada e não havia quem não comemorasse o mero fato de estar vivo. Os dois primos que eu trouxera comigo viraram filhos da minha mãe, que os tratava na palma das mãos e lhes preparava refeições especiais. Ela passou algum tempo estranhamente feliz com aquela tribo enorme à sua volta. Chegou

o ramadã — o mês da família —, e o nosso apartamento era como uma reunião clânica dos osman mahamud.

Começaram a nos enviar dinheiro do exterior. Somalis do mundo inteiro, do Canadá, da Europa, faziam transferências pelo hawala. O sistema hawala é um ótimo exemplo da engenhosidade somali. Você visita um homem em Toronto, Estocolmo ou Kuala Lumpur. Entrega-lhe dinheiro. Ele telefona para uma mercearia de um bairro somali de Nairóbi, Birmingham ou qualquer outro lugar, e dá um jeito para que o seu amigo receba a quantia. Paga-se uma comissão, mas não há nenhuma burocracia. O processo consiste em alguns telefonemas e dura um ou dois dias; baseia-se inteiramente na confiança interna do clã ou da Fraternidade Muçulmana, que administram o sistema mais barato e confiável do mundo. O mesmo acontecia com todas as famílias somalis que acolhiam refugiados no Quênia: quem mandava dinheiro eram os clãs.

Contudo, ainda que não faltasse dinheiro para comer, o apartamento tinha se transformado em um hospício. Só o barulho já enlouquecia. Era quase impossível manter a ordem com os homens o dia todo fora de casa. A sarna e os piolhos também nos faziam perder a cabeça — principalmente a sarna. Compramos uma caixa inteira de loção na clínica, mas o remédio só tinha efeito se todos o usassem ao mesmo tempo e lavassem tudo; no nosso apartamento, as pessoas sempre se esqueciam, ou simplesmente não se importavam, e não paravam de chegar novos refugiados. Houve um período em que havia trinta e cinco ou quarenta pessoas lá em casa. Voltávamos a nos contagiar permanentemente; era uma praga.

Uma tarde, Mahad chegou com dois hawiye amigos dele de Mogadíscio, que não tinham onde ficar. Não podia deixá-los na rua em Nairóbi, mas nosso apartamento estava repleto de darod — apinhado de homens que não faziam senão amaldiçoar dia e noite os carniceiros hawiye. Mahad entrou, parou na soleira da porta e, muito emproado, apresentou os dois recém-chegados. Explicou que eles não tinham aonde ir e que, pessoalmente, nunca fizeram nada de mal e, dirigindo-

se a todos, disse: "Aqui ninguém vai falar mal dos hawiye". O choque nos deixou petrificados, mas ninguém se atreveu a desobedecer. Eles ficaram uma semana lá em casa.

Certa manhã de março, recebi uma carta em inglês. Era de uma finlandesa dizendo que estava apaixonada por Mahmud Muhammad Artan. Vinha anexada uma fotografia dos dois. Alto e bonito, de camisa branca, ele estava abraçando uma mulher muito loira diante do azul do mar. A finlandesa dizia ainda que Mahmud tinha uma fotografia minha e dele, emoldurada, mas jurava que éramos primos. Era verdade que eu não passava de uma prima?, perguntava. É que a tal finlandesa tinha planos de casar com Mahmud.

Aquilo foi uma dádiva do céu. Eu quase tinha esquecido aquele homem, e eis que agora surgia uma finlandesa disposta a me livrar dele. Escrevi uma resposta educadíssima. Claro que eu era prima de Mahmud e claro que não podia ser sua esposa: seria incesto. Caso ele tivesse dado a entender, fosse como fosse, que éramos casados, só podia ser brincadeira. Dobrei a carta e a fotografia, sentindo-me muito adulta por saber resolver tão bem meus problemas pessoais.

9. Abeh

Em abril de 1991, meu pai chegou a Nairóbi. Uma noite, logo após a ceia do ramadã, os irmãos Abdihalin irromperam no apartamento com a notícia. Contaram que, na casa de Farah Gouré, tinham ouvido falar que nosso pai desembarcara em Nairóbi. Eu me levantei de um salto e, gritando de entusiasmo, comecei a dançar ali mesmo. Haweya também se alegrou. Mahad ficou um tanto calado, e minha mãe se mostrou admirada com a nossa enorme capacidade de perdoar.

Eu disse: "Mamãe, vou procurar abeh e trazê-lo para cá". Ela respondeu: "Nada disso. Aqui eles não podem ficar". Mas repliquei: "Depois a gente conversa sobre isso", completamente alheia às suas

emoções. Ela não fez cena porque não podia. Não era permitido à mãe separar os filhos do pai: pertencíamos a ele.

Haweya e eu nos envolvemos em véus e fomos à casa de Farah Gouré, que estava lotada de refugiados: gente dormindo em todos os andares. Percorremos todos os cômodos até encontrar Fadumo. "Onde ele está?", perguntamos. Ela abriu um sorriso luminoso. Sim, abeh estava em Nairóbi, disse. Naquele momento, todos tinham ido fazer o Taraweh na mesquita. Iam voltar tarde. Ainda que com lágrimas nos olhos, feliz por nós, Fadumo tentou nos fazer entender que todo mundo estava à espera de uma oportunidade de conversar com nosso pai. Ele chegara no dia anterior, e toda aquela gente o aguardava. No entanto, tínhamos todo o direito — o mais importante dos direitos.

Ficamos esperando até quase meia-noite, então a porta se abriu repentinamente, emoldurando a figura de abeh. Corremos e nos atiramos nos seus braços, exatamente como fazíamos anos antes, em Meca, quando ele chegava, muito embora agora fôssemos duas vezes mais altas. Nós o obrigamos a se sentar no chão, e ele não cessava de rir e gritar "Minhas filhas, minhas filhas, minhas meninas!" e de nos abraçar. Olhou para nós: "Vocês cresceram muito, mas continuam exatamente com a mesma carinha". Não havia muito afeto no seu olhar.

Fadumo nos convidou a ficar na sala de visitas, mas queríamos era levar papai para casa. Ele se levantou, sorriu e lhe disse: "Há tempo de partir e tempo de ficar: este não é o tempo de ficar". Estava mais grisalho, tinha envelhecido, mas continuava exatamente a mesma pessoa. Até o seu cheiro era o mesmo; reclinei a cabeça em seu pescoço e fiquei cafungando até que ele tirasse o turbante e o desse para mim. Estávamos felizes, todos os presentes sorriam, radiantes — em meio a tanto assassinato, carnificina, refugiados, doenças e perdas, ainda restava alegria. Eles ficaram contentes por nós. Disseram: "Vá com as meninas, vá". Empurramos abeh ipara fora, e alguém se prontificou a nos levar para casa.

Demos com mamãe e Mahad na calçada em frente ao prédio, na escuridão. Entendi que ela não queria receber papai na frente de toda

aquela gente; tinha passado horas na rua à nossa espera. Abeh saiu do carro, abriu os braços e exclamou com voz sonora: "Ah, Asha!"; ela virou o rosto e disse: "Não". Ele a abraçou assim mesmo, mas ela foi pura rejeição, pura frieza.

Então Mahad o abraçou — uma saudação bem contida, aliás — e, enlaçando o ombro de mamãe, levou-a para dentro.

Haweya e eu os seguimos com papai, e, ao vê-lo, todos no apartamento começaram a gritar e a saudá-lo e a contar histórias. Mamãe se enfurnou na cozinha.

Na primeira noite, abeh dormiu na sala com os outros homens. Na manhã seguinte, acordou às cinco e meia e, acendendo todas as luzes, pôs-se a entoar o chamado à oração, Allaahu Akbar, como na mesquita. Os jovens no chão despertaram, sobressalta-dos. E todos se levantaram, um tanto desconcertados, e foram se lavar e se preparar. No quarto, mamãe nos acordou, dizendo: "Seu pai está chamando para a oração". Toda casa começou a rezar.

Minha mãe indagou em voz alta se aquela gente estava orando para agradar a Alá ou a abeh, já que poucos se davam ao trabalho de rezar antes da chegada dele. Mahad, Haweya e eu achamos graça nessa cáustica observação, mas, mesmo assim, aquele foi um belo momento. Todos o sentiram, ainda que estivessem morrendo de sono.

Não havia o que fizesse mamãe se enternecer com abeh. Toda manhã, ele a cumprimentava: "Dormiu bem, Asha?" E toda manhã ela lhe dava as costas. Nos seis meses que ele passou conosco, ela não lhe dirigiu uma só vez a palavra ou o olhar. No entanto, diariamente me acordava bem cedo e me mandava preparar um café-da-manhã especial para o nosso pai, muito melhor do que o dos outros; à noite, antes de ir para a cama, separava um prato, um copo, um garfo, uma colher e uma faca para que, naquela cozinha atulhada, nunca faltasse uma prateleira com louça e panelas reservadas para ele.

Eu admirava muito a sua sensibilidade pelo código de honra, assim como a sua dignidade, mas não gostava do pouco-caso que fazia de abeh, muito embora entendesse por quê. Ela tinha sido abandonada,

ficara sozinha com os filhos, precisara pedir esmola aos parentes dele; apesar de tudo, fazia questão de que todos na casa respeitassem a privacidade e a necessidade de sossego de abeh; adotava o comportamento mais adequado; mas se safava da situação, não dava o braço a torcer, sumia.

Esvaziei a despensa para que papai lá se instalasse, uma sale-ta com uma minúscula janela no alto. Ele dormia em um colchonete no chão, a roupa empilhada em uma cadeira de couro de vaca, o exemplar do Alcorão e um abajur sem cúpula para ler.

Quando abeh estava presente, reinava uma atmosfera de ordem na casa. As pessoas se mostravam mais dignas; sentavam-se com o corpo aprumado e escutavam — era ele quem falava. Antes da sua chegada, os rapazes passavam tardes inteiras mascando qate jogando baralho; tomavam o cuidado de sumir com os vestígios antes que mamãe entrasse, mas não faziam nada além disso. Agora o nosso apartamento parecia um madraçal. Estava limpíssimo: os homens passaram a dobrar a roupa e a tirar os sapatos à porta. A hora de dormir mudou drasticamente: íamos cedo para a cama e cedo acordávamos. E orávamos.

Abeh passava a maior parte do dia fora, na mesquita, em reuniões com os anciãos, com os representantes dos clãs, tentando alinhavar algum tipo de acordo de paz. Continuava totalmente absorto na sua visão de uma Somália unificada, ideal, mas agora estava convencido de que só o islamismo era capaz de unir os clãs em guerra. Só a lei de Alá podia pacificar a violência que se desencadeara em todo país. Ele tinha desistido da democracia ao estilo americano.

Papai me falou da sua filhinha em Adis Abeba. Chamava-se Marian; ainda não sabia somali, mas ia aprender com ele. Sua nova esposa só falava etíope. Não insistimos muito nesse assunto; era indelicado conversar sobre uma mulher com a filha de outra. Mas abeh se referia à filhinha deles com tanta meiguice que o perdoei.

Terminado o ramadã, as pessoas começaram a se dar conta de que não podiam ficar no nosso apartamento até o fim dos tempos.

Passei a percorrer Eastleigh, com um ou outro homem, à cata de proprietários de imóveis para alugar. Mahamuud não tardou a encontrar apartamento para a família, para a de Mahamed e também para Marian com os filhos. Alguns outros rapazes foram morar em uma pensão em Ngara Road.

Mesmo assim, ainda éramos muitos. Minha vida se concentrava em administrar os vários problemas da nossa família subitamente expandida: procurar apartamento, providenciar a ligação da água ou da luz, cuidar da transferência de valores, servir de intérprete. Também me incumbia do serviço doméstico, que mamãe considerava responsabilidade minha por ser a filha mais velha; levava as crianças ao médico, ia pagar as contas. Ajudava a registrar as pessoas nos programas de transferência para outros países, que estavam tirando os refugiados cultos da Somália. Levava-os à embaixada para obter passaporte antes que o pouco que restava do aparelho de Estado somali fosse abaixo e a diplomacia do país acabasse de vez, deixando-os encalhados para sempre.

Muitas semanas depois, chegaram outros rapazes, amigos de Mahad. Quanto mais homens havia, menos ajuda recebiam as mulheres nas tarefas domésticas, e Mahamuud, quando mudou, levou consigo todas as que me auxiliavam. Então, obrigada a fazer tudo sozinha, protestei. Exigi que mamãe contratasse uma empregada queniana para lavar a roupa e manter a casa limpa; naquelas circunstâncias, não se podia dizer que fosse um luxo.

Ela não concordou. Eu a desafiei: "Já que você não quer empregada, ponha a mão na massa e faça o serviço". E fui dizer ao meu pai que precisava de trezentos xelins por mês para pagar uma doméstica. Agora que ele estava no Quênia, não faltava dinheiro; abeh pagava o aluguel. E não se opôs à idéia de uma empregada para me ajudar.

Mas, em poucas semanas, mamãe deu um jeito de se livrar da moça. Mandou-a embora, alegando que ter empregada feria seus princípios. Contestei que não podia fazer todo trabalho sozinha — lavar

a roupa à mão, limpar, cozinhar. Ela não me ajudava. Mas, dessa vez, recusei-me a lavar uma peça de roupa que fosse, e a insolência me valeu uma surra com o rolo de macarrão.

Minha mãe andava deprimida, voltara a ser amarga, insensata, cada vez mais fechada em si mesma, e passou a bater em mim com muita freqüência. Era grosseira; os refugiados iam embora por sua causa. Sentia que tudo dava errado na sua vida; enquanto isso, no mundo mais vasto, as pessoas se trucidavam feito animais.

Embora tivesse voltado a Nairóbi, não participei mais dos debates da juventude islâmica e preferi não entrar em contato com a irmã Aziza. A idéia de que tudo ia ficar perfeitamente bem quando a Casa do Islã estivesse concluída — de que surgiria um belo califado, no qual todos seriam compassivos, prestativos e viveriam conforme as regras, no qual tudo funcionaria às mil maravilhas —, parecia-me quase uma tolice. Quando meu pai nos fazia rezar, eu me limitava a repetir os movimentos, pensando no café-da-manhã, no trabalho que me aguardava e no dia seguinte.

Alguns meses depois, Maryan Farah, a primeira esposa de abehy chegou de Mogadíscio com Arro e Ijaabo. Não foi morar conosco; seria pedir demais. Tinha parentes em Eastleigh e, no começo, hospedou-se lá com as filhas. Mas a tal família de Eastleigh era pecadora demais para Ijaabo, que não queria morar com gente que mascava qat e assistia a filmes ocidentais. De modo que, embora Arro tenha continuado lá, ela não tardou a se mudar para a nossa casa, queria ficar com abeh. Afinal, era pai dela também.

Ijaabo contava histórias horrendas de Mogadíscio. Tinha visto cães comendo cadáveres na rua, e o fedor que pairava no ar era insuportável. Ela mesma só estava viva porque sua avó, a mãe de Maryan, era de uma família hawiye da mesma linhagem que as forças de ocupação. Mesmo sendo darod, Maryan não era esnobe e tratava com respeito os parentes hawiye. Quando ocorreu o colapso, o lado hawiye da família providenciou para que poupassem a sua casa, muito embora o resto do bairro tivesse sofrido um banho de sangue.

Quando Maryan e as filhas finalmente partiram, a população da cidade estava reduzida à metade: só ficaram os mais fracos e os hawiye. Mogadíscio se transformou em um lugar de assassinatos em massa, contou-nos Ijaabo. Não havia autoridade — ninguém era capaz de impor nenhum tipo de ordem.

Minha meia-irmã estava mais magra e mais devota ainda. De certo modo, eu a entendia. Para Ijaabo, a morte passou a ser uma coisa muito real: qualquer um podia morrer a qualquer momento, e era urgente estar preparada para prestar contas a Deus. Mas isso também a levava a se comportar como uma espécie de robô, fustigando constantemente os outros para que fossem mais observantes. Passadas algumas semanas, aquilo se tornou sumamente irritante. Mais de uma vez, Haweya a mandou parar de atormentá-la. E Ijaabo se queixava com voz estridente: "Sou sua irmã e a amo tanto, não a mando rezar pelo prazer de incomodá-la, e sim porque quero que você vá para o céu. Alá disse, versículo tal, versículo qual, 'Lembrai-vos: aquele que não ora será carvão para o fogo".

Uma tarde, pouco tempo depois da chegada Ijaabo ao apartamento, uma moça chamada Fawzia bateu na porta à procura de Abdellahi Yasin. Disse que não tinha onde ficar. Estava com o filho de três anos. O menino, embora filho de um osman mahamud conhecido de Abdellahi, era um garac, ou seja, um bastardo nascido fora do casamento. Fawzia estava sozinha e pediu muito a Abdellahi que intercedesse para que a acolhêssemos em casa.

Ainda que muito constrangido, Abdellahi Yasin nos contou toda a história. Mamãe fez cara de nojo. Disse que não ia receber uma prostituta em casa. Estremeci. Nada indicava que Fawzia fosse prostituta. Tornei a ver a imagem daquela mulher no abrigo de trapos, no acampamento. E disse a ela: "Se você não a deixar ficar, quem vai embora daqui sou eu".

A luta foi prolongada, mas, graças ao apoio de Mahad e Haweya, venci. Por fim, mamãe disse: "Está bem, essa mulher pode ficar, mas não quero vê-la". Consegui uma toalha e um lençol limpos — artigos

raros lá em casa —, e a pobre mulher e o filhinho acabaram passando alguns meses conosco. Na época, havia tanta gente no apartamento que Haweya, Ijaabo e eu precisávamos dividir um colchão.

Ijaabo, que via em Fawzia a própria encarnação da libidinagem, empreendeu imediatamente uma campanha para convencê-la a se arrepender dos pecados e ingressar na Fraternidade Muçulmana. Dizia: "O único modo de lavar a sua vergonha é orar, orar e orar, e entregar a vida a Alá, em busca do perdão". Uma noite em que ela estava afligindo mais uma vez a pobre Fawzia, não agüentei e a mandei calar a boca — aquilo era extremamente irritante. Disse que o teste a que Alá nos submetia não era para saber se condenávamos uma mulher que engravidou fora do casamento; o que Ele testava era a nossa hospitalidade e caridade.

Ijaabo citou o Alcorão pela sexcentésima vez naquele dia: "Ao homem e à mulher que cometerem adultério, açoitai cem vezes cada qual". Retruquei: "Tudo bem, tome esta vara. Já que não há lei islâmica no Quênia, você se encarrega de açoitá-la?". Meu pai, que estava presente no momento, achou graça e me apoiou. Ijaabo ficou furiosa e passou semanas imprecando.

Mahad e Haweya sabiam que eu era a preferida de abeh, mas também fazia tempo que sabiam que não valia a pena se queixar disso. O ciúme era proibido.

Todos os somalis rejeitavam Fawzia. Quando íamos fazer compras, ela era freqüentemente molestada na rua. Os homens passavam a mão nos seus seios e a olhavam com descarada lascívia. Nenhum deles jamais se atreveria a me endereçar um olhar daqueles: eu era filha de Hirsi Magan. Mas Fawzia tinha fama de meretriz e não contava com protetor no clã. Era uma caça.

Estava habituada à violência verbal e física. Condicionara-se a acreditar que a merecia. Aconselhou-me a não fazer caso das observações de Ijaabo. Ao contrário desta, Fawzia me auxiliava na cozinha, na faxina e nas compras. Após a oração do amanhecer, não

voltava para a cama como os demais, ajudava-me a preparar os angellos do café-da-manhã de todos.

Disse-me com todas as letras que vivia exclusivamente para o filho, que também era uma caça. As outras crianças o tratavam como um pária. Meus priminhos Aidarus e Ahmed não lhe davam trégua. E minha família não movia uma palha para impedir os maus-tratos. Ele era estigmatizado. Foi a primeira vez que vi um filho de mãe solteira.

Na Somália, a maioria das moças solteiras que engravidava se suicidava. Eu sabia de uma garota de Mogadíscio que vertera uma lata de gasolina no corpo, na sala de estar, diante de toda família, queimando-se viva. Evidentemente, se não tivesse feito isso, seu pai e seus irmãos se encarregariam de matá-la.

Chegou da Suíça uma carta para Fadumo, a mulher de Mahamed Abdihalin. Sua irmã, que morava lá, fizera todos os trâmites para conseguir um visto para ela e os filhos. Bastava ir buscar os documentos na embaixada suíça e comprar as passagens. O plano era o seguinte: Fadumo iria para a Europa com os filhos.

Mas, em vez de se fixar na Suíça, que raramente concedia asilo aos somalis, ficaria na Holanda. Ao desembarcar, tinha orientação de rasgar a passagem antes de sair do aeroporto e, a seguir, pedir asilo no país, no qual era muito mais fácil ser considerada refugiada e viver com ajuda financeira do Estado.

Mahamed continuaria em Nairóbi; estava tentando abrir um negócio. Se Fadumo recebesse asilo, também poderia ir para a Europa. Para ele, mandar a esposa e os filhos à Holanda era uma espécie de seguro: se as coisas não dessem certo em Nairóbi, tinha a possibilidade de se juntar a eles.

Uma semana depois de partir, Fadumo escreveu que estava em um campo de refugiados na Holanda. O nome do lugar não agradou muito, campo de refugiados. Meses depois, Mahamuud também se foi; mudou-se com Si'eedo para Abu Dabi, onde ia estabelecer um negócio. Aquela gente havia perdido tudo — os parentes, o patrimônio, a empresa, a vida social, os planos futuros —, mas estava disposta a

começar de zero em um país estrangeiro. Eu não via nenhuma fraude nisso: admirava-lhes a flexibilidade.

Alguns meses depois da chegada de Maryan Farah a Nairóbi, abeh resolveu casar com ela novamente. Ia sair do nosso apartamento de Park Road para morar com Maryan, Ijaabo e Arro. Imagino que, ao saber que mamãe não lhe dirigia a palavra, Maryan propôs a abeh que fosse viver com ela; era muito melhor. Uma vez tomada a decisão, ele reuniu Mahad, Haweya e eu, e nos contou tudo. Pediu a nossa bênção, a qual não negamos, se bem que tenhamos nos recusado a assistir à cerimônia nupcial. Sei que Haweya e Mahad ficaram ressentidos com a decisão, mas eu, embora não tivesse ficado exatamente contente, queria ver abeh feliz.

Eles alugaram uma casinha em Buruburu. Papai me disse que eu podia ir visitá-los quando quisesse. Chegou a me convidar a morar com eles. Era absurdo, evidentemente. Eu nunca abandonaria a minha mãe para viver com a outra mulher.

Quando ele se foi, mamãe não expressou nenhuma emoção. Limitou-se a dizer: "Bom, agora a despensa está vazia", e voltamos a guardar tudo lá. Por mais que ela se mostrasse fria e seca, eu sabia que aquilo a estava matando por dentro — tantos anos morando sozinha, dormindo sozinha, o abandono emocional e, agora, a rejeição pública.

Ela se tornou mais hostil e passou a falar comigo da pior maneira possível. Começou a me bater novamente. Acho que perdeu o juízo em dado momento. Outrora, em Áden, tinha chegado a assumir o controle da própria vida, mas depois o perdeu; agora morava em um país onde não queria morar, não tinha mais nada de seu. Estava à deriva. Creio que era isso que tanto a exasperava.

Numa tarde de sexta-feira de janeiro, em 1992, meu pai foi diretamente da mesquita ao nosso apartamento. Nunca fazia isso — nunca nos visitava —, mas chegou radiante, empolgadíssimo. "Ayaan, minha filha, tenho uma ótima notícia para você — a melhor de todas —, Alá ouviu as minhas orações!", exclamou. "Hoje, na mesquita, um

homem abençoado me procurou com uma proposta de casamento, e lhe ofereci a sua mão!"

Lembro-me de tê-lo deixado falar durante algum tempo, sentindo os pés afundarem no chão. Temperei a garganta e disse não, mas ele nem me ouviu. Insisti: "Não vou casar com um desconhecido!" e o meu pai, efervescente de entusiasmo, retrucou: "Mas não é um desconhecido! Não tem nada de desconhecido! É seu primo! Um osman mahamud!" E enumerou todos os nomes do sujeito.

Eu disse: "Não digo desconhecido nesse sentido, abeK\ e ele perguntou: "Em que sentido então?". "Nunca vi a cara dele!", reclamei. Meu pai disse: "Não seja por isso — você vai ver a cara dele amanhã".

Papai havia me entregado a um homem chamado Osman Moussa, um belo e jovem somali criado no Canadá. Estava em Nairóbi a fim de resgatar os parentes vitimados pela guerra civil e também para arranjar noiva. Achava as somalis do Canadá muito ocidentalizadas, o que significava que se vestiam de modo indecente, desobedeciam ao marido e se misturavam livremente com homens; não eram baarri, o que as tornava indignas do casamento. Por outro lado, com a guerra civil, as filhas das melhores famílias estavam disponíveis em troca de quase nada.

Abeh tinha conhecido aquele rapaz na mesquita, apenas duas horas antes. Era alto, disse, de ossatura forte e dentes brancos, bem nutrido do leite e da carne da América do Norte. Osman Moussa provavelmente o abordara. Posso imaginar a cena, o respeitoso desfiar da genealogia e, enfim, o pedido: "O senhor tem filhas, e estou à procura de noiva". Meu pai deve ter ficado contentíssimo.

Arro era mais velha do que eu, de modo que o certo seria oferecê-la. Mas não. Ele preferiu oferecer a mim àquele bom partido; Osman Moussa me aceitou, e os dois se puseram a desfilar na mesquita, anunciando aos anciãos dos outros clãs aquela união maravilhosa, abençoada por Deus. Não lhe passou pela cabeça perguntar a minha opinião.

Não se estabeleceu o preço da noiva. Devido à guerra civil, seria uma indecência falar nisso. Mas aquele era um casamento estratégico; Osman Moussa poderia se gabar de ser casado com uma magan, e nós agora íamos ter parentes no Canadá. Meu pai só podia ficar exultante com tal união.

Enfeixei coragem para lhe dizer: "Abeh, e se eu já estiver com outra pessoa?" mas ele nem chegou a me ouvir. Disse: "Alá já nos mandou a resposta". Estava satisfeitíssimo com sua própria astúcia.

Quando ele foi embora, ainda sem caber em si de contente, fui falar com mamãe. Ela se limitou a dizer: "Ah, quer dizer que agora ele é muito pai para assumir a responsabilidade do casamento das filhas? Que ótimo, hein?". E nada mais.

Fiquei apavorada, mas não chorei. Raramente chorava naquela época. Apenas via, e via clara e desapaixonadamente as grades se fecharem ao meu redor.

No dia seguinte, papai apareceu lá em casa com Osman Moussa. A sala estava limpa; e todos, entusiasmados. Menos eu. Pus uma roupa normal: vestido solto e véu curto. Não ia me emperiquitar para semelhante ocasião.

O sujeito entrou. Fez menção de me apertar a mão. Era bem alto e trajava um jeans comprido; de cabeça raspada e boné de beisebol, parecia um jogador de basquete. Foi muito educado. Eu disse: "Olá, entre. Sou Ayaan", sem o fitar nos olhos, e fui chamar a minha mãe. Ela e papai ficaram conosco na sala — nós duas sentadas na cama — e o sujeito começou a falar do Canadá, onde vivia desde menino, e dos refugiados, e da guerra.

Não nos olhamos. Osman Moussa conversou com mamãe, procurando agradar. Quando tinha oportunidade de erguer a vista, eu o esquadrinhava — seu modo de falar, seu rosto —, pensando: "Será que vou gostar desse homem?" Afinal, ia constituir um lar e uma existência com ele; cozinhar, parir seus filhos, satisfazer seus caprichos. E o que sabia a seu respeito? Falava um somali tosco, semi-aprendido. Mas parecia sério.

Uma boa muçulmana, crente e devota, teria pedido orientação, sabedoria e força a Alá, mas não foi o que fiz. Sentia que cabia a mim descobrir. E comecei a pensar na noite passada com Mahmud, imaginando o tal Osman Moussa àquela luz. Acaso eu queria ir para a cama com ele? Não podia pedir ajuda a Deus nessa matéria.

Kennedy era generoso e meigo. Havia uma liga entre nós: compartilhávamos as coisas. Ele me via esfregando o chão e lavando meias e, em qualquer situação, gostava de mim e me respeitava. Mesmo com Abshir, rapaz tão travado pelos seus regulamentos, havia atração entre nós. Mas o tal Osman Moussa era um ilustre desconhecido. Não me repugnava nem atraía. Causava-me indiferença, uma ausência total de sentimento. E tampouco dava sinal de ter um interesse especial por mim.

O casamento ficou marcado para o sábado seguinte, dali a seis dias.

Nosso segundo encontro foi mais íntimo. Osman Moussa chegou com a irmã, e pedi a Mahad e a Haweya que ficassem comigo para me ajudar a avaliar aquele pretendente. Mamãe deixou os cinco jovens a sós. Fiz perguntas sobre a oração; queria descobrir se ele era religioso. Sentia que precisava tomar uma decisão rápida, muito embora me fosse praticamente impossível impedir que o acordo se consumasse. Osman Moussa, obviamente, manifestou simpatia pela Fraternidade Muçulmana, ainda que, a julgar pela sua roupa, não fosse um devoto do quilate de Ijaabo; usava jeans e boné de beisebol. Mas, embora parecesse menos vigoroso na devoção, aparentava ser mais empenhado ainda do que Ijaabo em policiar a piedade alheia.

Indaguei: "O que você espera da sua esposa?" Mortificada, a irmã de Osman exclamou: "Se for para vocês discutirem isso, é melhor a gente se retirar!" Mas o rapaz soltou uma gargalhada: "Quero é que você me dê uns seis filhos. Vamos ser o lar de todos os osman mahamud". E, tal como da outra vez, prosseguiu reiterando que as garotas somalis criadas no Canadá não passavam de meretrizes, consumiam álcool, freqüentavam discotecas, não se cobriam e dormiam com brancos.

Ninguém as controlava; ele nunca escolheria uma delas para mãe dos seus seis filhos. Para pari-los, aquele homem precisava de uma mulher como eu, que se vestisse como eu, que fosse submissa, impecável como eu, além de filha de um homem tão devoto, o maravilhoso Hirsi Magan.

Nós o interrogamos sutilmente acerca dos poemas épicos somalis que aprendemos com mamãe, alguns compostos pelo bisavô do irmão de Abdihalin, para a nossa eterna admiração. Osman não conhecia nenhum. Pior ainda, em vez de admitir sua ignorância, fingiu dominar o assunto, coisa que o amesquinhou. Nós lhe propusemos as antigas charadas de vovó; ele não decifrou nenhuma.

Passamos a falar inglês — imaginando que o inglês daquele sujeito fosse melhor que o seu somali arranhado —, e Haweya quis saber que livros ele lia. "Bom, quer dizer", foi a resposta, "leio de tudo, sabe?" Percebi que o seu inglês também não era grande coisa e que Osman evidentemente não lia nada.

Tomando coragem, pedi-lhe que tirasse o boné de beisebol, e ele o tirou. Imaginei que pudesse me apaixonar pela sua cabeleira ou algo assim. Mas, embora tivesse apenas vinte e sete anos, o coitado era tão careca quanto o traseiro do bebê Abbas. Os somalis costumam associar a calvície à sabedoria, mas aquele rapaz não tinha nada que explicasse a perda do cabelo em idade tão precoce.

Mahad trouxe à baila a política; na época, só se falava na paz. Ele perguntou: "O que você pretende fazer quando voltarmos à Somália?" Osman Moussa respondeu: "É claro que vou ter um cargo no governo. Morei fora do país e sou um osman mahamud. A única solução para a Somália são os osman mahamud. Temos experiência de governo".

Ficou patente para os três que o cara não passava de um idiota. Considerava os osman mahamud o próprio povo escolhido; era obtuso, vulgar e sectário, o consumado tipinho da Fraternidade Muçulmana. Lembro-me de ter pensado: "Não, será possível que abeh seja capaz de fazer isso comigo?"

Quando Osman finalmente se foi, procurei reum. coragem para tornar a coisa nas minhas próprias mãos. Vesti casaco e tui a Buruburu, onde morava o meu pai. Quando ele abriu a porta, eu disse: "Osman Moussa esteve lá em casa hoje Haweva, Mahad e eu o testamos. Descobrimos que ele nao tem nada na cabeça. Nao sabe se expressar, nao tem coragem de ad mitir seus defeitos, e um sectário''.

Assim, de choíre. Para que papai não desconsiderasse as minhas palavras, como era seu costume. Fie me convidou a entrar, a sentar, e pediu: "Agora fale .

"Acho que esse homem e eu somos incompatíveis.

Ele abriu um sorriso. "Com base em uma tarde?"

Retruquei: "Você achou que éramos compatíveis com base em um minuto, por que não posso achar o contrario em uma tarde?"

Mas abeli disse: "Acontece que sei de outras coisas. Ele e filho do filho do filho de..." — arrolou toda linhagem de Osman. uTem um bom emprego no Canadá, não masca qat, é limpo, trabalhador, consciente, e um homem forte. Vou entregá-la a ele para garantir o seu futuro."

E prosseguiu: "A cerimonia vai ser no sábado, na casa de Farah Gouré. Já compramos o carneiro, já combinamos com o cadi. Não tem cabimento você me dizer que não quer nada disso. Nao posso conceber que rejeite o marido que escolhi só porque ele não gosta de ler romance".

Abeh reduziu tudo ao mínimo. Imagine como acharia ridícula a minha oposição se eu acrescentasse: mas ele nao tem um fio de cabelo!

Mesmo assim, continuei aprumada e disse: "Nao vou me casar"

Ele rebateu: "Nao posso aceitar o seu nao paia uma coisa que você nunca provou".

"Quer dizer que não posse dizer núo antes de me casar?"

''Claro que não.)a esta tudo arranjado."

Ninguém me amarrou. Ninguém me manietou. Não apontaram uma arma para minha cabeça. Mas eu não tinha nenhuma saída.

No islã, a cerimonia do níkah e o momento em que a pessoa fica legalmente comprometida com o cônjuge. Assina-se um contrato

nupcial, mas a consumação nem sempre é imediata; a noite do defloramento geralmente se segue à festa que termina na casa em que o marido e a mulher vão morar. Meu pai decidiu que ao meu nikah, no sábado, não se seguiria imediatamente a festa de casamento — ou a noite de núpcias. Esta seria celebrada com a família de Osman Moussa no Canadá.

No dia seguinte, ele esteve em casa de mamãe para me explicar esse detalhe. "O mkah vai ser no sábado, mas vocês podem dar outra festa, no Canadá, para a noite de núpcias. De modo que terão toda semana que vem para se conhecer, até que Osman viaje", sorriu. E, quando ele tiver partido, vocês podem se corresponder ou telefonar. Está vendo? Não vai lhes faltar oportunidade de se conhecerem."

Não cedi. "Não vou ao Nikah. E abeh se limitou a dizer: "A sua presença não é necessária". O que legalmente era verdade.

Agora papai era o centro das atenções. Que casamento havia arranjado, que boa notícia em tempos tão difíceis! A única coisa que o impacientava era aquilo que, para ele, não passava de um melindre meu.

Mas, como se faltasse drama na nossa família, na tarde seguinte — terça-feira —, Ali Wersengeli, o primo que um ano e meio antes oficiara de guardião na minha cerimônia matrimonial com Mahmud, irrompeu, enfurecido, no nosso apartamento. Tinha ouvido falar no meu noivado com Osman Moussa e estava decidido a impor o direito de propriedade de Mahmud sobre a minha pessoa.

Recebido por mamãe, contou que eu casara com o filho do tio Muhammad. Coisa que Hirsi Magan precisava saber com toda urgência: as bodas tinham que ser canceladas.

Por sorte, Mahad estava em casa e interferiu. "Que casamento é esse afinal?" gritou. "Não pode ser verdade. Quem foi o guardião? Eu não estava presente, nem o meu pai. Não houve casamento nenhum."

A minha mãe se controlou. Manteve perfeitamente a compostura, como sempre fazia — em público. "Quem foi o guardião dessa suposta cerimônia?" perguntou com arrogância.

"Fui eu", admitiu Ali.

"Você não tinha o direito de bancar o guardião", atalhou Mahad, erguendo a voz. "Eu estava em Mogadíscio. Por acaso você me chamou? Chamou o pai dela? Podia ter ido me buscar! Por que não foi?"

"Isso não importa. O casamento se realizou."

"Você tem prova de que houve essa cerimônia? Tem algum documento?"

Ali não tinha. Eles conversaram. Quando Ali anunciou que ia embora, a minha mãe, contrariando a etiqueta, não lhe pediu que ficasse. "Não haverá fofoca com os meus filhos", disse com firmeza.

Mahad se voltou para mim assim que Ali saiu. "Cadê a certidão?" Era inútil negar o que tinha acontecido. Confessei tudo — ou quase tudo. Não mencionei a noite no hotel, mas admiti que casara com Mahmud, em Mogadíscio, na véspera da sua viagem à União Soviética e que, mais tarde, ele se apaixonara por uma finlandesa, com a qual pretendia casar. Fui buscar a carta e as fotografias que ela me enviara. "Está vendo? Mahmud quer esquecer tudo, e respondi que concordava" concluí canhestramente. "Foi um erro."

Mostrei o documento do cádi que Ali Wersengeli havia me dado em Mogadíscio.

Mahad o examinou, desconfiado. "Isto aqui não é um documento legal — não vale nada", decretou. "Não havia guardião legítimo."

E, depois de rasgar o papel e jogar os pedaços no chão, entregou-se a uma demorada arenga sobre a minha irresponsabilidade. Mamãe não disse quase nada. Eu sabia que ela estava furiosa, mas, acima de tudo, aliviada com o fato de o meu casamento com Mahmud ser nulo; no imediato, a única coisa que lhe interessava era imaginar um meio de poupar a família de um escândalo.

O objetivo da vida de Mahad passou a ser impedir Ali Wersengeli de inteferir antes do nikah, dali a quatro dias. Primeiramente, foi contar a papai que um nosso primo materno acabava de chegar a Nairóbi, um sujeito de má índole, que, por pura maldade, estava disseminando todo

tipo de boatos sem fundamento acerca de Ayaan. Abeh naturalmente ficou revoltado com a existência de gente assim neste mundo.

A seguir, Mahad descobriu onde Ali Wersengeli morava e foi visitá-lo. Disse-lhe que o meu nikah estava marcado para dali a dez dias e prometeu providenciar um encontro dele com o meu pai na semana seguinte. Não sei por que se deu ao trabalho de inventar essa mentira, já que o meu casamento era genuinamente nulo pela lei somali.

Se tal encontro ocorresse, seria tarde demais, eu já estaria casada.

O dia do meu casamento foi igual a todos os outros. Eu me vesti normalmente e fiz todo trabalho doméstico. Estava em estado de negação. Sabia que, na casa de Farah Gouré, havia um cádi registrando a minha união com Osman Moussa perante o meu pai, Mahad e uma multidão de outros homens. Depois haveria um grande almoço: carneiro grelhado só para homens. Eu não estaria presente. A cerimônia islâmica dispensava a minha presença e a minha assinatura.

Preparei o almoço em casa e, depois de comer, saí com Haweya. Fomos a pé até o Arboretum, conversando sobre a súbita mixórdia em que a vida se transformara nos últimos oito dias.

Depois do nikah, meu novo marido e eu tivemos uma semana para nos conhecermos. Fomos ao parque Uhuru. Ele me apresentou aos amigos. Falou da sua vida quando era mais jovem, nos sonhos que tinha. Era tudo tão banal que não gravei quase nada. Conversamos sobre religião: Osman Moussa era muito devoto ao islamismo e ao bom nome da sua família. Disse que a Somália estava em guerra civil porque nos extraviáramos do caminho de Alá. Tornou a mencionar as somalis do Canadá e a sua frouxidão moral. Não esboçou nenhum gesto carnal para comigo, pois me respeitava como filha do meu pai e sua prima distante. Podíamos esperar até a festa de núpcias no Canadá.

Quando ficávamos a sós, eu me sentia um gelo. Não era capaz de me imaginar na cama com aquele homem ou acordando diariamente ao seu lado.

Nem tudo foi tradicional. A sogra não inspecionou a minha virgindade. Estávamos acima daquele procedimento indigno. Foi um grande show: ele me apresentou aos amigos e eu me comportei adequadamente, como era de esperar da filha de Hirsi Magan, sempre envolta no meu hijab preto, o qual todos aprovaram com entusiasmo. Conversávamos sobre a guerra e os acontecimentos do dia. Eu apenas procurava me comportar bem: falar baixo, ser educada, tentar não envergonhar meus pais. Sentia-me vazia.

Os amigos de Osman se zangavam não porque alguém houvesse trapaceado ou mentido, e sim por causa das mulheres que não usavam véu ou não rezavam com a devida freqüência. Reconheci a atitude de Ijaabo. Aquilo me irritava cada vez mais.

Acompanhei Osman até o aeroporto seis dias mais tarde, quando ele regressou a Toronto. Ficou de providenciar o meu visto o mais depressa possível, e eu iria para lá assim que pudesse: esse era o plano. No aeroporto, ele me abraçou, dizendo: "Não vejo a hora de você chegar". Acenei a cabeça solenemente, desejei-lhe boa viagem e me safei do seu abraço. Sabia que estava sendo fria e lamentava isso, mas não consegui proceder de outro modo.

Por fim, Ali Wersengeli foi conversar com o meu pai. Abeh bateu a porta na sua cara e, a seguir, foi falar comigo em Park Road. Ele aparecia muito amiúde naqueles dias, com papéis para assinar e vistos a discutir, entusiasmado com a sua astúcia e energizado pela incumbência de preparar a minha viagem. "Andei ouvindo umas histórias de você com Mahmud, o filho do irmão da sua mãe", disse. "O que há de verdadeiro nisso?" Respondi: "Nada". E papai foi embora, cantando. Estava felicíssimo.

Na verdade, Ali Wersengeli não tinha muito que contar. Faltavam provas da minha cerimônia de bodas com Mahmud: Mahad rasgara a certidão de casamento, e o próprio Mahmud havia deixado notoriamente de reclamar o seu suposto direito conjugai sobre mim. A maioria das pessoas não tardou a concluir que tudo era exatamente o que Mahad dizia: um boato maldoso. Ninguém queria que nada desse

errado para Ayaan Hirsi Magan. Em meio a tantas notícias deprimentes, ao caos e à guerra civil na Somália, eu era um símbolo de esperança: uma mocinha pia e obediente que merecia o maravilhoso partido que o seu pai arranjara.

O cádi era um funcionário civil reconhecido, de modo que, semanas depois do meu nikah, papai foi buscar a certidão de casamento redigida pelo cádi e registrou oficialmente o meu casamento junto às autoridades quenianas. Eu soube disso porque, em um dia de junho, ele me levou um documento oficial do governo do Quênia, redigido em árabe e em inglês, com lacunas especiais para indicar "Virgem ou não" e "Valor do dote". As duas lacunas tinham sido preenchidas para mim — as respostas eram "Virgem" e "Dez exemplares do Sagrado Alcorão" —, e o documento também indicava que o meu pai havia me representado no meu casamento em fevereiro. Abeh me disse que agora eu devia assinar a documentação queniana.

Vacilei, mas já estava casada com Osman Moussa aos olhos do islã e de todos os muçulmanos que conhecia. Que diferença fazia obedecer ou não? De modo que pus o meu nome bem abaixo da assinatura do meu pai, em árabe: A. H. Magan.

Abeh teve muito trabalho para providenciar os meus documentos de viagem no escritório do ACNUR. Em algumas semanas, conseguiu o passaporte, então saiu à caça do visto. Telefonava com freqüência para Osman Moussa a fim de tratar disso. A embaixada canadense em Nairóbi estava repleta de somalis tentando imigrar, e parecia impossível providenciar o que quer que fosse em meio à corrupção e ao caos da burocracia queniana. Meu pai acabou solicitando a ajuda de um parente que residia em Düsseldorf, cujo nome era Mursal, e os dois decidiram que valia mais a pena eu aguardar na Alemanha o visto final de entrada. Era mais rápido e mais prático.

Papai começou a me chamar a sua casa de Buruburu para uma série de preleções extras sobre o islã e o comportamento da boa esposa. Passamos várias manhãs relendo os capítulos do Alcorão que tratavam

dos deveres da mulher casada e discutindo-os formalmente. Por exemplo, a obrigação de pedir autorização para sair de casa. Ele explicou: "Vocês podem fazer o seguinte: cheguem a um acordo, logo no começo, para que essa autorização seja dada em caráter permanente. É um voto de confiança, ele confia em você, de modo que não há necessidade de pedir autorização cada vez que você for à mercearia".

Havia uma injunção alcorânica para que a mulher ficasse o tempo todo sexualmente disponível ao marido. Abeh não entrou em detalhes, mas leu: "Tuas esposas são a tua lavra, entra na tua lavra do modo como quiseres". E disse: "Você deve estar sempre à disposição do seu marido, na cama e fora dela. Não o faça implorar; não se recuse; não o leve a procurar fora de casa. Isso também é uma espécie de autorização que você dá desde o começo: estar sempre disponível. Ele não vai abusar desse direito porque é de boa família. Não vai forçá-la nem estuprá-la, pois é um muçulmano devoto e um osman mahamud".

Conversamos sobre ser maometano no Ocidente. Ter amigos infiéis era uma zona cinzenta, disse o meu pai; coisa pouco recomendável, mas, se eu fizesse amizades boas e sinceras com infiéis, desde que não os imitasse em nada, tais relações não eram proibidas.

Também falou no que ensinar aos filhos. Havia um só Deus, não existiam djins, nem santos, nem magia, nem intercessão. Era proibido pedir ajuda a um espírito ou djin; eqüivalia a pôr outros seres no nível de Alá. Em tudo quanto fizesse, primeiro eu devia perguntar: "O que faria o profeta?". Algumas coisas eram claramente permitidas, e outras, claramente proibidas, mas, nas zonas cinzentas, disse ele, o profeta era liberal: jamais tornava obrigatório algo que prejudicasse a pessoa. "Não há coerção no islã", afirmou. "Nenhum ser humano tem o direito de punir o outro por não observar os deveres religiosos. Só Alá pode fazer isso."

Foi como no madraçal, só que mais inteligente. Falamos até em martírio. Abeh disse que o suicídio, na guerra santa, só era aceitável no tempo do profeta — e, mesmo assim, unicamente por causa dos ímpios que atacaram o profeta primeiro. Atualmente, não havia nenhuma

guerra santa, pois só o profeta Maomé podia declarar uma guerra santa.

Esse era o islamismo do meu pai: uma religião eminentemente pacífica, assim ele interpretava pessoalmente as palavras do profeta. Tudo dependia da noção de certo e errado de cada um, pelo menos até certo ponto. Era mais inteligente e muito mais humano do que a religião que eu tinha aprendido com o maalim. No entanto, a sua versão do islamismo também deixava perguntas sem resposta e uma sensação de injustiça: por que só as mulheres tinham a obrigação de pedir autorização para sair, e não o inverso?

O islã do meu pai era, evidentemente, uma interpretação do que dissera o profeta. Por isso mesmo, carecia de legitimidade. Não se podia interpretar a vontade de Alá nem as palavras do Alcorão: isso estava escrito ali mesmo, no próprio livro. Havia um comando "somente leitura". Era proibido selecionar e escolher: só se podia obedecer. O profeta disse: "Eu vos deixei orientação clara; que ninguém se afaste dela depois de mim, a não ser aquele que há de ser destruído". Um fundamentalista diria ao meu pai: "A frase 'Só o profeta pode declarar guerra santa' não está no Alcorão. Você resolveu incluí-la. Isso é blasfêmia".

Osman Moussa pagou todos os trâmites da viagem porque agora eu era dele. Essas coisas tinham regras claras: o marido pagava as despesas da mulher. Fiz o circuito completo, despedi-me de todos: de Halwa, de Ainanshie e da família de Farah Gouré. Agora eles eram meus primos próximos por também terem parentesco com o meu marido.

Despedi-me do meu pai na véspera da viagem. Ele me abraçou e disse que íamos passar muito tempo sem nos ver: "Quem parte sempre quer voltar, mas muita coisa pode impedir". Eu o encarei com ceticismo; sabia que estava falando por experiência própria.

No dia da minha partida, mamãe me ouviu combinar com Haweya o que fazer. Esta achava que o melhor plano era me divorciar de Osman Moussa o mais depressa possível, assim que chegasse ao

Canadá. E, uma vez divorciada, ir para os Estados Unidos e ter a minha vida. Ela imaginou um monte de histórias românticas para mim.

Então mamãe entrou, gritando que éramos imorais. Disse que eu não passava de uma prostituta, de uma hipócrita, que havia destruído a sua relação com o próprio irmão e ia arruinar a honra da família dela e da do meu pai. E acrescentou: "Só me despeço de você e só lhe desejo felicidade com duas condições. A primeira, é você prometer ficar casada com Osman Moussa. Ser uma boa esposa, orar a Alá e sempre agradecer o destino que o seu pai construiu para você. E a segunda é ir contar tudo ao seu pai".

Achei que ela estava coberta de razão. Convinha mesmo procurar abeh e lhe contar tudo; talvez assim ele encontrasse uma saída para mim. De modo que pus o véu e fui à sua casa. Disse: "Abeh, preciso contar uma coisa", e ele tornou a abrir os braços para mim. "Ah, Ayaan! A minha filha querida veio me visitar outra vez!"

Eu disse: "Preciso confessar uma coisa a respeito do irmão de mamãe, Muhammad, e do seu filho Mahmud".

Abeh gritou: "Disso já tratamos, não tratamos? Acabou, minha filha. Acabou. Tenha um pouco de consideração pelo seu velho pai. Querida, você devia era estar preparando a sua viagem".

E seguiu com uma profusão de palavras, e a minha língua ficou presa na garganta. Acho que ele sabia que o que eu tinha a dizer era indesejável. De modo que voltei para casa e descrevi toda cena para a minha mãe. Ela me mandou voltar imediatamente a Buruburu e contar tudo. Perguntei: "Quer que eu perca o avião?" e ela me pediu: "Então prometa, em nome de Alá, ficar com esse homem, o seu marido".

Eu me recusei. Disse que não prometia nada.

Mamãe não se despediu de mim. Eu disse adeus para as suas costas duras, saí e fui de táxi ao aeroporto.

SEGUNDA PARTE:

MINHA LIBERDADE

10. A fuga

Quando aterrissamos no aeroporto de Frankfurt, de manhã cedo, fiquei assombrada com as dimensões. Tudo era de vidro e aço, e tudo, até o último parafuso, tinha ótimo acabamento. Aquilo me impressionou: no lugar de onde eu vinha, os aeroportos eram um caos, constantemente em expansão, sempre em obras. E todos ao meu redor pareciam saber perfeitamente aonde iam. Havia mulheres da idade da minha mãe, ou até da minha avó, com valises chiques, empurrando carrinhos repletos de malas que combinavam entre si, todas enérgicas e decididas.

Eu me perdi. Saí à procura do balcão da companhia aérea. Sabia que meu destino era Düsseldorf, mas a passagem dizia Munique, de modo que era preciso trocá-la. Fiquei vagando, pedindo informação às pessoas, sem me importar com as placas de orientação. O aeroporto era do tamanho de um bairro. E tudo nele parecia igual: eu me sentia desnorteada como uma caipira do miyé.

O meu longínquo tio Mursal havia se prontificado a cuidar de mim na Alemanha, enquanto eu aguardava o visto. Não o conhecia. Quando finalmente cheguei a Düsseldorf, troquei alguns dólares por marcos alemães, tentei adivinhar qual era a moeda certa e liguei para o número que Mursal dera ao meu pai. Outro homem atendeu o telefone: Ornar, o sócio de Mursal. Disse: "Então você é a filha de Hirsi Magan? Pode anotar o endereço e entregá-lo a um taxista?".

Respondi que sim, anotei o endereço e saí. Tudo era tão limpo, parecia um filme. As ruas, o asfalto, as pessoas — nada na minha vida tinha semelhante aparência, com exceção talvez do Hospital Nairóbi. Era tão moderno que parecia esterilizado. A paisagem lembrava uma aula de geometria ou de física, só se viam linhas retas, e tudo era perfeito e preciso. Os prédios eram cubos e triângulos e me incutiam a mesma sensação neutra, quase assustadora. Os letreiros pareciam ser em inglês, mas eu não entendia uma palavra, era como decifrar uma equação algébrica.

Minha avó devia ter sentido coisa parecida quando esteve pela primeira vez em uma cidade e viu a lâmpada elétrica, o rádio, uma avenida repleta de veículos. Aquilo me era estranho.

Avistei uma fila de táxis; todos com a palavra inglesa na capota, mas os carros eram Mercedes bege. Em Nairóbi, só se viam táxis assim à porta dos hotéis de luxo: eram a opção mais sofisticada concebível, exclusivamente para estrangeiros e ministros de Estado. Antes de embarcar, achei melhor perguntar ao motorista quanto ia custar a corrida.

Ele respondeu: "Mais ou menos vinte marcos", quantia que eu podia pagar. Perguntei: "Mas o senhor vai me levar neste carro?" e o taxista achou graça. Era simpático e falava inglês. Sentei-me na frente, ao seu lado, e ele me falou de Düsseldorf, disse que os alemães eram um povo muito bom e gentil.

Achei a cidade velha simplesmente maravilhosa, os pinácu-los e as torres pontiagudas das igrejas lembravam um pouco um minarete. As ruas, calçadas de pedra, pareciam feitas para seres humanos, bem diferentes do assustador aeroporto ultramoderno.

O táxi me deixou no lugar indicado, e Ornar me recebeu: um homem alto, bonachão, bigodudo, de terno cinzento, mas sem gravata. Disse que estava surpreso. Ninguém chegava tão facilmente do aeroporto, e, além disso, eu havia trocado de avião em Frankfurt — um verdadeiro prodígio. "Você vai gostar daqui", acrescentou. "A maioria dos somalis telefona de madrugada, pedindo: cPor favor, venha me

buscar'. E, quando pergunto: cOnde você está?', respondem: 'Perto de um prédio alto'. São uns inúteis."

Ornar não se preocupou com o fato de a minha bagagem não ter chegado comigo. Garantiu que, na Alemanha, elas jamais se extraviavam. Meu tio tinha um compromisso e iria me encontrar mais tarde, de modo que Ornar me levou a um hotel da cidade velha. Prometeu voltar às oito horas para irmos jantar.

Tudo no quarto era branco e original. Examinei o edredom e jurei contar a Haweya daquela invenção fantástica. Embora o cômodo fosse pequeno, tudo parecia engenhosamente projetado para caber ali: os armários se encaixavam na parede; o televisor, na estante. Que coisa bem-feita, pensei.

O banheiro foi outra revelação. Tínhamos chuveiro em Park Road, mas sem água quente, por isso esquentávamos a água e usávamos um balde e uma caneca. No hotel havia grande profusão de água quente, com diferentes jatos de cima e dos lados. Eu me lavei. Ainda estava claro lá fora, por isso resolvi dar uma volta. Queria conhecer o lugar.

Anotei o nome do hotel — sabia que ia me perder — e, pondo o véu curto e o casaco comprido, saí à rua. Nunca tinha visto tanta gente branca. As mulheres andavam expostas — praticamente nuas—, com as pernas, os braços, o rosto, o cabelo e os ombros, tudo descoberto. As quenianas geralmente se cobriam menos do que as somalis, mas creio que a brancura da pele das alemãs chamava mais a atenção. Homens e mulheres juntos, não em bares, mas com plácida familiaridade, como se fossem iguais. Passeavam de mãos dadas à luz do dia, sem se esconder de ninguém, e todo mundo parecia achar aquilo a coisa mais normal do mundo.

Depois de algum tempo, tirei o casaco; achei que assim chamaria menos a atenção. Mesmo estando de véu e saia longa, fazia muitos anos que não me apresentava em público tão descoberta. No entanto, sentia-me anônima. Lá não havia controle social. Nenhum olhar me acusava veladamente de ser prostituta. Nenhum cafajeste me

convidava a ir para a cama com ele. Nenhum membro da Fraternidade Muçulmana me ameaçava com o fogo do inferno. Eu me sentia a salvo; podia satisfazer a minha curiosidade à vontade.

Andei até ficar com dor nos pés. Tudo se mantinha tão bem conservado. Os sulcos entre as pedras da rua eram limpos. As fachadas das lojas reluziam. Lembro de ter pensado: "Que coisa assombrosa, como é possível?". Estava habituada a montes de lixo malcheiroso e a ruas esburacadas, nas quais a sujeira ia ao nosso encontro e nada permanecia limpo. Em Nairóbi, com exceção dos poucos encraves abastados reservados aos riquíssimos funcionários do governo e aos empresários milionários, as pessoas viviam amontoadas em barracos de blocos de concreto nus ou de papelão e folhas de metal. Não faltavam mendigos, batedores de carteira e órfãos morando nos monturos; o trânsito era maluco; os rádios, ensurdecedores; e os motoristas de matatou chamavam os passageiros aos berros. Eu me senti como que em outro mundo, um mundo calmo e organizado, como nos romances e em alguns filmes, mas, de certo modo, nunca tinha acreditado neles.

Quando voltei ao hotel, Ornar estava muito apreensivo. Disse que já eram nove horas da noite, respondi que não podia ser: ainda estava claro na rua. Suspirando, ele me explicou com toda paciência que, na Europa, havia uma estação quente, na qual ficava claro até tarde da noite; e uma estação fria, em que a escuridão durava quase o dia todo. Na Europa, disse, não se podia calcular as horas pelo sol. Deu-me seu relógio e me perguntou se eu sabia ver as horas.

Senti-me uma verdadeira idiota. Lá até os planetas e o sistema solar eram diferentes. Eu estava bancando a Alice no País das Maravilhas.

Osmar disse que os africanos como nós não podíamos comer comida alemã e me levou a um restaurante chinês. Prestei atenção ao trajeto e me dei conta de que todas as ruas tinham o nome devidamente escrito em pequenas placas. Não era preciso parar constantemente para pedir informação aos transeuntes. Que agradável e engenhoso, pensei; no nosso bairro, em Nairóbi, só umas poucas ruas importantes tinham

o nome escrito. Perguntei a Osmar quem as fazia. Ele revirou os olhos e respondeu: "Isto aqui é um país civilizado".

Conheci o meu parente Mursal no dia seguinte. Ele ficou sem jeito ao confessar que não podia me receber em casa. Era casado com uma alemã que não gostava de hospedar somalis extraviados. De modo que havia arranjado outra família osman mahamud, de Bonn, disposta a me receber. Não ficava longe. Mursal prometeu telefonar diariamente para a embaixada do Canadá e averiguar se a papelada do meu visto estava pronta; dava na mesma esperar na casa da tal mulher ou na dele.

Levaram-me para lá assim que um furgão do aeroporto entregou gentilmente a minha bagagem no hotel. Chegamos a um enorme aglomerado de casas idênticas — um conjunto habitacional do governo, informaram eles. Obviamente, a mulher de Bonn, Amina, também era osman mahamud. Mas se sentia rejeitada pelo clã porque tinha casado com um hawiye e, portanto, seus filhos eram hawiye. Mursal a ajudara muito; provavelmente gastava boa parte da sua renda com os companheiros somalis em dificuldades.

Havia televisores ligados em todos os cômodos e muitas crianças. O filho mais velho, Ahmed, tinha uns catorze anos; ofereceu-se para me mostrar a cidade. Era julho, período de férias escolares, e ele, que não tinha o que fazer, estava ansioso por exibir seu superior conhecimento da cidade.

Embora já fizesse tempo que morava na Alemanha, Amina ainda era totalmente somali. Não se orientava bem sozinha, de modo que só ia fazer compras na companhia do filho. Ao passo que eu, quando fui dar uma volta com Ahmed no dia seguinte, percebi que provavelmente conseguiria fazer tudo por minha conta. Ele me explicou como usar o metrô; não era tão difícil assim.

Aqueles brancos não me atemorizavam. Pareciam indiferentes, mas isso era bom. Eu havia tomado dois aviões sozinha, passeara em Düsseldorf, e o mundo não me parecia tão perigoso quanto mamãe e vovó diziam. Lá todo mundo era anônimo, mas ser capaz de percorrer

aqueles lugares desconhecidos me incutia uma sensação de liberdade e poder. Eu me sentia segura.

Há meses eu pensava cada vez mais freneticamente no que fazer para escapar ao casamento que meu pai escolhera para mim. Não queria ir para o Canadá nem viver com Osman Moussa nem levar uma existência predeterminada desde o dia em que nasci mulher — a existência da minha mãe. Pensei em ser uma péssima esposa quando lá chegasse, para que Osman Moussa acabasse me mandando de volta para a casa em Nairóbi. Havia, porém, um obstáculo: a possibilidade de eu engravidar. Mas, naquela primeira tarde em Bonn, uma idéia começou a germinar dentro de mim: eu não tinha nada que ir para o Canadá. O melhor era desaparecer ali mesmo. Fugir de tudo, me esconder e procurar viver a minha própria vida, como a personagem de um livro.

Não tinha nenhum plano concreto, mas achava que devia procurar o momento certo. Não me preocupava a solidão nem a existência que levaria sem a minha família. Não tinha um plano minucioso, apenas uma idéia. Achava que fugir era como saltar de um matatou em movimento, quando ele diminuía a velocidade ao se aproximar do sinal fechado, e depois vê-lo se afastar na rua. Eu ia achar o momento certo para me evadir.

Não pretendia ficar na Alemanha; lá Mursal me encontraria facilmente. Ia para a Inglaterra. Eu falava a língua do país e me adaptaria à cultura, aos seus prados e vacas, à rainha, a Mayfair e a Whitechapel — conhecia tudo aquilo, pensei, graças aos livros e ao jogo Monopólio. Sim, ia para lá. Tinha o meu diploma da Escola de Secretariado Valley; poderia trabalhar, economizar, estudar. Ninguém descobriria o meu paradeiro.

Não sabia como fugir nem o que era liberdade. Mas sabia o que seria da minha vida se fosse para o Canadá. Uma vida igual à da minha mãe e a de Jawahir, igual à da mulher que estava me hospedando em Bonn. Eu não formulava a coisa precisamente assim naquela época, mas, por ter nascido mulher, nunca me deixariam ser adulta. Seria

sempre menor de idade, outros decidiriam por mim. Seria eternamente uma unidade em uma imensa colméia. Podia ter uma vida decente, mas sempre dependeria de que alguém me tratasse bem.

Eu sabia que outra existência era possível. Tinha lido acerca dela e agora eu a estava vendo, cheirava-a no ar que me envolvia: a vida que sempre quis, com uma educação real, um emprego real, um casamento real. Queria tomar as minhas decisões. Queria ser uma pessoa, um indivíduo com existência própria.

O jovem Ahmed me mostrou toda Bonn. Foi muito simpático, conversou muito comigo. Quando estávamos voltando para casa, eu lhe perguntei: "Diga, o que preciso fazer se quiser ir à Inglaterra?" Ahmed respondeu que não era fácil; havia o mar entre a Alemanha e a Inglaterra, de modo que era preciso pedir visto. Mas os países vizinhos da Alemanha não exigiam isso. Era bem mais fácil ir à Holanda ou à Bélgica, explicou. Onde eu estava afinal? Só recordava que, no livro de geografia, havia um capítulo sobre os ricos países renanos: a Alemanha, a Holanda, a Bélgica, não? Lembrava-me apenas de que o professor observara que tudo aquilo junto era menor do que a Tanzânia. Que raiva de não ter prestado mais atenção às aulas; do contrário, pelo menos teria uma idéia de onde me achava.

Mas a Holanda — eu conhecia uma pessoa na Holanda. Uma pessoa que certamente me auxiliaria. Fadumo, a mulher de Mahamed Abdihalin, que eu tinha ajudado a tirar do campo de refugiados de Dhobey — ela pedira asilo na Holanda. Morava lá, em uma espécie de campo.

Ahmed me contou que a Holanda era fácil, ficava a apenas uma hora e meia de trem. Bastava comprar a passagem e embarcar, não havia necessidade de visto.

Naquela tarde, fui à cabine telefônica da esquina e disquei o número do tal centro de refugiados. Fadumo foi tão amorosa e receptiva, felicitou-me efusivamente pelo casamento, do qual já tinha notícia. Aventei a idéia de ir visitá-la; ela adorou.

Não lhe contei que pretendia fugir, nem marquei data para chegar. Tampouco disse alguma coisa a Ahmed. Limitei-me a informar sua mãe que ia passar uns dias com uma parenta e pedi a Ahmed que me levasse à estação ferroviária e me ajudasse a comprar a passagem. Deixei a mala grande na casa de Amina; levei apenas a sacola com os documentos.

Ao sair, olhei pela última vez para a mala com o meu enxoval: os dirhas de seda e o incenso, os muitos acessórios somalis que ia abandonar. Levei comigo duas saias compridas, algumas túnicas, o casaco — o que deu para carregar. Prometi a mim mesma um dia explicar tudo ao meu pai.

Embarquei na sexta-feira, 24 de julho de 1992. Todo ano penso nisso. Vejo que essa é a minha verdadeira data de nascimento: o meu nascimento como pessoa, tomando decisões próprias na vida. Não estava fugindo do islã, nem à procura da democracia. Não tinha grandes ideais na época. Não passava de uma mocinha que aspirava a ser ela mesma; por isso ousei me lançar no desconhecido.

Era quase meia-noite quando cheguei à Estação Central de Amsterdã. Um jovem norte-africano se aproximou, oferecendo-me ajuda. Levou-me ao balcão, onde troquei um pouco de dinheiro, e me mostrou o telefone público. Foi muito gentil — talvez por causa do turbante que eu estava usando ou do meu olhar confuso. Deu-me seu telefone, caso eu tivesse algum problema.

Liguei para Fadumo. Ela disse que era muito tarde para ir ao centro de refugiados de Almelo naquela noite. Deu-me o número do telefone da sua prima Mudoh, que morava muito mais perto, em Volendam. Telefonei para ela: estava escuro na Estação Central de Amsterdã, e eu não sabia o que fazer. Disse: "Sou Ayaan, filha de Hirsi Magan, e estou procurando um lugar onde passar a noite". Mudoh me explicou que ônibus tomar, quanto pagar e onde descer.

Era de madrugada e depois de algumas paradas eu era a única passageira no ônibus. Estava bem assustada. Perguntava ao motorista se Volendam estava perto, sempre achando que algo horrível poderia

acontecer a qualquer momento. Ele dirigia de maneira distante e rápida. Mas não me seqüestrou nem me cortou em pedaços, tampouco me bateu, como eu temia. Ele me deixou perto de uma cabine telefônica verde, exatamente no lugar descrito por Mudoh.

O marido dela foi me buscar. Era holandês. Mudoh não só casara fora do clã como fora da nação somali e fora do islã. Ela, uma mulher, havia casado com um gaalo. Até eu fiquei um pouco surpresa com isso. Não conhecia nenhuma somali que tivesse se atrevido a fazer tal coisa. Perguntei-lhe como a sua família reagira ao saber. Ela disse que a chamaram de sórdida: baniram-na como uma pária. Mas, após o colapso de Mogadíscio, eles ficaram amabilíssimos. Viviam pedindo auxílio e dinheiro. Mudoh os ajudava, mas só os parentes próximos, os irmãos. Ao que tudo indicava, tinha eliminado o clã da sua vida.

Decidi confiar nela. Contei-lhe tudo. Disse que não queria aquele casamento, queria ir para a Inglaterra. Ela me desaconselhou. Explicou que era complicadíssimo ir para lá. Valia mais a pena ficar na Holanda. Lá eu também podia usar o meu inglês. Recomendou-me pedir asilo, tal como fizera Fadumo; convinha perguntar como ela havia procedido.

Passei o fim de semana com Mudoh. Ela me mostrou o bairro. Todas as casas eram iguais, todas da mesma cor, todas enfileiradas como pequenos bolos recém tirados do forno. Eram casas novas, com cortinas de renda e babado, e, na frente, um relvado muito verde e bem aparado, uniforme como um caprichado corte de cabelo. Em Nairóbi, a não ser nas mansões ricas, as cores eram berrantes; e as casas, completamente anárquicas — um palacete, um casebre inacabado, um terreno baldio, tudo lado a lado —, de modo que aquilo também foi uma novidade para mim.

Mudoh pôs o lixo na rua no domingo à noite. Em todo bairro, vi gente fazendo o mesmo. Ela explicou que havia normas: era preciso pôr as latas de lixo para fora na hora certa, da maneira certa. A lata marrom para o lixo orgânico; a verde para o plástico; e os jornais eram coisa completamente diferente, em outra hora. Bastava observar as regras, e, no dia seguinte, o governo levava tudo para a reciclagem.

Caramba, pensei. No Quênia todo mundo tinha medo do governo e, quando ele se aproximava de uma casa, era um susto. O lixo, as pessoas o jogavam em um monte no fim da rua. Achei que não seria difícil me adaptar àquela vida.

Na segunda-feira, fui a Almelo perguntar a Fadumo o que fazer para obter asilo na Holanda. Ela ficou contentíssima ao mever, me abraçou e até chorou. O lugar onde morava era muito diferente do campo de refugiados de Dhobley; lá não havia barracas, e sim casas — pré-fabricadas, mas adequadas — e tudo era organizado. Fadumo tinha uma casa só para ela e os cinco filhos, um deles recém-nascido.

Ficamos conversando, e lhe contei tudo. Fadumo ficou horrorizada e me pediu, chegou a suplicar, que não fizesse aquilo. "Pense no seu pai", repetia. Ela era uma osman mahamud, de modo que sentiu aquilo intensamente: precisava me impedir de cometer um erro pavoroso que me prejudicaria para sempre e mancharia a honra de todo clã. O seu casamento tinha sido arranjado pelos pais, contou-me, e era muito feliz. Nada melhor do que um casamento arranjado, sobretudo um casamento arranjado no interior da família, com a bênção do pai: esse era o grande destino que se podia esperar.

Mesmo assim, insisti para que ela me contasse como havia feito. Fadumo disse que pedir asilo era fácil. Havia centros especiais para acolher refugiados; o mais próximo ficava em Zwolle. Bastava ir até lá e fazer a solicitação. Convinha ir o mais depressa possível e dizer que eu estava fugindo da guerra civil e acabara de chegar à Holanda. Havia um prazo para os trâmites.

Fui a Zwolle. Não tive dificuldade para localizar o centro. Praticamente todo mundo falava inglês ou, pelo menos, tentava compreender. Havia um policial fardado, e ao vê-lo fiquei com medo, mas ele me disse educadamente: "O nosso centro está lotado, não estamos aceitando mais refugiados, mas a senhora pode ir a Zeewolde". Deu-me uma passagem de ônibus, uma de trem e instruções para a viagem. Recomendou-me passar pelo Auxílio a Refugiados antes de me registrar. E elogiou o meu inglês.

Para mim, os policiais eram opressores e achacadores. Jamais solícitos. Eu lhe perguntei: "Por que o senhor está me ajudando?", e ele sorriu e respondeu: "São as normas". Perguntei: "Todos os policiais são educados assim?" Ele disse: "Espero que sim".

Depois disso, tudo passou a ser possível. Para mim, qualquer governo só podia ser ruim, corrupto e desonesto. Não fazia senão oprimir. E lá toda aquela gente se dispunha a me ajudar, mesmo eu sendo estrangeira. Como eles não tratariam a gente do seu próprio clã?

No ônibus para Zeewolde, fiquei observando a área rural à minha volta. Era muito plana, com longas estradas vicinais, moinhos e gordos carneiros de pêlo bege — mais lã do que carneiro, pensei, acostumada que estava aos nossos magros rebanhos de cabeça preta. Havia canais em toda parte: canais de irrigação. Os ônibus eram bonitos e limpos; as portas se abriam automaticamente. Perto de Zeewolde, a terra parecia mais deserta, e a vegetação, mais seca, e o solo era todo riscado de canais mais largos; tratava-se de um pôlder, terra nova que os holandeses acabavam de conquistar ao mar, se bem que, na ocasião, eu não soubesse disso.

Diante de mim, abria-se uma grande oportunidade, mas eu começava a desanimar. Aos vinte e dois anos, estava sozinha pela primeira vez. Precisaria cuidar para não cair nas armadilhas em que a minha família e a maioria dos muçulmanos acreditavam que as moças sozinhas costumavam cair: no triste fim da prostituição ou no traballho como doméstica, ou num casamento inferior ao meu status, com um homem que me exploraria — por precipitação, o nome conspurcado.

Enquanto esperava para fazer baldeação, reparei que o ônibus chegou exatamente na hora marcada, catorze horas e trinta e sete minutos, pontualmente. Em Bonn, os ônibus também eram assim, e aquela misteriosa pontualidade me parecia esquisitíssima. Como era possível prever que o ônibus chegaria precisamente às catorze e trinta e sete? Acaso eles também controlavam as regras do tempo?

O Centro de Recepção de Zeewolde era um vasto complexo de bangalôs, todos providos de uma pequena cerca viva. Tinha uma

quadra de tênis, gente jogando vôlei, e, perto do escritório, vi a placa de uma piscina. Era tudo absolutamente inacreditável.

Eu me dirigi ao pequeno escritório junto ao portão e mostrei ao homem o papel que o policial de Zwolle tinha me dado. Ele me apertou a mão, disse: "Seja bem-vinda", e anunciou que ia me levar à administração. Pegando a minha sacola de lona com uma mão e, com a outra, duas malas de cobertores, lençóis e toalhas, conduziu-me a um bangalô.

Havia refugiados em toda parte. Muitos curdos e iraquianos, mas os iranianos também eram numerosos, todos brancos, embora os holandeses os chamassem de pretos. Um grande número de mulheres chegara da África, mas vestiam minissaia e camiseta; a julgar pela aparência, deviam ser da Libéria ou do Congo, dois países em guerra civil. Também não faltavam rolos de pano ambulantes: eram as árabes sentadas no chão, envoltas nas suas vestes, observando os homens.

Mas também havia gente branca; perguntei ao holandês qual era a origem dessas pessoas, e ele respondeu: "São maometanos". E, notando a minha surpresa, acrescentou: "Da Bósnia".

Ele me levou ao bangalô 28 e disse que eu iria dividi-lo com três etíopes. Às quintas-feiras, disse, poderia levar a minha roupa de cama à lavanderia e receber outra limpa. Fiquei boquiaberta. O homem explicou que o jantar era às cinco e meia, no refeitório, e que, no dia seguinte, eu iria receber instruções mais pormenorizadas; alguém me mostraria onde seria a entrevista, onde ficavam o escritório do advogado e o posto de saúde. O atendimento médico era gratuito, informou-me, assim como o alojamento e a comida: o governo fornecia tudo. Além disso, eu receberia uma ajuda financeira semanal para as despesas básicas.

Nunca tinha ouvido falar em Estado de Bem-estar Social. Não conseguia entender por que aqueles desconhecidos me davam tanta coisa. Onde arranjavam tanto dinheiro? Como era possível que ele não acabasse?

Na manhã seguinte, precisei ir à polícia de imigração. Tiraram as minhas impressões digitais e me disseram para preencher uns formulários, mas tudo foi completamente diferente do que eu esperava: "Como vai a senhora? Aceita uma xícara de chá? Ou prefere café?" E cada passo do procedimento era explicado; chegaram a perguntar se eu precisava de um intérprete. Depois me entregaram um cartão verde, que me transformou em solicitante oficial de asilo, uma pessoa que seria entrevistada e avaliada para receber o status de asilada.

A polícia me mandou ao escritório do Auxílio a Refugiados, onde duas mulheres me contaram que eu tinha direito a assistência jurídica gratuita e me explicaram os trâmites. Perguntaram por que eu queria morar na Holanda, e lhes contei a minha história, sinceramente: o meu pai tinha me obrigado a casar com um homem que eu não aceitava, e eu não queria ir morar com ele no Canadá. Uma delas disse: "Isso que aconteceu com a senhora é pavoroso, mas quantas mulheres se casam a contragosto na Somália?".

"É a nossa cultura", expliquei. "Praticamente todas."

"E nos outros países? É assim em todos?"

"Acho que em todos os países muçulmanos."

"Está vendo? É impossível dar status de asilada a todas as mulheres que foram casadas pela família." Leu para mim a Convenção de Genebra sobre refugiados e disse: "Se a sua história não for verdadeira nem coerente e se não se enquadrar nestas categorias, a sua chance é mínima. Para receber asilo, a senhora precisa provar que tem motivos claros e específicos para temer perseguição".

Voltei ao bangalô. No dia seguinte, tinha encontro com o advogado oferecido pelo governo. Comecei a esboçar uma história baseada na minha experiência ao sair de Mogadíscio em 1991 e na experiência dos refugiados em nossa casa em Park Road. Uma história minuciosa e coerente, mas inventada. Olhando para trás, não me orgulho desse fato, mas, sim, é verdade que, para ficar na Holanda, não contei toda a minha história.

E, ademais, não disse que me chamava Ayaan Hirsi Magan; isso facilitaria muito o trabalho da minha família para me localizar. Escolhi o prenome do meu avô Ali, o nome que o seu pai havia lhe dado antes que as pessoas passassem a chamá-lo de Protetor. Um nome comum e corrente, com o qual era fácil desaparecer. Dali por diante, eu seria Ayaan Hirsi Ali, nascida em 13 de novembro de 1967.

No dia 6 de agosto, fui entrevistada pelo Serviço Holandês de Imigração. Minha advogada, uma mulher cautelosa de cabelo preto e comprido, me acompanhou. Quando bati na porta do escritório, o funcionário da imigração se levantou e, contornando a escrivaninha, veio me apertar a mão. Foi educadíssimo, mas senti que estava me testando, tentando me pegar em contradição. Sondou a minha história com muita insistência; saí de lá sentindo que o homem percebera tudo. Com toda certeza, seria rejeitada.

Depois da entrevista, fiquei em estado de tensão permanente. Achava que Mursal ia me encontrar ou, talvez, o próprio Osman Moussa; os dois já deviam estar à minha procura. Via os ônibus chegarem ao centro, lotados de refugiados da Bósnia. Assistia à CNN e à BBC, na televisão do centro de asilados, e me sentia muito mal. Estava ocupando a cama de alguém que merecia estar lá, de uma pobre coitada da Libéria ou da Bósnia, que havia sofrido muito. Não passava de uma garota mimada, burra e ingrata, que devia estar agradecia ao pai que lhe arranjara marido em um país rico. Sentia-me enormemente culpada pelo que tinha feito à nossa família. E estava com medo, não da solidão, mas do desconhecido: que ia ser de mim? Mas também experimentava uma sensação de liberdade. O que eu estava vivendo era a vida real. Lembro-me de, no centro de refugiados, ter pensado: "Se eu cair morta neste instante, pelo menos vi o mundo". Não me ocorreu voltar à Alemanha e pegar o visto para o Canadá. Aquela parte da minha vida estava encerrada.

No começo, as etíopes com as quais eu dividia o bangalô me pareceram frívolas e definitivamente tolas. Achavam muita sorte a minha ser de um país mergulhado na guerra civil, o que significava que

eu tinha muito mais chance do que elas de obter o status de asilada e ficar na Europa. O tempo que elas passavam se vestindo e as roupas que usavam! A maquiagem e as minissaias, uma a emprestar o cinto para a outra — a coisa durava uma eternidade, e elas saíam descobertas, felizes da vida. Mina era a mais simpática. Certa manhã, ela me disse:" Vamos, tire esse véu e essa saia comprida. Você é bonita".

"Não!", respondi. "Sou muçulmana." Era exatamente o que sempre me diziam: o diabo, na forma de garotas etíopes, estava me tentando. Porém Mina, que até então tinha sido acolhedora, prestativa e agradável em tudo, me perguntou: "Mas por quê? Por que as muçulmanas são obrigadas a andar cobertas e não podem transar? Qual é o seu problema, afinal?".

Qualquer um que tivesse sido criado em Nairóbi sabia como eram os etíopes: entregavam-se ao sexo quando dava vontade. Na nossa rua, havia uma casa de jovens refugiados etíopes, e todos diziam que eles transavam como cabras, ou seja, o tempo todo. E os etíopes, por sua vez, insultavam os somalis, dizendo que não sabíamos aproveitar a vida, por isso éramos frustrados, por isso vivíamos brigando. Esse tipo de caricatura mostrava claramente como víamos os cristãos, pois os somalis e os etíopes sempre se detestaram, desde o início dos tempos.

"Por que eu haveria de me descobrir, de deixar a pele nua?" perguntei a Mina. "Você não tem vergonha? O que espera conseguir andando seminua por aí? Não sabe que isso afeta muito os homens?"

"Uso esta saia porque tenho pernas bonitas", retrucou ela. "Não vão ser lindas eternamente, e quero aproveitar." Balançou uma delas na minha frente. "Se os outros também gostarem, tanto melhor."

Eu não conseguia acreditar. Disse: "Isso é exatamente o contrário de tudo que me ensinaram". E todas elas, pois a essa altura as outras garotas estavam interessadíssimas na discussão, interferiram: "Mas por quê ?. Por que as muçulmanas são tão complicadas?".

"Acontece que, se os homens virem mulheres vestidas como vocês estão agora, com os braços nus e quase tudo à mostra, vão ficar confusos e sexualmente tentados. Vão ficar cegos de desejo."

As garotas caíram na gargalhada, e Mina disse: "Duvido. Além do mais, e daí se eles se sentirem tentados?"

A essa altura, eu já estava lamentando, pois sabia no que aquilo ia acabar, mas ainda argumentei: "Aí não conseguem mais trabalhar, os ônibus perdem a direção, instaura-se um estado de fitna total!".

"Então por que é que não estou vendo nenhum estado de caos total aqui na Europa?"

Era verdade. Bastava olhar à minha volta. A Europa funcionava impecavelmente, cada ônibus, cada relógio. Não se detectava nem sombra de caos. "Não sei" respondi, sem jeito. "Deve ser porque esses aí não são homens de verdade."

"O quê? Quer dizer que esses operários holandeses grandalhões, fortes, loiros, não são homens de verdade?" A essa altura, as etíopes estavam chorando de rir da idiota que eu era. Achavam que tudo aquilo não passava de burrice islâmica. Os maometanos vivíamos nos gabando de tanta coisa, mas a nossa cultura era uma grande frustração sexual. E quem eu achava que era, afinal, para rogar fitna ao mundo? Elas foram amáveis porque sabiam que eu não tinha culpa de me sentir assim, mas não me pouparam.

Eu me levantei, pus o véu e fui para a porta do bangalô. Um grupo de refugiadas bósnias alojadas mais adiante estava tomando sol. Embora também fossem maometanas, estavam quase nuas, apenas de shorts e camiseta, sem sutiã, de modo que os seus mamilos ficavam quase à mostra. Ali perto, havia homens trabalhando ou conversando com toda naturalidade, e nem as notavam. Fiquei muito tempo olhando para elas, pensando: será que há alguma verdade no que dizem as etíopes?

Na manhã seguinte, resolvi fazer uma experiência: sair sem véu. Estava com a minha saia verde comprida e com uma túnica também comprida; tomei o cuidado de levar o turbante na bolsa, para o caso de surgir algum problema, mas tinha decidido não cobrir a cabeça. Queria ver o que acontecia. Saí suando frio. Aquilo era realmente haram e

também a primeira vez, desde os meus dezesseis anos, em que eu pisava um espaço público com o cabelo descoberto.

Pois não aconteceu absolutamente nada. Os jardineiros continuaram podando as sebes. Ninguém teve nenhum ataque de nervos. Se bem que ali só houvesse holandeses, portanto, talvez não fossem homens de verdade. Passei por etíopes e zairenses, e ninguém reparou; mas, afinal, aquela gente não era muçulmana. Então me acerquei de um grupo de bósnios. Nenhum deles olhou para mim. Aliás, eu chamava menos a atenção do que quando estava de véu. Não vi nenhum homem perder a cabeça.

Pouco a pouco, nos dias subseqüentes, abandonei o véu. Pensei com meus botões: "Vou dizer a Alá que estou tomando cuidado. Não faço mal a ninguém". Ele não me fulminou com um raio. Cheguei à conclusão de que, quando o Alcorão mandava as mulheres se cobrirem, queria dizer que elas não deviam chamar a atenção. De modo que eu não podia estar pecando. Aliás, não sei por quê, mas andar com o cabelo ao ar livre fazia com que me sentisse um pouco mais alta.

Dali por diante, meu único cuidado foi ficar longe dos somalis. Sabia que eles reconheciam facilmente uma compatriota. Um homem já havia me abordado para perguntar qual era o meu clã. Usei o nome novo, Ayaan Hisri Ali, e, não sendo darod, ele não detectou a mentira imediatamente. No entanto, eu sabia que era só uma questão de tempo para que me descobrissem.

Um dia, as etíopes disseram que um amigo delas ia lhes ensinar a andar de bicicleta. Tratava-se de um refugiado etíope que havia lhes comprado três bicicletas de segunda mão com os vinte florins que todos recebíamos semanalmente para as despesas pessoais. Iam passear no vilarejo: seria uma aventura. Eu as acompanhei.

Observando aquelas garotas montadas no selim, de saia curtíssima, farejei no ar o destrambelhado comportamento tipicamente etíope. Mesmo assim, também fiquei com vontade de andar de bicicleta. Mas, ao tentar, com a minha saia comprida, só consegui ficar sentada

de lado. "Isso não é cavalo, sabe?" zombou o etíope. "Você precisa pôr calça. Por que não compra um jeans?"

Eu acabara de receber cento e cinqüenta florins para comprar roupa. No dia seguinte, fui ao vilarejo com Mina e experimentei algumas calças baratas. Só as masculinas eram compridas o suficiente para me cobrir as pernas, e acabei saindo com um enorme e larguíssimo jeans de homem. Não mostrava um centímetro da forma das minhas pernas, e eu o usava com uma túnica que chegava à metade das coxas. Ninguém podia achar aquela roupa indecente. Então tentei andar de bicicleta. Caí muitas vezes, mas me senti livre.

Comecei a me divertir muito. A cada dia, as etíopes inventavam uma coisa para fazer. Certa vez, me convidaram para ir à piscina. Respondi: "Não sei nadar, vou acabar me afogando", mas elas disseram: "Deixe de bobagem", e a própria administração da piscina emprestava maios. De modo que, menos de um mês depois de chegar à Europa, eu me apresentei com um maio justíssimo diante de uma multidão de refugiados, mulheres e homens.

Confesso que estremeci. Não estava preparada para aquilo. Mesmo bracejando na água, eu não parava de pensar em Alá e nos anjos que estavam me vendo lá do alto. Em compensação, à minha volta, nenhum homem parecia registrar a minha presença. De vez em quando, um deles olhava para mim, mas em nenhum momento tive a impressão de que ia acabar no inferno ou no fundo da piscina, afogado. Os bósnios altos e a bela musculatura dos zairenses: eu me surpreendi admirando-os também. Mas não cheguei a ter um ataque epiléptico por causa disso.

Não cessava de pensar em tais coisas, discutindo comigo mesma, procurando justificar os meus atos. Precisava me cobrir porque era excessivamente sedutora e ia desencaminhar os homens; até o encanto de um perfume ou dos saltos altos, mesmo debaixo de um hijab preto, provocava um intolerável caos de luxúria. Mas evidentemente isso não era verdade: tudo continuava exatamente como antes.

Eu não tirava os olhos das bósnias. Achava-as fascinantes, porque os holandeses do centro de refugiados as chamavam de "maometanas", como se nós outras não fôssemos. Puxei conversa com uma delas, que disse que era muçulmana, sim, mas nunca tinha usado véu nem turbante; aliás, estava de camiseta. Tampouco lia o Alcorão; nem sabia dizer BismAllah Al-Rahman Al-Raheem, "Em nome de Alá, o clementíssimo, o misericordiosíssimo". Eu não entendia como aquela moça se achava qualificada para se dizer muçulmana, mas tudo indicava que, para ela, o islã não era uma fé, e sim uma etnia. Coisa que me pareceu estranhíssima.

No fim de agosto, chegou uma carta oficial da repartição holandesa encarregada dos refugiados. Fiquei com o coração na mão; só podia ser a notificação de que eu tinha sido rejeitada. Seria despachada para o Canadá ou Nairóbi — dava na mesma. Não merecia o status de asilada; estava tudo acabado. Quando Mina viu a minha cara, confessei que havia mentido para as autoridades. Ela deu de ombros, dizendo que também mentira; o campo estava cheio de gente morrendo de medo de ser expulsa por causa das suas histórias fabricadas.

Mina abriu a carta para mim. Era uma transferência. Eu deveria ir para Lunteren, um centro de longa permanência, esperar a resposta final.

Escrevi para Haweya, que alugara uma caixa postal em Eastleigh. Dei meu endereço, pedindo-lhe que guardasse segredo. Ela respondeu: "Aqui houve muita confusão quando você sumiu. Papai me pediu seu endereço. Eu me recusei a dar, e agora não nos falamos". E prosseguiu: "O seu marido está na Alemanha à sua procura, e papai é quem coordena daqui a operação de busca. Cabe a você decidir se vai fugir ou se encontrar com ele, mas aviso, caso você não saiba, que praticamente todos os osman mahamud da região estão procurando você em toda parte. Tome cuidado" Pediu-me que lhe mandasse roupas e um passaporte, pois também queria fugir. O meu pesadelo se realizava: estavam me caçando.

Cheguei a Lunteren no fim de agosto de 1992. A estação ferroviária era um prediozinho adorável no centro de um vilarejo calçado de pedra e com relvados muito bem cuidados. Todo mundo era branco e bem vestido, todo mundo parecia feliz.

Viajei para lá com outra moça, Rhoda, que se dizia somali, muito embora o seu sotaque denunciasse a qualquer um a sua origem djibutiense. O centro de refugiados ficava em meio a um bosque; não tínhamos o que fazer a não ser andar. Estava escuro quando chegamos àquele enorme terreno repleto de casinhas sobre rodas, os chamados trailers, todos pintados de verdes claros e escuros, e com um escritório de alvenaria branca.

íamos dividir um trailer com duas outras somalis, mas, quando batemos na porta, não nos deixaram entrar. Ambas eram hawiye e reconheceram o meu sotaque darod. Não queriam nenhuma darod morando com elas. O assistente social iraniano que nos acompanhava as mandou abrir, mas elas não obedeceram. Ele se foi e, pouco depois, retornou com uma colega holandesa, Sylvia, e dois policiais. Sylvia ameaçou arrombar a porta e transferir as duas se não acatassem as normas do campo.

Aquilo me pareceu uma ingenuidade. Eu lhe expliquei que os hawiye e os darod estavam se destruindo mutuamente na Somália, de modo que era impossível morarmos juntas naquela minúscula casa de bonecas. Mas Sylvia disse: "Isto aqui é a Holanda. Tratem de se ignorar. Vocês são quatro mulheres adultas e vão conseguir".

Por fim, elas abriram a porta. Constatou-se que uma das hawiye, Yasmin, tinha uma avó do clã isse mahamud, como a mãe do meu pai. Expliquei que fora criada no Quênia e não era hostil ao seu clã. Yasmin disse que também não tinha nada contra mim. Pouco a pouco, nós nos entendemos e ficamos amigas.

Yasmin não pretendia ir para a Holanda. Estava a caminho dos Estados Unidos, com documentos falsos, quando a detectaram no aeroporto de Amsterdã. Ao ser presa, pedira asilo e, embora tivesse a

minha idade, tinha declarado aos funcionários que era menor para poder ficar no país. Conhecia a lei.

Ela não gostava da Holanda. Dizia que os holandeses a trataram como criminosa no aeroporto. O país fedia a estrume e a língua era horrível. Chamava os holandeses de gaalo e de kufr. Em termos somalis, ser gentil significava dar aquilo que a pessoa pedia. Portanto, quando alguém dizia não, educadamente e até explicando o porquê desse não, Yasmin e as outras o interpretavam como arrogância ou racismo.

Como todos os refugiados, eu era obrigada a me apresentar semanalmente para que carimbassem o meu cartão verde. O dia le de setembro foi a minha primeira terça-feira em Lunteren, de modo que naquela manhã me apresentei no posto policial do centro de refugiados. Quando me aproximei da escrivaninha, a policial olhou para mim e desapareceu um instante atrás da mesa. Tornou a se levantar, arrulhando em inglês "Oooh! Meus parabéns!" e acenando um documento rosado no lugar do verde. Não entendi, mas ela me apertou a mão, dizendo: "A senhora pode passar o resto da vida na Holanda se quiser. Recebeu asilo. Agora vou ler os seus direitos".

Suando, pensei: "Obrigada, Alá, muito obrigada".

A mulher explicou que não havia melhor status do que o A, que eu acabava de receber. Na qualidade de asilada classe A, nunca mais precisaria me apresentar para que carimbassem o meu documento. Podia trabalhar ou receber auxílio-desemprego, podia comprar ou alugar imóveis, podia me matricular na universidade, tinha direito à assistência médica gratuita e, depois de cinco anos no país, podia me naturalizar e até votar. Eu nem sabia que havia eleições na Holanda. Votar para quê?, pensei. Tudo lá funcionava com tanta perfeição.

"Alguma dúvida?", a mulher me perguntou, e eu disse: "Sim. Por que a senhora está fazendo tudo isso?". Ela respondeu: "As autoridades decidiram que a senhora tem motivos bem fundamentados para temer ser perseguida no seu país. É a lei".

Deu-me uma passagem de ônibus para Ede, onde eu tinha a possibilidade de solicitar habitação ao município. Eram tantos os refugiados em Ede que agora a cidade tinha listas de espera no programa habitacional, mas eu poderia me inscrever e, enquanto aguardava, continuar morando no centro de permanência prolongada de Lunteren. Ela pediu desculpas por isso. E eu poderia mesmo ir para a universidade?, perguntei. A moça disse que sim, se bem que primeiro tinha, evidentemente, que aprender a língua. Saí de lá levitando, examinando a carteira de identidade rosada com a minha fotografia, toda escrita no indecifrável holandês. Puxa vida, eu ia ficar naquele país, com aquela gente tão simpática. Era um verdadeiro sonho.

11. O julgamento dos anciãos

No começo, tive uma grande sensação de alívio. Livre do pesadelo de ser devolvida ao Quênia ou enviada de volta à Alemanha, fiquei eufórica. Registrei-me em diversas repartições públicas de Ede, viajando constantemente de ônibus; depois o Auxílio a Refugiados me deu uma bicicleta usada. Comprei mais um jeans: não voltei a usar saia comprida. Ia de bicicleta a todos os lugares.

O meu primeiro objetivo era aprender holandês. Agora que estava asilada oficialmente, tinha o direito de fazer um curso, no centro de refugiados, ministrado uma vez por semana por uma voluntária do vilarejo. Mas uma vez por semana era pouco para mim; eu queria mais. A tal voluntária, uma mulher abençoada, conseguiu convencer uma escola de idiomas de Ede a me aceitar e ainda se dispôs a pagar as aulas; eu lhe restituiria o dinheiro em prestações semanais economizadas da ajuda financeira que recebia. De modo que comecei a pedalar três vezes por semana até o meu curso de holandês no Midlands College, em Ede. Lembro-me de que as folhas estavam mudando de cor, e eu adorava percorrer o bosque de bicicleta, com a sensação de ter um propósito e uma sorte extraordinária.

As cartas de Haweya relatavam as inúmeras brigas com mamãe e a cisão cada vez maior entre minha mãe e abeh, assim como pediam roupas insistentemente. Contavam que os somalis de Nairóbi hostilizavam muito a minha mãe, acusando-a de estar por trás do meu desaparecimento. Ela se recusava a falar com quem quer que fosse: a comunidade inteira — a família de Farah Gouré, minhas meias-irmãs, Arro e Ijaabo, todo mundo, enfim — estava convencida de que mamãe havia planejado a minha fuga para se vingar do meu pai. Achavam-me dócil demais para ter concebido sozinha um estratagema tão ardiloso. Eu me senti muito mal imaginando as coisas por que mamãe era obrigada a passar.

Estava começando a esfriar. A chuva era incessante, o vento sacudia os trailers e, lá fora, geava durante a noite. Em um dia muito úmido para usar a bicicleta, fiquei esperando o ônibus e senti tanto frio que tive vontade de chorar.

Numa tarde fria de novembro, no dia em que completei vinte e três anos, um refugiado iraniano ateou fogo no próprio corpo, no refeitório, bem quando eu estava indo para a fila do jantar. Como seu pedido de asilo tinha sido recusado, ele se banhou em querosene e riscou um fósforo: uma desvairada manifestação de desespero. Isso me deixou desolada. Gente que merecia muito mais do que eu passava anos aguardando naquele centro de refugiados e acabava recebendo decisão negativa. Geralmente, as pessoas oriundas de países envolvidos em guerra civil eram aceitas na Holanda, quase sempre com status C, o direito de ficar temporariamente por razões humanitárias. Mas aos iranianos, aos russos, aos iraquianos — a maioria dos que solicitavam asilo — era habitual negarem o direito de permanência.

Tive sorte e me sentia culpada por haver obtido tão depressa o status de asilada, à custa de mentiras, enquanto tanta gente era rejeitada. Procurava auxiliar as pessoas; isso me dava a sensação de que ainda era boa. Queria retribuir tudo aquilo de algum modo e pagar a bondade com bondade, que era como eu compreendia o islã na época. Apresentei-me como voluntária no centro. Trabalhava uma vez por

semana no escritório da lavanderia e na biblioteca. Sylvia, que trabalhava no centro, me convidava para jogar vôlei. Era divertido.

Eu gostava de todos os funcionários, e eles gostavam de mim. Eu era útil a eles porque falava inglês, a língua franca do centro. Sempre que um somali adoecia e não conseguia se fazer entender, ou quando alguém precisava de ajuda para preencher um formulário, o pessoal sabia que podia me chamar para servir de intermediária, o que lhes poupava o trabalho de providenciar um intérprete oficial. Quando havia problemas com um somali — e sempre havia —, a mediadora era eu. Quando as pessoas não queriam ser transferidas, envolviam-se em brigas ou queriam alguma coisa — eu era solicitada pelos próprios somalis ou pela equipe.

Por sorte, nenhum somali no centro era osman mahamud; mesmo assim, olhavam para o meu jeans com indisfarçável hostilidade. Para eles, era perfeitamente normal me repreender ou tentar me pôr nos eixos. Viviam me mandando cobrir o cabelo e usar saia comprida. Um homem chegou a dizer: "Você está envergonhando a todos nós com a sua bicicleta. Quando você chega, com as pernas abertas, a gente vê a sua genitália".

Respondi que estava usando a mesma calça que ele e que, se ela deixava aparecer a minha genitália, a de um homem devia ser mais visível ainda; e me afastei o mais depressa que as minhas pernas permitiram. Sylvia comunicou que quem me ameaçasse fisicamente seria transferido, mas, excetuando isso, eu que tratasse de me defender. "Os somalis aqui dependem da sua boa vontade" disse. "Batem na sua porta e lhe pedem para traduzir quando querem alguma coisa. Eles precisam de você. Diga que não é da conta deles a roupa que você veste."

Foi o que fiz. Usei a linguagem direta. E falava olhando-os firmemente nos olhos. Era uma espécie de exercício para aprender a dizer essas coisas em voz alta.

No começo de dezembro, recebi uma carta do meu pai: estava endereçada ao centro de refugiados. Ele havia me localizado. Começava

assim: "Meu querido fígado". Abeh tinha o costume de me chamar de "fígado", o que era muito significativo na Somália, pois ninguém pode viver sem o fígado. (Haweya era os seus olhos; Mahad, o seu coração.) "No nosso jogo de esconde-esconde, finalmente a encontrei."

A carta visava me persuadir a retomar o bom caminho, mas era formulada de modo que eu pudesse fazê-lo de cabeça erguida — e deixando a sua honra intacta. Papai fingia acreditar que eu ainda tinha planos de viver com o marido que ele escolhera para mim, que apenas cometera um breve desvio. E dizia que precisava de trezentos dólares para uma operação urgente na vista. "Embora você ainda tenha de receber bastante dinheiro, sinto que consegue levantar algumas centenas de dólares, pois é muito influente", escreveu.

Ele sabia que eu ficaria aflita ao receber essa notícia: sua vista, sempre tão fraca, agora estava falhando. Imaginou que eu me atiraria imediatamente nos braços de Osman Moussa a fim de conseguir o dinheiro: de que outro modo ia levantar aquela importância? O marido era o provedor da mulher — e, se necessário, da família da mulher. Abeh terminava a carta assim: "A sua casa será uma fonte de honra ou uma fonte de desgraça para mim... Fique com Deus". Ele me conhecia. Estava convencido de que, para salvar sua vista, eu concordaria em voltar para o meu marido.

Vários dias depois, Osman Moussa telefonou para o centro de refugiados. Foram ao trailer me avisar que era uma ligação do Canadá. Fiquei com as pernas bambas. Fui até o telefone, falei com ele e menti outra vez. Inventei uma história. Fingi que não tinha fugido, apenas queria passar algumas semanas na Holanda com a minha querida amiga Fadumo. Ele me recriminou — "Você não pode sumir assim" — e me mandou voltar à Alemanha o mais depressa possível. Eu disse que sim. Depois falei na carta de abeh. Osman Moussa contou que estava em contato permanente com ele e que ia cuidar disso. Parece que enviou o dinheiro.

Agora eu sabia que era apenas questão de tempo: o meu pai, o meu irmão e o meu marido conheciam o meu endereço. Eu não tinha

para onde ir. Cedo ou tarde chegariam para me buscar. Fiquei com medo — medo da violência física que provavelmente me aguardava. Mas não tinha a menor intenção de capitular com eles. Aquele centro, na pequenina Ede, era a minha única chance de ter vida própria, e eu não ia deixá-la escapar. De algum modo, pensei, precisava fugir daquela arapuca.

Em uma fria tarde de janeiro, Yasmin e eu fomos nadar na piscina coberta no camping vizinho, reservada para as mulheres uma vez por semana. Não sabíamos nadar, mas ficamos brincando, gritando e rindo na água. Quando voltamos para casa, fui diretamente para o chuveiro dar um jeito no cabelo, que estava ficando impossível. Fazia pouco tempo que o havia cortado bem curto para minimizar o trabalho. As duas estávamos em meio a uma conversa ruidosa e alegre, com o rádio em alto volume, quando bateram na porta com força. Ao abrir, dei de cara com Osman Moussa ao sol do fim da tarde. Estava acompanhado de três homens.

Fiquei paralisada, de cabelo desalinhado, a pele escurecida pelo ar livre, de jeans, sem saber o que dizer. Aquilo me fez voltar a ser a Ayaan antiga: a menina dócil, compelida durante anos pelo hábito de oferecer hospitalidade. "Asalaam Aleikurrí) saudei. "Vocês não querem entrar?"

Afastei-me para lhes dar passagem, e aqueles quatro homenzarrões encheram o espaço do nosso trailer. Eu não tinha a menor idéia do que fazer. Peguei a garrafa térmica e disse: "Sentem-se, vou fazer um chá para nós". E, refugiando-me no quarto de Yasmin, expliquei que legalmente aquele homem era o meu marido. Pedi a ela que recebesse os visitantes; eu voltaria o mais depressa possível. Antes de sair, pus um turbante.

Em primeiro lugar, procurei Hasna, uma somali de quarenta e poucos anos que morava no trailer vizinho; embora ela fosse muito intrometida, eu sabia que compreendia o código de conduta e se comportaria bem. Hasna disse que ia preparar o chá para os visitantes na casa dela — era maior — e começou a trabalhar. Uma vez

encaminhado o meu dever de anfitriã, fui procurar Sylvia e lhe contei tudo. Confessei que mentira para obter o status de asilada. Contei que, na realidade, estava fugindo de um casamento arranjado pelo meu pai. Agora o meu marido acabara de chegar para me levar embora.

Imaginei que Sylvia fosse dizer que eu não podia continuar na Holanda, que deveria retornar ao Quênia ou viver com aquele homem. Mas ela disse: "O que você fez para obter o status de asilada é problema seu. Guarde isso para você. Quanto a esse homem, se você não quiser ir para o Canadá, diga-lhe que não vai. Mesmo sendo seu marido, ele não pode obrigá-la a ir a lugar nenhum. Se ele ficar violento, chamo a polícia".

Voltei ao meu trailer me sentindo muito mais segura. Hasna teve a sensibilidade de levar consigo Yasmin e os três somalis, deixando-me a sós com Osman Moussa. Com um largo gesto de desprezo, ele abarcou a casinha minúscula onde eu morava. "Então é isto?", perguntou com sarcasmo. "É isto que você queria?"

"Sim, é isto", respondi.

"Agora você vem comigo?"

"Nao, não vou."

Eu estava calma. Não houve gritos nem lágrimas; não houve drama. Sabia que, para Osman, eu tinha me transformado em um enigma, mas ele não era nenhum mistério para mim. Nos seus olhos, não havia senão arrogância e desdém. Osman estava oferecendo a lua a uma garotinha tola que preferia morar em um campo miserável, entre desconhecidos. Achava que tinha autoridade sobre mim, que era o meu dono. Mas não, pensei cá comigo. Eu sabia que tinha direitos naquele país. Propus que nos reuníssemos aos outros no trailer de Hasna e tomei a dianteira.

Quando chegamos lá, Hasna disse: "Deixem, vou falar com ela". Levou-me para o quarto. "Você ficou louca?", perguntou. "É burra? Retardada? Esse homem é bonito e rico. Que mais você quer? O que espera da vida?"

Eu disse: "Logo vou conseguir alugar uma casinha para mim. Vou trabalhar".

"Por que está fazendo isso com você?", espantou-se Hasna. E acrescentou que eu seria amaldiçoada, ficaria à mercê da pobreza, da doença e de trinta danações diferentes. Eu a deixei concluir e então disse: "Para mim chega por ora".

Por fim, Osman Moussa concordou em ir embora. Era evidente que não sabia o que fazer. Eu me sentia a salvo na Holanda, num centro que contava com seguranças que não deixariam ninguém me forçar a sair a contragosto. Estava nervosa, mas também inesperadamente confiante.

Decidi enfrentar minha família. Descobria uma força interior. Havia testado a minha autoconfiança e me sentia capaz. Tornara-me resistente e tinha descoberto o império da lei. Lá também havia predadores potenciais, mas eu era capaz de evitá-los. Podia pedir socorro à polícia e a Sylvia. Ela conhecia a minha história e não reprovava o que eu tinha feito; pelo contrário, estava disposta a me ajudar.

Dias depois, Osman voltou. Disse que havia consultado meu pai e que os dois decidiram convocar um tolka, um encontro dos nossos parentes mais velhos e mais ilustres. O tolka se reuniria no centro de refugiados no dia 26 de janeiro. Concordei.

Nos dias que se seguiram, praticamente todas as darod do campo foram ao meu trailer tentar me convencer a ir para o Canadá. Insistiam em dizer que eu estava cometendo o maior erro da minha vida. Meu pai tinha arranjado um partido e tanto para mim. Qualquer uma delas daria tudo para ter a metade da minha sorte. Sozinha na Europa, eu não seria ninguém. Contaram-me histórias povoadas de espíritos, que terminavam em mortes horríveis, e garantiram que os djins seriam atraídos se eu desobedecesse. Citaram todos os casos, na história recente da Somália, de moças que fugiram de casa e se tornaram prostitutas, doentes, estéreis, indignas de se casar — mesmo

porque, pense bem, você já está com vinte e três anos, mais jovem não há de ficar.

Houve uma verdadeira campanha espontânea de pressão de toda aquela gente que nem me conhecia. Eu me limitei a escutar. Já sabia o que fazer.

Dois dias depois, Hasna voltou ao meu trailer. Embora fosse do subclã ogaden, tinha sido casada com um osman mahamud; isto fazia dela a minha parenta mais próxima no campo, além de ser minha vizinha. Mandou-me trocar de roupa: a reunião do clã seria no seu trailer depois do jantar.

Na noite de 26 de janeiro, Osman Moussa chegou com oito anciãos do osman mahamud e dois macherten; o numeroso grupo de homens se aglomerou diante do trailer de Hasna, no escuro. Muito embora estivéssemos em solo holandês, aquela seria uma reunião real e formal dos anciãos do nosso clã. Devido à grande vergonha que eu havia causado, a família osman mahamud não ia permitir que eu decidisse o meu futuro sozinha.

Hasna e eu os cumprimentamos. Osman procurou seguir o procedimento ao pé da letra. Alguns dos homens presentes eram grandes nomes, gente que eu nem sabia que estava na Europa: os patriarcas da minha família, a nobreza do osman mahamud. Tínhamos em comum um antepassado da quinta ou da oitava geração. Inclusive, um dos presentes era um boqor, descendente direto do rei para o qual o meu avô Magan havia combatido.

Eu tinha a intenção de observar os códigos de bom comportamento durante o confronto que me aguardava. Mas nem por isso vesti a saia comprida. Fui de jeans e de túnica. E não cobri o cabelo com o turbante. A indumentária estava correta, não expunha minha pele — mas transmitia uma mensagem clara: as coisas tinham mudado.

Os homens precisaram se curvar para entrar no acanhado espaço; instalaram-se no banco e nas cadeiras, todos os rostos mergulhados na sombra projetada pela vela de Hasna. Abdellahi

Moussa Boqor, o príncipe herdeiro de todos os osman mahamud da Somália, abriu a reunião. Era majestoso, augusto: sua autoridade inundava o pequeno trailer. Passou meia hora falando. Primeiro expôs o procedimento que a reunião adotaria, depois discursou sobre os valores do clã. Elogiou o meu pai. Lembrou o quanto o casamento era precioso, o quanto a nossa honra e o nosso nome eram importantes. Dirigiu-me um apelo: o país estava se desintegrando, aquilo não era coisa que nós, dos clãs de alto nível, devíamos fazer com os outros. Quando ele concluiu, outro homem tomou a palavra. Os oito anciãos osman mahamud foram se revezando conforme a hierarquia.

Permaneci calada; com o corpo aprumado, bebia o chá segurando a caneca com as duas mãos. Transgredira a regra mais sagrada do clã — tinha marcado o meu pai com um estigma infamante, irreparável —, mas sabia me comportar. Não ia ser grosseira. Não desceria ao nível do histerismo ou do insulto. Estava sentada como convinha, os pés na posição correta, e olhava para a boca dos homens, não para os olhos, o que seria uma insolência — só de vez em quando erguia a vista, acenando a cabeça, para mostrar que estava prestando atenção. Sabia que aquele era o meu julgamento. O que estava em jogo era o meu direito de governar a minha própria vida.

Abdellahi Moussa Boqor disse: "Agora me parece que o próprio Osman Moussa deve se manifestar". O meu marido discorreu demoradamente acerca da honra e da família, acerca do clã e da guerra. Admitiu que não me conhecia; por excesso de autoconfiança, talvez, não empreendera nenhuma averiguação, havia tomado tudo por líquido e certo. Mas agora, disse, estava realmente disposto a me conhecer: quem eu era como indivíduo, não apenas como filha do meu pai.

Então Adbellahi Moussa Boqor se dirigiu a mim. Eu ainda não tinha dito uma palavra. "Você entende que esta é uma reunião formal, embora não estejamos no lugar adequado?" Fiz que sim. Ele disse: "Agora cabe a você pensar na resposta. Não podemos aceitar que diga sim e depois torne a desaparecer em um país qualquer. Se disser sim,

deve ser com sinceridade. Sua resposta será definitiva". Tornei a balançar a cabeça.

Ele propôs: "Vamos fazer uma pausa para que você pense um pouco. Estamos todos dispostos a voltar amanhã para ouvir a sua resposta, ou então nos reuniremos na minha residência ou em uma casa próxima". Eu sabia que tinha chegado a minha vez de falar. E disse: "Já tenho a resposta".

Encarei-o: "E a resposta é não". Fiquei surpresa comigo mesma, estava tão calma e determinada. Nunca me sentira tão bem na vida. E acrescentei: "Não quero ser casada com Osman Moussa, embora o respeite e embora ele nunca tenha me maltratado.

Entendo perfeitamente o que vocês estão fazendo por mim, sei que é extraordinário. Também entendo que a minha resposta é definitiva".

Boqor ficou um momento calado. Era evidente que estava perplexo. Por fim falou: "Posso fazer algumas perguntas?" Concordei. Ele perguntou: "Osman Moussa foi violento?", e respondi: "Não. Sempre foi corretíssimo em tudo"

"É sovina?"

"Não, tem sido muito generoso."

"Você sabe alguma coisa de Osman que não sabemos?"

"Eu mal o conheço."

"Há outro homem?"

Eu disse: "Não".

A cada pergunta, ele me oferecia uma oportunidade de me explicar de modo a justificar o meu comportamento e a abrandar a mácula na minha honra e no bom nome do meu pai. Mas eu estava decidida a não mentir, a não dizer que Osman Moussa havia me magoado ou enganado, fosse lá como fosse. Seria muito desleal da minha parte. Eu apenas não o queria.

Enfim, Abdellahi Moussa Boqor indagou: "Então por que você fez o que fez?".

Demorei um pouco para responder, mas então as palavras simplesmente saíram. "É a vontade da alma", disse. "Não se pode coagir a alma." Usei uma linguagem grandiloqüente, não a que se esperava de uma mulher, muito menos de uma mocinha de vinte e três anos. Abdellahi Moussa Boqor me encarou e disse: "Respeito a sua resposta. Acho que todos devemos respeitá-la". Voltou-se para Osman: "Você a aceita?"

"Preciso aceitar."

Então o príncipe herdeiro disse a todos os presentes que a aceitação de Osman devia ser considerada honrosa e corajosa, e não faria senão favorecer ainda mais a sua reputação de sábio.

Abraçou Osman Moussa e lhe deu tapinhas nas costas. Todos os outros o imitaram.

Eu me senti muito mal com o que havia feito a ele. Aquele pobre homem não tinha culpa nenhuma. E disse: "Sabe, um dia vou pagar a despesa que você teve com a passagem e tudo mais" porque isso me incomodava.

Osman Moussa ficou ofendidíssimo: "Além de tudo que você já fez, isso é o mesmo que pôr sal na ferida". Pelo código de honra, não era realmente necessário, mas eu não tinha intenção de ofendê-lo. Não me restou senão agradecer.

Então todos os homens se levantaram e, um após outro, seguraram com ambas as mãos a minha. E saíram. Foram muito respeitosos. Não houve violência. Somos osman mahamud, não árabes, e os osman mahamud raramente batem nas mulheres. Mas, olhando para fora e vendo-os se afastarem na escuridão da noite, entendi que tinha feito algo que nunca, nunca mais, poderia ser desfeito. Não estava arrependida, mas sabia que me divorciara de tudo quanto era importante e significativo para a minha família.

Quanta coisa mudara em um espaço de meses! Em Nairóbi, eu não conseguira defender o meu direito de recusar aquele homem. Tinha chegado a dizer a meu pai que não queria casar com ele, mas eu fora incapaz de agir para evitá-lo. Se o fizesse, seria deserdada, banida,

privada da proteção invisível do clã. A minha mãe e a minha irmã também seriam punidas, ainda que com menos rigor. Eu passaria a ser vista como uma caça, como Fawzia e outras somalis que eram sozinhas: esmolando um teto, vítima potencial de qualquer predador. Não sei de onde tiraria forças para fazer isso.

Mas agora eu era asilada. Tinha o direito de ficar na Holanda e sabia que gozava de muitos outros direitos. Ninguém podia me obrigar a ir aonde eu não quisesse. Aquele cartãozinho cor-de-rosa que me outorgava o status de asilada mudava tudo. Agora eu sabia que ia dar um jeito de reunir coragem para continuar a desafiá-los.

No entanto, sentia-me arrasada de tanta culpa. Não consegui dormir naquela noite, pensando no que eu tinha feito ao meu pai.

Na manhã seguinte, bem cedo, no dia 27 de janeiro, fui para o meu quarto e escrevi a carta mais difícil da minha vida. Começava assim: "Em nome de Alá, o clementíssimo, o misericordiosíssimo", e prossegui:

Meu querido pai,

Com todo respeito, vou diretamente ao que interessa para lhe dizer que sou uma decepção para você e decidi me divorciar de Osman Moussa Isse. Todos os pedidos de desculpas ou de perdão não o fariam se sentir melhor, mas só lhe peço que me entenda e que saiba o quanto lamento. Claro que não espero que seja compreensivo comigo, mas foi isso que aconteceu.

Osman telefonou para você e, seguindo o seu conselho, submeteu a questão à atenção dos anciãos (tolka): nós nos reunimos e chegamos a um acordo pacífico e honrado (se é que há alguma coisa honrada nesta situação). O acordo é que haverá DIVÓRCIO. Sinto muito, papai, mas é assim. Voltarei ao Quênia assim que tiver dinheiro para a passagem e assim que me devolverem o visto. Por ora, vou estudar.

Papai, sei que você está triste comigo, mas, por favor, responda e, quando a raiva passar, procure me entender e me perdoar. Talvez seja pedir demais, mas preciso da sua bênção.

Com todo amor da sua filha Ayaan

Cerca de uma semana depois, recebi uma carta do meu pai com carimbo de 26 de janeiro, ou seja, da noite em que o tolka se reunira. Decerto Osman havia lhe telefonado. "Querida Ayaan", dizia.

Não pude acreditar no que Osman me contou a seu respeito. Se for verdade, você me tornou vil e desgraçado, assim como à nossa família, além de me causar dor e tristeza. Não consigo rezar nem dormir desde que Osman telefonou. Olhe, Ayaan, não agüento mais esta situação. Portanto, ou você tem a bondade de obedecer a seu marido, ou vou ser obrigado a ir para a Holanda, e então nós dois vamos decidir a questão cara a cara.

Eu me senti violentada pelo ódio dele, pela forma como eu prejudicara a sua reputação. E fiquei realmente com medo: se fosse à Holanda, meu pai era capaz de me bater, talvez até de me matar. Eu o envergonhara e sabia que ele tinha que me castigar.

Quinze dias depois da reunião do clã, chegou outra carta de papai. Estava rabiscada nas folhas da que eu lhe enviara em 27 de janeiro: com tinta vermelha, a que se usava para escrever aos inimigos. Na primeira página, ele dizia: "Como não vou abrir as suas cartas, não adianta me escrever". No outro lado, por cima da minha assinatura, dizia:

Querida raposa sem-vergonha,

Você não precisa de mim, e não preciso de você. Só peço que Alá arruine a sua vida assim como você arruinou a minha. Amém! Esta é a última mensagem que recebe de mim, assim como a sua carta foi a última que aceitei de você. Vá para o inferno! Fique com o diabo.

Acrescentou em furiosas maiúsculas: "QUE ALÁ CASTIGUE A SUA VIGARICE. AMÉMÍ DO SEU OTÁRIO.'".

O medo de que o meu pai me matasse se tornou menos agudo. Eu já estava morta para ele. E, embora continuasse fisicamente intacta, sentia como se tivessem me chutado o estômago. Era uma renegada.

Comprei um cartão telefônico e liguei para a família indiana que morava na casa vizinha à nossa em Park Road. Pedi para falar com

Haweya. Precisava muito dela. Foi a primeira vez que conversamos desde a minha partida. Ela disse que tinha lido minha carta a abeh e que se orgulhava de mim. Mas também lamentava a minha sina. Recomendou cuidado: era possível que abeh me procurasse. Sua cólera incutia medo até mesmo nela.

Eu lhe pedi que levasse mamãe à casa dos vizinhos na semana seguinte. Queria conversar com ela também. E supliquei à minha irmã que tentasse convencê-la a não me repudiar.

Quando ouvi a voz de mamãe, havia tanta interferência na linha, ela parecia estar em outro planeta: "Então você fez mesmo o que eu desconfiava que ia fazer". Ergueu a voz: "Sabe como estão me tratando aqui?". Respondi: "Haweya me contou". Ela disse: "Você cometeu um grande erro, mas continua sendo minha filha". Prosseguiu: "Seu pai está furioso. Não tem medo de que ele a amaldiçoe? A maldição do pai é mais poderosa do que a da mãe".

Respondi: "Só nos resta esperar para ver". Mamãe me desejou sorte antes de desligar. Foi muito meiga. Prometeu voltar a conversar comigo. Então a linha caiu.

Era como se eu estivesse vivendo o derradeiro episódio da minha vida. Tinha deixado meu pai em apuros e, agora, decepcionava também minha mãe. Pensei em morrer e despertar no outro mundo, onde ninguém se esconde do julgamento de Alá. Os meus pecados não tinham fim. Eu envergonhara meus pais, havia rejeitado um marido legítimo, descuidava das orações diárias; usava roupa de homem e tinha cortado o cabelo. Com toda certeza, o livro das más ações escrito pelo anjo do meu ombro esquerdo ia pesar muito mais do que o magro volume dos atos bons. O meu pai me amaldiçoara, e agora eu estava perdida.

12. Haweya

Passei muitos meses deprimida por causa da carta do meu pai. A única coisa que me restava fazer era seguir adiante, sozinha, no rumo

que eu havia escolhido. O tempo começou a melhorar pouco a pouco, assim como o meu domínio da língua holandesa. O pessoal do centro de refugiados me estimulava a traduzir do somali diretamente para o holandês, sem passar pelo inglês. E tinham a paciência de corrigir os meus erros. Era como andar de bicicleta na rua — eu percebia que estava melhorando.

Sylvia era quem mais me incentivava. Dizia que eu tinha futuro. Podia solicitar ao governo a equivalência do meu diploma queniano ao do ensino médio holandês, o que me permitiria seguir estudando e talvez até me habilitasse para o curso universitário que eu queria muito fazer.

Um dia, acompanhei uma jovem somali ao hospital para uma consulta com o ginecologista. O médico me pediu que lhe explicasse que era preciso tirar a roupa para que ele lhe examinasse o útero com um comprido instrumento prateado. Ela disse: "Tudo bem, mas duvido que ele consiga ver o meu útero".

Compreendi: a moça era totalmente fechada, nada mais do que uma cicatriz.

Tentei informar o médico, mas ele se limitou a retrucar: "Faça o que eu disse". Mas, quando a garota se deitou na maça, o homem olhou entre as suas pernas e retrocedeu, chocado, deixando escapar um palavrão. Tirou as luvas com raiva, pois nenhum instrumento de aço entrava ali. A jovem não tinha vulva, apenas uma lisa superfície de tecido cicatrizado.

Era o famoso farooni, uma excisão tão extrema que extirpava inteiramente a genitália, transformando-a em uma dura faixa de pele escura. Eu nunca tinha visto algo assim — em geral, só as meninas isaq do norte eram mutiladas daquele modo —, mas sabia do que se tratava. O ginecologista pensou que ela tivesse sofrido uma queimadura. Toda a equipe médica ficou revoltada ao saber do que se tratava. E comecei a desconfiar que a clitorectomia era uma coisa inusitada na Europa.

Em maio de 1993, chegou uma carta oficial: eu tinha onde morar. A prefeitura de Ebe me oferecia um quarto-e-sala. Eu passaria a receber auxílio-desemprego para pagar o aluguel.

Fiquei contente com a oportunidade de sair do centro. Os refugiados brigavam muito por causa de política ou de mulher, e o diz-que-diz era permanente. Mas, ao receber a notícia, Yasmin começou a chorar: "Quer dizer que você vai me largar aqui?".

Seu pedido de asilo tinha sido recusado. Mas, como ela se declarara menor de idade, foi autorizada a permanecer no país. Era obrigada a morar no centro de refugiados e a freqüentar uma escola especial para estrangeiros, que ela detestava. Perguntei ao departamento de habitação se ela podia morar comigo, mas a resposta foi negativa: era um quarto-e-sala. Se eu quisesse um apartamento de dois quartos, teria que aguardar.

Pensei nisso. Eu tinha sido muito egoísta. Se não fosse leal a Yasmin agora, arriscava a me transformar em uma pessoa definitivamente má. Desisti do quarto-e-sala e solicitei um apartamento maior.

Comecei a fazer amizade com o pessoal que trabalhava no centro de refugiados. Hanneke, uma conselheira poucos anos mais velha do que eu, apresentou-me à sua amiga Ellen, que tinha a minha idade e estudava assistência social na faculdade vocacional cristã. Alugávamos vídeos, íamos passear e organizávamos pique-niques — todo tipo de criancice que eu adorava. Elas me apresentaram aos amigos e aos familiares.

Hanneke e Ellen eram cristãs e levavam a religião a sério, mas nem por isso deixavam de freqüentar bares. Na primeira vez em que Hanneke me convenceu a acompanhá-las, pensei que Alá fosse me fulminar de vez. Fazia muito tempo que não rezava, mas entrar em um bar — isso era verdadeiramente haram. Aliás, resultou que o tal bar era apenas um lugar em que as pessoas passavam horas de pé, em meio a um batalhão de outras, consumindo álcool e conversando aos berros

por causa da música altíssima. Eu não conseguia entender bem o porquê daquilo. O costume era deveras curioso.

No entanto, continuei freqüentando o local, já que as outras gostavam. Embora não bebesse, às vezes, ao voltar para casa, eu me sentia culpada. Como era possível ir a lugares como aquele, lugares que outrora pareciam tão sórdidos? Dizia para mim mesma: "Não fiz nada errado. Não seduzi nem encorajei ninguém, só tomei refrigerante, vestindo jeans. Não há nenhum mal nisso". Já que eu não fazia nada errado, Alá não tinha por que me castigar.

No fundo, não entendia por que as pessoas preferiam bater papo em um lugar tão ruidoso. Ede era uma cidadezinha bonita, conservadora, protestante, um lugar sossegado e seguro. Ninguém se comportava mal nos bares. O pessoal bebia, e os que estavam em grupo formavam pequenos círculos e se punham a gritar, uns com os outros, ao som da música. Ao decidir a que bar ir, as pessoas sempre escolhiam o mais lotado. Eu não via lógica nisso.

Para mim era difícil decifrar os holandeses. Eu me imaginava em casa, dizendo a Haweya: "Eles são perfeitamente normais durante o dia, mas à noite têm hábitos esquisitíssimos".

Hanneke queria que eu conhecesse mais a Holanda. Num fim de semana de primavera, resolveu me levar a Amsterdã. Passamos o dia lá, passeando entre as casas elegantes de Herengracht, o Canal dos Cavalheiros, com suas pontezinhas delicadas. Aparentemente, toda cidade holandesa tinha um centro antigo e adorável e se empenhava muito em preservá-lo. Qualquer um podia sair à noite sem ser molestado por ninguém; tudo era organizado e limpo. Tudo parecia funcionar tão bem naquele país, ao passo que, a algumas horas de distância, não havia senão conflito, sujeira e sofrimento.

Hanneke também me levou ao Bairro da Luz Vermelha, perto da Estação Central, só para me mostrar como era. Recordo que senti como que uma pontada no estômago ao ver aquelas mulheres nas vitrines, completamente nuas ou com roupas escassas e obscenas. Aquilo me fez pensar nas peças de carne penduradas em ganchos nas bancas de

açougueiro no mercado de Kariokor. Era uma exploração abominável que me causava arrepios. Hanneke não conseguiu me convencer de que aquelas mulheres estavam lá porque queriam, ganhando a vida honestamente.

Mas aquele lado desagradável da sociedade parecia não ter nexo com a Holanda que eu conhecia. Os holandeses comuns não eram depravados assim. Talvez eu tivesse mais contato com eles do que a maioria dos estrangeiros, mas estava convencida de que não eram os monstros licenciosos que muitos refugiados soma-lis imaginavam.

Ellen e eu conversávamos muito sobre a fé cristã. Sua relação com Deus era de diálogo e amor, coisa muitíssimo diferente do temor e submissão que me ensinaram a demonstrar. Ela era de família protestante fundamentalista, de uma rigorosa seita holandesa reformada. Aos domingos, seus pais iam duas vezes à igreja, e a obrigavam a usar saia comprida; Ellen estava à procura de um modo próprio de se relacionar com Deus, e isso a perturbava. No entanto, a sua fé era muito menos restritiva que a do islã que eu conhecia. Aliás, parecia-me demasiado agradável e conveniente para ser verdadeira.

Ela dizia que só rezava quando tinha vontade. Seu Deus era uma bondosa figura paterna, muito embora, curiosamente, não a ajudasse diretamente — preferia que ela ajudasse a si própria. "Na sua religião, há muito inferno", dizia, "e vocês só rezam porque são obrigados. É uma relação senhor-escravo."

Ellen tinha namorado. Estava apaixonada por um refugiado iraniano, Badal Zadeh. Mas queria casar virgem. Ela beijava o namorado ostensivamente na boca, mesmo na frente dos outros. "Mas isso é normal!" explicava-me. E era verdade, os jovens viviam fazendo isso na rua. Coisa que notei assim que saí do avião, e todos os somalis disseram que aquele era o comportamento típico dos gaalos imundos. Entretanto, Ellen continuava querendo ser virgem!

Um dia, nós quatro estávamos assistindo televisão no apartamento que Hanneke e Ellen dividiam em Ede. O programa se chamava Você só precisa de amor. Holandeses e holandesas fa-' ziam

declaração de amor a alguém na frente do país inteiro, e o apresentador bancava o cupido. Depois dos comerciais, os espectadores descobriam se esse amor era correspondido ou não. Yasmin e eu achamos aquilo uma barbaridade.

Comecei a falar com Ellen em amor, namoro e virgindade. Para mim, somali que era, ser virgem significa ser mutilada, suturada fisicamente. Eu já percebera que os holandeses não conheciam essa prática, por isso perguntei: "Como seu marido vai saber se você é virgem ou não? Não há um teste?".

Ela respondeu: "Claro que não. Ele vai saber que sou virgem se eu disser que sou". Minha pergunta lhe pareceu estranha, de modo que ela indagou: "Vocês fazem algum teste?" Contei: "Eles nos cortam e nos costuram, de modo que a pele fica fechada, e quando o homem nos penetra, sai sangue. Não há possibilidade de fingir".

Ellen e Hanneke ficaram horrorizadas. Quiseram saber: "Por acaso fizeram isso com vocês?" Yasmin e eu dissemos que sim, e Yasmin acrescentou: "Quem não for cortada não pode ser pura, pode?" Arregalando os olhos azuis com muita inocência, Ellen perguntou: "Pura de quê?"

Pura de quê? Pura de quê, afinal? Fiquei muito tempo pensando nisso e descobri que não tinha resposta. Não era somente por causa do islã que nos cortavam: nem todas as maometanas se submetiam à clitorectomia. Mas, na Somália e em outros países muçulmanos, era evidente que o culto islâmico à virgindade a incentivava. Eu não sabia de nenhum fatwa denunciando a mutilação genital da mulher; pelo contrário, a supressão da sexualidade feminina era importantíssima para os imames. Boqol Sawm e os outros maalims não cessavam de afirmar que as mulheres precisavam tomar consciência do seu poder sexual: tinham que se cobrir totalmente e ficar dentro de casa. Eles se detinham nos menores detalhes, mas nunca disseram que era errado mutilar e costurar as meninas.

De que nos queriam purificar? Alguém era o nosso dono. Aquilo que eu tinha entre as pernas não era meu. Eu estava marcada.

Descobri que não achava resposta para dar. Não me restou senão encarar Ellen e dizer: "É a nossa tradição". E, sendo uma crente sincera, ela perguntou: "Mas você acredita que Deus a criou, não acredita?" Respondi que sim, claro. Ellen disse: "Neste caso, se Deus nos criou tal como somos, é porque Ele quer que sejamos assim. Por que não ficar assim? Por que a sua cultura se acha no direito de aperfeiçoar a obra divina? Isso não é blasfêmia?" Fiquei olhando para ela. Havia uma boa dose de verdade nas suas palavras.

Ellen contou que as holandesas não eram circuncidadas, tampouco os holandeses. Yasmin fez cara de nojo. E, assim que saímos de lá, começou a esfregar a pele. Em casa, passou horas se lavando. "Fiquei no apartamento delas e comi a sua comida, e elas não foram purificadas!" disse. "São sujas, este país é uma imundície de ponta a ponta."

Fiquei pensando. Ellen não era suja, nem a Holanda. Aliás, aquele país era muito mais limpo do que a Somália ou qualquer outro lugar em que eu havia morado. Não conseguia entender por que Yasmin achava a Holanda tão ruim, ainda mais com aquele povo nos tratando com tanta doçura e hospitalidade. Eu estava começando a entender que o sistema de valores holandês era mais coerente e sincero, proporcionava mais felicidade a mais gente do que o sistema em que fomos criadas. Desgraçadamente, muitas das idéias holandesas não condiziam com o islamismo.

Respondi: "Sabe de uma coisa, Yasmin? É bom ir se acostumando. Porque o seu professor, na escola, é incircunciso, o pessoal que prepara o seu almoço é incircunciso. Para continuar completamente pura aqui, você vai ter que ficar dentro de casa, sem ter contato com ninguém".

Mas Yasmin disse: "Há uma diferença, e é por isso que o Alcorão nos proíbe de ter amigos infiéis".

Em julho de 1993, finalmente recebi um apartamento de dois quartos em Ede. Custava seiscentos florins por mês, mas eu tinha direito a um empréstimo de cinco mil para a mobília, os quais

teria que restituir, e a um auxílio-desemprego mensal de mil e duzentos florins. Yasmin, que para os holandeses tinha apenas quinze anos, ficaria sob a minha guarda.

O apartamento ficava na James Wattstraat, em um bairro de prédios baixos de alvenaria — talvez um pouco pobre, mas de modo algum sujo. Eu o achava bonito. Mas, no prédio vizinho, havia uma turca que era espancada quase toda noite. Ouvíamos tudo. Ouvíamos quando ela era jogada contra a parede da sala de estar e pedia clemência aos gritos. EUen e Hanneke nos disseram que convinha chamar a polícia. Fizemos isso, mas a polícia retornou a chamada para dizer, muito educadamente, que não podia fazer nada. Eles já tinham estado no apartamento, mas a mulher em questão se recusava a dar parte da agressão. Na noite seguinte, lá estava ela aos berros outra vez.

O marido subia o volume do televisor para que ninguém a ouvisse. Eu raramente via a mulher na rua; ela quase não saía de casa. Creio que tinha vergonha; o bairro todo sabia. Encolhia-se e vivia escondida.

Um dia, um funcionário do centro de refugiados foi averiguar o nosso progresso. Disse: "Ayaan, como é possível que o seu holandês tenha piorado depois que você saiu de lá?". Ao mudar para a cidade, praticamente parei de falar holandês. Falava somali com Yasmin e inglês com Ellen e Hanneke. Compreendia o holandês elementar, mas não conseguia me expressar bem; isso me constrangia.

O funcionário se propôs a afixar um aviso, na sua igreja, para ver se alguém se dispunha a nos dar aulas gratuitas de conversação. Foi assim que, cerca de um ano depois de chegar à Holanda, conheci Johanna.

Johanna foi uma mãe para mim enquanto eu me adaptava pouco a pouco àquele país estranho, mas agradável. Yasmin e eu íamos à sua casa uma vez por semana, depois três, depois quantas vezes quiséssemos. Simplesmente chegávamos e entrávamos, como se estivéssemos na Somália. Cozinhávamos na sua cozinha e brincávamos

com os seus filhos. Johanna nos ensinou muito mais do que o idioma. Ela nos ensinou a viver no Ocidente.

Havia as pequenas coisas. Como economizar: escolher os itens mais baratos nas estantes baixas do supermercado; desligar a calefação e usar agasalho dentro de casa. Que comportamento ter em sociedade: na Holanda, as pessoas abriam o presente na frente de quem o havia dado, e, mesmo sendo mulher, costumavam olhar nos olhos das pessoas.

Johanna também nos ensinou outras coisas importantes. Recomendava-nos ser diretas, falar sem rodeios, ir ao que interessava. Se ficássemos sem dinheiro, era preciso reconhecê-lo e procurar descobrir por que havíamos gastado demais. Não era questão de honra, de vergonha, de preâmbulos complicados: tratava-se de admitir o problema claramente e aprender a lição. Ensinou-nos a ser confiantes e a lidar com os problemas com objetividade. Eu tinha passado a vida vendo a minha mãe contornar os problemas e fingir que não existiam, na esperança de que Alá os fizesse desaparecer de uma hora para outra. Mas Johanna enfrentava as coisas. Dizia o que queria; preferia ser clara e direta a evitar as questões difíceis. Afirmava que não havia nenhuma grosseria em dizer não.

Sua casa de tijolo era moderna, com um quintal bem cuidado. Embora pequena, tinha sido montada de modo que tudo coubesse perfeitamente. O equipamento era fascinante. Havia um varal especial no quintal, que se abria quando ela queria secar a roupa e se dobrava quando não ia ser usado. Até mesmo o cortador de queijo era engenhoso.

Marteen, o marido de Johanna, não era o chefe da família. Os dois discutiam tudo, um pedia conselho ao outro. As crianças podiam interrompê-los, e os dois ouviam a opinião delas. E Marteen ajudava no serviço doméstico.

Toda noite, as crianças iam para a cama às oito em ponto, sem um minuto de atraso. Era uma vida estruturada, e tal estrutura fora construída com muito esforço mental. Johanna vivia consultando livros

sobre o desenvolvimento infantil e, embora castigasse os filhos quando se comportavam mal, não batia neles. Sua família se parecia muito com o resto do país: bem organizada, planificada, bem administrada e agradável. Nada passava despercebido naquela casa. Às vezes parecia um pouco sufocante, mas era acolhedora e segura. O modelo era muito mais atraente do que o de qualquer família que eu tinha visto no mundo de onde vinha.

E, mais importante, aquela família me dava carinho. Recebia-me. Johanna era sensata e cética, com senso de humor seco e enorme receptividade e disposição para amar. Comecei a encará-la como confidente, como orientadora.

Contei-lhe que me sentia muito egoísta pelo que tinha feito aos meus pais. Porém ela não via nada de errado no fato de eu ter me colocado em primeiro lugar. Dizia que não havia egoísmo em fazer o que eu quisesse da vida — todos deviam procurar a felicidade. Garantia que eu agira bem e me fazia sentir que ainda podia ser uma boa pessoa.

Todos os valores islâmicos que me ensinaram recomendavam que eu me colocasse em último lugar. A existência terrena era um teste e, se eu conseguisse me pôr em último lugar nesta vida, estaria servindo a Alá; no além eu teria o primeiro lugar. Quanto mais sujeitasse a minha vontade, mais virtuosa seria. Mas Johanna e Ellen, assim como todo mundo na Holanda, achavam natural buscar a felicidade pessoal na terra, aqui e agora.

Assim que me mudei para o apartamento de Ede com Yasmin, comecei a procurar emprego. Sentia vergonha de viver do auxílio do governo. Sylvia e os demais funcionários do centro de refugiados tiveram a paciência de responder às minhas perguntas incessantes, de modo que agora eu sabia, toscamente, o que era o Estado de Bem-estar Social: os capazes contribuíam para ajudar os carentes. Eu era capaz: tinha braços e pernas. Não queria continuar recebendo sem dar.

Primeiro fui à delegacia do trabalho. A mulher que me registrou informou que não tinha muito sentido trabalhar. Eu queria continuar com o curso de holandês, e o que ganhasse com bicos esporádicos seria

subtraído do meu auxílio financeiro; só poderia ficar com o excedente se houvesse excedente.

Decidi trabalhar mesmo assim e, naquela tarde, eu me inscrevi em todas as agências de emprego temporário da cidade. Disse que era secretária formada e queria uma colocação. Apesar do meu holandês precário, o pessoal das agências pôs o meu nome no banco de dados. Dois dias depois, uma funcionária do Temp Team me telefonou: a fábrica de suco de laranja Riedel, em Ede, precisava de uma faxineira temporária.

Passei a limpar a fábrica das seis às oito da manhã, antes do início do turno dos operários. A oficina, a cantina, os banheiros. Não era agradável, mas tampouco difícil. Outro emprego que tive consistia em embalar enormes rolos de linha em uma fábrica de tintas, a Akzo Nobel. Minha vizinha na linha de montagem se encarregava de fechar as caixas com fita adesiva. Tive função parecida na fábrica de biscoitos Delacre, acondicionando o produto em embalagens de plástico. Fiz esses bicos várias vezes, substituindo o pessoal em licença médica ou de férias; também fui contratada para colocar cartas no envelope em uma construtora.

Nada havia de nobre nessas atividades, mas elas tampouco me desonravam. Ainda que fossem banais, pagavam-me por elas e elas me eram convinientes: eu trabalhava no período da manhã e ia à aula de holandês no fim da tarde. Encarava-as como degraus: trabalhando bastante, conseguia ganhar mais do que o auxílio financeiro do Estado, e o excedente me ajudava a pagar o aluguel e o curso.

O trabalho nas fábricas me deu oportunidade de entrar em contato com outras classes sociais. Até então, só conhecia assistentes sociais e gente da classe média que prestava trabalho voluntário no campo de refugiados. Os operários holandeses falavam outra linguagem, e a sua relação com os imigrantes era tensa. Na fábrica de biscoitos, quase todos os empregados eram mulheres, e elas se dividiam nitidamente em grupos étnicos: holandesas de um lado e marroquinas e turcas de outro. Ficavam separadas no refeitório e também no trabalho.

Quando colocavam uma marroquina junto com uma holandesa, o serviço era feito às pressas e constantemente surgiam conflitos, as embalagens se amontoavam e caíam no chão, ao passo que, quando as marroquinas ficavam juntas, elas se esforçavam para trabalhar bem. Tratava-se de xenofobia mútua: as holandesas achavam as marroquinas preguiçosas e antipáticas, e as marroquinas diziam que as holandesas fediam e se vestiam como prostitutas. Os dois grupos se consideravam superiores.

A fábrica de tintas era quase exclusivamente holandesa. Lá havia empregados com dez ou até vinte anos de casa. Diziam gostar do trabalho, e eu via que se empenhavam em trabalhar muito e com eficiência, tinham prazer em fazer bem mesmo uma tarefa humilde.

Pouco a pouco, fui mudando, aprendendo a me adaptar àquele país novo, a administrar o tempo para trabalhar e estudar.

Seis meses depois de me inscrever na delegacia do trabalho, chamaram-me para fazer um teste de Q.I. O teste era muito longo, e tenho certeza de que foi caríssimo. Grande parte dele incluía matemática, matéria em que sempre fui uma negação; o resto eram testes psicológicos e de conhecimento da língua — da língua holandesa, é claro. O meu desempenho deixou muito a desejar.

A funcionária disse que eu tinha condições de fazer um curso vocacional de nível médio, alguma coisa administrativa, como contabilidade ou treinamento para recepcionista. Um curso com pouca teoria e que me preparasse rapidamente para trabalhar. Eu lhe contei que queria estudar ciência política, mas ela disse que era impossível: eu não tinha a menor possibilidade de ingressar em um curso universitário.

A mulher me encaminhou a uma escola de contabilidade em Wageningen, uma cidadezinha próxima de Ede. Ainda que se tratasse de um curso bem caro, ela não viu outra opção. Provavelmente achava que as estrangeiras tinham mais facilidade para entender a linguagem universal dos números.

Fui muito mal. Em quatro semanas, a minha coluna de débito não correspondeu uma só vez à de crédito. O professor suspirou e olhou para mim: "Você não tem jeito para isto". Respondi: "Foi o que eu disse". Então ele escreveu uma carta explicando que eu não tinha aptidão para a contabilidade, e parei de ir à aula.

Continuava querendo mais do que aquela vida. Estava decidida a estudar ciência política. Já que o curso era universitário, entraria na faculdade. Ellen e Hanneke achavam isso uma loucura: diploma, vá lá, era uma ambição razoável, mas de ciência política7. Tentei explicar que queria entender por que a vida na Holanda era tão diferente da vida na África. Por que havia muito mais paz, segurança e riqueza na Europa. Quais eram as causas disso e como construir a paz.

Não tinha nenhuma resposta, só perguntas. Pensava nisso o tempo todo. A cada contato com o governo, perguntava: "O que fazer para ter um Estado assim?". Via Hanneke e Ellen programarem as tarefas com as outras moças que moravam no apartamento — a lista de quem se incumbiria da faxina, das compras e da cozinha. Era como um cronograma: todas faziam todo trabalho. E surpreendentemente não havia conflito. Como elas conseguiam ser assim?

Na Holanda, tudo tinha regras. Uma noite, um policial me deteve porque estava de bicicleta com o farol apagado, e fiquei paralisada, achando que ia acontecer uma coisa horrível. Mas apenas recebi um sermão firme, embora cortês, e uma multa de vinte e cinco florins. Além disso, ele disse que eu não precisava pagar a multa imediatamente; seria enviada pelo correio. E, de fato, no mês seguinte recebi uma conta detalhada. Fiquei pensando naquele sistema inteligente que impedia o cidadão de dar dinheiro ao policial para que ele não se sentisse tentado a embolsá-lo.

O Estado era muito presente naquele país. Podia ser burocrático, às vezes obtusamente complexo, mas sempre muito benéfico. Eu queria saber como fazer tal coisa. Aquele era um país infiel cujo estilo de vida nós, muçulmanos, tínhamos o dever de rejeitar e combater. No entanto, por que era muito mais bem administrado, mais

bem conduzido, e proporcionava uma vida muito melhor do que os lugares de onde eu vinha? Os países que cultuavam Alá e acatavam Suas leis não deviam gozar da paz e da riqueza? E os países ímpios não deviam ser ignorantes, pobres e belicosos?

Eu queria entender o conflito. Em 1992 e 1993, praticamente todo mundo não ocidental estava mergulhado em guerras civis e confrontos tribais. O fim da Guerra Fria ampliara as fissuras do ódio. E muitos países em guerra eram muçulmanos. O que havia de errado conosco? Por que os infiéis tinham paz, e os islâmicos não faziam senão se trucidar: não éramos nós que adorávamos o verdadeiro Deus? Eu estava convencida de que, se estudasse ciência política, compreenderia essas coisas.

Não ia ser fácil ingressar na universidade. O governo considerava o meu histórico escolar e o meu curso queniano de secretariado equivalentes ao diploma Havo Plus, mas até isso era um tanto forçado. Para entrar na faculdade, eu precisava de outra qualificação chamada propadeuse. Fiquei apavorada: não ia conseguir passar em matemática. Com a ajuda de Ellen, imaginei que a maneira mais fácil de ser aprovada na propadeuse era me inscrever em assistência social num curso profissionalizante, como tinham feito Ellen e Hanneke. Depois de um ano, poderia pedir transferência para a universidade e, assim, contornar a matemática.

Na escola de idiomas, solicitei inscrição no exame do idioma em que precisava ser aprovada para me matricular no curso profissionalizante. Meu professor foi gentil, mas disse com indulgência que era muito cedo, fazia só um ano que eu estudava holandês. Eram necessários três. Eu estava sendo impaciente e irresponsável. Inscrever-se agora era jogar dinheiro fora.

Ellen comentou que o professor não tinha direito de me impedir — o dinheiro era meu. De modo que fui à central de exames de Nijmegen e me inscrevi na prova de holandês. E passei. Meu próximo passo seria o curso profissionalizante.

Durante todo esse período, procurei evitar os outros somalis. Mesmo quando ainda morava no centro de refugiados, não tinha muito contato com eles. O grupo que freqüentava o trailer de Hasna só se queixava, principalmente os que viviam fora do centro, e que estavam na Holanda havia anos e apenas o visitavam. Aquela gente não se integrava à sociedade holandesa. Não trabalhava. Não tinha nenhuma ocupação e freqüentava o centro de refugiados só para filar uma refeição. Alguns indivíduos aprenderam a andar de bicicleta, tinham ambição, estudavam e trabalhavam — eu não era a única —, mas esses não tinham tempo para socializar. Os outros passavam a noite mascando qate falando mal da Holanda.

Todos enfrentávamos a mesma confusão. Sempre tivemos certeza de que, na qualidade de muçulmanos e somalis, éramos superiores aos infiéis, e eis que então não tínhamos superioridade nenhuma. Na vida cotidiana, não sabíamos como funcionavam os caixas eletrônicos ou que era preciso apertar um botão para que o ônibus parasse. Uma vez, tomei um ônibus com Dhahabo, outra refugiada somali. Quando ele estava passando pelo lugar aonde queríamos ir, Dhahabo gritou: "PARE!" e todo mundo ficou olhando para nós. Foi constrangedor.

Para escapar a tais constrangimentos, muitos se recolhiam em um enclave somali. Sua reação era cultivar a fantasia de que, sendo somalis, eles sabiam mais do que os brancos inferiores. "Não queira me ensinar a usar o termômetro, os termômetros somalis são muito mais avançados" — esse tipo de atitude. "Ele tem hálito de porco. Não passa de um motorista de ônibus. Como se atreve a pensar que pode me ensinar a me comportar?"

Nas minhas primeiras semanas no centro de refugiados, quando eu estava com um grupo numeroso em frente ao trailer de Hasna, alguém nos chamou aos gritos: "Venham ver: um homem chorando na televisão!". Fomos correndo para lá; era um programa intitulado Sinto muito, no qual as pessoas faziam confissões. Um holandês grandalhão, de ombros largos, vermelho e de voz estridente, estava aos prantos por

causa de uma coisa que tinha feito. E murmurou: "Lamento muito" e nos entreolhamos, horrorizados, pasmos. Tenho certeza de que ninguém ali nunca tinha visto um homem chorar. E caímos na gargalhada. Aquele país era definitivamente esquisito.

Na época em que me mudei para Ede, estava começando a entender a Holanda. E agora ficava irritada com os somalis que, mesmo já tendo vivido muito tempo no país, se queixavam de que só lhes ofereciam trabalho humilde. Queriam profissões de alto nível: piloto da aviação civil, advogado. Quando eu dizia que eles não tinham qualificação para tanto, respondiam que era tudo por culpa da Holanda. Os europeus haviam colonizado a Somália, por isso não tínhamos qualificação e estávamos naquela situação. Eu achava essa atitude absurda. Estávamos nos dilacerando: nós, só nós.

Tratava-se do mesmo procedimento defensivo e arrogante que eu vira tantas e tantas vezes nas pessoas da área rural que migravam para a cidade, tanto em Mogadíscio quanto em Nairóbi. Na Holanda, o eterno pretexto era que tínhamos sido mantidos no atraso pelo racismo. Todos pareciam fermentar permanentemente no ódio de sermos discriminados porque éramos pretos. Quando a balconista se recusava a baixar o preço de uma camiseta, Yasmin dizia que os descontos especiais eram exclusivamente para os brancos. Ela e Hasna me contaram que quase nunca pagavam o ônibus; simplesmente inventavam compromissos na cidade e, quando o escritório do centro de refugiados se recusava a lhes dar a passagem, diziam que era por racismo.

"Basta chamar um holandês de racista para que ele lhe dê o que você quiser", disse Hasna certa vez, com satisfação. Havia discriminação na Holanda — isso é inegável —, mas falar em racismo também podia ser estratégico.

Às vezes, era bom estar entre somalis, relaxar com gente que eu entendia plenamente. Adaptar-me aos holandeses ainda me custava um esforço enorme. Se eu dissesse: "Desculpem, preciso acordar cedo amanhã", os somalis se enfureciam. Aquilo era comportamento de

branco, quem eu pensava que era para tratá-los com tanto desprezo? Estava virando gaalo.

Os jovens somalis me abordavam constantemente na rua como se tivessem uma espécie de direito sobre mim. Faziam propostas obscenas; para eles, eu era notoriamente imoral, portanto, estava disponível. As mulheres sempre tentavam tirar dinheiro de mim. Eu não dava. Pensava: se estão precisando de dinheiro, por que não trabalham em uma fábrica como eu?

Ficava envergonhada e até desacorçoada ao ver tantos compatriotas aceitarem o auxílio financeiro para, logo depois, atacarem a sociedade que o dava. Eu ainda conservava muito sentimen-to clânico; sentia-me responsável pelos atos deles. Não gostava de seu costume de negar os malfeitos, mesmo quando pegos em flagrante. Não gostava do costume de se vangloriar nem dos mitos e das teorias da conspiração evidentemente falsas que propagavam. Não gostava das intrigas sem fim nem da eterna ladainha segundo a qual eles eram vítimas de fatores externos. Os somalis nunca pediam desculpas, jamais reconheciam um erro e eram incapazes de dizer "Não sei": inventavam pretextos. Todas essas estratégias grupais para fugir ao confronto com a realidade me deprimiam. A realidade não era fácil, mas o fingimento não a tornava mais fácil.

Por isso, eu passava mais tempo com Ellen e Hanneke. E Yasmin ficava completamente só quando as suas aulas terminavam, geralmente às três da tarde. Uma turma de rapazes isaq e hawiye do centro de refugiados começou a freqüentar o nosso apartamento, à tarde, para mascar qat. (Os somalis sempre dão um jeito de conseguir o que querem, de modo que não faltavam folhas frescas de qat nem mesmo na pequenina Ede.) Yasmin cozinhava para eles, e ao chegar eu os encontrava estendidos no tapete da sala, as folhas e os talos espalhados no chão.

Ficava sem lugar dentro da minha própria casa, sentia-me invadida. Para os somalis, é desonroso expulsar uma visita. Mas, enfim, preferi adotar a maneira holandesa: mandei Yasmin parar com aquilo.

Não queria aqueles homens no meu apartamento. Propus que, quando eles tocassem a campainha, fingíssemos não estar em casa. Depois disso, passaram a dizer, na rua, que eu era uma darod antipática e tratava os isaq e os hawiye com suma arrogância. Achei bom. Já não queria observar nenhum código de honra.

Minha relação com Yasmin começou a deteriorar. Uma noite ela partiu. Só dois dias depois, ao dar pela falta do cartão de banco e dos meus documentos de asilada classe A, foi que percebi que ela tinha ido embora. Pouco antes, Yasmin havia me dado trezentos florins para pagar o aluguel, os quais também haviam desaparecido. Alguns dias depois, recebi uma carta dela. Dizia que estava na Itália, muito embora o selo e o carimbo do correio fossem da Dinamarca. Pedia desculpas e garantia que não tinha usado o cartão de banco; quanto aos trezentos florins, não chegava a ser propriamente um roubo, pois eram dela. Disse ainda que se sentia muito sozinha e detestava viver na Holanda. Acrescentou que a conta do telefone daquele mês provavelmente seria alta, mas ela tinha necessidade de conversar com a família.

Cerca de um mês depois, quase enlouqueci ao receber uma conta de dois mil e quinhentos florins. Estava mais do que falida. Com a ajuda de Johanna, entrei em contato com a companhia telefônica. Eles enviaram uma conta discriminada: telefonemas para a Austrália, o Canadá, o Quênia e a Somália — eu não sabia que Yasmin conhecia tanta gente. Johanna disse: "Leve a carta de Yasmin ao assistente social dela, pois serve de prova de que foi ela que fez as chamadas; eles se encarregarão da conta". Foi o que fiz, e o departamento de assistência social responsável por Yasmin pagou cerca de dois mil florins.

Certa manhã de janeiro de 1994, o telefone tocou. Era Haweya falando de um telefone público do aeroporto de Frankfurt. Fazia meses que eu não ligava para casa. Agora a minha irmã estava na Europa. Acabara de chegar! Senti uma alegria enorme. Perguntei-lhe se era apenas uma visita ou mais, e ela respondeu: "Mais". Eu disse: "Então venha para a Holanda — venha morar comigo".

Telefonei para os meus amigos Jan e Greetje. Jan, que tinha cinqüenta e tantos anos e fazia trabalho voluntário para o Auxílio a Refugiados, sugeriu que Haweya fosse de trem até a fronteira alemã; ele iria buscá-la de automóvel a fim de evitar os postos de controle. Assim, a minha irmã poderia declarar que tinha viajado diretamente para a Holanda, de modo que podia pedir asilo no país, não na Alemanha.

Quando o carro de Jan finalmente chegou com ela, nós nos abraçamos e nos pusemos a gritar, a pular, a rir, e tornamos a nos abraçar muitas vezes. Mas, depois de algum tempo, Haweya desmoronou numa poltrona e começou a chorar. Por fim contou que tinha feito aborto em Nairóbi. Um sujeito de Trinidad, que trabalhava na ONU e era divorciado — ela tinha dormido com ele e engravidara.

Um tobaguiano: incircunciso e nem mesmo muçulmano! Nariz chato, cara de lua e cabelo pixaim. Para a minha mãe, um homem desses era tão subumano quanto os quenianos. Em termos clânicos, o que Haweya tinha feito era simplesmente imperdoável. Fugir do marido era uma coisa, mas engravidar fora do casamento, com um homem daqueles — era como se toda família osman mahamud tivesse sido contaminada por um vil tobaguiano.

O tal amante mexeu os pauzinhos para que Haweya fizesse aborto discretamente, com um médico indiano. Posteriormente, como ela estava deprimida, ele disse: "Você precisa espairecer um pouco, vá visitar a sua irmã na Holanda".

Procurei reprimir a somali que havia em mim e que estava estarrecida com a história. Mandei-a parar de chorar. Disse que aquelas não eram as melhores circunstâncias para ter um filho, que ela não se torturasse. Disse as coisas que Johanna teria dito e, depois, a levei para a cama, no antigo quarto de Yasmin, exatamente como Johanna teria feito.

Mas ela não se reanimou. Andava calada, distraída, ausente, desconcentrada. Não dormia. Contava que, lá em casa, as brigas com mamãe eram totalmente descontroladas. Chegara à Europa sem nenhum plano, sem a menor idéia do que fazer.

Eu queria tanto a minha irmãzinha morando comigo. Ajudei-a a forjar uma história que lhe permitisse obter o status de asilada. Ela solicitou asilo em Lunteren, e o centro permitiu que ficasse morando comigo, contanto que se apresentasse uma vez por semana.

Haweya começou a aprender holandês, mas tinha apenas uma aula por semana, com um voluntário do centro de refugiados, pois não podia fazer um curso regular enquanto não recebesse a documentação de asilada. Eu saía com ela e as minhas amigas. Juntas empreendíamos longas caminhadas e assistíamos aos filmes que queríamos sem medo de punição. Fizemos algumas viagens a Amsterdã; eu lhe ensinei a andar de bicicleta. Tivemos muitos momentos felizes. Mas geralmente ela parecia não querer nada. Passava a maior parte do tempo estendida no sofá, assistindo televisão até que já não houvesse mais programas. Tinha crises de choro: as lágrimas simplesmente lhe escorriam pelo rosto. Saía sozinha e ficava andando a esmo.

De vez em quando, ligávamos para mamãe, do telefone dos vizinhos indianos. Essas conversas eram previsíveis. Mamãe sempre nos mandava rezar, jejuar, ler o Alcorão. Ou então se queixava. Dizia constantemente que tinha sacrificado a vida inteira pelos filhos e, agora, todos a tinham largado. Estava com a perna coberta de chagas de psoríase. Morria de dor de cabeça. Nós a havíamos abandonado para que morresse assim; e a culpa era toda nossa. Mahad não se importava com ela e não parava em nenhum emprego; achava-se bom demais para as coisas que tinha condições de fazer. Nem sempre era agradável telefonar para ela, mas eu telefonava. E mandava dinheiro, pois era o meu dever.

Passaram-se meses. Haweya começou a ficar muito mais tempo no centro de refugiados, à procura de companhia. Descobri que estava tendo um caso com um somali de lá e desconfiei que os dois andavam dormindo juntos. Um dia, ela me contou que estava grávida de novo. Eu tinha rompido quase todas as ligações com a Somália, e eis que a minha irmã me obrigava a revivê-las.

Fiquei verdadeiramente fula da vida. Acho horrível pensar nisso hoje. Gritei: "Será que isso virou hábito? Engravidar uma vez pode ser perdoável, mas agora você está na Holanda! O centro de refugiados distribui camisinhas de graça!". E acrescentei: «Você não pode abortar novamente — é homicídio. Vai ter o bebê e vai cuidar dele".

Banquei a moralista. Haweya insistiu em fazer aborto. Tivemos uma briga horrível. Fomos ao atendimento médico no centro de refugiados. Pedi à psicóloga Josée, da assistência social, que conversasse com Haweya, estava preocupadíssima com ela.

Para minha surpresa, Josée contou que a minha irmã já a tinha procurado: "Os problemas são profundos. Mas não se preocupe com ela. Temos tido uma sessão por semana, e acho que isso vai ajudá-la". Eu não sabia que Haweya estava fazendo psicoterapia. Josée explicou que era porque ela tinha medo do meu julgamento.

E Haweya tornou a fazer aborto e, quando recebeu o status de asilada, passou a freqüentar uma boa escola de línguas. Floresceu durante algum tempo; seu senso de humor e sua vivacidade tornaram a brilhar. Ela podia ser agradável, perspicaz, engraçada e charmosa. Mas logo voltava a se deprimir, a descuidar da roupa e do cabelo. Ou então agredia as pessoas; chegava a ser violenta. E continuava com insônia.

Não pude me matricular no mesmo curso de assistência social que Ellen e Hanneke, embora a faculdade ficasse em Ede. Tratava-se de uma instituição cristã, e para freqüentá-la os alunos precisavam reconhecer a existência da Santíssima Trindade. Na época, isso era uma blasfêmia absoluta para mim. Associar Alá a outras unidades e dizer que Ele tinha um filho eqüivalia a me candidatar a inquilina do inferno. Alá não tinha sido gerado nem gerava ninguém. Estava fora de questão estudar em um lugar assim.

Queria me matricular numa faculdade profissionalizante secular, em Arnhem, mas um funcionário do Auxílio a Refugiados disse que eu não me sentiria bem lá: recomendou-me a de Driebergen, que também era secular, porém muito mais multicultural, eufemismo que significava mistura étnica. Uma vez mais, o conselho foi bem

intencionado, mas baseado em noções preconcebidas do lugar em que eu, na qualidade de imigrante, me sentiria bem. E evidentemente tais conselhos só serviam para reforçar a necessidade de os refugiados construírem enclaves.

Quando fui me matricular em Driebergen, o administrador decretou que eu teria que prestar exame de admissão. Provas de holandês, história e educação cívica. Atordoada, perguntei onde arranjar livros para estudar essas matérias. Ele explicou que havia um curso preparatório para o exame. Durava quatro meses: eu poderia começar em fevereiro de 1994 e prestar exame em junho.

Retornei à delegacia do trabalho e contei que havia encontrado o que queria fazer. Como desistira da contabilidade, eles poderiam fazer a gentileza de pagar o curso preparatório de história da Holanda? A delegacia de trabalho se recusou: não era possível financiar uma coisa não autorizada pelo teste de Q.i. que eu fizera. A saída era solicitar uma bolsa de estudos, a qual só seria concedida quando eu já estivesse efetivamente matriculada na faculdade. De modo que não me restou senão pagar o curso.

Tudo lá era diferente do colégio no Quênia. Nós nos sentávamos em círculo e chamávamos o professor pelo prenome. Não havia nenhum "Bom dia, sra. Nyere" em coro, não havia uniforme. Quem fosse reprovado tinha direito a uma segunda chance, o que me parecia um pouco maluco, mas não deixava de ser bom. E custava apenas trezentos florins. Em troca disso valia a pena viver frugalmente.

A matéria mais fascinante era história. Toda semana, discutíamos um capítulo do livro, que tratava não só da história da Holanda como também do mundo moderno. Cada capítulo se dedicava a um país, e os li todos, palavra por palavra. Havia a Alemanha: como tinha se tornado um Estado unificado; depois a República de Weimar, a ascensão de Hitler, a Segunda Guerra Mundial. Havia a Revolução Russa: os czares, os bolcheviques, Stálin. Havia os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, e a Guerra do Vietnã. Cada país tinha

uma vida: lutava e adquiria forma, os sistemas surgiam e desapareciam — era quase como ler obras de ficção.

O livro transmitia uma visão muito romântica e otimista da história moderna. Tinha um capítulo intitulado "Colonização e descolonização", que terminava com a perspectiva de um futuro brilhante para a África. Falava no fim da Guerra Fria e na queda do Muro de Berlim, que pôs fim ao comunismo, assim como na história das Nações Unidas. Fiquei completamente absorvida.

Percebi que o texto não passava de um apanhado geral que nos dava uma idéia do acontecido. Eu queria mais. Queria seguir estudando e saber por que tantos países descolonizados se haviam fragmentado e por que os países em que eu tinha morado não funcionavam.

Esse livro de história me ensinou holandês. As aulas de educação cívica, por outro lado, eram cheias de termos que eu não compreendia, como municipalidade e câmara alta. Sofri muito com isso. Fui reprovada em holandês apenas por um ponto: ainda estava fraca em gramática. Mas, como tinha o meu exame de equivalência, deixaram-me entrar na faculdade profissionalizante de Driebergen. Passei raspando, mas passei.

As aulas começavam em setembro. Solicitei e consegui uma bolsa de estudos restituível; e então, no fim de agosto, fui convocada a um fim de semana introdutório. As outras moças — predominavam as mulheres no curso de assistência social — eram simpáticas e abertas, se bem que mais jovens. Aos vinte e quatro anos, eu era desajeitada, mal-vestida e tinha cortado o cabelo bem rente, como homem.

Gostava dele assim. Na Holanda era dificílimo cuidar do cabelo comprido, entrançá-lo e passar óleo. Com ele bem curto, eu ficava livre de tanto trabalho e, mais do que isso, ficava livre dos olhares insistentes. Sem véu nem turbante, de cabelo curto e jeans, eu não chamava a atenção. Não havia nenhum somali naquela faculdade profissionalizante, de modo que ninguém se achava no direito de me dizer o que fazer. As poucas marroquinas e turcas que havia não se achavam responsáveis por mim.

Eu me sentia muito pressionada: precisava provar a mim mesma que era capaz. A assistência social em si não me encantava tanto — para mim, era a maneira mais fácil de entrar em ciência política —, mas fiquei inesperadamente interessada pelo curso de psicologia. A idéia de tomar certa distância de mim mesma e pensar sistematicamente naquilo que eu era e em como se constituía a mente descortinou um modo inteiramente novo de encarar a vida.

Conhecer Freud me fez entrar em contato com um sistema moral alternativo. Em Nairóbi, eu tinha muito contato com os cristãos e ouvia falar nos budistas e nos hinduístas. No entanto, nunca imaginei que pudesse existir um arcabouço moral para a humanidade que não derivasse da religião. Sempre havia um deus. Não tê-lo era imoral. Quem não aceitasse Deus não podia ter moralidade. Por isso as palavras infiel e apóstata horrorizavam tanto os maometanos: eram sinônimos da mais profunda imoralidade.

Mas eis que havia a psicologia, uma história sem raízes religiosas. Falava em impulsos, na paixão de comer, de transar, de defecar, de matar e em como dominar tais impulsos aprendendo a entendê-los. Ao ler a matéria da primeira semana, pensei: "Será que estão tentando tornar as pessoas ímpias?". Mas os textos eram

fascinantes. Neles reconheci tanta coisa de mim e da minha família. Entrei em contato com Rogers, Skinner e Pavlov, e adorei essas teorias sobre o que fazia pulsar o indivíduo humano.

Também achei claras explicações sobre a sexualidade, que tanto havia me atormentado na adolescência. Aos poucos, comecei a enxergar que o modo como me criaram não podia dar certo. A clitorectomia não eliminava o impulso sexual humano, tampouco o medo ao fogo do inferno. A repressão não levava senão á hipocrisia e à mentira, estratégias que corrompiam o indivíduo e não o protegiam da gravidez indesejável nem de doenças.

Ao que tudo indicava, os holandeses faziam as coisas de outro modo. Explicavam a puberdade para os filhos, dizendo-lhes que o desejo sexual chegaria junto com as mudanças. Pareciam esperar que

os adolescentes vivessem os sentimentos sexuais, mas o faziam usando a razão, com mais informação do que eu nunca imaginara que estivesse disponível.

Também fiz o curso de desenvolvimento infantil, que me era inteiramente novo. E me perguntava como eu podia ser ainda que vagamente equilibrada se os meus pais nunca levaram em conta coisas como o desenvolvimento cognitivo, a segurança emocional, a capacidade motora, a capacidade social, todas consideradas vitais na criação de um ser humano bem formado.

Li que a repressão destruía a autoconfiança da criança, tornando-a introvertida e anti-social, e me lembrei da inclemência com que Haweya fora reprimida no ensino fundamental. Na época, não me ocorreu que a clitorectomia fosse um tipo de trauma, mas pensei em mamãe batendo em nós. Não queria julgá-la. Gostava dela. Todo mundo que eu conhecia em Nairóbi batia nos filhos. Mas nos disciplinar sem nunca dar uma explicação — segundo os livros, era prejudicial e errado.

Fiz amizade com Naima, uma marroquina da minha classe que, toda manhã, ia de bicicleta à estação de Ede e tomava o mesmo trem que eu para Driebergen. Tinha a minha idade e, na sua companhia, eu sentia algo parecido com a serena familiaridade de estar entre somalis, mas sem a dureza da sua reprovação. Cozinhávamos juntas, e a comida dela era muito parecida com a minha. As duas jejuávamos durante o ramadã. Com Naima, não havia necessidade de ser rigorosamente pontual como com os holandeses, o que me deixava mais à vontade.

Ela era casada. Tendo chegado à Holanda ainda menina, lá havia passado toda vida. Recusava-se a usar véu, mas era muito ativa no grupo de mulheres marroquinas do centro comunitário local, e elas dançavam e comiam juntas. Quando Naima me levou para conhecê-lo, foi quase como estar com Halwa e as suas irmãs.

Certa manhã, ela apareceu de olho roxo. Perguntei: "O que aconteceu?". Naima disse que o marido a tinha espancado; contou isso de modo totalmente impassível. Nas semanas que se seguiram, voltou a ser agredida. Eu lhe disse que era uma loucura deixá-lo fazer tal coisa.

Aconselhei-a a abandonar o marido. Naquele país, era possível pedir divórcio.

Naima, porém, sabia que eu entendia por que isso lhe era impossível. O marido era da aldeia do pai dela. Os dois ficaram noivos antes de se conhecerem. E ela sempre vivera assim. Mesmo na Holanda, onde era perfeitamente possível ir embora, Naima sentia que não podia simplesmente fazer isso. Seria uma vergonha, e ela ficaria sem ter onde morar. Aonde ir? Onde se esconder? Eu tinha conseguido desaparecer na Holanda, mas a família de Naima morava lá: não tardaria a localizá-la.

Curiosamente, era dos holandeses que ela se queixava constantemente. Vivia dizendo que os balconistas a olhavam de esguelha por serem racistas e não desejarem marroquinas nas lojas. Pessoalmente eu achava que eles ficavam olhando era para os seus hematomas, e lhe disse isso. Nunca olhavam torto para mim, e eu era muito mais escura do que Naima. Ela alegava que comigo era diferente pelo fato de ser asilada, e os holandeses tinham uma visão romântica dos refugiados. Aquilo me pareceu absurdo: como podiam saber se eu era asilada ou não?

Mas, no trem, quando o condutor se aproximava para conferir o nosso passe de estudante, Naima inventava que ele havia examinado o dela mais tempo do que o das moças brancas. Nunca se queixava da violência e da humilhação que sofria em casa, só do racismo holandês. Hoje em dia, penso que aquela obsessão por identificar o racismo, tão presente também entre os somalis, não passava de um mecanismo de defesa que poupava a pessoa de se sentir pessoalmente inadequada, permitindo-lhe exteriorizar a causa da sua infelicidade.

Naima tinha razão em uma coisa: não era justo esperar dela o mesmo que das minhas colegas holandesas, que nada tinham que fazer a não ser estudar e querer ser estimadas pelos demais. Sua situação era muito mais desfavorável.

Eu passava a tarde toda lendo livros de psicologia, depois ia cuidar de Haweya no sofá. Ela era o próprio estudo de caso de qualquer

tipo de neurose que existisse. Toda^as estudantes de psicologia sentiam a mesma coisa pelas companheiras de apartamento, mas nenhuma tinha coragem de dizê-lo. Eu sim. Vivia dizendo à minha irmã o que via de errado nela. Também a aconselhei a parar de fazer terapia com Josée. Achava a minha amiga Hanneke uma opção muito melhor.

Haweya se sentia agredida com tudo isso. Era como se eu estivesse dando a entender que ela sofria de uma doença mental. Mudou de terapeuta, mas achou Hanneke muito despreparada para compreendê-la. Pouco tempo depois de começar, abandonou a terapia de vez. Dali por diante, ficou impossível conviver com ela. Parou de ir à aula e se instalou definitivamente no sofá, assistia televisão dia e noite, deixando os pratos empilhados na pia. Largava a roupa suja espalhada no chão. Às vezes, nem erguia os olhos quando eu chegava. Era capaz de passar dias chorando de remorso por haver maltratado mamãe, dizendo que estava definitivamente condenada ao inferno. Mamãe se recusara a se despedir dela, e Haweya partira dizendo: "Eu a odeio. De hoje em diante, você não é mais minha mãe".

Por mais que eu me solidarizasse com a minha irmã, brigávamos. Era impossível tolerar o modo como vivia, estirada no sofá o dia inteiro, como uma forma de vida totalmente inerte. Uma vez, fiquei tão irritada que arranquei o plugue da tomada e joguei o televisor escada abaixo. Haweya se limitou a me encarar, depois se trancou no apartamento, deixando-me do lado de fora. Não abriu a porta por mais que eu implorasse.

Eu estava descalça, e o frio era de amargar, mas acabei indo para a casa de Johanna e Maarten. Fazia tempo que os dois diziam que Haweya e eu não podíamos continuar morando juntas. Sabiam que brigávamos muito e achavam que eu a protegia exces sivamente, destruindo minhas chances de ir bem na escola. Levaram-me para casa, e Johanna decretou: Haweya tinha que se mudar.

Ela até que gostou da idéia. Havia um quarto-e-sala disponível em um prédio próximo ao de Ellen e Hanneke, a dez minutos de bicicleta. Brincamos que, assim, ninguém a recriminaria por não lavar a

louça. Uma podia visitar a outra. Johanna lhe emprestou dinheiro para pagar a caução do apartamento; Maarten nos ajudou na mudança e construiu a mobília nova.

Depois disso, Haweya retomou o curso de holandês. Aparentemente, voltou a cuidar da própria existência. No começo, nós nos víamos com freqüência. Ela parecia precisar da minha companhia. Dava a impressão de que podíamos ser mais amigas agora que estávamos ligeiramente separadas. Uma holandesa foi morar no meu apartamento; a vida ficou mais tranqüila.

Em maio de 1995, Sylvia, a assistente social do centro de refugiados, convenceu-me a ser intérprete oficial somali-holandês. Disse que o meu holandês era muito melhor do que o da maioria dos intérpretes oficiais com os quais ela trabalhava, e a atividade era bem remunerada. O Serviço de Imigração pagava aos intérpretes quarenta e quatro florins por hora e outros vinte e dois florins pelo tempo gasto no transporte, bem mais do que os treze que recebia na fábrica de biscoito. Embora na época eu ainda estivesse na faculdade, Sylvia garantiu que traduzir seria ideal: podia trabalhar nas horas livres, depois da aula.

Fui à sede do Serviço de Imigração, em Zwolle, e me candidatei. Eles testaram o meu holandês (mas não o meu somali) e disseram que eu passaria por um período de experiência de alguns meses para ver como me saía. Solicitaram que eu comprasse um pager. Na faculdade, todo mundo me achava fantástica quando o pager bipava e eu corria para o telefone.

Comprei roupas mais formais: uma saia preta até os joelhos, uma blusa comprida bem chique e alguns sapatos. Minha primeira tarefa foi servir de intérprete a um refugiado somali em uma delegacia de polícia. Uma ocasião importantíssima para mim.

Foi exatamente como a minha própria experiência ao pedir asilo, só que agora, menos de três anos depois, eu me achava em uma situação totalmente diferente. O refugiado era um darod de barba rala e calça até os tornozelos. Quando entrei, ele me examinou e perguntou: "Você é a intérprete?" Ao ouvir a minha resposta, o homem rosnou:

"Mas você está nua. Quero um intérprete de verdade". Traduzi as suas palavras, e o policial holandês lhe disse: "Eu é que decido quem faz a tradução, não você".

A atmosfera certamente era bem diferente do simpático chá ou café que me ofereceram. O darod tentou descobrir a minha genealogia, quem eu era, mas o policial o interrompeu. Nenhum dos dois voltou a olhar para mim durante a entrevista. Eu não passava de uma parte do processo, como a máquina de escrever. Foi um alívio. Embora o desprezo do somali me incomodasse, eu sabia que, para ser profissional, tinha que aprender a controlar as emoções. Aquele era o meu trabalho, uma mera transação, nada diferente de embalar biscoitos na fábrica. E, além disso, era ele que precisava de mim.

No fim, o policial me entregou um formulário já preenchido em que constava o tempo que eu trabalhara e a quantia que deveria receber. Saí de lá animadíssima.

Meu compromisso seguinte foi no centro de recepção de Schalkhaar. Traduzi a entrevista de uma gala que morava nas imediações de Afgoye. Os combatentes hawiye a capturaram e a encarceraram em um complexo com várias outras mulheres. Todas estavam lá para ser estupradas, e ainda eram obrigadas a cozinhar, a fazer a faxina e a ir buscar lenha para os soldados. Ao contar sua história, ela começou a tremer. Falava baixo, dizia frases breves, entrecortadas e, ao traduzi-las, não consegui refrear as lágrimas.

Pedi desculpas à funcionária: "Sei que estou atrapalhando. Lamento, mas é que comecei a trabalhar há pouco tempo. A senhora me permite sair um minuto para lavar o rosto?". Mas, ao erguer a vista, vi que a holandesa também estava chorando.

A história era verdadeiramente horrenda. A moça engravidara e tivera um filho. O bebê ficava sempre com ela. Mas, uma noite, um soldado hawiye lhe arrebatou a criança e a atirou na fogueira. E a obrigou a vê-la se carbonizar.

Ela era magra. Dizia ter vinte e oito ou vinte e nove anos, mas parecia ter mais de cinqüenta. Falou nas mulheres galas que também

estavam presas. Ela fugira quando outro subclã hawiye ocupara o complexo; não sabia o que fora feito das demais.

Dois meses depois, voltei a Schalkhaar para mais uma entrevista. Ao me ver, a mesma funcionária se aproximou correndo para me contar que a gala tinha obtido asilo. As duas sorrimos e nos congratulamos reciprocamente. Mas, àquela altura, eu já sabia quantas outras deixavam de receber o status de exiladas na Holanda.

Havia tantos tipos diferentes de sofrimento no mundo. Muitas vezes, na minha função de intérprete, eu desejava que dessem uma oportunidade àquela gente — principalmente às mulheres, para que pudessem realmente fazer alguma coisa da vida. Mas, quando estava traduzindo uma história, já sabia que a pessoa não tinha a menor chance de ficar no país.

Fui intérprete de homens que haviam matado: evidentemente ex-soldados; traduzi a entrevista de um conhecido torturador do Godka, o centro de interrogatórios de Siad Barré em Mogadíscio. Agora os parentes das suas vítimas o estavam caçando. Eu não disse nada: era apenas a intérprete. Não sei se ele conseguiu asilo.

No fim de junho, prestei o exame final do primeiro ano de faculdade e fui aprovada. Obtive o propadeuse. Agora tinha o direito de me matricular na melhor e mai antiga instituição de ensino da Holanda: a Universidade de Leiden.

13. Leiden

Só havia três universidades em que eu poderia estudar ciência política: a de Amsterdã, de Nijmegen ou de Leiden. Em Nijmegen, o curso não me interessava; tratava exclusivamente de administração pública — o uso da terra e das vias aquáticas — e geografia social. A de Amsterdã, diziam que era um caos: os próprios alunos marcavam as provas e exigiam paridade com os professores. Mas a de Leiden, a universidade mais antiga da Holanda, tinha padrões rigorosos. E, quando visitei a cidade velha, com os pequenos canais e bandos de

estudantes passando de bicicleta, desejei muito participar daquele mundo.

Leiden era tão linda que parecia uma ilustração dos livros de contos de fadas, com os quais aprendi inglês em Nairóbi. As casas tinham altos campanários, telhados escalonados e escadas curiosamente estreitas, em espiral, que eu sempre achava perigosas, os degraus muito menores do que os meus pés. Cada uma delas fazia com que me sentisse mais estrangeira e, ao mesmo tempo, mais encantada com aquela cidade de casa de bonecas.

No meio do ano, na faculdade profissionalizante, eu me inscrevi em Leiden. Não foi uma experiência agradável. A secretária disse que era legalmente obrigada a registrar a minha inscrição, mas deixou claro que achava aquilo uma insensatez. Sugeriu-me que conversasse com a decana, que também se mostrou ambígua. Disse-me que o melhor era voltar à faculdade profissionalizante e concluir o curso de assistência social: em três anos estaria qualificada para arranjar rapidamente um emprego de verdade. Em Leiden, eu corria o risco de não conseguir me formar em ciência política. Talvez fosse um curso demasiado abstrato para ser útil. Mais valia continuar onde estava, era mais conveniente para mim. Insisti em me inscrever. Estava decidida a pelo menos tentar.

Agora que eu tinha o meu propadeuse, o requisito para ingressar, poderia iniciar as aulas em Leiden. Quase imediatamente, fiquei assoberbada. Os primeiros três cursos eram básicos: introdução à ciência política, introdução à história e introdução à administração pública. Havia pilhas de livros para ler toda semana: livros sobre a arte da governança, sobre a teoria do Estado, sobre a história da Holanda e da Europa. Não éramos obrigados a decorá-los, mas precisávamos conhecer\>s temas, as teorias e — o que era novidade para mim — tínhamos que desenvolver opinião própria. Sempre queriam saber o que cada um de nós achava.

Por mais que me dissessem que ciência política era uma péssima escolha, eu adorava o curso. Podia ser árido para os outros, mas não para mim. Desde menina, absorvera fragmentos daquela história:

democracia, justiça, nação, guerra. Agora, com o ensino bom e sério, começava a conceber a boa governança como um processo, como algo que se desenvolvera.

A história da Europa era uma crônica fascinante que começava no caos. A Holanda vinha do nada: lama, pobreza e domínio estrangeiro. O próprio país tinha sido construído graças ao esforço coletivo. O oceano rugindo sobre metade do território era demasiado poderoso para que se pudesse enfrentá-lo individualmente, de modo que os holandeses aprenderam a ser inteligentes e a colaborar. Sulcaram o mangue de canais a fim de controlar os alagamentos e erigiram um novo país no lugar outrora ocupado pelo mar. Aprenderam a ser empreendedores e persistentes. Aprenderam a negociar. Aprenderam que a razão valia mais do que a força. Acima de tudo, aprenderam a assumir compromissos.

Metade da Holanda era protestante; metade, católica. Em qualquer outro país europeu, isso seria a própria receita do massacre, porém lá as pessoas souberam lidar com o problema. Depois de um período de opressão e carnificina, aprenderam que era impossível vencer uma guerra civil: todos saíam perdendo. Instituíram um sistema que possibilitava às pessoas serem ao mesmo tempo distintas umas das outras e iguais. Dois grandes blocos se desenvolveram na sociedade holandesa, os protestantes e os católicos, sendo que ainda havia um grupo menor de não-religiosos, os seculares chamados liberais. Esses blocos eram os "pilares", o alicerce da sociedade holandesa.

Tais pilares operavam exatamente como os clãs. Havia gerações que católicos e protestantes freqüentavam escolas, hospitais, clubes e lojas separados; tinham até canais de televisão e estações de rádio diferentes. Ainda em 1995, em Leiden, os pilares definiam parcialmente quem a pessoa era e quem ela conhecia, tal como os clãs da Somália. Mas, na Holanda, tudo era negociado e compartilhado com equanimidade aparentemente coerente.

Entendi o porquê do apego tão profundo dos holandeses à liberdade. Em muitos aspectos, aquele país foi a capital do Iluminismo

europeu. Há quatrocentos anos, quando os pensadores do continente romperam os fortes laços do dogma eclesiástico que constringiam a mente das pessoas, a Holanda foi o centro do livre-pensamento. O Iluminismo separou a cultura européia das suas raízes mergulhadas em antigas idéias de magia, realeza, hierarquia social e preponderância do clero, para enxertá-la em um tronco grande e forte que sustentava a igualdade de cada indivíduo e o seu direito a opiniões livres e ao autogoverno — desde que isso não ameaçasse a paz cívica e a liberdade alheia. Foi em Leiden que o Iluminismo se afirmou. Em Leiden os holandeses conquistaram a liberdade. E também foi em Leiden que esse compromisso com a liberdade penetrou em mim.

Às vezes, era como se um alçapão tivesse se fechado no meu cérebro, de modo que podia seguir lendo os compêndios sem lutar para ajustar o seu conteúdo à minha fé no islã. Às vezes, era como se cada página me questionasse como muçulmana. Beber vinho ou usar calça não era nada em comparação com a leitura da história das idéias.

Os autores contestavam fundamentalmente a idéia do poder de Deus na terra, e o faziam com um raciocínio belo e convincente. Darwin dizia que a história da criação era um conto da carochinha. Freud afirmava que tínhamos domínio sobre nós próprios. Spinoza negava a existência de milagres, de anjos, da necessidade de orar a uma entidade exterior: Deus era a natureza e nós. Émile Durkheim assegurava que os seres humanos inventaram a religião para se sentirem seguros. Eu lia e lia e, depois, tentava enfiar aquilo tudo no pequeno alçapão do meu cérebro.

Em todo caso, ler aqueles livros de história ocidental era pecado. Mesmo a história da formação dos Estados modernos me obrigava a encarar as contradições da minha fé em Alá. A própria separação européia entre o univero divino e o Estado era haram. O Alcorão dizia que não podia haver governo sem Deus; o Alcorão era o livro das leis de Alá para a condução das coisas do mundo.

Em fevereiro de 1995, houve grandes inundações em toda Holanda. Quando às voltas com catástrofes naturais, como secas ou

inundações, os somalis se reuniam para rezar. Os desastres eram sinais divinos a mostrar que os seres humanos estavam se comportando mal na terra. Mas os holandeses acusavam o governo de não ter conservado os diques adequadamente. Não vi ninguém rezar.

Era um paradoxo estranhíssimo. Na Holanda, tudo se fundava na religião das pessoas, mas a nação, no seu núcleo, parecia ser totalmente ímpia. Qualquer um podia contestar (e contestava) permanentemente a existência de Deus. As pessoas questionavam todos os aspectos da religião. O próprio território holandês era um desafio a Alá. Conquistar terra do mar, controlar as inundações com canais — era como desafiar a Deus.

Lá quase tudo era secular. Zombavam de Deus em toda parte. A exclamação mais comum entre os holandeses era Godverdomme. Eu a ouvia a toda hora — "Que Deus amaldiçoe"; para mim, a pior coisa possível —, no entanto, ninguém era fulminado por um raio. A sociedade funcionava sem nenhuma referência divina, e funcionava perfeitamente bem. Aquele sistema de governo criado pelo homem era muito mais estável, pacífico, próspero e feliz do que os sistemas supostamente concebidos por Deus que sempre me ensinaram a respeitar.

Às vezes, o alçapão já não fechava: estava abarrotado de idéias. Tomada de um acesso de culpa, eu me esquadrinhava: a calça, o cabelo, os livros, as idéias. Pensava nos anjos da irmã Aziza, que decerto continuavam empoleirados nos meus ombros, observando-me, registrando tudo. Tentava me convencer, debilmente, de que eu estava adquirindo conhecimento. Se Alá tudo predeterminava, deveria ter previsto que eu faria aquilo.

Tentei me convencer de que um dia, quando tivesse desenvolvido força de vontade e estivesse novamente em ambiente muçulmano, eu seria capaz de me arrepender e de obedecer verdadeiramente às leis de Deus. Por ora, seria sincera. Procuraria não prejudicar ninguém. Não adotaria as idéias sobre as quais estava lendo. Mas não ia deixar de estudá-las.

* * *

Com exceção de estatística, em que fracassava repetidamente, eu gostava de todas as matérias em Leiden, sobretudo filosofia política. Os seres humanos tinham feito tantas observações; que bom não precisar conceber tudo aquilo sozinha. Era um grande privilégio acompanhar o pensamento das pessoas, página por página. Tudo, nos livros, era formulado de modo tão belo, tão racional. Aprendíamos a definir, a pensar claramente o que dizíamos, a expor o pensamento em unidades de composição e a argumentar com base em dados. Assim, aperfeiçoávamos as teorias antigas e expandíamos nossa compreensão do mundo.

Muitos dos primeiros cursos, em Leiden, enfatizavam o empirismo. Apenas os fatos: os próprios fatos eram uma bela idéia. Falavam em método e razão. Lá não havia lugar para as emoções e a irracionalidade.

Por vezes, ao ler livros de história ou filosofia, eu ficava literalmente arrepiada. Lembro-me de quando estudei a história da Primeira Guerra Mundial. No fim do século xix, a ciência levou a indústria, a riqueza e a medicina à Europa. Mas, na virada do século, as pessoas passaram a desconfiar umas das outras. Formaram alianças e armazenaram armas. Queriam poder e território. Irrompeu a guerra, e toda uma geração de jovens, que acabava de escapar da pobreza e da doença, foi massacrada nas trincheiras. As pessoas criaram juízo e interromperam a guerra, mas tornaram a repeti-la trinta anos depois. Para mim, aquilo era assustador e, ao mesmo tempo, fascinante como um romance e apresentava muitos paralelos com o que tinha visto em outros países.

Quando eu olhava para os garotos ao meu lado, era evidente que não sentiam a mesma emoção. Era uma história que eles já sabiam de cor, uma disciplina a mais. Em Leiden, a maioria dos estudantes tinha

dezoito anos e estava vivendo pela primeira vez a experiência de morar longe dos pais.

Todos os alunos eram brancos, quase sempre loiros de olhos azuis. No entanto, notavam-se claras distinções de clã entre eles. Havia garotas de cabelo cacheado, que pintavam os olhos e usavam suéteres com a palavra Benetton estampada; essas eram as clones. As que tingiam o cabelo e deixavam a cor natural aparecer na raiz eram um lixo. E as de cabelo oleoso e sem lavar, as maloqueiras; usavam drogas. Assim que uma moça de aparência ligeiramente diferente se afastava de um grupo de colegas, as outras se punham a falar nela. Embora todos se identificassem pela roupa e o sotaque — por classe, não por clã —, era quase como estar entre somalis, tentando descobrir se fulano era osman mahamud e, então, sentindo-se à vontade para falar mal dos hawiye.

Às vezes, durante a aula, eu notava que havia uma questão de classe social. As pessoas costumavam dizeV: "Não temos problemas de classe na Holanda. Somos uma sociedade igualitária". Eu não acreditava.

A elite mandava os filhos para Leiden, executivos e pessoas do governo. Esses jovens tinham uma confraria própria, de alta classe, a Minerva, no interior da qual eles se dividiam em dinheiro velho — a antiga nobreza holandesa — e nouveaux riches. Todos se reuniam na casa estudantil Minerva, e a sua vida social se dava dentro do clube. A maioria deles estudava direito ou administração. Os que se aventuravam nas ciências sociais preferiam administração pública. Ao que tudo indicava, ciência política era considerada de esquerda.

Havia todo tipo de confrarias. A Catena era a dos não conformistas, os filhos de intelectuais de Amsterdã que não queriam passar pela semana de trote. Ostentavam numerosos piercings nas orelhas, usavam roupa encardida e organizavam manifestações ambientalistas. A Quintus reunia os que não podiam entrar na Minerva, mas sonhavam poder. Nas minhas primeiras semanas, levaram-me a essas confrarias. Quando me falaram na semana de trote, respondi que já passara por

isso. Tinha vinte e cinco anos; aquilo não era para mim. Já tinha enfrentado o trote da vida.

Não gostei do alojamento de estudantes quando o visitei ao chegar a Leiden. Era imundo. Preferi alugar um quarto no casarão suburbano de uma senhora adorável, Chantal. Comprei uma bicicleta nova em folha — a qual ainda tenho uma década depois — e passei a pedalar toda manhã até a faculdade.

Não fiz muitas amizades nos primeiros meses. Quando não estava estudando, dedicava-me à atividade de intérprete somali. Agora que estava registrada como tal, trabalhava muito. Pela manhã, quando não tinha aula, deixava o bipe ligado. Comprei um telefone só para mim e passei a fazer traduções por telefone, para todo país, até tarde da noite. Era solicitada pela polícia, por hospitais, pelos tribunais, por todo tipo de instituição de acolhida a estrangeiros.

O pior era ter que dizer não a alguém e explicar por que as autoridades, senhor, não autorizavam sua esposa e seus filhos a virem morar com o senhor na Holanda. Não, não podemos deixar a senhora voltar para a Somália e recuperar seus filhos, mesmo sabendo que a senhora foi estuprada e que assassinaram o seu marido e que deceparam quatro dedos da mão dele. Ou, lamento informá-lo de que o senhor é soropositivo, está com aids. Às vezes, ao desligar o telefone no meu quartinho, eu ficava tremendo sob o impacto do que acabara de traduzir.

Uma somali estava alojada em um centro de refugiados, como eu estivera ao chegar e, tal como eu, tinha uma amiga etíope. Entrou em um carro com quatro homens, certa de que ia se encontrar com a amiga em uma festa. Depois de estuprada várias vezes, conseguiu fugir e foi encontrada na cidadezinha. A polícia me telefonou. No meu quarto, no sótão da encantadora casa de Chantal, tentei traduzir o que lhe diziam. Expliquei-lhe que não devia se lavar, pois o esperma e o sangue que ainda escorriam entre as suas pernas serviam de prova. Não pude perguntar se ela tinha sido infibulada, pois as normas me proibiam de

fazer perguntas próprias ou dar opinião, eu era apenas uma máquina. O máximo que pude fazer foi tentar acalmá-la.

A moça estava completamente histérica, desesperada, porque todos no centro de refugiados certamente iam marginalizá-la por ter sido deflorada. A policial para a qual eu estava traduzindo me disse para fazer com que ela contasse a história toda e fornecesse provas. Ela disse que, dali a seis meses, a vítima teria oportunidade de fazer um teste de HIV se quisesse. Perguntei à policial se era possível transferi-la a outro campo, para evitar a vergonha. Ela concordou. A moça se acalmou um pouco.

Desliguei o telefone, arrasada com os horrores do mundo, então desci para jantar com Chantal. Nada podia contrastar mais com a sua vidinha asseada, branda, agradável. Às vezes, era difícil para mim até mesmo falar do meu trabalho. Quando lhe contava as minhas histórias, Chantal ficava horrorizada. Dizia que tais coisas não aconteciam na Holanda.

Na época não me ocorreu, mas "essas coisas" também se deviam a outro tipo de educação — educação no sofrimento, no abuso, na dor, na miséria e nos males da ignorância.

Eu traduzia para clínicas de aborto. Quando trabalhava pelo telefone, quase sempre era obrigada a explicar à paciente o que era aborto e a traduzir algumas perguntas: O pai sabe? Você pensou em ficar com a criança? Eu sabia aquilo de cor. Então, quando desligava, também sabia que a garota ia fazer aborto e que eu havia colaborado com mais um ato pecaminoso. Escondia tudo no alçapão do meu cérebro e ia assistir à aula seguinte ou seguia para algum compromisso.

Às vezes, precisava ir à clínica de aborto explicar à paciente que, como a sua cicatriz ainda estava completamente fechada, era preciso lhe dar anestesia geral para fazer a incisão e retirar o feto. Ela quase sempre ficava apavorada e pedia: "Mas depois vocês costuram tudo outra vez?". Os médicos quase sempre diziam que sim, mas não o faziam. Um deles, jovem ainda, pediu-me que explicasse: "Não há

necessidade e, além disso, é perigoso, não se fazem essas coisas na Holanda". Traduzi. A moça se limitou a chorar, desamparada.

Quando ia a lugares sórdidos — a delegacias de polícia, prisões, clínicas de aborto e tribunais penais, departamento de assistência a desempregados e abrigos para mulheres maltratadas —, eu reparava nas muitas caras pretas olhando para mim. Para quem estava chegando da loiríssima Leiden, era impossível não notá-las. Comecei a me perguntar por que havia tantos imigrantes ali — tantos muçulmanos.

Particularmente chocantes eram as minhas visitas aos abrigos de mulheres — lugares terríveis, deprimentes. Os endereços eram supostamente secretos. Em cada um deles moravam trinta mulheres, se bem que às vezes chegassem a cem, e uma multidão de crianças a correr de um lado para outro. Raramente se via uma branca: só gente do Marrocos, da Turquia, do Afeganistão — países muçulmanos —, assim como indianas e surinamesas.

Os casos somalis eram quase sempre os mesmos, reiteradamente. O marido ficava com todo dinheiro do auxílio social, gastava-o em qat e, quando a esposa escondia um pouco, ele a espancava até a polícia intervir.

Conheci uma somali mais ou menos da minha idade, vinha da área rural. Não sabia ler nem escrever na sua língua e não falava uma palavra de holandês. Tinha casado com um homem que visitara a Somália, à procura de esposa, e a levara diretamente para a Holanda. Quase não saía sozinha do apartamento: tinha medo das ruas estrangeiras. O marido a tratava com muita violência; por fim, a polícia a levou ao abrigo de mulheres. Estava coberta de hematomas e feridas. Essa mulher não só era sem-teto na Holanda como não podia voltar para a família na Somália. E dizia que aquela era a vontade de Alá. "Alá me deu esta situação e, se eu tiver paciência, Ele acabará com esta miséria."

Essas mulheres nunca recorriam à Justiça. A idéia de abrir caminho na vida, por conta própria, lhes era absurda. Estavam convencidas de que aceitar o abuso sistemático e inclemente era servir

a Alá e fazer jus a um lugar no paraíso. Sempre acabavam voltando para o marido.J

Embora eu não passasse de uma intérprete, absorvia essas histórias e não me conformava com a iniqüidade nelas contida. As assistentes sociais perguntavam àquelas mulheres: "Você tem parentes aqui? Não podem ajudá-la?". Elas me diziam: "Mas é claro que eles vão dar razão ao meu marido!". A muçulmana tinha que obedecer ao esposo. Se se recusasse a dormir com o marido e ele a estuprasse, a culpa era dela. Alá dizia que o marido podia bater na mulher que se comportasse mal; era o Alcorão.

Essa atitude me irritava. Eu sabia que muitas holandesas eram vítimas de violência. Mas a sua comunidade e a sua família não aprovavam tal coisa. Ninguém as culpava pelos maus-tratos sofridos nem as mandava serem mais obedientes.

Eu ia a prisões, às penitenciárias de Roterdã e de Haia. Quase sempre eram casos de agressão; os somalis raramente se envolviam com roubo ou tráfico de drogas. Mas, quando surgia uma divergência, perder a cabeça e sacar a arma era uma atitude quase natural. Um homem deu uma martelada na cabeça do senhorio que lhe cobrou o aluguel atrasado. A assistência social o encaminhou à terapia, mas duvido que a pena fosse longa o suficiente.

Ia a escolas especiais, escolas para crianças com dificuldade de aprendizado, escolas para deficientes mentais e surdos-mudos.

Certa vez, fui chamada a um colégio para ajudar a professora a explicar a um casal que o filho deles de sete anos era extremamente agressivo. Se ele voltasse a bater nos colegas, seria transferido para uma escola especializada no tratamento da violência. Tive dificuldade até para encontrar palavras, em somali, para explicar o que é tratamento da violência.

O garoto deu a sua versão da história: um menino tinha lhe mostrado a língua e xingara, por isso ele o surrara. Esse comportamento era absolutamente coerente com a sua educação. Na Somália, o certo era atacar. Ser o primeiro a bater. Esperar até ser

agredido era o mesmo que pedir para ser saco de pancada. Também fui educada assim.

Ao ouvir a versão do filho, os pais disseram: "Olhe aqui: foi o outro que começou!" A professora, que era jovem, respondeu: "Mas o outro menino não bateu nele". E o casal exclamou em coro: "Ninguém espera até apanhar!"

Precisei pedir para extrapolar o meu papel de mera intérprete e explicar as coisas. Disse à professora: "No nosso país, a agressão é uma tática de sobrevivência: ensinamos as crianças a ser a primeira a bater. A senhora vai ter que explicar muita coisa".

A moça me olhou como se eu fosse maluca. Explicou que, se todas as crianças tivessem liberdade de espancar as demais, seria a lei da selva: o mais forte oprimiria os demais. E os pais concordaram. Estavam satisfeitíssimos porque o filho era o mais forte.

Por fim, eu lhes disse: "Olhem, aqui na Holanda, se vocês baterem em alguém, as pessoas pensam que estão com algum problema sério. Aqui as divergências se resolvem com o diálogo. Se o seu filho continuar agredindo os colegas, vai acabar num lugar de crianças com problemas mentais, vai ser tratado como doente".

Então eles se dispuseram a ouvir. Fizeram todo tipo de acordo e se comprometeram a um novo encontro. No fim, os três disseram que a reunião tinha sido muito esclarecedora, pois não sabiam que existia uma cultura tão diferente.

Voltei para casa pensando: "É por isso que a Somália está mergulhada na guerra civil e a Holanda não". Nada mais óbvio. Os holandeses sabiam que a violência era ruim. Empenhavam-se muito em ensinar as crianças a canalizar a agressão e a resolver as diferenças verbalmente. Tinham analisado o conflito e criado instituições para regulá-los. Esse era o significado de ser cidadão.

Na época, eu ainda não conseguia formular tudo isso. Não estava pronta para recuar e me perguntar por que tantos imigrantes — tantos imigrantes muçulmanos — eram violentos, pobres, dependiam do auxílio financeiro do Estado. Apenas absorvia os fatos. Mas

começava a me dar conta de que estava se dando aos muçulmanos a possibilidade de construir o seu pilar na sociedade holandesa, com escolas e estilo de vida próprios, tal como os católicos e os judeus. Eles estavam sendo polidamente abandonados para que pudessem viver no seu mundo próprio. A idéia era que os imigrantes precisavam de auto-respeito, o que provinha de um forte sentimento de participação na comunidade. Seria permitido a eles criar escolas alcorânicas em solo holandês. O governo ia subsidiar grupos comunitários islâmicos. Obrigá-los a adotar os valores holandeses era considerado contrário a esses mesmos valores; as pessoas precisam se sentir livres para acreditar no que quiserem e se comportar como bem entenderem.

Os holandeses adotavam tais políticas porque queriam ser bons. Aquele país teve um comportamento abominável na Indonésia e não opôs (muita) resistência a Hitler; na Segunda Guerra Mundial, a porcentagem de judeus holandeses deportados foi superior à de qualquer outro país da Europa ocidental. O povo se sentia muito culpado pelo passado recente. Quando se iniciou a imigração massiva para a Holanda, o que só ocorreu na década de 80, surgiu um consenso de que a sociedade devia se comportar com decência e compreensão para com aquela gente e aceitar suas diferenças e crenças.

Mas o resultado foi que os imigrantes viveram à parte, estudaram à parte, socializaram-se à parte. Freqüentaram escolas diferentes — as escolas especiais maometanas ou as escolas públicas do centro da cidade, que as outras famílias preferiam evitar.

As instituições de ensino muçulmanas não tinham alunos de família holandesa. As meninas usavam véu e geralmente ficavam separadas dos meninos — na sala de aula, durante as orações, na prática de esportes. Ensinavam geografia e física como em qualquer outra escola holandesa, mas evitavam temas capazes de contrariar a doutrina islâmica. As crianças não eram incentivadas a contestar, não se estimulava a criatividade. Aprendiam a se afastar dos infiéis e a obedecer.

Essa transigência com os imigrantes e as suas lutas em um novo país resultava em atitudes e políticas que só perpetuavam a crueldade. Na Holanda, milhares de mulheres e crianças muçulmanas eram vítimas de uma violência sistemática, e não havia como escapar disso. Crianças pequenas sofriam excisão na mesa da cozinha — eu soube disso pelas somalis para as quais servia de intérprete. As moças que se atrevessem a escolher namorado ou amante eram espancadas quase até a morte ou mesmo assassinadas; grande parte delas apanhava regularmente. O sofrimento dessas mulheres era horrível. E, embora os holandeses contribuíssem generosamente para as organizações internacionais de amparo, continuavam ignorando o silencioso padecimento das mulheres e crianças maometanas no seu próprio quintal.

O multiculturalismo holandês — o respeito pelo modo islâmico de fazer as coisas — não dava certo. Deixava muitas mulheres e crianças despojadas de direitos. O país tentava ser tolerante em nome do consenso, mas esse consenso era oco. Preservava-se a cultura dos imigrantes à custa das mulheres e das crianças e em detrimento da integração dos próprios imigrantes. Muitos maometanos se recusavam a aprender holandês e rejeitavam os valores de tolerância e liberdade pessoal. Casavam com parentes da aldeia natal e, ainda que vivessem na Holanda, insistiam em ficar encerrados na sua pequena bolha de Marrocos ou Mogadíscio.

Eu trabalhava diariamente antes da aula, depois da aula e nos fins de semana. À noite, traduzia documentos, geralmente relatórios sobre crianças suspeitas de deficiência de aprendizagem. O menino tinha três anos, não falava, não conseguia brincar com brinquedos educativos como blocos e quebra-cabeças, era incapaz de reconhecer uma caneta. A mãe, jovem e analfabeta, mal falava holandês. Havia laudos médicos sobre mulheres espancadas ou recomendações de assistentes sociais para que os filhos fossem retirados da casa dos pais. Vinte e cinco centavos por palavra rendiam setenta e cinco florins por

página. Eu podia abandonar a faculdade e passar muito bem o resto da vida trabalhando de intérprete, mas isso nunca me passou pela cabeça.

Andava preocupada com Haweya. Enquanto eu enfrentava os meus compêndios em Leiden, dicionário à mão, ela parecia estar perdendo a razão. Chegava a ser encantadora às vezes, mas suas oscilações de humor haviam se tornado muito mais intensas. Ela se mostrava grosseira e hostil, e muita gente tinha medo dela.

No começo, seu sentimento de culpa pelo aborto me pareceu natural. Ela dizia que Alá jamais a perdoaria: tinha matado, não uma vez, mas duas. Entretanto, num dia em que saímos juntas, fez questão de pôr o turbante. Disse: "Preciso tomar muito cuidado neste país. Ele é ímpio. Vai acabar nos transformando em infiéis".

Estranhei: "Mas, Haweya, você nunca foi religiosa". Ela respondeu: "É verdade, mas agora preciso ser, do contrário me arrisco a perder totalmente a minha religião".

Estava convencida de que ia para o inferno. Talvez o contraste entre o que ela via e aquilo em que achava que devia crer fosse tão forte que lhe era insuportável. Talvez não conseguisse lidar com a liberdade individual. Talvez se tratasse de uma mera reação ao aborto. No início, não suspeitei do que estava acontecendo; achei que era apenas uma fase.

Haweya começou a rezar todos os dias. Tinha exatamente as mesmas dúvidas que eu: por que a Holanda proporcionava ao povo uma vida muito melhor do que os países muçulmanos que conhecíamos? Mas ela respondia a essas perguntas retornando à religião. Começou a ler Hasan al-Banna e Sayyid Qutb, pensadores islâmicos que outrora eu devorava em Nairóbi. Haweya, que não participara da Fraternidade Muçulmana como eu e não via a miséria que eu traduzia cotidianamente, foi procurar respostas no Alcorão.

Para mim, procurar respostas no Alcorão apenas levava a mais perguntas. Uma vez eu lhe disse: "Duvido que você encontre a resposta às suas dúvidas aí". Ela me encarou: "Está dizendo que Alá não tem

resposta, e você tem?". Isso me deixou confusa. Não tinha a menor intenção de desafiar a Alá, não era capaz disso.

Respondi: "Veja a Holanda: não é perfeita, e os holandeses vivem se queixando, mas é um país organizado, humano e próspero, todo mundo parece ser basicamente feliz. E nós, dos países muçulmanos, estamos migrando em massa para países como este, de modo que você tem que reconhecer que eles fazem as coisas direito. Se o certo é fazer as coisas tal como Alá manda, veja o Irã. Você queria morar lá?".

"O Irã é xiita", ela retrucou.

"Então prefere a Arábia Saudita?" Acrescentei que o Alcorão podia ser a verdade divina, como guia espiritual, mas me parecia que, em termos de construção de governos, eram as teorias infiéis do Ocidente que davam as melhores respostas.

Haweya me acusou de ter me tornado kufr. Começara com o idioma e o meu modo de vestir, e agora havia me afetado o cérebro. Eu era uma renegada. Fez com que me sentisse terrivelmente maJ por ter abandonado a oração e a obediência a Alá. Classificou as minhas idéias ocidentais como uma espécie de vírus que estava destruindo lentamente os meus valores morais.

Entretanto, quanto mais livros ocidentais eu lia, mais queria ler. Quanto mais aprendia acerca do governo, do desenvolvimento individual, dos sistemas de pensamento como a democracia social e o liberalismo, sendo um produto do outro, mais preferia as coisas assim. O conceito de escolha individual melhorava visivelmente a vida das pessoas, assim como a igualdade entre homem e mulher. Eu estava apaixonada pela idéia de pensar com precisão, questionar tudo e elaborar teorias próprias.

Não era cega para as desvantagens dessas liberdades. Sentia a solidão e, ocasionalmente, até mesmo o vazio da nossa vida. Às vezes era cansativo ter que descobrir tudo por mim em vez de confiar nas linhas confortáveis e nítidas da doutrina e nas regras minuciosas. Às vezes eu também receava as liberdades ilimitadas da Holanda.

Assim, entendia por que a minha irmã preferia se refugiar na religião. Mas também via a alegria de viver do Ocidente. Aqui eu tinha a possibilidade de satisfazer a minha curiosidade. Quando sentia interesse por alguma coisa, podia experimentá-la, e ficava mais sábia com isso. Tirava as minhas conclusões.

Haweya gostava da eficiência da Holanda e também de não precisar subornar ninguém. Achava maravilhoso poder dizer não: "Não, obrigada, não quero ir". "Não, não vou estar em casa hoje à noite." E costumava dizer: "Esta é a melhor coisa daqui. Eles são francos, são sinceros".

Mas ela vivia principalmente do auxílio financeiro do Estado. Não estava bem. Não tinha disciplina. Queria coisas contraditórias: ser uma boa muçulmana praticante e âncora do telejornal da CNN, mas não saía da cama. Fazia meses que dava a impressão de não lavar a roupa nem a louça que usava. Engordava muito e, a seguir, emagrecia a ponto de assustar. Tomar um banho por dia lhe exauria toda energia. Às vezes passava três dias seguidos na cama, sem se levantar. E, então, vivia vários meses bons, durante os quais se mostrava generosa, interessante, engraçada. Esbanjava energia, assistia à aula, impressionava os professores. E, de repente, tornava-se novamente rude, cruel, vulgar, e mergulhava na letargia e tinha crises de choro.

Nos primeiros meses de 1996, Haweya começou a dizer coisas sem nexo: "Por favor, vire o espelho para a parede". Eu perguntava por quê, e ela respondia: "Vejo coisas lá dentro quando me olho nele". Eu gritava: "Pare de bancar a louca, tente se controlar", mas era inútil. Ela começou a dormir de luz acesa. Telefonava me pedindo que fosse à sua casa — precisava de mim naquele instante, urgentemente —, mas, quando eu chegava, depois de horas de viagem, mandava-me embora, dizendo: "Não suporto a companhia de ninguém, vá embora".

Eu não era uma eremita em Leiden. Encontrava minhas amigas de Ede com muita regularidade, e pouco a pouco fiz novas amizades. Geeske era uma primeiranista de ciência política, como eu, e tinha muita energia, muita vivacidade. Levava-me ao cinema e aos cafés de

estudantes, bem mais relaxados que os pubs de Ede, embora não menos lotados e enfumaçados, mas, agora que eu entendia os holandeses, achava-os bem mais divertidos. As pessoas ficavam do lado de fora, comendo e escutando música.

O fato de eu não tomar álcool virou uma espécie de piada pronta. A primeira vez em que finalmente provei uma bebida, fiquei tonta, a sala começou a girar. Nenhum raio me fulminou, mas estava muito tarde para eu voltar para casa de bicicleta, de modo que passei a noite com outra amiga, Evelien. Na manhã seguinte, ao acordar, senti que tinha transposto uma linha horrível, deixara de contornar as leis de Alá para transgredi-las de vez.

Achava que Chantal não ia gostar se eu passasse a chegar tarde à casa dela e me sentia sem jeito para convidar os amigos. Geeske, por sua vez, morava com dezesseis outros estudantes em um casarão enorme, muito velho, à beira do canal, e vivia contando que era divertidíssimo morar lá. Quando um quarto ficou desocupado, ela propôs que me inscrevesse. Alegava que eu nunca chegaria a entender a Holanda se não tivesse vivido adequadamente a vida de estudante.

O procedimento de seleção era rigoroso. Os moradores da casa se reuniam para entrevistar os candidatos, tudo isso regado a garrafas de vinho. Perguntavam que tipo de música preferíamos, o que gostávamos de fazer nas férias, qual era o nosso hobby, que tipo de trabalho fazíamos nas férias. Eu disse que meu passatempo era a leitura e que nunca tinha viajado de férias. Todos eles eram garotos muito jovens, muito brancos, e a maioria tinha passado a vida morando na mesma casa. Quiseram saber onde eu tinha vivido, e, ao enumerar os países — Somália, Arábia Saudita, Etiópia, Quênia —, vi seus olhos se arregalarem. Quando contei que era intérprete, um rapaz exclamou: "Uau, você deve ganhar uma tonelada de dinheiro!" Eu disse que sim, ganhava mesmo.

Geeske receava que os colegas me achassem chata ou esquisita — ou, pior do que isso: velha —, mas fez uma campanha tão intensa a meu favor que eles acabaram me escolhendo. Assim, eu me mudei para

um quartinho em uma república de estudantes holandeses, lugar em que conviveria com rapazes, em que não faltava álcool, talvez nem mesmo drogas. Tratei de me armar de coragem.

Mudei-me para a república de Geeske em março de 1996. Antes mesmo da minha primeira noite, consegui colocar toda mobília no quarto novo, com exceção da escrivaninha que Chantal havia me dado. Era grande, antiga e linda, mas não passava pela porta. Na manhã seguinte, acordei cedo para tentar desmontá-la com uma chave de fenda. Estava às voltas com esse trabalho, ainda de pijama amarelo, quando todos começaram a sair para ir à aula. Ao passar por mim, um rapaz mais velho, chamado Marco, enfiou a cabeça debaixo da escrivaninha e se apresentou.

Na hora do almoço, quando ele reapareceu, eu continuava no mesmo lugar, ainda de pijama. Entrementes, havia feito três traduções telefônicas, mas é óbvio que ele não sabia disso. E disse: "Não acredito! Isso é impossível. Saia daí". E desmontou a escrivaninha em quinze minutos. Depois de colocá-la no quarto, tornou a montá-la e ficou admirando o meu computador. Então o telefone tocou: mais uma tradução.

Ao sair, Marco me convidou para jantar na cozinha aquela noite. Explicou que os moradores da república costumavam fazer compras e cozinhar juntos para economizar. "Pelo menos agora apareceu uma pessoa interessante", sorriu. "Eu já estava farto desses fedelhos de dezoito anos metidos a besta."

Um ano mais velho do que eu, Marco já trabalhava; era repórter de uma revista científica. Tinha morado na república na época em que estudava biologia; depois de formado e já empregado, continuou lá, embora não tivesse esse direito. Em Leiden, os aluguéis eram caríssimos. Como muitos holandeses, ele adorava viajar e gastava todas as economias em longas excursões a países exóticos como o Egito e a Síria. Passamos a jantar juntos várias vezes por semana.

Eu continuava trabalhando, mas agora, cercada de jovens, achava tudo muito mais divertido. No entanto, sabia que era uma

estranha no ninho. Saía do quarto, contava aos meus companheiros o que acabara de traduzir — tinha informado que alguém estava com aids, orientara uma mulher espancada —, e notava o assombro deles. Para eles, as vidas com as quais eu tinha contato eram de outro planeta. Quase todos haviam sido criados na aldeia dos avós, às vezes na mesma casa. Não tinham nenhuma experiência com a miséria do mundo.

Outra coisa que me fascinava naqueles garotos: tudo girava em torno do eu — as coisas de que gostavam, a expressão do seu estilo, a busca de algo que eles sentiam que mereciam. Tratava-se de uma cultura do ego que me era totalmente desconhecida na África. Na minha infância, o eu era desprezado. A gente fingia ser obediente, boa e devota para receber a aprovação dos outros; ninguém tentava se exprimir. Na Holanda, as pessoas procuravam o prazer simplesmente porque queriam.

Marco era bonito, tinha cabelo castanho-claro e olhos muito azuis, grandes e inocentes; sempre trazia um sorriso no canto da boca. Ficamos interessados um pelo outro — não só como amigos —, mas nenhum dos dois tomou a iniciativa.

Numa tarde de verão, minha amiga Tamara foi me visitar com a mãe, que morava no Canadá. O tempo estava tão surpreendentemente bom que eu as convidei para subir ao terraço do telhado e propus comermos lá em cima. Por coincidência, Marco também estava com um amigo e também teve a idéia de fazer piquenique no telhado. (Esses piqueniques eram proibidos, mas ninguém ligava para isso.)

Acabamos comendo todos juntos, foi uma espécie de festa íntima improvisada. Com o avançar da noite, Marco e eu começamos a ficar mais perto um do outro. A atração que sentíamos, latente havia meses, inflamou-se e lançou uma espécie de energia que contagiou os outros. A mãe de Tamara pegou a câmera para nos fotografar. Posamos: Marco me envolveu os ombros e me atraiu para junto de si. Ainda tenho essa foto: parece tão natural, como se já estivéssemos juntos havia milhares de anos. E foi uma sensação tão maravilhosa — surpreendente e boa.

Não nos beijamos nem nada. Simplesmente ficamos um momento de mãos dadas e permanecemos juntos a noite toda, conversando enquanto outros amigos dele iam chegando: Giovanni, Olivier e Mareei. Mas, no dia seguinte, Marco me convidou para ir à casa de um amigo na mesma rua: estava cuidando do gato do tal amigo, que viajara. Fizemos compras e cozinhamos lá. Os dois sabíamos que algo ia acontecer.

Marco foi delicado e paciente. No começo, confesso que fiquei petrificada. Senti a presença de Alá e dos dois anjos na cama conosco, julgando-me. Eu estava pecando. Mas a sensação que experimentava não era de pecado. Com o passar dos meses, tive certeza de que queria ficar o resto da vida com aquele homem; confiava nele. Enfim, consegui sacudir os anjos dos ombros e expulsá-los da cama.

Durante cinco anos, Marco e eu passamos juntos praticamente todas as noites. Tornamo-nos inseparáveis. Éramos iguais, achávamos graça nas mesmas coisas, um representava tudo que o outro queria. Na metade de 1996, solicitei um imóvel ao departamento de habitação e, em seis meses, recebi uma carta informando que tinha direito a um apartamento em Langegracht, no centro de Leiden, cujo aluguel era de apenas oitocentos florins. Marco e eu resolvemos morar juntos. A chave nos seria entregue no dia 1° de janeiro.

Comemoramos com Haweya a chegada de 1997. Ela acabara de se mudar para uma república de Nijmegen, a duas horas e meia de Leiden, onde estava começando a estudar administração pública. Juntamos uma turma grande para alugar uma casa em uma ilha, no norte da Holanda, na qual passamos alguns dias. Haweya ficava tensa na presença dos amigos de Marco, mas gostava das longas caminhadas quando fazia bom tempo. Lembro-me dela correndo na praia uma tarde, perseguindo as gaivotas, agitando os braços de alegria. Achei que estava muito bem.

No entanto, alguns dias depois que Marco e eu nos instalamos no apartamento novo, recebi um telefonema de Tamara. Ela e Haweya se davam bem e juntas costumavam ir ao cinema ou jantar. Tamara me

contou que havia telefonado para a república de Haweya a fim de cancelar um passeio, e uma das companheiras contou que ela estava no hospital.

Tinha começado a gritar em árabe no quarto, atirando-se nas paredes e no chão; a polícia havia precisado arrombar a porta. Haweya tinha sido levada em camisa-de-força.

Fui com Marco à enfermaria psiquiátrica de Nijmegen. Minha irmã estava pavorosa. Totalmente desgrenhada, de cabelo eriçado; passara a noite arrancando mechas. Sua fisionomia era quase irreconhecível, e ela apresentava uma ferida enorme na testa de tanto bater a cabeça na parede. Tinha hematomas nas pernas e estava muito sedada. Perguntei: "Bateram em você?" Ela respondeu: "Não. Eu me joguei no chão e me machuquei".

Quando cheguei, Haweya parecia calma, mas, ao me contar o que tinha acontecido, começou a ver coisas, coisas inexistentes. Disse que ouvia vozes. Foi ficando cada vez mais confusa e começou a falar em Jesus, à mercê de uma espécie de loucura mística. Quando me sentei, começou a falar mais alto. Levantou-se e, andando de um lado para outro — depressa, cada vez mais depressa —, recitava Allah Akbar, Allah Akbar, Allah Akbar aos berros, atropeladamente, no ritmo de cada passo. Não consegui segurá-la, ela simplesmente me jogou na cama com um safanão. Tinha uma força enorme.

Duas enfermeiras intervieram, sujeitaram-na, aplicaram-lhe uma injeção e me mandaram embora. Que fosse para casa. Podia voltar no dia seguinte para conversar com o médico.

O psiquiatra disse que Haweya estava em pleno surto psicótico, mas reagira bem à medicação. Teria de ficar uma semana internada, em observação. Tudo ia dar certo.

Eu ia visitá-la diariamente. As aulas, as traduções — nada mais importava. E, passados alguns dias, minha irmã começou a melhorar. Voltou a usar o turbante e parecia não se lembrar do acontecido. Limitava-se a dizer: "Fiquei um pouco desequilibrada. A Holanda me

afeta muito". Acrescentou que já não queria tomar remédio; estava perfeitamente bem.

Uma semana depois, um juiz foi à enfermaria averiguar se ela devia continuar hospitalizada a contragosto. Haweya o convenceu de que não tinha nenhum problema grave. Eu a levei de volta a seu apartamento e a acomodei. Mas, três dias depois, quando fui visitá-la, percebi logo que ela não estava nada bem. Resmungava sem parar, às vezes gritava feito um pregador. Pegou o livro de Sayyid Qutb e disse: "Ayaan, você precisa se arrepender e voltar para Alá". De repente, começou a se despir.

Comecei a gritar, mandando que ela parasse com aquilo, e Haweya, subitamente constrangida, obedeceu. Eu disse: "Você não percebe que estava falando sozinha?". Ela retrucou: "Sozinha, não. Há uma voz na minha cabeça. Uma voz que quer que eu me comporte como criança, e eu estava lhe dizendo: 'Agora não. Quando Ayaan for embora, faço o que você quiser'".

Na manhã seguinte, fui diretamente à biblioteca de Leiden. Queria entender o que estava acontecendo. No decorrer das semanas seguintes, percebi que a voz era a da Haweya pequena. Suas lembranças, seus sentimentos religiosos de menina, as recordações do colégio e dos nossos pais, tudo rodopiava dentro dela, misturando-se com sua vida adulta como se fossem coisas reais.

Compreendi que minha irmã estava com problemas mentais. É fácil entender os males físicos: a gente adoece, toma remédio. Mas a doença mental assusta: não se enxerga a ferida. Marco era biólogo e me ajudou a entender a química do cérebro. Consultei um psiquiatra. Racionalmente, entendia tudo. E dizia comigo: "O que há é um desequilíbrio químico dentro dela. Não uma maldição. Isso não está acontecendo porque ela desobedeceu a Alá ou à minha mãe". Emocionalmente, porém, fiquei arrasada. Haweya estava se desintegrando diante dos meus olhos, e a única coisa que eu podia fazer era observar. Sentia-me desamparada, culpada por não ter percebido os

sinais e evitado a doença, oferecendo-lhe um ambiente mais estável e seguro.

Ela não adoeceu por causa do islã. Suas alucinações tinham caráter religioso, mas seria injusto dizer que a culpa foi do islã. Haweya recorreu ao Alcorão em busca de paz de espírito, mas sua agitação interior era química. É possível que tudo tivesse a ver com a falta de limite da Holanda; ela dizia que era como ficar em um quarto sem paredes. Uma vez confessou: "Eu estava tão acostumada a lutar por cada coisinha, e, de uma hora para outra, não há nada por que lutar — tudo é possível". Minha irmã ficou desnorteada na Europa, e a falta de rumo se tornou intolerável.

Haweya escondia os remédios. Passou a delirar, a falar demais. Achava-se amaldiçoada. Uma noite, já era tarde, tomou um táxi em Nijmegen e foi visitar Hasna, a somali refugiada em Ede. Hasni pagou a corrida e a deitou na cama, mas, na manhã seguinte, Haweya agarrou sua filhinha e se recusou a soltá-la. Tentou amamentá-la, dizendo-se Maria, a mãe de Jesus. Hasna não teve alternativa senão chamar a polícia. Com muita delicadeza, eles tiraram o bebê de seus braços e a levaram ao hospital.

Minha irmã ficou trancada em uma cela acolchoada, na qual tudo era cinzento, macio e pouco iluminado. Não me deixaram visitá-la. Tornaram a medicá-la. As drogas a acalmaram, mas apresentaram efeitos colaterais. Ela começou a caminhar de modo espasmódico, sacudindo muito os braços. Ministraram-lhe mais medicamentos; isso a deixou letárgica, entregue à depressão.

Haweya passou seis meses internada. Eu ia visitá-la com freqüência. Numa dessas ocasiões, dei com outro visitante, Yassin Moussa Boqor, o filho caçula do Boqor que presidira a reunião clânica no centro de refugiados de Ede. Aquele homem, que era príncipe dos osman mahamud, cumprimentou-me com muita cortesia. Tinha ido ver Haweya a pedido do meu pai e do clã: a notícia já se espalhara.

Algumas semanas depois, o telefone tocou e Marco atendeu. Ele se voltou para mim, e vi que estava com lágrimas nos olhos. Disse:

"Ayaan, é um telefonema muito especial". Peguei o aparelho e ouvi o meu pai dizer: "Abeh, abeh", com voz de menininha, como eu costumava fazer.

Não pude conter um grito: "Abeh!Você me perdoou!". Joguei longe o telefone. E me pus a gritar, a saltar, cheguei até a dançar na sala antes de tornar a pegar o telefone.

Papai disse que Yassin Moussa Boqor lhe contara que eu estava cuidando da minha irmã com muita dedicação. E acrescentou que qualquer homem devia se sentir abençoado por ter uma filha assim. Naquele país tão cinzento, nebuloso e deprimente, havia uma jovem somali esforçada, que trabalhava e estudava muito. O príncipe lhe pedira respeitosamente que me perdoasse.

Havia meiguice na voz de abeh. Quase morri de alegria; foi um dos momentos mais felizes da minha vida. Não discutimos a questão do meu casamento e da minha fuga; só queríamos dizer coisas boas. Papai contou que estava morando na Somália novamente, com a terceira mulher e a filhinha. Disse que tinha tudo de que precisava, mas, obviamente, não tinha telefone. Propus: "Quero ligar para você e quero que você atenda", e lhe mandei dinheiro para que instalasse um. Depois disso, passei a telefonar pelo menos uma vez por mês. Ele disse que precisávamos rezar, pedir a Alá que curasse a minha irmã, mas também lhe recomendou tomar o remédio.

Haweya estava melhor. Foi transferida para o setor de internação prolongada, e podia sair do hospital durante o dia. Ameacei interná-la novamente se ela não voltasse à noite como devia. Nas semanas que se seguiram, deu mostras de reconhecer que estava doente. Disse uma vez: "O sofrimento é uma coisa tão solitária. Ninguém entende o que me passa pela cabeça". Foi duro ouvir essas palavras. Mas minha irmã insistia que era a Holanda que lhe fazia mal. Se partisse, tudo se resolveria. Eu sabia que aquilo era um despropósito. Se ela voltasse para casa, em Nairóbi, deixaria de receber a medicação que impedia os terríveis surtos psicóticos.

Em junho, Haweya teve alta, e eu a instalei no apartamento que dividia com Marco em Langegracht. Não deu certo. Ela andava extremamente imprevisível, e eu passava o tempo todo procurando convencê-la a tomar o remédio. Embora Marco fosse prestativo, os dois brigavam o tempo todo; tanto um quanto outro eram muito teimosos. Fiquei dividida entre o trabalho de tradução, a faculdade e a irmã de que cuidava em casa: mal sobrava espaço para Marco na minha vida, muito menos para os amigos.

Haweya estava decidida a voltar para o Quênia. Conversou com mamãe, que concordou imediatamente. "É claro que ela só podia ter enlouquecido nesse país kfur" disse. "Ayaan, você precisa voltar também, antes que acabe enlouquecendo."

Meu pai, Johanna e todos os demais diziam que eu não tinha o direito de impedi-la de retornar se quisesse. Em julho, minha irmã viajou.

Foi um alívio poder voltar a me concentrar nos estudos, embora me sentisse culpada em admiti-lo. Estava atrasada; as viagens constantes a Nijmegen me tomavam muito tempo, assim como o trabalho de intérprete, do qual eu precisava para pagar o tratamento de Haweya e enviar dinheiro a mamãe.

Em Leiden, as turmas eram pequenas; e os cursos, muito intensivos. Os professores apresentavam três ou quatro teorias referentes a um assunto abstrato qualquer — a liderança carismática, a adesão da classe média à revolução, a conveniência da representação proporcional — e, a seguir, queriam que conferíssemos se os dados corroboravam a argumentação, se não havia falhas, para então formarmos teorias próprias. Quando não conseguíamos desenvolver uma teoria alternativa, diziam que éramos desinteressados, que nos faltava aptidão para a ciência. Obrigavam-nos a conceber uma teoria própria, com metodologia própria; do contrário, qualquer coisa que disséssemos era classificada como conversa de botequim, não como ciência. E nos estimulavam a ler muito, independentemente do

currículo. Eu gostava disso, mas achava difícil acompanhar aquele ritmo.

Em setembro de 1997, obtive o direito de optar pela cidadania holandesa. Fazia cinco anos que estava no país. Mal podia esperar; aliás, havia feito a solicitação meses antes. Em termos práticos, queria o passaporte holandês para viajar com mais facilidade; era dificílimo transitar na qualidade de asilada. Mas ainda receava que as autoridades descobrissem que eu mentira e cassassem o meu status de asilada. Achava que, uma vez naturalizada, ficaria livre desse perigo. Tinha sido refugiada a vida toda, desde que saíra de Mogadíscio aos oito anos. Agora queria ser um membro real e participante de uma democracia viva. Queria ter o meu lugar.

No dia 21 de agosto de 1997, recebi uma carta: quase exatamente cinco anos depois de haver recebido o status de asilada em Lunteren, a rainha da Holanda aceitava o meu pedido de naturalização. Dali a quinze dias, poderia ir buscar o passaporte no Conselho Municipal de Leiden.

Quando cheguei à frente da fila, meu coração disparou. "Vim por causa da naturalização", expliquei à loira à escrivaninha, mostrando-lhe a carta que recebera. Ela me encarou e disse: "Ok. Pode pagar ali". A caixa pegou o dinheiro e me entregou uma coisa: um passaporte holandês. Trazia a minha fotografia, o meu nome, Ayaan Hirsi Ali, que agora me parecia absolutamente normal. Não houve discurso nem a leitura dos meus direitos e deveres. O momento da entrega do documento foi o menos solene do mundo.

Marco e eu demos uma festa para comemorar, e eu dizia a todo mundo: "Sou holandesa!" Ninguém chegou a rir de mim, mas todos me olhavam com estranheza. Não pelo fato de ser negra e me pretender holandesa; isso não era problema. Acontece que ser holandês não significava absolutamente nada para aquela gente. Mesmo porque meus amigos não gostavam dos símbolos da nacionalidade: a bandeira e a monarquia. Para eles, essas coisas remontavam aos pérfidos tempos da

Segunda Guerra Mundial. Viam o nacionalismo quase como sinônimo de racismo. Ninguém se dizia orgulhoso de ser holandês.

No início, Haweya deu a impressão de estar bem no Quênia. Conversávamos pelo telefone mais ou menos de dez em dez dias, e ela parecia feliz; falava até em arranjar emprego. Mas, em outubro, voltou a adoecer. Passou a dizer coisas incoerentes, mesclando a conversa com desvarios religiosos. Andava ouvindo vozes.

Eu lhe propus voltar a Leiden, mas ela respondeu que tinha medo da Holanda. No telefonema seguinte, disse que queria retornar, mas perdera o passaporte. Pediu-me que desse um jeito de tirá-la de lá sem documento mesmo. Contou que mamãe às vezes a amarrava, que Mahad batia nela. E se lamentou: "Estou perdendo tempo, envelhecendo, minha vida é uma confusão, e estou grávida".

Depois disso, Haweya nunca mais atendeu ao telefone. Eu só conversava com mamãe, que me contou que ela estava se tornando mais violenta. Mamãe sabia da gravidez. Quando toquei no assunto, limitou-se a dizer: "Alá quis assim" com amarga resignação. Enviei dinheiro.

No início de dezembro, voltei a telefonar, e mamãe contou que Haweya estava muito mal. Disse: "Se você quiser ver sua irmã viva, venha já". Eu estava em época de provas em Leiden e não a levei a sério. Pensei em ir a Nairóbi no fim do ano. Mas estava atrasadíssima nos estudos devido aos meses que passara cuidando de Haweya. Acabei decidindo aproveitar os feriados para escrever vários trabalhos.

Poucos dias depois do ano novo, em 8 de janeiro de 1998, meu pai telefonou para me dar a pior notícia que recebi na vida: "Alá levou Haweya para o seu destino derradeiro".

Ela tinha ficado doente durante uma semana e então morrera. Eu não conseguia acreditar. Foi como se tivessem sugado todo o ar da sala. Comecei a chorar, e papai disse: "Não, Ayaan. Não devemos chorar por Haweya. De Alá viemos e a Alá retornaremos. Ela está com Deus. Nós ainda precisamos continuar lutando pela vida afora para obter o que ela já obteve. Está descansando em paz".

Continuei chorando. Tomei o primeiro avião. A caminho do aeroporto, pus o casaco preto e o turbante — a mesma roupa com que tinha chegado à Europa.

Minha irmã foi sepultada cerca de uma hora antes que eu desembarcasse em Nairóbi. Não tive tempo de ver seu corpo, não tive tempo de me despedir. Os muçulmanos enterram os mortos em vinte e quatro horas. Por vezes abrem uma exceção para o pai ou o marido. Mas meu pai não foi ao enterro — estava na Somália —, e ninguém pensou em abrir exceção por minha causa.

De modo que, quando cheguei, Haweya já estava no túmulo. Limitei-me a ficar no quartinho miserável em que a minha mãe agora morava, em uma rua suja de Eastleigh, e a ouvir como tinha sido conviver com minha irmã nos últimos seis meses. Olhei para as grades da janela, amassadas desde que Haweya tinha se atirado nelas, e para a vidraça que ela havia quebrado e não fora reparada.

Mamãe e Haweya moravam naquele lugar horrível. Lá dormiam, cozinhavam e lavavam a roupa. Era o quarto mais deprimente que se pode imaginar. Décadas de braseiro aceso enegreciam as paredes descascadas.

Mamãe me contou como foi a morte da minha irmã. Os surtos psicóticos pioraram muito. Às vezes era preciso chamar vários homens para amarrá-la; mamãe não podia nem se aproximar dela. Um médico chegava para lhe dar injeção, e ela se acalmava. Uma noite, houve um temporal. Haweya estava à janela, observando o dilúvio. Súbito, disse que tinha visto Alá no relâmpago e correu para a porta. Saiu à rua, descalça na escuridão, chapinhando nas poças de água, e, quando mamãe pediu socorro, dois somalis foram no seu encalço. Levaram-na de volta, seus joelhos e seu sexo sangravam.

Ela morreu uma semana depois do aborto. Imagino que tenha sido uma infecção. Não sei se chegou a ser atendida.

Fiquei muda, horrorizada, mas também com medo da minha mãe. Ocorreu-me que ela era capaz de tentar me tomar o passaporte e

me obrigar a ficar em Nairóbi. Naquela noite, dormi no colchão de Haweya com o documento atado à cintura.

Quando minha irmã morreu, rezei. Eu me vesti e me curvei para orar, como mamãe queria, em nome da paz doméstica, mas as minhas orações eram vazias de conteúdo. O mais importante: estando a sós, roguei a Alá que desse paz a Haweya, pois ela já tinha vivido o inferno na terra. Pensar que minha irmã deixara de sofrer, que estava descansando, foi surpreendentemente reconfortante.

Minha mãe era a amargura em pessoa, uma força exaurida. Nada restava da moça orgulhosa que abandonara a família no miyé e fora para Aden, que casara com o homem da sua escolha e lutara para salvar a família em plena ditadura. Os seus sonhos tinham se transformado em pesadelos. Minha avó partira, estava morando com a filha caçula na Somália. Mamãe morava em Eastleigh, o bairro que ela desprezava, no país e na cidade que sempre havia detestado, e não falava com praticamente ninguém da comunidade. Sua família já não existia: Mahad era uma decepção; uma filha a abandonara; a outra tinha enlouquecido, depois engravidara. Era a concretização do seu pior pesadelo. Pior do que a própria morte de Haweya.

Na tarde seguinte, ela começou a imprecar: "Por que Alá fez isso comigo? Como sua irmã pôde fazer o que fez?" Era insuportável ouvir tal coisa, ouvir Haweya ser acusada de tê-la magoado. Pensei na violência, nas surras que ela levara na infância. À minha mãe não ocorria que talvez tivesse uma parcela de responsabilidade pelas coisas que saíram erradas. Lembrei-me de que ela mesma persuadira Haweya a deixar os médicos e os remédios na Holanda e a retornar a Nairóbi para viver naquele cubículo horrendo, naquela sordidez extrema.

Tentei falar, dizer-lhe tudo isso. Queria ter uma verdadeira conversa com ela, talvez pela primeira vez na vida. Mas não restava nada da mãe poderosa que eu recordava. Ela não estava apenas fraca, estava acabada, e fiquei com pena. Era carne e osso, as suas pernas, duas feridas abertas de psoríase, e ela, a desgraça em pessoa.

Dei-lhe os mil dólares que tinha comigo. Disse: "Quero que você saia imediatamente deste quarto. Vou continuar mandando dinheiro. Você vai para a Somália. Fique com seus irmãos, com seu clã. Não há mais nada em Nairóbi. Haweya morreu, Mahad não vale nada, e eu não volto mais para cá. Você não tem amigos, está brigada com todo mundo. Vá embora daqui".

Senti que agora a autoridade na família era eu. E disse: "Daqui por diante, você vai sozinha fazer compras e pegar o dinheiro que eu mandar. Não quero saber de Mahad metido nisso". Falei no dinheiro que lhe enviara pelo meu irmão — decerto mais de dez mil dólares, com os quais ele dizia que pagava o aluguel de uma casa em Westlands —, e isso a animou um pouco: de raiva.

Fui visitar Halwa, que continuava morando na casa do pai, dormindo no mesmo quarto, mas parecia que um fantasma tinha lhe roubado a alma. Em 1992, alguns meses antes de eu sair de Nairóbi para ir morar com Osman Moussa, Halwa finalmente casara com um primo do Iêmen. O sujeito era mandão e achava que ela tinha obrigação de servi-lo, embora fosse tosco e analfabeto. Halwa o detestava, mas engravidou. Quando a filha nasceu, ela pediu ao pai que a autorizasse a se divorciar. Ainda que com relutância, ele pagou uma indenização e o marido de Halwa retornou ao Iêmen. Agora ela raramente saía da casa do pai. A filha tinha quatro anos; era sua única alegria na vida.

No dia seguinte, fui conhecer o filho recém-nascido de Mahad. Gostei muito de Sha'a, a sua jovem esposa. Parecia abandonada, era evidente que Mahad não lhe fazia companhia. Quando o questionei, ele alegou que estava zangado com Sha'a por ter engravidado. Perguntei se acaso ele usava algum contraceptivo, e a resposta foi não, Sha'a tinha obrigação de contar os dias. Não agüentei: disse-lhe que era muito cômodo para ele ser homem e culpar as mulheres por todos os seus problemas. Mas vi o quanto isso o irritou e procurei rilhar os dentes a fim de evitar mais uma crise: não era uma ocasião propícia.

Então perguntei do dinheiro que lhe tinha enviado. Mahad respondeu que o aplicara em um negócio, mas o homem fugira para Omã. Como sempre, ele era a vítima.

Fui dar umas voltas. Nairóbi era uma sombra da cidade que eu conhecia. As ruas estavam esburacadas, quase nenhum telefone funcionava. A economia ia de mal a pior; o aumento da pobreza em tão pouco tempo chegava a ser obsceno. A violência nas ruas tornara-se rotineira. No governo de Daniel Arap Moi, a roubalheira e a corrupção em escala verdadeiramente massiva estavam retirando do país toda sensação de energia e esperança. Tudo se convertera em um caos e ninguém dava mostras de esperar melhora. Era o fundo do poço.

Não consegui dormir na noite anterior à minha viagem de volta à Holanda. Ao amanhecer, ouvindo os carros sacolejarem na rua, percebi que nunca mais voltaria para lá. Minha vida, ou o que eu dela fizesse, seria na Holanda, talvez para sempre.

Quando cheguei a Leiden, depois da morte de Haweya, eu estava no piloto automático. Não sentia nada. Limitei-me a fazer as tarefas cotidianas e, não sei bem como, consegui. Pouco a pouco, a vida foi tomando forma. Perdera várias provas e trabalhos, de modo que não me faltava o que fazer. Marco foi muito bom para mim: isso ajudou.

Meu ex-namorado Abshir Abdi Aynab, o imame da Somália, telefonou para dar os pêsames. Disse que estava morando na Suíça e pretendia me visitar. Eu o dispensei. Não queria mais nada com a minha vida de outrora.

14. Sem Deus

Eu estava começando a me integrar à sociedade estudantil, que não se mostrava previsível nem serena como o meu círculo de Ede. Geeske e os outros companheiros de Leiden eram agnósticos ou ateus; Elroy, o melhor amigo de Marco, homossexual.

Por exemplo, Giovanni, um amigo de Marco, brigou com a namorada Mirjam depois de passar três meses fazendo pesquisa

biológica em Israel. Na sua ausência, Mirjam se apaixonou por Olivier, um amigo de Giovanni. Giovanni ficou chateado ao retornar — fazia anos que os dois estavam juntos —, mas não houve nenhum homicídio nem ameaça de violência. Mirjam tinha todo direito de se apaixonar por outro. Até a mãe dela era dessa opinião, embora adorasse Giovanni. Eu ficava fascinada com aquele sistema moral completamente diferente.

Em maio de 1998, houve eleições. Agora, sendo holandesa, eu podia votar. Pensei muito nisso. Aliás, ter a possibilidade de escolher o governo da Holanda era uma grande responsabilidade para mim. Como a maioria dos nossos amigos, votei em Wim Kok, um socialdemocrata do Partido Trabalhista. Meu coração era de esquerda. Preferia Kok devido à sua lealdade e honestidade, porque prometia criar empregos, e eu acreditava nele; era um político experiente, e a sua trajetória me agradava. Embora fosse estudante de ciência política e intérprete, ainda não tinha me ocorrido analisar a posição dos partidos políticos no que se refere à imigração e à integração. Tampouco chegara a questionar o papel do governo em relação ao fato de tantos imigrantes figurarem nas estatísticas de criminalidade, desemprego e outros problemas sociais.

Em janeiro de 2000, o comentarista político Paul Scheffer publicou o artigo "O drama multicultural" no NRC Handelsblad, um prestigioso jornal vespertino. Tornou-se imediatamente o assunto do dia. Não havia quem não tivesse opinião sobre ele. Scheffer dizia que havia se formado uma subclasse étnica de imigrantes, a qual era excessivamente insular e, por rejeitar os valores que mantinham a coesão da sociedade holandesa, criava novas e nocivas divisões sociais. Ninguém dava importância à adaptação dos imigrantes; os professores chegavam a questionar a relevância do ensino da história da Holanda para os filhos dos imigrantes, e toda uma geração dessas crianças estava sendo negligenciada em nome da tolerância. Na opinião de Scheffer, a Holanda não tinha espaço para uma cultura que rejeitava a separação entre Estado e Igreja e não reconhecia os direitos das mulheres e dos homossexuais. Ele previa agitação social.

Na época, não dei a menor importância a essas considerações. Para mim, os holandeses viviam num verdadeiro paraíso e tendiam a ver crise nos mínimos problemas. Eu encarava a Holanda da década de 90 como o "desconforto da riqueza" da idade de ouro do século xvi: um lindo paisinho em que tudo era perfeito. A economia vivia um boom. Os trens chegavam no horário, se bem que menos depois de terem sido privatizados. A política era cordial e até amigável. Havia mulheres e homossexuais no ministério, e todo mundo os respeitava muito. Eu não acreditava que aquele país tivesse problemas de fato. Para mim, as palavras empregadas por Scheffer — crise, convulsão social — não passavam de blablablá jornalístico.

No último ano da faculdade, eu precisava era procurar concluir a minha tese. Tinha optado por examinar a tendência de legislar nos tribunais, não no Parlamento. Os políticos holandeses não assumiam a responsabilidade nem agiam decisivamente; no ímpeto de buscar o consenso e as vantagens eleitorais, deixavam para os juizes a tarefa de lidar com as questões que lhes pareciam controversas. Eu achava que, depois de formada, deveria prosseguir, fazer doutorado e talvez me dedicar ao magistério.

Na primavera de 2000, o meu pai, já quase cego devido à catarata, conseguiu visto para operar os olhos na Alemanha, e eu tive o prazer de ajudá-lo a pagar. Fui visitá-lo em Düsseldorf, dirigindo o meu Peugeot 206 com Mirjam. Marco e Ellen chegaram um dia depois. Ele queria muito conhecer meu pai, e, como ficou combinado, os dois fingiram ser um casal, pois eu não estava disposta a discutir com abeh o fato de viver em pecado. Ainda não.

Ele me abraçou. Estava bastante envelhecido, mas continuava exatamente com o mesmo cheiro. Eu me senti maravilhosamente bem quando ele me envolveu nos braços outra vez. No começo, só conversamos sobre generalidades: meus estudos, um pouco de política. Papai só queria falar na Somália, no grande Estado que um dia nosso país poderia ser. E deixou claro que sonhava com um governo islâmico,

fundamentado nas leis de Alá. Todos os sistemas políticos concebidos pelo homem eram inevitavelmente errados.

Eu me opus. Até me surpreendi com meu discurso incisivo: disse que não era justo aplicar a Lei Divina aos não-muçulmanos. Mesmo no islã, nem todos pensavam do mesmo modo. Quem haveria de legislar?, perguntei. "O governo do clero é totalitário.

Significa que as pessoas não podem escolher. A humanidade é diversificada, e isso devemos comemorar, não suprimir."

Ele se limitou a dizer: "Temos que trabalhar muito para converter todo mundo ao islamismo". Confesso que fiquei decepcionada com sua lógica simplória e sua deprimente falta de realismo.

Abeh decidira providenciar o meu divórcio. Eu estava longe de me sentir casada; Osman Moussa não passava de uma vaga lembrança para mim. Mas isso era vital para meu pai. Disse que se arrependia de haver me obrigado a casar a contragosto. Eu devia ter a liberdade de escolher marido. Tenho a impressão de que queria se imaginar aquele que outorgava liberdade; afinal de contas, ainda havia um democrata enterrado dentro dele.

Papai lamentou as mudanças que notou em mim. Achou-me demasiado mundana, pouco espiritual. "Não estou lhe pedindo para usar turbante, mas, por favor, deixe o cabelo crescer." Prometi fazê-lo, e cumpri a promessa. Quando ele me perguntou se eu continuava rezando, respondi que sim, claro. De certo modo, não deixava de ser verdade. Eu tinha todo tipo de idéias não muçulmanas, porém, mesmo assim, ainda me considerava uma crente, se bem que de um modo mais amplo e mais sério.

Quando me formei em Leiden, em setembro de 2000, eu tinha quase trinta anos. Tardei mais um ano para fazer o mestrado, mas fiz. Disse a mim mesma que devia me orgulhar. Tinha qualificações sólidas, um relacionamento difícil, mas íntimo, e boas amizades. Ganhava a vida sozinha. Com as minhas próprias mãos tinha criado um lugar para mim na Holanda.

Foi emocionante receber o diploma depois de tantos anos. Tentei obter visto para que meu pai fosse assistir à colação de grau, mas recusaram. Telefonei para minha mãe a fim de contar que agora eu tinha grau de mestre em ciência. Ela observou canhestramente que achava estranho justo eu ter diploma universitário.

Provavelmente não o disse por mal. A seus olhos, eu continuava sendo a mais tola dos três filhos.

Dei uma festa com Marco no Café Einstein, freqüentado pelos estudantes de Leiden. Johanna e Maarten foram de Ede com os filhos Irene e Jan, que eu estimava como irmãos menores. Maarten subiu numa cadeira e começou a contar coisas engraçadas dos meus tempos de recém-chegada. Geeske foi a mestre-de-cerimô-nias, e os pais de Mirjam prepararam uma grande quantidade de hors-d'oeuvres, o que muito me comoveu. Quando Mirjam e Olivier chegaram, fiquei tensa, receando um entrevero com Albertine, a nova namorada de Giovanni.

Todos me desejaram sorte, mas eu também precisava pensar no que fazer dali por diante. Queria um bom emprego e ganhar bem para que Marco e eu tivéssemos um apartamento melhor. Detestava o nosso desagradável centro habitacional de Langegracht, que me deixava com alergia. Na véspera do festival de Eid, nossos vizinhos marroquinos ou turcos abatiam carneiros no porão, onde guardávamos as bicicletas. As vísceras ficavam dias e dias a espera de que o lixeiro as levasse embora; era quase como morar em Eastleigh. Faziam barulho em todos os horários. Eu queria sair de lá, embora Marco dissesse que ainda não podia pagar coisa melhor. Ele era tão frugal, eu me queixava. Era absurdo esperar mais do que o necessário.

Resolvi parar de estudar. Podia fazer doutorado e conseguir uma bolsa de professora assistente, mas isso significava ganhar pouco mais do que o salário mínimo, ou seja, não nos tiraria de Langegracht nem me permitiria sustentar minha família na África. Eu precisava trabalhar. Mas não queria simplesmente continuar sendo intérprete, coisa que encarava como um bico de estudante, não como carreira profissional. Também queria adquirir mais experiência antes de passar

de estudante a pesquisadora e professora. Ainda tinha muito que aprender, mas temia que o setor privado me achasse velha para começar. Estava tão nervosa com isso que aceitei a primeira colocação que me ofereceram, na Glaxo, uma empresa farmacêutica.

Eu me candidatei porque a Glaxo ajudava as pessoas. Gastava milhões em pesquisa sobre aids e malária: trabalhando lá, eu teria uma participação. Era uma grande empresa; a gente entrava no setor de vendas, mas tinha a perspectiva de ser promovida e fazer carreira. O emprego oferecia um bom salário inicial, carro da empresa e duas semanas de treinamento, que eram quase um curso intensivo de medicina, com ênfase em dor de cabeça e no aparelho respiratório. Também ensinavam a vender, o que foi uma verdadeira revelação.

Incumbiram-me de vender Imigran, um remédio contra enxaqueca, a médicos. O pessoal da Glaxo nos ensinava técnicas para embromar as secretárias dos médicos e conseguir uma entrevista. Ensinava-nos a avaliar o tipo de personalidade da pessoa e a aplicar a técnica de venda adequada, de modo que cada entrevista resultasse em uma venda. Se a gente sentisse que o médico era um tipo autoritário, devia ser breve e mostrar que o achava inteligentíssimo. Era deixá-lo falar muito e, então, ao lhe empurrar o remédio, usar exatamente as palavras dele. Com personalidades analíticas, convinha não falar no medicamento no começo; tratava-se de entrar em uma longa discussão sobre os diversos tipos de enxaqueca. Era uma manipulação e, a meu ver, uma perda do precioso tempo do médico, de modo que, algumas semanas depois, devolvi o carro, o telefone e o laptop. Foi o fim da minha incursão pelo mundo dos negócios.

A seguir, eu me inscrevi em uma agência de empregos que me arranjou colocação como gerente de serviços em um departamento de habitação do Conselho Municipal de Oegstgeest, a mesma simpática comunidade residencial da periferia de Leiden, onde eu tinha morado com Chantal. Trabalhei lá dois ou três meses; achava que teria oportunidade de ver o governo por dentro.

A cada solicitação de autorização para construir um sótão ou mudar algumas janelas, várias pessoas precisavam trabalhar juntas, mas elas pareciam não gostar umas das outras. Havia mais funcionários do que tarefas a executar, e todos passavam o dia fazendo fofoca. As autorizações tinham que ser assinadas pelos diretores e pelos diretores dos diretores, e tudo tramitava com uma lentidão inacreditável. Um ano antes, eu havia me candidatado a um emprego no Ministério do Interior, e foram necessários seis meses para que processassem minha inscrição: agora os amigos que trabalhavam nos ministérios confirmavam que o trabalho era vagaroso, sem imaginação nem satisfação. Portanto, excluí o Estado do meu horizonte. Não queria ser funcionária pública o resto da vida.

Em meio a um pânico cada vez maior, comecei a procurar o que fazer. Certa manhã de março, Marco ergueu os olhos do jornal e disse, entusiasmado: "É o emprego perfeito para você: só faltou escreverem o seu nome". Mostrou-me o anúncio. O Instituto Wiardi Beckman, o escritório político do Partido Trabalhista de Wim Kok, estava à procura de um pesquisador júnior.

Pagava menos do que a Glaxo, mas eram só quatro dias por semana, de modo que eu podia dedicar o resto do tempo à atividade de intérprete para aumentar a minha renda. Mais importante: o trabalho parecia realmente interessante: pesquisar questões políticas e socialmente relevantes para o partido ao qual eu já pertencia. Um think tank não podia ter nada de burocrático. Devia ser pequeno, intelectualmente ágil, estimulante.

O Instituto Wiardi Beckman me ofereceu o emprego em junho de 2001. Fiquei empolgada. Ia começar a trabalhar no dia 1° de setembro. Demiti-me imediatamente do conselho municipal e voltei a traduzir; isso me rendia muito mais dinheiro, do qual Marco e eu precisávamos para comprar uma casa.

Estava decidida a morar em outro lugar, e no começo ele até que concordou comigo. Mas bastava encontrarmos uma casa que nie agradasse para que Marco vacilasse, alegando que era muito cara ou

que ficava muito longe do centro. Não queria se mudar, não queria ficar enroscado em um grande empréstimo bancário. Queria gastar o dinheiro que tinha em viagens pelo mundo. Eu o achava imaturo. Marco me acusava de ser excessivamente impaciente e perdulária.

Nosso relacionamento começou a deteriorar. Fazia anos que brigávamos por coisinhas insignificantes: a administração do tempo e as despesas domésticas. Ele tinha necessidade de planejar tudo; eu detestava aquela pressão. Ele era explosivo; eu não gostava de gritar nem de que gritassem comigo. Já andava pensando em me separar desde que vira uma casa perfeita, ainda que em mau estado, em uma rua arborizada, perto da estação ferroviária, com piso de tábua corrida e lareira. Marco achou que a reforma sairia excessivamente cara.

Decidi comprar a casa assim mesmo, sem ele. Podíamos continuar amigos — talvez continuássemos namorando —, mas tinha chegado a hora de eu sair de lá, antes que as coisas entre nós piorassem. Ellen acabara de se separar do marido, Badal Zadeh, e, após um bocado de reflexão, concordou em ir morar em Leiden e dividir a casa e a hipoteca comigo. Fomos ao banco: as duas ganhávamos bem. Em abril nos mudamos.

Uma noite, estávamos assistindo televisão quando comentaram o fato de uns garotos marroquinos hostilizarem os professores homossexuais. Na época, essas coisas eram noticiadas com muita freqüência; a gente abria o jornal e pensava: "Puxa vida, marroquinos de novo. Qual é o problema deles afinal?". De modo que, quando apareceu um imame de roupa tradicional e pose de ministro religioso, falando árabe, aumentei o volume. Ele olhou para a câmera e, exalando autoridade, explicou que a homossexualidade era uma doença contagiosa capaz de infectar os alunos. Uma verdadeira ameaça à humanidade.

Lembro que me levantei e disse: aQue coisa mais arcaica. Esse sujeito é um idiota!" Para a somali em mim, aquela atitude era conhecida; mas a holandesa em mim ficou chocada. A entrevista causou comoção, e me sentei, escrevi um artigo e o enviei ao NRC

Handelsblad. Dizia que aquela atitude era muito mais relevante do que a mera opinião de um imame: era sistêmica no islamismo, religião que jamais passara por um processo de Esclarecimento que levasse as pessoas a questionar essa rígida abordagem da liberdade individual. Além disso, acrescentava, o islã não se opunha unicamente ao direito dos homossexuais de viverem em paz. Qualquer um que fosse a uma clínica de aborto ou a um centro de mulheres podia ver que a moral sexual muçulmana só podia levar ao sofrimento.

Foi uma indignação espontânea: descobri a minha opinião à medida que ia digitando o texto. Editado em forma de carta breve, formulada numa bela linguagem politicamente correta, o artigo foi publicado em maio. E essa foi a minha estréia na política.

Ellen e eu passamos dois meses reformando a casa. Então voltei a aproveitar a vida. Dávamos jantares. Ellen estava passando por uma fase de ansiedade religiosa, em busca de rumo, sem saber a que Igreja aderir. Até Marco e eu estávamos nos entendendo bem; já andávamos pensando em voltar. Foi um verão com muita gente comendo na nossa casa, com independência, um período feliz.

Comecei a trabalhar no dia 3 de setembro. O think tank do Partido Trabalhista era um pequeno escritório, e entrei como mera pesquisadora júnior. Minha primeira incumbência foi estudar a imigração, que eu começava a encarar como o problema mais importante que a Holanda enfrentava no século XXI. Ainda não via o islamismo como uma questão central, apenas estudava a imigração, suas causas e implicações, para o Estado de Bem-estar Social, de absorver tantos recém-chegados. Acaso o Partido Trabalhista devia apoiar políticas de imigração mais restritivas?

A Holanda queria conservar o Estado de Bem-estar Social, mas obviamente não tinha como oferecer seus benefícios ao mundo inteiro. Era preciso estabelecer restrições à entrada de estrangeiros; a questão era quais restrições. Eu me propus a organizar uma discussão de especialistas e reunir suas contribuições em livro. Não me cabia conceber uma política, a minha incumbência era alimentar e expandir a

rede de especialistas do think tank e fazer as pesquisas que me pedissem; eles se encarregariam de traçar o roteiro para lidar com o problema. Como os outros países administravam a imigração e quantos imigrantes o Estado de Bem-estar Social era capaz de absorver sem deixar de ser Estado de Bem-estar Social?

Uma tarde, na minha segunda semana de trabalho no Partido Trabalhista, eu estava lendo velhos relatórios quando irrompeu uma comoção lá embaixo. Desci para ver qual era a origem de tanto barulho, decidida a mandar aquela gente calar a boca.

Um grupo estava aglomerado diante do televisor sintonizado na CNN. Eu me irritei. Na época, tinha certa aversão aos Estados Unidos e à mídia americana. Em Leiden, chegara a fazer uma dissertação sobre o sensacionalismo da imprensa, usando como exemplo o caso Monica Lewinsky. Durante a discussão acerca do impeachment de Bill Clinton, a CNN divulgava constantemente NOTÍCIAS DE ÚLTIMA HORA, ao vivo, sobre os aspectos mais triviais da vida sexual do presidente da República; a atitude santarrona de Kenneth Starr, a nêmesis de Clinton, sempre me lembrava a desagradável Ijaabo. Justamente por dar tanta atenção ao assunto foi que a mídia o fez parecer importante, e o episódio me convenceu de que os americanos eram histéricos.

De modo que, naquela tarde, ao ver a chamada da NOTÍCIA DA ÚLTIMA HORA, imaginei que a CNN acabara de desenterrar mais um fato corriqueiro para alardear. Mas foi naquele momento que o segundo avião atingiu o World Trade Center. A âncora dizia que não podia ser um acidente — duas colisões seguidas tinham tudo para ser um ataque deliberado. Vimos várias vezes as horrendas imagens dos aviões se chocando com as torres. Fechei os olhos e pensei em somali: "Oh, Alá, que não sejam muçulmanos os que fizeram isso".

Sabia que aquilo podia provocar um grave conflito mundial. Ao chegar em casa, disse a Ellen: "Haverá retaliação. Os americanos não são como os holandeses — não dirão: 'Vamos conversar'. É a terceira guerra mundial". Ellen me disse para não ficar tão nervosa.

Naquela noite, porém, vimos outras imagens que me chocaram mais ainda. Na Holanda mesmo — em Ede, na cidade em que havia morado — a câmera exibia o que acontecia nas ruas logo após as torres terem sido destruídas: mostrava um grupo de crianças muçulmanas exultantes. Toda Holanda ficou abalada, mas eu certamente estava mais chocada do que a maioria. Ellen continuou me dizendo: "São apenas crianças, isso é exagero, se as câmeras não estivessem lá isso não teria acontecido". Mas, cá comigo, eu sabia que as câmeras só haviam captado uma parte da coisa. Se houvesse outras câmeras em outros bairros, também teriam visto aquilo.

Na manhã seguinte aos ataques de Onze de Setembro, ao descer do trem para ir ao trabalho, encontrei Ruud Koole, o presidente do Partido Trabalhista. Ele tinha sido meu professor em Leiden. Cumprimentou-me chamando-me pelo prenome — não há muita hierarquia na Holanda —, e, como o resto do mundo, nós nos pusemos a comentar o ataque às Torres Gêmeas. Ruud balançou a cabeça com tristeza: "É estranho, não? Todo mundo está convencido de que foram os muçulmanos".

Não pude me conter. Pouco antes de chegarmos ao escritório, explodi: "Mas é claro que foram os muçulmanos. Questão de fé. Isso é o islã".

Ele disse: "Ayaan, mesmo que tenham sido muçulmanos, trata-se de uma facção de lunáticos. Não faltam cristãos extremistas que interpretam a Bíblia ao pé da letra. A maioria dos maometanos não acredita nessas coisas. Dizer isso é difamar a segunda religião do mundo, uma religião civilizada e pacífica".

Entrei no escritório pensando: "Essa gente precisa acordar". Não era só Koole. A Holanda, aquele país bem-aventurado em que nada acontecia, estava, uma vez mais, tentando fingir que nada tinha acontecido. Os holandeses se esqueciam de que as pessoas podiam perfeitamente se erguer para travar uma guerra, destruir uma propriedade, prender, matar, impor leis de virtude em nome de Deus. Fazia séculos que não havia esse tipo de religião na Holanda.

Não se tratava de uma facção de lunáticos movidos pelo ódio aos Estados Unidos e ao Ocidente. Eu sabia que uma vasta massa de maometanos veria nos ataques uma justa retaliação contra os infiéis inimigos do islã. Haviam declarado guerra em nome do islamismo, a minha religião, e agora eu tinha que escolher. De que lado ficar? Era impossível fugir a esse dilema. Isso é que era o islã? Ele permitia e até preconizava semelhante carnificina? Eu, na qualidade de muçulmana, aprovava o ataque? E, caso não o aprovasse, o que pensar do islã?

Passei semanas às voltas com essas questões; não conseguia tirá-las da cabeça. Estava fixada nos ataques de Onze de Setembro. Esquadrinhava os jornais, pesquisava na internet. Vi quantas manifestações se realizavam no mundo todo em apoio ativo e explícito a Osama Bin Laden. No norte da Nigéria, centenas de pessoas foram mortas em sublevações comunitárias. As lideranças mundiais acorreram aos canais de televisão para exortar os muçulmanos a condenarem os ataques. Era um gigantesco apelo moral ao islã. Toda sorte de artigos os convocava a declarar que o islã não autorizava semelhante chacina de civis. Quando eu os lia, era como se aquelas matérias se endereçassem a mim.

Mohamed Atta, o chefe dos seqüestradores, os havia instruído para "morrer como bons muçulmanos". Usara a oração que todo maometano murmura na hora da morte, pedindo amparo a Alá no momento em que ele vai ao Seu encontro. Eu a li e a reconheci. O tom e a substância daquela carta me eram muito familiares. Não se tratava meramente do islã, tratava-se do próprio âmago do islã. Aquele homem acreditava piamente que estava dando a vida por Alá.

Mohamed Atta tinha exatamente a minha idade. Era como se eu o conhecesse de fato, pois conhecia muita gente como ele. Por exemplo, o pessoal do centro de discussões de Nairóbi: qualquer um deles era capaz de escrever tal carta se tivesse a coragem de fazer o que Atta fizera. Se eu houvesse ficado com eles, talvez fizesse coisa semelhante, ou quem sabe Ijaabo fizesse. Na África, no Oriente Médio — até na Holanda —, havia dezenas de milhares de pessoas que pensavam

assim. Todo muçulmano devoto que aspirava à prática do islamismo genuíno — a Fraternidade Muçulmana do Islã, o islã das Escolas do Alcorão de Medina —, mesmo que não apoiasse ativamente os ataques, devia pelo menos aprová-los. Não se tratava de um mero bando de arquitetos egípcios frustrados em Hamburgo. Tratava-se de algo muito maior, e nada tinha a ver com frustração. Tinha a ver com fé.

Analistas irritantemente idiotas — sobretudo gente que se dizia arabista, embora parecesse nada conhecer da realidade do mundo islâmico — escreveram resmas de comentários. Seus artigos falavam do islã que salvara Aristóteles e descobrira o zero,

o que os estudiosos medievais tinham feito mais de oitocentos anos

antes; falavam no islamismo como religião da paz e da tolerân

cia, sem um pingo de violência. Aquilo não passava de balela,

não tinha nada a ver com o mundo real que eu conhecia.

Nos jornais, tudo era "Sim... mas": sim, é terrível matar gen

te, mas. Muitos teorizavam candidamente, asseverando que a pobreza é que levava as pessoas ao terrorismo; que o colonialismo e o consumismo, a cultura pop e a decadência ocidental devoravam a cultura das pessoas e, assim, provocavam as carnificinas. Mas a África era o continente mais pobre, eu sabia, e a pobreza não gerava terrorismo; as pessoas verdadeiramente pobres não pensavam senão na refeição seguinte, e as mais intelectualizadas geralmente se revoltavam contra seus próprios governos; migravam para o Ocidente. Eu lia textos bombásticos de grupos anti-racistas afirmando que uma onda terrível de islamofobia se abatera sobre a Holanda, que agora a atitude intimamente racista dos holandeses estava aflorando. Nenhuma dessas pseudo-intelectualizações tinha relação com a realidade.

Outros artigos punham a culpa no apoio "cego" dos ameri canos a Israel e opinavam que, enquanto não se resolvesse o conflito israel-palestino, haveria muitos outros Onze de Setembro. Eu tampouco acreditava nisso. Na adolescência, em Nairóbi, eu mesma teria festejado os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, mas a

disputa palestina era completamente abstrata para mim. Se os seqüestradores fossem palestinos, eu teria dado mais peso a esse argumento, mas não eram. E nenhum deles era pobre. Nenhum deixara carta dizendo que os ataques se repetiriam até que a Palestina fosse libertada. Era fé, pensava eu. Não frustração, pobreza, colonialismo ou Israel: tratava-se de fé religiosa, tratava-se de uma passagem de ida para o céu.

A maioria dos artigos que analisavam Bin Laden e o seu movimento apenas examinavam o sintoma: mais ou menos como estudar Lênin e Stálin sem levar em conta a obra de Karl Marx. O profeta Maomé era o guia moral de Bin Laden, e o que se devia avaliar era a orientação do profeta. Mas que fazer se eu não gostasse do resultado dessa análise?

A CNN e a Al-Jazira divulgaram antigas entrevistas de Osama Bin Laden. Todas abundavam em justificativas para a guerra total aos Estados Unidos, que, segundo ele, haviam se unido aos judeus para empreender uma nova cruzada contra o islã. Instalada em uma casa confortável na pitoresca Leiden, achei aquilo forçado, o discurso de um louco, mas as citações que Bin Laden fazia do Alcorão encontraram eco no meu cérebro: "Quando enfrentardes os que descrêem, golpeva-os no pescoço". "Se não sairdes para lutar, Deus vos castigará severamente e outros porá no vosso lugar." "Onde quer que encontreis politeístas, matai-os, sujeitai-os, vencei-os, emboscai-os." "Ó fiéis, não tomeis por amigos os judeus nem os cristãos; que sejam aliados entre si. Mas aquele, dentre vós, que os tomar por amigos certamente será um deles." Bin Laden citava o hadith: "A Hora [do Juízo Final] não virá enquanto os muçulmanos não combaterem e matarem os judeus".

Eu não queria, mas tive de fazê-lo: peguei o Alcorão e o hadith e comecei a folheá-los para ver. Foi horrível, pois sabia que ia encontrar as citações de Bin Laden e não queria questionar a palavra de Deus. Mas precisava perguntar: os ataques de Onze de Setembro provinham da verdadeira fé no verdadeiro islã?

Osama Bin Laden disse: "Ou você fica com os cruzados, ou fica com o islã", e eu sentia que, em todo mundo, o islã se achava em uma crise verdadeiramente terrível. Por certo, nenhum maometano podia continuar desprezando o conflito entre a razão e a religião. Durante séculos nos comportamos como se todo conhecimento estivesse no Alcorão, recusando-nos a contestar o que quer que fosse, rejeitando o progresso. Passamos todo esse tempo divorciados da razão porque éramos incapazes de lidar com a necessidade de integrá-la à nossa fé. E não deu certo; isso nos levou a um sofrimento horrendo e a um comportamento monstruoso.

Nós, muçulmanos, aprendemos a definir a vida terrena como uma passagem, um teste, que precedia a vida real no além. Nesse teste, o ideal era todos viverem da maneira mais parecida possível com os seguidores do profeta. Isso não inibia o investimento no aprimoramento da existência cotidiana? E, por conseguinte, a inovação não era proibida aos muçulmanos? Os direitos humanos, o progresso, o direito das mulheres, tudo isso não era estranho ao islamismo?

Ao declarar o profeta infalível e proibir questioná-lo, nós, maometanos, instituímos uma tirania estática. O profeta Maomé procurou legislar cada aspecto da vida. Ao aderir à sua noção do permitido e do proibido, nós muçulmanos renunciamos à liberdade de pensar e de agir por livre escolha. Fixamos a visão moral de bilhões de seres humanos na mentalidade do deserto árabe do século VII Não éramos apenas servos de Alá, éramos escravos.

O pequeno alçapão na minha mente no qual eu escondia todas as idéias dissonantes se escancarou a partir dos ataques de Onze de Setembro e não voltou a se fechar. Comecei a desconfiar que o Alcorão não era um documento sagrado. Não passava de um registro histórico, escrito por seres humanos. Uma versão dos fatos, tal como perceberam os homens que o redigiram cento e cinqüenta anos após a morte do profeta Maomé. E era uma versão muito tribal e muito árabe dos fatos. Disseminava uma cultura brutal, hipócrita, empenhada em controlar a mulher, e cruel na guerra.

Sem dúvida, o profeta nos ensinou muitas coisas boas. Eu achava espiritualmente atraente acreditar no além. Minha vida se enriqueceu com as injunções alcorânicas de ser compassivo e caridoso. Houve períodos em que eu, assim como muitos outros maometanos, achava demasiado complicado lidar com a questão da guerra aos infiéis. A maioria dos muçulmanos não era versada em teologia e raramente lia o Alcorão; este era recitado em árabe, língua que a maioria dos fiéis não falava. Em conseqüência, quase todos pensavam que o islã era pacífico. Foi dessa gente sincera e boa que surgiu a falácia segundo a qual o islã era pacato e tolerante.

Mas eu já não podia deixar de ver o totalitarismo, o arcabouço puramente moral que constituía a minha religião. Ela regulava cada detalhe da vida e sujeitava o livre-arbítrio. O verdadeiro islamismo, como um rígido sistema de fé e estrutura moral, levava à crueldade. O ato desumano daqueles dezenove seqüestradores era o resultado lógico desse minucioso sistema de regulação do comportamento humano. Seu mundo se dividia em "nós" e "eles" — quem não aceitasse o islã tinha que perecer.

Eu não era obrigada a ser assim. O Ocidente passara por um período de guerra e perseguições religiosas, mas depois a sociedade se libertara da religião organizada com violência. Eu presumia — e ainda presumo — que o mesmo processo poderia ocorrer entre os milhões de maometanos. Podíamos nos desfazer do apego àqueles dogmas que, obviamente, levavam à ignorância e à opressão. Aliás, pensava eu, tínhamos sorte: agora contávamos com tantos livros que até podíamos queimar a etapa do Iluminismo, tal como fizeram os japoneses. Tínhamos a possibilidade de expor os nossos dogmas à luz, de examiná-los e infundir valores de progresso e modernidade nas tradições rígidas e desumanas. Tínhamos a possibilidade de nos entender pela expressão individual.

Logicamente, para pensar assim, precisei dar um grande salto e passar a acreditar que o Alcorão era relativo — não absoluto, não as palavras literais proferidas por Deus, e sim um livro, um livro a mais.

Também precisei rejeitar a idéia de inferno, cuja imagem pavorosa sempre me impediu de criticar o islã. Uma noite, pensei: "Mas, sendo assim, em que Deus acredito afinal?"

Mais ou menos nessa época, Abshir, o jovem imame da Somália, voltou a me procurar. Fazia alguns anos que morava na Suíça e acabara de passar por uma cirurgia cardíaca.

Evidentemente, comentamos o Onze de Setembro. Eu lhe disse: "As afirmações de Bin Laden e sua gente, citando o Alcorão para justificar os ataques, estão mesmo escritas. Se o Alcorão é atemporal, também se aplica aos muçulmanos de hoje. Por isso se comportam como quem está em guerra com os infiéis. Não se trata apenas das batalhas de Uhud e de Badr no século vil".

"Tem razão", concordou ele, "e estou tão confuso quanto você. Fui operado do coração, mas o que mais me dói é a cabeça." Contou-me que começara a assistir às palestras sobre o islã do filósofo islâmico francês Tarek Ramadan, neto de Hasan al-Banna, o fundador da Fraternidade Muçulmana. "Depois das palestras, acho que fiquei mais confuso ainda. Ele tem um discurso ambíguo. Diz coisas como: cO profeta declarou que o islã é a paz, portanto é a paz'."

Eu disse: "Sim, mas os versículos do Alcorão que falam em paz se aplicam unicamente à vida entre os muçulmanos. O profeta também disse: 'Levai a guerra aos infiéis'. Quem são os infiéis e quem dá o sinal para empreender essa guerra?"

"Com certeza, a autoridade não há de ser Bin Laden", disse Abshir. "É impossível guerrear contra todo hemisfério não controlado pelos muçulmanos."

Disparei: "Abshir, afirmar que o Alcorão não é atemporal, é afirmar que ele não é sagrado, certo?".

"O que você quer dizer com isso?"

"Desculpe, mas acho que estou virando apóstata", confessei. "Acho cada vez mais difícil ter fé."

Abshir demorou a responder. "Essa coisa nos deixou a todos confusos. Você está muito estressada. É sempre difícil conservar a fé no

contexto de um país não islâmico. Procure relaxar, descanse um pouco. Você precisa retomar o contato com a sua família, com os nossos parentes. Está muito isolada do osman mahamud. Ayaan, se você continuar pensando assim, corre o perigo de ir para o inferno."

Eu disse: "Mas, se questiono o caráter sagrado do Alcorão, é óbvio que também questiono a existência do céu e do inferno".

"Não pode ser."

"E mais: talvez eu seja muito subdesenvolvida na compreensão das ciências exatas, mas continuo não vendo nenhuma prova da existência de anjos e djins. Aliás, Abshir, vendo as pinturas aqui no Ocidente, esses anjos são mesmo bochechudos e de roupa branca?"

"Não", disse ele, "os anjos muçulmanos são totalmente diferentes. Não têm asas."

"Você sabe muito bem que agora vou perguntar como eles são, e você vai dizer que não sabe, pois Alá revela as coisas no Seu tempo."

Abshir respondeu: "Adoro você. Também estou confuso. O ataque teve um impacto enorme em todos nós. Por favor, não faça essa besteira, Ayaan. Tenha calma".

Desejei-lhe muita sorte e força moral para achar a saída desse dilema. Ele era inteligente, compassivo e generoso, mas estava com medo. Medo do anjo que ia visitá-lo, na morte, para indagar sobre a sua lealdade ao profeta e a Alá. Medo de fracassar nessa prova e medo do fogo eterno que o aguardava. Despedimo-nos um tanto sem jeito. Eu sabia que não voltaríamos a conversar.

Em novembro de 2001, fui a um debate na De Balie, um centro de discussões de Amsterdã. Foi organizado pela seção de resenhas "Letra e espírito" do jornal Trouw, a qual, sob a direção de Jaffe Vink e Chris Rutenfrans, estava se tornando uma espécie de foro de discussão das relações entre o islã e o Ocidente. A "Letra e espírito" publicava todo tipo de artigo, mesmo de autores que não concordavam necessariamente com o ponto de vista dominante, segundo o qual o islã era um pacífico movimento de resgate de Aristóteles. Na De Balie, a

discussão se intitulava "Ocidente ou islã: quem precisa de um Voltaire?".

Um após outro, os oradores aceitaram a premissa de que havia necessidade de um novo Voltaire no Ocidente. Denunciaram tudo quanto havia de errado no hemisfério: a arrogância de invadir outros países, o neocolonialismo, a decadência de um sistema que criava sociedades voltadas para o consumo etc. O de sempre, enfim. Então Afshin Ellian, um professor iraniano de direito penal da Universidade de Amsterdã, tomou a palavra e propôs, com eloqüência, que o islã precisava de uma renovação crítica.

Passou-se para a discussão geral na platéia. A maioria dos presentes parecia concordar com os debatedores que haviam criticado um ou outro aspecto do Ocidente. Resolvi falar. Ergui a mão, pedindo o microfone, e disse: "Vejam quantos Voltaire o Ocidente tem. Não nos recusem o direito de também termos um. Vejam as nossas mulheres e vejam os nossos países. Vejam que estamos todos fugindo e pedindo asilo aqui, e que alguns, na sua loucura, agora resolveram jogar aviões nos edifícios. Concedam-nos um Voltaire, porque verdadeiramente estamos vivendo nas trevas do obscurantismo".

Quando concluí, a sala ficou repleta de mãos erguidas, entre as quais não faltavam as de muçulmanos. Estávamos em Amsterdã; muita gente freqüentava aqueles encontros, de modo que a presença deles no debate era normal. Mas quase todos estavam enfurecidos comigo e com Afshin Ellian. Falaram em Averróis e na salvação de Aristóteles, na descoberta do zero pelo islã, e assim por diante. Foi irritante. Afinal, o que acontecera com a civilização islâmica a partir de 1200? Mas não tive mais acesso ao microfone; só me restou revirar os olhos e comprimir os lábios.

Terminada a discussão, Afshin se aproximou de mim e disse: "Você é uma pequena Voltaire. De onde é?"

"Da Somália", respondi, e ele disse: "Tenho certeza de que a nossa civilização muçulmana ainda vai ser salva por uma mulher". Era um homem muito gentil, asilado também.

Estávamos conversando quando Chris Rutenfrans, um dos editores do suplemento do Trouw, veio falar conosco. Tendo se apresentado, disse-me: "Por que você não escreve uma matéria sobre essas idéias, assim como as expressou aqui?".

Aceitei o convite com prazer e passei os dias subseqüentes trabalhando furiosamente. Mas não podia publicar nenhum texto sem antes submetê-lo ao meu chefe, pois o jornal me identificaria como pesquisadora do escritório Wiardi Beckman. Dias depois, mostrei o esboço do meu artigo ao diretor Paul Kalma. Ele ficou contrariado. Éramos um think tank, ganhávamos para pensar, e evidentemente ele era favorável à liberdade de expressão; mas não podia me deixar publicar tal coisa. Prejudicaria o Partido Trabalhista. Mesmo que eu assinasse apenas o meu nome, sem nenhuma afiliação ao instituto, o fato de uma muçulmana manifestar semelhantes idéias era botar água no moinho dos racistas e islamófobos.

Contestei: "Isso não importa, pois o que é verdade é verdade". Mas enfrentávamos um momento delicado na política holandesa. O ilustre desconhecido Pim Fortuyn estava em plena e meteórica ascensão, em termos de popularidade, graças a sua observação precisa de que as minorias étnicas não esposavam suficientemente os valores holandeses. Fortuyn alertava que em breve os muçulmanos seriam maioria em muitas cidades importantes do país; dizia que quase todos rejeitavam os direitos das mulheres e dos homossexuais, assim como os princípios básicos da democracia. Em vez de lidar diretamente com as questões levantadas por Fortuyn, o Partido Trabalhista decidiu basicamente omiti-las.

Paul Kalma era um homem bom e sincero; tínhamos muito afeto um pelo outro. Ele estava procurando me proteger, impedir-me de favorecer os racistas ao manifestar posições de direita. De modo que editou o meu artigo até ter certeza de que os racistas potenciais não tirariam proveito dele.

Na época, principalmente nos círculos ligados ao Partido Trabalhista, as pessoas tinham uma visão positiva do islã. Se os

muçulmanos queriam mesquitas, cemitérios e matadouros separados, por que não construí-los? E se criavam centros comunitários, nos quais grassavam idéias fiindamentalistas, o pessoal do Partido Trabalhista geralmente as considerava uma reação natural. Os imigrantes haviam se desarraigado, diziam, por isso se apegavam temporariamente a idéias tradicionais, as quais estavam fadadas a esvanecer aos poucos. Eles esqueciam o quanto a Europa demorara a se livrar do obscurantismo e da intolerância, e do quanto essa luta tinha sido difícil.

Quando os somalis me diziam que não queriam morar em bairros gaalo, eu sabia que era para evitar o contato com a irreligiosidade da Holanda. Porém, os funcionários holandeses insistiam em achar que era apenas o desejo natural de formar uma comunidade. Quando os muçulmanos faziam questão de ter escolas próprias, eu sabia que era para obrigar as crianças a acatar as idéias sem questioná-las; mas os holandeses não viam mal algum em instituí-las. Quando, em todos os projetos habitacionais municipais, começaram a aparecer antenas parabólicas sintonizadas na televisão marroquina ou turca, meus colegas do Partido Trabalhista acharam que se tratava apenas do desejo natural de manter o contato com o país de origem.

Mas, com as antenas, chegavam a pregação e a doutrinação. Os pregadores iam de porta em porta, distribuindo cassetes na maior parte das cidades holandesas, tal como fazia Boqol Sawm em Eastleigh. Quase todos os bairros de imigrantes contavam com lojas de vestuário tradicional, tapetes, fitas, DVDS e livros que ensinavam como ser um bom muçulmano em território infiel. Quando, nas ruas, passou a ser impossível ignorar o número de mulheres de véu, os meus colegas do Partido Trabalhista julgaram que se tratava apenas de imigrantes recém-chegadas que em breve abandonariam essa prática. Não percebiam que aquela já era a segunda geração que, à mercê da lavagem cerebral dos jargões que eu conhecia tão bem — tawheed, kufr, os malditos judeus —, estava redescobrindo suas "raízes".

Quando meu artigo foi publicado, recebi dezenas de cartas de leitores me aplaudindo: "Que bom que existe gente como você. Já ouviu

falar em Spinoza?" Fui convidada a falar em um simpósio sobre Spinoza no Instituto Thomas Mann. Retomei meus livros sobre o Iluminismo e, lendo acerca desse filósofo, imaginei que as pessoas nos relacionavam porque os dois éramos refugiados. (A família de Spinoza se refugiou na Holanda, no século xvn, perseguida pela Inquisição portuguesa.)

Recebi diversos convites semelhantes, um dos quais na cidadezinha de Hengelo; em dezembro, convidaram-me para o qüinquagésimo encontro anual em prol da liberdade e dos direitos humanos. O tema daquela noite era "Devemos temer o islã?" Falei nisso com Paul Kalma, e ele quis saber qual era a minha resposta. Eu disse: "Bem, sim e não", e Paul me deixou ir.

Eu estava nervosa. Nunca tinha escrito um discurso. Mostrei meu texto a Chris Rutenfrans, do Trouw, e ele se dispôs a publicá-lo. Pedi-lhe que primeiro me deixasse dar a palestra. Mas, quando pedi autorização a Paul e lhe mostrei o que tinha dito, ele ficou vermelho de raiva. Disse que eu atacava pessoalmente o ministro de Integração e inclusive o prefeito de Amsterdã, Job Cohen, figura importante no Partido Trabalhista. (Na verdade, minha intenção era ironizá-los pela ingenuidade de acreditarem que os imigrantes se integrariam mais facilmente se os holandeses tolerassem todo tipo de auto-segregação muçulmana.) Paul declarou que tinha o dever de me proteger e de me impedir de escrever textos direitistas.

O fato é que as pessoas se mostravam muito mais sensíveis a tudo quanto eu escrevia sobre o islã do que a qualquer outro tema que porventura tivesse escolhido. Alterei algumas expressões: começava a perceber que, naquele mundo extremamente civilizado, os conflitos eram tratados com muita ornamentação e hipocrisia.

Quando voltei com um novo rascunho, Chris Rutenfrans compreendeu imediatamente que meu chefe havia me obrigado a baixar o tom. E telefonou para Paul. Os dois tiveram uma discussão violenta. No fim de semana seguinte, o Trouw publicou o artigo revisado. Mas, uma semana depois, Jaffe Vink, o co-editor de Rutenfrans no suplemento, escreveu uma matéria sobre a polêmica. Citou todo

material que Paul me obrigara a suprimir, inclusive a minha comparação de Job Cohen com um aiatolá.

Dois dias depois, convocou-se uma reunião da direção do Instituto Wiardi Beckman, com a presença do próprio Job Cohen, e o meu artigo — assim como a matéria de Vink no Trouw— estava na pauta. Eu me fechei em copas. Paul Kalma disse aos demais: "Ayaan está apenas começando. Foi incisiva, mas não devia ter ido tão longe". Cohen lhe perguntou: "Essa descrição da sua briga no Trouw procede?" Paul respondeu: "É claro que eu não queria que ela se entregasse a esse tipo de ataque pessoal. Somos do mesmo partido. Os conflitos de opinião devem ser resolvidos a portas fechadas, não na imprensa".

Cohen disparou: "Se ela quiser escrever isso, que escreva. Pouco me importa que me chamem de aiatolá; o que me importa é a censura". Voltou-se para mim e disse: "Li o seu texto e quero aproveitar a oportunidade para dizer que não concordo com você. Isto aqui é um instituto de pesquisa. Se tiver argumentos sólidos, ninguém pode lhe negar o direito de escrever o que bem entender". Sua imparcialidade me deixou embasbacada.

Cohen acrescentou que o Partido Trabalhista precisava refletir mais sobre o tema. Na qualidade de ex-vice-ministro de Política de Imigração, disse que a imigração não era o problema: tratava-se agora de investigar o alarmante déficit de integração dos filhos e dos netos dos imigrantes à sociedade holandesa. "Ayaan, por que você não pesquisa isso para nós?" Eu me senti na presença de um herói.

Comecei a ler tudo que encontrava sobre imigração e integração. Basicamente, achava paralelos com o problema dos miyé — as regiões rurais pobres — em contato com a cidade. As sociedades européias — com tecnologia avançada, dinheiro fácil e iluminação farta — eram decadentes, tentadoras e invulneráveis; os seus códigos, indecifráveis. O problema era se adaptar.

Em fevereiro, fui a uma conferência sobre o islã na Europa, promovida em Granada, na Espanha, pelos partidos socialdemocratas europeus. Todos os participantes estavam convencidos de que era fácil

criar as instituições de um islã europeu em paz e harmonia. Longe de operar com uma análise rigorosa, pareciam totalmente entregues ao pensamento volitivo. Davam a impressão de que, havia décadas, uma comunidade minúscula de supostos especialistas em emigração na Europa não fazia senão citar-se mutuamente, compartilhando uma abordagem essencialmente socioeconômica. Eu achava que também precisávamos de uma análise cultural mais ampla da integração do imigrante. Outrora, a socialdemocracia holandesa acusava a Igreja católica de manter as pessoas na pobreza e na ignorância. Embora eu não passasse de uma pesquisadora júnior, pensei com meus botões: "Quando será que eles vão enxergar o islã?".

Acaso o islã era uma espécie de influência na mal representada segregação de tantos imigrantes na Holanda? À medida que continuei investigando, tornou-se dolorosamente óbvio que, dentre todos os imigrantes não ocidentais, os menos integrados eram os muçulmanos. Em meio aos estrangeiros, a maior quantidade de desempregados se constituía de marroquinos e turcos, os mais numerosos grupos maometanos, muito embora sua qualificação média fosse aproximadamente a mesma das demais populações imigrantes. Vistos como um todo, os muçulmanos da Holanda recorriam desproporcionalmente ao auxílio assistencial e aos benefícios por incapacidade e se envolviam desproporcionalmente com o crime.

Se eles se mostravam tão atrasados em comparação até com os outros grupos imigrantes, não era plausível que o motivo fosse o islamismo? O islamismo influenciava todos os aspectos da vida dos crentes. Em nome do islã, negavam-se às mulheres direitos sociais e econômicos, e mulheres ignorantes só podiam criar filhos ignorantes. Os meninos que cresciam vendo a mãe ser espancada recorriam à violência. Por que era racismo fazer tais perguntas? Por que era anti-racismo tolerar o apego das pessoas a antigas idéias e perpetuar sua miséria? A passividade da atitude InsKAllah — "queira Alá" —, tão prevalecente no islã, também não servia para afetar a energia das pessoas e a sua vontade de mudar e melhorar o mundo? No caso de

quem acredita que Alá tudo predestina e que a vida terrena é apenas a sala de espera do jalém, não é acertado atribuir a essa crença o fatalismo que tanto reforça a pobreza?

Recomendei ao think tank organizar um grupo de especialistas que averiguasse mais profundamente se as altas taxas de desemprego, criminalidade e problemas sociais não eram causadas também por fatores culturais — inclusive o islamismo. Se detectássemos causas culturais na miséria dos imigrantes, tínhamos a possibilidade de tentar modificar essa mentalidade através do debate aberto e de uma educação efetiva.

Na Holanda, a maioria das mulheres podia andar sozinha na rua, vestir-se mais ou menos como queria, ganhar a vida trabalhando, escolher um homem para casar. Podia cursar uma universidade, viajar, adquirir propriedade. Mas a maioria das muçulmanas simplesmente não podia. Como supor que o islã nada tinha a ver com tal situação? E como essa situação podia ser aceitável?

Quando me censuravam por apresentar semelhante argumento — dizendo que era ofensivo e inoportuno naquele momento particular — , minha noção de justiça elementar ficava ultrajada. Quando seria o momento certo afinal? Os pais holandeses criavam as filhas para serem autoconfiantes; muitos pais maometanos, talvez a maioria, criavam-nas para que fossem dóceis e submissas. Em conseqüência, os filhos e netos dos imigrantes não tinham o desempenho dos jovens holandeses.

Eu pensava em Johanna, no seu empenho em explicar as coisas aos filhos, em lhes ensinar a tomar boas decisões e a se defender. O seu marido participava ativamente da criação dos meninos; Johanna era uma mulher segura que havia escolhido seu parceiro e decidido quantos filhos iam ter e quando. Evidentemente, era uma mãe muito diferente de uma somali de vinte anos instalada em um conjunto habitacional. Por que não nos era permitido enxergar o impacto de tais fatores nas crianças?

Na minha opinião, o governo holandês precisava urgentemente parar de financiar escolas inspiradas no Alcorão. Elas rejeitavam os

valores dos direitos humanos universais. Os homens não eram iguais nessas escolas. Além disso, nelas não podia haver liberdade de expressão nem de consciência. Não desenvolviam a criatividade — arte, teatro, música — e reprimiam a habilidade crítica capaz de levar as crianças a questionar suas crenças. Omitiam os temas que conflitam com a doutrina islâmica, como a evolução e a sexualidade. Ensinavam a decorar, não a questionar, e instilavam a subserviência nas meninas. Também se recusavam a integrar os alunos à comunidade mais ampla.

Isso criava um dilema. O artigo 23 da Constituição holandesa autorizava as instituições de ensino confessionais. Fechar somente as muçulmanas, permitindo a existência de outras escolas privadas, seria discriminação por parte das autoridades. Eu achava que estava na hora de iniciar um debate sobre o financiamento de todas as escolas confessionais. A Holanda se transformara em uma sociedade de imigrantes, com cidadãos das mais diversas origens não ocidentais: hinduístas, budistas, maometanos. Talvez todas as crianças, inclusive as holandesas, precisassem aprender a compreender as que eram de outra origem e a conviver com elas. Talvez fosse conveniente abolir o artigo 23 da Constituição. As verbas públicas seriam mais bem empregadas em escolas ideologicamente neutras e em estimular os alunos a questionarem e a respeitarem o pluralismo.

Paul Kalma andava nervoso com a minha idéia da educação. Para ele, eu já não era direitista; positivamente tinha virado comunista. "Será que você não percebe o que o artigo 23 significa para a Holanda e para a sensibilidade do holandês médio?" perguntou-me. "Não conhece a história do conflito que o precedeu? Imagina, francamente, que esse artigo possa ser suprimido só por causa da questão da integração?"

Respondi: "Ah, quer dizer que já não somos um think tank? Não precisamos mais pensar? O afluxo de imigrantes está afetando o cerne da sociedade holandesa, e está na hora de enfrentar o problema".

Tenho saudade daquele tempo — daquelas discussões acaloradas, mas sempre amistosas.

Em maio de 2002, Ellen e eu resolvemos viajar. Talvez Abshir tivesse razão, pensei: eu precisava espairecer. Fomos a Corfu, e levei um livrinho marrom, O manifesto ateu, que Marco um dia me dera por conta de uma discussão que havíamos tido.

Na ocasião, foi como se ele estivesse me empurrando o seu livro sagrado, como se eu pretendesse obrigá-lo a ler o Alcorão, e isso me desagradou muito. Mas agora queria lê-lo. Queria refletir sobre aquilo. As minhas indagações eram tabu. Segundo a minha formação, não ser adepta de Deus era ser adepta de Satanás. Mas eu não podia dar respostas para os problemas da Holanda se ainda tivesse dúvidas quanto à minha fé.

Antes de viajar, disse a Ellen: "Tenho sérias dúvidas quanto à existência de Deus e do além. Quero ler este livro nas férias e refletir. Isso a ofende?". Ela pensou um pouco antes de responder: "Não, não me ofende. Entendo perfeitamente. Vou ficar à sua disposição, assim como você ficou quando eu estava às voltas com essas questões".

A clareza e a postura transgressiva do autor me encantaram. Mas, no fundo, aquele livro já não era necessário. O mero fato de examiná-lo, de querer lê-lo, denunciava as minhas dúvidas, e eu sabia disso. Antes mesmo de chegar à quarta página, sabia qual era a minha resposta. Fazia anos que eu me separara de Deus. Era ateia.

Não tinha com quem conversar sobre isso. Uma noite, naquele hotel grego, olhei-me no espelho e disse em voz alta: "Não acredito em Deus". Falei devagar, pronunciando as palavras com cuidado, em somali. E senti um grande alívio.

Foi bom. Não houve dor, e sim uma clareza verdadeira. O longo processo de detectar os defeitos estruturais da minha fé e contornar, pé ante pé, as suas bordas esgarçadas enquanto partes dela iam se rasgando, se espedaçando — tinha chegado ao fim.

Os anjos que me observavam, trepados nos meus ombros; a tensão mental de ter relações sexuais fora do casamento, de beber álcool, de não observar as obrigações religiosas — tinham chegado ao fim. A eterna perspectiva do fogo ^ mferno desapareceu, e o meu

horizonte se dilatou. Deus, Satanás e os anjos não passavam de fragmentos da imaginação humana. Dali por diante, eu poderia pisar com firmeza o chão sob os meus pés e avançar apoiada na minha própria razão e no auto-respeito. A minha bússola moral estava dentro de mim, não nas páginas de um livro sagrado.

Quando retornei de Corfu, comecei a freqüentar museus. Precisava ver ruínas, múmias e gente antiga e morta, olhar para a realidade dos ossos e absorver a percepção de que, quando morresse, eu ficaria reduzida àquilo, a um feixe de ossos. Estava empreendendo a missão psicológica de aceitar viver sem Deus, o que significava aceitar dar sentido próprio à minha vida. Estava em busca de uma noção mais profunda de moralidade. No islã, a ordem era ser escrava de Alá: submeter-me e, assim, idealmente, despojar-me de vontade pessoal. Não ser um indivíduo livre. Comportar-me bem por temor ao inferno; não ter ética pessoal. Se Deus significava o que havia de bom, e Satanás, o que havia de ruim, ambos estavam em mim. Eu queria desenvolver o meu lado bom — a disciplina, a generosidade, o amor — e eliminar o mau: a raiva, a inveja, a preguiça, a crueldade.

Nunca mais ia aceitar guias a me dizerem o que fazer, mas precisava acreditar que eu continuava sendo moral. Passei a ler a obra dos grandes pensadores do Iluminismo — Spinoza, Locke, Kant, Mill, Voltaire —, assim como a dos modernos, Russell e Popper, com toda atenção, não apenas como uma obrigação curricular. Viver era solucionar problemas, dizia Popper. Nada era absoluto; o progresso provinha do pensamento crítico. Ele admirava Kant e Spinoza, mas os criticava quando sentia que seus argumentos eram fracos. Eu queria ser como Popper: livre de peias, capaz de reconhecer a grandeza, mas sem medo de detectar defeitos.

Trezentos e cinqüenta anos antes, quando a Europa ainda se achava atolada no dogma religioso e os pensadores eram perseguidos — tal como hoje no mundo muçulmano —, Spinoza soube ser lúcido e destemido. Foi o primeiro europeu moderno a afirmar claramente que o mundo não era ordenado por um deus à parte. A natureza criara a si

mesma, dizia. A razão, não a obediência, deveria orientar a nossa vida. Ainda que tenha demorado séculos a se esfacelar, a calcificada estrutura da hierarquia social européia — dos reis aos servos e entre homens e mulheres, toda ela apoiada pela Igreja católica — foi destruída por essa idéia.

Decerto agora tinha chegado a vez de o islã ser testado.

Nos seres humanos se originam o bem e o mal, pensava eu. Precisávamos raciocinar por nós; éramos os únicos responsáveis pela nossa moralidade. Cheguei à conclusão de que não podia ser sincera com os demais se não fosse comigo mesma. Queria agir de acordo com as metas da religião, que eram ser uma pessoa melhor e mais generosa, mas sem anular minha vontade e sem ser obrigada a acatar normas desumanas. Não voltaria a mentir para mim nem para os demais. Estava farta de mentiras. Já não tinha medo do além.

15. Ameaças

Em março de 2002, Pim Fortuyn obteve uma grande vitória eleitoral em Roterdã. Embora fosse pouco mais do que um estreante, conseguiu, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, alijar o Partido Trabalhista do poder na maior cidade da Holanda e maior porto do mundo. Com as eleições nacionais marcadas para maio seguinte, os trabalhistas entraram em pânico.

Pessoalmente não me surpreendi nem me assustei com a popularidade de Pim Fortuyn, que para mim representava o novo e dizia coisas muito verdadeiras. Decerto, ele chegava a ser irritante às vezes, mas eu não o considerava racista. Homossexual assumido, defendia o direito de ser homossexual em um país onde os homossexuais tinham direitos. Era um provocador, característica muito holandesa. As pessoas o situavam na extrema direita, mas para mim muitas das suas posições tendiam para um socialismo liberal. Embora não votasse nele, eu o via como um homem comprometidíssimo com os ideais de justiça e liberdade de uma sociedade secular.

Pim Fortuyn foi um sintoma da incapacidade do Partido Trabalhista, assim como das outras agremiações políticas estabelecidas, de enxergar claramente a situação social dos imigrantes. Embora nem sempre concordasse com a sua visão, eu achava bom que fosse ele, e não um racista de verdade, a discutir algumas dessas questões.

Ainda não era evidente, mas estava se abrindo uma fissura na esquerda holandesa, assim como em toda a Europa. Velhos esquerdistas como Paul Sheffer, Arie van der Zwan e Pim Fortuyn começaram a criticar o relativismo moral e cultural dos partidos de esquerda. Paul Cliteur, meu professor em Leiden, leal adepto da razão e polemista incisivo, já se atrevera a criticar o multiculturalismo e o islã. Os meios de comunicação o classificavam injustamente como conservador direitista.

A política holandesa estava degringolando para uma grande mixórdia. Os cidadãos sentiam que os políticos estabelecidos não davam ouvidos aos seus anseios reais: melhora do sistema de saúde pública, menos burocracia e resposta aos problemas sociais dos imigrantes. O governo holandês enviara soldados à ex-Iugoslávia, com as forças de paz da ONU, e esses soldados fecharam os olhos para os massacres perpetrados pelos sérvios em Srebrenitsa. Mas nenhum político renunciou por causa disso. Que diabo de responsabilidade política era aquela se ninguém respondia por uma decisão que causara milhares de mortes? Como os políticos podiam se surpreender com o fato de as pessoas deixarem de votar em partidos que procediam assim?

Em maio, Fortuyn se declarou disposto a autorizar os refugiados que havia muito tempo estavam na Holanda a permanecerem no país mesmo que sua solicitação de asilo fosse recusada. Isso virou manchete e me agradou muito. Paul Kalma e eu vínhamos pleiteando que o Partido Trabalhista promovesse tal anistia.

Em um café de Berlim, após um simpósio sobre a imigração na Europa, reclamei com Paul: "Por que o Partido Trabalhista não apoia essa medida? Pim Fortuyn diz à direita aquilo que ela quer ouvir, ou seja, que a situação atual não está conseguindo integrar os imigrantes,

e diz à esquerda aquilo que ela quer ouvir: que a anistia é inevitável e humana".

Faltavam apenas nove dias para as eleições, e Fortuyn estava tão bem nas pesquisas que até tinha chance de chegar a primeiro-ministro. Mas eu sentia que, mesmo que assumisse o governo, não duraria muito; faltava-lhe experiência para se manter. Seu partido político era quase inexistente — nem nome decente tinha —, e eu aprendera em Leiden que, nos sistemas partidários, as candidaturas personalistas não passavam de fogo de palha.

Dois dias depois, Fortuyn foi assassinado no estacionamento do maior estúdio de rádio e televisão do país. Todo mundo ficou chocado. Tal coisa não acontecia na Holanda desde que os irmãos Witt haviam sido linchados nas ruas de Haia em 1672. Os políticos holandeses costumam ir trabalhar de bicicleta, de trem ou dirigindo o próprio carro, como qualquer um. O assassinato de um líder político devido às suas opiniões é simplesmente inconcebível, e foi imensa a dimensão da reação emocional do país.

Assim que recebi a notícia do assassinato de Fortuyn, dei comigo pensando: "Oh, Alá, que não sejam muçulmanos os que fizeram isso". Não fui a única. Era generalizada a impressão de que, se o assassino de Fortuyn fosse maometano, a represália seria terrível: mortes e incêndios. Quando se soube que o provável autor do crime era um ativista do movimento de proteção aos animais, o país inteiro exalou um suspiro de alívio. Wim Kok decidiu manter a data das eleições independentemente disso, e o partido de Pim Fortuyn obteve vinte e seis vagas no Parlamento. Os trabalhistas perderam feio.

Logo a seguir, Kok, o líder trabalhista que eu admirava e no qual votara, abandonou a política. Havia transformado o trabalhismo, que era perdulário e de um dogmatismo digno dos comunistas, em um partido da terceira via, comparável ao de Tony Blair na Grã-Bretanha. Foi um verdadeiro articulador de alianças: soube dar respostas às mais diversas comunidades e teve a habilidade de manter satisfeitos todos partidos oposicionistas. (Trata-se de uma coisa dificílima, na qual

fracassei muitas vezes.) Senti que a ausência de Kok seria um duro golpe para o país e que, quando ele deixou a política holandesa, juntamente com o líder liberal Frits Bolkestein, um tipo de liderança natural e de sensata maturidade partiu com eles. A arena política ficou povoada de gente de muito menos envergadura e se reduziu a disputas pessoais e picuinhas até então inusitadas.

Semanas antes do assassinato de Fortuyn, a documentarista Karin Schagen me convidou para fazer um curta-metragem sobre a minha experiência de refugiada na Holanda. Naquele verão, levou-me ao escritório de Zeewolde, a localidade em que eu apresentara meu pedido de asilo, e aos lugares em que eu tinha morado. Fazia dez anos que eu desembarcara na Holanda, e foi com prazer que lhe mostrei tudo.

Certa noite, Karin telefonou para o meu pai. Ele estava em Londres, visitando a minha madrasta Maryan, que vivia lá, exilada. Papai contou a Karin que andavam me ameaçando de morte. Somalis da Itália, da Escandinávia e da Holanda lhe telefonavam, dizendo: "Hirsi, se você não der um jeito na sua filha, ela vai morrer".

Karin preferiu não me dizer nada no começo. Quando ela enfim me avisou, eu não a levei a sério. Quem iria se dar ao trabalho de me matar?

No início de agosto, fui convidada a participar de um programa da televisão sobre a mulher no islã. Citaram alguns exemplos de moças que tinham fugido dos maus-tratos dos pais e de outras que insistiam em circular de véu, muito embora morassem na Holanda.

Quando pediram a minha opinião, expliquei que o islã era uma espécie de gaiola mental. No começo, quando a gente abria a porta, o passarinho não saía: ficava com medo. Já havia interiorizado a prisão. Demorava a fugir, mesmo com a porta aberta.

Uma semana depois da transmissão do programa, meu telefone tocou: era meu pai. "Que diabo está acontecendo, minha filha?" perguntou. "Não param de ligar para cá. Em uma semana, vinte pessoas me telefonaram. O que andam falando a seu respeito? O que foi que você disse contra o islã?"

Respondi: "Abe/z, aqui há tantas muçulmanas recolhidas em abrigos por terem sido espancadas. Os homens que as espancam dizem que elas têm de obedecer porque é assim que manda o islã. Tenho mostrado essa relação entre a nossa fé e o comportamento dos homens".

Meu pai disse: "O islamismo não manda ninguém bater na mulher. É uma religião de paz. Pode combater a opressão da mulher quanto quiser, Ayaan, mas não ponha a culpa no islã".

Não tive coragem de dizer abertamente que já não lhe dava razão. "Não, não é isso", gaguejei, mas ele me interrompeu. Disse que rezava por mim e me aconselhou a fazer o mesmo; e desligou.

Um mês depois, no primeiro aniversário dos ataques de Onze de Setembro, fui convidada ao programa de entrevistas de maior audiência na televisão holandesa na época, um programa ao vivo que ia ao ar às vinte e duas horas e quinze minutos. De manhã cedo, a campainha tocou, e dois brutamontes me disseram que o programa os tinha enviado para me acompanhar ao trabalho e aonde quer que eu fosse aquele dia. Tratava-se de uma cortesia rotineira, explicaram.

Eu tinha apenas um compromisso em Amsterdã. A estação ferroviária ficava na rua ao lado; e a viagem era curtíssima. Agradeci aos dois, dizendo que dispensava a companhia deles, mas Karin, que continuava me filmando, estava carregada de câmeras e achou melhor aproveitar a carona, de modo que aceitamos.

No carro, ao ver o sofisticado equipamento de comunicações, as pesadas portas e os ombros larguíssimos dos dois grandalhões, Karin ficou calada. Depois disse baixinho: "Ayaan, este não é o procedimento habitual. Olhe só o tamanho desses caras. São guarda-costas. Isso não está me cheirando nada bem".

Antes de irmos à estação de televisão, eles nos acompanharam ao centro de discussões Felix Meritis, em Amsterdã, que havia me convidado a participar de um debate acerca da integração da juventude marroquina. À mesa, havia um membro do Partido Liberal e uma vereadora de origem marroquina. Durante o debate, quando discutimos

a apatia e a hostilidade de muitos imigrantes, ficou claro que eu discordava da marroquina em quase tudo e concordava com a essência do que dizia o liberal.

Isso era muito comum. Principalmente em público, as lideranças maometanas negavam em altos brados a verdade do que eu dizia; no entanto, em particular, algumas muçulmanas concordavam comigo. Quanto aos holandeses, os trabalhistas geralmente ficavam incomodados com minha crítica à sua tolerância multi-culturalista às práticas islâmicas, ao passo que os liberais se entusiasmavam com a ênfase que eu dava aos direitos individuais.

Após o debate, meus dois acompanhantes nos levaram a Utrecht, onde nos aguardava outra discussão sobre o islã e o multiculturalismo. Foi em um café repleto de jovens marroquinos. Quando cheguei, eles me receberam com uma vaia ensurdecedora. Fiquei assombrada: será que toda aquela gente me conhecia? Cada vez que eu abria a boca, muitos gritavam e outros retrucavam. A sala parecia dividida por uma fratura geológica: de um lado os holandeses, que aprovavam a minha posição, de outro os muçulmanos. Um a um, os marroquinos — rapazes e moças — se levantavam para dizer: "Você é uma traidora. Fala que nem Pim Fortuyn. Não sabe nada do islã. Está nos estigmatizando".

A atmosfera ficou carregada de insultos pessoais e sentimentos ruins, mas tive que ir para a televisão. No carro, perguntei: "O que está acontecendo com essa gente, Karin?".

Ela disse: "Não percebe como este país é minúsculo e como são explosivas as coisas que você diz?".

Explosivas? Num país em que a prostituição e as drogas leves são legais, a eutanásia e o aborto são permitidos, os homens choram na televisão, as pessoas ficam nuas na praia e o papa é satirizado na rede de televisão nacional? Em que o famoso escritor Gerard Revê ficou famoso por ter se imaginado fazendo amor com um jumento, animal que lhe servia de metáfora de Deus? Logicamente, nada que eu dissesse poderia ser considerado "explosivo" em tal contexto.

"Essa gente mora aqui há anos", argumentei. "Todas as moças estavam de calça justa e camiseta — todas ocidentalizadas. Participam de debates. Estão acostumadas à crítica."

"Você está redondamente enganada", contrapôs Karin. "Se o seu nome não figurasse no prospecto, ninguém teria ido. Com você, há o que discutir. Eles não vão a esses eventos regularmente — ouviram falar em você na televisão. Duvido que estejam habituados a esse tipo de crítica — muito menos partindo de uma maometana."

Chegamos pouco antes do início do programa. Os apresentadores Frits Barend e Henk van Dorp explicaram que haviam recebido um telefonema ameaçador devido à minha participação, e que a polícia levara a sério. Fiquei surpresa, mas, naquele momento, não tive tempo de processar a informação: o programa estava prestes a ir para o ar.

Após uma breve apresentação, Frits Barend perguntou: "Quer dizer que você chegou à Holanda em 1992, como refugiada. Você mentiu como todos os outros?". Respondi que sim, que havia alterado o meu nome e mentido quanto à minha história, e expliquei por quê: tinha medo de ser devolvida ao meu clã. Eles pareceram entender a situação e, depois de mais algumas perguntas, fizeram a principal do dia: "Você concorda com a opinião de Pim Fortuyn, segundo a qual o islã é anacrônico?".

Embora surpresa, eu disse: "De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano Árabe da ONU, avaliando três fatores — a liberdade política, a educação e o status da mulher —, vê-se que o que Pim Fortuyn diz não é uma opinião, é um fato." Achei que fui muito habilidosa, não repeti as afirmações tão controversas de Fortuyn, mas procurei ser clara e precisa. Certos aspectos do islamismo retardam o desenvolvimento social à medida que tolhem o pensamento crítico e reprimem as mulheres.

A seguir, perguntaram: "Mas você continua sendo muçulmana?". Eu me senti numa situação realmente difícil. Porém, uma vez mais, preferi não repudiar o islã abertamente e respondi: "Eu me secularizei".

Não me sentia forte o suficiente para enfrentar o que viria se eu dissesse alto e em bom som que já não tinha fé. Para os muçulmanos, o pior que existe é ser apóstata. Os cristãos podem deixar de crer em Deus; é uma questão pessoal que só lhes afeta a alma eterna. Mas, para um maometano, deixar de crer em Alá configura um crime letal. Os apóstatas merecem morrer: nisso o Alcorão e o hadith são claríssimos. A pior desobediência a Deus que um muçulmano pode perpetrar é abjurar a religião, pois isso provém do elemento mais baixo e impuro da sociedade. E clama o castigo divino.

Eu tinha sido convidada a outro debate dali a alguns dias. Convencida de que havia, de fato, uma discussão pública sobre o assunto, aceitava todos os convites para falar; era como se o país inteiro estivesse interessado no debate. Este também foi televisionado, e os presentes eram na maioria muçulmanos. Finalmente, pensei, a televisão holandesa resolveu convidar maometanos a participarem das discussões.

Fiquei ao lado de Naema Tahir, uma jovem e bela paquistanesa que, tendo rejeitado o homem com quem o pai pretendia casá-la, dedicou-se aos estudos e concluiu o mestrado em direito. As duas estávamos de blusa azul-clara, como escolares, e nos identificamos muito. Havia vários homens presentes e, no decorrer do programa, eles começaram a nos apupar e interromper com gritos e insultos. Um deles bradou: "Você não é muçulmana! Você mesma disse que não é! Disse que o islã é anacrônico! Mentirosa!".

Eu me levantei e disse: "É a minha religião também e, se eu quiser chamá-la de anacrônica, chamo. Sim, o islã é anacrônico".

Estabeleceu-se o caos. Com o adensamento da atmosfera do debate, fui ficando mais tensa. Os homens me olhavam com ódio; um deles se retirou precipitadamente. Pensei no que Frits Barend havia me dito na noite anterior. Ali não havia guarda-costas.

Depois do programa, o moderador me aconselhou: "É melhor você não sair daqui sozinha". Acrescentou que a televisão pagaria um táxi até Leiden. Quando cheguei em casa, o telefone estava tocando:

eram Johanna e Maarten. Tinham assistido ao programa e , estavam preocupadíssimos; temiam que tivesse me acontecido alguma coisa e ficaram aliviados ao me encontrar a salvo. Porém Maarten estava zangado. Recomendou-me mais cuidado. "O que você anda fazendo é errado", disse. "Está se expondo ao perigo. Procure outro tema para discutir." O dia seguinte era uma sexta-feira, um dia de trabalho normal. Levantei-me e, como de costume, fui de trem ao escritório do think tank. Estava de dia, na Holanda: não senti nenhum medo. Aliás, ia muito motivada a propor que o nosso instituto investisse na pesquisa da situação das muçulmanas na Holanda, até já estava começando a elaborar o esboço da proposta. Quando entrei no escritório, Paul Kalma me disse: "Assisti ao programa de ontem. Você precisa tomar mais cuidado, Ayaan. Aconselho-a a parar com isso. A televisão é muito sensacionalista. Limite-se a manifestar suas opiniões por escrito".

Todos foram unânimes quanto à fatalidade iminente, eu precisava ser muito burra para não perceber. Comecei a ficar um pouco intimidada. Um amigo foi ao escritório para me acompanhar naquela tarde, e, enquanto conversávamos, eu olhava à minha volta, nervosa: acaso alguém havia me reconhecido7. Estavam me seguindo? Mas não, tudo parecia normal: gente passando de bicicleta, falando no celular, e ninguém me dava grande atenção.

Naquela noite, Ellen me disse, com toda franqueza, que eu devia ter perdido o juízo. Catorze meses antes, havia comprado aquela casa com ela e quase não parava lá. Trabalhava o tempo todo, na tentativa de ser a resposta feminina a Bin Laden e, em conseqüência, estava arruinando a minha saúde e a nossa amizade.

No dia seguinte, sábado, Karin foi me visitar. Voltamos a telefonar para o meu pai. E, uma vez mais, ele contou que as ameaças continuavam, que receava seriamente que estivessem com planos de me matar. Karin tomou nota de tudo. Mas papai não tocou no assunto ao falar comigo: creio que não queria me atemorizar. Restringiu-se a dizer: "Tenha cuidado". Perguntei: "Cuidado com o quê?" Ele repetiu: "Ando recebendo ameaças de toda parte. Pare de falar mal do islã".

Quando desligamos, Karin disse: "Seu pai quer que eu cuide de você. Acha que pode ser assassinada".

"Pelo amor de Deus! Meu pai foi criado muito longe daqui e há muito tempo. Ora essa, o que foi que eu fiz? Não passo de uma pobre coitada que ganha mil e seiscentos euros por mês. Não faço mal a ninguém por erguer minha pequena voz em um país pequeno."

Pouco depois, Marco telefonou. Disse que queria falar comigo pessoalmente. Concordei, prontifiquei-me a ir para lá de bicicleta, mas ele pediu: "Não faça isso — você não pode sair sozinha". Eu lhe disse que aquilo era absurdo, mas ele fez questão de me buscar de carro e de me levar a um vilarejo adorável chamado Roelofsarendsveen, no qual a chance de topar com um muçulmano radical era praticamente nula. E me alertou: "Ayaan, pode lhe acontecer alguma coisa. Você precisa tomar cuidado".

Enquanto ele falava, meu telefone tocou. Era Leon de Winter, um famoso escritor holandês. Perguntei: "Oh, você também ligou para me mandar tomar cuidado?" pois os sermões dos amigos e colegas estavam começando a dar nos nervos. Mas Winter disse: "Não, só queria dizer que a admiro muito. Eu a vi na televisão ontem e anteontem e sinceramente acho que o que você está fazendo por nós é verdadeiramente maravilhoso". Convidou-me a jantar na semana seguinte, o que eqüivalia a uma americana ser convidada por Philip Roth, com a diferença de que todo mundo na Holanda conhecia Leon de Winter. Aceitei, evidentemente, mas disse: "Estou um pouco inibida porque não li nenhum dos seus livros". Ele retrucou: "Não faz mal. Leio todos os seus artigos".

O telefone tornou a tocar: agora era Jaffe Vink, do Trouw, dizendo: "Quero que você converse com um policial especial que trabalha no Serviço Secreto Holandês, porque uma coisa muito ruim está sendo armada. Acho que as ameaças são verdadeiras. Você pode se encontrar com ele segunda-feira". Concordei.

Passei o fim de semana em casa com Ellen, fazendo o serviço doméstico e tentando salvar o que restava da nossa amizade.

Na manhã de segunda-feira, fui falar com o tal policial especial. Seu escritório parecia uma prisão: grades e mais grades, portas com fechadura sofisticada e câmeras em toda parte. Eu disse: "Não sei o que andei fazendo ou dizendo, mas meu pai teme que me matem, e todos os conhecidos estão preocupados comigo. Não recebi nenhuma ameaça direta, de modo que me sinto meio perdida, mas estou começando a ficar com medo".

"Você está perdida mesmo, pois essas ameaças são muito reais. Estamos informados de algumas delas. Você precisa de proteção. Vá à chefatura de polícia de Leiden e apresente queixa. E não se esqueça de falar da história da internet."

"Há alguma coisa a meu respeito na internet?"

O homem suspirou. "Muita coisa. Cada vez mais. Nós estamos monitorando." Era uma atitude muito holandesa, muito paternalista e protetora, e ele me mandou parar de me julgar uma pessoa anônima e invisível. Eu havia desencadeado uma coisa que podia ser muito grande e muito perigosa.

Fui à delegacia de Leiden, que conhecia bem devido à minha atividade de intérprete. Um policial que já tinha ouvido falar de mim — e, aliás, parecia mais informado do que eu acerca da minha situação — disse que eles iam avaliar a segurança da minha casa e me recomendou trocar todas as fechaduras.

"Quanta gente sabe o seu endereço?", perguntou. Mostrei-lhe o cartão de visita com o meu endereço residencial: eu o havia distribuído nos debates em todo país. A troca de informações e contatos fazia parte do meu trabalho. Além disso, Ellen e eu constávamos da lista telefônica. Ele grunhiu.

Naquela noite, entrei uma vez mais na pauta da reunião da diretoria do Instituto Wiardi Beckman, mas ninguém me acusou de nada. Como de costume, Job Cohen foi magnífico. Disse: "O fato de eu concordar ou discordar de Ayaan é irrelevante. Qualquer ameaça pelo fato de ela simplesmente expressar a sua opinião é absolutamente inaceitável para todos nós".

Pensei: "Afinal, por que Cohen não é o líder do Partido Trabalhista?". Era um pensador tão lúcido; tinha autoridade; entendia o Estado de direito mais do que qualquer um que eu conhecia. Arrependi-me de tê-lo insultado em um artigo. Depois da reunião, Cohen se aproximou e disse: "Ayaan, você está com ar cansado. Quero que pense muito antes de aceitar esse desafio. Pode durar muito tempo. Você quer viver assim? Vá comer alguma coisa e procure dormir. E pense bem".

Aparentemente, todos estavam convencidos de que eu já não devia ir ao trabalho de trem. Não ficou claro para mim de quem eles achavam que eu deveria me proteger, mas todos acreditavam firmemente que um encontro casual podia desencadear um episódio de violência. De modo que Karin me levou para casa naquela noite e, na manhã seguinte, foi me buscar com a sua equipe. No outro dia, Paul Kalma telefonou para os apresentadores do programa de televisão e pediu o nome da empresa de segurança que havia me escoltado. Decidiu contratá-la para me acompanhar na ida e na volta do trabalho.

Minha vida cotidiana ficou incrivelmente complicada. Quando eu ia trabalhar em Amsterdã, a polícia de lá assumia a responsabilidade pela minha segurança. Mas, ao chegar a Leiden, a cinqüenta quilômetros de distância, era obrigada a telefonar para a polícia local e avisar que estava em casa, pois agora era ela a responsável por mim. Além disso, o serviço de guarda-costas era caro, e o Partido Trabalhista, tendo perdido votos, acabara de cortar o financiamento do nosso think tank. Paul Kalma me recomendou arranjar um endereço provisório em Amsterdã, assim a polícia de lá me levaria para casa toda noite.

Uma jornalista me telefonou. Eu disse: "Não posso. Acabo de dar parte na polícia e não vou mais falar com a imprensa". Ela publicou minhas palavras no jornal; a manchete dizia que eu era obrigada a me esconder. Recebi montanhas de cartas e muitas ofertas de gente disposta a me acolher em casa. Um deles foi o meu ex-professor de métodos de pesquisa social. Morava perto da sede do Partido Trabalhista, e seu dúplex tinha uma quitinete anexa que estava desocupada.

Decidimos que, na semana seguinte, eu me mudaria provisoriamente para lá. Ao informar Ellen, senti no ar a tensão da sua desaprovação. Discutimos; ela me acusou de abandonar a minha parte no trabalho doméstico e a nossa amizade. Retruquei que ela me negava apoio quando eu mais precisava. Foi desagradável, e os guarda-costas estavam buzinando com impaciência. Parti.

Naquela noite fui jantar no Hilton, de Amsterdã, com Jaffe Vink, Leon de Winter e sua esposa. Ainda estávamos no horsd'oeuvre quando, de súbito, os dois guarda-costas se aproximaram, agarraram minhas mãos e me cercaram, dizendo: "Vamos embora". Mal tive tempo de colocar o garfo no prato.

Eles me fizeram sair pela porta dos fundos. Não vi nada, mas no caminho, viajando em alta velocidade, contaram-me que estavam chegando vários carros lotados de homens de aparência norte-africana. Um a um, eles deixavam os passageiros no estacionamento do hotel e iam buscar outros. Provavelmente alguém tinha me visto chegar e telefonara para os amigos. Os seguranças alegaram que não tinham condições de enfrentar tanta gente. Não vi nada, mas fiquei com medo.

Fomos à delegacia de polícia de Leiden. Lá disseram que tinham feito algumas investigações e achavam altamente desaconselhável eu continuar dormindo em casa. Para eles, era impossível me proteger em um endereço tão conhecido. Perguntei: "Quer dizer que devo vender a casa?" O policial respondeu: "Não podemos mandá-la fazer isso, mas garantimos que lá a senhora não está em segurança".

Telefonei para o meu pai. Quando ele atendeu, eu disse: "Alô, abehy aqui é Ayaan". Ouvi um chiado e um clique. Isso se repetiu várias vezes. Eu insultara o que lhe era mais sagrado. Nunca mais haveria reconciliação entre nós.

Quando ficou claro que a minha situação era insustentável, Leon de Winter propôs que eu fosse descansar na casa de campo de um escritor na Califórnia. Voltaria quando as coisas se acalmassem na Holanda. Eu não tinha dinheiro para semelhante viagem, mas Paul

Scheffer sugeriu que o instituto criasse uma fundação sem fins lucrativos para arrecadar fundos.

Passei a encarnar uma situação que a Holanda começava a perceber e a deixava chocada. Aquele país tranqüilo, convencido de que chegara ao auge da civilização e que já não tinha com que se preocupar, a não ser, talvez, com a possibilidade de os diques se romperem um dia, estava despertando para um pesadelo de cidadãos totalmente avessos a valores fundamentais como a liberdade de expressão — para uma realidade de ataques com aviões, assassinatos de políticos e ameaças de morte. A idéia de que a vida de uma moça podia correr perigo simplesmente por ela ter dito, na televisão, a verdade tal como a via tornou-se um símbolo importante para muita gente.

As pessoas encaminhavam solicitações para que eu tivesse liberdade de expressão. Mandavam-me flores. Meus pontos de vista passaram a ser objeto de discussão. Alguns afirmavam que as ameaças a mim não passavam de uma grande mentira, de um golpe publicitário, porém muitos outros, que eu nem conhecia, começaram a trabalhar para angariar apoio. Leon de Winter, Geert Mak, Harry van den Berg e Paul Scheffer, os escritores holandeses mais conhecidos; Job Cohen; Felix Rottenberg, ex-líder do Partido Trabalhista, e Paul Kalma, o meu chefe; Tilly Hermans, agora meu editor holandês, e Cisca Dresselhuys, uma famosa feminista — todas essas figuras extremamente célebres e importantes se envolveram com o meu caso. Queriam que eu tivesse condições de voltar para a Holanda em segurança e sob a guarda da tropa de elite encarregada de proteger os políticos conhecidos e a família real, não apenas sob a vigilância da polícia local.

Em outubro de 2002, viajei para a Califórnia. Nos Estados Unidos pela primeira vez, eu me dei conta, quase imediatamente, de que meus preconceitos contra aquele país eram totalmente desprovidos de fundamento. Esperava topar unicamente com caipiras reacionários e gente obesa, todos armados, com uma polícia agressiva e com o racismo mais descarado — a caricatura da caricatura. Na realidade, vi gente

levando uma vida perfeitamente ordenada, praticando esportes, tomando café.

Adorei as livrarias enormes e passei horas na Barnes & Noble, em Santa Monica, onde eu estava hospedada, comprando montes de livros. Foi um alívio voltar a ter tempo para pensar e ler.

No dia 16 de outubro de 2002, o gabinete caiu — menos de três meses depois de tomar posse. O grupo de Pim Fortuyn, no Parlamento, não conseguiu fazer coligação com os liberais nem com os democratas cristãos. O pequenino universo da política holandesa se agitou: o país se viu diante da perspectiva de novas eleições, marcadas para janeiro de 2003.

Neelie Kroes, uma destacada política do Partido Liberal, conhecido na Holanda como o WD, era uma mulher forte, muito digna e determinada. Embora não nos conhecêssemos pessoalmente, Neelie ficou indignada com o fato de uma pessoa na minha situação ser obrigada a sair do país em busca de segurança. Organizou as mulheres dos principais partidos da Holanda para divulgar um abaixo-assinado em apoio ao meu direito de falar livremente e em segurança.

Acreditava que o Parlamento holandês precisava de mais mulheres fortes e inteligentes. Quando o gabinete caiu e se convocaram novas eleições, Neelie pensou em mim, embora eu não passasse de uma pesquisadora júnior do Partido Trabalhista, e ela militasse no direitista WD. Telefonou para Leon de Winter, propondo minha candidatura a deputada pelo seu partido.

Na distante América do Norte, comecei a pensar. A idéia de ser chamada de direitista não me assustava como acontecia com certas pessoas. Na Holanda, todos os partidos políticos eram favoráveis a um grau ativo, quase invasivo, de intervenção do Estado nos negócios de compra e venda, com elevados impostos e redis-tribuição da riqueza. Em termos econômicos, o Partido Liberal preconizava menos intervenção estatal e menos impostos; eu concordava com isso. Em termos de princípios, os liberais eram seculares, faziam questão de ser

neutros em matéria religiosa. Defendiam o direito ao aborto, o dos homossexuais — a emancipação do indivíduo.

Ademais, eu estava decepcionada com o Partido Trabalhista. Inicialmente eu me unira a eles por acreditar que os socialde-mocratas fossem pela reforma, procurassem melhorar a vida das pessoas e se preocupassem com o sofrimento, o que imaginei que implicasse se preocuparem com o sofrimento das muçulmanas. Mas, na realidade, o Partido Trabalhista parecia ofuscado pelo mul-ticulturalismo, dominado pelo imperativo de ser sensível e respeitoso com a cultura dos imigrantes, defendendo o relativismo moral. Quando eu dizia que a situação das muçulmanas precisava mudar — e mudar depressa —, diziam-me para esperar ou me chamavam de direitista. Acaso era isso que eles diziam aos mineiros do século xix que lutavam pelos direitos do trabalhador?

Neelie estava de viagem marcada para visitar o filho, que morava em San Francisco, e foi assim que nós nos conhecemos. Eu lhe contei que estava pensando em me fixar nos Estados Unidos para fazer PhD. Discutimos política. Ela ouviu o que eu tinha a dizer sobre o Iluminismo e John Stuart Mill, sobre a gaiola da repressão da mulher e, então, olhando-me diretamente nos olhos, com ar decidido, disse: "Você não tem nada de socialista. É uma de nós".

Neelie disse que os meus sonhos acadêmicos eram inúteis; não levavam a nada. Por melhor que fosse, minha tese de PhD estava fadada a desaparecer numa gaveta de arquivo. Não alteraria um milímetro a vida das muçulmanas. O mais importante que eu poderia fazer era expor a realidade daquelas mulheres às pessoas no poder e lutar para que as leis existentes de igualdade dos sexos fossem cumpridas. A minha luta era de ação, não de idéias. Eu deveria me candidatar ao Parlamento, onde realmente poderia agir em prol da emancipação das maometanas e da integração dos imigrantes.

Passei aquela noite pensando nas palavras de Neelie. O que eu pretendia afinal? Três coisas: primeiro, queria que a Holanda despertasse e parasse de tolerar a opressão das muçulmanas no seu

território; o governo tinha de agir para protegê-las e punir seus opressores. Segundo, queria provocar um debate entre os maometanos sobre a reforma de certos aspectos do islã de modo que eles começassem a questionar e a criticar sua própria fé. Isso só era possível no Ocidente, onde os muçulmanos podiam manifestar abertamente suas opiniões; em nenhum país islâmico havia possibilidade de discutir esses temas livremente. Terceiro, queria que as maometanas tomassem mais consciência do quanto seu sofrimento era ruim e inaceitável. Queria ajudá-las a desenvolver o vocabulário da resistência. Inspirava-me em Mary Wollstone-craft, a pioneira pensadora feminista que dizia que as mulheres tinham a mesma capacidade de raciocínio que os homens e mereciam os mesmos direitos. Mesmo depois de ela publicar A vin-dication ofthe rights ofwomen, tardou mais de um século para que as sufragistas fizessem passeata pelo direito de votar. Eu sabia que também demoraria muito para libertar as muçulmanas da gaiola mental. Não esperava ondas imediatas de apoio entre elas. Infelizmente, as pessoas condicionadas pela humildade a ponto de já quase não terem mente própria não são capazes de se organizar nem têm vontade de expressar a sua opinião.

Quando eu trabalhava no think tank do Partido Trabalhista e falava nessas coisas, sempre me acusavam de não apoiar meus argumentos em dados. Mas o acesso aos números era totalmente impossível. Por exemplo, quando tentei pesquisar os assassinatos em defesa da honra — quantas moças, na Holanda, eram mortas anualmente pelos pais e irmãos em nome da sagrada honra da família —, os funcionários do Ministério da Justiça responderam: "Não registramos os homicídios com base nessa categoria de motivação. Isso pode levar a estigmatizar um grupo na sociedade". Todo ano o governo holandês registrava o número de mortes associadas ao uso de drogas ou a acidentes de trânsito, mas não o número de assassinatos em nome da honra, porque nenhum funcionário público queria reconhecer que aquele tipo de homicídio ocorria regularmente.

Nem mesmo a Anistia Internacional contava com estatísticas a respeito do número de mulheres vítimas de assassinato em nome da honra no mundo. Sabia quantos homens estavam presos e eram torturados, mas não tinha idéia do número de mulheres açoitadas em público por fornicação ou executadas por adultério. Não era da alçada dela.

Decidi que, se eu chegasse a ser membro do Parlamento holandês, a minha missão sagrada seria registrar esses dados. Queria que alguém, em algum lugar, se encarregasse de anotar toda vez que um homem matasse a filha simplesmente porque ela estava namorando. Queria que alguém se encarregasse de registrar a violência doméstica — e o abuso sexual, e o incesto — por grupo étnico, e também que investigasse o número anual de meninas submetidas à clitorectomia em uma mesa de cozinha holandesa. Quando se levantassem esses números, os fatos por si sós chocariam o país. De um só golpe, eliminariam a atitude complacente dos relativistas morais que afirmavam que todas as culturas eram iguais. Já não haveria a desculpa do ninguém sabia.

Se entrasse para o Parlamento, eu poderia agir de acordo com as minhas convicções, e não apenas proclamá-las. E Neelie tinha razão: ainda que o Partido Trabalhista fosse o melhor para mim e ainda que eu fosse verdadeiramente leal a Paul Kalma e a Job Cohen, muitas das minhas idéias não coincidiam com as do partido. A socialdemocracia se fundamentava nos direitos de grupos de pessoas, não de indivíduos. O Partido Liberal podia não ser tão agradável quanto o Trabalhista, mas sua filosofia se enraizava nos valores da liberdade pessoal. Minhas idéias se sentiam bem dentro dele.

Eu seria uma política monotemática, decidi. Continuo sendo. Também estou convencida de que este tema é o maior e mais importante que a nossa sociedade e o planeta enfrentarão neste século. Todas as sociedades que ainda se acham nas rígidas garras do islã oprimem a mulher e estão atrasadas em termos de desenvolvimento. A maioria delas é pobre; muitas estão mergulhadas no conflito e na

guerra. As sociedades que respeitam os direitos e a liberdade da mulher são ricas e pacíficas.

Resolvi ir aonde eu tivesse o máximo de possibilidade de promover a mudança. Já que o Partido Liberal me oferecia um chão que pisar, seria ele.

Telefonei para Paul Kalma e comuniquei que ia deixar o partido e o emprego. Ele disse que achava uma pena eu mudar de partido, mas acrescentou: "Você está lutando pelos seus ideais, e eu a apoio". Desejou-me sorte.

Neelie Kroes e os chefes liberais Frits Bolkestein e Gerrit Zalm queriam me colocar no topo da lista de candidatos liberais. A política holandesa não se baseia em eleitorados locais. Todos votam em uma lista de candidatos de amplitude nacional, e as vagas no Parlamento se repartem entre os primeiros nomes de cada uma delas, dependendo da proporção de votos recebidos. Todos os partidos políticos se arrimam em poderosos grupos locais que disputam os lugares elegíveis na lista.

Eu era um azarão. Para ser eleita, teria que cair nas graças dos barões do partido. Mas até o congresso do Partido Liberal, em 30 de novembro, Neelie e Zalm preferiram manter em sigilo a minha participação na eleição. Passei uma semana percorrendo a Holanda, o mais discretamente possível, para visitar os potentados liberais locais.

No começo, a maioria dos chefes políticos pareceu hostil, embora eu tenha despertado a curiosidade de alguns. Um senhor já idoso me disse: "Você é africana e foi ameaçada por causa dos comentários que fez sobre o islã, e é mulher, e membro do Partido Trabalhista — e agora quer se passar para os liberais. Nós somos empresários. Por acaso você entende de empresas? Está minimamente interessada em nós?"

Respondi: "Depende de quem for esse cnós"'. Acrescentei que pretendia tratar da questão das imigrantes, especialmente das muçulmanas, e expliquei como isso afetava os negócios, na minha opinião. Os empresários tinham um forte motivo para libertar as maometanas de modo que elas participassem plenamente da sociedade. Se as meninas e as mulheres fossem ignorantes, oprimidas e

psicologicamente humilhadas, seus filhos também seriam afetados por essa ignorância. Se elas fossem instruídas e bem alimentadas, seus filhos estruturariam uma cidadania autoconfiante, responsável, e uma força de trabalho produtiva. Também falei na integração e no bem-estar social. "O senhor conhece a história das idéias liberais. Na Holanda, a opressão da mulher se opõe à filosofia do seu partido. Para defender os valores do seu partido, o senhor deve apoiar a minha filiação, pois eu os represento."

Essas reuniões eram verdadeiros interrogatórios. Algumas lideranças me achavam atrevida; uns poucos se mostraram francamente belicosos. A maioria me dizia: UA sua causa é legítima e justa, mas você não é do nosso partido". Uma mulher, a chefe dos liberais de Leiden, passou uma hora me interrogando, então disse: "Acho que vou gostar muito de você. Há autenticidade em você, e isso é parte integrante do nosso partido".

A quem me perguntava, eu deixava claro que, ao chegar à Holanda, havia alterado a minha história para solicitar asilo: eu dera nome falso e não contara toda a verdade. Disse isso em entrevistas na televisão, na rádio e nos jornais, e não omiti quando a liderança do WD me perguntou se havia alguma coisa, no meu passado, que pudesse atrapalhar a minha atuação política. Isso nunca chegou a ser um problema.

No fim, Gerrit Zalm angariou apoio suficiente dos chefes do partido para colocar o meu nome no décimo sexto lugar da lista. Significava que eu estava quase eleita.

Naquela semana, ouvi na BBC a notícia dos conflitos na Nigéria. Uma jovem jornalista encarregada de fazer a cobertura do concurso de Miss Mundo escreveu: "Os muçulmanos acham imoral reunir noventa e duas mulheres na Nigéria que se deleitam com a própria vaidade. Que pensaria o profeta Maomé?... Provavelmente escolheria uma delas para esposa".

Mais de duzentas pessoas morreram na onda de violência que se instaurou. A sede do jornal foi incendiada, e a repórter precisou fugir do

país. A seguir, ouvi o comentário da inglesa arrogante que organizara o evento. Em vez de condenar os homens que praticaram a violência, incendiando casas e assassinando, ela culpou as "observações infelizes" da jovem jornalista.

Fiquei indignada com semelhante defesa do fanatismo. A moça não tinha escrito nada errado. Estava coberta de razão: o profeta casara com a maioria das suas mulheres porque, de um ou de outro modo, elas lhe agradavam os olhos. Num gesto de solidariedade com a repórter, decidi que, quando tivesse oportunidade, diria publicamente o que eu realmente pensava do profeta Maomé.

A oportunidade surgiu poucos dias depois, quando Arjan Visser, um jornalista holandês do Trouw, me convidou para participar de uma série de entrevistas que ele estava fazendo, ancorado nos Dez Mandamentos para falar do papel da religião na vida das pessoas. Na entrevista, eu disse qual era, na minha opinião, a verdadeira natureza do profeta. A entrevista não foi divulgada nas semanas subseqüentes, e acabei me esquecendo dela.

Em 30 de novembro, o dia do congresso do Partido Liberal, entrei em um salão enorme lotado de seguranças. Uma infinidade de câmeras me cegou com os flashes. Assim como os demais candidatos, ia me apresentar em uma plataforma com microfone. Mas fiquei trêmula e paralisada à entrada. Não consegui avançar. À minha frente, todas aquelas câmeras; atrás de mim, os guarda-costas. Senti-me acossada, aprisionada. Não parava de tremer. Com muita delicadeza, Gerrit Zalm me recomendou que tivesse calma, respirasse fundo e não me preocupasse.

Um após outro, os candidatos foram tomando a palavra sem despertar grande interesse na platéia. Candidato catorze, candidato quinze. Chegou a minha vez. Eu havia preparado um breve discurso com a ajuda de Neelie e seu marido, o político Bram Peper, mas fiquei com medo outra vez, pois, quando me levantei, todos os presentes pararam de falar. Centenas de pessoas em silêncio, todas as objetivas voltadas para mim. Fiquei petrificada na escada da plataforma. Vendo

que eu estava tremendo, Frits Huffnagel, o encarregado de apresentar os candidatos, me deu a mão, dizendo: "Calma".

Não sei como consegui me controlar e ler o discurso. Depois, ao descer, fui cercada pela imprensa. Os fotógrafos me seguiram até o banheiro. Uma parlamentar liberal, a ex-nadadora olímpica Erika Terpstra, tomou a minha defesa, tratando de afastar a multidão.

Dali por diante, deixei de ter uma relação normal com os jornalistas. Já não podia dizer simplesmente o que pensava, como uma pessoa comum. Agora eu era política: a mídia, mais do que uma fonte de informação, passou a ser um instrumento que eu precisava aprender a usar. Os profissionais de relações públicas que lidam com a imprensa para o Partido Liberal começaram a selecionar meus telefonemas e os pedidos de entrevista dos jornalistas. Forneciam-me uma biografia breve de cada um e me diziam o que era provável que perguntassem. Fui rapidamente instruída sobre as prioridades do Partido Liberal: o programa eleitoral, a agricultura, o imposto predial etc. Sendo candidata liberal, era de se esperar que o que eu dissesse à mídia grosso modo correspondesse à plataforma do partido.

Grande parte da imprensa, convencida de que minha troca de partido não passava de uma manobra oportunista, vigiava-me para ver se eu não metia os pés pelas mãos. Minha primeira entrevista devia ser uma reportagem de interesse humano, mas não tardaram a me perguntar se eu continuava querendo suprimir as escolas confessionais, religiosas. Esse era um dos temas mais delicados na Holanda de então. Se ganhassem as eleições, os liberais pretendiam governar com o Partido Democrata Cristão, para o qual as escolas confessionais eram uma vaca sagrada. Respondi que me opunha a essa forma de escolarização. Expliquei que as instituições de ensino muçulmanas eram péssimas para a educação. Isso desencadeou uma pequena tempestade porque eu não acatava a linha do Partido Liberal e, portanto, não conseguiria me eleger.

Gerrit Zalm, o líder do partido, foi firme durante toda minha candidatura e carreira parlamentar. Político profissional, era tarimbado

e competente, um verdadeiro exemplo e, no plano humano, mostrava-se lúcido e direto. Não me apoiava apenas porque eu podia favorecer a propaganda liberal e ajudá-los a se elegerem; nunca deu sinal de querer me guardar em um canto depois das eleições, feito um bibelô, e me defendeu muitas e muitas vezes. Ao longo da minha carreira política, Zalm batalhou coerentemente em apoio às minhas causas, da violência doméstica à clitorectomia.

Depois dessa primeira intervenção, ele não hesitou um momento. Não disse: "Essa moça acaba de chegar à Holanda e não entende a importância dessas instituições para a nossa sociedade". Disse: "Sou liberal, e há bons argumentos a favor da abolição das escolas confessionais. Mas não podemos fazer isso agora, pois vamos formar um governo com os democratas cristãos".

Para mim, a questão mais importante era a anistia geral aos refugiados cujo visto de permanência estava vencido. Queria essa anistia. No tempo em que eu trabalhava no think tank dos trabalhistas, a bancada do partido no Parlamento se opusera a ela — mas os liberais foram ainda mais contrários. Quando os entrevistadores indagavam acerca disso, eu marcava claramente a mi-jiha posição. Disse a Gerrit Zalm: "Sabe, não concordo com tudo quanto os liberais dizem". Ele não fez a menor restrição. Eu que fosse eu mesma. Contanto que me limitasse à minha plataforma, que era a integração, e votasse com o partido quando eleita, podia dizer o que pensava.

Nos dois meses de campanha, eu ia de um estúdio de televisão a outro, de um comício a outro. Vendia tangerinas no mercado de Leiden; apertava a mão dos transeuntes nas esquinas. Conheci muita gente que me surpreendeu com um apoio aparentemente incondicional às minhas idéias, e muitos eleitores do Partido Trabalhista diziam: "Lamento a sua escolha de partido, mas a sua plataforma é tão importante que vou votar em você seja qual for a sua afiliação". Estive com Frits Bolkestein, o velho leão do Partido Liberal; ele era formal, mas, ao mesmo tempo, muito gentil, paternal e genuíno. Levou a sério as minhas idéias e me

deu bons conselhos, frisando que eu deveria procurá-lo sempre que precisasse de auxílio. Passei a ter grande respeito por ele.

Evidentemente, também enfrentei reações hostis durante a campanha. Não faltou quem me xingasse e até cuspisse em mim; recebi novas ameaças. Para mim, o mais assombroso eram as pessoas que aparentemente concordavam com tudo que eu dizia, porém, mesmo assim, jamais votariam no Partido Liberal. Isso me lembrou a Somália: ninguém votava fora do clã.

Agora que eu era uma política nacional recebendo ameaças de morte, fiquei sob a custódia do Serviço de Proteção Real e Diplomática, o DKDB. A todos os lugares eu ia acompanhada de um pesado esquema de segurança, numa verdadeira caravana de carros e homens armados até os dentes. No início, aqueles sujeitos estranhos, equipados de rádios e pistolas, me assustavam um pouco. Alguns ficavam muito perto e queriam saber, com um dia de antecedência, todos os detalhes do que eu pretendia fazer. Não podia me desviar do agendado; cada lugar precisava ser previamente examinado. Era difícil levar a minha vida cotidiana debaixo de tanta vigilância. Os seguranças me cercavam até nos corredores dos supermercados quando eu ia fazer compras. Numa tarde, tentando comprar panelas e frigideiras, me senti uma idiota, como se estivesse querendo impressionar aqueles homens com a minha escolha.

Às vezes, o DKDB me informava de uma ameaça em especial à minha vida. Mas em geral não o fazia. Eles sentiam que não me convinha ficar obcecada pelo perigo que corria. Estavam lá justamente para me proteger; essa era a única coisa que me convinha saber. Até certo ponto, eu concordava. Não valia a pena viver pensando o tempo todo nas ameaças de morte.

Neelie Kroes conseguiu um lugar para mim em Haia, um lindo apartamento de uma amiga dela. Mas, quinze dias depois da mudança, o jornal local soube da minha presença, pelos vizinhos, e publicou meu endereço. Naquele dia, na hora do almoço, um dos meus guarda-costas disse: "Lamento, mas a senhora não pode voltar ao apartamento. Hoje

vai pernoitar num hotel, mas precisa procurar outro lugar para morar". Não voltei sequer para fazer as malas, eles mesmos se encarregaram de mandar a polícia vasculhar minhas gavetas e encaminhar minha roupa e meus livros.

Consultando seu inesgotável arquivo mental, Neelie me arranjou, durante algumas semanas, um apartamento no alto do prédio da companhia telefônica de Haia, no qual o diretor da empresa pernoitava quando ficava trabalhando até mais tarde. Isso não durou muito. Dois meses depois, permitiram-me alugar por um ano uma casa no terreno da companhia telefônica, até que eu encontrasse residência própria. Era uma maravilha: lareira, jardim, quintal e um aluguel bem razoável; achei que finalmente podia me fixar outra vez. Marquei a mudança para a última semana de janeiro.

As eleições foram no dia 22 de janeiro. O Partido Liberal alugou um salão com telão em Utrecht; todos se felicitaram diante das câmeras quando saiu o resultado. A verdade, porém, é que os ganhos do partido resultaram mais do que modestos. Os democratas cristãos e os trabalhistas foram os grandes vencedores e pareciam inclinados a formar um governo de coalizão. (Na Holanda, os governos são sempre de coalizão.) Os liberais obtiveram apenas 18% dos votos — insuficientes, a princípio, para reivindicar o direito de governar. Mesmo assim, ficamos com vinte e sete vagas no Parlamento, o que significava que eu, sendo o número dezesseis, estava eleita.

Na Holanda, o eleitor tem a possibilidade de indicar sua preferência por determinados candidatos, se quiser. Isso impõe um cálculo complicado, pois, se contar com o apoio de muitos eleitores, um candidato pode subir na lista eleitoral. Eu era a décima sexta na lista, mas fui a sexta em termos de preferência individual — grande proeza para uma novata. Senti muita força diante de tamanho apoio às minhas idéias. O meu combate era legítimo. Eu podia fazer diferença. Senti o peso da verdadeira responsabilidade.

16. Política

No último sábado de janeiro de 2003, Johanna e Maarten foram me ajudar na mudança para a casa nova. O Parlamento recém-eleito tomaria posse no dia 30, e eu queria já estar mais ou menos instalada quando da cerimônia de abertura. Naquela manhã, nem cheguei a ligar o rádio, ocupei-me exclusivamente de encaixotar as coisas.

No entanto, Johanna e Maarten tinham acordado com o noticiário: "Hirsi Ali classifica o profeta de pervertido". O Trouw acabara de publicar a entrevista sobre religião que eu dera semanas antes. Falava nos Dez Mandamentos no Alcorão, ou seja, na versão dos Dez Mandamentos deixada aos muçulmanos pelo profeta Maomé. Eu o descrevia como um homem cruel que aspirava ao poder absoluto e tolhia a criatividade, restringindo a imaginação unicamente ao que era permitido. Discutia aspectos da sua vida. De acordo com a convenção, Alá havia mandado Maomé casar com a mulher do seu filho adotivo, Zayd. Também o autorizara a casar com a filha de seis anos do seu amigo Abu Bakr e a consumar o matrimônio quando a menina Aisha tivesse apenas nove anos. A descrição que Aisha fazia da cena era realmente patética; a pobrezinha estava brincando no balanço do jardim quando a mãe a chamou e a pôs no colo do profeta de cinqüenta e cinco anos. Eu disse: "Pelos padrões ocidentais, Maomé era um pedófilo, um tirano".

Sem dúvida, fui cáustica nessa entrevista. Agora, semanas depois, ela era divulgada deixando Maarten e Johanna embasbacados. Eu ainda não sabia, mas já havia centenas de pessoas nas delegacias de polícia de todo o país, exigindo que me punissem pelo que havia dito. Instaurara-se uma comoção na Holanda, e eu ainda nem tinha tomado posse.

Ellen telefonou para contar que havia uma mensagem feroz na secretária eletrônica. Um homem com sotaque dizendo: "Essa foi a última gota", e ameaçando explodir a casa. A polícia de Lei-den aceitou

a queixa dela e tomou as providências cabíveis. Todo mundo estava nervoso.

Depois da mudança, convidei Johanna e Maarten a jantar, queria agradecer a ajuda. Quando estávamos comendo, um dos guarda-costas disse: "A situação está muito perigosa. Vamos tirar Ayaan daqui". Disseram a Johanna e Maarten que voltassem para casa sozinhos, fizeram-me sair pela porta da cozinha e me levaram em alta velocidade ao apartamento da companhia telefônica. Ao chegar, dei com o prédio cercado de seguranças, pelo menos uma dúzia de policiais fardados e à paisana. Percebi que a situação era gravíssima.

Dormi no apartamento então quase vazio. No dia seguinte, chegou um grupo enorme de guarda-costas, homens mais graduados na hierarquia das três polícias e do departamento de segurança dos Ministérios da Justiça e do Interior, além de membros da Divisão de Segurança do Parlamento. Fomos à casa para a qual eu pretendia me mudar. O funcionário do ABB, setor encarregado de avaliar o grau de perigo, anunciou que o meu nível de risco era "máximo". (Havia três: máximo, médio e mínimo.) O sujeito do órgão incumbido da proteção propriamente, o DKDB, olhou à sua volta e fez uma lista das modificações e reforços necessários para que a casa preenchesse os requisitos de segurança máxima. Vidros à prova de bala, câmeras — segundo ele, ia custar mais de um milhão de euros.

Eu era deputada, de modo que o Parlamento tinha que pagar a conta: assim rezava o regulamento. O representante da Divisão de Segurança do Parlamento virou-se para mim e perguntou: "Quanto tempo a senhora pretende morar nesta casa?". Respondi que tinha contrato de um ano. Ele disse: "Sinto muito, mas isso não podemos fazer. O Parlamento não vai investir um milhão de euros só para um ano. A senhora precisa arranjar outro lugar".

Quando chegou a hora da posse dos membros do novo Parlamento, em 30 de janeiro, eu estava morando num hotel. Por semanas continuei me mudando. Depois de alguns dias, as pessoas do hotel já sabiam quem eu era, e o pessoal da segurança me mudava de

novo. Eu continuava em busca de uma casa, mas, quando encontrei a casa dos meus sonhos, ela não era aceitável para os responsáveis pela minha segurança: era uma casa geminada, com um jardim que dava numa rua com outros jardins. Havia uma outra casa que eles consideraram aceitável, mas eu não podia pagar o aluguel. Eu vivia me deslocando, era uma turbulência contínua.

Fiquei nervosa na cerimônia, é claro, lamentando muito que meu pai não estivesse presente. Abeh ficaria tão orgulhoso. Muito embora me considerasse uma apóstata, sabia que eu estava seguindo seus passos, empenhada em trabalhar pelo bem-estar dos outros, exatamente como ele sempre tinha feito. Era duro ligar para ele e ouvi-lo bater o telefone. Mas agora eu tinha tanta esperança. Cabia-me cumprir uma missão: pôr o sofrimento das muçulmanas na agenda do país.

Na primeira reunião da bancada liberal, todos tinham lido o artigo do Trouw e estavam furiosos. Naquela manhã, Frank de Grave, um homem finíssimo que me tinha debaixo da asa, entrou no gabinete que fora atribuído a mim na antiga sede do Parlamento e disse: "Você vai ver, quando a reunião começar, as pessoas vão atacar você. Por favor, fique quieta. Quando chegar a sua vez de falar, diga: 'Dei essa entrevista há muito tempo, bem antes de ser eleita. Vejo que não é assim que as coisas funcionam e peço desculpas pela comoção que causei. Daqui por diante, vou consultar o partido antes de fazer tais declarações'".

Quando alguns colegas liberais no Parlamento começaram a dizer coisas desagradáveis — e não foram todos —, permaneci calada. Mas então um homem se voltou para Gerrit Zalm e perguntou: "Você não acha que precisamos protegê-la dela mesma?". Enfurecida, eu disse: "O que me surpreende é que até agora ninguém aqui perguntou: Isso é verdade?'. Se o profeta Maomé foi para a cama com uma menina de nove anos, era mesmo um pedófilo pela lei holandesa. Se vocês examinarem como ele governou, vão concluir que foi um ditador, um

autocrata, e isso é tirania. Quanto a me protegerem de mim mesma, isso é de uma arrogância imperdoável".

Zalm conseguiu controlar o tumulto que se seguiu. Ele, Johan Remkes, Mark Rutte e Henk Kamp me apoiaram, invocando a liberdade de expressão. Acrescentaram que as ameaças contra mim eram intoleráveis; ser obrigada a viver cercada de guarda-costas era inusitado na Holanda. Após a reunião, Frank Grave se aproximou, dizendo: "O que você fez! Para que dizer uma coisa dessas?". Respondi: "Porque é verdade. Não vou pedir desculpas por ter dito a verdade".

As atividades parlamentares demoraram a começar; os partidos vencedores ainda não tinham decidido constituir um governo. Os democratas cristãos estavam enrolados nas negociações com os trabalhistas para formar uma coligação. As semanas foram passando. O novo Parlamento estava empossado, mas o antigo governo continuava nas mãos daqueles que o dirigiam desde antes da eleição — sem implementar política nova, apenas conservando o país minimamente governável enquanto se aguardava a nomeação do novo gabinete.

Era uma situação surreal. Os ministros de Pim Fortuyn, alguns dos quais os eleitores tinham enxotado do Parlamento, continuavam dirigindo a nação. O pobre Zalm, quando não estava presidindo as reuniões da bancada liberal, tinha que pajear os ministros de Pim Fortuyn, que se comportavam como se ainda estivessem no jardim-de-infância. Prometi a mim mesma procurar não lhe causar mais preocupações.

Tudo indicava que os liberais iam ficar fora do poder. Isso me dava oportunidade de tentar alterar a posição do partido quanto aos temas da minha plataforma, já que não tinha necessidade de formar coalizões e conquistar o apoio dos outros partidos. Em primeiro lugar, queria que os liberais apoiassem a proposta dos trabalhistas de autorizar residência independente às mulheres que haviam chegado à Holanda para casar com imigrantes legais.

Isso eu acabei conseguindo com o auxílio do Partido Trabalhista. Frank de Grave e Gerrit Zalm me ajudaram a convencer os liberais, o

que não foi nada fácil, pois eles queriam restringir o afluxo de novos imigrantes e achavam insensato dar mais autorizações de residência. Mas falei na situação das próprias mulheres, levadas à Holanda por homens que elas mal conheciam, por causa de casamentos arranjados, espancadas até irem parar no hospital, mas que não podiam pedir divórcio porque, se o fizessem, seriam obrigadas a sair da Holanda e retornar a suas famílias, onde seriam castigadas. A moção foi aprovada pela maioria dos partidos no Parlamento, embora sem o voto da Democracia Cristã. (Esse era o "amai-vos uns aos outros" deles.)

Necessitava-se de mais verbas para os abrigos de mulheres. Zalm era um dos membros do gabinete demissionário que continuavam governando o país. Logo depois que falei com ele sobre isso, o ministro da Fazenda, Hans Hoogervorst, se comprometeu a liberar trinta milhões de euros iniciais, quantia insuficiente, mas melhor do que nada.

Em maio, o Partido Trabalhista anunciou subitamente que não ia participar do governo. Depois de quatro meses de negociações, afastou-se dos democratas cristãos. Agora estes eram obrigados a recorrer aos liberais para governar em uma coalizão montada às pressas. Outro partido, o minúsculo D-66, que havia sido fragorosamente derrotado em três eleições seguidas, também concordou em participar. Isso dava ao novo governo uma escassa maioria de apenas três parlamentares.

No fim de fevereiro, encontrei moradia permanentemente em Haia: uma casinha de alvenaria em um terreno bem atrás da embaixada israelense, em frente à praça pública de Binnenhof, onde ficava o Parlamento. Embora o aluguel fosse caro, a região era muito bem protegida, convinha ao Parlamento e foi aprovada pelo pessoal da segurança.

Que alegria ter onde morar. Quando me mudei, fiquei livre de guarda-costas instalando câmeras portáteis e alarmes nos corredores dos hotéis, atentos a cada movimento ao meu redor. Podia me despedir deles, fechar a porta e me jogar no sofá, vestindo uma camiseta horrível, lendo e comendo.

Uma noite daquele mês de março, Neelie me convidou para jantar ao ar livre na sua casa, e nos pusemos a conversar sobre o sucesso e o poder de persuasão do novo fundamentalismo islâmico. Eu achava que era, em parte, porque os pregadores se valiam de diversos meios de comunicação: videoteipes dos mártires, cassetes de sermões veementes, websites para reforçar a mensagem. O novo islã se manifestava em imagens, e a sua tecnologia era muito simples e comum.

Quem quisesse reformar o islã precisaria se valer dos mesmos recursos. O discurso político era ótimo, mas estava na hora de também recorrer à sátira, à arte, a filmes e livros. As pessoas criativas, com uma mensagem dissidente, precisavam superar o bloqueio mental que as impedia de tratar a religião como outro tema qualquer — e de tratar o islamismo como outra religião qualquer. Tinham que transmitir sua mensagem com imagens, não só com palavras, às pessoas que literal ou metaforicamente não falavam a sua língua.

Contei a Neelie que estava pensando em organizar uma espécie de exposição de arte a fim de provocar uma discussão sobre a situação da mulher no islã, talvez uma galeria repleta de manequins femininos de gesso ou cera. Haveria uma mulher açoitada por adultério, outra espancada reiteradamente, outra presa dentro de casa. Uma delas usaria um hijab transparente, e todas teriam versículos do Alcorão escritos na pele. Ao lado de cada escultura, colocaríamos uma nota traduzindo os versículos e estimando quantas mulheres, no mundo, sofriam em virtude daquele veredicto alcorânico. A mostra ilustraria com imagens simples o sofrimento infligido às mulheres em nome de Alá.

Muitos holandeses bem-intencionados diziam-me seriamente que nada na cultura islâmica incitava à violência contra as mulheres, tratava-se de um terrível mal-entendido. Em qualquer lugar do mundo havia homens que batiam na esposa, informavam-me constantemente. Na realidade, esses eram os ocidentais que não entendiam o islã. O Alcorão autorizava tais castigos. Oferecia uma base legítima à violência,

de modo que os que a perpetravam não se envergonhassem nem fossem perseguidos pela consciência ou pela comunidade. Eu queria que a minha exposição de arte tornasse difícil para as pessoas deixar o problema de lado. Queria que os seculares, os não-muçulmanos, parassem de se enganar dizendo: "O islã é paz e tolerância".

Sabia que muitos muçulmanos iam achar difícil lidar com tal exposição. Quem tinha sido educado para acreditar que uma religião e um livro sagrado eram absolutos dificilmente aceitava que nem todos pensassem assim e que nenhum livro fosse totalmente sagrado. Mas eu estava interessada justamente nisto: os maometanos precisavam refletir sobre a sua fé e sobre o que essa fé realmente fazia com os seres humanos.

Neelie me pôs em contato com Wim van der Krimpen, o diretor do Museu Municipal de Haia, que se mostrou aberto à minha idéia de uma mostra intitulada Submissão. Garantiu que não teria os problemas de segurança que eu temia, uma vez que o museu era muito seguro. Mas observou que comprar manequins sairia muito caro. Pediu-me que entregasse a proposta por escrito a fim de discuti-la com o conselho diretor.

Achei que aquilo não ia dar em nada. Um membro do Parlamento tatuando manequins com versículos do Alcorão? A idéia só podia estar condenada, por isso a arquivei.

Jozias van Aartsen pediu-me que redigisse uma declaração política, sintetizando minhas idéias e propostas específicas para a integração e a emancipação das muçulmanas. Ela seria discutida no Partido Liberal em setembro, na reunião anual de planejamento político. Agora estávamos no poder, de modo que as apostas eram altas. Tudo quanto eu quisesse dizer precisava figurar naquela declaração. Procurei envolver Arie van der Zvvan, uni economista cujo trabalho eu admirava, assim como o crítico Paul Scheffer. Passamos o verão trabalhando nisso e chegamos a uma proposta de doze páginas que era muito abrangente.

Em setembro, quando o Partido Liberal se reuniu para discutir o planejamento político, fiquei apreensiva. Minha declaração propunha

que os liberais se posicionassem a favor do fechamento das escolas muçulmanas existentes, recusando-se a financiar novas, e que trabalhassem no sentido de abolir o artigo 23 da Constituição holandesa, que permitia aos pais criarem escolas próprias, baseadas na religião. Seria uma atitude politicamente corajosa, sobretudo para um partido que, pelo menos em termos holandeses, era de direita. Também propus uma acentuada redução dos benefícios aos desempregados e o fim do salário mínimo. Graças á minha experiência de intérprete de dependentes do Estado de Bem-estar Social, eu sabia que o acesso fácil ao generoso auxílio-desemprego criava uma verdadeira armadilha da pobreza: muitas vezes, as pessoas ganhavam mais do Estado do que receberiam se trabalhassem. Todos me disseram que essas idéias eram excessivamente direitistas — ou seja, que levariam a uma sociedade polarizada entre ricos e pobres, povoada de mendigos e ricaços, com muita violência e exploração.

Na reunião, muitos atacaram com veemência certos aspectos da minha proposta, mas os machos e as fêmeas alfas me apoiaram, de modo que, aos machos e às fêmeas betas, só restou resmungar. Van Aartsen encerrou a discussão propondo que o tema da integração fosse rediscutido na reunião da bancada, da qual meus aliados sêniores não participariam.

Em março, quando se divulgou a muito revisada declaração, já estavam acontecendo coisas no país. A questão de abolir o apoio às escolas confessionais vinha sendo muito debatida, e já se prestava bem mais atenção às muçulmanas. Com base no depoimento de professoras e assistentes sociais, os jornais publicavam artigos sobre as meninas dos jardins-de-infância que tinham sido submetidas à clitorectomia, intelectuais seculares e livre-pensa-dores polemizavam na imprensa acerca das virtudes e dos vícios do profeta Maomé. Deixei vazarem trechos do meu documento político e usei certos aspectos dele em outros debates, construindo gradualmente uma coalizão. Dei partes dele a Gerrit Zalm, agora ministro da Fazenda, e a Rita Verdonk, a

ministra da Integração, para que as usassem em seus próprios projetos. Políticos de outros partidos começaram a se interessar pelo tema.

Eu queria que o Parlamento aprovasse uma moção exigindo que a polícia registrasse o número de assassinatos em nome da honra ocorridos anualmente na Holanda. Depois de uma semana de discussões e negociações nos corredores, o ministro da Justiça, Piet Donner, acabou concordando com a moção que eu havia conchavado com o Partido Trabalhista, mas disse que primeiro ia experimentá-la, como "projeto piloto", em apenas dois distritos policiais. Meses depois, divulgou-se o resultado. O Parlamento ficou chocado, e senti uma gigantesca onda de apoio no país. Entre outubro de 2004 e maio de 2005, onze jovens muçulmanas foram assassinadas pelos familiares somente naquelas duas regiões (havia vinte e cinco distritos policiais no país). Depois disso, pararam de me dizer que eu exagerava.

A maior parte das cartas de apoio que recebia era de holandeses brancos. Também chegavam algumas de maometanas. Já eram muitas as que pelo menos ouviam as minhas palavras. Como sei muito bem, por experiência própria, as grades da gaiola mental demoram muito a se romper. Quase toda correspondência hostil que me chegava era de muçulmanos. Chamavam-me de Pai Tomás, de branca por dentro, de traidora do meu povo. Basicamente, esses ataques ad hominem não passavam de desvios da questão real, que não era eu — pouco importava a minha pessoa. O que importava era o abuso e o quanto ele se ancorava na religião que negava direitos humanos à mulher. O que importava eram as atrocidades perpetradas contra mulheres e crianças na Europa. O que importava era a necessidade de o governo e a sociedade pararem de se esconder atrás de uma simulação vazia de tolerância, e reconhecerem e lidarem com o problema.

Ao ler aquelas cartas furibundas, para mim não era difícil entender os remetentes. Houve uma época em que eu também teria sido capaz de escrevê-las. Quem crê que uma coisa é sagrada e especial e ouve dizerem o contrário, se não estiver preparado para receber essa informação — e especialmente se for herdeiro de uma cultura de honra

— fica ofendido. Eu compreendia esses indivíduos, mas me encolerizava com a gritaria das organizações muçulmanas financiadas pelo Estado para cuidar da comunidade.

Na Holanda, tais organizações deviam atuar como vínculo entre os maometanos e os governos local e nacional. Mas suas lideranças não representavam ninguém. Não eram eleitas. Mamavam subsídios confortavelmente e não produziam praticamente nenhum programa real. Os homens que dirigiam esses grupos deviam representar os maometanos. Conheciam os problemas, mas simplesmente os omitiam. Chamavam-me de traidora, mas eram eles que traíam os muçulmanos — as mulheres e crianças muçulmanas.

Numa noite de maio de 2004, meu pai me telefonou. Haviam lhe dado o número do meu telefone, e foi como se nada tivesse acontecido entre nós. Exclamei: "Abeh> que bom que você ligou, estou tão contente!".

"Ayaan, andam dizendo coisas horríveis a seu respeito", disse ele com voz envelhecida e cansada. "Rezo muito por você. Você reza?"

Eu lhe perguntei se recordava o caso que ele sempre nos contava, guando morávamos na Etiópia, ocorrido no quartel-general da força de oposição somali, de um camarada a quem papai convidara para orar. O homem respondera: "Hirsi, você está vendo uma enorme cabeça de touro pendurada no centro do quarto?" e o meu pai dissera que não. O camarada explicou que, na sua opinião, Deus era como a tal cabeça de touro invisível: ele não conseguia vê-la.

"Abehy sou como esse homem. Você me manda rezar, mas, quando piso no tapete, o quarto está vazio."

"Esse homem se arrependeu", retrucou ele. "Acaba de chegar de uma peregrinação a Meca. Rezei por ele e vou rezar por você. Você também há de voltar ao bom caminho."

"Abeh, nunca mais vou voltar à fé, você é a primeira pessoa a quem digo isso."

Papai ficou calado. Depois disse: "Em todo caso, Ayaan, se alguém lhe perguntar se você acredita em Deus, não responda. Diga que é uma pergunta muito grosseira".

Nós nos despedimos depois de uma hora de conversa. E nunca mais voltamos a nos falar.

Em fevereiro de 2003, conheci Theo van Gogh. Eu estava na casa do jornalista Theodor Holman quando a campainha tocou; um sujeito ruidoso, descabelado, entrou, precipitou-se sobre mim e me esmagou num abraço de urso. Disse: "Sou Theo van Gogh, votei em você", e começou a me dar instruções para sobreviver na política. Ficou lá algum tempo, conversando, e então se foi tão abruptamente quanto havia chegado.

Eu já ouvira falar nele, uma daquelas personalidades de Amsterdã que vivem aparecendo na televisão ou nos jornais. Loiro e sempre desgrenhado, era gordo, fumava muito e falava sem parar. Cineasta conhecido, tinha uma espécie de compulsão a insultar até os melhores amigos, de preferência ao vivo na televisão. Parece que era detestado por muita gente.

Passei mais de um ano sem voltar a me encontrar com ele; não tinha por quê. Mas, em uma tarde de maio de 2004, eu estava na cerimônia de casamento de um amigo, nos Estados Unidos, quando Theo ligou para o meu celular. Embora não tivéssemos tido contato desde aquele primeiro encontro, ele conseguira o número do meu celular por intermédio de um conhecido. Não perguntou como eu estava nem nada — disse de chofre: "Aqui é Van Gogh", e, indignado, começou a falar na briga que tivera com um libanês que se denominava Abu Jahjah.

Abu Jahjah comandava um grupo de jovens árabes, na Bélgica, a chamada Liga Árabe-européia, e fora convidado a participar de uma grande discussão em Amsterdã, no Clube de Debates Caos Feliz. Theo era o encarregado de dirigir a discussão, mas Abu Jahjah se recusara a participar se Theo fosse o moderador. Quando os asseclas do libanês o

ameaçaram, Theo o chamou de "cafetão do profeta", o que gerou um pandemônio dos infernos.

Confesso que não consegui entender que diabo eu tinha a ver com a história toda. Estava no banco traseiro de um táxi, em Nova York, com um motorista evidentemente muçulmano e sem guarda-costas; não era o momento mais oportuno para aprofundar a conversa. E disse: "Theo, não posso falar agora. Quando voltar, na semana que vem, eu o procuro".

Na época, eu estava hospedando uma marroquina chamada Rashida. Tinha entrado em contato comigo no verão de 2003; precisava de ajuda para fugir do pai e dos irmãos, que a agrediram porque ela estava namorando um holandês. Aos vinte e dois anos, queria ser atriz, e vi nela um não-sei-quê pungente — talvez um eco de mim mesma. Queria ajudá-la, mas não sabia que passos uma pessoa precisa dar para iniciar a carreira artística; então me ocorreu que talvez valesse a pena levá-la ao encontro com Theo van Gogh, o famoso cineasta de Amsterdã.

Seu filme mais recente era Najib en Julia, sobre o relacionamento de uma holandesa com um marroquino. Theo tinha muita sensibilidade, uma antena ligada para os sinais de sofrimento, ao passo que a maioria dos holandeses insistia em acreditar que tudo era bom e agradável. Ele achava que as pessoas não se atreviam a dizer muita coisa por medo de ofender. Via-se como um personagem de Fassbinder: o bobo da corte. Sua casa era uma desordem sem fim, mas ele se concentrava intensamente no trabalho. Era um poço de contradições, um homem impossível e, em certos aspectos, um gênio.

Esse encontro, com a presença de Rashida, durou uma hora. Theo prometeu submetê-la a um bom teste de atuação quando ela concluísse o curso de arte dramática. Discutimos sua alterca-ção com Abu Jahjah. Eu disse: "Para que se aborrecer? Você não é cineasta? Faça um filme sobre isso".

Acabamos falando na minha idéia da exposição sobre a mulher muçulmana. Theo propôs: "Faça isso em vídeo. Escreva um roteiro.

Qualquer idiota escreve um roteiro. As únicas coisas que você precisa acrescentar é 'Exterior, Dia' e Interior, Noite'".

Era verdade. Theo estava se oferecendo para fazer Submissão como um curta-metragem. No começo não o levei a sério, mas ele continuou me telefonando, nas semanas seguintes, para cobrar o roteiro. Eu podia fazê-lo durante o recesso parlamentar. Propôs que filmássemos no verão. Prometi tentar.

Dias depois, tive uma reunião com a equipe de produção de um programa de televisão tipicamente holandês, o Convidados do verão, que queria que eu aparecesse em agosto. Nesse programa, as pessoas passavam três horas falando de si e escolhendo os clipes que lhe tinham sido pessoalmente significativos. Alguns mostravam comédias antigas; outros, eventos esportivos memoráveis, um fragmento de documentário ou de programa infantil. Os espectadores eram atraídos pelo prazer de relembrar aquela experiência holandesa comum à medida que as imagens eram exibidas. Não tendo nenhuma experiência em comum com os holandeses, perguntei se o pessoal da produção concordava em apresentar o curta em que Theo van Gogh e eu estávamos trabalhando. Disse que ficaria pronto no dia 29 de agosto, quando o programa ia ser gravado. Mostrei-lhes um resumo do roteiro. Embora achassem aquilo inusitado, concordaram.

Telefonei para Theo, e decidimos tentar.

O filme que Theo e eu fizemos, Submissão: primeira parte, falava sobretudo na relação do indivíduo com Alá. No islã, ao contrário do cristianismo e do judaísmo, a relação do indivíduo com Deus é de submissão total, de escravo com o senhor. Para os muçulmanos, adorar a Deus significa obediência total às normas de Alá e abstinência total de pensamentos e atos que ele declarasse proibidos no Alcorão. Para modernizar o islã e adaptá-lo aos ideais contemporâneos, seria necessário dialogar com Deus e até divergir das regras divinas; mas no islã, tal como foi concebido, discordar de Alá é uma insolência, pois pressupõe igualdade com Ele.

O Alcorão conta a pitoresca história da expulsão de Satanás do reino dos anjos depois da criação de Adão por Alá. Este ordenou que todos os anjos se curvassem perante Adão, mas Satanás se recusou a obedecer, indagando por que ele, um anjo elevado, havia de se curvar diante de uma criatura feita de barro. Alá o expulsou do paraíso, e, desde então, ele tenta desviar Adão e seus descendentes da Senda Reta. O ser humano que pusesse em dúvida as normas divinas caía automaticamente nas garras de Satanás.

Por certo, essa história era contada a todo muçulmano, e, quando menina, eu pensava muito nela. Agora, adulta, sentia que a libertação das muçulmanas devia ser precedida da libertação da mente daquela obediência rígida e dogmática aos ditames de Alá. Com muita freqüência, o Alcorão O designava como "o Clementíssimo, o Misericordiosíssimo"; também repetia várias vezes que Ele nos havia outorgado o livre-arbítrio. Neste caso, pensava eu, por que teria restrições a um pequeno debate?

Quando comecei a escrever o roteiro do filme, decidi usar o formato de oração para criar o diálogo com Alá. Imaginei uma mulher postada no centro de uma sala. Nos quatro cantos, quatro mulheres apresentavam versículos restritivos do Alcorão. A do centro estava velada, mas seu véu era transparente na frente, opaco atrás. A transparência era necessária porque desafiava Alá a olhar para a Sua criação: o corpo da mulher. No seu tronco estava escrito o primeiro versículo do Alcorão, o Sura Fatiha, ou surata da "Abertura", que todo maometano recita em primeiro lugar a cada oração:

Em nome de Alá, o Clementíssimo, o Misericordiosíssimo. Louvado seja Alá, Senhor do Universo, o Clementíssimo, o Misericordiosíssimo, soberano do Dia do Juízo! Só a Ti adoramos e só a Ti imploramos ajuda! Guia-nos à senda reta, à senda dos que agraciaste, não à dos abominados, nem à dos extraviados.

A mulher observava as regras da oração: ficava de cabeça baixa, os olhos fitos no tapete em que ia pôr a cabeça ao se pros-trar para exprimir obediência total. Mas, depois de recitar o Sura Fatiha, fazia

algo inusual: erguia a cabeça. A câmera mostrava uma panorâmica da primeira mulher, que contava a Alá que ela tinha obedecido a todas as Suas injunções, mas agora jazia no canto, sangrando. Apaixonara-se e por isso tinha sido açoitada. E concluía com muita simplicidade: "Nunca mais me submeterei".

Outra mulher tinha asco pelo cheiro do marido. Obrigada a se casar, agora era forçada a se submeter sexualmente a ele, pois o Alcorão dizia: Quando tuas esposas se tiverem purificado, podes delas te aproximar de qualquer modo, a qualquer hora, em qualquer lugar. A terceira mulher era espancada pelo marido pelo menos uma vez por semana: Quanto às mulheres das quais temes deslealdade e má conduta, adverte-as, açoita-as e bane-as a camas separadas. A quarta era uma menina que vivia enclausurada em casa.

Estuprada pelo tio, estava grávida; seria punida por ter tido relações sexuais fora do casamento.

Intitulei o filme Submissão: primeira parte porque a sujeição ao islã causava muitos outros tipos de sofrimento. Encarava-o como o primeiro de uma série de filmes discutindo a relação se-nhor-escravo do indivíduo com a divindade. Minha mensagem: o Alcorão era um ato do homem, não de Deus. Deveríamos ter liberdade de interpretá-lo; deveríamos ser autorizados a aplicá-lo de diversos modos à época moderna em vez de executar um doloroso contorcionismo na tentativa de recriar as circunstâncias de um passado remoto e horrendo. Minha intenção era libertar a mente muçulmana de modo que as mulheres — assim como os homens — fossem mais livres. Os homens também eram obrigados a obedecer a leis desumanas.

Foi fácil fazer o filme. Theo não estava interessado em escrever propostas para obter direitos e financiamento: disse que bastava fazer um filme de dez minutos e ver o que acontecia. Terminei o roteiro no fim de julho. Ele alugou um estúdio e contratou uma atriz e uma maquiadora, e providenciou alguns objetos de cena.

Discutimos o perigo de fazer um filme com tal mensagem. Já tendo falado no islã, eu sabia o quanto era perigoso. Avisei Theo.

Aconselhei-o a não assinar o projeto. Mas ele disse ser um bobo da corte e acrescentou: "Ninguém mata o bobo da corte". Estava convencido de que era a mim que iam atacar, ninguém se importaria com ele.

O filme quase gorou. Foi rodado na segunda-feira, 26 de julho. Theo queria condensar o roteiro e fazer só cinco minutos; fiz questão dos dez. Ele se enfureceu e gritou: "Não estou aqui só para ajudá-la a resolver os seus traumas da infância!" Eu o encarei e então me afastei. Theo pediu desculpas.

A verdade é que ele tinha razão: cinco minutos seriam mais efetivos. Eu lhe telefonei dizendo isso, mas ele se opôs: "Não, o filme saiu perfeito. Estou orgulhoso do que você fez".

Antes que Submissão fosse ao ar pela televisão, achei de bom-tom mostrá-lo às lideranças do Partido Liberal. Também queria persuadi-las de que Theo precisava de mais segurança, já que fizera questão de assinar o filme.

As reações foram as mais diversas. Frits Bolkestein, o velho e sensato líder dos liberais, que já beirava os setenta anos, se pôs a caminhar no seu escritório, preocupado. Disse: "Meu Deus, Ayaan, você está correndo perigo". Eu me senti mal. Pensei: "Não devia ter mostrado a ele, deixei o pobre velhinho preocupado". Agora vejo que Bolkestein compreendeu perfeitamente o que estava acontecendo, assim como Neelie. Tentei tranqüilizar os dois: nada ia me acontecer porque eu contava com a proteção do DKDB; só precisávamos nos preocupar em obter proteção para Theo.

Gerrit Zalm não se deixou afetar. Limitou-se a perguntar se era mesmo verdade que o Alcorão dizia tudo aquilo; já que dizia, concluiu que eu não tinha nenhum motivo para deixar de usar esse conteúdo, se bem que achava lamentável a nossa atriz se apresentar seminua. Johan Remkes, o ministro do Interior, restringiu-se a dizer: "Vocês não podiam ter arranjado uma garota mais bonita?". Remkes achou o filme muito amador; não entendia por que eu estava fazendo tanto escarcéu por causa da segurança. Perguntei: "Vocês providenciam proteção a Theo

van Gogh?" e ele respondeu: "Ayaan, se for mesmo necessário, é claro que providenciamos".

A seguir, mostrei Submissão ao ministro da Defesa, Henk Kamp. Ele se emocionou. Disse: "Que mundo cruel é este em que vivemos". Foi comovente vê-lo tão impressionado com o filme. Eu lhe perguntei: "E a segurança?" e Kamp respondeu: "Os muçulmanos tiveram que engolir muita coisa no ano passado. Estão calejados — não vão reagir a isso".

E parecia ser verdade. Submissão foi ao ar no dia 29 de agosto, e não houve grande reação. A impressão era de que reinava a mais perfeita calma.

17 - O assassinato de Theo

No início de setembro de 2004, um marroquino foi preso por ter divulgado o meu endereço na internet. Exortava todos os adeptos da Unicidade de Alá a se alegrarem, pois, tendo seguido os meus passos, ele enfim, com a ajuda de Deus, havia descoberto onde eu morava: em um imóvel atrás da embaixada israelense. Acompanhada de fotografias minhas e de Theo, a mensagem dizia basicamente que nós dois merecíamos morrer.

Fiquei sabendo disso pelos repórteres, que começaram a me telefonar. Depois de alguns dias, dois policiais me procuraram pedindo que eu desse parte, formalmente, do homem que eles tinham acabado de prender. Fiz isso e avisei a polícia — e a todas as pessoas que me ocorreram — que Theo precisava de proteção.

Depois da filmagem de Submissão ele e eu não voltamos a nos encontrar, mas nos telefonávamos de vez em quando. Theo não deu a mínima para o meu alerta sobre a necessidade de proteção, até fez piada disso. Disse: "Ayaan, você não tem idéia. Há quinze anos que me ameaçam. Todo mundo já me ameaçou: os judeus, os cristãos, os socialdemocratas, os muçulmanos — esses são os mais assíduos —, e nunca me aconteceu nada. Nem vai acontecer".

A essa altura, fazia mais de dois anos que eu vivia cercada de guarda-costas. Ele não queria uma equipe de segurança como a minha. Eu temia que o atacassem em uma rua deserta, quando estivesse voltando do trabalho à noite, e o espancassem, ou talvez que lhe quebrassem as vidraças a pedradas, algo assim. Não esperava que o matassem à luz do dia — que o baleassem, que lhe cortassem a garganta e cravassem uma faca no seu peito.

As semanas se passaram, e nada extraordinário aconteceu a Theo ou a mim. Não esquecemos do Submissão. Falávamos sempre que a mídia estrangeira nos procurava, querendo ver o filme, mas a vida parecia pacífica naquele outono, quando me preparei para a minha segunda sessão no Parlamento. Eu tinha casa, um emprego a que dava grande importância, alguns amigos. Pouco a pouco, começava a ser mais aceita na política. Experimentava uma sensação — bastante nova para mim desde o meu ingresso na política holandesa — de satisfação.

Aproveitando essa serenidade recém-encontrada, decidi administrar melhor o meu tempo. Estava constantemente atrasada com todos os prazos: isso precisava acabar. Aprendera a fixar metas e a implementar unicamente os projetos que combinassem com elas. Contratei um treinador chamado Rik, e na segunda-feira, 1- de novembro, íris, minha assessora parlamentar, e eu desenvolvemos um plano de trabalho que começava por chegar na hora certa, estabelecer as prioridades e esquecer o telefone celular durante as reuniões semanais que juramos solenemente, fazer.

Conforme essa resolução, na manhã seguinte, terça-feira, 2 de novembro, cheguei bem cedo ao meu gabinete e, abastecida de uma xícara de café, comecei a examinar a pilha de coisas a discutir, íris e eu estávamos à espera de Ingrid, a assessora de imprensa do Partido Liberal. Meu telefone começou a piscar, e apareceu um número na tela: era Hugo, meu ex-assessor parlamentar, um jovem que agora trabalhava para os vereadores liberais de Amsterdã. Resolvi ser disciplinada: tinha decidido que não era obrigada a atender a todas as

chamadas. Essa nova e compenetrada Ayaan apertou o botão "STILL" do telefone.

Ele tornou a piscar: Hugo. O que estava acontecendo afinal? E outra vez. Continuei sem atender. Queria verdadeiramente demonstrar o quanto estava comprometida com a nossa nova agenda. Então Ingrid ligou, imaginei que para se desculpar pelo atraso. "Hugo está tentando falar com você", disse. "Parece que aconteceu uma coisa ruim a Theo van Gogh. Houve um ataque."

Levantando-me de um salto, fui correndo para o gabinete da secretária da bancada liberal. Artha tinha uma sala muito maior, com um televisor que ficava o tempo todo ligado no teletexto. Entrei precipitadamente, dizendo: "Aconteceu alguma coisa a Theo van Gogh, ele não está bem" — eu não sabia o que estava dizendo —, e ela sintonizou o noticiário. O texto informava apenas que tinha havido um incidente com arma de fogo em Amsterdã. Eu disse: "Acho que não foi nada", mas estava tremendo. Artha disse: "Ligue para os seus seguranças, eles devem saber se aconteceu alguma coisa". Na época, os guarda-costas me deixavam à entrada do Parlamento — não havia necessidade de ficarem à porta do meu gabinete —, mas, quando eu estava discando o número de Bram, o chefe dos seguranças de plantão, dei com ele ao meu lado como se tivesse surgido do nada.

Eu disse: "Ouvi dizer que aconteceu alguma coisa a Theo van Gogh".

"Isso eu posso confirmar", respondeu Bram.

"Ele está bem?" perguntei. E Bram respondeu: "Não. Theo van Gogh morreu".

Comecei a chorar. Voltei às pressas à sala de íris e tentei respirar. Estava tão desesperada, tão chocada, tão horrorizada. Ingrid irrompeu com o pessoal da segurança, e eles disseram: "Temos que sair já daqui".

Retruquei: "Lamento, mas façam o favor de me deixar em paz. Eu fico". Mas Ingrid insistiu: "Ayaan, você precisa sair". Bram foi muito breve — "Temos de ir" —, e íris começou a chorar. Pondo o braço nos

meus ombros, cochichou como quem consola um bebê: "Vamos, Ayaan". Ela conhecia Theo; desde que eu começara a trabalhar no Submissão, os dois se divertiam muito ao telefone — ele a fazia rir. Bram pegou meu casaco, ajudou-me a vesti-lo e ordenou: "Vamos".

Ele e os outros guarda-costas me cercaram. Quando, na saída do Parlamento, chegamos ao pátio de tijolo, outros seguran-ças rodearam Ingrid, íris e a mim. Não estavam relaxados como de costume. Iam carrancudos, de colete à prova de balas, e notei que mostravam deliberadamente um pedacinho da arma. Era segurança ostensiva. Dava medo.

Percorremos a pé os cinqüenta metros até a minha casa, do outro lado da imensa praça em frente ao Parlamento. Aonde quer que eu olhasse havia proteção: policiais fardados, à paisana, carros, armas.

Que sucedera a Theo? Sintonizei o noticiário; os telefonemas começaram. Estava confusa, chocada — principalmente chocada — com o assassinato de Theo: era inacreditável. A própria idéia de que tal coisa pudesse ocorrer — minha mente se recusava a aceitá-la. Eu só esperava que não fosse verdade. Na televisão repetiam a notícia o tempo todo: tiros, imagens de um vulto sob um lençol branco, Theo van Gogh morto. Eu não conseguia acreditar que era ele que estava debaixo daquele lençol: simplesmente não era possível.

No decorrer da manhã, foram aparecendo os detalhes. Um homem estava preso. Cinqüenta testemunhas presenciaram o crime. Uma mulher disse em inglês — provavelmente na BBC — "um homem barbudo, com roupa de muçulmano". Afundei na poltrona. Então tinha sido um muçulmano, e o motivo só podia ser Submissão. Se não tivéssemos filmado, Theo ainda estaria vivo. Eu me senti responsável pela sua morte.

Não podia desfazer Submissão, mas deveria tê-lo divulgado unicamente em meu nome.

Pensei na ameaça a nós dois na internet, em setembro. Theo podia ter pedido proteção contra aquilo. Que idiotice; seria tão fácil evitá-lo. Eu estava morta de raiva, horror e tristeza.

Então Ingrid soube, por um jornalista, que não tinham sido apenas tiros. Havia facas também, Theo tinha sido degolado, disse ela; e o assassino deixara um bilhete. Eu disse: "Ingrid, as coisas já estão péssimas. Isso é histeria — pura invencionice".

Estava atordoada. O choque parecia ter obliterado a parte pensante do meu cérebro. A única coisa que conseguia fazer era assistir compulsivamente ao noticiário. Ingrid, íris e o pessoal da segurança passaram o dia todo em casa comigo. Job Coben telefonou para saber de mim. Depois, na qualidade de prefeito de Amsterdã, convocou uma manifestação pública naquela noite na Dam, a enorme praça em frente ao palácio real. Chamou-a de manifestação ruidosa porque Theo era ruidoso; seria uma tolice fazer uma passeata silenciosa para ele, disse Joe Cohen.

Eu queria participar da manifestação, porém Bram foi informado pelos superiores que eu deveria ficar dentro de casa porque, em uma situação tão difusa, a ameaça à minha vida era excessivamente grande. Minha participação não faria senão aumentar o perigo para mim e para outros. Eu já me sentia responsável por uma morte: tinha feito muito estrago. Não fui.

Estávamos assistindo, na televisão, às milhares de pessoas reunidas em Amsterdã para a passeata daquela noite quando Bram me disse que precisávamos sair da casa. Recebera ordens de arranjar outro lugar para eu pernoitar. Ingrid ofereceu sua residência. Ficamos juntas na sala de estar, assistindo aos programas noturnos sobre o assassinato. Eu estava envolta em um casaco e com vários cachecóis, paralisada de frio. Todos na televisão se mostravam indignados. O país inteiro estava chocado com o fato de alguém ser assassinado daquele jeito — ainda mais na Holanda — apenas por ter feito um filme.

Mas Bram logo recebeu outro telefonema dos superiores no DKDB, alertando para o perigo de ficar na casa de Ingrid. Era melhor voltar para a minha, atrás da embaixada de Israel, de madrugada.

Os seguranças passaram a noite lá dentro, vigiando. Foi nessa ocasião que começaram a ficar a noite toda postados à porta do meu

quarto. Por volta das quatro horas da manhã, tocaram a campainha com insistência. Eu ainda estava acordada. Levantei-me e perguntei quem era à policial feminina que estava lá embaixo.

A câmera de segurança mostrou um homem de feições árabes. Tinha tocado a campainha de todos os prédios vizinhos. Alguns dias depois, a polícia o prendeu, ele declarou que estava à procura de uma prostituta que visitara uma vez; acabaram sol-tando-o. Mas aquilo me lembrou a mensagem na internet com o meu endereço. Alguém me localizara.

Depois disso, ficou claro que eu não podia passar a noite seguinte em casa. Mas tampouco podia ficar em um hotel, decidiu o DKDB. Meu rosto e meu nome apareciam a toda hora na televisão; qualquer um podia me reconhecer. Não estaria em segurança em nenhum hotel da Holanda.

E se ficasse na casa de um amigo?, perguntei. Um lugar no campo, cercado de árvores. Os chefões do DKDB acharam perigosíssimo. "Não existe segredo na Holanda", explicaram. "As pessoas acabam falando. Casas que parecem escondidas só servem para dar uma falsa sensação de segurança." No fim, não se tomou decisão nenhuma, e passei a noite daquela quarta-feira na minha cama.

Sozinha no quarto, não podia deter o fluxo de idéias. Cada vez que fechava os olhos, via o assassino, chegava a ouvir Theo pedindo para ser poupado. "Será que a gente não pode conversar?" perguntou ele ao assassino. Isso era tão holandês, tão doce e inocente. Theo deve ter pensado que era uma espécie de mal-entendido que poderia ser resolvido. Não conseguia entender que seu verdugo tinha uma visão de mundo completamente diferente. Nada que ele lhe dissesse faria diferença.

Pensei no seu filho de doze anos, que eu tinha visto uma vez e que agora era órfão de pai por minha causa. Quando estava acordada, era só nisso que conseguia pensar e, quando adormecia, tinha pesadelos. Um homem barbudo, com a tradicional túnica muçulmana e empunhando uma cimitarra, entrava na minha casa pela porta da

frente para me atacar; quando eu tentava pular pela janela, dava com uma multidão de homens lá fora, aos berros. Despertava em pânico e não conseguia mais dormir. Até hoje tenho esses sonhos horrendos.

Na manhã seguinte, os seguranças disseram que haviam recebido ordem de me tirar de lá imediatamente. Meteram-me em um comboio de carros e me levaram a um lugar desconhecido para mim, uma espécie de base aérea. Dali por diante, o meu paradeiro seria um segredo absoluto, avisaram. Deram-me um número de telefone destinado a íris, caso ela quisesse falar comigo, mas me recomendaram que não usasse o meu celular. Por motivos de segurança, nem eu poderia saber onde estava.

A caminho da base aérea, paramos no gabinete do ministro do Interior, Johan Remkes. Rita Verdonk, a ministra da Integração, estava lá, com lágrimas nos olhos. Mulher muito firme, ela sempre foi gentil comigo e, quando me abraçou, não agüentei e também comecei a chorar. Depois de algum tempo, Johan disse: "Quero lhe mostrar uma coisa, mas será que você está em condições de ver?"

Respondi: "Estou chocada, estou triste, estou com raiva — de vocês por não terem protegido Theo —, mas estou lúcida". Johan me entregou uma fotocópia da carta. Não contou que o assassino de Theo a fincara no seu peito, apenas me deu as páginas escritas em árabe e em holandês.

Eu as li. A carta era estruturada com muita precisão, como um fatwa, o veredicto religioso. Começava com Em nome deAllah, o ClementíssimOy o Misericordiosíssimo e prosseguia com uma citação do profeta Maomé, o espadachim. Depois vinha um resumo dos "atos criminosos" que eu cometera contra o islã. Seguia-se um versículo do Alcorão e um desafio do autor com base nesse versículo, perguntando se eu, tal como ele, o autor da carta, estava disposta a morrer pelas minhas convicções. Concluía amaldiçoando os Estados Unidos, a Europa, a Holanda e a mim, e assinava com a alcunha "A Espada da Fé".

Perguntei: "Quem assina isto?". Estava sem fôlego. Aquilo era terrível. Uma coisa sem rosto. Se a carta houvesse sido escrita por uma pessoa poderosa, de fora da Holanda, eu tinha muito a temer. Remkes me contou que fora encontrada no corpo de Theo, junto com um poema de martírio.

Passei aquela noite e a seguinte na base aérea, dormindo em um quarto no andar desocupado do quartel. Estava empoeirado; tinha duas camas estreitas de metal com cobertores de lã, à qual sou alérgica. As janelinhas davam para um corredor lotado de seguranças de sentinela. Havia muitos soldados no lugar. Disseram-me para conservar a cortina fechada: ninguém podia saber da minha presença, nem mesmo o pessoal da base aérea.

Naquela noite, incendiaram uma mesquita em construção em Utrecht. O país estava enfurecido; no contexto da história da Holanda, aquele fato era sísmico. As emoções se exaltaram assustadoramente. Mas eu estava atordoada. Desde a morte de Theo, sentia-me zonza. Era como se tivesse havido um curto-circuito: uma parte pensante de mim se queimara.

Fazia apenas o que me mandavam fazer. Coisas que normalmente nunca faria. Passei os dois meses e meio seguintes sozinha com os guarda-costas. Quase não tinha contato com os amigos nem com os colegas parlamentares. Aparentava calma. Concordava com tudo. Era como se houvesse perdido a vontade.

Eu podia ser assassinada; fazia parte da situação. Estava com medo. Não queria morrer. E também sentia muita gratidão àquela gente que me protegia, pois não era pouco o que eles estavam fazendo. Por mais zangada que estivesse porque ninguém protegera Theo, eu me dispunha a fazer tudo que aqueles homens mandassem, porque eles pareciam ter o controle da situação, podiam salvar a minha vida.

No entanto, se minha mente estivesse funcionando adequadamente naquela época, eu teria percebido que, com a morte de Theo, os serviços de segurança passaram a se exceder. Viram as ameaças contra ele se acumularem na internet, mas não se

empenharam em convencê-lo a aceitar uma equipe de segurança porque achavam que, se o fizessem, acabariam precisando proteger "todo mundo". A função do DKDB era proteger exclusivamente a família real, os diplomatas e os parlamentares. O ministro da Justiça, Piet Hein Donner, chegou a declarar à imprensa: "Não é possível que metade da população proteja a outra metade".

Agora Theo estava morto; e o país, mergulhado em uma crise profunda. Os serviços de segurança enxergavam ameaças em toda parte. Ninguém tinha idéia da escala da conspiração para matar Theo. Se eu fosse assassinada naqueles dias, a Holanda corria o risco de se incendiar, com os cidadãos se armando uns contra os outros — coisa que qualquer governo temia. De modo que deram a ordem: "Mantenham-na sã e salva, custe o que custar".

O funeral de Theo estava marcado para uma semana depois da sua morte. O pessoal da segurança disse que, se eu fizesse questão de comparecer, eles dariam um jeito, mas avisaram que isso talvez pusesse outras pessoas em perigo. Concluí que não convinha ir. Tinha que viver com a culpa da morte de Theo por ter feito Submissão comigo; não me atreveria a arriscar outras vidas.

Mas queria pelo menos vê-lo e me despedir dele. Os guarda-costas consentiram em me levar ao necrotério do hospital, em Amsterdã, com muitos carros e muitos homens armados. Quando cheguei, Theodor Holman, o melhor amigo de Theo, e o seu produtor Gijs van Westerlaken estavam na sala com o corpo. Nele não se via nenhuma marca de violência. Theo estava vestido como sempre, suéter de gola rulê e calça larga. Procurei um sinal de violência, mas havia serenidade no seu rosto, sem nenhum hematoma, nem mesmo uma espinha. Seus lábios cerrados davam a impressão de esboçar um sorriso sarcástico. Ele parecia em paz, a única vez em que o vi calado. Eu lhe afaguei o ombro, lhe beijei a testa. Disse: "Lamento muito tudo que aconteceu".

Theodor Holman interferiu: "Não, Ayaan. Se estivesse vivo, Theo ficaria ofendido ao ouvir isso. Ele nunca quis morrer na cama.

Submissão o fazia se sentir o próprio rei a cavalo. Morreu em uma batalha pela liberdade de expressão, e foi por isso que viveu. Seria muito pior se fosse devorado pelo câncer ou se se arrebentasse estupidamente em um acidente de carro. Essa foi uma morte significativa. Ele era meu amigo, e não quero que você lamente que tenha morrido como morreu".

Foi muita bondade de Theodor tentar fazer com que me sentisse melhor. Eu me despedi de Theo. Ele não acreditava no além. Eu também já não acreditava. Pois é, pensei: isso é o fim.

Depois fui tomar café com Theodor e Gijs na sala de espera do hospital. Os dois brincaram, procurando me alegrar; tinham uma maneira própria de lidar com a perda do amigo querido e excêntrico. Disseram que eles e outros amigos de Theo haviam tentado entrar em contato comigo, mas provavelmente haviam dado a eles o número errado, pois sempre que atendiam diziam: "Base Aérea de Woensdrecht".

"Então é lá que estou escondida", pensei. Na Base Aérea de Woensdrecht, perto da fronteira com a Bélgica. Quando estávamos nos preparando para ir embora, eu disse ao chefe dos guarda-costas: "Já sei aonde vamos. A Woensdrecht". Ele se limitou a me encarar: "Não mais". Ficou zangado ao saber que Theodor tinha o meu número. "Quem a autorizou a dar essa informação?" Dali por diante, ninguém mais soube do número do meu telefone.

Naquela noite, depois de ter visto o corpo de Theo no necrotério, fui levada ao centro de treinamento da polícia de Hooger-heide, perto de Woensdrecht. Dormi em um dos cubículos destinados aos trainees, com pesadelos e novos cobertores de lã, que me deixavam lacrimejante e com dor de cabeça. Na manhã de segunda-feira, teria que mudar outra vez; os recrutas da polícia chegariam para o treinamento e poderiam me ver. Aturdida com tanta movimentação e tantas noites maldormidas, pedi para ficar lá mesmo, mas o chefe da segurança respondeu: "Não. Não podemos confiar em tantos recrutas. Eles ainda não são policiais".

Na segunda-feira bem cedo, os guarda-costas me levaram ao Ministério de Relações Exteriores. Jozias van Aartsen, o líder da bancada liberal, tinha sido ministro do Exterior e providenciou um escritório para eu ficar, um lugar seguro e livre da pressão da mídia. Minha assessora íris foi autorizada a me visitar; à parte isso, eu só tinha um telefone e um televisor.

Proibiram-me de enviar e-mails, pois podiam ser rastreados. (Dias depois, confiscaram meu telefone celular — que, segundo eles, também podia ser rastreado.) Tive a curiosidade de indagar: "O senhor acha mesmo que essa gente é capaz desse tipo de coisa?". Tudo indicava que os radicais islâmicos, na Holanda, eram jovens imigrantes insatisfeitos — sem acesso à tecnologia — e, pensava eu, era preciso ser muito organizado para adquirir equipamento capaz de rastrear um celular. Mas os seguranças disseram: "Não podemos eliminar essa possibilidade". Tinha se tornado uma espécie de mantra: "Não podemos eliminar nenhuma possibilidade".

Fiquei naquele escritório, lendo todas as cartas e todos os jornais, assistindo à televisão e tentando acessar o meu e-mail. Oito norte-africanos tinham sido presos em Amsterdã; falava-se em uma célula terrorista. Naquele fim de semana, incendiaram-se quatro mesquitas e duas igrejas. Na noite de domingo, o fogo destruiu uma escola primária maometana de Uden, perto de Eindhoven.

Theo seria cremado no dia seguinte. Eu não conseguia pensar em outra coisa.

Naquela noite, levaram-me ao gabinete do vice-ministro de Assuntos Europeus, que ficava em outro andar do prédio do ministério. O gabinete contava com um quartinho, um banheiro e uma cama estreita. O vice-ministro se foi — era muito gentil — e os guarda-costas se postaram do lado de fora. Era lá que eu ia dormir. Pedi muito que me deixassem ir para casa — ficava tão perto —, masleles decretaram que não era seguro.

O comportamento dos seguranças mudara completamente. Havia qualquer coisa urgente, seriíssima no ar. Eu também o sentia.

Eles achavam melhor não me informar da situação. O que estava em jogo ia muito além de mim.

Não dormi nada, espirrando por causa dos cobertores de lã, a boca, a língua e a garganta cocando sem parar. Passavam-me pela cabeça todas as possibilidades sinistras: os guarda-costas lá fora, o medo, as mesquitas em chamas, a morte de Theo.

No dia seguinte, terça-feira, assisti à cerimônia fúnebre ao vivo na televisão. Foi muito comovente. Bram Peper, ex-ministro do Interior e ex-marido de Neelie Kroes, era um bom orador. Disse que a morte de Theo provocara um choque pior do que um assassinato político por ter sido a morte de uma pessoa sem ambições políticas, que nunca tinha aspirado ao poder. O pai de Theo era humilde, mas muito digno na sua dor. A mãe assumiu uma atitude combativa. Ao discursar, declarou que eu não tinha por que me sentir culpada pela morte de seu filho: fazia quinze anos que ele era ameaçado. Ela me chamou pelo prenome e se dirigiu diretamente a mim. Disse que eu devia prosseguir na minha missão. Achei comovente ela pensar em mim em semelhante ocasião. Tive pena dela e do pai de Theo, que prorrompeu em lágrimas, e acima de tudo do filho dele, que, aos doze anos, perdera o pai tão cruelmente assassinado.

Poucos dias depois, escrevi uma carta à família. Antes de entregá-la, o pessoal da segurança a leu em busca de pistas que pudessem revelar meu paradeiro.

Na manhã de quarta-feira, a abertura do noticiário mostrou a polícia cercando um prédio de apartamentos em Haia, perto do lugar onde eu agora dormia. Alguém, de um dos apartamentos, tinha atirado uma granada de mão na polícia, ferindo vários homens. O bairro fora evacuado. O espaço aéreo da cidade ficou fechado para os vôos civis, ao passo que as forças especiais se aproximavam. Ninguém sabia o que estava acontecendo; era como se Haia estivesse sitiada.

Neelie Kroes e Jozias van Aartsen passaram vários dias discutindo com o pessoal da segurança sobre o que fazer comigo. Decidiram que, tal como em 2002, quando eu recebera as primeiras

ameaças de morte, convinha-me fazer uma curta viagem ao estrangeiro. Isso me permitiria descansar, elaborar o luto e ficar a salvo até que a poeira baixasse — quando então se presumia que as diversas agências teriam chegado a um acordo quanto ao nível de perigo a que minha vida estava exposta e quanto ao modo de lidar com isso.

Agora, enquanto prosseguia o cerco ao prédio de apartamentos de Haia, meus guarda-costas me disseram que eu estava de viagem marcada para os Estados Unidos. Levaram-me para casa; deram-me três horas para fazer as malas.

Eu não sabia o que levar; os seguranças se restringiram a dizer que o meu destino era os Estados Unidos. Lá estava fazendo frio ou calor? Meu cérebro simplesmente tinha parado de funcionar. A esmo, fui enfiando nas malas toda roupa que tinha, assim como dezenas de livros e, quando acabaram as malas, peguei enormes sacos plásticos com fecho zip bag. Aquilo tudo era irracional, mas não havia ninguém que me dissesse tal coisa. Muito calados, os guarda-costas se limitaram a amontoar a bagagem nos carros blindados.

Levaram-me à base aérea de Valkenburg, perto de Haia, e estacionaram na pista. À nossa frente, um avião militar de transporte e vigilância, um Órion. Subi o corredor de embarque dizendo comigo, feito uma professorinha: "Preste atenção. Esta é uma experiência única". Sentia-me estranhamente desmaterializada, completamente calma. Todas as janelas estavam com as pérsia -nas fechadas, e me proibiram de me aproximar delas e das portas. A aeronave ia repleta de soldados fardados; dois guarda-costas do DKDB continuavam me escoltando. O chefe era Pete, cuja presença eu solicitara por confiar nele.

Os pilotos me convidaram a ver a decolagem na cabine. Explicaram-me o trabalho deles e a tecnologia do avião; fiz algumas perguntas educadas. Fazia muito frio. Eles disseram que eu podia me deitar em uma das duas camas dobráveis, tão altas que era impossível me virar sem bater os joelhos ou os ombros no teto. Assim fiquei, deitada, pensando em Theo e na culpa enorme que sentiria pelo resto da vida.

Aterrissamos em uma base aérea de Portland, Maine. Dois policiais que geralmente lidavam com criminosos, no Programa Holandês de Proteção a Testemunhas, foram nos buscar. Não me trataram como criminosa; afinal de contas, eu era uma parlamentar sob proteção, não uma traficante de drogas. Mas lidaram com a situação de maneira autoritária, como estavam acostumados — eram especialistas. Determinaram o que eu poderia e não poderia fazer.

Eu continuava com medo — olhava para os lados, sobressaltava-me com o menor ruído —, e eles tentaram me tranqüilizar. Primeiro, levaram-me a um modesto hotelzinho de beira de estrada, onde tomei banho e tentei dormir enquanto dois guarda-costas levavam o meu passaporte para tramitar a minha entrada oficial no país.

Depois fomos a Andover, Massachusetts. Uma vez mais, alugaram quartos no mesmo tipo de hotel de segunda classe todo cercado de auto-estradas, em uma zona industrial em que praticamente não se viam seres humanos. Eu estava morrendo de frio. Os seguranças decidiram me manter completamente anônima naquele estabelecimento tipicamente americano, onde nenhum holandês me reconheceria. Acabamos passando semanas lá.

Eu só queria acompanhar os noticiários da Holanda. Queria saber como estava a família de Theo, o seu filho, o que tinha acontecido no Parlamento; como havia terminado o cerco policial em Haia. Mas não havia notícias da Holanda nos Estados Unidos, e os meus guarda-costas tiraram o telefone do quarto. Podiam não me dar exatamente o tratamento que costumavam reservar aos criminosos, mas me tratavam como criança, como se eu não tivesse a menor consciência do perigo por que estava passando. Discuti com Koos, o homem do Programa de Proteção a Testemunhas. Queria um telefone; queria conversar com os meus amigos. Mas ele replicou que era responsável pela minha segurança e que só estava me protegendo. Não me permitiam navegar na internet; também poderia ser rastreada. Aleguei que ninguém ia me ras-trear se eu entrasse unicamente nos sites de notícias, mas, pelo jeito, aquela era uma regra: nada de internet.

Por sorte, o meu guarda-costas Pete era do DKDB, não do Programa de Proteção a Testemunhas; policial havia mais de vinte anos, sabia distinguir o que ameaçava a vida do que não a ameaçava. Insistiu para que checassem a Biblioteca de Boston para ver se lá eu podia entrar na internet. Disse: "Somos responsáveis pela segurança dela, mas ninguém tem nada a ganhar se ela despirocar".

Enquanto Koos ia a Boston, Pete me emprestou seu telefone, recomendando-me cuidado com o que dizia. Ficou do outro lado do quarto enquanto eu ligava para Johanna, íris e minha amiga Geeske. Conversamos discretamente sobre a minha ausência temporária. Deram-me notícias da Holanda; o cerco de Haia terminara com a prisão de sete pessoas em todo o país, todas suspeitas de ligação com um grupo terrorista.

Ao retornar, Koos determinou: "Não vale a pena. Boston está coalhada de holandeses e de todo tipo de europeus. Não podemos excluir nenhuma possibilidade. Não vamos".

No dia seguinte, os seguranças resolveram me levar a um shopping para comprar óculos sem receita. Mas os americanos eram curiosíssimos; crivavam a gente de perguntas, mesmo em uma mera transação comercial. Os guarda-costas recomendaram: "Diga que você se chama Jill Steele e que é sul-africana".

Eu era uma negra de boné de beisebol, acompanhada de quatro gigantes, querendo comprar um par de óculos sem receita e contando uma história ridícula sobre a África do Sul. Senti todo mundo na loja me examinar dos pés à cabeça.

No dia seguinte, completei trinta e cinco anos. Tinha planos de dar uma festa na Holanda, com dezenas de convidados. Agora apenas alguns dos meus amigos mais íntimos iam se encontrar, sem mim, para conversar sobre o que ainda estava por acontecer. E eu, por minha vez, não tinha o que fazer. Tinha o laptop, mas não podia escrever. Tinha livros, mas não conseguia assimilar nem uma linha.

Pete sabia que as coisas não estavam nada bem comigo. Certa vez disse: "Do jeito que eles querem que a gente garanta a sua

segurança, seria mais fácil trancá-la em um bunker da Segunda Guerra Mundial, em uma praia qualquer, e lhe passar comida pela porta". Respondi: "Já seria um progresso. Eu estaria na praia, na Holanda, e poderia convidar os amigos para o chá".

A solução de Pete era ginástica; a exaustão física, o único remédio contra a insônia, o medo e a preocupação. Levava-me a uma academia enorme e me obrigava a me exercitar nos aparelhos. Tinha razão, ajudou.

Na Holanda, estavam começando a indagar sobre o meu paradeiro. Desde o assassinato de Theo, eu praticamente desaparecera da face da Terra. Aos meus amigos, diziam que eu queria ficar sozinha, mas eles não acreditavam; sabiam que, num momento como aquele, eu só poderia querer estar na companhia deles, ou pelo menos lhes telefonar. Na ausência de qualquer informação, surgiu todo tipo de teoria da conspiração. Alguns diziam que eu tinha sido assassinada e que as autoridades estavam escondendo a minha morte.

Uns dez dias depois da nossa chegada aos Estados Unidos, o pessoal da segurança autorizou Neelie Kroes a me telefonar. Ela e Jozias van Aartsen estavam tentando dar um jeito de me visitar, mas os seguranças insistiam em dizer que era impossível. Percebi que ela e Jozias não sabiam que eu estava tão longe.

Henk Kamp, o ministro da Defesa, também me telefonou. Propôs: "Vou visitá-la, e a gente dá uma volta no bosque de Zutphen". Perguntei: "Henk, será que você não sabe que estou muito longe do bosque de Zutphen?" Era como se eu fosse um estado de emergência de uma só mulher; nem mesmo o ministro da Defesa sabia onde eu estava.

Meses depois, quando tudo voltou ao normal e tornei a me encontrar com Henk, perguntei como era possível que até ele ignorasse o meu paradeiro. Henk respondeu: "O único que sabia onde você estava era o ministro da Justiça. Piet Hein Donner pediu ao restante do gabinete: 'Por favor, não perguntem onde ela se encontra', e ninguém perguntou".

Piet Hein Donner não era um mau sujeito. Embora não fosse uma liderança forte, era um homem muito decente — um homem de outra época, e não exercia o controle absoluto sobre o seu departamento. Imagino que tenha dado a ordem "Protejam-na" e deixado os funcionários cuidarem de tudo. Aqueles homens nunca tinham enfrentado situação semelhante, mas o seu emprego estava em jogo. De modo que me protegeram até demais. Tenho certeza de que tinham boas intenções.

Depois de duas longas semanas vazias, Neelie voltou a telefonar no fim de novembro. Disse que eu estava autorizada a voltar à Holanda, por alguns dias, a fim de conversar com algumas pessoas sobre a minha situação e ver quando poderia retornar definitivamente. Foi um grande alívio.

No dia 27 de novembro, depois de vinte e cinco dias escondida, fomos para o aeroporto de Portland debaixo de um aguaceiro.

Aterrissamos na Base Aérea de Eindhoven e, a seguir, fizemos um longo percurso, em caravana, que me pareceu ter durado horas. Todos os carros pararam no acostamento de uma auto-pista, e passei para outro veículo muito menor e mais simples. Koos, do Programa de Proteção a Testemunhas, levou-me a uma casa de campo nas imediações de Zelhem.

Na hora de ir jantar com Neelie e Van Aartsen, fui transportada num Fusca; depois paramos em uma clareira e tornamos a mudar para um comboio de BMWS. Estava escuro. Por fim cheguei a um prédio de alvenaria no meio do bosque. Todas as luzes estavam apagadas. A entrada fedia a urina. Um dos guardas esclareceu que o cheiro vinha da antiga cadeia: aquela era uma delegacia de polícia desativada. Não havia eletricidade, a iluminação ficava por conta de umas lamparinas. Uma mesa estava posta com toalha de papel, alguns sanduíches e duas garrafas de água e suco.

Estávamos na Holanda, a décima quinta ou décima sexta maior economia do mundo, e lá ia me encontrar com um comissário da União Européia e com o líder do partido do governo, esgueirando-me em meio

àquela estranha fantasia de escoteiro. Agradeço ter sido protegida, agradeço estar viva — mas aquele esquema de segurança me pareceu um exagero.

Neelie e Van Aartsen chegaram e foram rapidamente levados para dentro. Ao abraçar Neelie, fiquei com vontade de chorar outra vez. Jozias parecia agitado. Estava em meio aos preparativos de um congresso do partido, e a sua vida também fora ameaçada; agora andava cercado de guarda-costas como eu. Sentamo-nos frente a frente na sala que tinha sido preparada; Neelie enrugou a testa, dizendo "Santo Deus".

Seu tom de voz deixou claro que achava aquela operação ul-tra-secreta absolutamente ridícula. "Quer dizer que aqui é seguro? Por que não nos deixaram ter o nosso encontro na minha casa?" perguntou.

Quando os seguranças fecharam a porta, Jozias quis saber onde eu havia estado. Contei-lhe: em um hotel de beira de estrada numa zona industrial dos Estados Unidos, entre rodovias; nenhum contato com os amigos, conversas só com os guarda-costas. Neelie ficou lívida. Eu disse: "Se tiver que passar mais tempo lá, quero pelo menos um meio de comunicação, um lugar em que me seja possível receber notícias e trocar mensagens eletrônicas com as pessoas. Preciso passar mais tempo com os meus semelhantes".

Dois funcionários do Ministério da Justiça tinham ficado de se encontrar conosco depois do jantar, o chefe do departamento antiterrorista e o chefe da unidade de proteção e segurança. Neelie e Jozias os interrogaram sobre o porquê de eu estar vivendo daquele jeito, totalmente isolada, tão longe. Afinal, que tipo de ataque esperavam?

Enfim, após semanas de aceitação passiva, alguma coisa em mim recobrou vida. Eu disse àqueles homens: "Vou acatar a decisão de vocês quanto a quando vou poder voltar definitivamente, porque essa é a função de vocês. Mas para aquele hotelzinho não volto. Ninguém me conhece nos Estados Unidos. Quero autorização para ir a uma universidade. Quero escrever, ler, fazer alguma coisa. Não agüento mais ficar olhando para aquela estrada".

Neelie os dispensou com um olhar significativo e fechou a porta. Contou-me que meus amigos, na Holanda, estavam em polvorosa, tentando descobrir o que sucedera comigo. Queriam saber do meu paradeiro. A imprensa já andava questionando a necessidade de tanta segurança. Em parte, tinham me levado de volta à Holanda para acabar com a agitação e mostrar às pessoas que eu estava bem. Combinamos que, antes de retornar aos Estados Unidos, ia me encontrar com um grande amigo meu, Her-man, assim como com um repórter do diário NRC Handelsblad. Jozias propôs que também escrevesse uma nota para deixar claro que eu estava a salvo, e que ele se encarregaria de ler esse texto na reunião do partido no dia seguinte.

Passei esse dia sozinha na casa de Zelhem, aguardando as decisões. Por fim, disseram que eu iria me encontrar com Neelie, jantar com Herman e, depois, dar uma entrevista a Frank Ver-meulen do NRC. Recusaram-se a me contar aonde íamos, mas, ao chegar, foi fácil reconhecer o Ministério da Fazenda. Deixaram-me em um enorme gabinete vazio, e Neelie chegou com uma garrafa de champanhe. Pusemo-nos a redigir o texto que Jozias ia ler na reunião dos liberais. Quando Herman chegou, eu lhe pedi que descobrisse uma universidade, nos Estados Unidos, à qual pudesse ir e que fosse aceitável para o pessoal do Ministério da Justiça.

Foi maravilhoso revê-los, conversar. Eu estava que não podia comigo: dois amigos de uma vez depois de tanto tempo de solidão, era demais para mim.

Quando o champanhe de Neelie terminou, Herman pediu mais uma taça. Fui até à porta e solicitei ao guarda-costas: "Pode arranjar uma garrafa de vinho?". Ele disse: "Mas a senhora vai ser entrevistada por um jornalista depois do jantar! Não pode beber!".

Herman exclamou: "Meu Deus, o que é isso?". Não se conformava com o modo que eu estava vivendo e sendo tratada. Acho que até já tinha me acostumado, mas, agora que estava de volta à Holanda, aquilo começou a parecer esquisito inclusive para mim.

Tjeerd, um dos funcionários encarregados da minha proteção, achava imprescindível acompanhar pessoalmente a entrevista ao NRC a fim de avaliar se o que eu dizia podia criar algum problema de segurança. Ao saber disso, Frank Vermeulen fez uma careta.

Quando a entrevista terminou, pedi a Tjeerd que se retirasse para que eu conversasse a sós com meu amigo Frank. Assim que a porta se fechou, ele perguntou: "Quanto tempo isto vai durar? Eles não podem escondê-la fora do país eternamente. É loucura. Você é parlamentar e não cometeu nenhum crime, mas tem até uma babá censurando o que você diz — pior do que na ex-União Soviética". Eu disse: "Não entendo nem a metade do que está acontecendo. Às vezes dá a impressão de que eles não confiam em mim nem para cuidar da minha própria vida".

No dia seguinte, informaram-me: "Você vai ficar em um país vizinho e depois volta a Massachusetts". A guarda tinha mudado — eles se revezavam uma vez por semana — e eu não conhecia nenhum dos novos seguranças; não me dariam mais nenhuma informação. Atravessamos a fronteira e fomos para o interior da Alemanha, até um hotel sórdido, imundo, em uma cidadezinha chamada Meckenheim, se bem que eu não soubesse disso na época.

Lá percebi que não agüentava mais. Precisava me defender. Saí. Simplesmente saí do hotel para tomar um café e um pouco de ar.

Robert, um jovem agente do DKDB, estava de plantão no corredor. Olhou para mim como se eu estivesse à mercê de uma psicose aguda, correu no meu encalço e perguntou: "O que a senhora pensa que vai fazer?". Eu disse: "Vou tomar café", e segui em frente. Robert era um policial treinado, treinado para vigiar, de modo que foi atrás de mim. Lá fora, a rua estava deserta; fazia muito frio. Ao ver uma placa, eu disse: "Muito bem, estamos em Meckenheim, portanto, na Alemanha. Vamos seguir as placas até o centro da cidade".

Alguns metros atrás de mim, Robert já estava telefonando para Hendrik; apesar de armado, mal conseguia dissimular o nervosismo. Eu estava calma. Fazia bem caminhar, respirar o ar fresco e puro. Mas era

manhã de domingo, e a maioria dos estabelecimentos da cidade estava fechada. Avistei um bar, olhei para dentro e perguntei: "Café?". Nem Robert nem eu falávamos alemão. O balconista fez que sim.

Era um turco; o bar era turco. Robert ficou paralisado de susto; confesso que também senti um pouco de medo. Mas me sentei e fingi estar tomando o café mais gostoso da minha vida. No fiin-do, queria fugir o mais depressa possível, mas a minha dignidade era mais importante. Eu precisava voltar a ser dona do meu nariz.

De modo que tomei café bem devagar e pedi outra xícara. Cada vez que um trabalhador turco chegava, Robert botava a mão no telefone; não queria entrar sozinho naquela batalha. Mas eu disse: "Essa gente é inocente. São comerciantes. Não vão matar os fregueses".

Enfim me levantei, disse Danke e saí. Cinco metros mais adiante, na rua, os dois caímos na gargalhada. Eu disse: "Você está aliviado, não está?". Robert concordou, e confessei: "Eu também". Ele me censurou: "Está vendo? Há perigo em toda parte", e repliquei: "Não, eles não fizeram nada, apenas nos serviram café. Vamos andar. Não quero ficar naquele hotel que mais parece um necrotério".

Quando voltamos, instalaram-me em um luxuoso spa de velhos ricos, que tampouco era o que eu esperava. Não estava exigindo luxo, só não queria dormir em um quarto fedorento.

Fui levada de volta a Massachusetts, ao hotel horrível da periferia de Andover. Resolvi mandar ao filho de Theo um presente de Sinter-klaas, o Papai Noel holandês que dá presentes no dia 5 de dezembro. Quinze dias depois, minha encomenda foi devolvida, intacta. O garoto não queria nada de mim. Isso me deixou arrasada.

Fiquei deprimida novamente. Os dias se arrastavam sem a menor notícia de transferência. Meus novos guarda-costas não me deixavam sair do hotel nem mesmo para ir à academia de ginástica. Eu pedia constantemente o telefone: a única coisa que podia fazer era conversar com os amigos, a única maneira de permanecer sã. Mas havia uma nova regra: só podia usar o telefone se os seguranças ficassem por perto, escutando. Era como estar presa. Recolhi-me ainda

mais em mim mesma e comecei a passar a maior parte do tempo sozinha no quarto.

Enfim chegou a notícia: eu ia ser transferida para San Die-go. Ainda não podia freqüentar o prédio da universidade; isso dependia de autorização. Mas lá estava fazendo calor, e Pete voltara a integrar a minha escolta. Levava-me à praia e me deixava passar horas caminhando nas dunas, respirando a maresia. Emprestava-me o celular e se afastava discretamente para não ouvir minhas conversas.

Pela primeira vez desde a morte de Theo, comecei a reviver e a dormir bem por pura exaustão física. Na véspera de Natal, Neelie telefonou. Combinamos que eu voltaria para a Holanda em 10 de janeiro.

Quando chegou o dia, fomos a Frankfurt, na Alemanha, muito embora eu preferisse ir diretamente para a Holanda — queria ficar em casa, preparar-me para a entrevista coletiva que ia dar no dia 18, em Haia. Mas não fui autorizada, sei lá por quê. Ficamos em um hotel alemão, depois em outro. Por quê? Ninguém me dava explicações; eram medidas de segurança. O segundo hotel tinha computador e conexão com a internet. Comecei a escrever as declarações que faria quando voltasse ao trabalho. Pensei em enviar um esboço das minhas idéias aos amigos, por e-mail, mas no meu quarto não havia conexão com a internet. Por isso, à meia-noite, pedi aos guarda-costas que me acompanhassem à recepção e perguntassem se eu podia enviar a mensagem de lá.

O recepcionista turco olhou bem para mim e perguntou: "Ei, você não é a somali que era parlamentar na Holanda, aquela cujo amigo foi assassinado?"

Nos meses que se seguiram à morte de Theo, de vez em quando uma ou outra pessoa me reconhecia — eu sabia disso pela cara de surpresa que faziam —, mas aquela foi a primeira vez que me interrogaram abertamente. Balbuciei: "O quê?". O homem disse: "É você, sim. Deixaram uma carta no corpo dele, ameaçando-a, e ela

desapareceu. É você, não é?" Ri, sem jeito, e respondi: "Oh, não. Muita gente me confunde com ela, mas não, não sou eu".

Aquilo representava um sério problema de segurança. O recepcionista me era totalmente desconhecido e sabia até o número do meu quarto. Perguntei aos guarda-costas: "Será que convém continuar aqui?" Mas Case, o chefe da equipe, disse: "Amanhã telefono para o escritório. Com toda essa movimentação, a senhora não consegue descansar".

Teria sido risível se a minha vida não estivesse em jogo. Fui para o quarto e empilhei móveis e malas junto à porta e deixei a máquina de café e xícaras e pires equilibrados no alto, para o caso de eu pegar no sono enquanto esperava o barulho do homem de revólver em punho e faca entre os dentes. Na manhã seguinte, Case recebeu ordem de me transferir para um hotel de Aachen, além de uma reprimenda por não ter providenciado a mudança imediatamente.

Estávamos cada vez mais perto de Haia. Proibiram-me sair do quarto, já que os recepcionistas tinham me reconhecido. Eu queria entrar em contato com os pais de Theo antes de retornar à Holanda, de modo que pedi a Case que providenciasse o telefonema. Mas ele disse: "Perguntamos ao contato da família na polícia, e eles não querem falar com a senhora. Quando estiverem dispostos, vão procurá-la".

Posteriormente, descobri que era mentira; os pais de Theo me receberam de bom grado e com muito carinho. Nunca disseram tal coisa a ninguém. Com certeza, algum funcionário do Ministério da Justiça preferiu não se dar ao trabalho de telefonar.

Perguntei se podia me encontrar com meu amigo Paul Schef-fer, o crítico, para que me ajudasse a redigir o texto, que tinha saído demasiado extenso e emocional. Queria ser profissional e falar do meu trabalho, mas também queria — e precisava — falar da minha tristeza pela morte de Theo, do sentimento de culpa que ela me causava, e queria transmitir a mensagem de que eu e a Holanda precisávamos avançar, não podíamos nos curvar perante o terror.

Fui levada à Holanda no dia 15 de janeiro. Paul e eu nos encontramos em uma delegacia de polícia, em Dreiberg, e enxugamos muito o texto. Passei a noite em uma base militar de helicópteros de Soesterberg. Agora já não importava; estava perto de casa. Só de respirar o ar da Holanda eu me sentia bem.

No dia seguinte, segunda-feira, levaram-me à casa de Leon de Winter. Mal pude conter o alívio, a alegria. Lá estavam ele e a sua esposa Jéssica, Afshin Ellian, o professor de direito iraniano que eu conhecera em De Balie, assim como Jaffe Vink e Chris Rutenfrans, do Trouw. Eu estava totalmente vencida pela necessidade de contato físico, de abraçá-los a todos.

Na manhã de terça-feira, voltei ao Parlamento. Ao sair do carro, no pátio calçado de pedras, dei com uma multidão de câmeras apontadas para mim. A cada passo que eu dava, elas recuavam em formação. O presidente do Parlamento me recebeu formalmente no seu gabinete; a seguir, fui conversar com Jozias van Aartsen, que me acolheu com ternura. Fomos à reunião da bancada liberal, a reunião de rotina das manhãs de terça-feira. Quase todos os parlamentares liberais vieram me beijar. Toda inveja e todo sentimento negativo pareciam ter se dissipado.

A discussão da bancada se perdeu em um bate-boca interminável sobre o lugar das reuniões das comissões: se na sala de reuniões do Parlamento ou nos gabinetes do Partido Liberal. Era como se eu não tivesse me ausentado. Pedi licença e passei a manhã no meu gabinete, ocupada com o texto do discurso que ia fazer e telefonando — livre e desimpedida — para quem quisesse me dar ouvidos.

Às duas da tarde, fui à câmara baixa do Parlamento. Encontrei-a lotada de jornalistas e deputados. Todos me aplaudiram de pé, até aqueles de quem eu costumava discordar em tudo quanto diziam. O presidente fez um breve discurso, e o ministro da Defesa, Henk Kamp, aproximou-se para me cumprimentar e dar as boas-vindas com verdadeira ternura no olhar.

Às quatro horas, fui dar a coletiva no centro de imprensa. No curto trajeto, os fotógrafos e cameramen se acotovelavam para registrar cada passo. A sala estava repleta de jornalistas. Respirei fundo e comecei a ler meu discurso. Eu tinha passado setenta e cinco dias longe do Parlamento, mas agora estava de volta.

Epílogo

A letra da lei

Dezesseis meses depois — numa noite de segunda-feira, 15 de maio de 2006 —, o ministro da Fazenda Gerrit Zalm foi ao meu apartamento, em Haia, acompanhado de Willibrord van Beek, o novo líder da bancada do Partido Liberal. Os dois chegaram de cara amarrada. Tinham um recado para mim.

O apartamento estava cheio de gente, o único lugar em que podíamos conversar em particular era entre as pilhas de roupa secando no quarto de hóspedes. Pedi a Gerrit que desse a má notícia em primeiro lugar.

Fitando-me diretamente nos olhos, ele contou que Rita Verdonk, a ministra da Integração, pretendia anular a minha cidadania holandesa. Dentro de meia hora, eu receberia a carta oficial do Ministério da Justiça. Rita prometera não divulgar a notícia até o dia seguinte, quando eu anunciasse que renunciava ao meu mandato.

Foi com muito esforço que dissimulei a emoção, mas Van Beek parecia prestes a chorar quando me disse: "Não vamos deixar isso acontecer". Irritado, Gerrit afirmou que aquilo não passava de uma farsa e que eu precisava arranjar um bom advogado; ao se despedir, mostrou-se tão triste que fui compelida a consolá-lo. "Não se preocupe", disse. "Tudo vai dar certo."

Refreei as lágrimas até que eles se fossem.

Cinco minutos depois, Rita telefonou. Nossa conversa foi breve e fria. Ela disse que sua decisão nada tinha de pessoal; que não podia fazer nada, estava de mãos atadas. Fora obrigada a invalidar a minha cidadania holandesa. Como eu havia dado nome e data de nascimento falsos ao solicitar a cidadania em 1997, esta nunca tinha sido concedida a mim de fato.

Dez minutos depois de Rita e eu nos despedirmos secamente, tocaram a campainha. Era um dos seguranças do DKDB, um homem simpático que vivia sorrindo. Só que não estava sorrindo. Trazia um envelope branco com o brasão da Justiça — a espada e a balança.

"Prezada senhora", anunciava a carta, "pela presente, venho informá-la de que, no meu parecer, a senhora não obteve cidadania holandesa devido ao uso de dados pessoais incorretos durante o processo de naturalização. O decreto que a naturalizou é nulo. A senhora tem prazo de seis semanas para se manifestar."

Eu mal acabara de ler a carta quando o telejornal começou com a notícia de que Rita Verdonk havia declarado que eu nunca tinha sido cidadã daquele país.

Não era mais holandesa.

Aliás, esse imprevisto tinha se iniciado semanas antes, em 27 de abril, na última quinta-feira antes do recesso parlamentar da primavera. Minha agenda estava lotadíssima naquela semana, e eu, embora um tanto nervosa com isso, tinha me interessado particularmente por um dos compromissos. O produtor de documentários de um programa intitulado Zembla ficara de ir ao Parlamento conversar comigo sobre os lugares em que eu havia morado no Quênia e na Somália, e me mostraria algumas imagens que ele havia filmado lá.

Nós providenciamos um VCR. Tornei a ver os colégios que tinha freqüentado e a casa de Kariokor em que havia morado antes de abeh nos abandonar. Apareceu o meu irmão Mahad, magro e nervoso por trás dos óculos escuros. Ainda que surpresa com o trabalho que o jornalista provavelmente tivera, deixei-me levar pela saudade, mas

também fiquei assombrada com o número de turbantes que agora circulavam nas ruas de Nairóbi. Quando eu estava na Escola Primária de Juja Road, a diretora se recusara a deixar que mamãe nos mandasse para lá de turbante; agora eles pareciam estar em todos os corredores.

Quando o filme chegou ao fim, o repórter do Zembla me crivou de perguntas sobre o meu passado; seu tom era indisfarçavelmente hostil. Surpresa, eu me esforcei para ser gentil quando ele contou que Mahad lhe dissera que eu não tinha sofrido nenhuma clitorectomia: nossa família era muito progressista para mutilar os órgãos genitais das crianças. Tentei explicar que Mahad só estava tentando salvar as aparências: não queria admitir, perante um estrangeiro, que sua família praticava tradições consideradas bárbaras no Ocidente. Ele podia dizer o que bem entendesse, mas não era verdade.

O jornalista prosseguiu indagando se era verdade que, ao chegar à Holanda, eu tinha mentido para solicitar asilo. Tratava-se de um terreno conhecido; nisso eu já falara muitas vezes. Logo ao ingressar na política holandesa, tinha tomado a iniciativa de contar que havia omitido certas informações no meu pedido de asilo e, posteriormente, sempre que me perguntavam, em particular ou publicamente, reconhecia que mentira e explicava por quê. De modo que não hesitei em contar ao produtor do Zembla que, ao solicitar o status de asilada em 1992, não dissera toda a verdade.

O repórter fez mais perguntas, sempre em tom beligerante, mas minha assessora íris bateu na porta. O chefe da Unidade de Segurança e Proteção do Ministério da Justiça acabara de chegar ao meu gabinete com o seu substituto: eu precisava ir. Ainda um pouco afetada pelo tom da entrevista, notei que Arjan Jonge Vos, do ministério, substituíra sua habitual impassibilidade por um ar inusitadamente enternecido. "Sente-se", disse. "Por favor, tome um copo de água."

Jonge Vos me entregou um maço de papéis. Meus vizinhos estavam processando o governo, queriam que eu saísse do meu apartamento. Alegavam que os guarda-costas invadiam a privacidade deles e que a minha presença os expunha ao perigo. Fazia meses que

isso acontecia, mas nunca me passou pela cabeça a idéia de perder a ação. Jonge Vos explicou que aquela papelada continha a decisão do tribunal de apelação que julgara o caso. Eu tinha sido despejada. Davam-me quatro meses para desocupar o imóvel, até o dia 27 de agosto, Jonge teve a cortesia de me informar. Fora incumbido de cuidar daquilo.

Eu fiquei pasma. Aonde ir? A um hotel? A uma base aérea? A uma cabana à prova de balas no meio do mato? Onde ia morar — onde, na Holanda, é possível encontrar um lugar sem vizinhos? O país é minúsculo e muito povoado. Como seguir trabalhando se precisasse me mudar constantemente de um lugar para outro? Foi um golpe duro. Pode parecer banal, mas, ao receber a notícia de Jonge Vos, cheguei perto do desespero. Será que a minha errância nunca teria fim?

Alguns dias depois, no começo de maio, eu estava de viagem marcada aos Estados Unidos, viagem demoradamente planejada para promover The caged virgin, uma coletânea dos meus ensaios. Mas também ia me encontrar com Christopher DeMuth, o presidente do American Enterprise Institute, um think tank de Washington que manifestara interesse em me empregar. Depois de dois anos e meio de atividade parlamentar, eu estava decepcionada e com vontade de abandonar a política holandesa. Meses antes, informara Gerrit Zalm que não pretendia voltar a me candidatar. Por certo, gostava de certos aspectos do Parlamento, como a incisividade de alguns debates, verdadeiros duelos. O Parlamento em ação chegava a ser fantástico. Mas o processo legislativo era moroso e frustrante. Eu não queria acatar estritamente a linha do partido nem compreender mais profundamente a Política Agrícola Comum européia ou o sistema de transporte de Roterdã. Não me dispunha a consumir uma quantidade ridícula de energia construindo coligações com gente que aceitava as minhas idéias, mas não votava comigo porque eu era do Partido Liberal. O frenesi midiático que se instaurava inevitavelmente a cada comentário ou erro dificultava a minha atuação. Muito embora a atenção da imprensa me oferecesse uma plataforma natural, também

intensificava a animosidade que muitos parlamentares, evidentemente, tinham por mim e pelas minhas iniciativas políticas.

Também me parecia que eu já havia realizado grande parte do que me propusera a realizar. Queria que o islã fizesse parte do debate político, e agora fazia. Todos os formadores de opinião diziam que era irresponsável e até moralmente errado esperar que apaziguar as' lideranças muçulmanas levasse à harmonia social num passe de mágica. A sociedade holandesa estava mergulhada na discussão sobre como integrar os maometanos, e estes pareciam bem conscientes de que era preciso escolher entre os valores ocidentais e os procedimentos antigos. Acima de tudo, agora as muçulmanas ocupavam um lugar importante na agenda do país.

Quando fui convidada a trabalhar em um think tank americano, achei que talvez pudesse levar as minhas idéias a uma plataforma maior e dedicar mais tempo a desenvolvê-las. E agora eu sabia que queria fazê-lo o mais cedo possível.

* * *

Quando o programa Zembla foi ao ar na Holanda, numa quinta-feira, 11 de maio, com o título "Santa Ayaan", eu ainda estava nos Estados Unidos, mas um jornalista holandês fixado em Nova York providenciou para que eu o visse no estúdio. O tom era desagradável e, com toda certeza, pretendia ser um assassinato moral. Mas os amigos que me telefonaram não achavam que tivesse sido tão prejudicial assim. Aparentemente, o jornalista localizara Osman Moussa, que continuava morando no Canadá e declarou que eu casara com ele de livre e espontânea vontade. Mas, como me disse alguém, "Que homem admitiria ter casado com uma moça que não o queria?". Ficou muito claro que o jornalista estivera no Quênia e na Somália em busca de material para me difamar; se aquilo era o máximo que ele tinha conseguido obter, eu até que estava bem.

Mas então a campanha começou. Anteriormente, a ministra das Relações Exteriores Rita Verdonk expulsara do país vários refugiados que haviam mentido ao solicitar visto de residência. No dia seguinte ao da transmissão da "Santa Ayaan", Rita começou a ser instigada a deportar Ayaan Hirsi Ali tal como fizera com outros imigrantes mentirosos.

Ela era minha amiga. Conhecida pelos outros como Rita de Ferro, devido à sua rigidez, e as pessoas sempre faziam piada do seu passado de carcereira. No entanto, sempre a achei carinhosa, maternal até. Embora geralmente discordássemos em política, muitas vezes ela se aliou a mim no partido e no Parlamento; costumávamos trocar idéias, e Rita utilizava partes das minhas propostas. Eu também intercedia com freqüência a favor dos refugiados ameaçados de ser expulsos do país. Ela foi uma das pessoas que me consolou quando da morte de Theo. Em uma bancada na qual eu tinha poucos amigos, enfrentou muitos problemas para me ajudar.

E Rita sabia perfeitamente que eu mentira ao solicitar asilo. Mesmo que não tivesse lido as minhas entrevistas (por que haveria de ler?), conversamos várias vezes sobre isso, inclusive algumas semanas antes, quando ela decidiu deportar Taida Pasic, uma moça de Kosovo, de dezoito anos, que estava prestes a fazer os exames finais no colégio. Eu lhe telefonei da casa de Leon Winter, onde estava jantando, e pedi que reconsiderasse o caso da garota, mas Rita não cedeu.

"Ela mentiu", argumentou. "Estou de mãos atadas."

"Mas, Rita, também menti!" exclamei. Leon me ouviu.

A resposta: "Se eu fosse ministra naquela época, você também teria sido deportada".

No dia seguinte ao da divulgação do documentário, uma sexta-feira, Rita declarou publicamente que eu nada tinha a temer da sua parte. Mas, achando-se em meio a uma dura disputa para ser eleita líder do Partido Liberal — a votação seria em 30 de maio —, não podia demonstrar fraqueza. Seu mantra era "Regras são regras", e ela teimava que não podia abrir exceção. De modo que, na manhã de sábado — um

dia depois de começar a receber telefonemas exigindo que reexaminasse o meu caso de asilada mentirosa —, Rita notificou que ia investigar a minha ficha de imigração.

Subitamente me senti a própria nômade tola e ingênua das histórias que vovó me contava na infância.

No domingo, ouvi boatos segundo os quais Rita estava disposta a me privar da cidadania. O país inteiro soube disso: deu nos jornais. O meu passaporte podia ser confiscado. Eu não era mais holandesa, não podia votar; obviamente também já não era parlamentar. Acaso me deixariam pelo menos ficar no país? Como ia viajar sem passaporte? E, sem mandato parlamentar, eu continuaria tendo guarda-costas? Era incrível. Mesmo quando Gerrit Zalm chegou ao meu apartamento, naquela segunda-feira, para me contar o que estava acontecendo, e mesmo tendo recebido a carta do ministério, tudo aquilo continuava me parecendo absolutamente irreal.

Quando acordei, na terça-feira, a secretária eletrônica estava repleta de ligações. Centenas de mensagens eletrônicas se acumulavam na minha caixa de entrada. Como tinha uma entrevista coletiva naquela tarde, procurei pensar no que dizer. As páginas manuscritas das minhas memórias estavam espalhadas na impressora: "Sou Ayaan, filha de Hirsi, filho de Magan".

Como era possível que aquilo estivesse acontecendo, já que eu contara tão reiteradamente a verdade do meu passado? Sim, eu devia ter dito tudo em 1992, ao chegar à Holanda, por mais que estivesse com medo de ser enviada de volta para o meu país. Com o tempo, à medida que aprendi a não ter medo, também aprendi que era errado não dizer a verdade.

Agora, tendo dito a verdade, eu não sabia qual era a minha nacionalidade nem se podia continuar vivendo na Holanda. A única coisa que estava clara para mim era que seria obrigada a renunciar ao mandato parlamentar mais cedo do que planejara.

Naquela tarde, entrei no centro de imprensa do Parlamento e tornei a enfrentar as câmeras. Anunciei que ia abandonar a política e

deixar a Holanda. Agradeci às muitas pessoas que me apoiaram e tentei fazer um apanhado do que havia realizado. Estava com as mãos trêmulas e a garganta seca. Horas depois, Christopher DeMuth, do American Enterprise Institute, telefonou confirmando que eu começaria a trabalhar em setembro.

A entrevista coletiva daquela terça-feira foi às duas horas da tarde; às dezesseis e quarenta e cinco, Rita Verdonk estava no Parlamento respondendo às perguntas dos meus irritados colegas. Eu tinha passado mais de três anos trabalhando com aqueles homens e mulheres — comia com eles, convivia com eles, fazia alianças, negociava votos. Agora, após uma investigação interna que durara apenas quatro dias, já não era cidadã holandesa e, em conseqüência, perdera o meu posto ao lado deles. Muitos parlamentares ficaram indignados e não fizeram segredo disso.

Mais ou menos às onze horas da noite, submetida a um interrogatório intenso no Parlamento, Rita cometeu um erro. Disse que eu nunca tinha sido holandesa. A seguir, afirmou que agora eu seria holandesa durante um período de espera de seis semanas, muito embora não o tivesse sido antes. Declarou que não sabia que eu mentira ao solicitar asilo, que nunca me vira usar outro nome, ainda que houvesse dezenas de provas que eu fizera isso. Tanto na imprensa quanto em publicações anteriores, e inclusive nas coisas do mero dia-a-dia (como no meu endereço eletrônico no Parlamento, que era magan@tweedekamer.nl — o equivalente holandês a "parlamento-ponto-holanda"), eu não fazia segredo de que, na juventude, o meu sobrenome era Hirsi Magan.

Rita começou a perder apoio na câmara baixa do Parlamento. Entrara em ação o cálculo do interesse próprio, sempre presente sob a superfície da política, e já não se tratava de mim. Rita Verdonk tinha tudo para ser uma liderança forte no WD, de modo que os adversários do partido estavam empenhados em destruí-la. Mesmo entre os liberais, não faltava quem se dispusesse e até quisesse sacrificá-la, com esse pretexto ou com outro qualquer.

A essa altura, milhões de holandeses assistiam ao debate parlamentar ao vivo na televisão. Viram a ministra ser lentamente dilacerada na arena. Os líderes da coalizão governante começaram a se distanciar dela no pódio. Foram apresentadas duas moções para que ela revisse o meu caso. Por volta das duas e meia da madrugada, parece que o presidente do Parlamento lhe passou um bilhete dizendo a ela que aceitasse a moção seguinte, do contrário precisaria sair do governo. Mais ou menos às três horas, Rita concordou bruscamente em reexaminar a minha naturalização. Eu seria notificada da decisão dali a seis semanas.

A partir desse ponto, a situação se transformou em uma farsa. Arranjei uma advogada que disse que, como eu havia dado o nome Ali, que era o prenome do meu avô conhecido como Ma-gan, não se podia falar em falsidade ideológica ao preencher os formulários. Também apresentou um documento analisando a legislação somali, mostrando que eu tinha todo direito de usar como sobrenome qualquer nome da minha longa lista de ancestrais homens. (Nem eu sabia disso.) Sendo impossível obter a certidão de nascimento do meu avô, do meu pai e da minha mãe, como se exigia, consegui uma declaração juramentada do meu irmão confirmando que o meu avô Magan se chamava Ali. Então comecei a esperar.

Com o passar das semanas, ouvia boatos como todo mundo: Jan Peter Balkenende, o primeiro-ministro, exigia que Rita voltasse atrás e me reabilitasse como honrada cidadã holandesa, mas ela não queria dar o braço a torcer. Por fim, dois dias antes do recesso de verão, os dois se reuniram tarde da noite de segunda-feira, 26 de junho, e Balkenende lhe disse para informar ao Parlamento que ela ia rever a sua decisão e me devolver a cidadania holandesa.

Ao saber dessa reunião, pouco antes que se realizasse, eu estava em Washington, no escritório do advogado que ia me ajudar com a imigração americana. O meu telefone tocou às três horas da madrugada. Era o meu advogado holandês dizendo que eu precisava enviar um fax, urgentemente, declarando que dali por diante sempre

usaria o nome Ali e nenhum outro, nem mesmo Magan. Se fizesse isso, não perderia a cidadania holandesa. Precisava encontrar um escritório do FedEx, no centro da cidade, e remeter o fax imediatamente — era urgente demais para esperar.

Algumas horas depois, um corretor estava me mostrando um apartamento para alugar em Washington quando o telefone tornou a tocar. Tratava-se de outra declaração que eu precisava assinar para que a questão ficasse definitivamente resolvida. Fui obrigada a me declarar culpada de todo o ocorrido, pois dissera aos jornalistas que havia mentido ao me identificar como Ali, quando, na verdade, não havia — estava legalmente autorizada a usar esse nome.

A única coisa que eu queria era que aquilo chegasse ao fim. Já não tinha o que fazer na Holanda. Sem a cidadania holandesa, seria difícil obter o visto americano. A recusa a assinar tal documento poderia me levar a anos de insegurança e batalhas jurídicas. Meus advogados, constantemente em contato com Haia, disseram que eu não podia alterar uma vírgula na declaração — era pegar ou largar. No entanto, consegui introduzir uma modificação. Em vez de "Sinto muito", coloquei "Lamento". (Parece que, em troca, o primeiro-ministro Balkenende fez Rita prometer nunca mais dizer "Regras são regras")

No dia seguinte, terça-feira, eu estava no escritório do American Enterprise Institute quando começaram a chegar jornalistas holandeses com suas câmeras. Ainda não recebera nenhuma notificação, mas eles tinham ouvido dizer que Rita concordara em restaurar a minha cidadania. Eu me limitei a dizer que estava contente. E era verdade; queria encerrar o assunto de uma vez por todas. Mas os repórteres me contaram que já haviam marcado um debate, no Parlamento, na noite de quarta-feira, pouco antes do recesso de verão. Em Haia, diziam que eu tinha sido chantageada para escrever a carta aceitando a culpa e que o comportamento de Rita Verdonk era vergonhoso.

Não houvera chantagem nenhuma, e isso eu disse aos jornalistas. Houve apenas a pressão do tempo. Eu queria que aquilo terminasse logo para poder esquecer.

Os anais do Parlamento mostram que, quando o debate se iniciou, às oito horas da noite de 28 de junho, Rita Verdonk e o primeiro-ministro Balkenende foram atacados quase imediatamente. Tendo notificado Balkenende, pela secretária eletrônica, da sua decisão de anular a minha naturalização, Rita não voltou a falar com ele até a coisa ser anunciada. Que diabo de liderança era aquela? Também ficou evidente que muitos parlamentares sentiam que o governo lhes estava insultando a inteligência ao afirmar que tudo tinha sido por culpa minha.

Nas primeiras horas da manhã, perguntaram ao primeiro-ministro se eu tinha sido obrigada a assinar o documento em que aceitava a culpa do ocorrido — se essa fora a condição imposta para que eu recobrasse a cidadania. Ele disse que sim, era a condição: Rita fazia questão de que eu assinasse a declaração, do contrário não haveria negociação. Instaurou-se um grande tumulto no Parlamento, os deputados se puseram a disputar o microfone.

Às quatro e meia da madrugada, o Partido Verde propôs um voto de desconfiança contra Rita Verdonk. Em todo país, ainda havia muita gente acordada, assistindo televisão. Quando da contagem dos votos, sessenta e seis parlamentares apoiaram a proposta e setenta e nove se opuseram a ela, o que significava que o D-66, o partido nanico que integrava a coalizão governamental, tinha votado pela censura à ministra do governo. Ou Rita renunciava, ou já não haveria coalizão e o governo cairia.

Isso ocorreu no dia 29 de junho, véspera do recesso parlamentar. Às nove horas da manhã, realizou-se uma reunião de emergência do gabinete. O primeiro-ministro apareceu depois do almoço e disse à imprensa que Rita continuaria no ministério: cabia ao D-66 decidir o que fazer. Os seis deputados saíram da coalizão naquela noite.

O governo Balkenende caiu. Seria necessário convocar novas eleições.

E o drama se estendeu. Eu me mantive ao corrente de tudo mediante torpedos. Os meus amigos da equipe parlamentar, assim como os ex-colegas, enviaram-me centenas deles. Quando o governo caiu, recebi mais de cinqüenta mensagens quase simultaneamente.

A essa altura, eu estava em Aspen, Colorado, onde tinha sido convidada a participar de uma conferência, no Aspen Institute, com uma constelação de políticos e empresários americanos. Fiquei assombrada com o número de pessoas que foram me dizer que estavam furiosas com o governo holandês. Precisei explicar muitas vezes que a Holanda não era um país xenófobo e não tinha me expulsado de uma hora para outra.

Também declarei que lamentava muito a queda do gabinete de Balkenende, pois o governo não devia se esfacelar por causa de um problema tão insignificante. Isso levava o eleitor ao cinismo: as pessoas elegiam suas lideranças para tomarem decisões firmes, importantes, mas aquela era uma questão ínfima. Acima de tudo, disse que a Holanda era um país pacífico, aberto, tolerante e livre. Lá eu me tornara um indivíduo livre, e era holandesa novamente, totalmente holandesa, o que me alegrava muito.

Queira-se ou não, os Estados Unidos são o líder do mundo livre. Levando as minhas idéias para lá, eu não me sinto traidora. No American Enterprise Institute, em Washington, vou ter mais tempo para pensar do que quando era parlamentar em Haia e tentava implementar programas no processo legislativo. Ainda que arrisque ser repetitiva, não saí da Holanda devido à questão da minha cidadania: foi uma decisão inteiramente pessoal, tomada muito antes do início da saga da naturalização.

Há anos, recém-egressa de Leiden, eu achava que a política era uma atividade verdadeiramente nobre e que as instituições democráticas eram os meios à disposição da humanidade para melhorar o mundo. Ainda penso assim. Mas aprendi que, como

qualquer outra atividade humana, a política pode ser um jogo sórdido: clã contra clã, partido contra partido, candidato contra candidato, governos depostos por questões triviais. Espero que observar o poder seja mais agradável do que exercê-lo.

A liberdade de expressão que encontrei na Holanda — a liberdade de pensar — é desconhecida no meu país de origem. Trata-se de um direito e de uma prática com os quais sempre sonhei quando menina. Sejam quais forem os seus defeitos, nenhuma nação compreende mais o princípio da liberdade de expressão do que a Holanda. Esse princípio está de tal modo enraizado na cultura holandesa que o país optou por me proteger das ameaças de morte, muito embora os membros do governo declarassem constantemente que discordavam das minhas idéias. Devo dizer que estou muito agradecida: tenho a sorte e o privilégio de ser holandesa.

Muhammad Bouyeri, o assassino de Theo, e outros como ele não se dão conta da seriedade do compromisso do Ocidente com a idéia de uma sociedade aberta. Posto que seja vulnerável, a sociedade aberta também é obstinada. É o lugar em que me refugiei em busca de segurança e liberdade. Quero que ela continue assim: segura e livre.

Muita gente me pergunta o que é conviver com a ameaça de morte. É como ter uma doença crônica. Ela pode irromper e matá-lo, mas pode não se manifestar. Pode surgir daqui a uma semana ou passar décadas escondida.

Em geral, as pessoas que me fazem essa pergunta foram criadas em países ricos, na Europa ocidental ou nos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial. Têm a vida por coisa líquida e certa. Onde nasci, a morte é uma visita constante. Um vírus, uma bactéria, um parasita; a seca e a fome; soldados e torturadores matam qualquer um a qualquer hora. A morte chega nas gotas de chuva que se transforma em inundação. Apodera-se da imaginação dos que estão no poder e mandam os subordinados perseguirem, torturarem e matarem qualquer um que lhes pareça inimigo. A morte seduz muita gente a dar cabo à própria vida para fugir de uma realidade insuportável. Devido à idéia da

honra perdida, muitas mulheres vêem a morte chegar pelas mãos do pai, do irmão ou do marido. Ela arrebata as jovens, no parto, e deixa o recém-nascido órfão nas mãos de estranhos.

Para quem vive na anarquia e na guerra civil, como na minha Somália natal, a morte espreita em toda parte.

Quando nasci, minha mãe chegou a pensar que a morte fosse me levar. Mas não. Tive malária, pneumonia, e me recuperei. Mutilaram a minha genitália, e a ferida cicatrizou. O bandido que encostou a faca na minha garganta preferiu não cortá-la. O meu professor de Alcorão me fraturou o crânio, mas o médico que me atendeu soube manter a morte à distância.

Mesmo cercada de guarda-costas e ameaçada de morte, eu me sentia privilegiada por estar viva e ser livre. Quando tomei o trem para Amsterdã, há treze anos, ia em busca de uma vida em liberdade, de uma existência livre da servidão a um homem que eu não havia escolhido, em que minha mente também pudesse ser livre.

Na infância, primeiro topei com a força bruta do islã na Arábia Saudita. Coisa muito diferente da religião diluída da minha avó, tão mesclada com práticas mágicas e crendices pré-islâmicas. A Arábia Saudita é a fonte e a quintessência do islamismo. O lugar em que se pratica a religião muçulmana na sua forma mais pura e a origem de grande parte da visão fundamentalista que, desde o meu nascimento, tem se propagado muito além de suas fronteiras. Naquele país, cada alento, cada passo que dávamos estava impregnado de conceitos de pureza ou pecado, e de medo. O pensamento volitivo acerca da tolerância pacífica do islã não pode afastar a realidade: decepam-se mãos, as mulheres continuam sendo apedrejadas e escravizadas, tal como decidiu o profeta Maomé há séculos.

O tipo de pensamento que presenciei na Arábia Saudita e na Fraternidade Muçulmana, no Quênia e na Somália, é incompatível com os direitos humanos e os valores liberais. Preserva uma mentalidade feudal arrimada em conceitos tribais de honra e vergonha. Apóia-se no auto-engano, na hipocrisia e em padrões dúplices. Depende dos

avanços tecnológicos ocidentais ao mesmo tempo que finge ignorar sua origem no pensamento ocidental. Essa mentalidade torna a transição para a modernidade muito dolorosa para todos os praticantes do islamismo.

A transição para o mundo moderno sempre é difícil. Foi difícil para a minha avó e para todos os meus parentes do miyé. Também foi assim para mim. Passei do mundo da fé para o mundo da razão — do mundo da clitorectomia e do casamento forçado para o da emancipação sexual. Tendo feito a viagem, sei que um desses mundos simplesmente é melhor do que o outro. Não por causa dos seus dispositivos espalhafatosos, e sim, fundamentalmente, por causa dos seus valores.

A mensagem deste livro, se é que ele precisa ter uma mensagem, é que nós, no Ocidente, fazemos mal em prolongar desnecessariamente a dor dessa transição, alçando culturas repletas de farisaísmo e ódio à mulher à estatura de respeitáveis estilos de vida alternativos.

Acusam-me de haver interiorizado o sentimento de inferioridade racial a ponto de atacar a minha própria cultura, movida pelo ódio a mim mesma, pois quero ser branca. É um argumento enfadonho. Acaso a liberdade existe unicamente para os brancos? Acaso é amor-próprio aderir às tradições dos meus ancestrais e mutilar as minhas filhas? Aceitar ser humilhada e impotente? Observar passivamente os meus conterrâneos espancarem as mulheres e se massacrarem em disputas sem sentido? Ao chegar a uma nova cultura, na qual vi pela primeira vez que as relações humanas podiam ser diferentes, teria sido amor-próprio encará-la como um culto estrangeiro que os muçulmanos estão proibidos de praticar?

A vida na Europa é melhor do que no mundo islâmico porque as relações humanas são melhores, e um dos motivos pelos quais as relações humanas são melhores é que o Ocidente valoriza a vida na Terra, o aqui e o agora, e os indivíduos gozam de direitos e liberdades reconhecidos e protegidos pelo Estado. Aceitar a subordinação e a violência porque Alá assim quer — isso, para mim, seria trair a mim mesma.

A decisão de escrever este livro não foi fácil para mim. Para que exporão mundo estas memórias tão particulares? Não quero que meus argumentos sejam considerados sacrossantos pelo fato de eu ter tido experiências horríveis; não as tive. Na verdade, a minha vida sempre foi marcada por uma sorte enorme. Quantas moças nascidas no Hospital Digfeer, em Mogadíscio, em novembro de 1969, ainda estão vivas? E quantas têm voz, realmente?

Tampouco desejo que meu raciocínio seja desdenhado como o discurso bombástico e bizarro de uma mulher que, prejudicada por suas experiências, resolveu pôr a boca no mundo. As pessoas muitas vezes deduzem que sou revoltada por ter sido submetida à clitorectomia ou porque o meu pai me casou com um desconhecido. Elas nunca deixam de acrescentar que essas coisas são raras no mundo muçulmano moderno. O fato é que centenas de milhões de mulheres, em todo planeta, vivem em casamentos forçados e que seis mil meninas sofrem clitorectomia diariamente. A mutilação não me afetou a capacidade intelectual; e quero ser julgada pela legitimidade dos meus argumentos, não como uma vítima.

A minha preocupação central e motivadora é o fato de as mulheres serem oprimidas no islã. Essa opressão impõe aos muçulmanos — homens e mulheres — um grande atraso em comparação com o Ocidente. Cria uma cultura que provoca mais atraso a cada geração. Seria melhor para todos — sobretudo para os maometanos — que essa situação mudasse.

Quando se diz que os valores islâmicos são a compaixão, a tolerância e a liberdade, olho para a realidade, para as culturas e os governos reais, e simplesmente vejo que não é assim. No Ocidente, as pessoas engolem tais mentiras porque aprenderam a não ser excessivamente críticas ao examinar as religiões ou culturas das minorias, por medo de ser acusadas de racismo. E ficam fascinadas porque não tenho medo de fazê-lo.

Em março de 2005, a revista Time me informou que eu seria escolhida uma das cem "pessoas mais influentes do mundo atual".

Evidentemente, apressei-me a comprar um exemplar, mas eu estava semanas adiantada; aquele número só seria publicado na metade de abril. De modo que a revista que comprei não falava de mim, falava da pobreza na África. A mulher na capa era jovem e magra, mãe de três filhos pequenos. Estava envolta no mesmo tipo de roupa que a minha avó usava, e no seu olhar não se via senão desespero.

A foto me levou de volta à Somália, ao Quênia, à pobreza, à doença e ao medo. Pensei naquela mulher e nos milhões de mulheres obrigadas a viver como ela. A Time acabava de me colocar na categoria "Líderes e revolucionários". O que fazer com tamanha responsabilidade?

Talvez eu deva começar por dizer às pessoas que os valores são importantes. Os valores do mundo dos meus pais engendram e preservam a pobreza e a tirania, por exemplo, na opressão da mulher. Seria muito benéfico olhar claramente para isso. Em termos simples, nós que fomos criados no islã, se enxergarmos a realidade terrível em que estamos, poderemos mudar o nosso destino.

Por que não estou no Quênia, acocorada diante de um fogareiro a carvão, fazendo angellos7. Por que, em vez disso, fui deputada no Parlamento holandês, legislando? Tive sorte, e não são muitas as mulheres de sorte nos lugares de que venho. De certo modo, eu lhes devo algo. Tal como a mulher gala à qual servi de intérprete em Schalkhaar, preciso procurar as outras cativas no complexo da irracionalidade e da superstição e persuadi-las a tomar a vida nas próprias mãos.

A irmã Aziza sempre nos alertava para a decadência do Ocidente: para os países corruptos, licenciosos, pervertidos, idolatras, cobiçosos e desalmados da Europa. Mas, para mim, há muito mais corrupção moral nas nações islâmicas. Nessas sociedades, a crueldade é implacável; e a desigualdade, a lei da terra. Os dissidentes sofrem tortura. As mulheres são policiadas tanto pelo Estado quanto pela família, à qual o Estado outorga o poder de lhes governar a vida.

Nos últimos cinqüenta anos, o mundo muçulmano foi catapultado à modernidade. Entre mim e a minha avó, há uma jornada

de apenas duas gerações, mas a realidade dessa viagem é milenar. Ainda hoje, quem atravessar a fronteira da Somália, de caminhão, há de achar que recuou milhares de anos.

As pessoas se adaptam. Aquelas que nunca se sentaram em uma cadeira aprendem a dirigir um carro e a operar uma máquina complexa; adquirem essa capacidade rapidamente. Do mesmo modo, os maometanos não precisam tardar seiscentos anos para modificar o seu modo de pensar a igualdade e os direitos individuais.

Quando procurei Theo para que me ajudasse a fazer Submissão, eu queria transmitir três mensagens: primeiro, os homens e até as mulheres podem erguer os olhos e falar com Alá; os crentes têm a possibilidade de dialogar com Deus e de olhar para Ele de perto. Segundo, no islã de hoje, a interpretação rígida do Alcorão condena as mulheres a uma miséria intolerável. Mediante a globalização, cada vez mais homens com tais idéias se instalam na Europa com mulheres que eles possuem e brutalizam, e os europeus e demais ocidentais já não podem continuar fingindo que as graves violações dos direitos humanos só ocorrem em lugares remotos, muito remotos. A terceira mensagem é a frase final do filme: "Nunca mais me submeterei". É possível libertar-se — adaptar a fé, examiná-la criticamente e verificar até que ponto ela está na raiz da opressão.

Já me disseram que Submission é um filme por demais agressivo. Aparentemente, a sua crítica ao islã é muito dolorosa para que um muçulmano a suporte. Diga, não é muito mais doloroso ser uma mulher presa naquela gaiola?

Fim

1a EDIÇÃO [2007] 2 reimpressões

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM MINION PELO ACQUA ESTÚDIO E IMPRESSA PELA RR DONNELLEY EM OFSETE SOBRE PAPEL PÓLEN SOFT DA SUZANO PAPEL E CELULOSE PARA A EDITORA SCHWARCZ EM NOVEMBRO DE 2007

Esta obra é distribuída Gratuitamente pela Equipe Digital Source e Viciados em Livros para proporcionar o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.
Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.
Se quiser outros títulos nos procure :
http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros, será um prazer recebê-lo em nosso grupo.



http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros

http://groups.google.com/group/digitalsource